



Santa Catarina, gente que se supera

SANTA CATARINA EM 2016
BALANÇO GERAL

VOLUME 2
Anexos do Balanço
Geral do Estado

Secretaria
de Estado da
Fazenda

Diretoria de
Contabilidade
Geral



2016 Estado de Santa Catarina **Balanço Geral**

VOLUME 2

**Anexos do Balanço Geral do Estado
Exercício de 2016**

Gestão do Governador João Raimundo Colombo





ESTADO DE SANTA CATARINA
BALANÇO GERAL
2016

João Raimundo Colombo

GOVERNADOR DO ESTADO

Eduardo Pinho Moreira

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Antonio Marcos Gavazzoni

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Renato Dias Marques de Lacerda

SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

Graziela Luiza Meincheim

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL



COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL

Gerência de Informações Contábeis e Transparência da Gestão Pública (GEINC)

Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG)

Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO VOLUME 2 DO BALANÇO

Graziela Luiza Meincheim – Diretora da DCOG

Gilceu Ferreira – Gerente da GEINC

Cláudia Voges - GEINC

Flávio George Rocha – GENOC

Geraldo Catunda Neto – GEINC

Janice Vilsélia Pacifico da Silveira – GEINC

Kely Cristina da Silva Truppel – GEINC

Maria Luiza Seemann - CSIOP

Roberto Mosânio Duarte de Carvalho Júnior – GEINC

Rogério Felipe Pereira – GEINC

Rosangela Della Vechia – GEINC

COLABORAÇÃO

ASSESSORIA DA DIRETORA

Isis Paz Portinho

Michele da Silva Espíndola

Vagner Alonso Pacheco

Vanessa Resende Carvalho Pereira

GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL (GENOC)

Flávio George Rocha (Gerente)

Ângela Coelho

Michele Patrícia Roncalio

Roberto Fialho

Sandro Pontes

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL (COINF)

Mário Wendhausen Gentil

Alice Luciane Rhoden

Heber Lima da Costa

Marcelo Fernandes Pedrosa

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA (GECOC)

Andréa Terezinha Vitali (Gerente)

Bruno Hubacher da Costa

Cíntia Fronza Rodrigues

Raquel Costa Pereira

GERÊNCIA DE SISTEMA DE GESTÃO FISCAL (GESIF)

Marcelo Inocêncio Pereira (Gerente)

Carmem Lúcia Massulini

Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena

Elizabeth Salazar da Silva

Ivan Grave

COORDENADORIA DO SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS (CSIOP)

Tatiana Borges

Márcio Studart Nogueira

Maria Luiza Seemann

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA (GECOF)

Vera Lúcia Hawerth Santana (Gerente)

Ana Maria da Silva

Solange Maria Lourenço Cardoso de Oliveira

COORDENADORIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS DE SANTA CATARINA (COSIC)

Gilmar de Oliveira Amorim

CONTADORES DA FAZENDA ESTADUAL RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS

Adalberto Cervino Ventura
Alexandra Mara de Brito
Anderson Pereira
André Amaral Medeiros
André Conceição Costa
Ângela Coelho
Arcangelo Felisberto
Carlos Eduardo Osório
Cintia Salvador Sorgen
Cristiano Severo Martins
Daniela de Souza Pereira Savi

Dielis Heder Fiorentini
Eliana Amorim Rosa
Elisa Mayer
Erci Velho de Melo Petronilio
Everaldo Elias Vieira
Fabiana Santana Correa
Gabriel Pereira da Silva
Geraldo Catunda Neto
Graziela Gesser
Guilherme Cerutti Bueno
Gutemberg Salles Afonso

Isac Garcia Fernandes
Isair Sell
Ivana Kretzer Santos
Jefferson Fernando Grande
Júlio Cesar Siqueira
Laizy da Silva
Luana Claudia Torres
Marcelo Carlos Botelho
Michely Bernardini Schweitzer
Nadieg Sorato Pacheco
Ozemar Nascimento Willmer

Paulo Guilherme O. Belvedere
Patrick Estevão Imeton Pereira
Priscila Tais Schulle
Rinaldo José Valesse
Sandro Medeiros Alves
Wilson Henrique Fetzner Filho

OUTRAS ÁREAS ENVOLVIDAS

Assessoria de Comunicação – SEF
Diretoria Administrativa e Financeira – SEF
Diretoria de Administração Tributária – SEF

Diretoria de Auditoria Geral – SEF
Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – SEF
Diretoria de Gestão de Fundos – SEF

Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF
Diretoria do Tesouro Estadual – SEF
Centro de Informática e Automação do Estado
de Santa Catarina S.A. (CIASC)

INFORMAÇÕES

Secretaria de Estado da Fazenda
Diretoria de Contabilidade Geral
Gerência de Informações Contábeis

geinc@sefaz.sc.gov.br – (48) 3665-2773 – (48) 3665-2710

Centro Administrativo do Governo

Rodovia SC-401, nº 4.600 – Km 5– Saco Grande II – Florianópolis – SC

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	015
2. ANEXOS	017
2.1. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.1.1. Consolidado Geral	019
2.1.2. Poder Executivo	025
2.2. Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.2.1. Consolidado Geral... ..	031
2.2.2. Poder Executivo.....	035
2.3. Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.3.1. Consolidado Geral	039
2.3.2. Poder Executivo.....	064
2.3.3. Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias	089
2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.4.1. Consolidado Geral	114
2.4.2. Poder Executivo	130
2.4.3. Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias	146
2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.5.1. Consolidado Geral	156
2.5.2. Poder Executivo	163

SUMÁRIO

2.6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.6.1. Consolidado Geral	170
2.6.2. Poder Executivo	171
2.6.3. Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias.....	172
2.7. Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.7.1. Consolidado Geral	173
2.8. Programa de Trabalho (Anexo 6 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.8.1. Consolidado Geral	174
2.9. Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções e Programas (Anexo 7 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.9.1. Consolidado Geral	324
2.10. Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo dos Recursos (Anexo 8 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.10.1. Consolidado Geral	341
2.11. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.11.1. Consolidado Geral	358
2.12. Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.12.1. Consolidado Geral	381
2.13. Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.13.1. Consolidado Geral	409
2.13.2. Consolidado Geral por Unidade Gestora	416

SUMÁRIO

2.14. Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.14.1. Consolidado Geral	446
2.14.2. Poder Executivo	447
2.15. Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)	
2.15.1 Demonstrativos da Dívida Fundada Interna	
2.15.1.1 Demonstração da Dívida Fundada Interna (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)	448
2.15.1.2 Extratos por Empréstimo da Dívida Fundada Interna	449
2.15.1.3 Demonstrativo Analítico dos Pagamentos da Dívida Fundada Interna	464
2.15.1.4 Resumo dos Recebimentos e Pagamentos dos Empréstimos da Dívida Pública	465
2.15.2 Demonstrativos da Dívida Fundada Externa	
2.15.2.1 Demonstração da Dívida Fundada Externa (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64)	466
2.15.2.2 Extratos por Empréstimo da Dívida Fundada Externa	467
2.15.2.3 Demonstrativo Analítico dos Pagamentos da Dívida Fundada Externa	476
2.16. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Sexto Bimestre)	477
2.17. Relatório de Gestão Fiscal (Terceiro Quadrimestre)	519
2.18. Demonstrativo dos Créditos Especiais e Extraordinários Abertos no Exercício de 2016	537
2.19. Demonstrativo dos Cancelamento de Despesas Liquidadas	546
2.20. Comparativo Mensal entre a Programação e a Execução Financeira de Desembolso	
2.20.1 Consolidado Geral	551
2.20.2 Poder Executivo	560
2.20.3 Poder Judiciário	568
2.20.4 Poder Legislativo	571
2.20.5 Ministério Público	572

SUMÁRIO

2.21. Quadro de Pessoal Consolidado com a Quantidade e os Valores da Folha de Pagamento	
2.21.1 Consolidado Geral	574
2.21.2 Poder Executivo	575
2.21.3 Poder Judiciário	576
2.21.4 Poder Legislativo	577
2.21.5 Ministério Público	579
2.22. Demonstrativo da Quantidade de Pessoal por Meio de Contratos de Terceirização de Serviços	
2.22.1 Consolidado Geral	580
2.22.2 Poder Executivo	581
2.22.3 Poder Judiciário	584
2.22.4 Poder Legislativo	585
2.22.5 Ministério Público	588
2.23. Demonstrativo dos Benefícios Previdenciários de Regime Próprio de Previdência (RPPS)	
2.23.1 Consolidado Geral	589
2.23.2 Poder Executivo	590
2.23.3 Poder Judiciário	591
2.23.4 Poder Legislativo	592
2.23.5 Ministério Público	594
2.24. Relatório do Desempenho da Arrecadação Tributária	
2.24.1 Dívida Ativa do Estado	595
2.24.2 Ações de Recuperação de Créditos na Instância Judicial	596
2.24.3 Evolução do Montante dos Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa	597
2.24.4 Indicação das Medidas Adotadas para a Recuperação de Créditos Administrativamente	598
2.24.5 Medidas Adotadas para Incremento das Receitas Tributárias e de Contribuições	599
2.24.6 Providências Adotadas para o Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos	602

SUMÁRIO

2.24.7 Montante das Renúncias de Receitas Concedidas no Exercício	604
2.24.8 Créditos Baixados em Razão de Prescrição	605
2.25. Avaliação sobre o Cumprimento das Metas e Estratégias do PNE e do PEE.....	606
2.26. Pareceres	
2.26.1 Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social – FUNDEB	657
2.26.2 Cumprimento do Disposto nos Artigos 170 e 171 da Constituição do Estado	716
2.27. Participação Acionária do Estado nas Estatais	
2.27.1 Participações por Equivalência Patrimonial	719
2.27.2 Participações Societárias.....	720
2.28. Relatórios de Atividades do Órgão Central do Sistema de Controle Interno	
2.28.1 Diretoria de Auditoria Geral	721
2.28.2 Diretoria de Contabilidade Geral.....	811
2.29. Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública	855



1. APRESENTAÇÃO



Nas páginas a seguir, você é convidado a acompanhar o Balanço Geral do Estado de 2016, a prestação de contas do Governador João Raimundo Colombo referente ao segundo ano do seu segundo mandato.

Trata-se de uma obrigação prevista na Constituição Estadual. A determinação é que, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, o Governador do Estado preste contas à Assembleia Legislativa. O órgão atua como controle externo, exercendo o seu papel como auxílio do Tribunal de Contas do Estado. É um importante rito que dá legitimidade a todo sistema político de governantes eleitos democraticamente.

Contudo, é relevante destacar que este documento é dirigido não apenas à Assembleia Legislativa ou ao Tribunal de Contas do Estado, mas principalmente ao cidadão. O Balanço é um instrumento de disseminação da prestação de contas de como os recursos pagos pelos contribuintes foram aplicados pelo Governo.

Nesse sentido, são observadas as disposições legais que tratam da matéria, tais como: Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade; e Resolução do Tribunal de Contas do Estado nº TC-20, de 31 de agosto de 2015, que disciplina a remessa de informações e de demonstrativos contábeis à Egrégia Corte.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o governo catarinense, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Governo.

A missão cabe à Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, responsável por organizar e consolidar os dados orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis, oriundos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Trata-se do sistema oficial de informações de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade do Estado. Os dados são provenientes de diversos órgãos e entidades da administração pública estadual, responsáveis pela sua consistência e veracidade, e fornecem uma visão mais detalhada das ações para que a publicação vá além do enfoque técnico.

A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo. Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental.

Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Governo, a Diretoria de Contabilidade Geral tem envidado esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil adotadas pelas grandes companhias abertas. Nesse sentido, contextualizamos as informações financeiras com indicadores sociais e econômicos, tornando os relatórios mais racionais, efetivos e focados em informações realmente relevantes sob o ponto de vista do cidadão/usuário das demonstrações contábeis e tomadores de decisão em geral. Esse compromisso vem ao encontro da janela de oportunidades que se mostrou com mais força a partir de 2013, com os protestos que tiveram grande repercussão e acabaram por mudar radicalmente a relação entre governantes e governados no território brasileiro.

A transparência é reflexo direto dessa comunicação que abriga dois polos: de um lado, cidadãos ávidos por informações sobre o manejo da coisa pública e, de outro, governantes desejosos de mostrar

os resultados alcançados. Ou seja, a transparência é o elo que une esses dois agrupamentos de interesses.

Portanto, em atendimento ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal, esta prestação de contas encontra-se disponível, na íntegra, no Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado, no endereço eletrônico www.transparencia.sc.gov.br. Nele, também é possível consultar todos os dados sobre a execução orçamentária e financeira, de forma detalhada e atualizada diariamente, a remuneração e os dados funcionais de servidores, os pagamentos efetuados aos fornecedores do Estado, as diárias pagas, assim como outras informações relevantes relacionadas à gestão do estado catarinense. O Portal é um importante disseminador da transparência em nível global, uma vez que se encontra no ambiente da rede mundial de computadores, acessível a todos os cidadãos.

Por fim, no contexto do que foi previamente exposto, o Balanço Geral do Estado de 2016 está dividido em três volumes, além da mensagem apresentada pelo Governador na abertura da sessão legislativa:

Volume I - Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2016

Documento que abrange de forma consolidada a execução dos orçamentos da administração direta, das autarquias, das fundações,

dos fundos especiais e das empresas estatais dependentes, visando demonstrar os principais resultados alcançados no exercício tanto nas áreas administrativa, econômica, financeira e social quanto em relação às metas do planejamento orçamentário e fiscal e ao cumprimento de limites constitucionais e legais. Além disso, traz também as demonstrações contábeis consolidadas que evidenciam os resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial do Estado (Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa e suas respectivas notas explicativas).

Volume II - Anexos do Balanço Geral do Estado

Neste volume, encontram-se os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64, observadas as alterações posteriores e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor, assim como os demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa nº TC-20/2015, o relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo e o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública.

Volume III - Relatório de Atividades do Poder Executivo

Destaca os resultados mais relevantes nas áreas da ação governamental e possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas de governo, bem como das ações priorizadas nas audiências públicas regionalizadas.

2. ANEXOS





BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	24.233.610.993,00	24.233.610.993,00	22.907.013.587,32	(1.326.597.405,68)
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.078.194.184,00	14.078.194.184,00	13.263.425.410,16	(814.768.773,84)
Impostos	13.347.528.421,00	13.347.528.421,00	12.660.989.173,46	(686.539.247,54)
Taxas	730.665.763,00	730.665.763,00	602.436.236,70	(128.229.526,30)
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.118.100.343,00	2.118.100.343,00	2.067.580.745,37	(50.519.597,63)
Contribuições Sociais	2.118.100.343,00	2.118.100.343,00	2.067.580.745,37	(50.519.597,63)
Contribuições Econômicas	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	726.232.913,00	726.232.913,00	920.279.076,70	194.046.163,70
Receitas Imobiliárias	8.286.682,00	8.286.682,00	10.888.059,26	2.601.377,26
Receitas de Valores Mobiliários	698.833.904,00	698.833.904,00	887.836.572,85	189.002.668,85
Receitas de Concessões e Permissões	11.187.276,00	11.187.276,00	4.862.053,27	(6.325.222,73)
Receita de Cessão de Direitos	6.422.509,00	6.422.509,00	15.190.083,18	8.767.574,18
Outras Receitas Patrimoniais	1.502.542,00	1.502.542,00	1.502.308,14	(233,86)
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.201.493,00	1.201.493,00	1.165.428,92	(36.064,08)
Receita da Produção Vegetal	750.000,00	750.000,00	724.732,75	(25.267,25)
Receita da Produção Animal e Derivados	451.493,00	451.493,00	440.696,17	(10.796,83)
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	4.112.211,00	4.112.211,00	4.088.570,67	(23.640,33)
Receita da Indústria de Transformação	71.693,00	71.693,00	31.082,25	(40.610,75)
Receita da Indústria de Construção	4.040.518,00	4.040.518,00	4.057.488,42	16.970,42
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	915.207.312,00	915.207.312,00	826.490.789,55	(88.716.522,45)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.706.668.029,00	5.706.668.029,00	5.016.919.926,76	(689.748.102,24)
Transferências Intragovernamentais	5.002.786.285,00	5.002.786.285,00	4.222.935.476,96	(779.850.808,04)
Transferências de Instituições Privadas	359.731.451,00	359.731.451,00	667.777.445,35	308.045.994,35
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	233.936,00	233.936,00	1.124.952,91	891.016,91
Transferências de Convênios	343.916.357,00	343.916.357,00	125.082.051,54	(218.834.305,46)
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	683.894.508,00	683.894.508,00	807.063.639,19	123.169.131,19
Multas e Juros de Mora	148.480.827,00	148.480.827,00	220.820.135,37	72.339.308,37
Indenizações e Restituições	245.256.555,00	245.256.555,00	258.689.798,91	13.433.243,91
Receita da Dívida Ativa	37.600.505,00	37.600.505,00	79.978.795,36	42.378.290,36
Receitas Correntes Diversas	252.556.621,00	252.556.621,00	247.574.909,55	(4.981.711,45)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.518.184.920,00	1.518.184.920,00	1.377.252.656,59	(140.932.263,41)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.399.108.132,00	1.399.108.132,00	1.253.880.610,78	(145.227.521,22)
Operações de Crédito Internas	1.050.677.144,00	1.050.677.144,00	1.037.465.146,04	(13.211.997,96)
Operações de Crédito Externas	348.430.988,00	348.430.988,00	216.415.464,74	(132.015.523,26)
ALIENAÇÃO DE BENS	54.148.001,00	54.148.001,00	9.078.706,18	(45.069.294,82)
Alienação de Bens Móveis	27.411.303,00	27.411.303,00	7.856.309,86	(19.554.993,14)
Alienação de Bens Imóveis	26.736.698,00	26.736.698,00	1.222.396,32	(25.514.301,68)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	12.505.647,00	12.505.647,00	23.349.837,80	10.844.190,80
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.423.140,00	22.423.140,00	57.023.693,58	34.600.553,58
Transferências Intergovernamentais	9.509.695,00	9.509.695,00	4.841.236,64	(4.668.458,36)
Transferências de Instituições Privadas	-	-	290.581,69	290.581,69
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	12.913.445,00	12.913.445,00	51.891.875,25	38.978.430,25
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	30.000.000,00	30.000.000,00	33.919.808,25	3.919.808,25
Integralização do Capital Social	-	-	9.905.880,91	9.905.880,91
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	30.000.000,00	30.000.000,00	24.013.927,34	(5.986.072,66)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	25.751.795.913,00	25.751.795.913,00	24.284.266.243,91	(1.467.529.669,09)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	25.751.795.913,00	25.751.795.913,00	24.284.266.243,91	(1.467.529.669,09)
DÉFICIT (VII)			-	
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	25.751.795.913,00	25.751.795.913,00	24.284.266.243,91	(1.467.529.669,09)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro		2.956.655.104,10	1.764.379.158,86	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	21.232.812.488,00	24.704.919.065,63	21.698.671.076,65	21.339.925.794,99	21.194.100.256,54	3.006.247.988,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.950.535.023,00	15.775.990.285,33	14.698.007.036,39	14.693.819.964,78	14.673.137.347,25	1.077.983.248,94
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.207.876.510,00	825.915.338,54	671.254.327,44	671.254.327,44	671.254.327,44	154.661.011,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.074.400.955,00	8.103.013.441,76	6.329.409.712,82	5.974.851.502,77	5.849.708.581,85	1.773.603.728,94
DESPESAS DE CAPITAL (X)	4.235.565.561,00	4.834.501.604,84	2.480.908.394,85	2.297.575.537,48	2.286.317.107,90	2.353.593.209,99
INVESTIMENTOS	3.324.383.356,00	3.974.564.463,20	1.817.411.602,32	1.634.078.744,95	1.623.319.829,37	2.157.152.860,88
INVERSÕES FINANCEIRAS	36.127.113,00	71.034.883,91	52.706.137,21	52.706.137,21	52.206.623,21	18.328.746,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	875.055.092,00	788.902.257,73	610.790.655,32	610.790.655,32	610.790.655,32	178.111.602,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	283.417.864,00	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XIII = (IX + X + XI + XII)	25.751.795.913,00	29.539.420.670,47	24.179.579.471,50	23.637.501.332,47	23.480.417.364,44	5.359.841.198,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII+ XIV)	25.751.795.913,00	29.539.420.670,47	24.179.579.471,50	23.637.501.332,47	23.480.417.364,44	5.359.841.198,97
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	104.686.772,41	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	25.751.795.913,00	29.539.420.670,47	24.284.266.243,91	23.637.501.332,47	23.480.417.364,44	5.359.841.198,97

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	312.456.037,11	164.695.274,06	164.679.975,97	147.760.763,05	15.298,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	12.281.922,69	11.114.432,62	11.114.432,62	1.167.490,07	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	0,48	-	-	0,48	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	300.174.113,94	153.580.841,44	153.565.543,35	146.593.272,50	15.298,09
DESPESAS DE CAPITAL	-	142.970.004,56	69.699.355,84	69.699.355,84	73.270.648,72	-
INVESTIMENTOS	-	141.788.067,00	69.381.810,84	69.381.810,84	72.406.256,16	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	1.181.937,56	317.545,00	317.545,00	864.392,56	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	455.426.041,67	234.394.629,90	234.379.331,81	221.031.411,77	15.298,09

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (b)			
	DESPESAS CORRENTES	-			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	12.387.519,35	12.387.519,35	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	169.670.829,82	168.891.749,01	779.080,81	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	9.709.288,74	9.702.997,74	6.291,00	-
INVESTIMENTOS	-	9.519.276,24	9.512.985,24	6.291,00	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	190.012,50	190.012,50	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	191.767.637,91	190.982.266,10	785.371,81	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	23.991.058.483,00	23.991.058.483,00	22.600.479.941,62	(1.390.578.541,38)
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.078.194.184,00	14.078.194.184,00	13.263.425.410,16	(814.768.773,84)
Impostos	13.347.528.421,00	13.347.528.421,00	12.660.989.173,46	(686.539.247,54)
Taxas	730.665.763,00	730.665.763,00	602.436.236,70	(128.229.526,30)
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.118.100.343,00	2.118.100.343,00	2.067.580.745,37	(50.519.597,63)
Contribuições Sociais	2.118.100.343,00	2.118.100.343,00	2.067.580.745,37	(50.519.597,63)
Contribuições Econômicas	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	708.256.192,00	708.256.192,00	892.287.650,68	184.031.458,68
Receitas Imobiliárias	8.286.682,00	8.286.682,00	10.888.059,26	2.601.377,26
Receitas de Valores Mobiliários	680.859.529,00	680.859.529,00	859.845.146,83	178.985.617,83
Receitas de Concessões e Permissões	11.187.276,00	11.187.276,00	4.862.053,27	(6.325.222,73)
Receita de Cessão de Direitos	6.422.509,00	6.422.509,00	15.190.083,18	8.767.574,18
Outras Receitas Patrimoniais	1.500.196,00	1.500.196,00	1.502.308,14	2.112,14
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.201.493,00	1.201.493,00	1.165.428,92	(36.064,08)
Receita da Produção Vegetal	750.000,00	750.000,00	724.732,75	(25.267,25)
Receita da Produção Animal e Derivados	451.493,00	451.493,00	440.696,17	(10.796,83)
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	4.112.211,00	4.112.211,00	4.088.570,67	(23.640,33)
Receita da Indústria de Transformação	71.693,00	71.693,00	31.082,25	(40.610,75)
Receita da Indústria de Construção	4.040.518,00	4.040.518,00	4.057.488,42	16.970,42
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	871.135.988,00	871.135.988,00	781.822.517,60	(89.313.470,40)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.706.668.029,00	5.706.668.029,00	5.016.437.483,80	(690.230.545,20)
Transferências Intragovernamentais	5.002.786.285,00	5.002.786.285,00	4.222.909.192,40	(779.877.092,60)
Transferências de Instituições Privadas	359.731.451,00	359.731.451,00	667.504.903,48	307.773.452,48
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	233.936,00	233.936,00	941.336,38	707.400,38
Transferências de Convênios	343.916.357,00	343.916.357,00	125.082.051,54	(218.834.305,46)
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	503.390.043,00	503.390.043,00	573.672.134,42	70.282.091,42
Multas e Juros de Mora	144.281.003,00	144.281.003,00	215.237.784,85	70.956.781,85
Indenizações e Restituições	244.956.555,00	244.956.555,00	258.594.727,16	13.638.172,16
Receita da Dívida Ativa	37.594.656,00	37.594.656,00	79.526.402,90	41.931.746,90
Receitas Correntes Diversas	76.557.829,00	76.557.829,00	20.313.219,51	(56.244.609,49)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.518.184.920,00	1.518.184.920,00	1.377.252.656,59	(140.932.263,41)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.399.108.132,00	1.399.108.132,00	1.253.880.610,78	(145.227.521,22)
Operações de Crédito Internas	1.050.677.144,00	1.050.677.144,00	1.037.465.146,04	(13.211.997,96)
Operações de Crédito Externas	348.430.988,00	348.430.988,00	216.415.464,74	(132.015.523,26)
ALIENAÇÃO DE BENS	54.148.001,00	54.148.001,00	9.078.706,18	(45.069.294,82)
Alienação de Bens Móveis	27.411.303,00	27.411.303,00	7.856.309,86	(19.554.993,14)
Alienação de Bens Imóveis	26.736.698,00	26.736.698,00	1.222.396,32	(25.514.301,68)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	12.505.647,00	12.505.647,00	23.349.837,80	10.844.190,80
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.423.140,00	22.423.140,00	57.023.693,58	34.600.553,58
Transferências Intergovernamentais	9.509.695,00	9.509.695,00	4.841.236,64	(4.668.458,36)
Transferências de Instituições Privadas	-	-	290.581,69	290.581,69
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	12.913.445,00	12.913.445,00	51.891.875,25	38.978.430,25
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	30.000.000,00	30.000.000,00	33.919.808,25	3.919.808,25
Integralização do Capital Social	-	-	9.905.880,91	9.905.880,91
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	30.000.000,00	30.000.000,00	24.013.927,34	(5.986.072,66)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	25.509.243.403,00	25.509.243.403,00	23.977.732.598,21	(1.531.510.804,79)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	25.509.243.403,00	25.509.243.403,00	23.977.732.598,21	(1.531.510.804,79)
DÉFICIT (VII)			-	
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	25.509.243.403,00	25.509.243.403,00	23.977.732.598,21	(1.531.510.804,79)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro		2.405.321.732,40	1.418.539.844,42	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	18.014.565.873,00	20.618.155.583,54	18.370.299.794,62	18.068.020.328,55	17.922.536.712,95	2.247.855.788,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.746.361.869,00	12.907.884.992,51	12.252.463.448,52	12.250.116.026,46	12.229.629.725,46	655.421.543,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.207.876.510,00	825.915.338,54	671.254.327,44	671.254.327,44	671.254.327,44	154.661.011,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.060.327.494,00	6.884.355.252,49	5.446.582.018,66	5.146.649.974,65	5.021.652.660,05	1.437.773.233,83
DESPESAS DE CAPITAL (X)	3.984.369.592,00	4.566.805.405,47	2.374.204.732,30	2.208.506.590,03	2.197.249.190,55	2.192.600.673,17
INVESTIMENTOS	3.079.339.954,00	3.709.412.830,83	1.710.707.939,77	1.545.009.797,50	1.534.251.912,02	1.998.704.891,06
INVERSÕES FINANCEIRAS	29.974.546,00	68.490.316,91	52.706.137,21	52.706.137,21	52.206.623,21	15.784.179,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	875.055.092,00	788.902.257,73	610.790.655,32	610.790.655,32	610.790.655,32	178.111.602,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	283.417.864,00	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XIII = (IX + X + XI + XII)	22.282.353.329,00	25.184.960.989,01	20.744.504.526,92	20.276.526.918,58	20.119.785.903,50	4.440.456.462,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII+ XIV)	22.282.353.329,00	25.184.960.989,01	20.744.504.526,92	20.276.526.918,58	20.119.785.903,50	4.440.456.462,09
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	3.233.228.071,29	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	22.282.353.329,00	25.184.960.989,01	23.977.732.598,21	20.276.526.918,58	20.119.785.903,50	4.440.456.462,09

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	256.697.982,96	133.479.886,52	133.467.021,72	123.218.096,44	12.864,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	10.501.143,61	9.865.554,61	9.865.554,61	635.589,00	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	0,48	-	-	0,48	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	246.196.838,87	123.614.331,91	123.601.467,11	122.582.506,96	12.864,80
DESPESAS DE CAPITAL	-	119.646.384,13	63.021.663,59	63.021.663,59	56.624.720,54	-
INVESTIMENTOS	-	118.464.446,57	62.704.118,59	62.704.118,59	55.760.327,98	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	1.181.937,56	317.545,00	317.545,00	864.392,56	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	376.344.367,09	196.501.550,11	196.488.685,31	179.842.816,98	12.864,80

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (b)			
	DESPESAS CORRENTES	-			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	10.980.761,38	10.980.761,38	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	169.145.551,50	168.373.662,77	771.888,73	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	9.671.676,94	9.665.385,94	6.291,00	-
INVESTIMENTOS	-	9.481.664,44	9.475.373,44	6.291,00	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	190.012,50	190.012,50	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	189.797.989,82	189.019.810,09	778.179,73	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2016	Janeiro a Dezembro/2015
Receita Orçamentária (I)	24.284.266.243,91	22.741.779.433,00
Ordinária	15.829.779.594,25	14.520.400.997,03
Vinculada	8.454.486.649,66	8.221.378.435,97
Recursos Vinculados à Educação	2.465.237.436,86	2.325.982.994,29
Recursos Vinculados à Saúde	546.379.128,87	574.871.046,14
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.098.611.161,46	1.830.816.345,11
Recursos Vinculados à Assistência Social	644.832.567,68	1.131.460.481,75
Recursos Vinculados à Segurança Pública	560.391.938,40	525.905.343,72
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	124.279.061,85	124.702.814,61
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	52.812.043,48	48.126.792,22
Recursos Vinculados a Programas de Infra Estrutura de Transportes	35.678.558,46	12.753.077,65
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	3.247.163,19	6.443.897,37
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	9.213.999,25	6.168.060,78
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	1.435.122.243,16	1.147.970.193,68
Outras Vinculações de Recursos	478.681.347,00	486.177.388,65
Transferências Financeiras Recebidas (II)	67.558.634.002,06	65.716.316.027,12
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	18.076.123.123,76	17.626.765.061,58
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	46.526.942.251,03	44.919.352.369,73
Transferências Recebidas Aportes RPPS	2.955.568.627,27	3.170.198.595,81
Recebimentos Extraorçamentários (III)	18.139.135.425,75	15.384.679.187,52
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	542.078.139,03	455.426.041,67
Inscrição de Restos a Pagar Processados	157.083.968,03	191.767.637,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.060.473.054,97	12.242.000.796,94
Aplicações do RPPS	4.379.492.310,79	2.495.420.949,33
Outros Recebimentos Extraorçamentários	7.952,93	63.761,67
Saldo do Exercício Anterior (IV)	7.999.953.779,44	7.239.307.188,25
Caixa e Equivalente de Caixa	7.999.953.779,44	7.239.307.188,25
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	117.981.989.451,16	111.082.081.835,89



BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2016	Janeiro a Dezembro/2015
Despesa Orçamentária (VI)	24.179.579.471,50	22.979.636.740,42
Ordinária	15.606.463.892,07	14.863.376.179,64
Vinculada	8.573.115.579,43	8.116.260.560,78
Recursos Vinculados à Educação	2.411.218.007,35	2.341.214.651,82
Recursos Vinculados à Saúde	583.483.176,65	629.344.517,72
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.568.998.236,74	1.636.807.508,54
Recursos Vinculados à Assistência Social	646.711.451,49	1.133.700.719,35
Recursos Vinculados à Segurança Pública	553.103.171,54	547.689.158,09
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	127.598.417,06	129.106.954,12
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	48.818.122,49	35.605.069,15
Recursos Vinculados a Programas de Infra Estrutura de Transportes	31.500.247,30	13.186.094,47
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	7.801.541,50	19.761.266,17
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	3.283.555,50	15.177.467,34
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	1.291.824.279,90	1.235.513.812,25
Outras Vinculações de Recursos	298.775.371,91	379.153.341,76
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	67.558.634.002,06	65.714.275.694,91
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	18.076.123.123,76	17.624.724.727,59
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	46.526.942.251,03	44.919.352.371,51
Transferências Concedidas Aportes RPPS	2.955.568.627,27	3.170.198.595,81
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	17.025.842.743,02	14.388.215.621,12
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	234.379.331,81	211.142.071,48
Pagamento de Restos a Pagar Processados	190.982.266,10	55.380.719,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.614.215.397,30	11.425.114.935,58
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	15.298,09	1.673,66
Aplicações do RPPS	3.986.250.359,72	2.696.576.221,38
Perdas Aplicação Financeira RPPS	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	90,00	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	9.217.933.234,58	7.999.953.779,44
Caixa e Equivalente de Caixa	9.217.933.234,58	7.999.953.779,44
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	117.981.989.451,16	111.082.081.835,89



BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2016			JANEIRO a DEZEMBRO/2015		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	24.096.926.433,52	8.267.146.839,27	15.829.779.594,25	22.323.482.273,54	7.803.081.276,51	14.520.400.997,03
Vinculada	8.668.705.646,59	214.218.996,93	8.454.486.649,66	8.479.132.707,97	257.754.272,00	8.221.378.435,97
Recursos Vinculados à Educação	2.465.725.173,85	487.736,99	2.465.237.436,86	2.326.041.849,45	58.855,16	2.325.982.994,29
Recursos Vinculados à Saúde	546.522.128,87	143.000,00	546.379.128,87	574.904.046,14	33.000,00	574.871.046,14
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.109.033.511,83	10.422.350,37	2.098.611.161,46	1.834.464.297,73	3.647.952,62	1.830.816.345,11
Recursos Vinculados à Assistência Social	754.778.193,24	109.945.625,56	644.832.567,68	1.339.422.243,30	207.961.761,55	1.131.460.481,75
Recursos Vinculados à Segurança Pública	560.419.537,32	27.598,92	560.391.938,40	525.940.008,75	34.665,03	525.905.343,72
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	205.586.464,57	81.307.402,72	124.279.061,85	165.803.421,34	41.100.606,73	124.702.814,61
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	52.812.043,48	-	52.812.043,48	48.126.792,22	-	48.126.792,22
Recursos Vinculados a Programas de Infra-estrutura de Transportes	46.770.617,14	11.092.058,68	35.678.558,46	16.779.930,55	4.026.852,90	12.753.077,65
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	3.248.031,19	868,00	3.247.163,19	6.765.498,19	321.600,82	6.443.897,37
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	9.213.999,25	-	9.213.999,25	6.168.060,78	-	6.168.060,78
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	1.435.122.243,16	-	1.435.122.243,16	1.147.970.193,68	-	1.147.970.193,68
Outras Vinculações de Recursos	479.473.702,69	792.355,69	478.681.347,00	486.746.365,84	568.977,19	486.177.388,65
TOTAL	32.765.632.080,11	8.481.365.836,20	24.284.266.243,91	30.802.614.981,51	8.060.835.548,51	22.741.779.433,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - São consideradas como despesas orçamentárias as despesas empenhadas no exercício.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2016	Janeiro a Dezembro/2015
Receita Orçamentária (I)	23.977.732.598,21	22.441.779.749,96
Ordinária	15.524.319.013,70	14.221.348.068,04
Vinculada	8.453.413.584,51	8.220.431.681,92
Recursos Vinculados à Educação	2.465.237.436,86	2.325.982.994,29
Recursos Vinculados à Saúde	546.379.128,87	574.871.046,14
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.098.611.161,46	1.830.816.345,11
Recursos Vinculados à Assistência Social	644.832.567,68	1.131.460.481,75
Recursos Vinculados à Segurança Pública	560.391.938,40	525.905.343,72
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	124.279.061,85	124.702.814,61
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	52.812.043,48	48.126.792,22
Recursos Vinculados a Programas de Infra Estrutura de Transportes	35.678.558,46	12.753.077,65
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	3.247.163,19	6.443.897,37
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	9.213.999,25	6.168.060,78
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	1.435.122.243,16	1.147.970.193,68
Outras Vinculações de Recursos	477.608.281,85	485.230.634,60
Transferências Financeiras Recebidas (II)	63.731.848.982,94	62.177.082.367,04
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	14.473.867.633,41	14.296.483.698,50
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	46.302.412.722,26	44.710.400.072,73
Transferências Recebidas Aportes RPPS	2.955.568.627,27	3.170.198.595,81
Recebimentos Extraorçamentários (III)	13.900.001.090,16	11.242.652.669,18
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	467.977.608,34	376.344.367,09
Inscrição de Restos a Pagar Processados	156.741.015,08	189.797.989,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.895.782.203,02	8.181.025.601,27
Aplicações do RPPS	4.379.492.310,79	2.495.420.949,33
Outros Recebimentos Extraorçamentários	7.952,93	63.761,67
Saldo do Exercício Anterior (IV)	2.266.072.370,58	2.498.300.180,93
Caixa e Equivalente de Caixa	2.266.072.370,58	2.498.300.180,93
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	103.875.655.041,89	98.359.814.967,11



BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2016	Janeiro a Dezembro/2015
Despesa Orçamentária (VI)	20.744.504.526,92	19.749.290.585,85
Ordinária	12.494.761.760,10	11.918.736.312,78
Vinculada	8.249.742.766,82	7.830.554.273,07
Recursos Vinculados à Educação	2.411.218.007,35	2.341.214.651,82
Recursos Vinculados à Saúde	583.483.176,65	629.344.517,72
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.338.067.757,00	1.452.097.934,25
Recursos Vinculados à Assistência Social	615.049.997,20	1.070.638.765,87
Recursos Vinculados à Segurança Pública	553.103.171,54	547.689.158,09
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	104.337.979,60	112.641.061,28
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	48.818.122,49	35.605.069,15
Recursos Vinculados a Programas de Infra Estrutura de Transportes	31.500.247,30	13.186.094,47
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	7.801.541,50	19.761.266,17
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	3.283.555,50	15.147.967,34
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	1.291.824.279,90	1.235.513.812,25
Outras Vinculações de Recursos	261.254.930,79	357.713.974,66
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	66.908.781.956,08	65.143.599.442,79
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	17.819.063.550,40	17.436.655.860,75
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	46.302.412.722,26	44.710.400.074,51
Transferências Concedidas Aportes RPPS	2.787.305.683,42	2.996.543.507,53
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	13.197.688.101,90	11.200.852.567,89
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	196.488.685,31	164.179.122,13
Pagamento de Restos a Pagar Processados	189.019.810,09	54.674.800,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.825.916.291,98	8.285.421.160,62
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	12.864,80	1.263,00
Aplicações do RPPS	3.986.250.359,72	2.696.576.221,38
Perdas Aplicação Financeira RPPS	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	90,00	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	3.024.680.456,99	2.266.072.370,58
Caixa e Equivalente de Caixa	3.024.680.456,99	2.266.072.370,58
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	103.875.655.041,89	98.359.814.967,11



BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2016			JANEIRO a DEZEMBRO/2015		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	23.789.862.689,74	8.265.543.676,04	15.524.319.013,70	22.022.765.703,87	7.801.417.635,83	14.221.348.068,04
Vinculada	8.667.632.581,44	214.218.996,93	8.453.413.584,51	8.478.185.953,92	257.754.272,00	8.220.431.681,92
Recursos Vinculados à Educação	2.465.725.173,85	487.736,99	2.465.237.436,86	2.326.041.849,45	58.855,16	2.325.982.994,29
Recursos Vinculados à Saúde	546.522.128,87	143.000,00	546.379.128,87	574.904.046,14	33.000,00	574.871.046,14
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.109.033.511,83	10.422.350,37	2.098.611.161,46	1.834.464.297,73	3.647.952,62	1.830.816.345,11
Recursos Vinculados à Assistência Social	754.778.193,24	109.945.625,56	644.832.567,68	1.339.422.243,30	207.961.761,55	1.131.460.481,75
Recursos Vinculados à Segurança Pública	560.419.537,32	27.598,92	560.391.938,40	525.940.008,75	34.665,03	525.905.343,72
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	205.586.464,57	81.307.402,72	124.279.061,85	165.803.421,34	41.100.606,73	124.702.814,61
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	52.812.043,48	-	52.812.043,48	48.126.792,22	-	48.126.792,22
Recursos Vinculados a Programas de Infra-estrutura de Transportes	46.770.617,14	11.092.058,68	35.678.558,46	16.779.930,55	4.026.852,90	12.753.077,65
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	3.248.031,19	868,00	3.247.163,19	6.765.498,19	321.600,82	6.443.897,37
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	9.213.999,25	-	9.213.999,25	6.168.060,78	-	6.168.060,78
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	1.435.122.243,16	-	1.435.122.243,16	1.147.970.193,68	-	1.147.970.193,68
Outras Vinculações de Recursos	478.400.637,54	792.355,69	477.608.281,85	485.799.611,79	568.977,19	485.230.634,60
TOTAL	32.457.495.271,18	8.479.762.672,97	23.977.732.598,21	30.500.951.657,79	8.059.171.907,83	22.441.779.749,96

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - São consideradas como despesas orçamentárias as despesas empenhadas no exercício.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.393.080.472,80	9.453.686.849,70
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	11.393.080.472,80	9.453.686.849,70
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	9.217.933.234,58	7.999.953.779,44
Conta Única - Tesouro	295.322,14	278.911,12
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	11.854.268,80	18.472.342,20
Rede Bancária - Arrecadação	14.597.011,92	13.708.892,49
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	9.191.175.159,51	7.966.797.046,19
Conta Única - RPPS	11.472,21	696.587,44
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Intra OFSS	2.175.147.238,22	1.453.733.070,26
Recursos Liberados pelo Tesouro	2.175.147.238,22	1.453.733.070,26
Créditos a Curto Prazo	1.580.650.001,30	1.118.043.189,45
Créditos Tributários a Receber	1.470.661.940,91	1.049.062.258,26
Créditos Tributários a Receber - Consolidação	1.457.715.527,38	1.036.115.844,82
Impostos	887.716.889,37	565.631.564,34
Contribuições Sociais	7.327.083,84	2.131.399,82
Créditos Tributários Parcelados	562.671.554,17	468.352.880,66
Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	12.670.918,25	12.670.918,16
=Créditos Previdenciários Parcelados	12.670.918,25	12.670.918,16
Créditos Tributários a Receber -Inter OFSS - Município	275.495,28	275.495,28
=Créditos Previdenciários Parcelados	275.495,28	275.495,28
Clientes	71.780.362,36	56.128.812,67
Clientes - Consolidação	71.780.362,36	56.128.812,67
Faturas/Duplicatas a Receber	71.671.108,19	56.019.558,50
=Faturas/Duplicatas a Receber Vencidas	109.254,17	109.254,17
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	70.667.220,97	28.891.787,65
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	28.891.787,65	28.891.787,65
Financiamentos Concedidos a Receber	28.891.787,65	28.891.787,65



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	41.775.433,32	-
Financiamentos Concedidos a Receber	41.775.433,32	-
Dívida Ativa Tributária	677.358.874,84	167.346.151,88
Dívida Ativa Tributária - Consolidação	677.358.874,84	167.346.151,88
Dívida Ativa Tributária Inscrita	677.358.874,84	167.346.151,88
Dívida Ativa Não Tributária	2.395.425,46	937.342,26
Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	2.395.425,46	937.342,26
Dívida Ativa Não Tributária	2.395.425,46	937.342,26
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(712.213.823,24)	(184.323.163,27)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo-Consolidação	(712.213.823,24)	(184.323.163,27)
*(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(16.979.397,84)	(66.495,65)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(16.161.560,81)	(16.161.560,81)
(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Tributária	(676.690.013,08)	(167.198.519,00)
*(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(2.382.851,51)	(896.587,81)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.124.483.101,05	1.724.965.090,42
Adiantamentos Concedidos	1.648.047.196,14	1.326.410.066,92
Adiantamentos Concedidos - Consolidação	1.629.463.367,94	1.301.061.153,32
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	9.087.115,60	10.747.701,28
=Suprimento de Fundos/Diárias	14.162.581,24	16.146.015,29
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.606.213.671,10	1.274.167.436,75
Adiantamentos Concedidos - Intra OFSS	18.583.828,20	25.348.913,60
Adiantamento para Pagamento de Precatórios Regime Especial	18.583.828,20	25.348.913,60
Tributos a Recuperar / Compensar	5.943.167,04	5.860.980,75
Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	763,20	763,20
ICMS a Recuperar/ Compensar	763,20	763,20
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS União	5.774.734,15	5.692.547,86
IRRF a Compensar	3.202.189,23	3.120.002,94
IR e CPLL a Recuperar / Compensar	1.424.340,18	1.424.340,18



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
INSS a Compensar	471.255,87	471.255,87
COFINS a Compensar	532.246,32	532.246,32
PIS/PASEP a Compensar	120.235,90	120.235,90
Outros Tributos a Recuperar / Compensar	24.466,65	24.466,65
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS Municípios	167.669,69	167.669,69
ISS a Compensar	167.669,69	167.669,69
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	-	476.068,12
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Consolidação	-	476.068,12
=Créditos a Receber por Descentralização de Serviços Públicos - Faixa de Domínio	-	476.068,12
Créditos por Danos ao Patrimônio	227.873.627,02	197.884.153,70
Créditos por Danos ao Patrimônio-Consolidação	227.873.627,02	197.884.153,70
Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	142.061.698,04	120.677.375,45
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)	85.811.928,98	77.206.778,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	113.439.422,28	62.351.907,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados-Consolidação	113.439.422,28	62.351.907,01
=Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	33.900,00	33.900,00
=Valores Apreendidos por Decisão Judicial	113.405.522,28	62.318.007,01
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	546.775.425,67	498.211.729,94
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Consolidação	526.445.224,85	496.947.060,22
=Aluguéis a Receber	1.067.443,16	523.929,79
=Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	419.966.569,55	367.823.163,58
=Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	150.405,25	171.085,23
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.599.934,86	2.242.207,29
=Créditos a Receber Decorrentes de Pagamento de Despesas de Terceiros	-	311.338,60
=Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	-	8.926,28
=Dividendos Propostos a Receber	4.900.528,88	5.020.498,57
=Cheques em Cobrança	78.434,94	83.034,94
=Multas de Trânsito a Receber	29.975.366,82	35.754.510,97



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	2.605,54	1.090,09
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	14.553.622,78	26.506.701,25
Ajuste dos Créditos a Receber	13.547.706,99	11.817.077,64
=Créditos a Receber Decorrentes de Compensação Brasil Telecom	23.537,45	35.901,56
=Créditos a Receber Decorrentes de Danos Causados ao Patrimônio Público	2.490.576,82	823.064,50
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	1.006.546,66	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	37.081.945,15	45.824.529,93
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	18.790.613,29	-
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.013.668,01	-
Contribuição Patronal do Plano de Saúde dos Servidores	17.776.945,28	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Inter União	1.404,79	-
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.404,79	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS Município	1.538.182,74	1.264.669,72
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	41.981,72	-
=Créditos a Receber Decorrentes de Cessão de Uso de Áreas Públicas	1.496.201,02	1.264.669,72
(-) Ajuste de Perdas com Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(417.595.737,10)	(366.229.816,02)
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo -Consolidação	(417.595.737,10)	(366.229.816,02)
(-) Ajuste de Perdas em Créditos por Danos ao Patrimônio	(368,68)	-
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	(417.595.368,42)	(366.229.816,02)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	337.348.401,29	730.590.352,36
Títulos e Valores Mobiliários	337.348.401,29	730.590.352,36
Títulos e Valores Mobiliários-Consolidação	337.348.401,29	730.590.352,36
=Ações Passíveis de Alienação	216.162,40	216.162,40
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	321.609.495,29	727.954.087,88
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	15.522.743,60	2.420.102,08
Estoques	178.425.253,87	209.714.859,14
Mercadorias para Revenda	1.004.859,29	1.111.886,40
Mercadorias para Revenda - Consolidação	1.004.859,29	1.111.886,40



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Mercadorias - Estoques Programas Próprios	984.522,64	1.091.549,75
Mercadorias em Armazéns de Terceiros para Revenda	20.336,65	20.336,65
Matérias-Primas	696.370,75	1.067.630,23
Matérias-Primas - Consolidação	696.370,75	1.067.630,23
Matérias-Primas - Armazéns Próprios	696.370,75	1.067.630,23
Almoxarifado	170.631.338,99	206.491.790,19
Almoxarifado - Consolidação	170.631.338,99	206.491.790,19
=Material de Consumo	143.673.816,55	172.088.781,15
Bens Móveis	26.957.522,44	34.403.009,04
Outros Estoques	6.093.256,79	1.044.124,27
Outros Estoques - Consolidação	6.093.256,79	1.044.124,27
Estoques para Doação e/ou Permuta	1.738.469,81	1.044.124,27
Construções Civas	4.354.786,98	-
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas em Estoques	(571,95)	(571,95)
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	11.355.328,20	5.369.708,92
Prêmios de Seguros a Apropriar	4.969.639,56	3.414.937,48
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	4.969.639,56	3.414.937,48
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	4.969.639,56	3.414.937,48
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	6.385.688,64	1.954.771,44
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	6.385.688,64	1.954.771,44
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	6.385.688,64	1.954.771,44
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	15.625.342.558,51	13.242.370.049,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.066.005.897,41	2.844.650.264,70
Créditos a Longo Prazo	2.582.775.648,96	2.479.933.590,53
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	2.565.643.611,46	2.449.855.139,50



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Créditos Tributários a Receber	2.276.165.527,04	2.145.747.154,55
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	278.253.242,63	284.085.856,81
Dívida Ativa Tributária	12.961.444.069,90	11.497.800.873,95
Dívida Ativa Não Tributária	328.788.834,45	237.157.253,89
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(13.279.008.062,56)	(11.714.935.999,70)
Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	-	12.670.918,25
Dívida Ativa Tributária	-	12.670.918,25
Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	17.132.037,50	17.407.532,78
Dívida Ativa Tributária	17.132.037,50	17.407.532,78
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	183.452.606,97	153.871.842,20
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	183.452.606,97	153.871.842,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	90.962.107,30	67.737.341,76
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	92.777.190,07	86.166.222,14
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(286.690,40)	(31.721,70)
Estoques	12.623.461,33	16.590.448,69
Estoques - Consolidação	12.623.461,33	16.590.448,69
Outros Estoques	12.623.461,33	16.590.448,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	287.154.180,15	194.254.383,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	287.154.180,15	194.254.383,28
Demais VPD a Apropriar	287.154.180,15	194.254.383,28
Investimentos	3.424.994.934,29	3.325.114.363,47
Participações Permanentes	3.383.191.856,28	3.325.114.363,38
Participações Permanentes - Consolidação	3.377.342.637,57	3.300.451.228,32
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.376.978.276,50	3.300.086.867,25
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	364.361,07	364.361,07
Participações Permanentes - Intra OFSS	5.849.218,71	24.663.135,06
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	5.844.018,71	24.657.935,06
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	5.200,00	5.200,00



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Propriedades para Investimento	41.803.077,93	-
Propriedades para Investimento - Consolidação	41.803.077,93	-
Edifícios	13.324.492,93	-
Terrenos	28.478.585,00	-
Demais Investimentos Permanentes	0,08	0,09
Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	0,08	0,09
=Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,08	0,09
Imobilizado	20.547.272.549,01	12.088.165.514,24
Bens Móveis	2.162.790.079,54	2.079.580.351,83
Bens Móveis - Consolidação	2.162.790.079,54	2.079.580.351,83
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	767.067.887,96	764.590.041,65
Equipamentos de Tecnologia da Informação	339.810.220,17	316.380.902,63
Móveis e Utensílios	335.919.390,09	328.392.322,47
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	111.397.101,18	109.427.437,70
Veículos	556.767.289,54	515.378.970,06
Armamentos	45.830.336,67	36.811.823,31
Semoventes	628.070,80	525.423,74
Peças não Incorporáveis a Imóveis	4.610.164,89	3.682.194,80
Demais Bens Móveis	759.618,24	4.391.235,47
Bens Imóveis	19.496.171.100,16	10.836.850.303,34
Bens Imóveis - Consolidação	19.496.171.100,16	10.836.850.303,34
Bens de Uso Especial	6.451.657.477,78	6.225.955.366,62
Bens Dominicais	19.834,86	20.598,50
Bens de Uso Comum do Povo	8.781.760.071,09	1.170.159.807,30
Bens Imóveis em Andamento	4.172.459.075,29	3.364.785.762,83
Instalações	59.454.837,67	56.074.454,38
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	15.517.798,31	7.457.973,88
Demais Bens Imóveis	15.302.005,16	12.396.339,83



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(1.080.698.447,34)	(828.259.424,65)
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas -Consolidação	(1.080.698.447,34)	(828.259.424,65)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(705.575.072,65)	(551.785.441,96)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(375.122.693,99)	(276.473.982,69)
(-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis	(680,70)	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(30.990.183,35)	(5.716,28)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	(30.990.183,35)	(5.716,28)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis	(30.990.183,35)	(5.716,28)
Intangível	255.598.278,66	195.437.128,27
Softwares	288.038.217,00	212.258.131,50
Softwares - Consolidação	288.038.217,00	212.258.131,50
Softwares	213.426.521,31	149.306.306,39
Softwares em Desenvolvimento	74.611.695,69	62.951.825,11
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247.029,71	248.426,71
Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	247.029,71	248.426,71
Marcas e Patentes Industriais	441,03	1.838,03
Outros Direitos - Bens Intangíveis	246.588,68	246.588,68
(-) Amortização Acumulada	(29.178.809,90)	(17.069.429,94)
(-) Amortização Acumulada-Consolidação	(29.178.809,90)	(17.069.429,94)
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(29.122.370,81)	(17.012.990,85)
(-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(56.439,09)	(56.439,09)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível	(3.508.158,15)	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível -Consolidação	(3.508.158,15)	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Softwares	(3.508.158,15)	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	27.293.871.659,37	18.453.367.270,68
TOTAL DO ATIVO	42.919.214.217,88	31.695.737.320,67

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	227.557.399,90	218.709.271,12
Pessoal a Pagar	88.559.311,11	76.479.400,92
Pessoal a Pagar - Consolidação	87.029.890,83	76.479.400,92
Pessoal a Pagar do Exercício	14.226.161,18	18.276.379,98
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	22.543.787,52	21.819.943,12
Pecatórios de Pessoal	50.031.777,17	36.072.192,11
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	228.164,96	291.645,37
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos (P)	-	19.240,34
Pessoal a Pagar - Intra OFSS	1.013.668,01	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	939.309,06	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos (P)	74.358,95	-
Pessoal a Pagar - Inter União	43.952,08	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	43.952,08	-
Pessoal a Pagar - Inter Estado	23.670,76	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	23.670,76	-
Pessoal a Pagar - Inter Município	448.129,43	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	448.129,43	-
Benefícios Previdenciários a Pagar	49.837.717,03	47.052.377,68
Benefícios Previdenciários a Pagar-Consolidação	49.837.717,03	47.052.377,68
Benefícios Previdenciários	2.528.771,60	2.351.419,83
Pecatórios de Benefícios Previdenciários	47.308.945,43	44.700.957,85
Benefícios Assistenciais a Pagar	172.946,22	-
Benefícios Assistenciais a Pagar -Consolidação	172.946,22	-
=Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício (F)	172.946,22	-
Encargos Sociais a Pagar	88.987.425,54	95.177.492,52
Encargos Sociais a Pagar-Consolidação	3.076.906,54	1.290.992,72
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.606.015,74	1.290.992,72



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Outros Encargos Sociais	470.890,80	-
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	30.447.863,53	29.060.016,31
Contribuição a Regime Próprio de Previdência (RPPS)	12.670.918,25	12.670.918,16
Contribuição ao Plano de Saúde	17.776.945,28	16.389.098,15
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	55.462.655,47	64.826.483,49
INSS a Pagar	55.462.655,47	64.826.483,49
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	624.484.037,06	970.308.420,39
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	251.177.888,56	594.464.879,75
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	81.609.120,47	88.235.856,49
Empréstimos Internos - em Contratos	81.609.120,47	88.235.856,49
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	169.568.768,09	506.229.023,26
Empréstimos Internos - em Contratos	169.568.768,09	506.229.023,26
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	330.729.890,38	375.843.540,64
Empréstimos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	330.729.890,38	375.843.540,64
Empréstimos Externos - em Contratos	330.729.890,38	375.843.540,64
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	42.576.258,12	-
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Consolidação	800.824,80	-
=Financiamentos Internos (P)	800.824,80	-
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Intra OFSS	41.775.433,32	-
=Financiamentos Internos (P)	41.775.433,32	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	443.761.982,59	457.280.318,70
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	443.761.982,59	456.083.237,04
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	443.761.982,59	456.083.237,04
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	82.197.337,57	125.053.157,46
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Credores Nacionais	361.564.645,02	331.030.079,58
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	-	1.197.081,66
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	-	1.197.081,66
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	-	1.197.081,66



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.277.732,99	18.084.411,90
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	17.261.721,16	17.258.698,91
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	17.261.721,16	17.258.698,91
IRPJ a Recolher	606.999,68	606.999,68
PIS/PASEP a Recolher	45.806,38	-
Tributos Federais Renegociados	16.389.675,22	16.432.459,35
CSLL a Recolher	219.239,88	219.239,88
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	1.016.011,83	825.712,99
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	1.016.011,83	825.712,99
ISS a Recolher	95.895,49	101,65
Tributos Municipais Renegociados	825.040,97	825.040,97
Taxas Municipais	95.075,37	570,37
Provisões a Curto Prazo	628.053.455,23	470.347.303,23
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	13.791.723,76	14.955.748,88
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	13.791.723,76	14.955.748,88
Provisão para Indenizações Trabalhistas (P)	13.791.723,76	14.955.748,88
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	1.725.677,87	3.745.341,02
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	1.725.677,87	3.745.341,02
=Provisão para Indenizações Cíveis	1.725.677,87	3.745.341,02
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	584.390.276,10	415.306.490,46
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	221.742.351,61	157.231.006,47
Provisão para Transferência ao FUNDEB	221.742.351,61	157.231.006,47
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	362.647.924,49	258.075.483,99
Provisão para Distribuição Constitucional e Legal de Receitas	362.647.924,49	258.075.483,99
Outras Provisões a Curto Prazo	28.145.777,50	36.339.722,87
Outras Provisões a Curto Prazo -Consolidação	28.145.777,50	36.339.722,87
Provisão para Contingências	28.145.777,50	36.339.722,87
Demais Obrigações a Curto Prazo	8.379.080.014,41	6.937.938.821,18



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos de Clientes	73.573.550,53	74.530.647,22
Adiantamentos de Clientes-Consolidação	73.573.550,53	74.530.647,22
=Adiantamentos de Clientes (P)	73.573.550,53	74.530.647,22
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	-	1.104.309,72
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar-Consolidação	-	1.104.309,72
Dividendos a Pagar - Tesouro Estadual	-	1.104.309,72
Valores Restituíveis	5.795.635.967,95	5.298.240.572,11
Valores Restituíveis - Consolidação	5.795.635.967,95	5.298.240.572,11
Consignações	120.446.699,55	31.020.139,38
Garantias	8.205.683,97	7.024.149,95
Depósitos Judiciais	5.529.320.518,02	5.148.610.484,43
Depósitos não Judiciais	137.663.066,41	111.585.798,35
Outras Obrigações a Curto Prazo	2.509.870.495,93	1.564.063.292,13
Outras Obrigações a Curto Prazo-Consolidação	314.776.441,73	84.444.938,66
Indenizações e Restituições	42.389.085,90	39.670.728,33
Diárias a Pagar	14.777,50	21.219,00
Convênios a Pagar	1.467.648,72	1.004.563,00
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	41.115,00	-
Subvenções Econômicas a Pagar	1.977,00	9.000,00
Valores em Trânsito Exigíveis	3.017.771,43	293.715,72
Depósitos Compulsórios a Pagar	7.197,90	-
Sentenças Judiciais a Pagar	34.267.971,37	36.279.587,98
Suprimentos de Fundos a Pagar	15.000,00	21.000,00
Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária	231.663.896,91	7.145.124,63
Credores a Pagar - Acordo Parcelamento	1.890.000,00	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	2.193.731.066,42	1.479.081.983,86
Adiantamentos Recebidos	18.583.828,20	25.348.913,60
Recursos Especiais a Liberar	2.175.147.238,22	1.453.733.070,26



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - União	-	463.790,96
Indenizações e Restituições	-	463.790,96
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	1.362.987,78	72.578,65
Transferências Fundo a Fundo a Pagar	1.362.987,78	72.578,65
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	10.321.214.622,18	9.072.668.546,52
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	797.981.376,20	763.716.359,60
Pessoal a Pagar	200.098.424,74	144.288.768,44
Pessoal a Pagar-Consolidação	200.098.424,74	144.288.768,44
Precatórios de Pessoal	200.098.424,74	144.288.768,44
Benefícios Previdenciários a Pagar	189.235.781,77	178.803.831,36
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	189.235.781,77	178.803.831,36
Precatórios de Benefícios Previdenciários	189.235.781,77	178.803.831,36
Encargos Sociais a Pagar	408.647.169,69	440.623.759,80
Encargos Sociais a Pagar-Consolidação	-	10.178.664,37
Contribuição a Regime Próprio de Previdência (RPPS)	-	10.178.664,37
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	-	12.670.918,25
Contribuição a Regime Próprio de Previdência (RPPS)	-	12.670.918,25
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	408.647.169,69	417.774.177,18
INSS a Pagar	408.647.169,69	417.774.177,18
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	18.838.624.566,44	17.277.420.621,24
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	15.974.628.648,95	13.711.747.782,59
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	5.858.853.167,70	5.052.684.907,73
Empréstimos Internos - em Contratos	5.858.853.167,70	5.052.684.907,73
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	10.115.775.481,25	8.659.062.874,86
Empréstimos Internos - em Contratos	10.115.775.481,25	8.659.062.874,86
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	2.858.790.556,29	3.565.616.722,17
Empréstimos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	2.858.790.556,29	3.565.616.722,17



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
=Empréstimos Externos - em Contratos	2.858.790.556,29	3.565.616.722,17
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	5.205.361,20	56.116,48
Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	5.205.361,20	56.116,48
=Financiamentos Internos	5.205.361,20	56.116,48
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.446.314.905,78	1.324.171.369,37
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.446.314.905,78	1.324.171.369,37
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo - Consolidação	1.446.314.905,78	1.324.171.369,37
=Fornecedores Nacionais	54.590,19	51.051,20
Precatórios de Fornecedores Nacionais	1.446.260.315,59	1.324.120.318,17
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	265.590.332,72	258.458.555,84
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	265.590.332,72	258.443.511,58
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS União	265.590.332,72	258.443.511,58
Tributos Federais Renegociados	265.590.332,72	258.443.511,58
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios	-	15.044,26
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	-	15.044,26
=Outros Tributos e Contribuições Municipais a Recolher	-	15.044,26
Provisões a Longo Prazo	755.819.768,59	653.418.584,38
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	12.849.941,46	12.362.929,09
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	12.849.941,46	12.362.929,09
=Provisão para Indenizações Trabalhistas	12.849.941,46	12.362.929,09
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	730.398.540,93	603.212.947,99
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	730.398.540,93	603.212.947,99
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	730.398.540,93	-
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	-	-
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	-	8.956.477,38
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	-	388.410.290,24
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	-	205.846.180,37
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo	-	34.442.317,77



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Consolidação	-	34.442.317,77
=Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	-	34.442.317,77
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	12.571.286,20	3.400.389,53
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	12.571.286,20	3.400.389,53
=Provisão para Indenizações Cíveis	12.571.286,20	3.400.389,53
Demais Obrigações a Longo Prazo	684.411.243,91	639.113.464,65
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	207.402.012,07	278.511.273,43
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo-Consolidação	207.402.012,07	278.511.273,43
=Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	207.402.012,07	278.511.273,43
Valores Restituíveis	158.001.633,63	135.750.597,50
Valores Restituíveis - Consolidação	158.001.633,63	135.750.597,50
Depósitos Judiciais	158.001.633,63	135.750.597,50
Outras Obrigações a Longo Prazo	319.007.598,21	224.851.593,72
Outras Obrigações a Longo Prazo-Consolidação	319.007.598,21	224.851.593,72
Indenizações e Restituições	312.028.979,80	213.082.166,62
Outras Dívidas Junto ao RPPS	-	4.790.808,69
=Outros Credores a Longo Prazo	6.978.618,41	6.978.618,41
Resultado Diferido	657.739.791,60	644.230.104,03
Varição Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	657.739.791,60	644.230.104,03
Varição Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	657.739.791,60	644.230.104,03
=Varição Patrimonial Aumentativa Diferida	657.739.791,60	644.230.104,03
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	23.446.481.985,24	21.560.529.059,11
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	231.448.522,39	221.542.641,48
Capital Social Realizado	231.448.522,39	221.542.641,48
Capital Social Realizado - Consolidação	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Subscrito	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Realizado - Intra OFSS	224.793.168,29	214.887.287,38



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social Subscrito	225.609.177,88	214.898.002,53
(-) Capital Social a Realizar	(816.009,59)	(10.715,15)
Capital Social Realizado - Inter OFSS União	5.383.499,10	5.383.499,10
Capital Social Subscrito	5.658.555,03	5.658.555,03
(-) Capital Social a Realizar	(275.055,93)	(275.055,93)
Capital Social Realizado - Inter OFSS Município	1.067,00	1.067,00
Capital Social Subscrito	1.067,00	1.067,00
Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital - Consolidação	357.481,14	357.481,14
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	242.720,74	242.720,74
Demais Reservas de Capital	114.760,40	114.760,40
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS União	10.835,34	10.835,34
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	7.356,92	7.356,92
Demais Reservas de Capital	3.478,42	3.478,42
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS Município	111,40	111,40
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	75,64	75,64
Demais Reservas de Capital	35,76	35,76
Demais Reservas	8.088.202,21	8.088.202,21
Reserva de Reavaliação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação - Consolidação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	2.452.340,00	2.452.340,00
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.362.341,63	3.362.341,63
Outras Reservas	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Resultados Acumulados	8.911.612.457,98	832.540.443,47
Superávits ou Déficits Acumulados	9.448.587.393,53	1.240.392.703,60



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	32.125.523.815,04	17.270.786.760,61
Superávits ou Déficits do Exercício	7.375.760.013,91	4.821.206.054,40
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	17.270.786.760,61	12.331.971.101,49
Ajustes de Exercícios Anteriores	7.478.977.040,52	120.819.490,16
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	(3.209.885,44)
Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	(1.634.524.276,99)	(1.161.578.170,85)
Superávits ou Déficits do Exercício	(531.110.637,61)	(529.225.391,27)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(1.161.578.170,85)	(635.059.626,51)
Ajustes de Exercícios Anteriores	58.164.531,47	-
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	2.706.846,93
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	3.279.293.720,95	2.535.677.987,92
Superávits ou Déficits do Exercício	743.615.733,03	513.752.700,66
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	2.535.677.987,92	2.030.692.137,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(8.473.464,86)
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	(293.385,22)
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	(3.406.819.268,38)	(2.290.856.553,44)
Superávits ou Déficits do Exercício	(1.115.962.714,94)	(878.096.204,39)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(2.290.856.553,44)	(1.412.760.349,05)
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Município	(20.914.886.597,09)	(15.113.637.320,64)
Superávits ou Déficits do Exercício	(5.801.264.320,71)	(5.355.442.301,06)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(15.113.637.320,64)	(9.758.193.188,30)
Ajustes de Exercícios Anteriores	15.044,26	-
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	(1.831,28)
Lucros e Prejuízos Acumulados	(536.974.935,55)	(407.852.260,13)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	(1.601.110.475,76)	(1.087.135.644,41)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(513.953.486,51)	(441.859.797,81)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(1.087.135.644,41)	(644.912.452,95)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(21.344,84)	(363.393,65)



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS	1.415.580.327,41	954.964.920,38
Lucros e Prejuízos do Exercício	502.390.840,35	489.599.093,90
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	954.964.920,38	465.365.826,48
Ajustes de Exercícios Anteriores	(41.775.433,32)	-
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	(344.761.208,18)	(271.572.320,86)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(73.188.887,32)	(88.157.295,70)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(271.572.320,86)	(183.415.025,16)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	(6.670.350,02)	(4.095.986,24)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(1.814.363,78)	(1.563.557,80)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(4.095.986,24)	(2.532.428,44)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(760.000,00)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.151.517.610,46	1.062.539.715,04
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.919.214.217,88	31.695.737.320,67

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
Ativo Financeiro	11.859.006.008,50	10.260.317.768,36
Ativo Permanente	31.060.208.209,38	21.435.419.552,31
Total Ativo (I)	42.919.214.217,88	31.695.737.320,67
PASSIVO		
Passivo Financeiro	8.597.667.066,71	7.325.572.431,78
Passivo Permanente	25.712.074.988,58	23.762.635.482,39
Total Passivo (II)	34.309.742.055,29	31.088.207.914,17
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	8.609.472.162,59	607.529.406,50

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.239.637.682,85	976.043.921,43
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.239.637.682,85	976.043.921,43
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	657.360.933,17	707.292.459,93
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	456.536.928,85	408.410.142,83
Obrigações Contratuais a Executar	23.631.497.206,98	22.197.061.762,26
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	11.507.318.819,81	10.688.386.808,50
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	36.252.713.888,81	34.001.151.173,52

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.100 Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	50.893.416,49	(46.745.062,98)
0.101 Recursos ordinários - diversos	12.825.433,43	1.547.043,81
0.110 Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	3.407.585,22	1.806.525,99
0.111 Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	38.830.171,95	20.387.596,76
0.119 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	11.653.808,38	7.629.522,88
0.120 Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	3.111.086,97	5.452.234,27
0.121 Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	5.270.962,46	1.796.948,82
0.122 Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	4.064.805,25	12.614.330,05
0.124 Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	28.064.929,56	3.007.604,66
0.126 Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	765,00	164.927,74
0.128 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	20.382.825,70	11.572.830,51
0.129 Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	11.221.004,30	6.240.289,41
0.131 Recursos do FUNDEB - transferências da União	42.899.188,03	1.907.235,15
0.140 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	1.973.272,20	58.328,41
0.160 Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	900.711,38	3.447.534,98
0.161 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	13.757.536,55	-
0.162 Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	15.592.590,64	-
0.169 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	8.936.545,22	7.951.744,48
0.180 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	9.092.510,02	9.745.508,21
0.181 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo - rec tesouro - exercício corrente	7.248.508,29	17.533.485,44
0.182 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - rec tesouro - exercício corrente	10.982.169,37	2.183.283,52
0.183 Remuneração de disp bancária - conta única do Judiciário - rec tesouro - exerc corrente	142.955.865,02	110.330.981,26
0.184 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec tesouro - exercício corrente	1.586.229,16	3.769.638,08
0.185 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	114.113.589,30	52.397.615,50
0.186 Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	1.264.299,39	2.193.083,39
0.187 Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	266.476,83	1.993,94
0.188 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.388.234,90	661.039,88



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.191 Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	471.754.504,13	488.562.699,05
0.192 Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	23.827.037,92	13.651.078,88
0.195 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	4.030.692,52	23.323.008,73
0.198 Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	480.742,76	626.298,09
0.199 Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	578.746,08	24.976,00
0.223 Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	6.670,09	21.945.313,92
0.225 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.564.292,40	606.578,17
0.228 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	79.143.018,79	20.491.040,45
0.229 Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.057.881,51	15.698.702,82
0.232 Transferências da União - situação de emergência e calamidade	642.300,00	232.174,72
0.240 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	200.183.943,50	111.230.856,37
0.250 Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	87.015.588,76	152.667.270,72
0.259 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	10.864,86
0.260 Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.647.145,60	8.565.407,87
0.261 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	11.021.569,54	36.590.760,00
0.262 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.815.943,16	15.005.725,54
0.263 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	6.484.163,63	6.385.636,01
0.265 Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	6.326.103,35	7.047.953,21
0.266 Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	1.854.991,73	846.426,91
0.269 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	133.077.280,28	102.993.234,96
0.280 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	12.600.776,23	10.889.841,91
0.282 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário -rec outras fontes-exercício corrente	2.247.034,70	979.999,24
0.284 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec outras fontes - exercício corrente	14.572.993,94	10.720.093,67
0.285 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	135.521.934,83	91.552.734,69
0.289 Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	-	64.802.203,95
0.298 Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	6.592.679,90	2.309.407,15
0.299 Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.770.538,38	417.481,58



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.300 Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	25.562.338,59	18.178.608,15
0.301 Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	257.537,07	466.512,57
0.302 Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - Exercícios Anteriores	3.665,44	14.711,30
0.309 Superávit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	777.814,77	8.100,00
0.310 Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	3.441.535,56	3.791.324,60
0.311 Taxas da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - rec tesouro - exercícios anteriores	3.925.837,92	2.441.266,44
0.319 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	1.895.473,81	1.592.908,78
0.320 Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	8.421,50	186.794,13
0.321 Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	288.025,28	781.980,05
0.324 Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	16.823.587,58	18.707.658,61
0.325 Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	5.394,57
0.326 Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	215.564,63	119.376,77
0.328 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	7.538.731,75	3.359.604,73
0.329 Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	751.707,00	51.707,00
0.332 Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exerc anteriores	1.098.100,70	5.912.873,61
0.340 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	354.455,95	499.874,34
0.360 Recursos patrimoniais - primários	5.344.492,38	4.560.011,99
0.369 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	49.077,54	925.404,28
0.380 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	238,81
0.381 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	7.717.084,13	10.743.779,10
0.382 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercício anterior	1.359,31	60.726,41
0.383 Remuneração de disponibilidade bancária -conta única do Judiciário - exercícios anteriores	109.487.455,54	71.005.340,94
0.384 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	2.525.246,94	1.937.291,90
0.385 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	64.020.483,43	32.566.736,33
0.387 Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	1.279,33	53.290,02
0.388 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	661.039,88	-
0.391 Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	432.809.440,77	333.854.379,69



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.392 Operação de crédito externa - exercícios anteriores	6.534.829,15	4.964.983,03
0.395 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	9.896.119,16	2.447.037,31
0.398 Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	501.291,56	202.482,76
0.623 Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	6.322.962,53	20.703.961,20
0.625 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	3.000.331,93	2.723.479,44
0.628 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	33.288.492,86	35.378.876,69
0.629 Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	9.219.178,36	4.212.418,00
0.632 Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	26.157,39	26.157,39
0.640 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	58.649.843,18	41.542.804,37
0.647 Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	222.432,31	222.432,31
0.650 Contribuição previdenciária	70.116.575,63	406.465.462,63
0.659 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	31.971.143,69	31.960.278,83
0.660 Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	19.319.522,95	13.290.525,10
0.661 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	2.763.283,81	5.039.618,20
0.662 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	1.688.635,47	8.230.157,94
0.665 Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	184.979,37	151.634,17
0.669 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	87.703.836,91	84.584.814,11
0.680 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	17.881.259,12	8.608.940,85
0.682 Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disp bancária - Judiciário	19.105,34	136.742,58
0.684 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	13.771.858,73	12.412.713,20
0.685 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	168.750.412,14	116.286.429,87
0.689 Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.496.151,85	62.080.454,22
0.698 Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	3.456.387,53	3.095.669,28
0.699 Não primárias - outras receitas	35.115.599,98	35.071.657,23
1.100 Contrapartida - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	-	(277.662,48)
2.100 Contrapartida - BID - recursos do tesouro - exercício corrente	-	(175.018,29)
2.191 Contrapartida de Operações de Crédito Interna-BID-Rec.Tesouro-Exerc.Corrente	-	(6.639.476,61)



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
4.191 Contrapartida de Outros Empréstimos-Op.Crédito Interna-Rec.Tesouro	-	(2.052.002,72)
7.100 Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	893.554,55	567.290,83
7.111 Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	1.715.289,28	-
7.129 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercício Corrente	-	2.171.690,60
7.240 Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	339.804,90	4.100,00
7.261 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercício Corrente	75.520,10	-
7.269 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	992.480,49	391.081,30
7.300 Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	7.043.111,14	6.768.435,47
7.311 Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública e Def. do Cidadão-Rec.Tesouro-Ex.Ant	676.828,37	966.686,77
7.329 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	2.174.827,74	3.137,14
7.629 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	1.000.000,00	1.000.000,00
7.640 Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	146.752,31	145.711,54
7.660 Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	2.000,00
7.661 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	-	3.618,85
7.662 Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Seítec-Exerc.Anteriores	80.578,60	881.099,85
7.669 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	436.221,63	95.831,28
7.680 Contrapartida de Convênios-Rem.disp.bancária- Rec. de outras Fontes - Exercício Anterior	-	14.274,72
8.263 Contrapartida de Empréstimos Internos- Receitas Diversas - Programa Pró-Emprego	-	(2.881.849,83)
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	3.132.545.644,98	2.858.488.607,88

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.199.827.695,21	3.719.805.440,84
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	5.199.827.695,21	3.719.805.440,84
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	3.024.680.456,99	2.266.072.370,58
Conta Única - Tesouro	295.322,14	278.911,12
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	10.092.753,03	17.180.078,25
Rede Bancária - Arrecadação	14.589.917,07	13.704.743,95
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	2.999.690.992,54	2.234.212.049,82
Conta Única - RPPS	11.472,21	696.587,44
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Intra OFSS	2.175.147.238,22	1.453.733.070,26
Recursos Liberados pelo Tesouro	2.175.147.238,22	1.453.733.070,26
Créditos a Curto Prazo	1.580.648.353,23	1.118.041.934,85
Créditos Tributários a Receber	1.470.661.940,91	1.049.062.258,26
Créditos Tributários a Receber - Consolidação	1.457.715.527,38	1.036.115.844,82
Impostos	887.716.889,37	565.631.564,34
Contribuições Sociais	7.327.083,84	2.131.399,82
Créditos Tributários Parcelados	562.671.554,17	468.352.880,66
Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	12.670.918,25	12.670.918,16
=Créditos Previdenciários Parcelados	12.670.918,25	12.670.918,16
Créditos Tributários a Receber -Inter OFSS - Município	275.495,28	275.495,28
=Créditos Previdenciários Parcelados	275.495,28	275.495,28
Clientes	71.780.362,36	56.128.812,67
Clientes - Consolidação	71.780.362,36	56.128.812,67
Faturas/Duplicatas a Receber	71.671.108,19	56.019.558,50
=Faturas/Duplicatas a Receber Vencidas	109.254,17	109.254,17
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	70.667.220,97	28.891.787,65
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	28.891.787,65	28.891.787,65
Financiamentos Concedidos a Receber	28.891.787,65	28.891.787,65



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	41.775.433,32	-
Financiamentos Concedidos a Receber	41.775.433,32	-
Dívida Ativa Tributária	675.689.872,07	165.924.019,36
Dívida Ativa Tributária - Consolidação	675.689.872,07	165.924.019,36
Dívida Ativa Tributária Inscrita	675.689.872,07	165.924.019,36
Dívida Ativa Não Tributária	2.395.425,46	937.342,26
Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	2.395.425,46	937.342,26
Dívida Ativa Não Tributária	2.395.425,46	937.342,26
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(710.546.468,54)	(182.902.285,35)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo-Consolidação	(710.546.468,54)	(182.902.285,35)
*(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(16.979.397,84)	(66.495,65)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(16.161.560,81)	(16.161.560,81)
(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Tributária	(675.022.658,38)	(165.777.641,08)
*(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(2.382.851,51)	(896.587,81)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.116.746.190,93	1.718.052.263,47
Adiantamentos Concedidos	1.646.062.458,26	1.324.310.892,36
Adiantamentos Concedidos - Consolidação	1.627.478.630,06	1.298.961.978,76
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	9.087.115,60	10.747.701,28
=Suprimento de Fundos/Diárias	12.344.951,24	14.340.515,29
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.606.046.563,22	1.273.873.762,19
Adiantamentos Concedidos - Intra OFSS	18.583.828,20	25.348.913,60
Adiantamento para Pagamento de Precatórios Regime Especial	18.583.828,20	25.348.913,60
Tributos a Recuperar / Compensar	5.943.167,04	5.860.980,75
Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	763,20	763,20
ICMS a Recuperar/ Compensar	763,20	763,20
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS União	5.774.734,15	5.692.547,86
IRRF a Compensar	3.202.189,23	3.120.002,94
IR e CPLL a Recuperar / Compensar	1.424.340,18	1.424.340,18



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
INSS a Compensar	471.255,87	471.255,87
COFINS a Compensar	532.246,32	532.246,32
PIS/PASEP a Compensar	120.235,90	120.235,90
Outros Tributos a Recuperar / Compensar	24.466,65	24.466,65
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS Municípios	167.669,69	167.669,69
ISS a Compensar	167.669,69	167.669,69
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	-	476.068,12
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Consolidação	-	476.068,12
=Créditos a Receber por Descentralização de Serviços Públicos - Faixa de Domínio	-	476.068,12
Créditos por Danos ao Patrimônio	222.485.574,37	193.400.531,60
Créditos por Danos ao Patrimônio-Consolidação	222.485.574,37	193.400.531,60
Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	136.815.728,07	116.310.288,03
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)	85.669.846,30	77.090.243,57
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	113.439.422,28	62.351.907,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados-Consolidação	113.439.422,28	62.351.907,01
=Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	33.900,00	33.900,00
=Valores Apreendidos por Decisão Judicial	113.405.522,28	62.318.007,01
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	546.411.306,08	497.881.699,65
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Consolidação	526.121.941,01	496.617.029,93
=Aluguéis a Receber	1.067.443,16	523.929,79
=Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	419.962.969,55	367.823.163,58
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.596.235,02	2.238.507,45
=Créditos a Receber Decorrentes de Pagamento de Despesas de Terceiros	-	311.338,60
=Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	-	8.926,28
=Dividendos Propostos a Receber	4.900.528,88	5.020.498,57
=Cheques em Cobrança	78.434,94	83.034,94
=Multas de Trânsito a Receber	29.975.366,82	35.754.510,97
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	2.605,54	1.090,09



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	14.553.622,78	26.506.701,25
Ajuste dos Créditos a Receber	13.537.373,46	11.817.077,64
=Créditos a Receber Decorrentes de Compensação Brasil Telecom	23.537,45	35.901,56
=Créditos a Receber Decorrentes de Danos Causados ao Patrimônio Público	2.490.576,82	823.064,50
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	1.006.546,66	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	36.926.699,93	45.669.284,71
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	18.749.777,54	-
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	972.832,26	-
Contribuição Patronal do Plano de Saúde dos Servidores	17.776.945,28	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Inter União	1.404,79	-
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.404,79	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS Município	1.538.182,74	1.264.669,72
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	41.981,72	-
=Créditos a Receber Decorrentes de Cessão de Uso de Áreas Públicas	1.496.201,02	1.264.669,72
(-) Ajuste de Perdas com Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(417.595.737,10)	(366.229.816,02)
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo -Consolidação	(417.595.737,10)	(366.229.816,02)
(-) Ajuste de Perdas em Créditos por Danos ao Patrimônio	(368,68)	-
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	(417.595.368,42)	(366.229.816,02)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	337.348.401,29	730.590.352,36
Títulos e Valores Mobiliários	337.348.401,29	730.590.352,36
Títulos e Valores Mobiliários-Consolidação	337.348.401,29	730.590.352,36
=Ações Passíveis de Alienação	216.162,40	216.162,40
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	321.609.495,29	727.954.087,88
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	15.522.743,60	2.420.102,08
Estoques	165.469.799,85	198.296.179,01
Mercadorias para Revenda	1.004.859,29	1.111.886,40
Mercadorias para Revenda - Consolidação	1.004.859,29	1.111.886,40
Mercadorias - Estoques Programas Próprios	984.522,64	1.091.549,75



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Mercadorias em Armazéns de Terceiros para Revenda	20.336,65	20.336,65
Matérias-Primas	696.370,75	1.067.630,23
Matérias-Primas - Consolidação	696.370,75	1.067.630,23
Matérias-Primas - Armazéns Próprios	696.370,75	1.067.630,23
Almoxarifado	158.167.440,11	195.376.321,20
Almoxarifado - Consolidação	158.167.440,11	195.376.321,20
=Material de Consumo	136.053.424,61	164.941.442,34
Bens Móveis	22.114.015,50	30.434.878,86
Outros Estoques	5.601.701,65	740.913,13
Outros Estoques - Consolidação	5.601.701,65	740.913,13
Estoques para Doação e/ou Permuta	1.246.914,67	740.913,13
Construções Cíveis	4.354.786,98	-
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas em Estoques	(571,95)	(571,95)
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	9.345.340,18	3.745.904,55
Prêmios de Seguros a Apropriar	4.887.566,64	3.332.813,99
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	4.887.566,64	3.332.813,99
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	4.887.566,64	3.332.813,99
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	4.457.773,54	413.090,56
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	4.457.773,54	413.090,56
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	4.457.773,54	413.090,56
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	9.409.385.780,69	7.488.532.075,08
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.038.377.265,66	2.844.504.209,43
Créditos a Longo Prazo	2.582.570.232,08	2.479.787.535,26
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	2.565.438.194,58	2.449.709.084,23
Créditos Tributários a Receber	2.276.165.527,04	2.145.747.154,55



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	278.253.242,63	284.085.856,81
Dívida Ativa Tributária	12.914.715.397,36	11.458.246.678,01
Dívida Ativa Não Tributária	160.313.162,21	111.153.572,93
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(13.064.009.134,66)	(11.549.524.178,07)
Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	-	12.670.918,25
Dívida Ativa Tributária	-	12.670.918,25
Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	17.132.037,50	17.407.532,78
Dívida Ativa Tributária	17.132.037,50	17.407.532,78
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	156.029.392,10	153.871.842,20
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	156.029.392,10	153.871.842,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	63.538.892,43	67.737.341,76
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	92.777.190,07	86.166.222,14
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(286.690,40)	(31.721,70)
Estoques	12.623.461,33	16.590.448,69
Estoques - Consolidação	12.623.461,33	16.590.448,69
Outros Estoques	12.623.461,33	16.590.448,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	287.154.180,15	194.254.383,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	287.154.180,15	194.254.383,28
Demais VPD a Apropriar	287.154.180,15	194.254.383,28
Investimentos	3.424.906.652,41	3.325.026.081,59
Participações Permanentes	3.383.103.574,40	3.325.026.081,50
Participações Permanentes - Consolidação	3.377.254.355,69	3.300.362.946,44
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.376.978.276,50	3.300.086.867,25
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	276.079,19	276.079,19
Participações Permanentes - Intra OFSS	5.849.218,71	24.663.135,06
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	5.844.018,71	24.657.935,06
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	5.200,00	5.200,00
Propriedades para Investimento	41.803.077,93	-



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Propriedades para Investimento - Consolidação	41.803.077,93	-
Edifícios	13.324.492,93	-
Terrenos	28.478.585,00	-
Demais Investimentos Permanentes	0,08	0,09
Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	0,08	0,09
=Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,08	0,09
Imobilizado	19.748.086.655,55	11.274.457.626,53
Bens Móveis	1.804.862.918,64	1.729.526.721,68
Bens Móveis - Consolidação	1.804.862.918,64	1.729.526.721,68
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	695.447.593,35	692.687.740,68
Equipamentos de Tecnologia da Informação	189.927.334,87	172.247.978,60
Móveis e Utensílios	243.065.989,30	236.732.226,46
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	90.815.132,47	90.988.027,17
Veículos	534.919.706,03	492.103.964,76
Armamentos	45.830.336,67	36.811.823,31
Semoventes	628.070,80	525.423,74
Peças não Incorporáveis a Imóveis	3.469.136,91	3.038.301,49
Demais Bens Móveis	759.618,24	4.391.235,47
Bens Imóveis	18.940.109.895,80	10.330.877.959,33
Bens Imóveis - Consolidação	18.940.109.895,80	10.330.877.959,33
Bens de Uso Especial	6.064.287.028,16	5.858.844.377,20
Bens Dominicais	19.834,78	19.834,78
Bens de Uso Comum do Povo	8.781.760.071,09	1.170.159.807,30
Bens Imóveis em Andamento	4.011.694.081,46	3.232.767.944,50
Instalações	51.580.733,50	51.575.343,50
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	15.466.793,31	7.414.963,88
Demais Bens Imóveis	15.301.353,50	10.095.688,17
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(996.880.442,61)	(785.941.338,20)



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas -Consolidação	(996.880.442,61)	(785.941.338,20)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(643.923.940,74)	(511.538.826,02)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(352.956.501,87)	(274.402.512,18)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(5.716,28)	(5.716,28)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	(5.716,28)	(5.716,28)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis	(5.716,28)	(5.716,28)
Intangível	187.989.658,83	138.049.027,68
Softwares	192.387.015,57	141.583.689,98
Softwares - Consolidação	192.387.015,57	141.583.689,98
Softwares	117.927.180,21	78.783.725,20
Softwares em Desenvolvimento	74.459.835,36	62.799.964,78
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247.029,71	248.426,71
Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	247.029,71	248.426,71
Marcas e Patentes Industriais	441,03	1.838,03
Outros Direitos - Bens Intangíveis	246.588,68	246.588,68
(-) Amortização Acumulada	(4.644.386,45)	(3.783.089,01)
(-) Amortização Acumulada-Consolidação	(4.644.386,45)	(3.783.089,01)
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(4.587.947,36)	(3.726.649,92)
(-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(56.439,09)	(56.439,09)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	26.399.360.232,45	17.582.036.945,23
TOTAL DO ATIVO	35.808.746.013,14	25.070.569.020,31

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	208.124.832,33	198.532.878,17
Pessoal a Pagar	85.406.101,92	72.733.464,76
Pessoal a Pagar - Consolidação	83.967.110,59	72.733.464,76
Pessoal a Pagar do Exercício	14.219.290,21	18.276.379,98
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	21.861.708,75	20.502.253,21
Pecatórios de Pessoal	47.657.946,67	33.656.801,92
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	228.164,96	278.789,31
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos (P)	-	19.240,34
Pessoal a Pagar - Intra OFSS	923.239,06	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	923.239,06	-
Pessoal a Pagar - Inter União	43.952,08	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	43.952,08	-
Pessoal a Pagar - Inter Estado	23.670,76	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	23.670,76	-
Pessoal a Pagar - Inter Município	448.129,43	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	448.129,43	-
Benefícios Previdenciários a Pagar	47.308.945,43	44.700.957,85
Benefícios Previdenciários a Pagar-Consolidação	47.308.945,43	44.700.957,85
Pecatórios de Benefícios Previdenciários	47.308.945,43	44.700.957,85
Benefícios Assistenciais a Pagar	172.946,22	-
Benefícios Assistenciais a Pagar -Consolidação	172.946,22	-
=Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício (F)	172.946,22	-
Encargos Sociais a Pagar	75.236.838,76	81.098.455,56
Encargos Sociais a Pagar-Consolidação	3.076.906,54	1.290.992,72
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.606.015,74	1.290.992,72
Outros Encargos Sociais	470.890,80	-
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	17.770.701,29	16.383.778,51



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição ao Plano de Saúde	17.770.701,29	16.383.778,51
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	54.389.230,93	63.423.684,33
INSS a Pagar	54.389.230,93	63.423.684,33
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	624.484.037,06	970.308.420,39
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	251.177.888,56	594.464.879,75
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	81.609.120,47	88.235.856,49
Empréstimos Internos - em Contratos	81.609.120,47	88.235.856,49
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	169.568.768,09	506.229.023,26
Empréstimos Internos - em Contratos	169.568.768,09	506.229.023,26
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	330.729.890,38	375.843.540,64
Empréstimos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	330.729.890,38	375.843.540,64
Empréstimos Externos - em Contratos	330.729.890,38	375.843.540,64
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	42.576.258,12	-
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Consolidação	800.824,80	-
=Financiamentos Internos (P)	800.824,80	-
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Intra OFSS	41.775.433,32	-
=Financiamentos Internos (P)	41.775.433,32	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	442.416.808,38	455.406.771,82
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	442.416.808,38	454.209.690,16
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	442.416.808,38	454.209.690,16
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	81.239.584,98	123.545.247,40
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Credores Nacionais	361.177.223,40	330.664.442,76
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	-	1.197.081,66
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	-	1.197.081,66
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	-	1.197.081,66
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.182.657,62	18.084.411,90
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	17.261.721,16	17.258.698,91
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	17.261.721,16	17.258.698,91



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ a Recolher	606.999,68	606.999,68
PIS/PASEP a Recolher	45.806,38	-
Tributos Federais Renegociados	16.389.675,22	16.432.459,35
CSLL a Recolher	219.239,88	219.239,88
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	920.936,46	825.712,99
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	920.936,46	825.712,99
ISS a Recolher	95.895,49	101,65
Tributos Municipais Renegociados	825.040,97	825.040,97
Taxas Municipais	-	570,37
Provisões a Curto Prazo	628.053.455,23	470.347.303,23
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	13.791.723,76	14.955.748,88
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	13.791.723,76	14.955.748,88
Provisão para Indenizações Trabalhistas (P)	13.791.723,76	14.955.748,88
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	1.725.677,87	3.745.341,02
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	1.725.677,87	3.745.341,02
=Provisão para Indenizações Cíveis	1.725.677,87	3.745.341,02
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	584.390.276,10	415.306.490,46
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	221.742.351,61	157.231.006,47
Provisão para Transferência ao FUNDEB	221.742.351,61	157.231.006,47
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	362.647.924,49	258.075.483,99
Provisão para Distribuição Constitucional e Legal de Receitas	362.647.924,49	258.075.483,99
Outras Provisões a Curto Prazo	28.145.777,50	36.339.722,87
Outras Provisões a Curto Prazo -Consolidação	28.145.777,50	36.339.722,87
Provisão para Contingências	28.145.777,50	36.339.722,87
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.912.986.393,30	1.840.510.921,15
Adiantamentos de Clientes	71.413.550,53	71.410.647,22
Adiantamentos de Clientes-Consolidação	71.413.550,53	71.410.647,22
=Adiantamentos de Clientes (P)	71.413.550,53	71.410.647,22



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	-	1.104.309,72
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar-Consolidação	-	1.104.309,72
Dividendos a Pagar - Tesouro Estadual	-	1.104.309,72
Valores Restituíveis	350.291.233,04	229.287.583,83
Valores Restituíveis - Consolidação	350.291.233,04	229.287.583,83
Consignações	120.077.111,20	29.931.205,55
Garantias	7.005.440,88	5.667.914,74
Depósitos Judiciais	132.831.398,74	124.456.719,45
Depósitos não Judiciais	90.377.282,22	69.231.744,09
Outras Obrigações a Curto Prazo	2.491.281.609,73	1.538.708.380,38
Outras Obrigações a Curto Prazo-Consolidação	314.771.383,73	84.438.940,51
Indenizações e Restituições	42.384.027,90	39.664.730,18
Diárias a Pagar	14.777,50	21.219,00
Convênios a Pagar	1.467.648,72	1.004.563,00
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	41.115,00	-
Subvenções Econômicas a Pagar	1.977,00	9.000,00
Valores em Trânsito Exigíveis	3.017.771,43	293.715,72
Depósitos Compulsórios a Pagar	7.197,90	-
Sentenças Judiciais a Pagar	34.267.971,37	36.279.587,98
Suprimentos de Fundos a Pagar	15.000,00	21.000,00
Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária	231.663.896,91	7.145.124,63
Credores a Pagar - Acordo Parcelamento	1.890.000,00	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	2.175.147.238,22	1.453.733.070,26
Recursos Especiais a Liberar	2.175.147.238,22	1.453.733.070,26
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - União	-	463.790,96
Indenizações e Restituições	-	463.790,96
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	1.362.987,78	72.578,65
Transferências Fundo a Fundo a Pagar	1.362.987,78	72.578,65



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	4.834.248.183,92	3.953.190.706,66
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	788.486.054,23	731.205.216,21
Pessoal a Pagar	190.603.102,77	134.627.207,67
Pessoal a Pagar-Consolidação	190.603.102,77	134.627.207,67
Precatórios de Pessoal	190.603.102,77	134.627.207,67
Benefícios Previdenciários a Pagar	189.235.781,77	178.803.831,36
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	189.235.781,77	178.803.831,36
Precatórios de Benefícios Previdenciários	189.235.781,77	178.803.831,36
Encargos Sociais a Pagar	408.647.169,69	417.774.177,18
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	408.647.169,69	417.774.177,18
INSS a Pagar	408.647.169,69	417.774.177,18
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	18.838.624.566,44	17.277.420.621,24
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	15.974.628.648,95	13.711.747.782,59
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	5.858.853.167,70	5.052.684.907,73
Empréstimos Internos - em Contratos	5.858.853.167,70	5.052.684.907,73
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	10.115.775.481,25	8.659.062.874,86
Empréstimos Internos - em Contratos	10.115.775.481,25	8.659.062.874,86
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	2.858.790.556,29	3.565.616.722,17
Empréstimos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	2.858.790.556,29	3.565.616.722,17
=Empréstimos Externos - em Contratos	2.858.790.556,29	3.565.616.722,17
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	5.205.361,20	56.116,48
Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	5.205.361,20	56.116,48
=Financiamentos Internos	5.205.361,20	56.116,48
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.444.765.219,28	1.322.708.822,14
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.444.765.219,28	1.322.708.822,14
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo - Consolidação	1.444.765.219,28	1.322.708.822,14
=Fornecedores Nacionais	54.590,19	51.051,20



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Precatórios de Fornecedores Nacionais	1.444.710.629,09	1.322.657.770,94
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	265.590.332,72	258.458.555,84
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	265.590.332,72	258.443.511,58
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS União	265.590.332,72	258.443.511,58
Tributos Federais Renegociados	265.590.332,72	258.443.511,58
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios	-	15.044,26
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	-	15.044,26
=Outros Tributos e Contribuições Municipais a Recolher	-	15.044,26
Provisões a Longo Prazo	755.819.768,59	653.418.584,38
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	12.849.941,46	12.362.929,09
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	12.849.941,46	12.362.929,09
=Provisão para Indenizações Trabalhistas	12.849.941,46	12.362.929,09
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	730.398.540,93	603.212.947,99
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	730.398.540,93	603.212.947,99
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	730.398.540,93	-
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	-	-
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	-	8.956.477,38
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	-	388.410.290,24
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	-	205.846.180,37
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo	-	34.442.317,77
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Consolidação	-	34.442.317,77
=Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	-	34.442.317,77
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	12.571.286,20	3.400.389,53
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	12.571.286,20	3.400.389,53
=Provisão para Indenizações Cíveis	12.571.286,20	3.400.389,53
Demais Obrigações a Longo Prazo	684.411.243,91	639.113.464,65
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	207.402.012,07	278.511.273,43
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo-Consolidação	207.402.012,07	278.511.273,43



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
=Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	207.402.012,07	278.511.273,43
Valores Restituíveis	158.001.633,63	135.750.597,50
Valores Restituíveis - Consolidação	158.001.633,63	135.750.597,50
Depósitos Judiciais	158.001.633,63	135.750.597,50
Outras Obrigações a Longo Prazo	319.007.598,21	224.851.593,72
Outras Obrigações a Longo Prazo-Consolidação	319.007.598,21	224.851.593,72
Indenizações e Restituições	312.028.979,80	213.082.166,62
Outras Dívidas Junto ao RPPS	-	4.790.808,69
=Outros Credores a Longo Prazo	6.978.618,41	6.978.618,41
Resultado Diferido	657.739.791,60	644.230.104,03
Varição Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	657.739.791,60	644.230.104,03
Varição Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	657.739.791,60	644.230.104,03
=Varição Patrimonial Aumentativa Diferida	657.739.791,60	644.230.104,03
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	23.435.436.976,77	21.526.555.368,49
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	231.448.522,39	221.542.641,48
Capital Social Realizado	231.448.522,39	221.542.641,48
Capital Social Realizado - Consolidação	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Subscrito	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Realizado - Intra OFSS	224.793.168,29	214.887.287,38
Capital Social Subscrito	225.609.177,88	214.898.002,53
(-) Capital Social a Realizar	(816.009,59)	(10.715,15)
Capital Social Realizado - Inter OFSS União	5.383.499,10	5.383.499,10
Capital Social Subscrito	5.658.555,03	5.658.555,03
(-) Capital Social a Realizar	(275.055,93)	(275.055,93)
Capital Social Realizado - Inter OFSS Município	1.067,00	1.067,00
Capital Social Subscrito	1.067,00	1.067,00
Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Outras Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital - Consolidação	357.481,14	357.481,14
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	242.720,74	242.720,74
Demais Reservas de Capital	114.760,40	114.760,40
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS União	10.835,34	10.835,34
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	7.356,92	7.356,92
Demais Reservas de Capital	3.478,42	3.478,42
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS Município	111,40	111,40
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	75,64	75,64
Demais Reservas de Capital	35,76	35,76
Demais Reservas	8.088.202,21	8.088.202,21
Reserva de Reavaliação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação - Consolidação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	2.452.340,00	2.452.340,00
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.362.341,63	3.362.341,63
Outras Reservas	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Resultados Acumulados	7.299.155.699,97	(639.176.326,41)
Superávits ou Déficits Acumulados	7.836.130.635,52	(231.324.066,28)
Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	37.444.496.134,52	20.328.336.346,67
Superávits ou Déficits do Exercício	9.633.839.726,25	6.984.523.518,76
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	20.328.336.346,67	13.231.577.747,46
Ajustes de Exercícios Anteriores	7.482.320.061,60	115.444.965,89
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	(3.209.885,44)
Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	(8.736.697.815,02)	(5.809.033.039,40)
Superávits ou Déficits do Exercício	(2.985.829.307,09)	(2.934.016.229,56)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(5.809.033.039,40)	(2.877.723.656,77)



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Ajustes de Exercícios Anteriores	58.164.531,47	-
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	2.706.846,93
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	3.447.605.562,09	2.652.955.710,15
Superávits ou Déficits do Exercício	794.649.851,94	562.059.340,75
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	2.652.955.710,15	2.099.663.219,48
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(8.473.464,86)
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	(293.385,22)
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	(3.406.581.867,26)	(2.290.689.125,51)
Superávits ou Déficits do Exercício	(1.115.892.741,75)	(878.096.204,39)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(2.290.689.125,51)	(1.412.592.921,12)
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Município	(20.912.691.378,81)	(15.112.893.958,19)
Superávits ou Déficits do Exercício	(5.799.812.464,88)	(5.355.701.632,40)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(15.112.893.958,19)	(9.757.190.494,51)
Ajustes de Exercícios Anteriores	15.044,26	-
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	(1.831,28)
Lucros e Prejuízos Acumulados	(536.974.935,55)	(407.852.260,13)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	(1.601.110.475,76)	(1.087.135.644,41)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(513.953.486,51)	(441.859.797,81)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(1.087.135.644,41)	(644.912.452,95)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(21.344,84)	(363.393,65)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS	1.415.580.327,41	954.964.920,38
Lucros e Prejuízos do Exercício	502.390.840,35	489.599.093,90
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	954.964.920,38	465.365.826,48
Ajustes de Exercícios Anteriores	(41.775.433,32)	-
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	(344.761.208,18)	(271.572.320,86)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(73.188.887,32)	(88.157.295,70)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(271.572.320,86)	(183.415.025,16)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	(13.229,00)	(13.229,00)



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	(6.670.350,02)	(4.095.986,24)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(1.814.363,78)	(1.563.557,80)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(4.095.986,24)	(2.532.428,44)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(760.000,00)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.539.060.852,45	(409.177.054,84)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.808.746.013,14	25.070.569.020,31

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
Ativo Financeiro	5.665.753.230,91	4.526.436.359,50
Ativo Permanente	30.142.992.782,23	20.544.132.660,81
Total Ativo (I)	35.808.746.013,14	25.070.569.020,31
PASSIVO		
Passivo Financeiro	3.077.878.848,16	2.175.568.120,83
Passivo Permanente	25.659.751.229,71	23.680.106.588,28
Total Passivo (II)	28.737.630.077,87	25.855.674.709,11
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	7.071.115.935,27	(785.105.688,80)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.200.499.716,70	936.949.973,57
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.200.499.716,70	936.949.973,57
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	657.360.933,17	707.292.459,93
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	456.536.928,85	408.410.142,83
Obrigações Contratuais a Executar	23.631.497.206,98	22.197.061.762,26
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	11.507.318.819,81	10.688.386.808,50
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	36.252.713.888,81	34.001.151.173,52

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.100 Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	(96.539.325,62)	(168.302.545,29)
0.101 Recursos ordinários - diversos	10.331.510,85	1.220.171,67
0.110 Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	1.879,56	2.246,67
0.111 Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	38.830.171,95	20.387.596,76
0.119 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	10.435.007,96	7.532.395,70
0.120 Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	3.111.086,97	5.452.234,27
0.121 Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	5.270.962,46	1.796.948,82
0.122 Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	4.064.805,25	12.614.330,05
0.124 Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	28.064.929,56	3.007.604,66
0.126 Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	765,00	164.927,74
0.128 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	20.382.825,70	11.572.830,51
0.129 Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	11.221.004,30	6.240.289,41
0.131 Recursos do FUNDEB - transferências da União	42.899.188,03	1.907.235,15
0.140 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	11.220,54	56.593,01
0.160 Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	33.531,26	22.113,74
0.161 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	9.992.162,50	-
0.162 Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	12.246.388,19	-
0.169 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	8.687.213,23	7.314.983,93
0.180 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	9.092.510,02	9.745.508,21
0.185 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	114.113.589,30	52.397.615,50
0.186 Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	1.264.299,39	2.193.083,39
0.187 Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	266.476,83	1.993,94
0.188 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.388.234,90	661.039,88
0.191 Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	471.754.504,13	488.562.699,05
0.192 Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	23.827.037,92	13.651.078,88
0.198 Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	32.990,76	327.489,29
0.199 Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	578.746,08	24.976,00



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.223 Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	6.670,09	21.945.313,92
0.225 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.564.292,40	606.578,17
0.228 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	79.143.018,79	20.491.040,45
0.229 Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.057.881,51	15.698.702,82
0.232 Transferências da União - situação de emergência e calamidade	642.300,00	232.174,72
0.240 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	187.096.567,89	98.382.102,46
0.250 Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	87.015.588,76	152.667.270,72
0.259 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	10.864,86
0.260 Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.647.145,60	8.565.177,59
0.261 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	11.008.569,54	23.714.462,34
0.262 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.551.775,58	4.118.195,09
0.263 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	6.484.163,63	6.385.636,01
0.265 Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	6.326.103,35	7.047.953,21
0.266 Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	1.854.991,73	846.426,91
0.269 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	50.215.296,34	32.383.849,98
0.280 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	12.598.700,32	10.889.841,91
0.285 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	134.868.864,74	91.305.980,64
0.289 Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	-	64.802.203,95
0.298 Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	6.592.679,90	2.309.407,15
0.299 Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.770.538,38	417.481,58
0.300 Recursos ordinarios - recursos do tesouro - exercícios anteriores	6.858.805,23	7.001.069,16
0.301 Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	195.352,12	92.767,22
0.302 Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - Exercícios Anteriores	3.665,44	14.711,30
0.309 Superávit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	777.814,77	8.100,00
0.310 Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	-	20.117,09
0.311 Taxas da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - rec tesouro - exercícios anteriores	3.925.837,92	2.441.266,44
0.319 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	1.798.346,63	1.592.908,78



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.320 Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	8.421,50	186.794,13
0.321 Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	288.025,28	781.980,05
0.324 Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	16.823.587,58	18.707.658,61
0.325 Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	5.394,57
0.326 Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	215.564,63	119.376,77
0.328 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	7.538.731,75	3.359.604,73
0.329 Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	751.707,00	51.707,00
0.332 Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exerc anteriores	1.098.100,70	5.912.873,61
0.340 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	264.317,00	349.090,79
0.360 Recursos patrimoniais - primários	145.119,12	130.107,09
0.380 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	238,81
0.385 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	64.020.483,43	32.566.736,33
0.387 Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	1.279,33	53.290,02
0.388 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	661.039,88	-
0.391 Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	432.809.440,77	333.854.379,69
0.392 Operação de crédito externa - exercícios anteriores	6.534.829,15	4.964.983,03
0.395 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	2.346.926,76	2.346.926,76
0.398 Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	7.470,00	7.470,00
0.623 Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	6.322.962,53	20.703.961,20
0.625 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	3.000.331,93	2.723.479,44
0.628 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	33.288.492,86	35.378.876,69
0.629 Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	9.219.178,36	4.212.418,00
0.632 Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	26.157,39	26.157,39
0.640 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	54.343.429,58	40.589.136,04
0.650 Contribuição previdenciária	70.116.575,63	406.465.462,63
0.659 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	31.971.143,69	31.960.278,83
0.660 Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	19.318.380,28	13.287.406,45



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.661 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	1.627.178,51	1.023.907,00
0.662 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	206.759,11	946.487,35
0.665 Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	184.979,37	151.634,17
0.669 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	36.538.999,50	35.067.219,23
0.680 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	17.881.259,12	8.608.940,85
0.685 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	168.500.984,67	116.283.758,15
0.689 Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.496.151,85	62.080.454,22
0.698 Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	3.456.387,53	3.095.669,28
0.699 Não primárias - outras receitas	35.115.599,98	35.071.657,23
1.100 Contrapartida - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	-	(277.662,48)
2.100 Contrapartida - BID - recursos do tesouro - exercício corrente	-	(175.018,29)
2.191 Contrapartida de Operações de Crédito Interna-BID-Rec.Tesouro-Exerc.Corrente	-	(6.639.476,61)
4.191 Contrapartida de Outros Empréstimos-Op.Crédito Interna-Rec.Tesouro	-	(2.052.002,72)
7.100 Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	893.554,55	567.290,83
7.111 Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	1.715.289,28	-
7.129 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercício Corrente	-	2.171.690,60
7.240 Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	339.804,90	4.100,00
7.261 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercício Corrente	75.520,10	-
7.269 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	992.480,49	391.081,30
7.300 Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	7.043.111,14	6.768.435,47
7.311 Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública e Def. do Cidadão-Rec.Tesouro-Ex.Ant	676.828,37	966.686,77
7.329 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	2.174.827,74	3.137,14
7.629 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	1.000.000,00	1.000.000,00
7.640 Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	146.752,31	145.711,54
7.660 Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	2.000,00
7.661 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	-	3.618,85
7.662 Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Seitec-Exerc.Anteriores	80.578,60	881.099,85



BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
7.669 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	436.221,63	95.831,28
7.680 Contrapartida de Convênios-Rem.disp.bancária- Rec. de outras Fontes - Exercício Anterior	-	14.274,72
8.263 Contrapartida de Empréstimos Internos- Receitas Diversas - Programa Pró-Emprego	-	(2.881.849,83)
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	2.459.081.085,94	2.274.611.509,97

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.217.933.234,58	7.999.953.779,44
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	9.217.933.234,58	7.999.953.779,44
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	9.217.933.234,58	7.999.953.779,44
Conta Única - Tesouro	295.322,14	278.911,12
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	11.854.268,80	18.472.342,20
Rede Bancária - Arrecadação	14.597.011,92	13.708.892,49
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	9.191.175.159,51	7.966.797.046,19
Conta Única - RPPS	11.472,21	696.587,44
Créditos a Curto Prazo	1.526.203.649,73	1.105.372.271,29
Créditos Tributários a Receber	1.457.991.022,66	1.036.391.340,10
Créditos Tributários a Receber - Consolidação	1.457.715.527,38	1.036.115.844,82
Impostos	887.716.889,37	565.631.564,34
Contribuições Sociais	7.327.083,84	2.131.399,82
Créditos Tributários Parcelados	562.671.554,17	468.352.880,66
Créditos Tributários a Receber -Inter OFSS - Município	275.495,28	275.495,28
=Créditos Previdenciários Parcelados	275.495,28	275.495,28
Clientes	71.780.362,36	56.128.812,67
Clientes - Consolidação	71.780.362,36	56.128.812,67
Faturas/Duplicatas a Receber	71.671.108,19	56.019.558,50
=Faturas/Duplicatas a Receber Vencidas	109.254,17	109.254,17
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	28.891.787,65	28.891.787,65
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	28.891.787,65	28.891.787,65
Financiamentos Concedidos a Receber	28.891.787,65	28.891.787,65
Dívida Ativa Tributária	677.358.874,84	167.346.151,88
Dívida Ativa Tributária - Consolidação	677.358.874,84	167.346.151,88
Dívida Ativa Tributária Inscrita	677.358.874,84	167.346.151,88

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Dívida Ativa Não Tributária	2.395.425,46	937.342,26
Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	2.395.425,46	937.342,26
Dívida Ativa Não Tributária	2.395.425,46	937.342,26
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(712.213.823,24)	(184.323.163,27)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo-Consolidação	(712.213.823,24)	(184.323.163,27)
*(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(16.979.397,84)	(66.495,65)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(16.161.560,81)	(16.161.560,81)
(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Tributária	(676.690.013,08)	(167.198.519,00)
*(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(2.382.851,51)	(896.587,81)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.087.108.659,56	1.699.616.176,82
Adiantamentos Concedidos	1.629.463.367,94	1.301.061.153,32
Adiantamentos Concedidos - Consolidação	1.629.463.367,94	1.301.061.153,32
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	9.087.115,60	10.747.701,28
=Suprimento de Fundos/Diárias	14.162.581,24	16.146.015,29
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.606.213.671,10	1.274.167.436,75
Tributos a Recuperar / Compensar	5.943.167,04	5.860.980,75
Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	763,20	763,20
ICMS a Recuperar/ Compensar	763,20	763,20
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS União	5.774.734,15	5.692.547,86
IRRF a Compensar	3.202.189,23	3.120.002,94
IR e CSLL a Recuperar / Compensar	1.424.340,18	1.424.340,18
INSS a Compensar	471.255,87	471.255,87
COFINS a Compensar	532.246,32	532.246,32
PIS/PASEP a Compensar	120.235,90	120.235,90
Outros Tributos a Recuperar / Compensar	24.466,65	24.466,65
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS Municípios	167.669,69	167.669,69
ISS a Compensar	167.669,69	167.669,69

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	-	476.068,12
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Consolidação	-	476.068,12
=Créditos a Receber por Descentralização de Serviços Públicos - Faixa de Domínio	-	476.068,12
Créditos por Danos ao Patrimônio	227.873.627,02	197.884.153,70
Créditos por Danos ao Patrimônio-Consolidação	227.873.627,02	197.884.153,70
Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	142.061.698,04	120.677.375,45
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)	85.811.928,98	77.206.778,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	113.439.422,28	62.351.907,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados-Consolidação	113.439.422,28	62.351.907,01
=Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	33.900,00	33.900,00
=Valores Apreendidos por Decisão Judicial	113.405.522,28	62.318.007,01
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	527.984.812,38	498.211.729,94
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Consolidação	526.445.224,85	496.947.060,22
=Aluguéis a Receber	1.067.443,16	523.929,79
=Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	419.966.569,55	367.823.163,58
=Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	150.405,25	171.085,23
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.599.934,86	2.242.207,29
=Créditos a Receber Decorrentes de Pagamento de Despesas de Terceiros	-	311.338,60
=Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	-	8.926,28
=Dividendos Propostos a Receber	4.900.528,88	5.020.498,57
=Cheques em Cobrança	78.434,94	83.034,94
=Multas de Trânsito a Receber	29.975.366,82	35.754.510,97
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	2.605,54	1.090,09
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	14.553.622,78	26.506.701,25
Ajuste dos Créditos a Receber	13.547.706,99	11.817.077,64
=Créditos a Receber Decorrentes de Compensação Brasil Telecom	23.537,45	35.901,56
=Créditos a Receber Decorrentes de Danos Causados ao Patrimônio Público	2.490.576,82	823.064,50

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	1.006.546,66	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	37.081.945,15	45.824.529,93
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Inter União	1.404,79	-
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.404,79	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS Município	1.538.182,74	1.264.669,72
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	41.981,72	-
=Créditos a Receber Decorrentes de Cessão de Uso de Áreas Públicas	1.496.201,02	1.264.669,72
(-) Ajuste de Perdas com Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(417.595.737,10)	(366.229.816,02)
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo -Consolidação	(417.595.737,10)	(366.229.816,02)
(-) Ajuste de Perdas em Créditos por Danos ao Patrimônio	(368,68)	-
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	(417.595.368,42)	(366.229.816,02)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	337.348.401,29	730.590.352,36
Títulos e Valores Mobiliários	337.348.401,29	730.590.352,36
Títulos e Valores Mobiliários-Consolidação	337.348.401,29	730.590.352,36
=Ações Passíveis de Alienação	216.162,40	216.162,40
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	321.609.495,29	727.954.087,88
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	15.522.743,60	2.420.102,08
Estoques	178.425.253,87	209.714.859,14
Mercadorias para Revenda	1.004.859,29	1.111.886,40
Mercadorias para Revenda - Consolidação	1.004.859,29	1.111.886,40
Mercadorias - Estoques Programas Próprios	984.522,64	1.091.549,75
Mercadorias em Armazéns de Terceiros para Revenda	20.336,65	20.336,65
Matérias-Primas	696.370,75	1.067.630,23
Matérias-Primas - Consolidação	696.370,75	1.067.630,23
Matérias-Primas - Armazéns Próprios	696.370,75	1.067.630,23
Almoxarifado	170.631.338,99	206.491.790,19
Almoxarifado - Consolidação	170.631.338,99	206.491.790,19

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
=Material de Consumo	143.673.816,55	172.088.781,15
Bens Móveis	26.957.522,44	34.403.009,04
Outros Estoques	6.093.256,79	1.044.124,27
Outros Estoques - Consolidação	6.093.256,79	1.044.124,27
Estoques para Doação e/ou Permuta	1.738.469,81	1.044.124,27
Construções Cíveis	4.354.786,98	-
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas em Estoques	(571,95)	(571,95)
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	11.355.328,20	5.369.708,92
Prêmios de Seguros a Apropriar	4.969.639,56	3.414.937,48
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	4.969.639,56	3.414.937,48
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	4.969.639,56	3.414.937,48
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	6.385.688,64	1.954.771,44
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	6.385.688,64	1.954.771,44
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	6.385.688,64	1.954.771,44
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	13.358.374.527,23	11.750.617.147,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.066.005.897,41	2.831.979.346,45
Créditos a Longo Prazo	2.582.775.648,96	2.467.262.672,28
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	2.565.643.611,46	2.449.855.139,50
Créditos Tributários a Receber	2.276.165.527,04	2.145.747.154,55
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	278.253.242,63	284.085.856,81
Dívida Ativa Tributária	12.961.444.069,90	11.497.800.873,95
Dívida Ativa Não Tributária	328.788.834,45	237.157.253,89
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(13.279.008.062,56)	(11.714.935.999,70)
Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	17.132.037,50	17.407.532,78

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Dívida Ativa Tributária	17.132.037,50	17.407.532,78
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	183.452.606,97	153.871.842,20
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	183.452.606,97	153.871.842,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	90.962.107,30	67.737.341,76
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	92.777.190,07	86.166.222,14
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(286.690,40)	(31.721,70)
Estoques	12.623.461,33	16.590.448,69
Estoques - Consolidação	12.623.461,33	16.590.448,69
Outros Estoques	12.623.461,33	16.590.448,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	287.154.180,15	194.254.383,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	287.154.180,15	194.254.383,28
Demais VPD a Apropriar	287.154.180,15	194.254.383,28
Investimentos	3.419.145.715,58	3.300.451.228,41
Participações Permanentes	3.377.342.637,57	3.300.451.228,32
Participações Permanentes - Consolidação	3.377.342.637,57	3.300.451.228,32
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.376.978.276,50	3.300.086.867,25
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	364.361,07	364.361,07
Propriedades para Investimento	41.803.077,93	-
Propriedades para Investimento - Consolidação	41.803.077,93	-
Edifícios	13.324.492,93	-
Terrenos	28.478.585,00	-
Demais Investimentos Permanentes	0,08	0,09
Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	0,08	0,09
=Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,08	0,09
Imobilizado	20.547.272.549,01	12.088.165.514,24
Bens Móveis	2.162.790.079,54	2.079.580.351,83
Bens Móveis - Consolidação	2.162.790.079,54	2.079.580.351,83

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	767.067.887,96	764.590.041,65
Equipamentos de Tecnologia da Informação	339.810.220,17	316.380.902,63
Móveis e Utensílios	335.919.390,09	328.392.322,47
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	111.397.101,18	109.427.437,70
Veículos	556.767.289,54	515.378.970,06
Armamentos	45.830.336,67	36.811.823,31
Semoventes	628.070,80	525.423,74
Peças não Incorporáveis a Imóveis	4.610.164,89	3.682.194,80
Demais Bens Móveis	759.618,24	4.391.235,47
Bens Imóveis	19.496.171.100,16	10.836.850.303,34
Bens Imóveis - Consolidação	19.496.171.100,16	10.836.850.303,34
Bens de Uso Especial	6.451.657.477,78	6.225.955.366,62
Bens Dominicais	19.834,86	20.598,50
Bens de Uso Comum do Povo	8.781.760.071,09	1.170.159.807,30
Bens Imóveis em Andamento	4.172.459.075,29	3.364.785.762,83
Instalações	59.454.837,67	56.074.454,38
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	15.517.798,31	7.457.973,88
Demais Bens Imóveis	15.302.005,16	12.396.339,83
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(1.080.698.447,34)	(828.259.424,65)
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas -Consolidação	(1.080.698.447,34)	(828.259.424,65)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(705.575.072,65)	(551.785.441,96)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(375.122.693,99)	(276.473.982,69)
(-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis	(680,70)	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(30.990.183,35)	(5.716,28)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	(30.990.183,35)	(5.716,28)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis	(30.990.183,35)	(5.716,28)
Intangível	255.598.278,66	195.437.128,27



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Softwares	288.038.217,00	212.258.131,50
Softwares - Consolidação	288.038.217,00	212.258.131,50
Softwares	213.426.521,31	149.306.306,39
Softwares em Desenvolvimento	74.611.695,69	62.951.825,11
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247.029,71	248.426,71
Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	247.029,71	248.426,71
Marcas e Patentes Industriais	441,03	1.838,03
Outros Direitos - Bens Intangíveis	246.588,68	246.588,68
(-) Amortização Acumulada	(29.178.809,90)	(17.069.429,94)
(-) Amortização Acumulada-Consolidação	(29.178.809,90)	(17.069.429,94)
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(29.122.370,81)	(17.012.990,85)
(-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(56.439,09)	(56.439,09)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível	(3.508.158,15)	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível -Consolidação	(3.508.158,15)	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Softwares	(3.508.158,15)	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	27.288.022.440,66	18.416.033.217,37
TOTAL DO ATIVO	40.646.396.967,89	30.166.650.365,34

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	196.095.868,36	189.649.254,81
Pessoal a Pagar	87.545.643,10	76.479.400,92
Pessoal a Pagar - Consolidação	87.029.890,83	76.479.400,92
Pessoal a Pagar do Exercício	14.226.161,18	18.276.379,98
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	22.543.787,52	21.819.943,12
Precatórios de Pessoal	50.031.777,17	36.072.192,11
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	228.164,96	291.645,37
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos (P)	-	19.240,34
Pessoal a Pagar - Inter União	43.952,08	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	43.952,08	-
Pessoal a Pagar - Inter Estado	23.670,76	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	23.670,76	-
Pessoal a Pagar - Inter Município	448.129,43	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	448.129,43	-
Benefícios Previdenciários a Pagar	49.837.717,03	47.052.377,68
Benefícios Previdenciários a Pagar-Consolidação	49.837.717,03	47.052.377,68
Benefícios Previdenciários	2.528.771,60	2.351.419,83
Precatórios de Benefícios Previdenciários	47.308.945,43	44.700.957,85
Benefícios Assistenciais a Pagar	172.946,22	-
Benefícios Assistenciais a Pagar -Consolidação	172.946,22	-
=Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício (F)	172.946,22	-
Encargos Sociais a Pagar	58.539.562,01	66.117.476,21
Encargos Sociais a Pagar-Consolidação	3.076.906,54	1.290.992,72
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.606.015,74	1.290.992,72
Outros Encargos Sociais	470.890,80	-
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	55.462.655,47	64.826.483,49

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
INSS a Pagar	55.462.655,47	64.826.483,49
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	582.708.603,74	970.308.420,39
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	251.177.888,56	594.464.879,75
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	81.609.120,47	88.235.856,49
Empréstimos Internos - em Contratos	81.609.120,47	88.235.856,49
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	169.568.768,09	506.229.023,26
Empréstimos Internos - em Contratos	169.568.768,09	506.229.023,26
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	330.729.890,38	375.843.540,64
Empréstimos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	330.729.890,38	375.843.540,64
Empréstimos Externos - em Contratos	330.729.890,38	375.843.540,64
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	800.824,80	-
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Consolidação	800.824,80	-
=Financiamentos Internos (P)	800.824,80	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	443.761.982,59	457.280.318,70
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	443.761.982,59	456.083.237,04
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	443.761.982,59	456.083.237,04
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	82.197.337,57	125.053.157,46
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Credores Nacionais	361.564.645,02	331.030.079,58
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	-	1.197.081,66
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	-	1.197.081,66
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	-	1.197.081,66
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.277.732,99	18.084.411,90
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	17.261.721,16	17.258.698,91
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	17.261.721,16	17.258.698,91
IRPJ a Recolher	606.999,68	606.999,68
PIS/PASEP a Recolher	45.806,38	-
Tributos Federais Renegociados	16.389.675,22	16.432.459,35

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
CSLL a Recolher	219.239,88	219.239,88
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	1.016.011,83	825.712,99
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	1.016.011,83	825.712,99
ISS a Recolher	95.895,49	101,65
Tributos Municipais Renegociados	825.040,97	825.040,97
Taxas Municipais	95.075,37	570,37
Provisões a Curto Prazo	628.053.455,23	470.347.303,23
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	13.791.723,76	14.955.748,88
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	13.791.723,76	14.955.748,88
Provisão para Indenizações Trabalhistas (P)	13.791.723,76	14.955.748,88
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	1.725.677,87	3.745.341,02
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	1.725.677,87	3.745.341,02
=Provisão para Indenizações Cíveis	1.725.677,87	3.745.341,02
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	584.390.276,10	415.306.490,46
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	221.742.351,61	157.231.006,47
Provisão para Transferência ao FUNDEB	221.742.351,61	157.231.006,47
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	362.647.924,49	258.075.483,99
Provisão para Distribuição Constitucional e Legal de Receitas	362.647.924,49	258.075.483,99
Outras Provisões a Curto Prazo	28.145.777,50	36.339.722,87
Outras Provisões a Curto Prazo -Consolidação	28.145.777,50	36.339.722,87
Provisão para Contingências	28.145.777,50	36.339.722,87
Demais Obrigações a Curto Prazo	6.185.348.947,99	5.458.856.837,32
Adiantamentos de Clientes	73.573.550,53	74.530.647,22
Adiantamentos de Clientes-Consolidação	73.573.550,53	74.530.647,22
=Adiantamentos de Clientes (P)	73.573.550,53	74.530.647,22
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	-	1.104.309,72
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar-Consolidação	-	1.104.309,72

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Dividendos a Pagar - Tesouro Estadual	-	1.104.309,72
Valores Restituíveis	5.795.635.967,95	5.298.240.572,11
Valores Restituíveis - Consolidação	5.795.635.967,95	5.298.240.572,11
Consignações	120.446.699,55	31.020.139,38
Garantias	8.205.683,97	7.024.149,95
Depósitos Judiciais	5.529.320.518,02	5.148.610.484,43
Depósitos não Judiciais	137.663.066,41	111.585.798,35
Outras Obrigações a Curto Prazo	316.139.429,51	84.981.308,27
Outras Obrigações a Curto Prazo-Consolidação	314.776.441,73	84.444.938,66
Indenizações e Restituições	42.389.085,90	39.670.728,33
Diárias a Pagar	14.777,50	21.219,00
Convênios a Pagar	1.467.648,72	1.004.563,00
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	41.115,00	-
Subvenções Econômicas a Pagar	1.977,00	9.000,00
Valores em Trânsito Exigíveis	3.017.771,43	293.715,72
Depósitos Compulsórios a Pagar	7.197,90	-
Sentenças Judiciais a Pagar	34.267.971,37	36.279.587,98
Suprimentos de Fundos a Pagar	15.000,00	21.000,00
Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária	231.663.896,91	7.145.124,63
Credores a Pagar - Acordo Parcelamento	1.890.000,00	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - União	-	463.790,96
Indenizações e Restituições	-	463.790,96
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	1.362.987,78	72.578,65
Transferências Fundo a Fundo a Pagar	1.362.987,78	72.578,65
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	8.054.246.590,90	7.564.526.546,35
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	797.981.376,20	751.045.441,35

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal a Pagar	200.098.424,74	144.288.768,44
Pessoal a Pagar-Consolidação	200.098.424,74	144.288.768,44
Pecatórios de Pessoal	200.098.424,74	144.288.768,44
Benefícios Previdenciários a Pagar	189.235.781,77	178.803.831,36
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	189.235.781,77	178.803.831,36
Pecatórios de Benefícios Previdenciários	189.235.781,77	178.803.831,36
Encargos Sociais a Pagar	408.647.169,69	427.952.841,55
Encargos Sociais a Pagar-Consolidação	-	10.178.664,37
Contribuição a Regime Próprio de Previdência (RPPS)	-	10.178.664,37
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	408.647.169,69	417.774.177,18
INSS a Pagar	408.647.169,69	417.774.177,18
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	18.838.624.566,44	17.277.420.621,24
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	15.974.628.648,95	13.711.747.782,59
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	5.858.853.167,70	5.052.684.907,73
Empréstimos Internos - em Contratos	5.858.853.167,70	5.052.684.907,73
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	10.115.775.481,25	8.659.062.874,86
Empréstimos Internos - em Contratos	10.115.775.481,25	8.659.062.874,86
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	2.858.790.556,29	3.565.616.722,17
Empréstimos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	2.858.790.556,29	3.565.616.722,17
=Empréstimos Externos - em Contratos	2.858.790.556,29	3.565.616.722,17
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	5.205.361,20	56.116,48
Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	5.205.361,20	56.116,48
=Financiamentos Internos	5.205.361,20	56.116,48
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.446.314.905,78	1.324.171.369,37
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.446.314.905,78	1.324.171.369,37
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo - Consolidação	1.446.314.905,78	1.324.171.369,37
=Fornecedores Nacionais	54.590,19	51.051,20

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Precatórios de Fornecedores Nacionais	1.446.260.315,59	1.324.120.318,17
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	265.590.332,72	258.458.555,84
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	265.590.332,72	258.443.511,58
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS União	265.590.332,72	258.443.511,58
Tributos Federais Renegociados	265.590.332,72	258.443.511,58
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios	-	15.044,26
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	-	15.044,26
=Outros Tributos e Contribuições Municipais a Recolher	-	15.044,26
Provisões a Longo Prazo	755.819.768,59	653.418.584,38
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	12.849.941,46	12.362.929,09
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	12.849.941,46	12.362.929,09
=Provisão para Indenizações Trabalhistas	12.849.941,46	12.362.929,09
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	730.398.540,93	603.212.947,99
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	730.398.540,93	603.212.947,99
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	730.398.540,93	-
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	-	-
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	-	8.956.477,38
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	-	388.410.290,24
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	-	205.846.180,37
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo	-	34.442.317,77
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Consolidação	-	34.442.317,77
=Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	-	34.442.317,77
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	12.571.286,20	3.400.389,53
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	12.571.286,20	3.400.389,53
=Provisão para Indenizações Cíveis	12.571.286,20	3.400.389,53
Demais Obrigações a Longo Prazo	684.411.243,91	639.113.464,65
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	207.402.012,07	278.511.273,43

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo-Consolidação	207.402.012,07	278.511.273,43
=Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	207.402.012,07	278.511.273,43
Valores Restituíveis	158.001.633,63	135.750.597,50
Valores Restituíveis - Consolidação	158.001.633,63	135.750.597,50
Depósitos Judiciais	158.001.633,63	135.750.597,50
Outras Obrigações a Longo Prazo	319.007.598,21	224.851.593,72
Outras Obrigações a Longo Prazo-Consolidação	319.007.598,21	224.851.593,72
Indenizações e Restituições	312.028.979,80	213.082.166,62
Outras Dívidas Junto ao RPPS	-	4.790.808,69
=Outros Credores a Longo Prazo	6.978.618,41	6.978.618,41
Resultado Diferido	657.739.791,60	644.230.104,03
Varição Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	657.739.791,60	644.230.104,03
Varição Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	657.739.791,60	644.230.104,03
=Varição Patrimonial Aumentativa Diferida	657.739.791,60	644.230.104,03
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	23.446.481.985,24	21.547.858.140,86
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	6.655.354,10	6.655.354,10
Capital Social Realizado	6.655.354,10	6.655.354,10
Capital Social Realizado - Consolidação	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Subscrito	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Realizado - Inter OFSS União	5.383.499,10	5.383.499,10
Capital Social Subscrito	5.658.555,03	5.658.555,03
(-) Capital Social a Realizar	(275.055,93)	(275.055,93)
Capital Social Realizado - Inter OFSS Município	1.067,00	1.067,00
Capital Social Subscrito	1.067,00	1.067,00
Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Outras Reservas de Capital - Consolidação	357.481,14	357.481,14
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	242.720,74	242.720,74
Demais Reservas de Capital	114.760,40	114.760,40
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS União	10.835,34	10.835,34
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	7.356,92	7.356,92
Demais Reservas de Capital	3.478,42	3.478,42
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS Município	111,40	111,40
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	75,64	75,64
Demais Reservas de Capital	35,76	35,76
Demais Reservas	8.088.202,21	8.088.202,21
Reserva de Reavaliação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação - Consolidação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	2.452.340,00	2.452.340,00
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.362.341,63	3.362.341,63
Outras Reservas	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Resultados Acumulados	9.130.556.407,56	1.039.153.693,94
Superávits ou Déficits Acumulados	11.083.111.670,52	2.401.970.874,45
Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	32.125.523.815,04	17.270.786.760,61
Superávits ou Déficits do Exercício	7.375.760.013,91	4.821.206.054,40
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	17.270.786.760,61	12.331.971.101,49
Ajustes de Exercícios Anteriores	7.478.977.040,52	120.819.490,16
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	(3.209.885,44)
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	3.279.293.720,95	2.535.677.987,92
Superávits ou Déficits do Exercício	743.615.733,03	513.752.700,66
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	2.535.677.987,92	2.030.692.137,34

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(8.473.464,86)
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	(293.385,22)
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	(3.406.819.268,38)	(2.290.856.553,44)
Superávits ou Déficits do Exercício	(1.115.962.714,94)	(878.096.204,39)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(2.290.856.553,44)	(1.412.760.349,05)
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Município	(20.914.886.597,09)	(15.113.637.320,64)
Superávits ou Déficits do Exercício	(5.801.264.320,71)	(5.355.442.301,06)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(15.113.637.320,64)	(9.758.193.188,30)
Ajustes de Exercícios Anteriores	15.044,26	-
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	(1.831,28)
Lucros e Prejuízos Acumulados	(1.952.555.262,96)	(1.362.817.180,51)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	(1.601.110.475,76)	(1.087.135.644,41)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(513.953.486,51)	(441.859.797,81)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(1.087.135.644,41)	(644.912.452,95)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(21.344,84)	(363.393,65)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	(344.761.208,18)	(271.572.320,86)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(73.188.887,32)	(88.157.295,70)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(271.572.320,86)	(183.415.025,16)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	(6.670.350,02)	(4.095.986,24)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(1.814.363,78)	(1.563.557,80)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(4.095.986,24)	(2.532.428,44)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(760.000,00)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.145.668.391,75	1.054.265.678,13
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.646.396.967,89	30.166.650.365,34

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
Ativo Financeiro	9.683.858.770,28	8.806.584.698,10
Ativo Permanente	30.962.538.197,61	21.360.065.667,24
Total Ativo (I)	40.646.396.967,89	30.166.650.365,34
PASSIVO		
Passivo Financeiro	6.403.803.574,15	5.855.450.263,37
Passivo Permanente	25.638.970.449,86	23.711.944.732,38
Total Passivo (II)	32.042.774.024,01	29.567.394.995,75
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	8.603.622.943,88	599.255.369,59

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.239.637.682,85	976.043.921,43
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.239.637.682,85	976.043.921,43
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	657.360.933,17	707.292.459,93
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	456.536.928,85	408.410.142,83
Obrigações Contratuais a Executar	23.631.497.206,98	22.197.061.762,26
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	11.507.318.819,81	10.688.386.808,50
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	36.252.713.888,81	34.001.151.173,52

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.100 Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	50.893.416,49	(46.745.062,98)
0.101 Recursos ordinários - diversos	12.825.433,43	1.547.043,81
0.110 Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	3.407.585,22	1.806.525,99
0.111 Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	38.830.171,95	20.387.596,76
0.119 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	11.653.808,38	7.629.522,88
0.120 Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	3.111.086,97	5.452.234,27
0.121 Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	5.270.962,46	1.796.948,82
0.122 Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	4.064.805,25	12.614.330,05
0.124 Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	28.064.929,56	3.007.604,66
0.126 Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	765,00	164.927,74
0.128 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	20.382.825,70	11.572.830,51
0.129 Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	11.221.004,30	6.240.289,41
0.131 Recursos do FUNDEB - transferências da União	42.899.188,03	1.907.235,15
0.140 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	1.973.272,20	58.328,41
0.160 Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	900.711,38	3.447.534,98
0.161 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	13.757.536,55	-
0.162 Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	15.592.590,64	-
0.169 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	8.936.545,22	7.951.744,48
0.180 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	9.092.510,02	9.745.508,21
0.181 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo - rec tesouro - exercício corrente	7.248.508,29	17.533.485,44
0.182 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - rec tesouro - exercício corrente	10.982.169,37	2.183.283,52
0.183 Remuneração de disp bancária - conta única do Judiciário - rec tesouro - exerc corrente	142.955.865,02	110.330.981,26
0.184 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec tesouro - exercício corrente	1.586.229,16	3.769.638,08
0.185 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	114.113.589,30	52.397.615,50
0.186 Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	1.264.299,39	2.193.083,39
0.187 Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	266.476,83	1.993,94

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.188 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.388.234,90	661.039,88
0.191 Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	471.754.504,13	488.562.699,05
0.192 Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	23.827.037,92	13.651.078,88
0.195 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	4.030.692,52	23.323.008,73
0.198 Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	480.742,76	626.298,09
0.199 Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	578.746,08	24.976,00
0.223 Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	6.670,09	21.945.313,92
0.225 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.564.292,40	606.578,17
0.228 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	79.143.018,79	20.491.040,45
0.229 Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.057.881,51	15.698.702,82
0.232 Transferências da União - situação de emergência e calamidade	642.300,00	232.174,72
0.240 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	200.183.943,50	111.230.856,37
0.250 Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	87.015.588,76	152.667.270,72
0.259 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	10.864,86
0.260 Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.647.145,60	8.565.407,87
0.261 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	11.021.569,54	36.590.760,00
0.262 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.815.943,16	15.005.725,54
0.263 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	6.484.163,63	6.385.636,01
0.265 Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	6.326.103,35	7.047.953,21
0.266 Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	1.854.991,73	846.426,91
0.269 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	133.077.280,28	102.993.234,96
0.280 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	12.600.776,23	10.889.841,91
0.282 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário -rec outras fontes-exercício corrente	2.247.034,70	979.999,24
0.284 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec outras fontes - exercício corrente	14.572.993,94	10.720.093,67
0.285 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	135.521.934,83	91.552.734,69
0.289 Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	-	64.802.203,95

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.298 Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	6.592.679,90	2.309.407,15
0.299 Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.770.538,38	417.481,58
0.300 Recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	25.562.338,59	18.178.608,15
0.301 Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	257.537,07	466.512,57
0.302 Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - Exercícios Anteriores	3.665,44	14.711,30
0.309 Superávit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	777.814,77	8.100,00
0.310 Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	3.441.535,56	3.791.324,60
0.311 Taxas da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - rec tesouro - exercícios anteriores	3.925.837,92	2.441.266,44
0.319 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	1.895.473,81	1.592.908,78
0.320 Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	8.421,50	186.794,13
0.321 Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	288.025,28	781.980,05
0.324 Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	16.823.587,58	18.707.658,61
0.325 Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	5.394,57
0.326 Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	215.564,63	119.376,77
0.328 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	7.538.731,75	3.359.604,73
0.329 Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	751.707,00	51.707,00
0.332 Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exerc anteriores	1.098.100,70	5.912.873,61
0.340 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	354.455,95	499.874,34
0.360 Recursos patrimoniais - primários	5.344.492,38	4.560.011,99
0.369 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	49.077,54	925.404,28
0.380 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	238,81
0.381 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	7.717.084,13	10.743.779,10
0.382 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercício anterior	1.359,31	60.726,41
0.383 Remuneração de disponibilidade bancária -conta única do Judiciário - exercícios anteriores	109.487.455,54	71.005.340,94
0.384 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	2.525.246,94	1.937.291,90
0.385 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	64.020.483,43	32.566.736,33

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.387 Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	1.279,33	53.290,02
0.388 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	661.039,88	-
0.391 Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	432.809.440,77	333.854.379,69
0.392 Operação de crédito externa - exercícios anteriores	6.534.829,15	4.964.983,03
0.395 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	9.896.119,16	2.447.037,31
0.398 Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	501.291,56	202.482,76
0.623 Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	6.322.962,53	20.703.961,20
0.625 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	3.000.331,93	2.723.479,44
0.628 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	33.288.492,86	35.378.876,69
0.629 Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	9.219.178,36	4.212.418,00
0.632 Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	26.157,39	26.157,39
0.640 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	58.649.843,18	41.542.804,37
0.647 Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	222.432,31	222.432,31
0.650 Contribuição previdenciária	70.116.575,63	406.465.462,63
0.659 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	31.971.143,69	31.960.278,83
0.660 Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	19.319.522,95	13.290.525,10
0.661 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	2.763.283,81	5.039.618,20
0.662 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	1.688.635,47	8.230.157,94
0.665 Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	184.979,37	151.634,17
0.669 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	87.703.836,91	84.584.814,11
0.680 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	17.881.259,12	8.608.940,85
0.682 Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disp bancária - Judiciário	19.105,34	136.742,58
0.684 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	13.771.858,73	12.412.713,20
0.685 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	168.750.412,14	116.286.429,87
0.689 Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.496.151,85	62.080.454,22
0.698 Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	3.456.387,53	3.095.669,28

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R\$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.699 Não primárias - outras receitas	35.115.599,98	35.071.657,23
1.100 Contrapartida - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	-	(277.662,48)
2.100 Contrapartida - BID - recursos do tesouro - exercício corrente	-	(175.018,29)
2.191 Contrapartida de Operações de Crédito Interna-BID-Rec.Tesouro-Exerc.Corrente	-	(6.639.476,61)
4.191 Contrapartida de Outros Empréstimos-Op.Crédito Interna-Rec.Tesouro	-	(2.052.002,72)
7.100 Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	893.554,55	567.290,83
7.111 Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	1.715.289,28	-
7.129 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercício Corrente	-	2.171.690,60
7.240 Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	339.804,90	4.100,00
7.261 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercício Corrente	75.520,10	-
7.269 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	992.480,49	391.081,30
7.300 Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	7.043.111,14	6.768.435,47
7.311 Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública e Def. do Cidadão-Rec.Tesouro-Ex.Ant	676.828,37	966.686,77
7.329 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	2.174.827,74	3.137,14
7.629 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	1.000.000,00	1.000.000,00
7.640 Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	146.752,31	145.711,54
7.660 Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	2.000,00
7.661 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	-	3.618,85
7.662 Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Seitec-Exerc.Anteriores	80.578,60	881.099,85
7.669 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	436.221,63	95.831,28
7.680 Contrapartida de Convênios-Rem.disp.bancária- Rec. de outras Fontes - Exercício Anterior	-	14.274,72
8.263 Contrapartida de Empréstimos Internos- Receitas Diversas - Programa Pró-Emprego	-	(2.881.849,83)
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	3.132.545.644,98	2.858.488.607,88

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DE SANTA CATARINA

**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015**

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - Demonstrativo apresentado até o 5º nível de agrupamento das contas contábeis.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.291.679.249,77	20.777.753.902,13
Impostos	22.467.859.318,71	20.032.983.687,40
Impostos sobre Patrimônio e a Renda	3.203.663.095,78	2.963.219.278,97
Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	3.203.663.095,78	2.963.219.278,97
Impostos sobre a Produção e a Circulação	19.264.196.222,93	17.069.764.408,43
Impostos sobre a Produção e a Circulação -Consolidação	19.264.196.222,93	17.069.764.408,43
Taxas	823.819.931,06	744.770.214,73
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	560.450.359,57	510.043.540,54
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	560.450.359,57	510.043.540,54
Taxas pela Prestação de Serviços	263.369.571,49	234.726.674,19
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação	263.369.571,49	234.726.674,19
Contribuições	2.056.829.978,87	1.724.520.102,15
Contribuições Sociais	2.056.829.978,87	1.724.520.102,15
Contribuições Sociais - RPPS	2.056.829.978,87	1.724.520.102,15
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação	839.719.407,63	727.582.688,98
Contribuições Sociais - RPPS - Intra OFSS	1.217.110.571,24	996.937.413,17
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.009.284.733,37	876.804.913,56
Venda de Mercadorias	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda Bruta de Mercadorias	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda de Produtos	5.250.510,24	4.782.921,48
Venda Bruta de Produtos	5.250.510,24	4.782.921,48
Venda Bruta de Produtos - Consolidação	5.250.510,24	4.782.921,48
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	985.078.417,76	852.900.538,80
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	985.697.221,05	853.144.016,60
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	760.012.912,25	669.413.971,59
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	225.684.308,80	183.730.045,01



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
(-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	(618.803,29)	(243.477,80)
(-) Dedução Valor Bruto de Explor. de Bens, Direitos e Prest. de Serviços - Consolidação	(618.803,29)	(243.477,80)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.703.163.796,86	1.902.084.041,01
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	409.429,04	533.791,88
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	409.429,04	533.791,88
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	409.429,04	533.791,88
Juros e Encargos de Mora	890.876.580,19	420.680.656,66
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	594.485,51	1.445.713,22
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação	594.485,51	1.445.713,22
Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	880.223.387,48	410.166.216,09
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - Consolidação	880.223.387,48	410.166.216,09
Outros Juros e Encargos de Mora	10.058.707,20	9.068.727,35
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	10.058.707,20	9.068.727,35
Variações Monetárias e Cambiais	1.931.269.114,18	760.517.538,89
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	5.406.428,24	20.161.664,34
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	5.406.428,24	20.161.664,34
Outras Variações Monetárias e Cambiais	1.925.862.685,94	740.355.874,55
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	1.873.614.897,02	681.577.153,69
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Intra OFSS	2.592.911,27	4.058.390,02
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	49.247.751,84	54.379.811,14
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	407.125,81	340.519,70
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	880.608.673,45	720.352.053,58
Remuneração de Aplicações Financeiras	880.608.673,45	720.352.053,58
Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	880.608.673,45	720.352.053,58
Transferências e Delegações Recebidas	75.526.300.760,48	74.104.969.544,02
Transferências Intragovernamentais	69.614.794.418,93	67.516.970.909,85
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	18.076.123.123,76	17.626.765.061,58
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	18.076.123.123,76	17.626.765.061,58



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	48.583.102.667,90	46.720.007.252,46
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	48.583.102.667,90	46.720.007.252,46
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	2.955.568.627,27	3.170.198.595,81
Transferências Recebidas p/ Aporte de Recursos p/ o RPPS - INTRA OFSS	2.955.568.627,27	3.170.198.595,81
Transferências Intergovernamentais	4.746.269.530,49	4.340.697.903,62
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	2.403.575.021,91	2.220.735.371,52
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - União	2.403.575.021,91	2.220.735.371,52
Transferências do FUNDEB	2.082.268.384,15	1.963.387.057,20
Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	2.082.268.384,15	1.963.387.057,20
Transferências Voluntárias	254.492.022,54	154.199.300,49
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	247.074.534,48	148.328.488,06
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	7.417.488,06	5.870.812,43
Outras Transferências	5.934.101,89	2.376.174,41
Outras Transferências - Inter OFSS - União	5.907.817,33	750.000,00
Outras Transferências - Inter OFSS - Município	26.284,56	1.626.174,41
Transferências das Instituições Privadas	677.568.648,00	1.606.835.066,70
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	18.513.819,33	18.832.646,71
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	18.513.819,33	18.832.646,71
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	659.054.828,67	1.588.002.419,99
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	659.054.828,67	1.588.002.419,99
Transferências do Exterior	19.053,98	3.773,36
Transferências do Exterior	19.053,98	3.773,36
Transferências do Exterior - Consolidação	19.053,98	3.773,36
Transferências de Pessoas Físicas	1.124.952,91	516.303,41
Transferências de Pessoas Físicas	1.124.952,91	516.303,41
Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	1.124.952,91	516.303,41
Outras Transferências e Delegações Recebida	486.524.156,17	639.945.587,08
Outras Transferências e Delegações Recebida	486.524.156,17	639.945.587,08



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação	486.524.156,17	639.945.587,08
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	628.460.646,92	327.791.725,00
Reavaliação de Ativos	385.037.228,28	225.227.907,63
Reavaliação de Imobilizado	383.435.586,99	223.052.440,78
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	383.435.586,99	223.052.440,78
Reavaliação de Intangíveis	1.601.641,29	2.175.466,85
Reavaliação de Intangíveis -Consolidação	1.601.641,29	2.175.466,85
Ganhos com Alienação	2.560.761,27	324.431,98
Ganhos com Alienação de Imobilizado	2.560.761,27	324.431,98
Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação	2.560.761,27	324.431,98
Ganhos com Incorporação de Ativos	89.828.317,07	91.876.130,65
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos	2.705,72	1.127,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação	2.705,72	1.127,00
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	89.825.611,35	91.875.003,65
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação	89.825.611,35	91.875.003,65
Ganhos com Desincorporação de Passivos	151.034.340,30	10.363.254,74
Ganhos com Desincorporação de Passivos	151.034.340,30	10.363.254,74
Ganhos com Desincorporação de Passivos-Consolidação	151.034.340,30	10.363.254,74
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	38.722.599.049,29	50.793.656.936,17
Resultado Positivo de Participações	168.727.163,61	172.020.922,10
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	168.722.124,99	172.009.447,66
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	164.150.639,99	172.009.447,66
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	4.571.485,00	-
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	5.038,62	11.474,44
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação	5.038,62	11.474,44
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	37.973.660.146,34	50.145.887.654,30
Reversão de Provisões	37.685.259.593,66	49.728.177.726,44
Reversão de Provisões - Consolidação	37.685.259.593,66	49.728.177.726,44



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Reversão de Ajustes de Perdas	288.400.552,68	417.709.927,86
Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação	288.400.552,68	417.709.927,86
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	580.211.739,34	475.748.359,77
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	27.551.728,19	24.996.887,33
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	27.551.728,19	24.996.887,33
Multas Administrativas	111.681.969,59	114.977.750,12
Multas Administrativas - Consolidação	111.681.969,59	114.977.750,12
Indenizações e Restituições	274.486.943,96	199.594.600,84
Indenizações e Restituições - Consolidação	254.953.579,39	199.594.600,84
Indenizações e Restituições - Intra	18.856.043,11	-
Indenizações e Restituições	119.280,54	-
Indenizações e Restituições	155.633,45	-
Indenizações e Restituições	402.407,47	-
VPA Decorrente Alienação Bens Apreendidos	-	1.995.276,24
VPA Decorrente Alienação Bens Apreendidos - Consolidação	-	1.995.276,24
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	166.491.097,60	134.183.845,24
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	166.491.097,60	134.183.845,24
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	144.938.318.215,56	150.507.659.272,92



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	9.885.232.754,84	9.289.847.609,43
Remuneração a Pessoal	7.459.431.016,56	7.121.167.800,27
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS	5.020.696.213,70	4.809.454.366,17
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	5.020.696.213,70	4.809.454.366,17
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	1.339.513.862,50	1.220.724.189,80
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	1.339.513.862,50	1.220.724.189,80
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS	1.099.220.940,36	1.090.989.244,30
Remun. a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	1.099.220.940,36	1.090.989.244,30
Encargos Patronais	1.769.612.022,03	1.506.370.141,15
Encargos Patronais - RPPS	1.224.435.698,25	1.005.068.609,64
Encargos Patronais - RPPS - Intra OFSS	1.219.671.588,59	1.000.908.753,27
Encargos Patronais - RPPS - Inter União	4.764.109,66	4.159.856,37
Encargos Patronais - RGPS	266.918.573,37	251.495.152,27
Encargos Patronais - RGPS - Consolidação	27.718,66	425,00
Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	266.890.854,71	251.494.727,27
Encargos Patronais - FGTS	19.101.214,09	18.254.308,24
Encargos Patronais - FGTS - Inter União	19.101.214,09	18.254.308,24
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	27.186.258,06	23.692.554,56
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação	27.186.258,06	23.692.554,56
Outros Encargos Patronais	231.970.278,26	207.859.516,44
Outros Encargos Patronais - Consolidação	6.018.696,19	6.021.857,31
Outros Encargos Patronais - Intra OFSS	225.716.202,72	200.206.191,30
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União	217.565,65	1.619.815,26
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município	17.813,70	11.652,57
Benefícios a Pessoal	504.277.320,84	514.884.676,76
Benefícios a Pessoal - RPPS	342.114.177,20	364.236.607,79
Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação	342.114.177,20	364.236.607,79



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Benefícios a Pessoal - RGPS	102.193.932,32	88.197.446,75
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	102.193.932,32	88.197.446,75
Benefícios a Pessoal - Militar	59.969.211,32	62.450.622,22
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	59.969.211,32	62.450.622,22
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	151.912.395,41	147.424.991,25
Indenizações e Restituições Trabalhistas	118.870.035,56	122.587.815,46
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	118.870.035,56	122.587.815,46
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	33.042.359,85	24.837.175,79
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Consolidação	7.855.071,04	24.837.175,79
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Intra	18.856.043,11	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	865.793,99	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	1.718.269,07	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	3.747.182,64	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.646.682.865,81	4.984.845.302,40
Aposentadorias e Reformas	4.629.763.274,12	4.095.564.981,80
Aposentadorias - RPPS	3.542.160.396,81	3.221.256.638,21
Aposentadorias - RPPS - Consolidação	3.542.160.396,81	3.221.256.638,21
Reserva Remunerada e Reformas - Militar	1.087.602.877,31	874.308.343,59
Reserva Remunerada e Reformas - Militar - Consolidação	1.087.602.877,31	874.308.343,59
Pensões	997.661.557,49	876.732.309,65
Pensões - RPPS	796.359.199,29	707.885.565,77
Pensões - RPPS - Consolidação	796.359.199,29	707.885.565,77
Pensões - Militar	201.302.358,20	168.846.743,88
Pensões - Militar - Consolidação	201.302.358,20	168.846.743,88
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19.258.034,20	12.548.010,95
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	9.773.873,21	4.979.931,41
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS - Consolidação	9.773.873,21	4.979.931,41
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS	51.370,00	18.300,00



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS - Consolidação	51.370,00	18.300,00
Outros Benefícios Previdenciários - Militar	573.756,00	463.752,00
Outros Benefícios Previdenciários - Militar - Consolidação	573.756,00	463.752,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8.859.034,99	7.086.027,54
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação	8.859.034,99	7.086.027,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.152.117.755,83	3.810.584.778,14
Uso de Material de Consumo	880.966.856,37	931.442.287,51
Consumo de Material	785.568.712,79	801.218.187,89
Consumo de Material - Consolidação	785.568.712,79	801.218.187,89
Distribuição de Material Gratuito	95.398.143,58	130.224.099,62
Distribuição de Material Gratuito - Consolidação	95.398.143,58	130.224.099,62
Serviços	2.944.024.142,29	2.599.670.500,54
Diárias	47.144.600,49	47.152.333,27
Diárias - Consolidação	47.144.600,49	47.152.333,27
Serviços Terceiros - PF	153.230.449,18	110.932.494,29
Serviços Terceiros - PF - Consolidação	153.230.449,18	110.932.494,29
Serviços Terceiros - PJ	2.717.617.694,65	2.417.120.989,84
Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	2.717.617.694,65	2.417.120.989,84
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 § 1, Lc 101/00	26.031.397,97	24.464.683,14
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 da LRF - Consolidação	26.031.397,97	24.464.683,14
Depreciação, Amortização e Exaustão	327.126.757,17	279.471.990,09
Depreciação	314.790.795,81	270.962.997,72
Depreciação - Consolidação	314.790.795,81	270.962.997,72
Amortização	12.335.961,36	8.508.992,37
Amortização - Consolidação	12.335.961,36	8.508.992,37
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.474.643.524,98	4.503.855.294,88
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	671.254.327,44	958.840.198,89
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	542.938.217,64	823.579.931,42



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	442.110.758,88	288.109.981,30
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS União	100.827.458,76	535.469.950,12
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	128.316.109,80	135.260.267,47
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	128.316.109,80	135.260.267,47
Juros e Encargos de Mora	61.256.375,03	37.453.782,30
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	330.755,53	112.823,95
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	330.755,53	112.823,95
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	60.925.619,50	37.340.958,35
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	70.780,83	15.980,11
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União	60.854.838,67	37.324.978,24
Variações Monetárias e Cambiais	2.736.869.001,37	3.507.334.939,55
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	1.852.775.584,45	1.550.677.340,81
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	461.425.386,08	583.326.682,49
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	1.391.350.198,37	967.350.658,32
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	591.287.513,00	1.734.336.380,44
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	591.287.513,00	1.734.336.380,44
Outras Variações Monetárias e Cambiais	292.805.903,92	222.321.218,30
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	269.809.516,38	197.871.624,49
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	22.996.387,54	24.449.593,81
Descontos Financeiros Concedidos	1.183.483,66	226.374,14
Descontos Financeiros Concedidos	1.183.483,66	226.374,14
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	1.183.483,66	226.374,14
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	4.080.337,48	-
Juros e Encargos Sobre Tributos Renegociados	4.080.337,48	-
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS União	4.080.337,48	-
Transferências e Delegações Concedidas	79.516.472.395,73	76.583.597.794,22
Transferências Intragovernamentais	69.614.794.418,93	67.516.970.911,63
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	18.076.123.123,76	17.624.724.727,59



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	18.076.123.123,76	17.624.724.727,59
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	48.583.102.667,90	46.722.047.588,23
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	48.583.102.667,90	46.722.047.588,23
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos p/ o RPPS	2.955.568.627,27	3.170.198.595,81
Transferências Concedidas p/ Aportes de Recursos para o RPPS - Intra	2.955.568.627,27	3.170.198.595,81
Transferências Inter Governamentais	8.947.609.944,81	8.163.683.424,07
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	5.345.931.590,97	4.951.737.522,84
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - União	1.522.727,47	1.502.733,03
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Município	5.344.408.863,50	4.950.234.789,81
Transferências ao FUNDEB	3.196.668.463,47	2.841.483.261,59
Transferências ao FUNDEB - Inter OFSS - Estado	3.196.668.463,47	2.841.483.261,59
Transferências Voluntárias	405.009.890,37	370.462.639,64
Transferências Voluntárias - Consolidação	41.364.707,31	33.235.534,51
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	363.645.183,06	337.227.105,13
Transferências a Instituições Privadas	727.841.288,09	592.456.276,05
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	727.775.037,11	592.239.445,82
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	727.775.037,11	592.239.445,82
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	66.250,98	216.830,23
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	66.250,98	216.830,23
Execução Orçamentária Delegada	94.335.855,51	73.114.304,46
Execução Orçamentária Delegada a Entes	94.335.855,51	73.114.304,46
Execução Orçamentária Delegada a Entes - Inter OFSS - Município	94.335.855,51	73.114.304,46
Outras Transferências e Delegações Concedidas	131.890.888,39	237.372.878,01
Outras Transferências e Delegações Concedidas	131.890.888,39	237.372.878,01
Outras Transferências Concedidas - Consolidação	131.890.888,39	237.372.878,01
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.850.873.226,01	2.052.965.699,36
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	2.658.279.944,32	1.924.766.727,00
Reavaliação de Imobilizado	2.942.888,29	6.362.361,04



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	2.942.888,29	6.362.361,04
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	248.786.924,63	267.916,14
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	248.786.924,63	267.916,14
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	3.508.158,15	5.862.120,43
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	3.508.158,15	5.862.120,43
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplic. Temporários	2.403.041.973,25	1.912.274.329,39
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Invest. e Aplicações Temporários-Consolidação	2.403.041.973,25	1.912.274.329,39
Perdas com Alienação	1.750.044,67	553.459,20
Perdas com Alienação de Imobilizado	1.750.044,67	553.459,20
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	1.750.044,67	553.459,20
Perdas Involuntárias	906.094,91	949.463,31
Perdas Involuntárias com Imobilizado	906.094,91	949.463,31
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	906.094,91	949.463,31
Incorporação de Passivos	2.968.972,44	203.926,47
Incorporação de Passivos	2.968.972,44	203.926,47
Incorporação de Passivos - Consolidação	2.968.972,44	203.926,47
Desincorporação de Ativos	186.968.169,67	126.492.123,38
Desincorporação de Ativos	186.968.169,67	126.492.123,38
Desincorporação de Ativos - Consolidação	186.968.169,67	126.492.123,38
Tributárias	195.282.267,77	186.906.320,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.851.088,23	4.848.934,69
Impostos	4.133.690,83	3.021.100,47
Impostos - Consolidação	53.469,93	59.159,51
Impostos - Inter OFSS União	413.386,62	389.516,85
Impostos - Inter OFSS Município	3.666.834,28	2.572.424,11
Taxas	1.717.397,40	1.827.834,22
Taxas - Consolidação	207.847,89	143.065,68
Taxas - Inter OFSS - Municípios	1.509.549,51	1.684.768,54



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Contribuições	189.431.179,54	182.057.386,25
Contribuições Sociais	188.361.290,77	180.914.092,90
Contribuições Sociais - Inter OFSS União	188.361.290,77	180.914.092,90
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	708,19	152,06
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - Inter Município	708,19	152,06
Outras Contribuições	1.069.180,58	1.143.141,29
Outras Contribuições - Consolidação	284.514,18	184.833,39
Outras Contribuições - Inter OFSS União	784.666,40	958.307,90
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	41.405,61	748.389,78
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	41.405,61	69.545,46
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	41.405,61	69.545,46
Custo das Mercadorias Vendidas - Consolidação	41.405,61	69.545,46
Custo dos Serviços Prestados - CSP	-	678.844,32
Custo dos Serviços Prestados - CSP	-	678.844,32
Custo dos Serviços Prestados - Consolidação	-	678.844,32
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	38.632.499.842,56	50.564.893.037,85
Premiações	3.131.671,66	8.102.462,24
Premiações Culturais	2.336.787,00	7.056.625,00
Premiações Culturais - Consolidação	2.336.787,00	7.056.625,00
Premiações Artísticas	5.724,32	38.775,58
Premiações Artísticas - Consolidação	5.724,32	38.775,58
Premiações Científicas	258.928,93	13.289,45
Premiações Científicas - Consolidação	258.928,93	13.289,45
Premiações Desportivas	344.443,92	841.940,37
Premiações Desportivas - Consolidação	344.443,92	841.940,37
Ordens Honoríficas	91.294,96	37.409,22
Ordens Honoríficas - Consolidação	91.294,96	37.409,22
Outras Premiações	94.492,53	114.422,62



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Outras Premiações - Consolidação	94.492,53	114.422,62
Resultado Negativo de Participações	64.751.686,71	133.262.816,02
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	64.751.686,71	133.262.816,02
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	31.460.404,45	112.732.463,73
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	33.291.282,26	20.530.352,29
Incentivos	32.036.354,22	32.205.795,23
Incentivos à Educação	25.780.782,22	22.082.815,74
Incentivos à Educação - Consolidação	25.780.782,22	22.082.815,74
Incentivos a Ciência	6.255.572,00	10.122.979,49
Incentivos a Ciência - Consolidação	6.255.572,00	10.122.979,49
Subvenções Econômicas	23.004.327,05	22.909.178,46
Subvenções Econômicas	23.004.327,05	22.909.178,46
Subvenções Econômicas - Consolidação	23.004.327,05	22.909.178,46
VPD de Constituição de Provisões	37.809.175.973,48	49.567.937.439,80
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	7.483.607,94	28.026.112,76
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	7.483.607,94	28.026.112,76
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	37.796.507.710,96	49.536.465.798,28
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	37.796.507.710,96	49.536.465.798,28
VPD de Provisões para Riscos Fiscais	2.857.196,17	-
VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação	2.857.196,17	-
VPD de Provisão para Riscos Cíveis	2.327.458,41	3.445.528,76
VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação	2.327.458,41	3.445.528,76
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	700.399.829,44	800.475.346,10
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	18.458,40	-
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	18.458,40	-
Indenizações e Restituições	419.352.550,93	325.165.165,10
Indenizações e Restituições - Consolidação	419.352.550,93	325.165.165,10
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	281.028.820,11	475.310.181,00



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	281.028.820,11	475.310.181,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	144.353.846.039,14	151.978.244.227,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	584.472.176,42	(1.470.584.954,08)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Incorporação de Ativo	1.372.934.607,97	1.481.846.460,36
Desincorporação de Passivo	610.790.655,32	834.924.410,43
Incorporação de Passivo	1.253.880.610,78	1.146.895.088,00
Desincorporação de Ativo	32.428.543,98	28.116.261,77

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

NOTAS EXPLICATIVAS

002 - Demonstrativo apresentado até o 5º nível de agrupamento das contas contábeis.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.070.295.555,41	20.584.287.498,43
Impostos	22.467.859.318,71	20.032.983.687,40
Impostos sobre Patrimônio e a Renda	3.203.663.095,78	2.963.219.278,97
Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	3.203.663.095,78	2.963.219.278,97
Impostos sobre a Produção e a Circulação	19.264.196.222,93	17.069.764.408,43
Impostos sobre a Produção e a Circulação -Consolidação	19.264.196.222,93	17.069.764.408,43
Taxas	602.436.236,70	551.303.811,03
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	560.450.359,57	510.043.540,54
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	560.450.359,57	510.043.540,54
Taxas pela Prestação de Serviços	41.985.877,13	41.260.270,49
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação	41.985.877,13	41.260.270,49
Contribuições	2.056.829.978,87	1.724.520.102,15
Contribuições Sociais	2.056.829.978,87	1.724.520.102,15
Contribuições Sociais - RPPS	2.056.829.978,87	1.724.520.102,15
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação	839.719.407,63	727.582.688,98
Contribuições Sociais - RPPS - Intra OFSS	1.217.110.571,24	996.937.413,17
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	940.170.654,47	790.922.211,90
Venda de Mercadorias	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda Bruta de Mercadorias	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda de Produtos	5.250.510,24	4.782.921,48
Venda Bruta de Produtos	5.250.510,24	4.782.921,48
Venda Bruta de Produtos - Consolidação	5.250.510,24	4.782.921,48
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	915.964.338,86	767.017.837,14
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	916.583.142,15	767.261.274,94
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	690.898.833,35	583.531.229,93
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	225.684.308,80	183.730.045,01



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
(-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	(618.803,29)	(243.437,80)
(-) Dedução Valor Bruto de Explor. de Bens, Direitos e Prest. de Serviços - Consolidação	(618.803,29)	(243.437,80)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.341.898.729,72	1.615.412.407,87
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	409.429,04	533.791,88
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	409.429,04	533.791,88
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	409.429,04	533.791,88
Juros e Encargos de Mora	890.876.580,19	420.680.656,66
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	594.485,51	1.445.713,22
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços - Consolidação	594.485,51	1.445.713,22
Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	880.223.387,48	410.166.216,09
Juros e Encargos de Mora Sobre Créditos Tributários - Consolidação	880.223.387,48	410.166.216,09
Outros Juros e Encargos de Mora	10.058.707,20	9.068.727,35
Outros Juros e Encargos de Mora - Consolidação	10.058.707,20	9.068.727,35
Variações Monetárias e Cambiais	1.931.269.114,18	760.481.371,05
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	5.406.428,24	20.161.664,34
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos - Consolidação	5.406.428,24	20.161.664,34
Outras Variações Monetárias e Cambiais	1.925.862.685,94	740.319.706,71
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	1.873.614.897,02	681.540.985,85
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Intra OFSS	2.592.911,27	4.058.390,02
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	49.247.751,84	54.379.811,14
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - Município	407.125,81	340.519,70
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	519.343.606,31	433.716.588,28
Remuneração de Aplicações Financeiras	519.343.606,31	433.716.588,28
Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	519.343.606,31	433.716.588,28
Transferências e Delegações Recebidas	71.673.141.253,55	70.470.134.331,47
Transferências Intragovernamentais	65.787.498.997,55	63.968.756.299,31
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	14.473.867.633,41	14.296.483.698,50
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	14.473.867.633,41	14.296.483.698,50



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	48.358.062.736,87	46.502.074.005,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	48.358.062.736,87	46.502.074.005,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	2.955.568.627,27	3.170.198.595,81
Transferências Recebidas p/ Aporte de Recursos p/ o RPPS - INTRA OFSS	2.955.568.627,27	3.170.198.595,81
Transferências Intergovernamentais	4.746.243.245,93	4.339.071.729,21
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	2.403.575.021,91	2.220.735.371,52
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - União	2.403.575.021,91	2.220.735.371,52
Transferências do FUNDEB	2.082.268.384,15	1.963.387.057,20
Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	2.082.268.384,15	1.963.387.057,20
Transferências Voluntárias	254.492.022,54	154.199.300,49
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	247.074.534,48	148.328.488,06
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	7.417.488,06	5.870.812,43
Outras Transferências	5.907.817,33	750.000,00
Outras Transferências - Inter OFSS - União	5.907.817,33	750.000,00
Transferências das Instituições Privadas	677.296.106,13	1.605.064.328,51
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	18.513.819,33	18.832.646,71
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	18.513.819,33	18.832.646,71
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	658.782.286,80	1.586.231.681,80
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	658.782.286,80	1.586.231.681,80
Transferências do Exterior	19.053,98	3.773,36
Transferências do Exterior	19.053,98	3.773,36
Transferências do Exterior - Consolidação	19.053,98	3.773,36
Transferências de Pessoas Físicas	941.336,38	252.179,54
Transferências de Pessoas Físicas	941.336,38	252.179,54
Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	941.336,38	252.179,54
Outras Transferências e Delegações Recebida	461.142.513,58	556.986.021,54
Outras Transferências e Delegações Recebida	461.142.513,58	556.986.021,54
Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação	461.142.513,58	556.986.021,54



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	581.611.967,39	294.459.789,00
Reavaliação de Ativos	384.921.228,71	225.227.907,63
Reavaliação de Imobilizado	383.400.873,59	223.052.440,78
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	383.400.873,59	223.052.440,78
Reavaliação de Intangíveis	1.520.355,12	2.175.466,85
Reavaliação de Intangíveis -Consolidação	1.520.355,12	2.175.466,85
Ganhos com Alienação	2.556.761,27	324.431,98
Ganhos com Alienação de Imobilizado	2.556.761,27	324.431,98
Ganhos com Alienação de Imobilizado - Consolidação	2.556.761,27	324.431,98
Ganhos com Incorporação de Ativos	46.638.673,66	58.910.931,90
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos	2.705,72	1.127,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos - Consolidação	2.705,72	1.127,00
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	46.635.967,94	58.909.804,90
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos - Consolidação	46.635.967,94	58.909.804,90
Ganhos com Desincorporação de Passivos	147.495.303,75	9.996.517,49
Ganhos com Desincorporação de Passivos	147.495.303,75	9.996.517,49
Ganhos com Desincorporação de Passivos-Consolidação	147.495.303,75	9.996.517,49
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	38.705.650.721,84	50.778.154.460,03
Resultado Positivo de Participações	168.727.163,61	172.020.515,77
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	168.722.124,99	172.009.447,66
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	164.150.639,99	172.009.447,66
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	4.571.485,00	-
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	5.038,62	11.068,11
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos - Consolidação	5.038,62	11.068,11
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	37.972.292.185,54	50.144.955.733,24
Reversão de Provisões	37.685.259.593,66	49.728.177.726,44
Reversão de Provisões - Consolidação	37.685.259.593,66	49.728.177.726,44
Reversão de Ajustes de Perdas	287.032.591,88	416.778.006,80



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação	287.032.591,88	416.778.006,80
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	564.631.372,69	461.178.211,02
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	27.551.728,19	24.996.887,33
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	27.551.728,19	24.996.887,33
Multas Administrativas	105.896.845,82	108.986.901,35
Multas Administrativas - Consolidação	105.896.845,82	108.986.901,35
Indenizações e Restituições	264.763.709,91	191.015.400,86
Indenizações e Restituições - Consolidação	245.562.676,69	191.015.400,86
Indenizações e Restituições - Intra	18.523.711,76	-
Indenizações e Restituições	119.280,54	-
Indenizações e Restituições	155.633,45	-
Indenizações e Restituições	402.407,47	-
VPA Decorrente Alienação Bens Apreendidos	-	1.995.276,24
VPA Decorrente Alienação Bens Apreendidos - Consolidação	-	1.995.276,24
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	166.419.088,77	134.183.745,24
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	166.419.088,77	134.183.745,24
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	140.369.598.861,25	146.257.968.909,73



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	7.690.980.238,47	7.191.743.290,58
Remuneração a Pessoal	5.914.235.792,35	5.632.607.190,21
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS	3.730.173.789,86	3.557.892.760,83
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	3.730.173.789,86	3.557.892.760,83
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	1.107.554.710,54	1.002.704.547,09
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	1.107.554.710,54	1.002.704.547,09
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS	1.076.507.291,95	1.072.009.882,29
Remun. a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação	1.076.507.291,95	1.072.009.882,29
Encargos Patronais	1.456.904.646,86	1.235.155.103,62
Encargos Patronais - RPPS	976.294.980,96	794.826.308,21
Encargos Patronais - RPPS - Intra OFSS	971.530.871,30	790.666.451,84
Encargos Patronais - RPPS - Inter União	4.764.109,66	4.159.856,37
Encargos Patronais - RGPS	216.060.202,90	204.983.986,06
Encargos Patronais - RGPS - Consolidação	27.718,66	425,00
Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	216.032.484,24	204.983.561,06
Encargos Patronais - FGTS	19.101.214,09	18.254.308,24
Encargos Patronais - FGTS - Inter União	19.101.214,09	18.254.308,24
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	27.186.258,06	23.692.554,56
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação	27.186.258,06	23.692.554,56
Outros Encargos Patronais	218.261.990,85	193.397.946,55
Outros Encargos Patronais - Consolidação	6.018.696,19	6.021.857,31
Outros Encargos Patronais - Intra OFSS	212.024.115,17	187.369.765,35
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União	216.421,10	6.323,89
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município	2.758,39	-
Benefícios a Pessoal	249.446.039,79	240.542.361,44
Benefícios a Pessoal - RPPS	146.871.385,17	140.636.114,84
Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação	146.871.385,17	140.636.114,84



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Benefícios a Pessoal - RGPS	48.404.613,67	42.579.178,52
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	48.404.613,67	42.579.178,52
Benefícios a Pessoal - Militar	54.170.040,95	57.327.068,08
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	54.170.040,95	57.327.068,08
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	70.393.759,47	83.438.635,31
Indenizações e Restituições Trabalhistas	45.178.709,22	65.937.217,91
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	45.178.709,22	65.937.217,91
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	25.215.050,25	17.501.417,40
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Consolidação	6.086.115,29	17.501.417,40
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Intra	13.240.509,84	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	865.793,99	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	1.648.295,88	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	3.374.335,25	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.199.416.436,14	4.568.337.796,35
Aposentadorias e Reformas	4.189.875.667,03	3.683.264.741,93
Aposentadorias - RPPS	3.102.272.789,72	2.808.956.398,34
Aposentadorias - RPPS - Consolidação	3.102.272.789,72	2.808.956.398,34
Reserva Remunerada e Reformas - Militar	1.087.602.877,31	874.308.343,59
Reserva Remunerada e Reformas - Militar - Consolidação	1.087.602.877,31	874.308.343,59
Pensões	997.661.557,49	876.732.309,65
Pensões - RPPS	796.359.199,29	707.885.565,77
Pensões - RPPS - Consolidação	796.359.199,29	707.885.565,77
Pensões - Militar	201.302.358,20	168.846.743,88
Pensões - Militar - Consolidação	201.302.358,20	168.846.743,88
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.879.211,62	8.340.744,77
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	8.702.293,85	3.994.271,23
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS - Consolidação	8.702.293,85	3.994.271,23
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS	51.370,00	18.300,00



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS - Consolidação	51.370,00	18.300,00
Outros Benefícios Previdenciários - Militar	573.756,00	463.752,00
Outros Benefícios Previdenciários - Militar - Consolidação	573.756,00	463.752,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.551.791,77	3.864.421,54
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação	2.551.791,77	3.864.421,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.696.071.622,52	3.401.625.331,22
Uso de Material de Consumo	862.613.299,37	914.881.119,30
Consumo de Material	767.215.155,79	784.661.564,68
Consumo de Material - Consolidação	767.215.155,79	784.661.564,68
Distribuição de Material Gratuito	95.398.143,58	130.219.554,62
Distribuição de Material Gratuito - Consolidação	95.398.143,58	130.219.554,62
Serviços	2.545.731.991,08	2.232.197.895,71
Diárias	28.533.646,10	25.146.301,67
Diárias - Consolidação	28.533.646,10	25.146.301,67
Serviços Terceiros - PF	108.334.927,75	67.790.487,94
Serviços Terceiros - PF - Consolidação	108.334.927,75	67.790.487,94
Serviços Terceiros - PJ	2.382.832.019,26	2.114.796.422,96
Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	2.382.832.019,26	2.114.796.422,96
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 § 1, Lc 101/00	26.031.397,97	24.464.683,14
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 da LRF - Consolidação	26.031.397,97	24.464.683,14
Depreciação, Amortização e Exaustão	287.726.332,07	254.546.316,21
Depreciação	286.639.133,93	254.076.535,00
Depreciação - Consolidação	286.639.133,93	254.076.535,00
Amortização	1.087.198,14	469.781,21
Amortização - Consolidação	1.087.198,14	469.781,21
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.473.708.070,24	4.502.955.491,68
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	671.254.327,44	958.840.198,89
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	542.938.217,64	823.579.931,42



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	442.110.758,88	288.109.981,30
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS União	100.827.458,76	535.469.950,12
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	128.316.109,80	135.260.267,47
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	128.316.109,80	135.260.267,47
Juros e Encargos de Mora	61.253.545,42	37.452.938,72
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	330.755,53	112.823,95
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	330.755,53	112.823,95
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	60.922.789,89	37.340.114,77
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	67.951,22	15.220,27
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União	60.854.838,67	37.324.894,50
Variações Monetárias e Cambiais	2.735.936.376,24	3.506.435.979,93
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	1.852.775.584,45	1.550.677.340,81
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	461.425.386,08	583.326.682,49
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	1.391.350.198,37	967.350.658,32
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	591.287.513,00	1.734.336.380,44
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	591.287.513,00	1.734.336.380,44
Outras Variações Monetárias e Cambiais	291.873.278,79	221.422.258,68
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	268.876.891,25	196.972.664,87
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	22.996.387,54	24.449.593,81
Descontos Financeiros Concedidos	1.183.483,66	226.374,14
Descontos Financeiros Concedidos	1.183.483,66	226.374,14
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	1.183.483,66	226.374,14
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	4.080.337,48	-
Juros e Encargos Sobre Tributos Renegociados	4.080.337,48	-
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS União	4.080.337,48	-
Transferências e Delegações Concedidas	78.383.033.417,68	75.581.300.407,82
Transferências Intragovernamentais	68.509.333.673,79	66.596.625.866,76
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	17.819.063.550,40	17.436.655.860,75



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	17.819.063.550,40	17.436.655.860,75
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária	47.902.964.439,97	46.163.426.498,48
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	47.902.964.439,97	46.163.426.498,48
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos p/ o RPPS	2.787.305.683,42	2.996.543.507,53
Transferências Concedidas p/ Aportes de Recursos para o RPPS - Intra	2.787.305.683,42	2.996.543.507,53
Transferências Inter Governamentais	8.947.336.852,15	8.162.780.362,40
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	5.345.931.590,97	4.951.737.522,84
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - União	1.522.727,47	1.502.733,03
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Município	5.344.408.863,50	4.950.234.789,81
Transferências ao FUNDEB	3.196.668.463,47	2.841.483.261,59
Transferências ao FUNDEB - Inter OFSS - Estado	3.196.668.463,47	2.841.483.261,59
Transferências Voluntárias	404.736.797,71	369.559.577,97
Transferências Voluntárias - Consolidação	41.364.707,31	33.235.534,51
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	363.372.090,40	336.324.043,46
Transferências a Instituições Privadas	727.569.354,47	592.259.387,91
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	727.503.103,49	592.042.557,68
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	727.503.103,49	592.042.557,68
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	66.250,98	216.830,23
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	66.250,98	216.830,23
Execução Orçamentária Delegada	94.333.509,77	73.114.304,46
Execução Orçamentária Delegada a Entes	94.333.509,77	73.114.304,46
Execução Orçamentária Delegada a Entes - Inter OFSS - Município	94.333.509,77	73.114.304,46
Outras Transferências e Delegações Concedidas	104.460.027,50	156.520.486,29
Outras Transferências e Delegações Concedidas	104.460.027,50	156.520.486,29
Outras Transferências Concedidas - Consolidação	104.460.027,50	156.520.486,29
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.756.015.619,44	2.002.581.665,72
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	2.570.601.499,71	1.883.785.835,19
Reavaliação de Imobilizado	1.024.363,27	6.362.361,04



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	1.024.363,27	6.362.361,04
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	217.802.457,56	267.916,14
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	217.802.457,56	267.916,14
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	-	5.862.120,43
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	-	5.862.120,43
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplic. Temporários	2.351.774.678,88	1.871.293.437,58
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Invest. e Aplicações Temporários-Consolidação	2.351.774.678,88	1.871.293.437,58
Perdas com Alienação	457.443,67	16.200,00
Perdas com Alienação de Imobilizado	457.443,67	16.200,00
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	457.443,67	16.200,00
Perdas Involuntárias	906.094,91	895.833,49
Perdas Involuntárias com Imobilizado	906.094,91	895.833,49
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	906.094,91	895.833,49
Incorporação de Passivos	2.968.972,44	108.330,04
Incorporação de Passivos	2.968.972,44	108.330,04
Incorporação de Passivos - Consolidação	2.968.972,44	108.330,04
Desincorporação de Ativos	181.081.608,71	117.775.467,00
Desincorporação de Ativos	181.081.608,71	117.775.467,00
Desincorporação de Ativos - Consolidação	181.081.608,71	117.775.467,00
Tributárias	194.240.934,99	186.260.694,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.036.784,31	4.396.957,92
Impostos	3.727.734,92	2.891.983,73
Impostos - Consolidação	53.469,93	59.159,51
Impostos - Inter OFSS União	413.386,62	389.516,85
Impostos - Inter OFSS Município	3.260.878,37	2.443.307,37
Taxas	1.309.049,39	1.504.974,19
Taxas - Consolidação	207.847,89	143.065,68
Taxas - Inter OFSS - Municípios	1.101.201,50	1.361.908,51



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Contribuições	189.204.150,68	181.863.736,54
Contribuições Sociais	188.201.418,50	180.750.865,32
Contribuições Sociais - Inter OFSS União	188.201.418,50	180.750.865,32
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	212,82	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - Inter Município	212,82	-
Outras Contribuições	1.002.519,36	1.112.871,22
Outras Contribuições - Consolidação	232.584,58	173.234,51
Outras Contribuições - Inter OFSS União	769.934,78	939.636,71
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	41.405,61	748.389,78
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	41.405,61	69.545,46
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	41.405,61	69.545,46
Custo das Mercadorias Vendidas - Consolidação	41.405,61	69.545,46
Custo dos Serviços Prestados - CSP	-	678.844,32
Custo dos Serviços Prestados - CSP	-	678.844,32
Custo dos Serviços Prestados - Consolidação	-	678.844,32
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	38.535.701.948,95	50.486.426.861,38
Premiações	3.049.919,13	7.995.151,02
Premiações Culturais	2.332.887,00	7.056.625,00
Premiações Culturais - Consolidação	2.332.887,00	7.056.625,00
Premiações Artísticas	5.724,32	38.775,58
Premiações Artísticas - Consolidação	5.724,32	38.775,58
Premiações Científicas	258.928,93	13.289,45
Premiações Científicas - Consolidação	258.928,93	13.289,45
Premiações Desportivas	344.443,92	841.940,37
Premiações Desportivas - Consolidação	344.443,92	841.940,37
Ordens Honoríficas	86.514,96	31.734,22
Ordens Honoríficas - Consolidação	86.514,96	31.734,22
Outras Premiações	21.420,00	12.786,40



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Outras Premiações - Consolidação	21.420,00	12.786,40
Resultado Negativo de Participações	64.751.686,71	133.262.816,02
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	64.751.686,71	133.262.816,02
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	31.460.404,45	112.732.463,73
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	33.291.282,26	20.530.352,29
Incentivos	32.036.354,22	32.205.795,23
Incentivos à Educação	25.780.782,22	22.082.815,74
Incentivos à Educação - Consolidação	25.780.782,22	22.082.815,74
Incentivos a Ciência	6.255.572,00	10.122.979,49
Incentivos a Ciência - Consolidação	6.255.572,00	10.122.979,49
Subvenções Econômicas	23.004.327,05	22.909.178,46
Subvenções Econômicas	23.004.327,05	22.909.178,46
Subvenções Econômicas - Consolidação	23.004.327,05	22.909.178,46
VPD de Constituição de Provisões	37.809.175.973,48	49.567.937.439,80
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	7.483.607,94	28.026.112,76
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	7.483.607,94	28.026.112,76
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	37.796.507.710,96	49.536.465.798,28
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	37.796.507.710,96	49.536.465.798,28
VPD de Provisões para Riscos Fiscais	2.857.196,17	-
VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação	2.857.196,17	-
VPD de Provisão para Riscos Cíveis	2.327.458,41	3.445.528,76
VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação	2.327.458,41	3.445.528,76
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	603.683.688,36	722.116.480,85
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	18.458,40	-
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	18.458,40	-
Indenizações e Restituições	322.936.596,51	247.317.327,94
Indenizações e Restituições - Consolidação	322.936.596,51	247.317.327,94
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	280.728.633,45	474.799.152,91



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	280.728.633,45	474.799.152,91
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	139.929.209.694,04	147.921.979.928,99
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	440.389.167,21	(1.664.011.019,26)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Incorporação de Ativo	1.284.105.371,89	1.337.342.195,72
Desincorporação de Passivo	610.790.655,32	834.924.410,43
Incorporação de Passivo	1.253.880.610,78	1.146.895.088,00
Desincorporação de Ativo	32.428.543,98	28.116.261,77

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - Demonstrativo apresentado até o 5º nível de agrupamento das contas contábeis.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.291.679.249,77	20.777.753.902,13
Impostos	22.467.859.318,71	20.032.983.687,40
Impostos sobre Patrimônio e a Renda	3.203.663.095,78	2.963.219.278,97
Impostos sobre a Produção e a Circulação	19.264.196.222,93	17.069.764.408,43
Taxas	823.819.931,06	744.770.214,73
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	560.450.359,57	510.043.540,54
Taxas pela Prestação de Serviços	263.369.571,49	234.726.674,19
Contribuições	839.719.407,63	727.582.688,98
Contribuições Sociais	839.719.407,63	727.582.688,98
Contribuições Sociais - RPPS	839.719.407,63	727.582.688,98
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	783.600.424,57	693.074.868,55
Venda de Mercadorias	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda Bruta de Mercadorias	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda de Produtos	5.250.510,24	4.782.921,48
Venda Bruta de Produtos	5.250.510,24	4.782.921,48
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	759.394.108,96	669.170.493,79
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	760.012.912,25	669.413.971,59
(-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	(618.803,29)	(243.477,80)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.700.570.885,59	1.898.025.650,99
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	409.429,04	533.791,88
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	409.429,04	533.791,88
Juros e Encargos de Mora	890.876.580,19	420.680.656,66
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	594.485,51	1.445.713,22
Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	880.223.387,48	410.166.216,09
Outros Juros e Encargos de Mora	10.058.707,20	9.068.727,35
Variações Monetárias e Cambiais	1.928.676.202,91	756.459.148,87

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	5.406.428,24	20.161.664,34
Outras Variações Monetárias e Cambiais	1.923.269.774,67	736.297.484,53
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	880.608.673,45	720.352.053,58
Remuneração de Aplicações Financeiras	880.608.673,45	720.352.053,58
Transferências e Delegações Recebidas	5.911.506.341,55	6.587.998.634,17
Transferências Intergovernamentais	4.746.269.530,49	4.340.697.903,62
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	2.403.575.021,91	2.220.735.371,52
Transferências do FUNDEB	2.082.268.384,15	1.963.387.057,20
Transferências Voluntárias	254.492.022,54	154.199.300,49
Outras Transferências	5.934.101,89	2.376.174,41
Transferências das Instituições Privadas	677.568.648,00	1.606.835.066,70
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	18.513.819,33	18.832.646,71
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	659.054.828,67	1.588.002.419,99
Transferências do Exterior	19.053,98	3.773,36
Transferências do Exterior	19.053,98	3.773,36
Transferências de Pessoas Físicas	1.124.952,91	516.303,41
Transferências de Pessoas Físicas	1.124.952,91	516.303,41
Outras Transferências e Delegações Recebida	486.524.156,17	639.945.587,08
Outras Transferências e Delegações Recebida	486.524.156,17	639.945.587,08
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	628.460.646,92	327.791.725,00
Reavaliação de Ativos	385.037.228,28	225.227.907,63
Reavaliação de Imobilizado	383.435.586,99	223.052.440,78
Reavaliação de Intangíveis	1.601.641,29	2.175.466,85
Ganhos com Alienação	2.560.761,27	324.431,98
Ganhos com Alienação de Imobilizado	2.560.761,27	324.431,98
Ganhos com Incorporação de Ativos	89.828.317,07	91.876.130,65
Ganhos com Incorporação de Ativos por Nascimentos	2.705,72	1.127,00

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	89.825.611,35	91.875.003,65
Ganhos com Desincorporação de Passivos	151.034.340,30	10.363.254,74
Ganhos com Desincorporação de Passivos	151.034.340,30	10.363.254,74
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	38.699.171.521,18	50.793.735.045,05
Resultado Positivo de Participações	164.155.678,61	172.020.922,10
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	164.150.639,99	172.009.447,66
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	5.038,62	11.474,44
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	37.973.660.146,34	50.145.887.654,30
Reversão de Provisões	37.685.259.593,66	49.728.177.726,44
Reversão de Ajustes de Perdas	288.400.552,68	417.709.927,86
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	561.355.696,23	475.748.359,77
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	27.551.728,19	24.996.887,33
Multas Administrativas	111.681.969,59	114.977.750,12
Indenizações e Restituições	255.630.900,85	199.672.709,72
VPA Decorrente Alienação Bens Apreendidos	-	1.995.276,24
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	166.491.097,60	134.183.845,24
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	73.854.708.477,21	81.805.962.514,87

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	8.420.988.920,42	8.088.732.664,86
Remuneração a Pessoal	7.459.431.016,56	7.121.167.800,27
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS	5.020.696.213,70	4.809.454.366,17
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	1.339.513.862,50	1.220.724.189,80
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS	1.099.220.940,36	1.090.989.244,30
Encargos Patronais	324.224.230,72	305.255.196,58
Encargos Patronais - RPPS	4.764.109,66	4.159.856,37
Encargos Patronais - RGPS	266.918.573,37	251.495.152,27
Encargos Patronais - FGTS	19.101.214,09	18.254.308,24
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	27.186.258,06	23.692.554,56
Outros Encargos Patronais	6.254.075,54	7.653.325,14
Benefícios a Pessoal	504.277.320,84	514.884.676,76
Benefícios a Pessoal - RPPS	342.114.177,20	364.236.607,79
Benefícios a Pessoal - RGPS	102.193.932,32	88.197.446,75
Benefícios a Pessoal - Militar	59.969.211,32	62.450.622,22
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	133.056.352,30	147.424.991,25
Indenizações e Restituições Trabalhistas	118.870.035,56	122.587.815,46
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	14.186.316,74	24.837.175,79
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.646.682.865,81	4.984.845.302,40
Aposentadorias e Reformas	4.629.763.274,12	4.095.564.981,80
Aposentadorias - RPPS	3.542.160.396,81	3.221.256.638,21
Reserva Remunerada e Reformas - Militar	1.087.602.877,31	874.308.343,59
Pensões	997.661.557,49	876.732.309,65
Pensões - RPPS	796.359.199,29	707.885.565,77
Pensões - Militar	201.302.358,20	168.846.743,88
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19.258.034,20	12.548.010,95

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	9.773.873,21	4.979.931,41
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS	51.370,00	18.300,00
Outros Benefícios Previdenciários - Militar	573.756,00	463.752,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8.859.034,99	7.086.027,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.152.117.755,83	3.810.584.778,14
Uso de Material de Consumo	880.966.856,37	931.442.287,51
Consumo de Material	785.568.712,79	801.218.187,89
Distribuição de Material Gratuito	95.398.143,58	130.224.099,62
Serviços	2.944.024.142,29	2.599.670.500,54
Diárias	47.144.600,49	47.152.333,27
Serviços Terceiros - PF	153.230.449,18	110.932.494,29
Serviços Terceiros - PJ	2.717.617.694,65	2.417.120.989,84
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 § 1, Lc 101/00	26.031.397,97	24.464.683,14
Depreciação, Amortização e Exaustão	327.126.757,17	279.471.990,09
Depreciação	314.790.795,81	270.962.997,72
Amortização	12.335.961,36	8.508.992,37
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.474.643.524,98	4.503.855.294,88
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	671.254.327,44	958.840.198,89
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	542.938.217,64	823.579.931,42
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	128.316.109,80	135.260.267,47
Juros e Encargos de Mora	61.256.375,03	37.453.782,30
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	330.755,53	112.823,95
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	60.925.619,50	37.340.958,35
Variações Monetárias e Cambiais	2.736.869.001,37	3.507.334.939,55
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	1.852.775.584,45	1.550.677.340,81
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	591.287.513,00	1.734.336.380,44
Outras Variações Monetárias e Cambiais	292.805.903,92	222.321.218,30

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Descontos Financeiros Concedidos	1.183.483,66	226.374,14
Descontos Financeiros Concedidos	1.183.483,66	226.374,14
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	4.080.337,48	-
Juros e Encargos Sobre Tributos Renegociados	4.080.337,48	-
Transferências e Delegações Concedidas	9.901.677.976,80	9.066.626.882,59
Transferências Inter Governamentais	8.947.609.944,81	8.163.683.424,07
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	5.345.931.590,97	4.951.737.522,84
Transferências ao FUNDEB	3.196.668.463,47	2.841.483.261,59
Transferências Voluntárias	405.009.890,37	370.462.639,64
Transferências a Instituições Privadas	727.841.288,09	592.456.276,05
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	727.775.037,11	592.239.445,82
Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	66.250,98	216.830,23
Execução Orçamentária Delegada	94.335.855,51	73.114.304,46
Execução Orçamentária Delegada a Entes	94.335.855,51	73.114.304,46
Outras Transferências e Delegações Concedidas	131.890.888,39	237.372.878,01
Outras Transferências e Delegações Concedidas	131.890.888,39	237.372.878,01
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.850.873.226,01	2.052.965.699,36
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	2.658.279.944,32	1.924.766.727,00
Reavaliação de Imobilizado	2.942.888,29	6.362.361,04
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	248.786.924,63	267.916,14
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	3.508.158,15	5.862.120,43
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplic.Temporários	2.403.041.973,25	1.912.274.329,39
Perdas com Alienação	1.750.044,67	553.459,20
Perdas com Alienação de Imobilizado	1.750.044,67	553.459,20
Perdas Involuntárias	906.094,91	949.463,31
Perdas Involuntárias com Imobilizado	906.094,91	949.463,31
Incorporação de Passivos	2.968.972,44	203.926,47

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Incorporação de Passivos	2.968.972,44	203.926,47
Desincorporação de Ativos	186.968.169,67	126.492.123,38
Desincorporação de Ativos	186.968.169,67	126.492.123,38
Tributárias	195.282.267,77	186.906.320,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.851.088,23	4.848.934,69
Impostos	4.133.690,83	3.021.100,47
Taxas	1.717.397,40	1.827.834,22
Contribuições	189.431.179,54	182.057.386,25
Contribuições Sociais	188.361.290,77	180.914.092,90
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	708,19	152,06
Outras Contribuições	1.069.180,58	1.143.141,29
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	41.405,61	748.389,78
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	41.405,61	69.545,46
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	41.405,61	69.545,46
Custo dos Serviços Prestados - CSP	-	678.844,32
Custo dos Serviços Prestados - CSP	-	678.844,32
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	38.599.208.560,30	50.544.362.685,56
Premiações	3.131.671,66	8.102.462,24
Premiações Culturais	2.336.787,00	7.056.625,00
Premiações Artísticas	5.724,32	38.775,58
Premiações Científicas	258.928,93	13.289,45
Premiações Desportivas	344.443,92	841.940,37
Ordens Honoríficas	91.294,96	37.409,22
Outras Premiações	94.492,53	114.422,62
Resultado Negativo de Participações	31.460.404,45	112.732.463,73
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	31.460.404,45	112.732.463,73
Incentivos	32.036.354,22	32.205.795,23

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Incentivos à Educação	25.780.782,22	22.082.815,74
Incentivos a Ciência	6.255.572,00	10.122.979,49
Subvenções Econômicas	23.004.327,05	22.909.178,46
Subvenções Econômicas	23.004.327,05	22.909.178,46
VPD de Constituição de Provisões	37.809.175.973,48	49.567.937.439,80
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	7.483.607,94	28.026.112,76
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	37.796.507.710,96	49.536.465.798,28
VPD de Provisões para Riscos Fiscais	2.857.196,17	-
VPD de Provisão para Riscos Cíveis	2.327.458,41	3.445.528,76
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	700.399.829,44	800.475.346,10
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	18.458,40	-
Indenizações e Restituições	419.352.550,93	325.165.165,10
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	281.028.820,11	475.310.181,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	73.241.516.503,53	83.239.628.018,51
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	613.191.973,68	(1.433.665.503,64)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Incorporação de Ativo	1.372.934.607,97	1.481.846.460,36
Desincorporação de Passivo	610.790.655,32	834.924.410,43
Incorporação de Passivo	1.253.880.610,78	1.146.895.088,00
Desincorporação de Ativo	32.428.543,98	28.116.261,77

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DE SANTA CATARINA

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - Demonstrativo apresentado até o 4º nível de agrupamento das contas contábeis.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	90.519.236.292,82	87.223.885.804,34
Receitas derivadas e originárias	16.330.261.911,17	14.725.428.851,34
Transferências correntes recebidas	6.576.751.676,15	6.730.837.626,42
Outros ingressos operacionais	67.612.222.705,50	65.767.619.326,58
Desembolsos	89.432.853.483,16	85.992.237.984,02
Pessoal e demais despesas	18.140.366.372,82	16.591.101.376,26
Juros e encargos da dívida	671.254.327,44	957.286.002,78
Transferências concedidas	2.956.555.605,58	2.657.507.661,79
Outros desembolsos operacionais	67.664.677.177,32	65.786.342.943,19
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	1.086.382.809,66	1.231.647.820,32
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	32.428.543,98	28.116.261,77
Alienação de bens	9.078.706,18	6.137.434,61
Amortização de empréstimos e financiamentos	23.349.837,80	21.978.827,16
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	1.437.392.786,18	1.529.862.664,99
Aquisição de ativo não circulante	1.294.725.622,79	1.401.872.295,16
Concessão de empréstimos e financiamentos	10.536.125,85	10.284.374,26
Outros desembolsos de investimentos	132.131.037,54	117.705.995,57
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(1.404.964.242,20)	(1.501.746.403,22)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	1.344.824.112,61	1.257.396.693,47
Operações crédito	1.253.880.610,78	1.146.895.088,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	9.905.880,91	23.445.654,07
Transferências de capital recebidas	57.023.693,58	49.598.797,60
Outros ingressos de financiamentos	24.013.927,34	37.457.153,80



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
Desembolsos	610.790.655,32	834.924.410,43
Amortização / Refinanciamento da dívida	608.954.284,26	834.924.410,43
Outros desembolsos de financiamentos	1.836.371,06	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	734.033.457,29	422.472.283,04
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	415.452.024,75	152.373.700,14
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	3.536.702.426,84	3.384.328.726,70
Caixa e Equivalente de Caixa Final	3.952.154.451,59	3.536.702.426,84

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

R\$

	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	13.263.425.410,16	12.030.862.547,60
Receita de Contribuições	830.771.217,38	726.047.030,11
Receita Patrimonial	38.107.815,33	155.931.600,45
Receita Agropecuária	1.165.428,92	936.210,93
Receita Industrial	4.088.570,67	4.232.307,80
Receita de Serviços	594.130.891,04	505.734.335,88
Remuneração das Disponibilidades	880.526.487,16	720.245.619,08
Outras Receitas Derivadas e Originárias	718.046.090,51	581.439.199,49
TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	16.330.261.911,17	14.725.428.851,34

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	2.256.229.469,41	2.012.799.109,23
da União	2.255.297.515,78	2.009.849.025,37
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	931.953,63	2.950.083,86
Intragovernamentais	1.559.831.749,39	1.295.351.599,09
Outras transferências correntes recebidas	2.760.690.457,35	3.422.686.918,10
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	6.576.751.676,15	6.730.837.626,42
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	578.829.857,81	542.225.019,96
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	578.829.857,81	542.225.019,96
Intragovernamentais	1.564.019.106,23	1.306.818.297,31
Outras transferências correntes concedidas	813.706.641,54	808.464.344,52
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS	2.956.555.605,58	2.657.507.661,79

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
Legislativa	562.680.237,47	529.887.527,11
Judiciária	1.391.438.716,18	1.371.122.983,80
Essencial à Justiça	689.064.396,45	521.205.991,18
Administração	1.466.615.752,70	1.473.073.584,20
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	2.062.078.921,70	1.920.563.437,91
Relações Exteriores	2.845.846,09	193.038,79
Assistência Social	71.394.287,18	35.808.768,54
Previdência Social	5.619.661.392,47	4.922.850.142,08
Saúde	1.990.603.529,68	1.810.014.019,87
Trabalho	5.208.158,76	5.253.370,46
Educação	2.479.023.014,50	2.444.491.892,60
Cultura	29.076.724,08	27.652.173,41
Direitos da Cidadania	665.269.744,09	517.748.350,28
Urbanismo	-	959,69
Habituação	20.275.106,10	23.465.476,40
Saneamento	212.395,96	2.389.960,45
Gestão Ambiental	67.899.876,84	74.183.986,43
Ciência e Tecnologia	24.443.671,37	27.142.984,06
Agricultura	553.535.777,30	549.606.576,10
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	28.644.415,81	31.078.896,75
Comunicações	55.343.506,72	37.020.080,44
Energia	2.861,26	968,00
Transporte	209.022.861,41	181.740.604,07
Desporto e Lazer	30.790.899,15	28.734.631,25
Encargos Especiais	115.234.279,55	55.870.972,39
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	18.140.366.372,82	16.591.101.376,26

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

R\$

	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	516.942.980,33	791.687.910,50
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	110.171.079,50	114.827.041,97
Outros Encargos da Dívida	44.140.267,61	50.771.050,31
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	671.254.327,44	957.286.002,78

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

NOTAS EXPLICATIVAS

002 - As receitas derivadas são as que derivam do poder do Estado de tributar os contribuintes, por meio de leis. Já as receitas originárias são as que se originam do próprio patrimônio do Estado.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	86.385.917.628,00	83.384.652.461,22
Receitas derivadas e originárias	16.024.210.708,43	14.429.090.204,77
Transferências correntes recebidas	6.576.269.233,19	6.727.176.589,95
Outros ingressos operacionais	63.785.437.686,38	62.228.385.666,50
Desembolsos	85.477.360.188,26	82.383.868.912,39
Pessoal e demais despesas	15.117.913.830,93	13.796.564.966,38
Juros e encargos da dívida	671.254.327,44	957.286.002,78
Transferências concedidas	2.673.366.898,55	2.414.351.252,16
Outros desembolsos operacionais	67.014.825.131,34	65.215.666.691,07
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	908.557.439,74	1.000.783.548,83
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	32.428.543,98	28.116.261,77
Alienação de bens	9.078.706,18	6.137.434,61
Amortização de empréstimos e financiamentos	23.349.837,80	21.978.827,16
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	1.341.827.692,88	1.371.576.036,13
Aquisição de ativo não circulante	1.224.327.771,55	1.263.538.581,23
Concessão de empréstimos e financiamentos	10.536.125,85	10.284.374,26
Outros desembolsos de investimentos	106.963.795,48	97.753.080,64
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(1.309.399.148,90)	(1.343.459.774,36)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	1.344.824.112,61	1.257.396.693,47
Operações crédito	1.253.880.610,78	1.146.895.088,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	9.905.880,91	23.445.654,07
Transferências de capital recebidas	57.023.693,58	49.598.797,60
Outros ingressos de financiamentos	24.013.927,34	37.457.153,80



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
Desembolsos	610.790.655,32	834.924.410,43
Amortização / Refinanciamento da dívida	608.954.284,26	834.924.410,43
Outros desembolsos de financiamentos	1.836.371,06	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	734.033.457,29	422.472.283,04
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	333.191.748,13	79.796.057,51
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2.870.685.072,43	2.790.889.014,92
Caixa e Equivalente de Caixa Final	3.203.876.820,56	2.870.685.072,43

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

R\$

	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	13.263.425.410,16	12.030.862.547,60
Receita de Contribuições	830.771.217,38	726.047.030,11
Receita Patrimonial	38.107.815,33	155.931.370,17
Receita Agropecuária	1.165.428,92	936.210,93
Receita Industrial	4.088.570,67	4.232.307,80
Receita de Serviços	549.462.619,09	463.742.877,61
Remuneração das Disponibilidades	852.535.061,14	694.493.144,25
Outras Receitas Derivadas e Originárias	484.654.585,74	352.844.716,30
TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	16.024.210.708,43	14.429.090.204,77

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	2.256.203.184,85	2.011.172.934,82
da União	2.255.297.515,78	2.009.849.025,37
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	905.669,07	1.323.909,45
Intragovernamentais	1.559.831.749,39	1.295.351.599,09
Outras transferências correntes recebidas	2.760.234.298,95	3.420.652.056,04
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	6.576.269.233,19	6.727.176.589,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	578.590.146,44	541.653.608,87
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	578.590.146,44	541.653.608,87
Intragovernamentais	1.281.233.872,22	1.064.478.608,30
Outras transferências correntes concedidas	813.542.879,89	808.219.034,99
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS	2.673.366.898,55	2.414.351.252,16

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
Legislativa	1.087.468,31	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	182.520.120,02	52.854.694,52
Administração	1.466.615.752,70	1.473.073.584,20
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	2.062.078.921,70	1.920.563.437,91
Relações Exteriores	2.845.846,09	193.038,79
Assistência Social	71.394.287,18	35.808.768,54
Previdência Social	5.172.018.891,90	4.553.546.512,16
Saúde	1.990.603.529,68	1.810.014.019,87
Trabalho	5.208.158,76	5.253.370,46
Educação	2.479.023.014,50	2.444.491.892,60
Cultura	29.076.724,08	27.652.173,41
Direitos da Cidadania	665.269.744,09	517.748.350,28
Urbanismo	-	959,69
Habitação	20.275.106,10	23.465.476,40
Saneamento	212.395,96	2.389.960,45
Gestão Ambiental	67.899.876,84	74.183.986,43
Ciência e Tecnologia	24.443.671,37	27.142.984,06
Agricultura	553.535.777,30	549.606.576,10
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	28.644.415,81	31.078.896,75
Comunicações	55.343.506,72	37.020.080,44
Energia	2.861,26	968,00
Transporte	209.022.861,41	181.740.604,07
Desporto e Lazer	30.790.899,15	28.734.631,25
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	15.117.913.830,93	13.796.564.966,38

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

R\$

	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	516.942.980,33	791.687.910,50
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	110.171.079,50	114.827.041,97
Outros Encargos da Dívida	44.140.267,61	50.771.050,31
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	671.254.327,44	957.286.002,78

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - As receitas derivadas são as que derivam do poder do Estado de tributar os contribuintes, por meio de leis. Já as receitas originárias são as que se originam do próprio patrimônio do Estado.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL

Valores em 31/12/2015 e 31/12/2016

R\$

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAValiaÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	198.096.987,41	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	2.191.142.765,90	2.397.696.383,40
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					111.982.631,65	111.982.631,65
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL	23.445.654,07					23.445.654,07
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações	23.445.654,07					23.445.654,07
RESULTADO DO EXERCÍCIO					-1.470.584.954,08	-1.470.584.954,08
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	221.542.641,48	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	832.540.443,47	1.062.539.715,04
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL	221.542.641,48	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	832.540.443,47	1.062.539.715,04
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					7.494.599.838,09	7.494.599.838,09
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL						
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações	9.905.880,91					9.905.880,91
RESULTADO DO EXERCÍCIO					584.472.176,42	584.472.176,42
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	231.448.522,39	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	8.911.612.457,98	9.151.517.610,46

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PODER EXECUTIVO

Valores em 31/12/2015 e 31/12/2016

R\$

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	198.096.987,41	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	918.226.585,47	1.124.780.202,97
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					106.608.107,38	106.608.107,38
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL	23.445.654,07					23.445.654,07
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações	23.445.654,07					23.445.654,07
RESULTADO DO EXERCÍCIO					-1.664.011.019,26	-1.664.011.019,26
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	221.542.641,48	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	-639.176.326,41	-409.177.054,84
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL						
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					7.497.942.859,17	7.497.942.859,17
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL						
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações	9.905.880,91					9.905.880,91
RESULTADO DO EXERCÍCIO					440.389.167,21	440.389.167,21
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	231.448.522,39	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	7.299.155.699,97	7.539.060.852,45

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL
Excluídas as Operações Intraorçamentárias
Valores em 31/12/2015 e 31/12/2016

R\$

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.655.354,10	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	2.360.836.565,93	2.375.948.550,12
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					111.982.631,65	111.982.631,65
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL						
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações						
RESULTADO DO EXERCÍCIO					-1.433.665.503,64	-1.433.665.503,64
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.655.354,10	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	1.039.153.693,94	1.054.265.678,13
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL	6.655.354,10	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	1.039.153.693,94	1.054.265.678,13
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					7.478.210.739,94	7.478.210.739,94
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL						
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações						
RESULTADO DO EXERCÍCIO					613.191.973,68	613.191.973,68
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	6.655.354,10	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	9.130.556.407,56	9.145.668.391,75

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 1 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

RECEITAS			DESPESAS		
TÍTULOS	VALORES	%	TÍTULOS	VALORES	%
RECEITAS CORRENTES	29.828.547.674,13	122,30	DESPESAS CORRENTES	21.698.671.076,65	89,35
Receitas Tributárias	21.180.018.436,55	86,84	Pessoal e Encargos Sociais	14.698.007.036,39	60,52
Receita de Contribuições	841.184.095,80	3,45	Juros e Encargos da Dívida	671.254.327,44	2,76
Receita Patrimonial	971.161.546,94	3,98	Outras Despesas Correntes	6.329.409.712,82	26,06
Receita Agropecuária	1.166.517,92	-	DESPESAS DE CAPITAL	2.480.908.394,85	10,22
Receita Industrial	4.088.570,67	0,02	Investimentos	1.817.411.602,32	7,48
Receita de Serviços	594.728.823,48	2,44	Inversões Financeiras	52.706.137,21	0,22
Transferências Correntes	5.369.470.581,03	22,02	Amortização da Dívida	610.790.655,32	2,52
Outras Receitas Correntes	866.729.101,74	3,55			
RECEITAS DE CAPITAL	1.367.346.775,68	5,61			
Operações de Crédito	1.253.880.610,78	5,14			
Alienação de Bens	9.078.706,18	0,04			
Amortização de Empréstimos	23.349.837,80	0,10			
Transferências de Capital	57.023.693,58	0,23			
Outras Receitas de Capital	24.013.927,34	0,10			
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.559.831.749,39	6,40			
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	9.905.880,91	0,04			
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(8.481.365.836,20)	(34,78)			
SUBTOTAL	24.284.266.243,91	100,00	SUBTOTAL	24.179.579.471,50	99,57
DÉFICIT	-	-	SUPERÁVIT	104.686.772,41	0,43
TOTAL	24.284.266.243,91	100,00	TOTAL	24.284.266.243,91	100,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
1 - Executivo	20.744.504.526,92
15000 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	45.290.562,20
150001 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	45.290.562,20
14 - Direitos da Cidadania	45.290.562,20
122 - Administração Geral	43.876.515,49
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	8.896.735,35
0173 - Ampliação de atuação na defensoria	8.896.735,35
0850 - Gestão de Pessoas	33.303.473,92
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	33.303.473,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.676.306,22
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	792.237,26
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	884.068,96
128 - Formação de Recursos Humanos	1.414.046,71
0850 - Gestão de Pessoas	1.414.046,71
0006 - Encargos com estagiários	1.414.046,71
16000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública	2.590.875.131,17
160084 - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	520.701.837,59
04 - Administração	38.143,40
122 - Administração Geral	38.143,40
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	38.143,40
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	38.143,40
06 - Segurança Pública	520.663.694,19
122 - Administração Geral	478.625.491,21
0706 - De Olho no Crime	468.203.987,49
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	468.203.987,49
0707 - Suporte Institucional Integrado	10.421.503,72



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	9.653.807,68
0188 - reforma e ou ampliação de instalações	40.910,10
0446 - Gestão da alimentação	281.648,39
0483 - Manutenção de instalações físicas	431.437,55
0484 - Gestão de uniformes	13.700,00
128 - Formação de Recursos Humanos	2.207.584,11
0707 - Suporte Institucional Integrado	2.019.329,71
0006 - Encargos com estagiários	2.019.329,71
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	188.254,40
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	188.254,40
181 - Policiamento	39.830.618,87
0706 - De Olho no Crime	7.189.843,63
0180 - Operação Veraneio Segura	3.007.654,10
0218 - Gestão integrada de atividades	2.931.626,82
0262 - Manutenção de veículos	1.250.562,71
0707 - Suporte Institucional Integrado	32.640.775,24
0176 - Gestão sustentável de combustível	5.807.599,27
0217 - Gestão de pessoal terceirizado	13.984.305,39
0241 - Modernização, integração e manutenção de tecnologia	4.657.546,60
0248 - Gestão de contratos	6.131.143,33
0249 - Aquisição de equipamentos	558.627,59
0250 - Gestão de material bélico	1.498.963,06
0255 - Gestão para renovação de equipamentos	2.590,00
160085 - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	351.719.866,73
06 - Segurança Pública	348.372.538,77
122 - Administração Geral	326.303.729,32



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0706 - De Olho no Crime	316.644.957,85
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	316.644.957,85
0707 - Suporte Institucional Integrado	9.658.771,47
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	6.162.396,05
0188 - reforma e ou ampliação de instalações	41.748,27
0446 - Gestão da alimentação	2.346.155,29
0483 - Manutenção de instalações físicas	36.000,24
0484 - Gestão de uniformes	683.357,00
0491 - Construção de instalações físicas	389.114,62
128 - Formação de Recursos Humanos	199.820,32
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	199.820,32
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	199.820,32
181 - Policiamento	6.614.322,20
0705 - Segurança Cidadã	445.693,52
0218 - Gestão integrada de atividades	445.693,52
0707 - Suporte Institucional Integrado	5.959.722,66
0176 - Gestão sustentável de combustível	1.945.953,92
0239 - Gestão de hospitais	663.240,00
0241 - Modernização, integração e manutenção de tecnologia	685.339,57
0246 - Gestão de acordos e convênios	272.865,44
0248 - Gestão de contratos	511.174,47
0249 - Aquisição de equipamentos	858.506,44
0261 - Aquisição de veículos	182.000,00
0262 - Manutenção de veículos	840.642,82
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	208.906,02
0238 - Indenização decorrente acidente de trabalho	156.563,52



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0245 - Recomposição de efetivo	52.342,50
182 - Defesa Civil	15.254.666,93
0705 - Segurança Cidadã	14.785.300,21
0180 - Operação Veraneio Segura	14.785.300,21
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	469.366,72
0342 - Ações em defesa civil	469.366,72
10 - Saúde	3.347.327,96
785 - Transportes Especiais	3.347.327,96
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	3.347.327,96
0252 - Integração do SAMU com o Corpo de Bombeiros	3.347.327,96
160091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública	340.619.426,45
03 - Essencial à Justiça	262.023,76
122 - Administração Geral	262.023,76
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	262.023,76
0115 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos	262.023,76
06 - Segurança Pública	340.349.781,83
122 - Administração Geral	215.099.528,80
0101 - Acelera Santa Catarina	35.518.790,89
0489 - Construção do Complexo da Segurança Pública	34.905.995,89
0517 - Modernização de sistema de comunicação	612.795,00
0706 - De Olho no Crime	145.220.095,84
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	145.220.095,84
0707 - Suporte Institucional Integrado	34.360.642,07
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	30.481.871,65
0187 - Construção de instalações físicas	2.383.935,48
0188 - reforma e ou ampliação de instalações	512.314,95



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0253 - Mobiliário para o Complexo da Segurança Pública	726.777,00
0483 - Manutenção de instalações físicas	255.742,99
126 - Tecnologia da Informação	6.133.642,97
0707 - Suporte Institucional Integrado	6.133.642,97
0259 - Modernização e integração	6.133.642,97
128 - Formação de Recursos Humanos	1.390.701,38
0707 - Suporte Institucional Integrado	1.376.801,38
0006 - Encargos com estagiários	1.376.801,38
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	13.900,00
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	13.900,00
181 - Policiamento	112.726.423,31
0101 - Acelera Santa Catarina	9.396.291,58
0490 - Construção de instalações físicas	7.927.553,58
0515 - Renovação de frota	1.468.738,00
0705 - Segurança Cidadã	37.311.856,04
0543 - Gestão da emissão da carteira nacional de habilitação	37.311.856,04
0706 - De Olho no Crime	10.364.908,87
0142 - Gestão das Centrais Regionais de Emergências	161.376,80
0262 - Manutenção de veículos	594.881,02
0264 - Realização de operações integradas	68.748,87
0498 - Monitoramento de espaços públicos	9.539.902,18
0707 - Suporte Institucional Integrado	55.653.366,82
0176 - Gestão sustentável de combustível	1.056.873,22
0217 - Gestão de pessoal terceirizado	28.539.602,82
0241 - Modernização, integração e manutenção de tecnologia	11.184.205,73
0246 - Gestão de acordos e convênios	3.820.031,88



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0248 - Gestão de contratos	7.237.980,50
0249 - Aquisição de equipamentos	3.778.949,58
0261 - Aquisição de veículos	35.723,09
182 - Defesa Civil	5.400,00
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	5.400,00
0494 - Promoção de educação continuada	5.400,00
183 - Informação e Inteligência	3.654.520,64
0706 - De Olho no Crime	2.490.032,56
0542 - Realização de perícias	2.454.119,56
0618 - Combate ao crime organizado	35.913,00
0707 - Suporte Institucional Integrado	1.164.488,08
0464 - Emissão de carteira de identidade	1.164.488,08
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.339.564,73
0705 - Segurança Cidadã	1.339.564,73
0497 - Proteção a vítima e testemunhas ameaçadas	1.339.564,73
14 - Direitos da Cidadania	7.620,86
421 - Custódia e Reintegração Social	7.620,86
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.620,86
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	7.620,86
160097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar	1.377.834.000,40
03 - Essencial à Justiça	335.900,00
091 - Defesa da Ordem Jurídica	335.900,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	335.900,00
0120 - Reconstituição de bens lesados	335.900,00
04 - Administração	1.054.975,69
122 - Administração Geral	1.054.975,69



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.054.975,69
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	615.975,69
0525 - Aquisição de veículos e equipamentos	439.000,00
06 - Segurança Pública	1.372.973.863,27
122 - Administração Geral	1.291.171.248,25
0706 - De Olho no Crime	1.265.248.006,60
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.265.248.006,60
0707 - Suporte Institucional Integrado	25.923.241,65
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	8.151.848,40
0187 - Construção de instalações físicas	357.275,42
0188 - reforma e ou ampliação de instalações	169.580,78
0446 - Gestão da alimentação	14.488.501,22
0483 - Manutenção de instalações físicas	398.037,29
0484 - Gestão de uniformes	2.357.998,54
128 - Formação de Recursos Humanos	97.069,00
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	97.069,00
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	97.069,00
181 - Policiamento	74.037.851,72
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	6.458.496,63
0021 - Administração e manutenção da PMRV	6.458.496,63
0705 - Segurança Cidadã	278.449,28
0181 - Ampliação e manutenção de programas	167.500,00
0235 - Ações de enfrentamento e resistência às drogas	110.949,28
0706 - De Olho no Crime	17.799.506,06
0142 - Gestão das Centrais Regionais de Emergências	22.967,01
0180 - Operação Veraneio Segura	9.758.234,66



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0207 - Realização de operações integradas	493.060,50
0218 - Gestão integrada de atividades	5.753.771,87
0259 - Modernização e integração	106.800,00
0260 - Segurança, fiscalização e educação no trânsito	207.487,14
0262 - Manutenção de veículos	1.408.417,49
0264 - Realização de operações integradas	48.767,39
0707 - Suporte Institucional Integrado	48.513.335,70
0176 - Gestão sustentável de combustível	19.030.221,20
0217 - Gestão de pessoal terceirizado	1.227.848,13
0236 - Gestão para renovação do colete balístico	131.830,00
0239 - Gestão de hospitais	3.000.000,00
0241 - Modernização, integração e manutenção de tecnologia	18.172.907,62
0247 - Digitalização, microfilmagem e certificação eletrônica	446.115,00
0248 - Gestão de contratos	1.517.143,81
0249 - Aquisição de equipamentos	3.758.769,26
0250 - Gestão de material bélico	1.228.500,68
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	988.064,05
0238 - Indenização decorrente acidente de trabalho	800.679,05
0243 - Especialização em gestão e tomada de decisão	44.530,00
0245 - Recomposição de efetivo	142.855,00
542 - Controle Ambiental	7.667.694,30
0706 - De Olho no Crime	7.667.694,30
0485 - Prevenção de delitos e danos ambientais	7.667.694,30
10 - Saúde	684.840,03
244 - Assistência Comunitária	193.010,00
0705 - Segurança Cidadã	193.010,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0234 - Ampliação e modernização do PROERD	193.010,00
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	491.830,03
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	491.830,03
0445 - Saúde e segurança no contexto ocupacional	491.830,03
18 - Gestão Ambiental	1.500.000,00
542 - Controle Ambiental	1.500.000,00
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	1.500.000,00
0174 - Fiscalização e atendimento de reclamações	1.500.000,00
26 - Transporte	1.284.421,41
782 - Transporte Rodoviário	1.284.421,41
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	1.284.421,41
0007 - Aquisição de combustível e lubrificante	1.284.421,41
18000 - Secretaria de Estado do Planejamento	12.605.473,73
180001 - Secretaria de Estado do Planejamento	11.463.689,75
04 - Administração	11.463.689,75
122 - Administração Geral	11.343.886,85
0850 - Gestão de Pessoas	9.457.103,76
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	9.457.103,76
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.886.783,09
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.886.783,09
126 - Tecnologia da Informação	11.950,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.950,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	11.950,00
128 - Formação de Recursos Humanos	107.852,90
0850 - Gestão de Pessoas	107.852,90
0006 - Encargos com estagiários	93.050,97



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	14.801,93
180021 - Superintendencia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Gde Florianópolis - SUDERF	1.141.783,98
04 - Administração	1.141.783,98
122 - Administração Geral	1.133.227,32
0850 - Gestão de Pessoas	1.093.596,52
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.093.596,52
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	39.630,80
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	39.630,80
126 - Tecnologia da Informação	6.950,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.950,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	6.950,00
128 - Formação de Recursos Humanos	1.606,66
0850 - Gestão de Pessoas	1.606,66
0006 - Encargos com estagiários	1.606,66
23000 - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	128.167.431,49
230001 - Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	45.818.033,48
13 - Cultura	114.075,00
392 - Difusão Cultural	114.075,00
0660 - Pró-Cultura	114.075,00
0629 - Incentivo e manutenção de entidades	114.075,00
23 - Comércio e Serviços	32.374.201,91
695 - Turismo	32.374.201,91
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	32.374.201,91
0408 - Construção de centro de eventos	32.271.289,68
0629 - Incentivo e manutenção de entidades	102.912,23
27 - Desporto e Lazer	13.329.756,57



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	13.044.125,03
0850 - Gestão de Pessoas	10.879.847,65
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	10.879.847,65
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.164.277,38
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.164.277,38
128 - Formação de Recursos Humanos	101.860,94
0850 - Gestão de Pessoas	101.860,94
0006 - Encargos com estagiários	101.860,94
813 - Lazer	183.770,60
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	183.770,60
0629 - Incentivo e manutenção de entidades	183.770,60
230021 - Fundação Catarinense de Esporte	19.502.991,37
27 - Desporto e Lazer	19.502.991,37
122 - Administração Geral	8.320.148,73
0850 - Gestão de Pessoas	5.358.599,41
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.358.599,41
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.961.549,32
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.961.549,32
128 - Formação de Recursos Humanos	18.109,33
0850 - Gestão de Pessoas	18.109,33
0006 - Encargos com estagiários	18.109,33
812 - Desporto Comunitário	11.164.733,31
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	11.164.733,31
0053 - Realização de eventos	11.153.239,42
0421 - Apoio a entidades e eventos	11.493,89
230022 - Fundação Catarinense de Cultura	32.910.877,71



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
13 - Cultura	32.908.377,71
122 - Administração Geral	25.402.560,79
0850 - Gestão de Pessoas	13.346.738,92
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	13.346.738,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	12.055.821,87
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	12.055.821,87
126 - Tecnologia da Informação	3.439,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.439,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	3.439,00
128 - Formação de Recursos Humanos	118.658,00
0850 - Gestão de Pessoas	118.658,00
0006 - Encargos com estagiários	108.000,00
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	10.658,00
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	936.455,86
0660 - Pró-Cultura	936.455,86
0499 - Conservação do patrimônio histórico	936.455,86
392 - Difusão Cultural	6.447.264,06
0660 - Pró-Cultura	6.447.264,06
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	2.295.946,16
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	31.625,00
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	100.000,00
0124 - Projetos culturais	4.019.692,90
23 - Comércio e Serviços	2.500,00
122 - Administração Geral	2.500,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.500,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.500,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
230023 - Santa Catarina Turismo S/A	17.149.410,64
23 - Comércio e Serviços	14.042.281,22
122 - Administração Geral	8.446.758,31
0850 - Gestão de Pessoas	5.093.435,45
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.093.435,45
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.353.322,86
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.353.322,86
126 - Tecnologia da Informação	6.062,30
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.062,30
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	6.062,30
695 - Turismo	5.589.460,61
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	5.589.460,61
0097 - Elaboração de estudos e pesquisas	2.000,00
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	379.000,00
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	70.576,75
0134 - Realização de campanha de caráter promocional	3.164.171,96
0455 - Divulgação do potencial turístico de Santa Catarina	1.973.711,90
24 - Comunicações	3.107.129,42
131 - Comunicação Social	3.107.129,42
0810 - Comunicação do Poder Executivo	3.107.129,42
0132 - Divulgação institucional	3.107.129,42
230093 - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	6.314.025,82
04 - Administração	900.000,00
122 - Administração Geral	900.000,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	900.000,00
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	900.000,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
13 - Cultura	5.414.025,82
392 - Difusão Cultural	5.414.025,82
0660 - Pró-Cultura	5.414.025,82
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	3.807.610,33
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	1.606.415,49
230094 - Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	2.958.519,39
23 - Comércio e Serviços	2.958.519,39
695 - Turismo	2.958.519,39
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	2.958.519,39
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	1.149.976,90
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	1.808.542,49
230095 - Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte	3.513.573,08
27 - Desporto e Lazer	3.513.573,08
813 - Lazer	3.513.573,08
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	3.513.573,08
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	1.158.683,13
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	2.354.889,95
26000 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	94.234.173,04
260001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	43.517.409,51
08 - Assistência Social	37.357.461,17
122 - Administração Geral	30.443.952,70
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	319.775,41
0053 - Realização de eventos	226.543,10
0304 - Apoio a Conselhos	93.232,31
0850 - Gestão de Pessoas	22.930.911,30
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	22.930.911,30



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.193.265,99
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	7.193.265,99
126 - Tecnologia da Informação	1.422.202,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.422.202,78
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.422.202,78
128 - Formação de Recursos Humanos	81.097,96
0850 - Gestão de Pessoas	81.097,96
0006 - Encargos com estagiários	80.897,96
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	200,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	416.665,00
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	416.665,00
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	416.665,00
244 - Assistência Comunitária	4.681.043,73
0101 - Acelera Santa Catarina	3.432.618,31
0060 - Construção, reforma e ampliação	3.432.618,31
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	1.175.470,54
0229 - Apoio técnico e financeiro	175.654,18
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	999.816,36
0550 - Erradicação da Fome em Santa Catarina	72.954,88
0343 - Implementação e consolidação de políticas	72.954,88
845 - Transferências	312.499,00
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	312.499,00
0304 - Apoio a Conselhos	312.499,00
11 - Trabalho	6.159.948,34
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	322.368,86
0530 - Pró-Emprego e Renda	322.368,86



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0269 - Gestão de programa	322.368,86
333 - Empregabilidade	5.643.066,20
0530 - Pró-Emprego e Renda	5.643.066,20
0352 - Gestão de programa	5.643.066,20
334 - Fomento ao Trabalho	194.513,28
0530 - Pró-Emprego e Renda	194.513,28
0280 - Capacitações de pessoas	194.513,28
260022 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	21.324.359,70
16 - Habitação	21.324.359,70
122 - Administração Geral	20.827.535,94
0850 - Gestão de Pessoas	16.728.450,51
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	16.728.450,51
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.099.085,43
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	4.099.085,43
126 - Tecnologia da Informação	408.782,76
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	408.782,76
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	408.782,76
481 - Habitação Rural	14.724,60
0540 - Nova Casa	14.724,60
0407 - Construção de moradias	14.724,60
482 - Habitação Urbana	73.316,40
0540 - Nova Casa	73.316,40
0407 - Construção de moradias	73.316,40
260093 - Fundo Estadual de Assistência Social	22.196.353,34
08 - Assistência Social	22.196.353,34
122 - Administração Geral	166.492,27



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	166.492,27
0359 - Gestão estadual do SUAS	166.492,27
128 - Formação de Recursos Humanos	277.179,59
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	277.179,59
0280 - Capacitações de pessoas	277.179,59
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	465.579,59
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	465.579,59
0307 - Serviço de acolhimento institucional	465.579,59
244 - Assistência Comunitária	7.953.557,40
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	7.953.557,40
0179 - Apoio técnico e financeiro aos municípios	7.910.087,94
0304 - Apoio a Conselhos	43.469,46
845 - Transferências	13.333.544,49
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	13.333.544,49
0183 - Cumprimento de medidas judiciais	182.998,19
0203 - Pagamento de benefícios	1.512.999,31
0204 - Transferência de renda	11.637.546,99
260096 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	7.062.117,53
08 - Assistência Social	6.831.563,93
122 - Administração Geral	289.815,82
0101 - Acelera Santa Catarina	289.815,82
0383 - Aquisição de mobiliário e equipamentos	289.815,82
244 - Assistência Comunitária	6.541.748,11
0101 - Acelera Santa Catarina	6.541.748,11
0060 - Construção, reforma e ampliação	6.484.600,94
0510 - Implantação de rede de equipamentos públicos de apoio	57.147,17



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
11 - Trabalho	230.553,60
333 - Empregabilidade	230.553,60
0101 - Acelera Santa Catarina	230.553,60
0507 - Implantação de centros regionais de trabalho	230.553,60
260099 - Fundo para a Infância e Adolescência	133.932,96
14 - Direitos da Cidadania	133.932,96
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	124.932,90
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	124.932,90
0303 - Realização de campanhas	124.932,90
845 - Transferências	9.000,06
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	9.000,06
0229 - Apoio técnico e financeiro	9.000,06
27000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	174.300.776,93
270001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	21.504.897,90
04 - Administração	318.778,07
122 - Administração Geral	318.778,07
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	318.778,07
0117 - Operacionalização do Cecop	318.778,07
11 - Trabalho	10.094.123,04
333 - Empregabilidade	10.094.123,04
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	10.094.123,04
0014 - Apoio a projetos	10.094.123,04
18 - Gestão Ambiental	11.091.996,79
122 - Administração Geral	10.214.425,62
0850 - Gestão de Pessoas	9.707.321,60
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	9.707.321,60



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	507.104,02
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	507.104,02
126 - Tecnologia da Informação	46.515,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	46.515,28
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	46.515,28
128 - Formação de Recursos Humanos	78.183,94
0850 - Gestão de Pessoas	78.183,94
0006 - Encargos com estagiários	78.183,94
542 - Controle Ambiental	752.871,95
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	752.871,95
0304 - Apoio a Conselhos	752.871,95
270021 - Fundação do Meio Ambiente	57.722.456,05
18 - Gestão Ambiental	57.722.456,05
122 - Administração Geral	53.751.013,69
0850 - Gestão de Pessoas	45.495.175,26
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	45.495.175,26
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	8.255.838,43
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	8.255.838,43
128 - Formação de Recursos Humanos	301.083,49
0850 - Gestão de Pessoas	301.083,49
0006 - Encargos com estagiários	301.083,49
541 - Preservação e Conservação Ambiental	975.009,18
0335 - Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3	889.928,56
0384 - Gestão socioambiental	889.928,56
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	85.080,62
0053 - Realização de eventos	1.272,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0389 - Estruturação e implementação de corredores ecológicos	83.808,62
542 - Controle Ambiental	2.695.349,69
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	2.689.859,69
0174 - Fiscalização e atendimento de reclamações	2.249.783,30
0381 - Fiscalização e monitoramento de unidades	440.076,39
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	5.490,00
0014 - Apoio a projetos	5.490,00
270023 - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	16.467.500,95
23 - Comércio e Serviços	16.467.500,95
122 - Administração Geral	13.082.430,43
0850 - Gestão de Pessoas	7.926.239,37
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	7.926.239,37
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.156.191,06
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	5.156.191,06
126 - Tecnologia da Informação	896.382,02
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	896.382,02
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	896.382,02
128 - Formação de Recursos Humanos	12.300,00
0850 - Gestão de Pessoas	12.300,00
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	12.300,00
691 - Promoção Comercial	2.476.388,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.476.388,50
0300 - Prestação de serviços	2.476.388,50
270024 - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	47.505.065,89
04 - Administração	380.000,00
121 - Planejamento e Orçamento	380.000,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0208 - Planejamento Estratégico e Gestão de Informações	380.000,00
0616 - Planejamento estratégico de desenvolvimento	380.000,00
10 - Saúde	6.002.638,91
301 - Atenção Básica	6.002.638,91
0400 - Gestão do SUS	6.002.638,91
0433 - Implantação de rede de saúde	6.002.638,91
11 - Trabalho	343.231,15
333 - Empregabilidade	343.231,15
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	343.231,15
0014 - Apoio a projetos	343.231,15
12 - Educação	18.805,97
571 - Desenvolvimento Científico	18.805,97
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	18.805,97
0013 - Incentivo a programas e projetos	18.805,97
18 - Gestão Ambiental	5.006.454,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	337.096,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	337.096,00
0015 - Ações ambientais	337.096,00
544 - Recursos Hídricos	4.669.358,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	4.669.358,00
0092 - Elaboração de planos	2.414.000,00
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	300.000,00
0386 - Elaboração e implementação de planos	1.955.358,00
19 - Ciência e Tecnologia	35.753.935,86
122 - Administração Geral	4.029.798,99
0850 - Gestão de Pessoas	2.539.008,07



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.539.008,07
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.490.790,92
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.490.790,92
126 - Tecnologia da Informação	4.073.658,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.073.658,25
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	4.073.658,25
128 - Formação de Recursos Humanos	6.356,66
0850 - Gestão de Pessoas	6.356,66
0006 - Encargos com estagiários	6.356,66
571 - Desenvolvimento Científico	19.782.623,37
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	19.063.319,37
0012 - Fomento ao desenvolvimento científico	11.047.991,35
0405 - Fomentar o desenvolvimento de produtos/processos inovativos	8.015.328,02
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	719.304,00
0014 - Apoio a projetos	719.304,00
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	7.861.498,59
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	7.861.498,59
0053 - Realização de eventos	1.661.646,83
0375 - Conceder bolsas para incentivo à formação	6.199.851,76
270025 - Instituto de Metrologia de Santa Catarina	18.860.839,82
04 - Administração	18.860.839,82
122 - Administração Geral	18.799.748,86
0850 - Gestão de Pessoas	12.591.738,06
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	12.591.738,06
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.208.010,80
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	6.208.010,80



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	61.090,96
0850 - Gestão de Pessoas	61.090,96
0006 - Encargos com estagiários	61.090,96
270029 - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	8.652.941,45
04 - Administração	8.289.795,81
122 - Administração Geral	8.289.795,81
0850 - Gestão de Pessoas	4.565.097,91
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.565.097,91
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.724.697,90
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.724.697,90
17 - Saneamento	360.284,38
125 - Normatização e Fiscalização	360.284,38
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	360.284,38
0344 - Fiscalização e regulação	360.284,38
25 - Energia	2.861,26
125 - Normatização e Fiscalização	2.861,26
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	2.861,26
0169 - Fiscalização e regulação	2.861,26
270091 - Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	78.008,41
18 - Gestão Ambiental	78.008,41
542 - Controle Ambiental	78.008,41
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	78.008,41
0003 - Implantação, organização e gestão	78.008,41
270092 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	3.473.768,16
18 - Gestão Ambiental	3.473.768,16
544 - Recursos Hídricos	3.473.768,16



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	3.473.768,16
0003 - Implantação, organização e gestão	1.698.718,37
0140 - Implementação de sistema	59.594,28
0302 - Gestão administrativa	1.715.455,51
270095 - Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	35.298,30
18 - Gestão Ambiental	35.298,30
122 - Administração Geral	35.298,30
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	35.298,30
0003 - Implantação, organização e gestão	35.298,30
41000 - Gabinete do Governador do Estado	328.341.292,61
410001 - Secretaria de Estado da Casa Civil	45.541.597,53
01 - Legislativa	1.231.415,25
122 - Administração Geral	1.231.415,25
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	1.231.415,25
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.231.415,25
04 - Administração	44.310.182,28
122 - Administração Geral	35.347.711,58
0850 - Gestão de Pessoas	21.712.044,96
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	21.712.044,96
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	13.635.666,62
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	13.207.166,62
0261 - Aquisição de veículos	428.500,00
126 - Tecnologia da Informação	529.097,14
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	529.097,14
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	529.097,14
128 - Formação de Recursos Humanos	30.425,92



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	30.425,92
0006 - Encargos com estagiários	27.625,92
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	2.800,00
781 - Transporte Aéreo	6.297.153,21
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.297.153,21
0632 - Fornecimento de transporte	6.297.153,21
782 - Transporte Rodoviário	2.105.794,43
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.105.794,43
0632 - Fornecimento de transporte	2.105.794,43
410002 - Procuradoria Geral do Estado	191.506.368,60
03 - Essencial à Justiça	191.158.941,68
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	83.511.628,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	83.511.628,53
0345 - Pagamento de encargos	83.511.628,53
122 - Administração Geral	107.512.535,27
0850 - Gestão de Pessoas	105.796.980,38
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	105.796.980,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.715.554,89
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.715.554,89
126 - Tecnologia da Informação	134.777,88
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	134.777,88
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	134.777,88
10 - Saúde	347.426,92
122 - Administração Geral	347.426,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	347.426,92
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	347.426,92



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
410003 - Secretaria Executiva de Articulação Nacional	4.990.740,18
04 - Administração	4.990.740,18
122 - Administração Geral	4.962.429,75
0850 - Gestão de Pessoas	2.929.627,25
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.929.627,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.032.802,50
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.032.802,50
126 - Tecnologia da Informação	28.310,43
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	28.310,43
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	28.310,43
410004 - Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	2.965.502,23
07 - Relações Exteriores	2.965.502,23
122 - Administração Geral	2.622.638,05
0850 - Gestão de Pessoas	2.131.739,92
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.131.739,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	490.898,13
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	490.898,13
126 - Tecnologia da Informação	53.508,89
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	53.508,89
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	53.508,89
211 - Relações Diplomáticas	256.653,29
0204 - Missões, Recepções e Eventos Internacionais	256.653,29
0053 - Realização de eventos	19.737,06
0544 - Realização de missões	236.916,23
212 - Cooperação Internacional	32.702,00
0212 - Promoção Comercial e Cooperação Internacional	32.702,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0617 - Promover relações comerciais, culturais e sociais	32.702,00
410005 - Secretaria de Estado de Comunicação	72.559.440,51
18 - Gestão Ambiental	514.501,60
542 - Controle Ambiental	514.501,60
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	514.501,60
0014 - Apoio a projetos	514.501,60
24 - Comunicações	72.044.938,91
122 - Administração Geral	8.126.890,67
0850 - Gestão de Pessoas	4.667.505,35
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.667.505,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.459.385,32
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.459.385,32
126 - Tecnologia da Informação	17.872,86
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	17.872,86
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	17.872,86
131 - Comunicação Social	63.900.175,38
0810 - Comunicação do Poder Executivo	63.900.175,38
0053 - Realização de eventos	338.610,00
0132 - Divulgação institucional	63.457.193,76
0314 - Realizar publicações legais	104.371,62
410091 - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	10.772.166,37
03 - Essencial à Justiça	10.772.166,37
122 - Administração Geral	6.464.651,10
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.464.651,10
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	6.464.651,10
126 - Tecnologia da Informação	1.698.483,47



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.698.483,47
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.698.483,47
128 - Formação de Recursos Humanos	2.609.031,80
0850 - Gestão de Pessoas	2.609.031,80
0006 - Encargos com estagiários	2.127.151,60
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	481.880,20
410094 - Fundo de Desenvolvimento Social	5.477,19
08 - Assistência Social	5.477,19
244 - Assistência Comunitária	5.477,19
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	5.477,19
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	5.477,19
42000 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	5.230.238,01
420001 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	5.230.238,01
04 - Administração	5.230.238,01
122 - Administração Geral	5.204.645,81
0850 - Gestão de Pessoas	2.968.204,37
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.968.204,37
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.236.441,44
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.236.441,44
126 - Tecnologia da Informação	25.592,20
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	25.592,20
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	25.592,20
43000 - Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	19.871.157,67
430001 - Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	19.871.157,67
04 - Administração	19.871.157,67
122 - Administração Geral	19.715.597,13



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	19.552.619,74
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	19.552.619,74
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	162.977,39
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	162.977,39
126 - Tecnologia da Informação	77.976,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	77.976,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	77.976,00
128 - Formação de Recursos Humanos	77.584,54
0850 - Gestão de Pessoas	77.584,54
0006 - Encargos com estagiários	77.584,54
44000 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	627.418.498,61
440001 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	23.512.831,75
20 - Agricultura	23.512.831,75
122 - Administração Geral	14.880.012,96
0850 - Gestão de Pessoas	8.188.275,20
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	8.188.275,20
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.691.737,76
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.332.732,64
0387 - Coordenação e gestão de programas	3.359.005,12
126 - Tecnologia da Informação	3.422.097,63
0250 - Inclusão Digital	3.421.601,25
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	3.421.601,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	496,38
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	496,38
128 - Formação de Recursos Humanos	172.766,98
0850 - Gestão de Pessoas	172.766,98



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0006 - Encargos com estagiários	172.766,98
606 - Extensão Rural	4.459.006,26
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	4.459.006,26
0014 - Apoio a projetos	1.287.104,56
0016 - Apoio à aquicultura e à pesca	651.247,15
0450 - Regularização fundiária	2.520.654,55
607 - Irrigação	578.947,92
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	578.947,92
0447 - Infraestrutura rural	578.947,92
440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	204.580.438,24
03 - Essencial à Justiça	113.924,54
091 - Defesa da Ordem Jurídica	113.924,54
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	113.924,54
0120 - Reconstituição de bens lesados	113.924,54
20 - Agricultura	204.466.513,70
122 - Administração Geral	171.988.341,01
0850 - Gestão de Pessoas	157.442.056,02
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	157.442.056,02
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	14.546.284,99
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	14.316.475,19
0387 - Coordenação e gestão de programas	229.809,80
126 - Tecnologia da Informação	6.139.469,84
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.139.469,84
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	6.139.469,84
128 - Formação de Recursos Humanos	1.689.150,55
0310 - Agronegócio Competitivo	1.011.207,37



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0223 - Capacitação e treinamento	103.357,40
0231 - Capacitação e treinamento de técnicos	907.849,97
0850 - Gestão de Pessoas	677.943,18
0006 - Encargos com estagiários	668.011,18
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	9.932,00
601 - Promoção da Produção Vegetal	471.263,23
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	471.263,23
0306 - Classificação de produtos	471.263,23
603 - Defesa Sanitária Vegetal	932.101,42
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	932.101,42
0214 - Monitoramento da sanidade	333.942,91
0318 - Ações de defesa sanitária	589.210,75
0319 - Fiscalização de insumos	8.947,76
604 - Defesa Sanitária Animal	7.462.149,00
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	5.632.073,44
0299 - Fiscalização de estabelecimentos	1.184.418,07
0318 - Ações de defesa sanitária	4.383.139,92
0633 - Laboratório de defesa agropecuária	64.515,45
0335 - Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3	1.830.075,56
0382 - Melhoria de infraestrutura	1.830.075,56
606 - Extensão Rural	119.844,85
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	119.844,85
0014 - Apoio a projetos	119.844,85
691 - Promoção Comercial	15.664.193,80
0310 - Agronegócio Competitivo	15.664.193,80
0091 - Movimentação de granéis	15.664.193,80



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
440023 - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	342.032.482,67
18 - Gestão Ambiental	1.868.140,55
541 - Preservação e Conservação Ambiental	146.064,32
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	146.064,32
0015 - Ações ambientais	146.064,32
544 - Recursos Hídricos	1.722.076,23
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	1.722.076,23
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	1.709.141,55
0631 - Fortalecimento de comitês	12.934,68
19 - Ciência e Tecnologia	3.900.326,03
571 - Desenvolvimento Científico	3.900.326,03
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	3.900.326,03
0012 - Fomento ao desenvolvimento científico	3.900.326,03
20 - Agricultura	336.258.843,54
122 - Administração Geral	311.431.760,16
0850 - Gestão de Pessoas	288.404.767,84
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	288.404.767,84
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	23.026.992,32
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	23.013.788,07
0387 - Coordenação e gestão de programas	13.204,25
126 - Tecnologia da Informação	5.600.781,17
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.600.781,17
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	5.600.781,17
128 - Formação de Recursos Humanos	1.859.522,59
0310 - Agronegócio Competitivo	1.836.801,90
0410 - Capacitação de agricultores	1.836.801,90



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	22.720,69
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	22.720,69
571 - Desenvolvimento Científico	3.987.891,79
0310 - Agronegócio Competitivo	3.987.891,79
0411 - Pesquisa agropecuária	3.827.839,89
0603 - Apoio a projetos	160.051,90
606 - Extensão Rural	13.378.887,83
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	162.931,57
0014 - Apoio a projetos	162.931,57
0310 - Agronegócio Competitivo	13.215.956,26
0409 - Assistência técnica e extensão rural	6.734.619,15
0410 - Capacitação de agricultores	5.043.212,98
0414 - Educação ambiental	584.489,09
0415 - Capacitação de equipe técnica	816.129,75
0416 - Monitoramento, avaliação e divulgação	37.505,29
23 - Comércio e Serviços	5.172,55
695 - Turismo	5.172,55
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	5.172,55
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	5.172,55
440091 - Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	899.029,00
20 - Agricultura	899.029,00
334 - Fomento ao Trabalho	899.029,00
0320 - Agricultura Familiar	899.029,00
0224 - Financiamento de terras	899.029,00
440093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	50.548.405,71
20 - Agricultura	50.548.405,71



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
334 - Fomento ao Trabalho	13.099.938,07
0310 - Agronegócio Competitivo	13.099.938,07
0014 - Apoio a projetos	13.099.938,07
541 - Preservação e Conservação Ambiental	695.863,53
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	695.863,53
0451 - Apoio financeiro aos agricultores	695.863,53
602 - Promoção da Produção Animal	6.929.530,00
0310 - Agronegócio Competitivo	6.929.530,00
0453 - Apoiar melhorias nas atividades agropastoris e pesqueiras	6.929.530,00
606 - Extensão Rural	27.108.714,37
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	18.749.566,95
0237 - Subvenção ao juro de financiamento	3.941.905,27
0442 - Concessão de empréstimo	9.659.053,35
0444 - Apoio financeiro a formalização de empreendimentos	1.920.953,77
0449 - Concessão de subvenção	3.227.654,56
0310 - Agronegócio Competitivo	8.359.147,42
0014 - Apoio a projetos	4.877.175,63
0388 - Inspeccionar empreendimentos e certificar propriedades	2.628.217,86
0449 - Concessão de subvenção	853.753,93
607 - Irrigação	2.714.359,74
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	2.714.359,74
0650 - Água para as comunidades rurais	2.714.359,74
440094 - Fundo Estadual de Sanidade Animal	5.845.311,24
20 - Agricultura	5.845.311,24
604 - Defesa Sanitária Animal	5.845.311,24
0310 - Agronegócio Competitivo	5.845.311,24



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0436 - Indenizações em emergências e ações sanitárias	5.845.311,24
45000 - Secretaria de Estado da Educação	3.061.680.904,49
450001 - Secretaria de Estado da Educação	2.377.944.095,03
12 - Educação	2.377.944.095,03
122 - Administração Geral	218.660.016,48
0850 - Gestão de Pessoas	199.137.745,25
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	183.221,92
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	198.954.523,33
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	19.522.271,23
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	18.801.780,74
0333 - Manutenção de conselho	720.490,49
126 - Tecnologia da Informação	115.275,87
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	115.275,87
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	115.275,87
128 - Formação de Recursos Humanos	311.852,47
0850 - Gestão de Pessoas	311.852,47
0006 - Encargos com estagiários	311.852,47
361 - Ensino Fundamental	1.056.632.702,48
0850 - Gestão de Pessoas	1.056.632.702,48
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.056.632.702,48
362 - Ensino Médio	583.617.246,28
0850 - Gestão de Pessoas	583.617.246,28
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	583.617.246,28
363 - Ensino Profissional	3.842.888,63
0615 - Gestão do Ensino Profissional	3.842.888,63
0104 - Operacionalização da educação	436.887,07



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	3.406.001,56
364 - Ensino Superior	54.724.836,74
0630 - Gestão do Ensino Superior	54.724.836,74
0240 - Bolsas de estudo	40.756.288,11
0372 - Cursos estratégicos	10.886.840,85
0376 - Bolsa de pesquisa para estudantes	3.081.707,78
365 - Educação Infantil	14.934.158,19
0850 - Gestão de Pessoas	14.934.158,19
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	14.934.158,19
366 - Educação de Jovens e Adultos	59.398.999,83
0850 - Gestão de Pessoas	59.398.999,83
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	59.398.999,83
368 - Educação Básica	385.706.118,06
0610 - Educação Básica	286.012.893,37
0103 - Transporte escolar	7.411.334,89
0104 - Operacionalização da educação	95.753.577,70
0105 - Alimentação escolar	143.972.559,22
0159 - Capacitação e formação de profissionais	3.346.707,15
0371 - Manutenção e reforma de escola	417.194,78
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	35.109.179,63
0533 - Implantação e manutenção de sistema	2.340,00
0623 - Autonomia de gestão escolar - SED	99.693.224,69
0369 - Autonomia de gestão escolar	7.609.143,20
0471 - Apoio financeiro às associações de pais e professores	92.084.081,49
450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial	198.189.233,36
12 - Educação	198.189.233,36



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	28.108.057,89
0850 - Gestão de Pessoas	26.452.414,17
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	26.452.414,17
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.655.643,72
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.655.643,72
126 - Tecnologia da Informação	33.504,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	33.504,78
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	33.504,78
128 - Formação de Recursos Humanos	18.816,59
0850 - Gestão de Pessoas	18.816,59
0006 - Encargos com estagiários	18.816,59
367 - Educação Especial	170.028.854,10
0520 - Cidadania e Diversidade	8.376.981,27
0242 - Capacitação de profissionais	174.279,73
0621 - Realização de assistência técnica	33.694,25
0625 - Realização de atendimento às pessoas com deficiência	3.340.224,96
0626 - Apoio financeiro às APAES	4.380.168,82
0627 - Construção, ampliação e reforma	402.746,01
0628 - Produção de conhecimento na área de educação especial	45.867,50
0850 - Gestão de Pessoas	161.651.872,83
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	161.651.872,83
450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	361.358.037,46
10 - Saúde	572.853,10
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	572.853,10
0400 - Gestão do SUS	572.853,10
0547 - Custeio de hospital e maternidade	97.379,14



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0638 - Manutenção de serviços e unidades	475.473,96
12 - Educação	360.726.857,76
122 - Administração Geral	38.248.353,15
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	38.248.353,15
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	38.248.353,15
126 - Tecnologia da Informação	2.479.612,64
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.479.612,64
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	2.479.612,64
128 - Formação de Recursos Humanos	235.261,66
0850 - Gestão de Pessoas	235.261,66
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	235.261,66
364 - Ensino Superior	319.763.630,31
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	4.730.326,55
0014 - Apoio a projetos	4.730.326,55
0630 - Gestão do Ensino Superior	31.938.426,43
0013 - Incentivo a programas e projetos	1.208.676,47
0053 - Realização de eventos	490.667,93
0056 - Aquisição, construção e reforma	10.728.501,96
0240 - Bolsas de estudo	11.734.809,40
0249 - Aquisição de equipamentos	1.135.306,02
0396 - Expansão da UDESC	5.026.759,33
0526 - Vestibular e concursos públicos	1.613.705,32
0850 - Gestão de Pessoas	283.094.877,33
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	283.094.877,33
19 - Ciência e Tecnologia	58.326,60
571 - Desenvolvimento Científico	50.000,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	50.000,00
0012 - Fomento ao desenvolvimento científico	50.000,00
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	8.326,60
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	8.326,60
0375 - Conceder bolsas para incentivo à formação	8.326,60
450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC	42.459.941,76
12 - Educação	42.459.941,76
364 - Ensino Superior	42.459.941,76
0630 - Gestão do Ensino Superior	42.459.941,76
0240 - Bolsas de estudo	42.459.941,76
450092 - Fundo Estadual de Educação- FEDUC	81.729.596,88
12 - Educação	81.729.596,88
368 - Educação Básica	81.729.596,88
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	5.651.497,13
0565 - Revitalização de rede física	5.651.497,13
0101 - Acelera Santa Catarina	76.078.099,75
0565 - Revitalização de rede física	76.078.099,75
47000 - Secretaria de Estado da Administração	6.070.986.501,35
470001 - Secretaria de Estado da Administração	152.995.313,32
04 - Administração	126.009.320,67
122 - Administração Geral	112.340.640,95
0850 - Gestão de Pessoas	108.255.927,26
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	108.255.927,26
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.084.713,69
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.100.772,66
0117 - Operacionalização do Cecop	1.863,66



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0313 - Administração e manutenção de serviços	982.077,37
126 - Tecnologia da Informação	1.408.775,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.408.775,50
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.408.775,50
128 - Formação de Recursos Humanos	131.811,68
0850 - Gestão de Pessoas	131.811,68
0006 - Encargos com estagiários	131.811,68
274 - Previdência Especial	12.128.092,54
0870 - Pensões Especiais	12.128.092,54
0055 - Pagamento de pensão	12.128.092,54
08 - Assistência Social	26.985.992,65
274 - Previdência Especial	26.985.992,65
0870 - Pensões Especiais	26.985.992,65
0055 - Pagamento de pensão	26.985.992,65
470022 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	97.038.402,11
09 - Previdência Social	97.038.402,11
122 - Administração Geral	96.661.760,13
0850 - Gestão de Pessoas	41.885.985,53
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	41.885.985,53
0860 - Gestão Previdenciária	50.084,28
0301 - Contratação de serviços	50.084,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	54.725.690,32
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	6.986.949,12
0008 - Manutenção, aquisição e ampliação de imóvel	1.215.780,41
0345 - Pagamento de encargos	46.522.960,79
126 - Tecnologia da Informação	237.684,56



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	237.684,56
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	237.684,56
128 - Formação de Recursos Humanos	135.357,42
0850 - Gestão de Pessoas	135.357,42
0006 - Encargos com estagiários	125.557,42
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	9.800,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	3.600,00
0860 - Gestão Previdenciária	3.600,00
0137 - Sentenças judiciais	3.600,00
470076 - Fundo Financeiro	5.131.656.034,00
09 - Previdência Social	5.131.656.034,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.131.656.034,00
0860 - Gestão Previdenciária	5.131.656.034,00
0136 - Encargos com inativos	4.159.385.228,73
0137 - Sentenças judiciais	12.957.873,26
0329 - Pensões	959.312.932,01
470091 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	96.997.108,63
04 - Administração	96.990.648,63
122 - Administração Geral	80.934.892,56
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	80.934.892,56
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	5.312.947,98
0248 - Gestão de contratos	65.057.327,55
0251 - Aquisição de matéria-prima	1.457.393,67
0313 - Administração e manutenção de serviços	9.107.223,36
126 - Tecnologia da Informação	15.165.292,83
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	15.165.292,83



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	15.165.292,83
128 - Formação de Recursos Humanos	890.463,24
0850 - Gestão de Pessoas	890.463,24
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	890.463,24
12 - Educação	6.460,00
334 - Fomento ao Trabalho	6.460,00
0520 - Cidadania e Diversidade	6.460,00
0280 - Capacitações de pessoas	6.460,00
470092 - Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	590.729.537,33
04 - Administração	590.729.537,33
122 - Administração Geral	1.420.256,32
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.420.256,32
0313 - Administração e manutenção de serviços	1.420.256,32
126 - Tecnologia da Informação	7.465,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.465,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	7.465,00
128 - Formação de Recursos Humanos	70.065,00
0850 - Gestão de Pessoas	70.065,00
0006 - Encargos com estagiários	55.425,00
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	14.640,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	589.231.751,01
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	589.231.751,01
0328 - Gestão do SC Saúde	84.395.926,28
0330 - Assistência médico-hospitalar e odontológica	504.835.824,73
470093 - Fundo Patrimonial	1.570.105,96
04 - Administração	1.570.105,96



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	1.570.105,96
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.570.105,96
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	425.345,86
0353 - Ampliação e reforma de imóveis	218.902,50
0474 - Aquisição de mobiliário e equipamentos	3.707,60
0525 - Aquisição de veículos e equipamentos	922.150,00
48000 - Secretaria de Estado da Saúde	2.963.660.713,60
480091 - Fundo Estadual de Saúde	2.932.441.779,57
04 - Administração	2.995.521,34
122 - Administração Geral	2.995.521,34
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.995.521,34
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	2.995.521,34
10 - Saúde	2.929.446.258,23
122 - Administração Geral	1.777.701.322,13
0400 - Gestão do SUS	434.122.635,08
0358 - Realizar atividades de saúde	10.202.558,59
0458 - Subvenção financeira	422.403.004,68
0511 - Equipar unidades da Saúde	32.900,66
0512 - Ampliar e reformar unidades administrativas	972.445,71
0638 - Manutenção de serviços e unidades	339.836,17
0644 - Apoio ao colegiado de gestão regional	143.239,27
0645 - Manutenção de conselho	28.650,00
0410 - Vigilância em Saúde	16.555.888,45
0358 - Realizar atividades de saúde	6.590.908,32
0641 - Realizar ações de gestão	9.964.980,13
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	7.382.782,11



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0438 - Realizar ações de gestão	7.043.809,31
0556 - Realizar ações de gestão	338.972,80
0850 - Gestão de Pessoas	1.203.491.338,47
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.203.491.338,47
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	116.148.678,02
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	116.148.678,02
126 - Tecnologia da Informação	1.942.171,70
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.145.759,00
0305 - Apoio financeiro a municípios	945.759,00
0327 - Realizar ações relacionadas ao serviço de telemedicina	200.000,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	796.412,70
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	796.412,70
128 - Formação de Recursos Humanos	19.953.897,61
0400 - Gestão do SUS	15.567.275,74
0106 - Educação profissional em saúde	2.523.835,57
0242 - Capacitação de profissionais	243.216,67
0322 - Benefícios a servidores	17.250,00
0374 - Oferecer residência médica	12.600.185,82
0460 - Formação de conselheiros municipais	2.200,00
0646 - Ações de capacitação e qualificação	180.587,68
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.500.831,19
0642 - Transplante de órgãos e tecidos	2.500.831,19
0850 - Gestão de Pessoas	1.885.790,68
0006 - Encargos com estagiários	1.885.790,68
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	13.239.644,54
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	13.239.644,54



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0555 - Realizar serviços assistenciais	13.239.644,54
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	45.187,00
0420 - Atenção Básica	45.187,00
0242 - Capacitação de profissionais	45.187,00
301 - Atenção Básica	111.925.413,37
0400 - Gestão do SUS	14.709.827,20
0433 - Implantação de rede de saúde	13.767.507,47
0454 - Rede de atenção à saúde	942.319,73
0420 - Atenção Básica	63.515.380,73
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	50.000,00
0339 - Incentivo financeiro	56.338.103,01
0440 - Cofinanciamento estadual	378.473,56
0634 - Incentivos financeiros a municípios	6.748.804,16
0440 - Assistência Farmacêutica	33.700.205,44
0305 - Apoio financeiro a municípios	33.700.205,44
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	823.062.351,94
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	8.052.112,08
0081 - Construção de centro cirúrgico	6.240.080,57
0501 - Elaboração de estudos e projetos	631.877,80
0519 - Equipar hospital	1.180.153,71
0101 - Acelera Santa Catarina	65.152.022,71
0058 - Ampliação e readequação de hospital	9.708.707,14
0394 - Reforma de hospital	6.347.059,45
0511 - Equipar unidades da Saúde	49.096.256,12
0400 - Gestão do SUS	308.600.725,61
0233 - Realizar cursos de pós graduação	56.300,15



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0456 - Administrar a rede de urgência e emergência	53.352.028,62
0547 - Custeio de hospital e maternidade	53.529.532,45
0638 - Manutenção de serviços e unidades	201.662.864,39
0410 - Vigilância em Saúde	2.125.443,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	2.030.974,67
0431 - Realizar ações de gestão	94.468,33
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	439.132.048,54
0023 - Apoio aos hospitais filantrópicos	49.999.954,75
0258 - Manutenção, implementação e ampliação	684.729,17
0335 - Manutenção de hospital	37.805.753,77
0336 - Implantação de política	10.080.441,69
0441 - Realização de cirurgias eletivas	13.896.831,32
0443 - Adequação e aquisição de equipamentos	30.861.807,89
0643 - Assistência ambulatorial e hospitalar	295.802.529,95
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	175.067.884,46
0440 - Assistência Farmacêutica	175.067.884,46
0423 - Distribuir medicamentos	74.051.097,68
0468 - Assistência farmacêutica	100.883.344,66
0639 - Distribuir medicamentos	133.442,12
304 - Vigilância Sanitária	3.312.803,10
0410 - Vigilância em Saúde	3.312.803,10
0358 - Realizar atividades de saúde	3.312.803,10
305 - Vigilância Epidemiológica	1.742.878,78
0410 - Vigilância em Saúde	1.742.878,78
0640 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	1.742.878,78
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	275.663,76



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0410 - Vigilância em Saúde	275.663,76
0232 - Realizar ações de gestão	275.663,76
785 - Transportes Especiais	1.177.039,84
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.177.039,84
0424 - Transporte aeromédico de urgência	767.337,46
0437 - Transporte aéreo e e terrestre de órgãos	409.702,38
480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde-INVESTSAÚDE	31.218.934,03
10 - Saúde	31.218.934,03
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	31.218.934,03
0101 - Acelera Santa Catarina	31.218.934,03
0575 - Ações na área da saúde	31.218.934,03
52000 - Secretaria de Estado da Fazenda	2.083.737.187,09
520001 - Secretaria de Estado da Fazenda	457.609.252,97
04 - Administração	457.609.252,97
122 - Administração Geral	445.637.538,75
0850 - Gestão de Pessoas	401.484.687,44
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	401.484.687,44
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	44.152.851,31
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	42.657.037,75
0163 - Aquisição de imóvel	1.495.813,56
123 - Administração Financeira	211.375,24
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	211.375,24
0325 - Despesas diversas	211.375,24
126 - Tecnologia da Informação	11.149.758,23
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.149.758,23
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	11.149.758,23



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	610.580,75
0850 - Gestão de Pessoas	610.580,75
0006 - Encargos com estagiários	590.000,00
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	20.580,75
520002 - Encargos Gerais do Estado	1.512.408.706,12
04 - Administração	230.250.094,42
123 - Administração Financeira	230.250.094,42
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	230.250.094,42
0215 - Obrigações patronais	2.380.172,44
0322 - Benefícios a servidores	158.085.127,04
0323 - Participação no capital social	40.682.241,30
0325 - Despesas diversas	29.102.553,64
09 - Previdência Social	1.950.000,00
244 - Assistência Comunitária	1.950.000,00
0860 - Gestão Previdenciária	1.950.000,00
0324 - Auxílio funeral	1.950.000,00
28 - Encargos Especiais	1.280.208.611,70
846 - Outros Encargos Especiais	1.280.208.611,70
0990 - Encargos Especiais	1.280.208.611,70
0326 - Amortização e encargos de contratos de financiamentos	1.280.208.611,70
520030 - Fundação Escola de Governo - ENA	2.592.838,27
04 - Administração	2.592.838,27
122 - Administração Geral	2.236.355,73
0850 - Gestão de Pessoas	1.723.831,19
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.723.831,19
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	512.524,54



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	512.524,54
128 - Formação de Recursos Humanos	356.482,54
0825 - Formação de Gestores Públicos	325.412,89
0157 - Cursos de capacitação	325.412,89
0850 - Gestão de Pessoas	31.069,65
0006 - Encargos com estagiários	30.269,65
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	800,00
520090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	89.720.025,52
04 - Administração	89.720.025,52
123 - Administração Financeira	89.720.025,52
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	22.277.971,44
2248 - Apoio a projetos municipais de investimentos	22.277.971,44
0101 - Acelera Santa Catarina	67.442.054,08
0014 - Apoio a projetos	67.442.054,08
520092 - Fundo de Esforço Fiscal	16.401.592,38
04 - Administração	16.401.592,38
123 - Administração Financeira	15.980.047,49
0830 - Modernização da Administração Fazendária	15.980.047,49
0275 - Gestão estratégica integrada	3.475,00
0276 - Administração tributária, financeira e fiscal	8.366.164,95
0277 - Gestão de recursos estratégicos	7.553.800,34
0278 - Gestão de projeto	56.607,20
126 - Tecnologia da Informação	421.544,89
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	421.544,89
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	421.544,89
520093 - Fundo Pró-Emprego	5.004.771,83



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
19 - Ciência e Tecnologia	5.004.771,83
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	5.004.771,83
0101 - Acelera Santa Catarina	5.004.771,83
0018 - Apoio financeiro a construção de centros de inovação	5.004.771,83
53000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	1.039.835.900,46
530001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	214.437.543,88
04 - Administração	71.423,01
122 - Administração Geral	71.423,01
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	71.423,01
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	71.423,01
11 - Trabalho	1.503.524,69
334 - Fomento ao Trabalho	1.503.524,69
0530 - Pró-Emprego e Renda	1.503.524,69
0014 - Apoio a projetos	1.503.524,69
26 - Transporte	212.862.596,18
122 - Administração Geral	8.326.097,70
0850 - Gestão de Pessoas	6.722.950,39
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	6.722.950,39
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.603.147,31
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.603.147,31
126 - Tecnologia da Informação	29.747,64
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	29.747,64
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	29.747,64
781 - Transporte Aéreo	7.900.962,27
0120 - Integração Logística	7.900.962,27
0196 - Adequação e melhoria de aeroporto	3.143.837,50



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0334 - Administração, manutenção e gerenciamento de aeroporto	4.757.124,77
782 - Transporte Rodoviário	162.556.039,87
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	1.521.885,39
0271 - Gerenciamento de programa de financiamento	1.521.885,39
0101 - Acelera Santa Catarina	21.691.243,18
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	21.324.400,32
0271 - Gerenciamento de programa de financiamento	366.842,86
0105 - Mobilidade Urbana	23.649.403,87
0340 - Apoio ao sistema viário	23.649.403,87
0110 - Construção de Rodovias	109.834.004,59
0271 - Gerenciamento de programa de financiamento	1.207.950,00
0340 - Apoio ao sistema viário	9.756.731,06
0417 - Apoio ao sistema viário	10.030.860,75
0583 - Ações na área de infraestrutura	88.838.462,78
0120 - Integração Logística	5.859.502,84
0198 - Implantação de acesso	1.391.019,04
0271 - Gerenciamento de programa de financiamento	4.468.483,80
784 - Transporte Hidroviário	34.049.748,70
0150 - Modernização Portuária	34.049.748,70
0083 - Adequação e melhoria de infraestrutura aquaviária	34.049.748,70
530023 - Departamento de Transportes e Terminais	30.338.521,99
26 - Transporte	30.338.521,99
122 - Administração Geral	21.669.052,56
0850 - Gestão de Pessoas	19.257.855,98
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	19.257.855,98
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.411.196,58



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.411.196,58
126 - Tecnologia da Informação	1.065.112,39
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.065.112,39
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.065.112,39
128 - Formação de Recursos Humanos	102.035,86
0850 - Gestão de Pessoas	102.035,86
0006 - Encargos com estagiários	102.035,86
782 - Transporte Rodoviário	5.238.679,07
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	5.238.679,07
0165 - Realização de transporte e fiscalização	5.238.679,07
784 - Transporte Hidroviário	2.263.642,11
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	2.263.642,11
0317 - Manutenção sinalização náutica	3.850,00
0332 - Pagamento de subsídio para travessia hidroviária	2.259.792,11
530025 - Departamento Estadual de Infraestrutura	795.059.834,59
06 - Segurança Pública	746.050,52
181 - Policiamento	746.050,52
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	746.050,52
0021 - Administração e manutenção da PMRv	746.050,52
14 - Direitos da Cidadania	145.737,14
421 - Custódia e Reintegração Social	145.737,14
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	145.737,14
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	145.737,14
18 - Gestão Ambiental	1.069.889,59
541 - Preservação e Conservação Ambiental	1.069.889,59
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	1.069.889,59



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0094 - Levantamentos, estudos e projetos	1.069.889,59
26 - Transporte	789.991.317,93
122 - Administração Geral	90.358.287,64
0850 - Gestão de Pessoas	74.465.242,04
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	1.561,00
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	74.463.681,04
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	15.893.045,60
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	15.801.362,24
0005 - Administração e manutenção de superintendência	91.683,36
126 - Tecnologia da Informação	4.442.160,58
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.442.160,58
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	4.442.160,58
128 - Formação de Recursos Humanos	394.359,18
0850 - Gestão de Pessoas	394.359,18
0006 - Encargos com estagiários	394.359,18
782 - Transporte Rodoviário	694.796.510,53
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	63.940.092,35
0088 - Revitalização de rodovias	8.361.725,23
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	55.578.367,12
0101 - Acelera Santa Catarina	196.379.562,32
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	26.088.678,04
0019 - Conservação e reabilitação de travessias	74.327.176,21
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	72.763.043,77
0298 - Conclusão de via expressa	23.200.664,30
0105 - Mobilidade Urbana	48.942.108,28
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	41.304.694,12



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0022 - Contratação de consultoria	832.213,60
0076 - Implantação e requalificação dos eixos estruturais	387.238,59
0340 - Apoio ao sistema viário	6.417.961,97
0110 - Construção de Rodovias	171.785.600,60
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	133.690.992,51
0010 - Execução de obras rodoviárias	8.224.918,48
0022 - Contratação de consultoria	8.531.537,50
0101 - Desapropriação de áreas	3.830.543,77
0102 - Compensação ambiental	30.190,39
0331 - Supervisão regional de obras	1.970.126,89
0417 - Apoio ao sistema viário	1.000.000,00
0583 - Ações na área de infraestrutura	14.507.291,06
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	24.464.498,26
0007 - Aquisição de combustível e lubrificante	1.557.728,16
0010 - Execução de obras rodoviárias	780.123,80
0011 - Conservação de rodovias	11.906.368,03
0020 - Operação de rodovias	5.759.586,54
0022 - Contratação de consultoria	2.530.395,34
0073 - Obras emergenciais	1.930.296,39
0140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	170.787.455,65
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	170.787.455,65
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	18.497.193,07
0022 - Contratação de consultoria	9.822.041,70
0092 - Elaboração de planos	2.527.541,77
0093 - Elaboração de projetos	5.810.213,65
0094 - Levantamentos, estudos e projetos	337.395,95



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
27 - Desporto e Lazer	3.106.839,41
813 - Lazer	3.106.839,41
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	3.106.839,41
0578 - Ações na área da cultura, turismo e esporte	3.106.839,41
54000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	769.023.736,82
540091 - Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	286.313,32
14 - Direitos da Cidadania	286.313,32
421 - Custódia e Reintegração Social	286.313,32
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	286.313,32
0390 - Profissionalização e reintegração social	286.313,32
540092 - Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	514.103,70
14 - Direitos da Cidadania	514.103,70
421 - Custódia e Reintegração Social	514.103,70
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	514.103,70
0390 - Profissionalização e reintegração social	514.103,70
540093 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba	1.390.417,04
14 - Direitos da Cidadania	1.390.417,04
421 - Custódia e Reintegração Social	1.390.417,04
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	1.390.417,04
0390 - Profissionalização e reintegração social	1.390.417,04
540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	2.609.422,97
14 - Direitos da Cidadania	2.609.422,97
421 - Custódia e Reintegração Social	2.609.422,97
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	2.609.422,97
0390 - Profissionalização e reintegração social	2.609.422,97
540095 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	4.365.451,54



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
14 - Direitos da Cidadania	4.365.451,54
421 - Custódia e Reintegração Social	4.365.451,54
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	4.365.451,54
0390 - Profissionalização e reintegração social	4.365.451,54
540096 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	744.423.808,34
04 - Administração	63.365,50
128 - Formação de Recursos Humanos	63.365,50
0850 - Gestão de Pessoas	63.365,50
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	63.365,50
14 - Direitos da Cidadania	744.360.442,84
126 - Tecnologia da Informação	5.190.577,61
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.190.577,61
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	5.190.577,61
128 - Formação de Recursos Humanos	611.504,84
0850 - Gestão de Pessoas	611.504,84
0006 - Encargos com estagiários	611.504,84
421 - Custódia e Reintegração Social	738.558.360,39
0101 - Acelera Santa Catarina	3.611.393,76
0488 - Construção de centro de atendimento socioeducativo	3.611.393,76
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	91.033.118,35
0391 - Gestão dos sistemas prisional e socioeducativo	81.987.634,06
0398 - Estruturação e reaparelhamento	9.045.484,29
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	166.272.032,31
0261 - Aquisição de veículos	5.001.535,00
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	32.496.797,85
0397 - Gestão compartilhada	109.521.421,56



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0486 - Construção de unidade prisional	16.000.614,57
0488 - Construção de centro de atendimento socioeducativo	3.251.663,33
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	23.027.422,72
0392 - Profissionalização dos apenados e adolescentes em conflito com a lei	680.722,47
0635 - Atendimento social, psicológico, jurídico, pedagógico de saúde	19.457.029,43
0636 - Apoio às centrais de penas e medidas alternativas	2.889.670,82
0850 - Gestão de Pessoas	354.326.261,81
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	354.326.261,81
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	100.288.131,44
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	100.288.131,44
540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	579.537,02
14 - Direitos da Cidadania	579.537,02
421 - Custódia e Reintegração Social	579.537,02
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	579.537,02
0390 - Profissionalização e reintegração social	579.537,02
540098 - Fundo Especial da Defensoria Dativa	14.854.682,89
14 - Direitos da Cidadania	14.854.682,89
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	14.854.682,89
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	14.854.682,89
0173 - Ampliação de atuação na defensoria	14.854.682,89
55000 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	54.966.572,99
550001 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	28.609.054,73
06 - Segurança Pública	603.623,29
122 - Administração Geral	354.740,98
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	354.740,98
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	5.933,15



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0627 - Construção, ampliação e reforma	348.807,83
182 - Defesa Civil	248.882,31
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	248.882,31
0493 - Ampliação e modernização de rede de monitoramento e alerta	248.882,31
18 - Gestão Ambiental	28.005.431,44
182 - Defesa Civil	28.005.431,44
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	28.005.431,44
0568 - Projetos e obras preventivas	28.005.431,44
550091 - Fundo Estadual da Defesa Civil	26.357.518,26
06 - Segurança Pública	24.486.152,66
122 - Administração Geral	5.660.161,57
0850 - Gestão de Pessoas	2.713.758,93
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.713.758,93
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.946.402,64
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.449.145,85
0627 - Construção, ampliação e reforma	497.256,79
126 - Tecnologia da Informação	519.238,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	519.238,53
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	519.238,53
128 - Formação de Recursos Humanos	25.468,28
0850 - Gestão de Pessoas	25.468,28
0006 - Encargos com estagiários	25.468,28
182 - Defesa Civil	18.281.284,28
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	5.407.383,21
0191 - Estruturação de unidades	4.748.032,48
0493 - Ampliação e modernização de rede de monitoramento e alerta	659.350,73



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	220.415,55
0316 - Aquisição, atualização e manutenção	86.161,61
0481 - Contratação de consultoria, estudos e projetos	107.947,44
0494 - Promoção de educação continuada	26.306,50
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	12.653.485,52
0342 - Ações em defesa civil	12.653.485,52
18 - Gestão Ambiental	1.871.365,60
182 - Defesa Civil	3.537,47
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	3.537,47
0342 - Ações em defesa civil	3.387,47
0495 - Ações de gestão de produtos perigosos	150,00
544 - Recursos Hídricos	1.867.828,13
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	1.867.828,13
0521 - Reforma, manutenção e conservação de barragens	1.867.828,13
60000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itapiranga	9.223.111,31
600001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itapiranga	9.223.111,31
04 - Administração	1.726.534,34
122 - Administração Geral	1.725.334,34
0850 - Gestão de Pessoas	1.206.750,04
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.206.750,04
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	518.584,30
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	325.565,60
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	193.018,70
128 - Formação de Recursos Humanos	1.200,00
0850 - Gestão de Pessoas	1.200,00
0006 - Encargos com estagiários	1.200,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	10.664,15
122 - Administração Geral	10.664,15
0400 - Gestão do SUS	10.664,15
0638 - Manutenção de serviços e unidades	10.664,15
12 - Educação	4.549.726,26
122 - Administração Geral	2.596.511,36
0610 - Educação Básica	70.425,98
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	70.425,98
0850 - Gestão de Pessoas	2.526.085,38
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.526.085,38
367 - Educação Especial	233.000,05
0520 - Cidadania e Diversidade	233.000,05
0626 - Apoio financeiro às APAES	233.000,05
368 - Educação Básica	1.720.214,85
0610 - Educação Básica	1.720.214,85
0103 - Transporte escolar	1.168.462,54
0104 - Operacionalização da educação	366.813,94
0144 - Manutenção e reforma de escolas	1.946,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	182.992,37
20 - Agricultura	479.801,66
606 - Extensão Rural	479.801,66
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	479.801,66
0014 - Apoio a projetos	19.636,90
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	460.164,76
26 - Transporte	2.386.366,71
782 - Transporte Rodoviário	2.386.366,71



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0110 - Construção de Rodovias	2.386.366,71
0417 - Apoio ao sistema viário	1.827.771,10
0583 - Ações na área de infraestrutura	558.595,61
27 - Desporto e Lazer	70.018,19
812 - Desporto Comunitário	70.018,19
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	70.018,19
0420 - Apoio a ações na área do esporte	49.796,99
0421 - Apoio a entidades e eventos	20.221,20
61000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	6.254.828,75
610001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	6.254.828,75
04 - Administração	1.517.253,94
121 - Planejamento e Orçamento	191.707,15
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	191.707,15
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	191.707,15
122 - Administração Geral	1.309.959,79
0850 - Gestão de Pessoas	813.709,64
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	813.709,64
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	496.250,15
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	310.384,85
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	185.865,30
126 - Tecnologia da Informação	9.500,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.500,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	9.500,00
128 - Formação de Recursos Humanos	6.087,00
0850 - Gestão de Pessoas	6.087,00
0006 - Encargos com estagiários	6.087,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	8.380,01
122 - Administração Geral	8.380,01
0400 - Gestão do SUS	8.380,01
0638 - Manutenção de serviços e unidades	8.380,01
12 - Educação	3.381.984,50
122 - Administração Geral	2.179.048,93
0610 - Educação Básica	170.505,80
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	170.505,80
0850 - Gestão de Pessoas	2.008.543,13
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.008.543,13
367 - Educação Especial	156.779,61
0520 - Cidadania e Diversidade	156.779,61
0626 - Apoio financeiro às APAES	156.779,61
368 - Educação Básica	1.046.155,96
0610 - Educação Básica	1.046.155,96
0103 - Transporte escolar	808.515,91
0104 - Operacionalização da educação	203.753,26
0144 - Manutenção e reforma de escolas	14.005,02
0371 - Manutenção e reforma de escola	19.881,77
20 - Agricultura	69.938,11
606 - Extensão Rural	69.938,11
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	69.938,11
0014 - Apoio a projetos	32.690,00
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	37.248,11
26 - Transporte	1.048.564,04
782 - Transporte Rodoviário	1.048.564,04



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0110 - Construção de Rodovias	1.047.064,04
0417 - Apoio ao sistema viário	790.284,04
0583 - Ações na área de infraestrutura	256.780,00
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	1.500,00
0413 - Manutenção rotineira de rodovias	1.500,00
27 - Desporto e Lazer	228.708,15
812 - Desporto Comunitário	228.708,15
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	228.708,15
0053 - Realização de eventos	9.958,15
0420 - Apoio a ações na área do esporte	218.750,00
62000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	7.638.679,88
620001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	7.638.679,88
04 - Administração	1.772.743,30
121 - Planejamento e Orçamento	49.755,63
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	49.755,63
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	49.755,63
122 - Administração Geral	1.722.987,67
0850 - Gestão de Pessoas	940.228,28
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	940.228,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	782.759,39
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	411.375,09
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	371.384,30
10 - Saúde	156.279,61
122 - Administração Geral	76.279,61
0400 - Gestão do SUS	76.279,61
0638 - Manutenção de serviços e unidades	76.279,61



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
301 - Atenção Básica	80.000,00
0420 - Atenção Básica	80.000,00
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	80.000,00
12 - Educação	4.016.231,66
122 - Administração Geral	2.138.504,72
0610 - Educação Básica	7.860,81
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	7.860,81
0850 - Gestão de Pessoas	2.130.643,91
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.130.643,91
367 - Educação Especial	116.246,37
0520 - Cidadania e Diversidade	116.246,37
0626 - Apoio financeiro às APAES	116.246,37
368 - Educação Básica	1.761.480,57
0610 - Educação Básica	1.761.480,57
0103 - Transporte escolar	1.381.565,54
0104 - Operacionalização da educação	346.656,48
0144 - Manutenção e reforma de escolas	20.038,50
0242 - Capacitação de profissionais	2.112,35
0371 - Manutenção e reforma de escola	11.107,70
20 - Agricultura	60.000,00
606 - Extensão Rural	60.000,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	60.000,00
0014 - Apoio a projetos	60.000,00
26 - Transporte	1.619.265,31
782 - Transporte Rodoviário	1.619.265,31
0110 - Construção de Rodovias	1.596.550,31



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0417 - Apoio ao sistema viário	925.595,50
0583 - Ações na área de infraestrutura	670.954,81
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	7.840,00
0011 - Conservação de rodovias	7.840,00
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	14.875,00
0094 - Levantamentos, estudos e projetos	14.875,00
27 - Desporto e Lazer	14.160,00
812 - Desporto Comunitário	14.160,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	14.160,00
0053 - Realização de eventos	14.160,00
63000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Taió	7.866.049,13
630001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Taió	7.866.049,13
04 - Administração	1.716.355,45
122 - Administração Geral	1.696.484,31
0850 - Gestão de Pessoas	1.070.428,76
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.070.428,76
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	626.055,55
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	461.495,74
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	164.559,81
126 - Tecnologia da Informação	15.321,14
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	15.321,14
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	15.321,14
128 - Formação de Recursos Humanos	4.550,00
0850 - Gestão de Pessoas	4.550,00
0006 - Encargos com estagiários	4.550,00
06 - Segurança Pública	58.698,60



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	28.030,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	28.030,25
0627 - Construção, ampliação e reforma	28.030,25
182 - Defesa Civil	30.668,35
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	30.668,35
0342 - Ações em defesa civil	30.668,35
10 - Saúde	288.881,65
122 - Administração Geral	60.839,20
0400 - Gestão do SUS	60.839,20
0638 - Manutenção de serviços e unidades	60.839,20
301 - Atenção Básica	228.042,45
0420 - Atenção Básica	228.042,45
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	228.042,45
12 - Educação	4.658.198,16
122 - Administração Geral	2.212.253,96
0610 - Educação Básica	27.762,72
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	27.762,72
0850 - Gestão de Pessoas	2.184.491,24
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.184.491,24
367 - Educação Especial	231.589,56
0520 - Cidadania e Diversidade	231.589,56
0626 - Apoio financeiro às APAES	231.589,56
368 - Educação Básica	2.214.354,64
0610 - Educação Básica	2.214.354,64
0103 - Transporte escolar	1.673.512,60
0104 - Operacionalização da educação	457.191,95



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0144 - Manutenção e reforma de escolas	75.662,21
0371 - Manutenção e reforma de escola	7.987,88
18 - Gestão Ambiental	84.497,97
182 - Defesa Civil	84.497,97
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	84.497,97
0342 - Ações em defesa civil	84.497,97
20 - Agricultura	28.980,85
606 - Extensão Rural	28.980,85
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	28.980,85
0014 - Apoio a projetos	28.980,85
23 - Comércio e Serviços	7.500,00
695 - Turismo	7.500,00
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	7.500,00
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	7.500,00
26 - Transporte	982.936,14
782 - Transporte Rodoviário	982.936,14
0110 - Construção de Rodovias	919.347,62
0417 - Apoio ao sistema viário	450.920,81
0583 - Ações na área de infraestrutura	468.426,81
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	63.588,52
0011 - Conservação de rodovias	14.998,29
0413 - Manutenção rotineira de rodovias	48.590,23
27 - Desporto e Lazer	40.000,31
812 - Desporto Comunitário	40.000,31
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	40.000,31
0420 - Apoio a ações na área do esporte	40.000,31



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
66000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	10.195.344,67
660001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	10.195.344,67
04 - Administração	2.234.995,51
121 - Planejamento e Orçamento	61.231,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	61.231,00
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	61.231,00
122 - Administração Geral	2.107.898,18
0850 - Gestão de Pessoas	859.927,06
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	859.927,06
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.247.971,12
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	636.184,74
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	611.786,38
126 - Tecnologia da Informação	63.461,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	63.461,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	63.461,00
128 - Formação de Recursos Humanos	2.405,33
0850 - Gestão de Pessoas	2.405,33
0006 - Encargos com estagiários	2.405,33
06 - Segurança Pública	107.500,00
122 - Administração Geral	107.500,00
0707 - Suporte Institucional Integrado	107.500,00
0491 - Construção de instalações físicas	107.500,00
08 - Assistência Social	50.021,91
244 - Assistência Comunitária	50.021,91
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	50.021,91
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	50.021,91



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	53.570,59
122 - Administração Geral	53.570,59
0400 - Gestão do SUS	53.570,59
0638 - Manutenção de serviços e unidades	53.570,59
12 - Educação	6.300.613,87
122 - Administração Geral	2.036.304,78
0610 - Educação Básica	51.930,01
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	51.930,01
0850 - Gestão de Pessoas	1.984.374,77
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.984.374,77
363 - Ensino Profissional	44.874,61
0615 - Gestão do Ensino Profissional	44.874,61
0104 - Operacionalização da educação	44.874,61
367 - Educação Especial	382.170,13
0520 - Cidadania e Diversidade	382.170,13
0626 - Apoio financeiro às APAES	382.170,13
368 - Educação Básica	3.837.264,35
0610 - Educação Básica	3.837.264,35
0103 - Transporte escolar	2.907.310,38
0104 - Operacionalização da educação	744.693,14
0371 - Manutenção e reforma de escola	11.280,50
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	173.980,33
14 - Direitos da Cidadania	24.786,10
421 - Custódia e Reintegração Social	24.786,10
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	24.786,10
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	24.786,10



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
20 - Agricultura	49.029,46
606 - Extensão Rural	49.029,46
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	49.029,46
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	49.029,46
26 - Transporte	1.334.827,23
782 - Transporte Rodoviário	1.334.827,23
0110 - Construção de Rodovias	1.334.827,23
0417 - Apoio ao sistema viário	1.035.202,25
0583 - Ações na área de infraestrutura	299.624,98
27 - Desporto e Lazer	40.000,00
812 - Desporto Comunitário	40.000,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	40.000,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	40.000,00
67000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Braço do Norte	15.140.813,12
670001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Braço do Norte	15.140.813,12
04 - Administração	1.864.648,78
122 - Administração Geral	1.856.658,78
0850 - Gestão de Pessoas	1.077.030,67
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.077.030,67
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	779.628,11
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	514.398,49
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	265.229,62
128 - Formação de Recursos Humanos	7.990,00
0850 - Gestão de Pessoas	7.990,00
0006 - Encargos com estagiários	7.990,00
10 - Saúde	80.439,16



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	80.439,16
0400 - Gestão do SUS	80.439,16
0638 - Manutenção de serviços e unidades	80.439,16
12 - Educação	6.507.506,53
122 - Administração Geral	2.112.977,76
0610 - Educação Básica	30.447,50
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	30.447,50
0850 - Gestão de Pessoas	2.082.530,26
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.082.530,26
367 - Educação Especial	405.263,59
0520 - Cidadania e Diversidade	405.263,59
0626 - Apoio financeiro às APAES	405.263,59
368 - Educação Básica	3.989.265,18
0610 - Educação Básica	3.989.265,18
0103 - Transporte escolar	1.870.976,05
0104 - Operacionalização da educação	369.178,10
0144 - Manutenção e reforma de escolas	41.113,41
0242 - Capacitação de profissionais	2.000,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	23.101,60
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	1.682.896,02
20 - Agricultura	186.757,66
606 - Extensão Rural	186.757,66
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	186.757,66
0014 - Apoio a projetos	152.636,12
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	34.121,54
26 - Transporte	6.392.000,84



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
782 - Transporte Rodoviário	6.392.000,84
0110 - Construção de Rodovias	6.392.000,84
0417 - Apoio ao sistema viário	5.938.894,34
0583 - Ações na área de infraestrutura	453.106,50
27 - Desporto e Lazer	109.460,15
812 - Desporto Comunitário	109.460,15
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	109.460,15
0053 - Realização de eventos	49.463,75
0420 - Apoio a ações na área do esporte	59.996,40
70000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Miguel D'Oeste	15.120.689,15
700001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Miguel do Oeste	15.120.689,15
04 - Administração	4.158.290,30
122 - Administração Geral	4.149.930,40
0850 - Gestão de Pessoas	1.881.687,09
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.881.687,09
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.268.243,31
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	530.887,38
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	1.737.355,93
128 - Formação de Recursos Humanos	8.359,90
0850 - Gestão de Pessoas	8.359,90
0006 - Encargos com estagiários	8.359,90
08 - Assistência Social	475.195,24
244 - Assistência Comunitária	475.195,24
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	475.195,24
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	475.195,24
10 - Saúde	493.714,06



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	268.755,01
0400 - Gestão do SUS	268.755,01
0638 - Manutenção de serviços e unidades	268.755,01
301 - Atenção Básica	119.471,09
0420 - Atenção Básica	119.471,09
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	119.471,09
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	105.487,96
0400 - Gestão do SUS	100.766,96
0547 - Custeio de hospital e maternidade	100.766,96
0410 - Vigilância em Saúde	4.721,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	4.721,00
12 - Educação	5.524.092,36
122 - Administração Geral	3.576.212,84
0610 - Educação Básica	41.925,79
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	41.925,79
0850 - Gestão de Pessoas	3.534.287,05
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.534.287,05
363 - Ensino Profissional	108.436,05
0615 - Gestão do Ensino Profissional	108.436,05
0104 - Operacionalização da educação	108.436,05
367 - Educação Especial	304.201,78
0520 - Cidadania e Diversidade	304.201,78
0626 - Apoio financeiro às APAES	304.201,78
368 - Educação Básica	1.535.241,69
0610 - Educação Básica	1.535.241,69
0103 - Transporte escolar	1.074.142,26



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0104 - Operacionalização da educação	426.941,84
0144 - Manutenção e reforma de escolas	3.540,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	30.617,59
18 - Gestão Ambiental	370.560,36
541 - Preservação e Conservação Ambiental	320.560,36
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	320.560,36
0014 - Apoio a projetos	320.560,36
544 - Recursos Hídricos	50.000,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	50.000,00
0631 - Fortalecimento de comitês	50.000,00
20 - Agricultura	39.460,44
606 - Extensão Rural	39.460,44
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	39.460,44
0014 - Apoio a projetos	29.460,44
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	10.000,00
26 - Transporte	3.792.357,93
782 - Transporte Rodoviário	3.792.357,93
0110 - Construção de Rodovias	3.792.357,93
0417 - Apoio ao sistema viário	3.511.027,67
0583 - Ações na área de infraestrutura	281.330,26
27 - Desporto e Lazer	267.018,46
812 - Desporto Comunitário	267.018,46
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	267.018,46
0053 - Realização de eventos	187.018,46
0420 - Apoio a ações na área do esporte	80.000,00
71000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Maravilha	16.367.228,60



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
710001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Maravilha	16.367.228,60
04 - Administração	2.794.658,70
122 - Administração Geral	2.784.110,37
0850 - Gestão de Pessoas	1.392.894,74
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.392.894,74
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.391.215,63
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	334.769,38
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	1.056.446,25
128 - Formação de Recursos Humanos	10.548,33
0850 - Gestão de Pessoas	10.548,33
0006 - Encargos com estagiários	10.548,33
06 - Segurança Pública	27.116,41
122 - Administração Geral	27.116,41
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	27.116,41
0627 - Construção, ampliação e reforma	27.116,41
10 - Saúde	411.969,52
122 - Administração Geral	18.537,82
0400 - Gestão do SUS	18.537,82
0638 - Manutenção de serviços e unidades	18.537,82
301 - Atenção Básica	393.431,70
0420 - Atenção Básica	393.431,70
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	393.431,70
12 - Educação	6.590.108,09
122 - Administração Geral	2.941.358,18
0610 - Educação Básica	62.705,77
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	62.705,77



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	2.878.652,41
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.878.652,41
367 - Educação Especial	588.497,34
0520 - Cidadania e Diversidade	588.497,34
0626 - Apoio financeiro às APAES	588.497,34
368 - Educação Básica	3.060.252,57
0610 - Educação Básica	3.060.252,57
0103 - Transporte escolar	2.320.119,40
0104 - Operacionalização da educação	585.296,63
0144 - Manutenção e reforma de escolas	24.296,00
0242 - Capacitação de profissionais	1.722,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	29.996,63
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	98.821,91
17 - Saneamento	192.843,76
512 - Saneamento Básico Urbano	192.843,76
0360 - Abastecimento de Água	192.843,76
0403 - Apoio às ações de abastecimento e saneamento	192.843,76
18 - Gestão Ambiental	146.033,15
544 - Recursos Hídricos	146.033,15
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	146.033,15
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	146.033,15
20 - Agricultura	320.448,58
606 - Extensão Rural	320.448,58
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	320.448,58
0014 - Apoio a projetos	8.728,48
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	311.720,10



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
26 - Transporte	5.674.172,46
782 - Transporte Rodoviário	5.674.172,46
0110 - Construção de Rodovias	5.674.172,46
0417 - Apoio ao sistema viário	4.763.765,28
0583 - Ações na área de infraestrutura	910.407,18
27 - Desporto e Lazer	209.877,93
812 - Desporto Comunitário	209.877,93
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	209.877,93
0053 - Realização de eventos	10.000,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	199.877,93
72000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDR - São Lourenço Do Oeste	9.404.313,88
720001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço do Oeste	9.404.313,88
04 - Administração	1.645.197,33
122 - Administração Geral	1.645.197,33
0850 - Gestão de Pessoas	928.190,84
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	928.190,84
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	717.006,49
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	254.311,45
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	462.695,04
10 - Saúde	303.786,17
122 - Administração Geral	63.987,58
0400 - Gestão do SUS	63.987,58
0638 - Manutenção de serviços e unidades	63.987,58
301 - Atenção Básica	239.798,59
0420 - Atenção Básica	239.798,59
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	239.798,59



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
12 - Educação	4.915.399,33
122 - Administração Geral	2.912.439,44
0610 - Educação Básica	71.766,68
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	71.766,68
0850 - Gestão de Pessoas	2.840.672,76
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.840.672,76
363 - Ensino Profissional	109.246,49
0615 - Gestão do Ensino Profissional	109.246,49
0104 - Operacionalização da educação	99.386,49
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	9.860,00
367 - Educação Especial	369.611,00
0520 - Cidadania e Diversidade	369.611,00
0626 - Apoio financeiro às APAES	369.611,00
368 - Educação Básica	1.524.102,40
0610 - Educação Básica	1.524.102,40
0103 - Transporte escolar	1.069.989,19
0104 - Operacionalização da educação	344.930,31
0144 - Manutenção e reforma de escolas	9.929,33
0371 - Manutenção e reforma de escola	99.253,57
18 - Gestão Ambiental	84.114,56
182 - Defesa Civil	84.114,56
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	84.114,56
0342 - Ações em defesa civil	84.114,56
20 - Agricultura	128.069,61
606 - Extensão Rural	128.069,61
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	128.069,61



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0014 - Apoio a projetos	44.610,53
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	83.459,08
26 - Transporte	1.823.589,32
782 - Transporte Rodoviário	1.823.589,32
0110 - Construção de Rodovias	1.823.589,32
0417 - Apoio ao sistema viário	1.391.238,32
0583 - Ações na área de infraestrutura	432.351,00
27 - Desporto e Lazer	504.157,56
812 - Desporto Comunitário	504.157,56
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	504.157,56
0420 - Apoio a ações na área do esporte	504.157,56
73000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	42.317.866,70
730001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	42.317.866,70
04 - Administração	7.082.387,11
122 - Administração Geral	7.082.387,11
0850 - Gestão de Pessoas	2.939.478,78
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.939.478,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.142.908,33
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.126.908,33
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	3.016.000,00
10 - Saúde	8.673.910,86
122 - Administração Geral	190.792,74
0400 - Gestão do SUS	125.696,39
0638 - Manutenção de serviços e unidades	125.696,39
0410 - Vigilância em Saúde	53.654,18
0641 - Realizar ações de gestão	53.654,18



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	11.442,17
0556 - Realizar ações de gestão	11.442,17
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	74.916,89
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	74.916,89
0555 - Realizar serviços assistenciais	74.916,89
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.209.351,23
0101 - Acelera Santa Catarina	8.024.133,59
0058 - Ampliação e readequação de hospital	8.024.133,59
0410 - Vigilância em Saúde	185.217,64
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	185.217,64
304 - Vigilância Sanitária	198.850,00
0410 - Vigilância em Saúde	198.850,00
0358 - Realizar atividades de saúde	198.850,00
12 - Educação	8.728.716,55
122 - Administração Geral	3.688.115,47
0610 - Educação Básica	59.153,46
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	59.153,46
0850 - Gestão de Pessoas	3.628.962,01
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.628.962,01
363 - Ensino Profissional	38.255,74
0615 - Gestão do Ensino Profissional	38.255,74
0104 - Operacionalização da educação	38.255,74
367 - Educação Especial	553.243,04
0520 - Cidadania e Diversidade	553.243,04
0626 - Apoio financeiro às APAES	553.243,04
368 - Educação Básica	4.449.102,30



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica	4.449.102,30
0103 - Transporte escolar	2.262.006,69
0104 - Operacionalização da educação	1.775.300,96
0144 - Manutenção e reforma de escolas	65.629,55
0371 - Manutenção e reforma de escola	200.314,67
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	145.850,43
14 - Direitos da Cidadania	16.010,18
421 - Custódia e Reintegração Social	16.010,18
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	16.010,18
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	16.010,18
18 - Gestão Ambiental	50.000,00
544 - Recursos Hídricos	50.000,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	50.000,00
0631 - Fortalecimento de comitês	50.000,00
20 - Agricultura	671.713,14
606 - Extensão Rural	671.713,14
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	671.713,14
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	671.713,14
26 - Transporte	16.578.346,00
782 - Transporte Rodoviário	16.578.346,00
0110 - Construção de Rodovias	16.578.346,00
0010 - Execução de obras rodoviárias	1.068.838,71
0417 - Apoio ao sistema viário	14.610.004,19
0583 - Ações na área de infraestrutura	899.503,10
27 - Desporto e Lazer	516.782,86
812 - Desporto Comunitário	516.782,86



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	516.782,86
0420 - Apoio a ações na área do esporte	516.782,86
74000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	34.728.087,82
740001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	34.728.087,82
04 - Administração	7.923.119,01
122 - Administração Geral	7.845.001,29
0850 - Gestão de Pessoas	2.241.143,12
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.241.143,12
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.603.858,17
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	724.861,15
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	4.878.997,02
126 - Tecnologia da Informação	71.089,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	71.089,50
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	71.089,50
128 - Formação de Recursos Humanos	7.028,22
0850 - Gestão de Pessoas	7.028,22
0006 - Encargos com estagiários	7.028,22
10 - Saúde	5.198.243,66
122 - Administração Geral	164.199,21
0400 - Gestão do SUS	164.199,21
0638 - Manutenção de serviços e unidades	164.199,21
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.034.044,45
0101 - Acelera Santa Catarina	5.032.458,45
0058 - Ampliação e readequação de hospital	5.032.458,45
0410 - Vigilância em Saúde	1.586,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	1.586,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
12 - Educação	9.164.484,15
122 - Administração Geral	3.426.674,94
0610 - Educação Básica	6.072,89
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	6.072,89
0850 - Gestão de Pessoas	3.420.602,05
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.420.602,05
367 - Educação Especial	975.559,90
0520 - Cidadania e Diversidade	975.559,90
0626 - Apoio financeiro às APAES	975.559,90
368 - Educação Básica	4.762.249,31
0610 - Educação Básica	4.762.249,31
0103 - Transporte escolar	3.373.306,11
0104 - Operacionalização da educação	1.122.454,87
0105 - Alimentação escolar	8.584,00
0144 - Manutenção e reforma de escolas	39.291,42
0371 - Manutenção e reforma de escola	89.296,83
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	129.316,08
14 - Direitos da Cidadania	125.528,90
421 - Custódia e Reintegração Social	125.528,90
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	125.528,90
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	125.528,90
15 - Urbanismo	498.312,30
451 - Infra-Estrutura Urbana	498.312,30
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	498.312,30
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	498.312,30
18 - Gestão Ambiental	277.486,37



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
182 - Defesa Civil	93.332,37
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	93.332,37
0342 - Ações em defesa civil	93.332,37
541 - Preservação e Conservação Ambiental	184.154,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	184.154,00
0015 - Ações ambientais	184.154,00
20 - Agricultura	388.864,27
606 - Extensão Rural	388.864,27
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	388.864,27
0014 - Apoio a projetos	186.803,15
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	202.061,12
26 - Transporte	10.880.709,47
782 - Transporte Rodoviário	10.880.709,47
0110 - Construção de Rodovias	10.880.709,47
0417 - Apoio ao sistema viário	9.982.344,72
0583 - Ações na área de infraestrutura	898.364,75
27 - Desporto e Lazer	271.339,69
812 - Desporto Comunitário	271.339,69
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	271.339,69
0053 - Realização de eventos	34.939,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	236.400,69
75000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	11.662.487,02
750001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	11.662.487,02
04 - Administração	3.214.781,86
122 - Administração Geral	3.201.913,52
0850 - Gestão de Pessoas	2.179.778,35



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.179.778,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.022.135,17
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	554.972,18
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	467.162,99
128 - Formação de Recursos Humanos	12.868,34
0850 - Gestão de Pessoas	12.868,34
0006 - Encargos com estagiários	12.868,34
10 - Saúde	90.208,84
122 - Administração Geral	89.658,84
0400 - Gestão do SUS	88.075,31
0638 - Manutenção de serviços e unidades	88.075,31
0410 - Vigilância em Saúde	1.583,53
0358 - Realizar atividades de saúde	1.583,53
128 - Formação de Recursos Humanos	550,00
0400 - Gestão do SUS	550,00
0646 - Ações de capacitação e qualificação	550,00
12 - Educação	5.956.814,97
122 - Administração Geral	2.652.053,49
0610 - Educação Básica	36.163,62
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	36.163,62
0850 - Gestão de Pessoas	2.615.889,87
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.615.889,87
367 - Educação Especial	378.876,23
0520 - Cidadania e Diversidade	378.876,23
0626 - Apoio financeiro às APAES	378.876,23
368 - Educação Básica	2.925.885,25



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica	2.925.885,25
0103 - Transporte escolar	1.909.098,34
0104 - Operacionalização da educação	579.105,66
0144 - Manutenção e reforma de escolas	16.184,01
0371 - Manutenção e reforma de escola	113.876,05
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	307.621,19
14 - Direitos da Cidadania	34.784,56
421 - Custódia e Reintegração Social	34.784,56
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	34.784,56
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	34.784,56
17 - Saneamento	115.023,89
512 - Saneamento Básico Urbano	115.023,89
0360 - Abastecimento de Água	115.023,89
0403 - Apoio às ações de abastecimento e saneamento	115.023,89
20 - Agricultura	487.952,10
126 - Tecnologia da Informação	96.652,68
0250 - Inclusão Digital	96.652,68
0347 - Telefonia fixa e internet	96.652,68
606 - Extensão Rural	391.299,42
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	391.299,42
0014 - Apoio a projetos	103.368,87
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	287.930,55
26 - Transporte	1.696.926,04
782 - Transporte Rodoviário	1.696.926,04
0110 - Construção de Rodovias	1.696.926,04
0417 - Apoio ao sistema viário	1.003.171,91



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0583 - Ações na área de infraestrutura	693.754,13
27 - Desporto e Lazer	65.994,76
812 - Desporto Comunitário	65.994,76
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	65.994,76
0053 - Realização de eventos	10.000,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	55.994,76
76000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joaçaba	17.775.382,27
760001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joaçaba	17.775.382,27
04 - Administração	4.655.274,45
122 - Administração Geral	4.626.135,12
0850 - Gestão de Pessoas	3.580.176,02
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.580.176,02
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.045.959,10
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	417.448,96
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	628.510,14
128 - Formação de Recursos Humanos	29.139,33
0850 - Gestão de Pessoas	29.139,33
0006 - Encargos com estagiários	29.139,33
06 - Segurança Pública	332.687,93
182 - Defesa Civil	332.687,93
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	162.258,64
0191 - Estruturação de unidades	162.258,64
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	170.429,29
0342 - Ações em defesa civil	170.429,29
10 - Saúde	375.766,83
122 - Administração Geral	270.724,83



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0400 - Gestão do SUS	251.191,85
0638 - Manutenção de serviços e unidades	251.191,85
0410 - Vigilância em Saúde	19.532,98
0641 - Realizar ações de gestão	19.532,98
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	12.794,05
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	12.794,05
0555 - Realizar serviços assistenciais	12.794,05
301 - Atenção Básica	55.930,00
0420 - Atenção Básica	55.930,00
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	55.930,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	36.317,95
0410 - Vigilância em Saúde	36.317,95
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	36.317,95
12 - Educação	7.870.121,88
122 - Administração Geral	3.838.634,11
0610 - Educação Básica	105.100,88
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	105.100,88
0850 - Gestão de Pessoas	3.733.533,23
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.733.533,23
363 - Ensino Profissional	186.533,18
0615 - Gestão do Ensino Profissional	186.533,18
0104 - Operacionalização da educação	186.533,18
367 - Educação Especial	482.061,35
0520 - Cidadania e Diversidade	482.061,35
0626 - Apoio financeiro às APAES	482.061,35
368 - Educação Básica	3.362.893,24



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica	3.362.893,24
0103 - Transporte escolar	2.280.966,10
0104 - Operacionalização da educação	860.989,62
0144 - Manutenção e reforma de escolas	8.905,40
0371 - Manutenção e reforma de escola	212.032,12
18 - Gestão Ambiental	50.000,00
544 - Recursos Hídricos	50.000,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	50.000,00
0631 - Fortalecimento de comitês	50.000,00
20 - Agricultura	272.790,95
126 - Tecnologia da Informação	100.000,00
0250 - Inclusão Digital	100.000,00
0347 - Telefonia fixa e internet	100.000,00
606 - Extensão Rural	172.790,95
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	172.790,95
0014 - Apoio a projetos	69.335,42
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	103.455,53
26 - Transporte	4.111.340,23
782 - Transporte Rodoviário	4.111.340,23
0110 - Construção de Rodovias	4.111.340,23
0417 - Apoio ao sistema viário	3.213.049,86
0583 - Ações na área de infraestrutura	898.290,37
27 - Desporto e Lazer	107.400,00
812 - Desporto Comunitário	13.000,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	13.000,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	13.000,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
813 - Lazer	94.400,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	94.400,00
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	94.400,00
77000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Campos Novos	10.009.714,79
770001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Campos Novos	10.009.714,79
04 - Administração	1.554.315,61
122 - Administração Geral	1.554.315,61
0850 - Gestão de Pessoas	958.602,92
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	958.602,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	595.712,69
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	385.712,69
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	210.000,00
10 - Saúde	118.208,37
122 - Administração Geral	13.622,51
0400 - Gestão do SUS	13.622,51
0638 - Manutenção de serviços e unidades	13.622,51
301 - Atenção Básica	104.585,86
0420 - Atenção Básica	104.585,86
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	104.585,86
12 - Educação	4.609.536,36
122 - Administração Geral	2.434.684,91
0610 - Educação Básica	23.061,74
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	23.061,74
0850 - Gestão de Pessoas	2.411.623,17
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.411.623,17
367 - Educação Especial	220.766,67



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0520 - Cidadania e Diversidade	220.766,67
0626 - Apoio financeiro às APAES	220.766,67
368 - Educação Básica	1.954.084,78
0610 - Educação Básica	1.954.084,78
0103 - Transporte escolar	1.521.517,85
0104 - Operacionalização da educação	380.041,47
0371 - Manutenção e reforma de escola	52.525,46
20 - Agricultura	309.484,24
606 - Extensão Rural	309.484,24
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	309.484,24
0014 - Apoio a projetos	15.000,00
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	294.484,24
26 - Transporte	3.418.170,21
782 - Transporte Rodoviário	3.418.170,21
0110 - Construção de Rodovias	3.418.170,21
0417 - Apoio ao sistema viário	1.142.846,15
0583 - Ações na área de infraestrutura	2.275.324,06
78000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira	9.879.584,86
780001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira	9.879.584,86
04 - Administração	2.455.711,46
122 - Administração Geral	2.435.711,46
0850 - Gestão de Pessoas	1.340.016,48
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.340.016,48
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.095.694,98
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	298.708,17
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	796.986,81



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	20.000,00
0850 - Gestão de Pessoas	20.000,00
0006 - Encargos com estagiários	20.000,00
10 - Saúde	350.787,50
122 - Administração Geral	96.521,92
0400 - Gestão do SUS	96.521,92
0638 - Manutenção de serviços e unidades	96.521,92
301 - Atenção Básica	249.851,38
0420 - Atenção Básica	249.851,38
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	249.851,38
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.414,20
0410 - Vigilância em Saúde	4.414,20
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	4.414,20
12 - Educação	4.977.188,81
122 - Administração Geral	2.463.064,30
0610 - Educação Básica	117.031,95
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	117.031,95
0850 - Gestão de Pessoas	2.346.032,35
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.346.032,35
367 - Educação Especial	474.905,84
0520 - Cidadania e Diversidade	474.905,84
0626 - Apoio financeiro às APAES	474.905,84
368 - Educação Básica	2.039.218,67
0610 - Educação Básica	2.014.218,67
0103 - Transporte escolar	1.354.753,24
0104 - Operacionalização da educação	424.761,81



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0144 - Manutenção e reforma de escolas	154.703,62
0371 - Manutenção e reforma de escola	80.000,00
0624 - Cooperação Estado e Municípios - SED	25.000,00
0341 - Cooperação com municípios	25.000,00
18 - Gestão Ambiental	50.539,54
182 - Defesa Civil	50.539,54
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	50.539,54
0342 - Ações em defesa civil	50.539,54
20 - Agricultura	217.383,00
126 - Tecnologia da Informação	18.000,00
0250 - Inclusão Digital	18.000,00
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	18.000,00
606 - Extensão Rural	199.383,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	199.383,00
0014 - Apoio a projetos	39.077,57
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	160.305,43
26 - Transporte	1.780.125,51
782 - Transporte Rodoviário	1.780.125,51
0110 - Construção de Rodovias	1.780.125,51
0417 - Apoio ao sistema viário	1.262.229,08
0583 - Ações na área de infraestrutura	517.896,43
27 - Desporto e Lazer	47.849,04
812 - Desporto Comunitário	47.849,04
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	47.849,04
0420 - Apoio a ações na área do esporte	47.849,04
79000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	9.199.720,27



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
790001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	9.199.720,27
04 - Administração	1.679.425,79
122 - Administração Geral	1.661.620,22
0850 - Gestão de Pessoas	1.289.458,80
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.289.458,80
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	372.161,42
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	347.161,42
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	25.000,00
126 - Tecnologia da Informação	17.805,57
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	17.805,57
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	17.805,57
06 - Segurança Pública	92.045,98
182 - Defesa Civil	92.045,98
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	92.045,98
0342 - Ações em defesa civil	92.045,98
08 - Assistência Social	149.992,65
244 - Assistência Comunitária	149.992,65
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	149.992,65
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	149.992,65
10 - Saúde	20.318,67
122 - Administração Geral	20.318,67
0400 - Gestão do SUS	20.318,67
0638 - Manutenção de serviços e unidades	20.318,67
12 - Educação	5.476.630,54
122 - Administração Geral	3.537.286,06
0610 - Educação Básica	51.418,03



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	51.418,03
0850 - Gestão de Pessoas	3.485.868,03
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.485.868,03
367 - Educação Especial	404.329,85
0520 - Cidadania e Diversidade	404.329,85
0626 - Apoio financeiro às APAES	404.329,85
368 - Educação Básica	1.535.014,63
0610 - Educação Básica	1.535.014,63
0103 - Transporte escolar	871.473,47
0104 - Operacionalização da educação	497.079,63
0144 - Manutenção e reforma de escolas	71.446,19
0371 - Manutenção e reforma de escola	95.015,34
20 - Agricultura	250.499,48
606 - Extensão Rural	250.499,48
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	250.499,48
0014 - Apoio a projetos	250.499,48
26 - Transporte	1.162.629,53
782 - Transporte Rodoviário	1.162.629,53
0110 - Construção de Rodovias	1.162.629,53
0417 - Apoio ao sistema viário	441.429,74
0583 - Ações na área de infraestrutura	721.199,79
27 - Desporto e Lazer	368.177,63
812 - Desporto Comunitário	368.177,63
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	368.177,63
0053 - Realização de eventos	287.454,60
0420 - Apoio a ações na área do esporte	80.723,03



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
80000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitibanos	7.843.007,68
800001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitibanos	7.843.007,68
04 - Administração	2.305.691,50
122 - Administração Geral	2.283.997,52
0850 - Gestão de Pessoas	1.808.931,65
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.808.931,65
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	475.065,87
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	325.065,87
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	150.000,00
128 - Formação de Recursos Humanos	21.693,98
0850 - Gestão de Pessoas	21.693,98
0006 - Encargos com estagiários	21.693,98
12 - Educação	4.470.847,51
122 - Administração Geral	2.633.145,68
0610 - Educação Básica	168.830,82
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	168.830,82
0850 - Gestão de Pessoas	2.464.314,86
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.464.314,86
367 - Educação Especial	378.727,97
0520 - Cidadania e Diversidade	378.727,97
0626 - Apoio financeiro às APAES	378.727,97
368 - Educação Básica	1.458.973,86
0610 - Educação Básica	1.458.973,86
0103 - Transporte escolar	719.786,22
0104 - Operacionalização da educação	235.097,72
0144 - Manutenção e reforma de escolas	205.378,50



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0371 - Manutenção e reforma de escola	146.723,45
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	151.987,97
14 - Direitos da Cidadania	140.653,66
421 - Custódia e Reintegração Social	140.653,66
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	140.653,66
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	140.653,66
18 - Gestão Ambiental	36.718,67
544 - Recursos Hídricos	36.718,67
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	36.718,67
0631 - Fortalecimento de comitês	36.718,67
26 - Transporte	816.547,64
782 - Transporte Rodoviário	816.547,64
0110 - Construção de Rodovias	816.547,64
0417 - Apoio ao sistema viário	396.874,09
0583 - Ações na área de infraestrutura	419.673,55
27 - Desporto e Lazer	72.548,70
812 - Desporto Comunitário	72.548,70
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	72.548,70
0053 - Realização de eventos	20.213,10
0420 - Apoio a ações na área do esporte	52.335,60
81000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	12.485.631,86
810001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	12.485.631,86
04 - Administração	1.799.138,57
122 - Administração Geral	1.766.675,39
0850 - Gestão de Pessoas	1.264.866,91
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.264.866,91



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	501.808,48
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	435.141,81
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	66.666,67
126 - Tecnologia da Informação	16.253,19
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	16.253,19
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	16.253,19
128 - Formação de Recursos Humanos	16.209,99
0850 - Gestão de Pessoas	16.209,99
0006 - Encargos com estagiários	16.209,99
10 - Saúde	239.814,07
122 - Administração Geral	228.533,29
0400 - Gestão do SUS	228.533,29
0638 - Manutenção de serviços e unidades	228.533,29
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.280,78
0410 - Vigilância em Saúde	1.560,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	1.560,00
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	9.720,78
0258 - Manutenção, implementação e ampliação	9.720,78
12 - Educação	7.813.489,31
122 - Administração Geral	4.464.888,01
0610 - Educação Básica	71.783,12
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	71.783,12
0850 - Gestão de Pessoas	4.393.104,89
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.393.104,89
363 - Ensino Profissional	24.335,75
0615 - Gestão do Ensino Profissional	24.335,75



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0104 - Operacionalização da educação	24.335,75
367 - Educação Especial	531.157,57
0520 - Cidadania e Diversidade	531.157,57
0626 - Apoio financeiro às APAES	531.157,57
368 - Educação Básica	2.793.107,98
0610 - Educação Básica	2.793.107,98
0103 - Transporte escolar	1.955.018,27
0104 - Operacionalização da educação	534.055,84
0144 - Manutenção e reforma de escolas	48.390,25
0371 - Manutenção e reforma de escola	38.129,75
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	217.513,87
14 - Direitos da Cidadania	136.400,37
421 - Custódia e Reintegração Social	136.400,37
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	136.400,37
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	136.400,37
18 - Gestão Ambiental	193.679,11
182 - Defesa Civil	193.679,11
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	193.679,11
0342 - Ações em defesa civil	193.679,11
20 - Agricultura	16.856,37
606 - Extensão Rural	16.856,37
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	16.856,37
0014 - Apoio a projetos	16.856,37
26 - Transporte	2.078.354,06
782 - Transporte Rodoviário	2.078.354,06
0110 - Construção de Rodovias	2.078.354,06



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0417 - Apoio ao sistema viário	1.899.794,50
0583 - Ações na área de infraestrutura	178.559,56
27 - Desporto e Lazer	207.900,00
812 - Desporto Comunitário	7.900,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	7.900,00
0053 - Realização de eventos	7.900,00
813 - Lazer	200.000,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	200.000,00
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	200.000,00
82000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ituporanga	14.005.261,99
820001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ituporanga	14.005.261,99
04 - Administração	3.207.459,59
121 - Planejamento e Orçamento	100.531,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	100.531,00
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	100.531,00
122 - Administração Geral	3.087.599,08
0850 - Gestão de Pessoas	1.820.495,89
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.820.495,89
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.267.103,19
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	617.193,37
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	649.909,82
126 - Tecnologia da Informação	14.616,18
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	14.616,18
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	14.616,18
128 - Formação de Recursos Humanos	4.713,33
0850 - Gestão de Pessoas	4.713,33



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0006 - Encargos com estagiários	4.713,33
06 - Segurança Pública	157.453,06
182 - Defesa Civil	157.453,06
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	157.453,06
0342 - Ações em defesa civil	157.453,06
10 - Saúde	106.963,94
122 - Administração Geral	14.963,94
0400 - Gestão do SUS	14.963,94
0638 - Manutenção de serviços e unidades	14.963,94
301 - Atenção Básica	92.000,00
0420 - Atenção Básica	92.000,00
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	92.000,00
12 - Educação	6.813.801,46
122 - Administração Geral	2.915.391,61
0610 - Educação Básica	94.085,05
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	94.085,05
0850 - Gestão de Pessoas	2.821.306,56
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.821.306,56
367 - Educação Especial	207.593,47
0520 - Cidadania e Diversidade	207.593,47
0626 - Apoio financeiro às APAES	207.593,47
368 - Educação Básica	3.690.816,38
0610 - Educação Básica	3.690.816,38
0103 - Transporte escolar	3.006.666,13
0104 - Operacionalização da educação	322.515,22
0144 - Manutenção e reforma de escolas	171.162,12



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0371 - Manutenção e reforma de escola	40.700,00
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	149.772,91
18 - Gestão Ambiental	165.303,67
182 - Defesa Civil	165.303,67
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	165.303,67
0342 - Ações em defesa civil	165.303,67
20 - Agricultura	203.343,58
606 - Extensão Rural	203.343,58
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	203.343,58
0014 - Apoio a projetos	134.281,56
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	69.062,02
26 - Transporte	3.250.939,56
782 - Transporte Rodoviário	3.250.939,56
0110 - Construção de Rodovias	3.250.939,56
0417 - Apoio ao sistema viário	2.410.907,83
0583 - Ações na área de infraestrutura	840.031,73
27 - Desporto e Lazer	99.997,13
812 - Desporto Comunitário	99.997,13
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	99.997,13
0420 - Apoio a ações na área do esporte	99.997,13
83000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ibirama	16.180.911,74
830001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ibirama	16.180.911,74
04 - Administração	2.156.281,64
121 - Planejamento e Orçamento	345.000,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	345.000,00
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	345.000,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	1.795.108,15
0850 - Gestão de Pessoas	1.276.951,59
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.276.951,59
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	518.156,56
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	439.112,13
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	79.044,43
126 - Tecnologia da Informação	16.173,49
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	16.173,49
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	16.173,49
06 - Segurança Pública	658.095,69
182 - Defesa Civil	658.095,69
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	658.095,69
0342 - Ações em defesa civil	658.095,69
10 - Saúde	866.863,48
122 - Administração Geral	64.378,38
0400 - Gestão do SUS	61.878,78
0638 - Manutenção de serviços e unidades	61.878,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.499,60
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.499,60
301 - Atenção Básica	26.017,69
0420 - Atenção Básica	26.017,69
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	26.017,69
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	776.467,41
0400 - Gestão do SUS	776.467,41
0547 - Custeio de hospital e maternidade	53.703,58
0638 - Manutenção de serviços e unidades	722.763,83



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
12 - Educação	8.639.882,50
122 - Administração Geral	3.395.235,20
0610 - Educação Básica	173.462,25
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	173.462,25
0850 - Gestão de Pessoas	3.221.772,95
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.221.772,95
367 - Educação Especial	418.256,28
0520 - Cidadania e Diversidade	418.256,28
0626 - Apoio financeiro às APAES	418.256,28
368 - Educação Básica	4.826.391,02
0610 - Educação Básica	4.826.391,02
0103 - Transporte escolar	4.042.488,32
0104 - Operacionalização da educação	661.048,85
0144 - Manutenção e reforma de escolas	8.530,89
0371 - Manutenção e reforma de escola	97.273,42
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	17.049,54
17 - Saneamento	18.750,00
512 - Saneamento Básico Urbano	18.750,00
0360 - Abastecimento de Água	18.750,00
0403 - Apoio às ações de abastecimento e saneamento	18.750,00
18 - Gestão Ambiental	229.350,00
182 - Defesa Civil	99.388,80
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	99.388,80
0342 - Ações em defesa civil	99.388,80
544 - Recursos Hídricos	129.961,20
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	129.961,20



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	129.961,20
20 - Agricultura	159.264,52
606 - Extensão Rural	159.264,52
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	159.264,52
0014 - Apoio a projetos	89.425,10
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	69.839,42
26 - Transporte	3.167.700,73
782 - Transporte Rodoviário	3.167.700,73
0110 - Construção de Rodovias	3.167.700,73
0417 - Apoio ao sistema viário	2.850.571,74
0583 - Ações na área de infraestrutura	317.128,99
27 - Desporto e Lazer	284.723,18
812 - Desporto Comunitário	284.723,18
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	284.723,18
0053 - Realização de eventos	36.471,46
0420 - Apoio a ações na área do esporte	248.251,72
84000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	16.161.552,19
840001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	16.161.552,19
04 - Administração	4.060.783,01
122 - Administração Geral	4.006.883,95
0850 - Gestão de Pessoas	3.118.838,24
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.118.838,24
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	888.045,71
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	844.593,89
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	43.451,82
126 - Tecnologia da Informação	46.184,06



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	46.184,06
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	46.184,06
128 - Formação de Recursos Humanos	7.715,00
0850 - Gestão de Pessoas	7.715,00
0006 - Encargos com estagiários	7.715,00
10 - Saúde	220.916,27
122 - Administração Geral	185.069,07
0400 - Gestão do SUS	160.113,68
0638 - Manutenção de serviços e unidades	160.113,68
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	24.955,39
0556 - Realizar ações de gestão	24.955,39
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	35.847,20
0410 - Vigilância em Saúde	35.847,20
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	35.847,20
12 - Educação	10.073.245,57
122 - Administração Geral	3.919.650,37
0610 - Educação Básica	331.822,87
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	331.822,87
0850 - Gestão de Pessoas	3.587.827,50
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.587.827,50
367 - Educação Especial	890.336,93
0520 - Cidadania e Diversidade	890.336,93
0626 - Apoio financeiro às APAES	890.336,93
368 - Educação Básica	5.263.258,27
0610 - Educação Básica	5.263.258,27
0103 - Transporte escolar	2.544.693,25



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0104 - Operacionalização da educação	2.243.722,35
0144 - Manutenção e reforma de escolas	16.760,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	388.082,67
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	70.000,00
14 - Direitos da Cidadania	369.905,65
421 - Custódia e Reintegração Social	369.905,65
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	369.905,65
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	369.905,65
18 - Gestão Ambiental	411.860,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	411.860,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	411.860,00
0014 - Apoio a projetos	411.860,00
26 - Transporte	1.024.841,69
782 - Transporte Rodoviário	1.024.841,69
0110 - Construção de Rodovias	737.718,15
0340 - Apoio ao sistema viário	329.823,00
0417 - Apoio ao sistema viário	49.995,18
0583 - Ações na área de infraestrutura	357.899,97
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	287.123,54
0057 - Humanização de rodovias	287.123,54
85000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	22.337.132,96
850001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	22.337.132,96
04 - Administração	2.517.788,29
122 - Administração Geral	2.517.788,29
0850 - Gestão de Pessoas	1.136.239,92
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.136.239,92



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.381.548,37
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	931.559,47
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	449.988,90
08 - Assistência Social	150.000,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	150.000,00
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	150.000,00
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	150.000,00
10 - Saúde	31.509,53
122 - Administração Geral	31.509,53
0400 - Gestão do SUS	31.509,53
0638 - Manutenção de serviços e unidades	31.509,53
12 - Educação	8.934.177,05
122 - Administração Geral	3.493.020,32
0610 - Educação Básica	3.980,00
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	3.980,00
0850 - Gestão de Pessoas	3.489.040,32
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.489.040,32
367 - Educação Especial	740.517,78
0520 - Cidadania e Diversidade	740.517,78
0626 - Apoio financeiro às APAES	740.517,78
368 - Educação Básica	4.700.638,95
0610 - Educação Básica	4.700.638,95
0103 - Transporte escolar	3.524.047,71
0104 - Operacionalização da educação	940.077,23
0371 - Manutenção e reforma de escola	225.243,19
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	11.270,82



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
14 - Direitos da Cidadania	26.711,47
421 - Custódia e Reintegração Social	26.711,47
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	26.711,47
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	26.711,47
18 - Gestão Ambiental	286.810,00
182 - Defesa Civil	151.810,00
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	151.810,00
0342 - Ações em defesa civil	151.810,00
544 - Recursos Hídricos	135.000,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	135.000,00
0631 - Fortalecimento de comitês	135.000,00
26 - Transporte	10.113.481,98
782 - Transporte Rodoviário	10.113.481,98
0110 - Construção de Rodovias	10.113.481,98
0417 - Apoio ao sistema viário	9.468.155,01
0583 - Ações na área de infraestrutura	645.326,97
27 - Desporto e Lazer	276.654,64
812 - Desporto Comunitário	276.654,64
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	276.654,64
0053 - Realização de eventos	30.000,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	246.654,64
86000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	27.066.823,02
860001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	27.066.823,02
04 - Administração	4.284.135,87
122 - Administração Geral	4.255.439,22
0850 - Gestão de Pessoas	2.782.628,60



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.782.628,60
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.472.810,62
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.242.810,91
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	229.999,71
128 - Formação de Recursos Humanos	28.696,65
0850 - Gestão de Pessoas	28.696,65
0006 - Encargos com estagiários	28.696,65
06 - Segurança Pública	100.000,00
182 - Defesa Civil	100.000,00
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	100.000,00
0342 - Ações em defesa civil	100.000,00
10 - Saúde	2.073.682,66
122 - Administração Geral	348.822,89
0400 - Gestão do SUS	167.822,89
0638 - Manutenção de serviços e unidades	167.822,89
0410 - Vigilância em Saúde	181.000,00
0358 - Realizar atividades de saúde	181.000,00
301 - Atenção Básica	996.438,27
0420 - Atenção Básica	996.438,27
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	996.438,27
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	576.881,50
0410 - Vigilância em Saúde	576.881,50
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	576.881,50
305 - Vigilância Epidemiológica	151.540,00
0410 - Vigilância em Saúde	151.540,00
0640 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	151.540,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
11 - Trabalho	1.500.000,00
333 - Empregabilidade	1.500.000,00
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	1.500.000,00
0014 - Apoio a projetos	1.500.000,00
12 - Educação	13.570.472,99
122 - Administração Geral	6.390.826,46
0610 - Educação Básica	12.242,82
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	12.242,82
0850 - Gestão de Pessoas	6.378.583,64
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	6.378.583,64
364 - Ensino Superior	12.114,54
0630 - Gestão do Ensino Superior	12.114,54
0648 - Serviços administrativos ensino superior	12.114,54
367 - Educação Especial	1.609.451,93
0520 - Cidadania e Diversidade	1.609.451,93
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.609.451,93
368 - Educação Básica	5.558.080,06
0610 - Educação Básica	5.558.080,06
0103 - Transporte escolar	3.366.664,01
0104 - Operacionalização da educação	1.687.107,70
0144 - Manutenção e reforma de escolas	210.000,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	215.429,34
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	76.799,01
0533 - Implantação e manutenção de sistema	2.080,00
15 - Urbanismo	34.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	34.000,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	34.000,00
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	34.000,00
18 - Gestão Ambiental	126.900,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	126.900,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	126.900,00
0015 - Ações ambientais	126.900,00
20 - Agricultura	346.630,72
606 - Extensão Rural	346.630,72
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	346.630,72
0014 - Apoio a projetos	243.453,74
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	103.176,98
26 - Transporte	5.031.000,78
782 - Transporte Rodoviário	5.031.000,78
0110 - Construção de Rodovias	5.031.000,78
0417 - Apoio ao sistema viário	4.672.452,19
0583 - Ações na área de infraestrutura	358.548,59
88000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Laguna	15.995.808,99
880001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Laguna	15.995.808,99
04 - Administração	3.837.914,01
121 - Planejamento e Orçamento	120.600,48
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	120.600,48
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	120.600,48
122 - Administração Geral	3.699.195,20
0850 - Gestão de Pessoas	2.709.276,60
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.709.276,60
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	989.918,60



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	860.865,66
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	129.052,94
128 - Formação de Recursos Humanos	18.118,33
0850 - Gestão de Pessoas	18.118,33
0006 - Encargos com estagiários	18.118,33
10 - Saúde	192.432,76
122 - Administração Geral	192.012,01
0400 - Gestão do SUS	192.012,01
0638 - Manutenção de serviços e unidades	192.012,01
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	420,75
0410 - Vigilância em Saúde	420,75
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	420,75
12 - Educação	9.285.291,37
122 - Administração Geral	3.291.596,93
0610 - Educação Básica	10.432,54
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	10.432,54
0850 - Gestão de Pessoas	3.281.164,39
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.281.164,39
367 - Educação Especial	504.516,94
0520 - Cidadania e Diversidade	504.516,94
0626 - Apoio financeiro às APAES	504.516,94
368 - Educação Básica	5.489.177,50
0610 - Educação Básica	5.411.225,05
0103 - Transporte escolar	3.642.611,63
0104 - Operacionalização da educação	872.462,60
0144 - Manutenção e reforma de escolas	98.693,25



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0371 - Manutenção e reforma de escola	403.056,92
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	392.120,65
0533 - Implantação e manutenção de sistema	2.280,00
0624 - Cooperação Estado e Municípios - SED	77.952,45
0341 - Cooperação com municípios	77.952,45
13 - Cultura	224.515,66
392 - Difusão Cultural	224.515,66
0660 - Pró-Cultura	224.515,66
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	224.515,66
14 - Direitos da Cidadania	304.828,31
421 - Custódia e Reintegração Social	304.828,31
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	304.828,31
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	304.828,31
18 - Gestão Ambiental	993.092,10
544 - Recursos Hídricos	993.092,10
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	993.092,10
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	993.092,10
26 - Transporte	1.106.167,80
782 - Transporte Rodoviário	1.106.167,80
0110 - Construção de Rodovias	1.106.167,80
0417 - Apoio ao sistema viário	472.127,31
0583 - Ações na área de infraestrutura	634.040,49
27 - Desporto e Lazer	51.566,98
812 - Desporto Comunitário	51.566,98
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	51.566,98
0420 - Apoio a ações na área do esporte	51.566,98



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
89000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	23.639.597,76
890001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	23.639.597,76
04 - Administração	3.858.204,51
122 - Administração Geral	3.802.917,58
0850 - Gestão de Pessoas	2.729.865,07
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.729.865,07
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.073.052,51
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	727.337,50
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	345.715,01
126 - Tecnologia da Informação	26.409,61
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	26.409,61
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	26.409,61
128 - Formação de Recursos Humanos	28.877,32
0850 - Gestão de Pessoas	28.877,32
0006 - Encargos com estagiários	28.877,32
06 - Segurança Pública	98.946,80
122 - Administração Geral	98.946,80
0707 - Suporte Institucional Integrado	98.946,80
0483 - Manutenção de instalações físicas	98.946,80
10 - Saúde	179.923,98
122 - Administração Geral	163.151,19
0400 - Gestão do SUS	160.849,20
0638 - Manutenção de serviços e unidades	160.849,20
0410 - Vigilância em Saúde	2.301,99
0358 - Realizar atividades de saúde	2.301,99
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.732,80



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0410 - Vigilância em Saúde	1.732,80
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	1.732,80
305 - Vigilância Epidemiológica	15.039,99
0410 - Vigilância em Saúde	15.039,99
0640 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	15.039,99
12 - Educação	14.656.809,91
122 - Administração Geral	5.165.977,90
0610 - Educação Básica	87.622,08
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	87.622,08
0850 - Gestão de Pessoas	5.078.355,82
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.078.355,82
367 - Educação Especial	746.987,17
0520 - Cidadania e Diversidade	746.987,17
0626 - Apoio financeiro às APAES	746.987,17
368 - Educação Básica	8.743.844,84
0610 - Educação Básica	8.743.844,84
0103 - Transporte escolar	4.132.924,57
0104 - Operacionalização da educação	1.008.924,49
0144 - Manutenção e reforma de escolas	445.512,33
0242 - Capacitação de profissionais	1.937,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	288.042,90
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	2.864.265,55
0533 - Implantação e manutenção de sistema	2.238,00
18 - Gestão Ambiental	176.572,83
544 - Recursos Hídricos	176.572,83
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	176.572,83



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	126.872,79
0631 - Fortalecimento de comitês	49.700,04
20 - Agricultura	79.936,41
606 - Extensão Rural	79.936,41
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	79.936,41
0014 - Apoio a projetos	79.936,41
26 - Transporte	4.589.203,32
782 - Transporte Rodoviário	4.589.203,32
0110 - Construção de Rodovias	3.252.034,15
0417 - Apoio ao sistema viário	2.874.085,27
0583 - Ações na área de infraestrutura	377.948,88
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	1.337.169,17
0010 - Execução de obras rodoviárias	1.337.169,17
90000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	41.982.428,85
900001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	41.982.428,85
04 - Administração	8.122.896,60
122 - Administração Geral	8.065.258,52
0850 - Gestão de Pessoas	3.149.176,24
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.149.176,24
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.916.082,28
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	579.551,59
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	4.336.530,69
126 - Tecnologia da Informação	50.899,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	50.899,78
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	50.899,78
128 - Formação de Recursos Humanos	6.738,30



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	6.738,30
0006 - Encargos com estagiários	6.738,30
08 - Assistência Social	1.964.126,18
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	297.459,50
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	297.459,50
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	297.459,50
244 - Assistência Comunitária	1.666.666,68
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	1.666.666,68
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	1.666.666,68
10 - Saúde	787.712,80
122 - Administração Geral	494.342,29
0400 - Gestão do SUS	440.185,97
0358 - Realizar atividades de saúde	19.151,24
0638 - Manutenção de serviços e unidades	421.034,73
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	53.934,36
0556 - Realizar ações de gestão	53.934,36
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	221,96
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	221,96
301 - Atenção Básica	160.000,00
0420 - Atenção Básica	160.000,00
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	160.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	124.125,50
0410 - Vigilância em Saúde	124.125,50
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	124.125,50
304 - Vigilância Sanitária	9.245,01
0410 - Vigilância em Saúde	9.245,01



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0358 - Realizar atividades de saúde	9.245,01
12 - Educação	16.589.362,91
122 - Administração Geral	5.421.856,88
0610 - Educação Básica	200.310,62
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	200.310,62
0850 - Gestão de Pessoas	5.221.546,26
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	10.000,00
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.211.546,26
367 - Educação Especial	1.442.547,83
0520 - Cidadania e Diversidade	1.442.547,83
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.442.547,83
368 - Educação Básica	9.724.958,20
0610 - Educação Básica	9.724.958,20
0103 - Transporte escolar	7.468.332,76
0104 - Operacionalização da educação	1.984.998,79
0144 - Manutenção e reforma de escolas	27.930,57
0371 - Manutenção e reforma de escola	87.262,31
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	156.433,77
18 - Gestão Ambiental	100.000,00
544 - Recursos Hídricos	100.000,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	100.000,00
0631 - Fortalecimento de comitês	100.000,00
20 - Agricultura	347.117,50
606 - Extensão Rural	347.117,50
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	347.117,50
0014 - Apoio a projetos	162.369,51



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	184.747,99
26 - Transporte	13.469.780,17
781 - Transporte Aéreo	252.101,31
0120 - Integração Logística	252.101,31
0196 - Adequação e melhoria de aeroporto	252.101,31
782 - Transporte Rodoviário	13.217.678,86
0110 - Construção de Rodovias	13.217.678,86
0417 - Apoio ao sistema viário	12.277.560,33
0583 - Ações na área de infraestrutura	940.118,53
27 - Desporto e Lazer	601.432,69
812 - Desporto Comunitário	535.607,62
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	535.607,62
0420 - Apoio a ações na área do esporte	535.607,62
813 - Lazer	65.825,07
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	65.825,07
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	65.825,07
91000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	27.850.996,77
910001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	27.850.996,77
04 - Administração	3.642.606,24
122 - Administração Geral	3.537.682,47
0850 - Gestão de Pessoas	2.159.962,00
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.159.962,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.377.720,47
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	701.548,10
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	676.172,37
126 - Tecnologia da Informação	78.564,64



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	78.564,64
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	78.564,64
128 - Formação de Recursos Humanos	26.359,13
0850 - Gestão de Pessoas	26.359,13
0006 - Encargos com estagiários	14.248,33
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	12.110,80
10 - Saúde	1.955.820,65
122 - Administração Geral	142.952,09
0400 - Gestão do SUS	139.607,29
0638 - Manutenção de serviços e unidades	139.607,29
0410 - Vigilância em Saúde	3.344,80
0358 - Realizar atividades de saúde	3.344,80
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.812.868,56
0101 - Acelera Santa Catarina	1.812.868,56
0514 - Construção de policlínica	1.812.868,56
12 - Educação	10.846.379,72
122 - Administração Geral	4.767.213,52
0610 - Educação Básica	212.370,45
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	212.370,45
0850 - Gestão de Pessoas	4.554.843,07
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.554.843,07
367 - Educação Especial	1.031.148,67
0520 - Cidadania e Diversidade	1.031.148,67
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.031.148,67
368 - Educação Básica	5.048.017,53
0610 - Educação Básica	5.048.017,53



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0103 - Transporte escolar	3.335.459,84
0104 - Operacionalização da educação	1.183.508,69
0144 - Manutenção e reforma de escolas	7.528,50
0371 - Manutenção e reforma de escola	493.719,44
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	27.801,06
14 - Direitos da Cidadania	13.949,04
421 - Custódia e Reintegração Social	13.949,04
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	13.949,04
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	13.949,04
20 - Agricultura	27.580,86
606 - Extensão Rural	27.580,86
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	27.580,86
0014 - Apoio a projetos	27.580,86
26 - Transporte	11.266.043,38
782 - Transporte Rodoviário	11.266.043,38
0110 - Construção de Rodovias	11.266.043,38
0417 - Apoio ao sistema viário	10.589.025,97
0583 - Ações na área de infraestrutura	677.017,41
27 - Desporto e Lazer	98.616,88
812 - Desporto Comunitário	98.616,88
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	98.616,88
0420 - Apoio a ações na área do esporte	98.616,88
92000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville	88.754.980,41
920001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville	38.378.040,58
04 - Administração	6.446.062,98
121 - Planejamento e Orçamento	227.249,84



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	227.249,84
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	227.249,84
122 - Administração Geral	6.049.754,42
0850 - Gestão de Pessoas	4.429.651,05
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.429.651,05
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.620.103,37
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	918.062,15
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	702.041,22
126 - Tecnologia da Informação	128.186,07
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	128.186,07
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	128.186,07
128 - Formação de Recursos Humanos	40.872,65
0850 - Gestão de Pessoas	40.872,65
0006 - Encargos com estagiários	40.872,65
06 - Segurança Pública	4.110.034,44
122 - Administração Geral	1.863,80
0707 - Suporte Institucional Integrado	1.863,80
0483 - Manutenção de instalações físicas	1.863,80
182 - Defesa Civil	4.108.170,64
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	4.047.736,85
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	4.047.736,85
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	60.433,79
0342 - Ações em defesa civil	60.433,79
08 - Assistência Social	4.072.215,69
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	3.818.076,82
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	3.818.076,82



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	3.818.076,82
244 - Assistência Comunitária	254.138,87
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	254.138,87
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	254.138,87
10 - Saúde	4.716.457,81
122 - Administração Geral	188.943,45
0400 - Gestão do SUS	188.943,45
0638 - Manutenção de serviços e unidades	188.943,45
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.527.514,36
0101 - Acelera Santa Catarina	2.632.830,61
0058 - Ampliação e readequação de hospital	2.632.830,61
0400 - Gestão do SUS	1.894.254,75
0547 - Custeio de hospital e maternidade	349.515,44
0638 - Manutenção de serviços e unidades	1.544.739,31
0410 - Vigilância em Saúde	429,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	429,00
12 - Educação	16.185.228,87
122 - Administração Geral	4.628.786,39
0610 - Educação Básica	81.138,26
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	81.138,26
0850 - Gestão de Pessoas	4.546.838,13
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.546.838,13
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	810,00
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	810,00
363 - Ensino Profissional	10.512,44
0615 - Gestão do Ensino Profissional	10.512,44



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0104 - Operacionalização da educação	10.512,44
367 - Educação Especial	885.855,42
0520 - Cidadania e Diversidade	885.855,42
0626 - Apoio financeiro às APAES	885.855,42
368 - Educação Básica	10.660.074,62
0610 - Educação Básica	10.660.074,62
0103 - Transporte escolar	8.134.851,04
0104 - Operacionalização da educação	1.971.575,22
0144 - Manutenção e reforma de escolas	513.988,36
0242 - Capacitação de profissionais	9.460,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	30.200,00
13 - Cultura	1.015.379,19
392 - Difusão Cultural	1.015.379,19
0660 - Pró-Cultura	1.015.379,19
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	1.015.379,19
14 - Direitos da Cidadania	30.523,16
421 - Custódia e Reintegração Social	30.523,16
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	30.523,16
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	30.523,16
18 - Gestão Ambiental	40.966,98
544 - Recursos Hídricos	40.966,98
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	40.966,98
0631 - Fortalecimento de comitês	40.966,98
20 - Agricultura	60.000,00
606 - Extensão Rural	60.000,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	60.000,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0014 - Apoio a projetos	60.000,00
26 - Transporte	1.493.342,03
782 - Transporte Rodoviário	1.493.342,03
0105 - Mobilidade Urbana	38.029,67
0340 - Apoio ao sistema viário	38.029,67
0110 - Construção de Rodovias	1.455.312,36
0417 - Apoio ao sistema viário	823.019,08
0583 - Ações na área de infraestrutura	632.293,28
27 - Desporto e Lazer	207.829,43
812 - Desporto Comunitário	207.829,43
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	207.829,43
0420 - Apoio a ações na área do esporte	207.829,43
920021 - Administração do Porto de São Francisco do Sul	50.376.939,83
18 - Gestão Ambiental	1.105.560,36
541 - Preservação e Conservação Ambiental	1.105.560,36
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	1.105.560,36
0273 - Gerenciamento ambiental	1.105.560,36
26 - Transporte	49.271.379,47
122 - Administração Geral	26.818.737,71
0850 - Gestão de Pessoas	16.973.253,89
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	16.973.253,89
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.845.483,82
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	9.845.483,82
126 - Tecnologia da Informação	516.942,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	516.942,78
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	516.942,78



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	90.004,99
0850 - Gestão de Pessoas	90.004,99
0006 - Encargos com estagiários	90.004,99
131 - Comunicação Social	754.645,63
0810 - Comunicação do Poder Executivo	754.645,63
0132 - Divulgação institucional	754.645,63
784 - Transporte Hidroviário	21.091.048,36
0150 - Modernização Portuária	21.052.371,79
0072 - Construção de prédio e instalações	107.773,72
0095 - Estudos, projetos e consultorias	27.960,00
0150 - Manutenção, reforma e demolição	658.837,57
0249 - Aquisição de equipamentos	1.069.720,85
0308 - Modernização da segurança	1.967.092,92
0310 - Manutenção e reforma	1.896.198,85
0311 - Dragagem e derrocagem	13.260.571,09
0317 - Manutenção sinalização náutica	626.452,79
0338 - Ampliação e reforma	437.000,00
0422 - Locação de bens e equipamentos	1.000.764,00
0850 - Gestão de Pessoas	38.676,57
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	38.676,57
93000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul	17.091.094,97
930001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul	17.091.094,97
04 - Administração	4.287.399,87
122 - Administração Geral	4.262.635,32
0850 - Gestão de Pessoas	1.897.884,36
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.897.884,36



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.364.750,96
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	487.385,02
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	1.877.365,94
126 - Tecnologia da Informação	14.657,91
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	14.657,91
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	14.657,91
128 - Formação de Recursos Humanos	10.106,64
0850 - Gestão de Pessoas	10.106,64
0006 - Encargos com estagiários	10.106,64
06 - Segurança Pública	90.000,00
182 - Defesa Civil	90.000,00
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	90.000,00
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	90.000,00
10 - Saúde	586.628,05
122 - Administração Geral	36.097,76
0400 - Gestão do SUS	36.097,76
0638 - Manutenção de serviços e unidades	36.097,76
301 - Atenção Básica	429.988,57
0420 - Atenção Básica	429.988,57
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	429.988,57
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	120.541,72
0410 - Vigilância em Saúde	120.541,72
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	120.541,72
12 - Educação	9.389.064,68
122 - Administração Geral	3.716.838,27
0610 - Educação Básica	23.703,11



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	23.703,11
0850 - Gestão de Pessoas	3.693.135,16
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.693.135,16
367 - Educação Especial	575.822,03
0520 - Cidadania e Diversidade	575.822,03
0626 - Apoio financeiro às APAES	575.822,03
368 - Educação Básica	5.096.404,38
0610 - Educação Básica	5.096.404,38
0103 - Transporte escolar	3.389.006,97
0104 - Operacionalização da educação	1.005.944,87
0371 - Manutenção e reforma de escola	293.529,12
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	407.923,42
18 - Gestão Ambiental	660.340,45
182 - Defesa Civil	150.000,00
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	150.000,00
0342 - Ações em defesa civil	150.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	228.186,50
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	228.186,50
0015 - Ações ambientais	228.186,50
544 - Recursos Hídricos	282.153,95
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	282.153,95
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	232.153,95
0631 - Fortalecimento de comitês	50.000,00
20 - Agricultura	46.666,67
606 - Extensão Rural	46.666,67
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	46.666,67



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	46.666,67
26 - Transporte	2.002.075,67
782 - Transporte Rodoviário	2.002.075,67
0110 - Construção de Rodovias	2.002.075,67
0340 - Apoio ao sistema viário	321.935,05
0417 - Apoio ao sistema viário	1.477.107,19
0583 - Ações na área de infraestrutura	203.033,43
27 - Desporto e Lazer	28.919,58
812 - Desporto Comunitário	28.919,58
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	28.919,58
0420 - Apoio a ações na área do esporte	28.919,58
94000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra	22.532.192,24
940001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra	22.532.192,24
04 - Administração	5.582.231,83
121 - Planejamento e Orçamento	2.000,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	2.000,00
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	2.000,00
122 - Administração Geral	5.550.834,79
0850 - Gestão de Pessoas	1.976.215,60
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.976.215,60
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.574.619,19
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	286.475,10
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	3.288.144,09
126 - Tecnologia da Informação	9.500,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.500,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	9.500,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	19.897,04
0850 - Gestão de Pessoas	19.897,04
0006 - Encargos com estagiários	19.897,04
06 - Segurança Pública	60.600,00
182 - Defesa Civil	60.600,00
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	60.600,00
0342 - Ações em defesa civil	60.600,00
08 - Assistência Social	484.042,80
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	133.757,58
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	133.757,58
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	133.757,58
244 - Assistência Comunitária	350.285,22
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	350.285,22
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	350.285,22
10 - Saúde	754.802,13
122 - Administração Geral	223.299,01
0400 - Gestão do SUS	223.299,01
0638 - Manutenção de serviços e unidades	223.299,01
301 - Atenção Básica	94.353,43
0400 - Gestão do SUS	44.387,83
0433 - Implantação de rede de saúde	44.387,83
0420 - Atenção Básica	49.965,60
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	49.965,60
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	437.149,69
0400 - Gestão do SUS	436.664,69
0638 - Manutenção de serviços e unidades	436.664,69



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0410 - Vigilância em Saúde	485,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	485,00
12 - Educação	10.702.164,39
122 - Administração Geral	3.422.518,34
0610 - Educação Básica	96.451,82
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	96.451,82
0850 - Gestão de Pessoas	3.326.066,52
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.326.066,52
363 - Ensino Profissional	825,00
0615 - Gestão do Ensino Profissional	825,00
0104 - Operacionalização da educação	825,00
367 - Educação Especial	759.029,05
0520 - Cidadania e Diversidade	759.029,05
0626 - Apoio financeiro às APAES	759.029,05
368 - Educação Básica	6.519.792,00
0610 - Educação Básica	6.519.792,00
0103 - Transporte escolar	4.623.813,59
0104 - Operacionalização da educação	1.053.779,33
0144 - Manutenção e reforma de escolas	43.180,40
0371 - Manutenção e reforma de escola	799.018,68
14 - Direitos da Cidadania	207.643,68
421 - Custódia e Reintegração Social	207.643,68
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	207.643,68
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	207.643,68
18 - Gestão Ambiental	396.000,00
182 - Defesa Civil	396.000,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	396.000,00
0342 - Ações em defesa civil	396.000,00
20 - Agricultura	24.929,46
606 - Extensão Rural	24.929,46
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	24.929,46
0014 - Apoio a projetos	24.929,46
26 - Transporte	3.966.990,91
782 - Transporte Rodoviário	3.966.990,91
0110 - Construção de Rodovias	3.966.990,91
0417 - Apoio ao sistema viário	3.304.240,63
0583 - Ações na área de infraestrutura	662.750,28
27 - Desporto e Lazer	352.787,04
812 - Desporto Comunitário	352.787,04
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	352.787,04
0053 - Realização de eventos	107.766,53
0420 - Apoio a ações na área do esporte	245.020,51
95000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	12.901.429,35
950001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	12.901.429,35
04 - Administração	2.278.962,71
122 - Administração Geral	2.146.942,39
0850 - Gestão de Pessoas	1.426.025,54
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.426.025,54
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	720.916,85
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	482.328,20
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	238.588,65
126 - Tecnologia da Informação	109.928,66



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	109.928,66
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	109.928,66
128 - Formação de Recursos Humanos	22.091,66
0850 - Gestão de Pessoas	22.091,66
0006 - Encargos com estagiários	22.091,66
08 - Assistência Social	193.696,69
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	193.696,69
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	193.696,69
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	193.696,69
10 - Saúde	283.109,98
122 - Administração Geral	70.810,84
0400 - Gestão do SUS	70.810,84
0638 - Manutenção de serviços e unidades	70.810,84
301 - Atenção Básica	144.883,05
0420 - Atenção Básica	144.883,05
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	144.883,05
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	67.416,09
0410 - Vigilância em Saúde	67.416,09
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	67.416,09
12 - Educação	7.557.904,04
122 - Administração Geral	3.447.243,07
0610 - Educação Básica	84.993,33
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	84.993,33
0850 - Gestão de Pessoas	3.362.249,74
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.362.249,74
363 - Ensino Profissional	132.756,84



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0615 - Gestão do Ensino Profissional	132.756,84
0104 - Operacionalização da educação	132.756,84
367 - Educação Especial	604.808,87
0520 - Cidadania e Diversidade	604.808,87
0626 - Apoio financeiro às APAES	604.808,87
368 - Educação Básica	3.373.095,26
0610 - Educação Básica	3.373.095,26
0103 - Transporte escolar	2.212.021,39
0104 - Operacionalização da educação	303.023,22
0144 - Manutenção e reforma de escolas	459.529,93
0371 - Manutenção e reforma de escola	398.520,72
18 - Gestão Ambiental	710.404,30
182 - Defesa Civil	196.919,13
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	196.919,13
0342 - Ações em defesa civil	196.919,13
541 - Preservação e Conservação Ambiental	145.300,07
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	145.300,07
0015 - Ações ambientais	145.300,07
544 - Recursos Hídricos	368.185,10
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	368.185,10
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	268.185,10
0631 - Fortalecimento de comitês	100.000,00
20 - Agricultura	139.161,16
606 - Extensão Rural	139.161,16
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	139.161,16
0014 - Apoio a projetos	20.001,96



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	119.159,20
26 - Transporte	1.577.760,36
782 - Transporte Rodoviário	1.577.760,36
0110 - Construção de Rodovias	1.577.760,36
0417 - Apoio ao sistema viário	968.481,12
0583 - Ações na área de infraestrutura	609.279,24
27 - Desporto e Lazer	160.430,11
812 - Desporto Comunitário	160.430,11
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	160.430,11
0053 - Realização de eventos	42.899,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	117.531,11
96000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	39.641.587,03
960001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	39.641.587,03
04 - Administração	6.796.577,91
121 - Planejamento e Orçamento	198.999,17
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	198.999,17
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	198.999,17
122 - Administração Geral	6.517.872,10
0850 - Gestão de Pessoas	2.455.351,76
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.455.351,76
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.062.520,34
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.018.794,24
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	3.043.726,10
128 - Formação de Recursos Humanos	79.706,64
0850 - Gestão de Pessoas	79.706,64
0006 - Encargos com estagiários	79.706,64

**PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL**

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
06 - Segurança Pública	56.600,00
182 - Defesa Civil	56.600,00
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	56.600,00
0342 - Ações em defesa civil	56.600,00
08 - Assistência Social	452.024,13
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	250.000,00
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	250.000,00
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	250.000,00
244 - Assistência Comunitária	202.024,13
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	202.024,13
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	202.024,13
10 - Saúde	9.298.637,12
122 - Administração Geral	193.256,04
0400 - Gestão do SUS	181.849,15
0638 - Manutenção de serviços e unidades	181.849,15
0410 - Vigilância em Saúde	11.406,89
0358 - Realizar atividades de saúde	11.406,89
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.104.323,58
0101 - Acelera Santa Catarina	8.934.550,15
0058 - Ampliação e readequação de hospital	8.934.550,15
0410 - Vigilância em Saúde	169.773,43
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	169.773,43
304 - Vigilância Sanitária	397,50
0410 - Vigilância em Saúde	397,50
0358 - Realizar atividades de saúde	397,50
305 - Vigilância Epidemiológica	660,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0410 - Vigilância em Saúde	660,00
0640 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	660,00
11 - Trabalho	200.000,00
333 - Empregabilidade	200.000,00
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	200.000,00
0014 - Apoio a projetos	200.000,00
12 - Educação	18.158.220,13
122 - Administração Geral	3.817.685,99
0610 - Educação Básica	122.604,33
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	122.604,33
0850 - Gestão de Pessoas	3.695.081,66
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.695.081,66
363 - Ensino Profissional	101.272,66
0615 - Gestão do Ensino Profissional	101.272,66
0104 - Operacionalização da educação	101.272,66
364 - Ensino Superior	8.502.285,26
0630 - Gestão do Ensino Superior	8.502.285,26
0240 - Bolsas de estudo	8.502.285,26
367 - Educação Especial	846.453,50
0520 - Cidadania e Diversidade	846.453,50
0626 - Apoio financeiro às APAES	846.453,50
368 - Educação Básica	4.890.522,72
0610 - Educação Básica	4.763.234,25
0103 - Transporte escolar	2.125.993,90
0104 - Operacionalização da educação	1.423.918,45
0144 - Manutenção e reforma de escolas	464.016,35



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0371 - Manutenção e reforma de escola	679.015,98
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	70.289,57
0624 - Cooperação Estado e Municípios - SED	127.288,47
0341 - Cooperação com municípios	127.288,47
20 - Agricultura	559.088,98
606 - Extensão Rural	559.088,98
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	559.088,98
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	559.088,98
26 - Transporte	3.960.886,69
781 - Transporte Aéreo	190.483,56
0120 - Integração Logística	190.483,56
0196 - Adequação e melhoria de aeroporto	72.949,06
0334 - Administração, manutenção e gerenciamento de aeroporto	117.534,50
782 - Transporte Rodoviário	3.770.403,13
0110 - Construção de Rodovias	3.770.403,13
0417 - Apoio ao sistema viário	2.745.921,68
0583 - Ações na área de infraestrutura	1.024.481,45
27 - Desporto e Lazer	159.552,07
812 - Desporto Comunitário	159.552,07
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	159.552,07
0420 - Apoio a ações na área do esporte	159.552,07
97000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	9.378.691,87
970001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	9.378.691,87
04 - Administração	1.739.717,08
122 - Administração Geral	1.732.507,08
0850 - Gestão de Pessoas	1.299.348,77



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.299.348,77
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	433.158,31
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	316.290,70
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	116.867,61
128 - Formação de Recursos Humanos	7.210,00
0850 - Gestão de Pessoas	7.210,00
0006 - Encargos com estagiários	7.210,00
10 - Saúde	18.758,41
122 - Administração Geral	18.758,41
0400 - Gestão do SUS	18.758,41
0638 - Manutenção de serviços e unidades	18.758,41
12 - Educação	5.835.660,12
122 - Administração Geral	2.577.915,78
0610 - Educação Básica	18.877,18
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	18.877,18
0850 - Gestão de Pessoas	2.559.038,60
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.559.038,60
367 - Educação Especial	343.998,81
0520 - Cidadania e Diversidade	343.998,81
0626 - Apoio financeiro às APAES	343.998,81
368 - Educação Básica	2.913.745,53
0610 - Educação Básica	2.913.745,53
0103 - Transporte escolar	2.329.659,14
0104 - Operacionalização da educação	458.342,07
0144 - Manutenção e reforma de escolas	12.442,77
0371 - Manutenção e reforma de escola	67.281,76



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	46.019,79
20 - Agricultura	297.134,91
606 - Extensão Rural	297.134,91
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	297.134,91
0014 - Apoio a projetos	138.583,88
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	158.551,03
23 - Comércio e Serviços	7.800,00
695 - Turismo	7.800,00
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	7.800,00
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	7.800,00
26 - Transporte	1.479.621,35
782 - Transporte Rodoviário	1.479.621,35
0110 - Construção de Rodovias	1.479.621,35
0417 - Apoio ao sistema viário	866.281,31
0583 - Ações na área de infraestrutura	613.340,04
98000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Palmitos	12.649.735,56
980001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Palmitos	12.649.735,56
04 - Administração	1.626.136,24
122 - Administração Geral	1.626.136,24
0850 - Gestão de Pessoas	879.346,61
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	879.346,61
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	746.789,63
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	319.874,08
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	426.915,55
06 - Segurança Pública	97.274,29
182 - Defesa Civil	97.274,29



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	97.274,29
0342 - Ações em defesa civil	97.274,29
08 - Assistência Social	74.132,42
244 - Assistência Comunitária	74.132,42
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	74.132,42
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	74.132,42
10 - Saúde	9.756,29
122 - Administração Geral	9.756,29
0400 - Gestão do SUS	9.756,29
0638 - Manutenção de serviços e unidades	9.756,29
12 - Educação	5.946.504,33
122 - Administração Geral	3.360.980,21
0610 - Educação Básica	7.925,19
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	7.925,19
0850 - Gestão de Pessoas	3.353.055,02
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.353.055,02
367 - Educação Especial	473.088,56
0520 - Cidadania e Diversidade	473.088,56
0626 - Apoio financeiro às APAES	473.088,56
368 - Educação Básica	2.112.435,56
0610 - Educação Básica	2.112.435,56
0103 - Transporte escolar	1.502.641,80
0104 - Operacionalização da educação	479.743,88
0371 - Manutenção e reforma de escola	130.049,88
17 - Saneamento	47.183,75
512 - Saneamento Básico Urbano	47.183,75



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0360 - Abastecimento de Água	47.183,75
0403 - Apoio às ações de abastecimento e saneamento	47.183,75
20 - Agricultura	267.633,22
606 - Extensão Rural	267.633,22
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	267.633,22
0014 - Apoio a projetos	17.409,03
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	250.224,19
26 - Transporte	4.513.660,52
782 - Transporte Rodoviário	4.513.660,52
0110 - Construção de Rodovias	4.513.660,52
0417 - Apoio ao sistema viário	2.058.811,98
0583 - Ações na área de infraestrutura	2.454.848,54
27 - Desporto e Lazer	67.454,50
812 - Desporto Comunitário	67.454,50
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	67.454,50
0420 - Apoio a ações na área do esporte	67.454,50
99000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira	12.995.507,20
990001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira	12.995.507,20
04 - Administração	3.042.615,50
122 - Administração Geral	3.032.472,84
0850 - Gestão de Pessoas	1.203.491,37
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.203.491,37
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.828.981,47
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	536.750,96
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	1.292.230,51
128 - Formação de Recursos Humanos	10.142,66



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	10.142,66
0006 - Encargos com estagiários	10.142,66
10 - Saúde	19.859,78
122 - Administração Geral	19.859,78
0400 - Gestão do SUS	19.859,78
0638 - Manutenção de serviços e unidades	19.859,78
12 - Educação	7.561.271,43
122 - Administração Geral	2.064.156,14
0610 - Educação Básica	13.577,44
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	13.577,44
0850 - Gestão de Pessoas	2.050.578,70
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.050.578,70
367 - Educação Especial	296.558,68
0520 - Cidadania e Diversidade	296.558,68
0626 - Apoio financeiro às APAES	296.558,68
368 - Educação Básica	5.200.556,61
0610 - Educação Básica	5.200.556,61
0103 - Transporte escolar	1.734.327,62
0104 - Operacionalização da educação	444.779,37
0144 - Manutenção e reforma de escolas	7.929,75
0371 - Manutenção e reforma de escola	58.284,79
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	2.955.235,08
20 - Agricultura	527.892,71
606 - Extensão Rural	527.892,71
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	527.892,71
0014 - Apoio a projetos	30.000,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	497.892,71
26 - Transporte	1.701.868,24
782 - Transporte Rodoviário	1.701.868,24
0110 - Construção de Rodovias	1.701.868,24
0417 - Apoio ao sistema viário	1.468.503,91
0583 - Ações na área de infraestrutura	233.364,33
27 - Desporto e Lazer	141.999,54
812 - Desporto Comunitário	141.999,54
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	141.999,54
0420 - Apoio a ações na área do esporte	141.999,54
2 - Legislativo	825.248.999,65
01000 - Assembleia Legislativa do Estado	575.985.015,74
010001 - Assembleia Legislativa do Estado	575.985.015,74
01 - Legislativa	450.146.716,53
031 - Ação Legislativa	39.474.777,01
0820 - Comunicação do Poder Legislativo	38.950.968,29
0130 - Sessões e audiências públicas	16.183,20
0131 - Divulgação institucional	28.360.514,60
0135 - Manutenção e ampliação de alcance	10.574.270,49
0925 - Modernização do Processo Legislativo	523.808,72
0138 - Renovação de acervo	1.204,30
0143 - Modernização e manutenção de escola	522.604,42
122 - Administração Geral	395.503.801,79
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	395.503.801,79
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	108.244.812,63
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	287.258.989,16



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	8.932.057,62
0925 - Modernização do Processo Legislativo	8.932.057,62
0147 - Manutenção, serviços e equipamentos de informática	8.932.057,62
272 - Previdência do Regime Estatutário	6.236.080,11
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	6.236.080,11
0136 - Encargos com inativos	6.236.080,11
09 - Previdência Social	125.838.299,21
272 - Previdência do Regime Estatutário	125.838.299,21
0860 - Gestão Previdenciária	125.838.299,21
0136 - Encargos com inativos	125.838.299,21
02000 - Tribunal de Contas do Estado	249.263.983,91
020001 - Tribunal de Contas do Estado	249.263.983,91
01 - Legislativa	182.554.291,23
122 - Administração Geral	179.402.585,57
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	179.402.585,57
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	15.029.116,79
0149 - Ampliação e reforma de estrutura física	6.005.362,92
0155 - Reaparelhamento do Tribunal de Contas	2.658.782,19
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	155.709.323,67
126 - Tecnologia da Informação	2.400.908,46
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	2.400.908,46
0154 - Manutenção e desenvolvimento de tecnologia da informação	2.400.908,46
128 - Formação de Recursos Humanos	750.797,20
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	750.797,20
0054 - Capacitação de recursos humanos	750.797,20
09 - Previdência Social	66.709.692,68



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
272 - Previdência do Regime Estatutário	66.709.692,68
0860 - Gestão Previdenciária	57.556.121,12
0136 - Encargos com inativos	57.556.121,12
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	9.153.571,56
0136 - Encargos com inativos	9.153.571,56
3 - Judiciário	1.965.268.316,40
03000 - Tribunal de Justiça do Estado	1.965.268.316,40
030001 - Tribunal de Justiça do Estado	1.757.013.419,52
02 - Judiciária	1.442.291.392,82
061 - Ação Judiciária	672.495,62
0931 - Infraestrutura do Judiciário	672.495,62
0148 - Reforma de imóvel	672.495,62
122 - Administração Geral	1.300.887.056,54
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	1.300.887.056,54
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	56.282.710,74
0164 - Administração de pessoal extraquadro	6.867.373,23
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.237.736.972,57
126 - Tecnologia da Informação	67.216.864,20
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	67.216.864,20
0004 - Manutenção, serviços e equipamentos de informática	67.216.864,20
128 - Formação de Recursos Humanos	48.896.555,29
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	48.896.555,29
0156 - Capacitação e aperfeiçoamento	48.896.555,29
272 - Previdência do Regime Estatutário	24.618.421,17
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	24.618.421,17
0136 - Encargos com inativos	24.618.421,17



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
09 - Previdência Social	199.487.747,15
272 - Previdência do Regime Estatutário	199.487.747,15
0860 - Gestão Previdenciária	199.487.747,15
0136 - Encargos com inativos	199.487.747,15
28 - Encargos Especiais	115.234.279,55
846 - Outros Encargos Especiais	115.234.279,55
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	115.234.279,55
0160 - Encargos com precatórios	115.234.279,55
030091 - Fundo de Reparelhamento da Justiça	208.254.896,88
02 - Judiciária	208.254.896,88
061 - Ação Judiciária	65.853.922,61
0931 - Infraestrutura do Judiciário	65.853.922,61
0148 - Reforma de imóvel	10.342.315,04
0162 - Manutenção de prédios	16.230.304,12
0163 - Aquisição de imóvel	10.477.502,89
0167 - Construção de Fórum	13.862.449,07
0168 - Reforma de Fórum	3.483.202,55
0171 - Ampliação de Fórum	11.450.318,94
0172 - Ampliação de prédio	7.830,00
122 - Administração Geral	142.400.974,27
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	142.400.974,27
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	108.965.588,97
0170 - Coordenação de selo de fiscalização	33.435.385,30
4 - Ministério Público	644.557.628,53
04000 - Ministério Público	644.557.628,53
040001 - Ministério Público	603.824.118,04



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
03 - Essencial à Justiça	548.088.758,79
091 - Defesa da Ordem Jurídica	491.373.263,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	491.373.263,00
0116 - Coordenação institucional	491.373.263,00
122 - Administração Geral	56.715.495,79
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	56.715.495,79
0115 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos	51.587.963,50
0119 - Manutenção, conservação e reforma de instalações	5.127.532,29
09 - Previdência Social	55.735.359,25
272 - Previdência do Regime Estatutário	55.735.359,25
0860 - Gestão Previdenciária	55.735.359,25
0357 - Encargos com inativos	55.735.359,25
040091 - Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados	813.067,33
03 - Essencial à Justiça	813.067,33
091 - Defesa da Ordem Jurídica	813.067,33
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	813.067,33
0120 - Reconstituição de bens lesados	546.340,80
0126 - Custeio dos honorários periciais	266.726,53
040092 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	2.016.615,41
03 - Essencial à Justiça	2.016.615,41
128 - Formação de Recursos Humanos	2.016.615,41
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	2.016.615,41
0127 - Aperfeiçoamento de membros e servidores	2.016.615,41
040093 - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	37.903.827,75
03 - Essencial à Justiça	37.903.827,75
091 - Defesa da Ordem Jurídica	2.400,00



PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	2.400,00
0059 - Construção de edifício das Promotorias	2.400,00
122 - Administração Geral	37.901.427,75
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	37.901.427,75
0082 - Aquisição/construção de edifício sede	27.423.214,87
0128 - Modernização e desenvolvimento institucional	10.478.212,88
TOTAL	24.179.579.471,50

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
01 - Legislativa	633.932.423,01
031 - Ação Legislativa	39.474.777,01
0820 - Comunicação do Poder Legislativo	38.950.968,29
0925 - Modernização do Processo Legislativo	523.808,72
122 - Administração Geral	576.137.802,61
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	396.735.217,04
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	179.402.585,57
126 - Tecnologia da Informação	11.332.966,08
0925 - Modernização do Processo Legislativo	8.932.057,62
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	2.400.908,46
128 - Formação de Recursos Humanos	750.797,20
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	750.797,20
272 - Previdência do Regime Estatutário	6.236.080,11
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	6.236.080,11
02 - Judiciária	1.650.546.289,70
061 - Ação Judiciária	66.526.418,23
0931 - Infraestrutura do Judiciário	66.526.418,23
122 - Administração Geral	1.443.288.030,81
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	1.443.288.030,81
126 - Tecnologia da Informação	67.216.864,20
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	67.216.864,20
128 - Formação de Recursos Humanos	48.896.555,29
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	48.896.555,29
272 - Previdência do Regime Estatutário	24.618.421,17
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	24.618.421,17
03 - Essencial à Justiça	791.465.225,63
091 - Defesa da Ordem Jurídica	492.638.554,87



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
091 - Defesa da Ordem Jurídica	492.638.554,87
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	2.400,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	492.636.154,87
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	83.511.628,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	83.511.628,53
122 - Administração Geral	208.856.133,67
0850 - Gestão de Pessoas	105.796.980,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	8.180.205,99
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	94.878.947,30
126 - Tecnologia da Informação	1.833.261,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.833.261,35
128 - Formação de Recursos Humanos	4.625.647,21
0850 - Gestão de Pessoas	2.609.031,80
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	2.016.615,41
04 - Administração	1.851.442.347,55
121 - Planejamento e Orçamento	1.677.074,27
0208 - Planejamento Estratégico e Gestão de Informações	380.000,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	1.297.074,27
122 - Administração Geral	871.459.020,94
0850 - Gestão de Pessoas	650.558.527,82
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	220.900.493,12
123 - Administração Financeira	336.161.542,67
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	22.277.971,44
0101 - Acelera Santa Catarina	67.442.054,08
0830 - Modernização da Administração Fazendária	15.980.047,49
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	230.461.469,66
126 - Tecnologia da Informação	29.521.263,02



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	29.521.263,02
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	29.521.263,02
128 - Formação de Recursos Humanos	2.860.655,46
0825 - Formação de Gestores Públicos	325.412,89
0850 - Gestão de Pessoas	2.535.242,57
274 - Previdência Especial	12.128.092,54
0870 - Pensões Especiais	12.128.092,54
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	589.231.751,01
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	589.231.751,01
781 - Transporte Aéreo	6.297.153,21
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.297.153,21
782 - Transporte Rodoviário	2.105.794,43
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.105.794,43
06 - Segurança Pública	2.614.242.757,73
122 - Administração Geral	2.317.478.357,39
0101 - Acelera Santa Catarina	35.518.790,89
0706 - De Olho no Crime	2.195.317.047,78
0707 - Suporte Institucional Integrado	80.572.469,51
0850 - Gestão de Pessoas	2.713.758,93
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.356.290,28
126 - Tecnologia da Informação	6.652.881,50
0707 - Suporte Institucional Integrado	6.133.642,97
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	519.238,53
128 - Formação de Recursos Humanos	3.920.643,09
0707 - Suporte Institucional Integrado	3.396.131,09
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	499.043,72
0850 - Gestão de Pessoas	25.468,28



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	3.920.643,09
181 - Policiamento	233.955.266,62
0101 - Acelera Santa Catarina	9.396.291,58
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	7.204.547,15
0705 - Segurança Cidadã	38.035.998,84
0706 - De Olho no Crime	35.354.258,56
0707 - Suporte Institucional Integrado	142.767.200,42
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	1.196.970,07
182 - Defesa Civil	39.573.829,46
0705 - Segurança Cidadã	14.785.300,21
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	9.956.261,01
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	225.815,55
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	14.606.452,69
183 - Informação e Inteligência	3.654.520,64
0706 - De Olho no Crime	2.490.032,56
0707 - Suporte Institucional Integrado	1.164.488,08
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.339.564,73
0705 - Segurança Cidadã	1.339.564,73
542 - Controle Ambiental	7.667.694,30
0706 - De Olho no Crime	7.667.694,30
07 - Relações Exteriores	2.965.502,23
122 - Administração Geral	2.622.638,05
0850 - Gestão de Pessoas	2.131.739,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	490.898,13
126 - Tecnologia da Informação	53.508,89
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	53.508,89
211 - Relações Diplomáticas	256.653,29



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
211 - Relações Diplomáticas	256.653,29
0204 - Missões, Recepções e Eventos Internacionais	256.653,29
212 - Cooperação Internacional	32.702,00
0212 - Promoção Comercial e Cooperação Internacional	32.702,00
08 - Assistência Social	101.442.295,99
122 - Administração Geral	30.900.260,79
0101 - Acelera Santa Catarina	289.815,82
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	486.267,68
0850 - Gestão de Pessoas	22.930.911,30
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.193.265,99
126 - Tecnologia da Informação	1.422.202,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.422.202,78
128 - Formação de Recursos Humanos	358.277,55
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	277.179,59
0850 - Gestão de Pessoas	81.097,96
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	465.579,59
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	465.579,59
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	5.259.655,59
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	5.259.655,59
244 - Assistência Comunitária	22.404.283,55
0101 - Acelera Santa Catarina	9.974.366,42
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	12.356.962,25
0550 - Erradicação da Fome em Santa Catarina	72.954,88
274 - Previdência Especial	26.985.992,65
0870 - Pensões Especiais	26.985.992,65
845 - Transferências	13.646.043,49
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	13.646.043,49



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
845 - Transferências	13.646.043,49
09 - Previdência Social	5.678.415.534,40
122 - Administração Geral	96.661.760,13
0850 - Gestão de Pessoas	41.885.985,53
0860 - Gestão Previdenciária	50.084,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	54.725.690,32
126 - Tecnologia da Informação	237.684,56
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	237.684,56
128 - Formação de Recursos Humanos	135.357,42
0850 - Gestão de Pessoas	135.357,42
244 - Assistência Comunitária	1.950.000,00
0860 - Gestão Previdenciária	1.950.000,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.579.430.732,29
0860 - Gestão Previdenciária	5.570.277.160,73
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	9.153.571,56
10 - Saúde	3.010.599.058,54
122 - Administração Geral	1.782.162.557,16
0400 - Gestão do SUS	437.870.565,34
0410 - Vigilância em Saúde	16.828.712,82
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	7.473.114,03
0850 - Gestão de Pessoas	1.203.491.338,47
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	116.498.826,50
126 - Tecnologia da Informação	1.942.171,70
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.145.759,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	796.412,70
128 - Formação de Recursos Humanos	19.954.447,61
0400 - Gestão do SUS	15.567.825,74



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	19.954.447,61
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.500.831,19
0850 - Gestão de Pessoas	1.885.790,68
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	13.327.355,48
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	13.327.355,48
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	45.187,00
0420 - Atenção Básica	45.187,00
244 - Assistência Comunitária	193.010,00
0705 - Segurança Cidadã	193.010,00
301 - Atenção Básica	121.342.844,36
0400 - Gestão do SUS	20.756.853,94
0420 - Atenção Básica	66.885.784,98
0440 - Assistência Farmacêutica	33.700.205,44
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	885.840.324,80
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	8.052.112,08
0101 - Acelera Santa Catarina	122.807.798,10
0400 - Gestão do SUS	312.381.732,52
0410 - Vigilância em Saúde	3.456.912,78
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	439.141.769,32
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	175.067.884,46
0440 - Assistência Farmacêutica	175.067.884,46
304 - Vigilância Sanitária	3.521.295,61
0410 - Vigilância em Saúde	3.521.295,61
305 - Vigilância Epidemiológica	1.910.118,77
0410 - Vigilância em Saúde	1.910.118,77
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	767.493,79
0410 - Vigilância em Saúde	275.663,76



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	767.493,79
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	491.830,03
785 - Transportes Especiais	4.524.367,80
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	4.524.367,80
11 - Trabalho	20.031.380,82
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	322.368,86
0530 - Pró-Emprego e Renda	322.368,86
333 - Empregabilidade	18.010.973,99
0101 - Acelera Santa Catarina	230.553,60
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	12.137.354,19
0530 - Pró-Emprego e Renda	5.643.066,20
334 - Fomento ao Trabalho	1.698.037,97
0530 - Pró-Emprego e Renda	1.698.037,97
12 - Educação	3.347.332.123,07
122 - Administração Geral	402.657.479,84
0610 - Educação Básica	2.749.546,91
0850 - Gestão de Pessoas	340.480.854,83
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	59.427.078,10
126 - Tecnologia da Informação	2.628.393,29
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.628.393,29
128 - Formação de Recursos Humanos	565.930,72
0850 - Gestão de Pessoas	565.930,72
334 - Fomento ao Trabalho	6.460,00
0520 - Cidadania e Diversidade	6.460,00
361 - Ensino Fundamental	1.056.632.702,48
0850 - Gestão de Pessoas	1.056.632.702,48
362 - Ensino Médio	583.617.246,28



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
362 - Ensino Médio	583.617.246,28
0850 - Gestão de Pessoas	583.617.246,28
363 - Ensino Profissional	4.599.937,39
0615 - Gestão do Ensino Profissional	4.599.937,39
364 - Ensino Superior	425.462.808,61
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	4.730.326,55
0630 - Gestão do Ensino Superior	137.637.604,73
0850 - Gestão de Pessoas	283.094.877,33
365 - Educação Infantil	14.934.158,19
0850 - Gestão de Pessoas	14.934.158,19
366 - Educação de Jovens e Adultos	59.398.999,83
0850 - Gestão de Pessoas	59.398.999,83
367 - Educação Especial	189.592.813,87
0520 - Cidadania e Diversidade	27.940.941,04
0850 - Gestão de Pessoas	161.651.872,83
368 - Educação Básica	607.216.386,60
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	5.651.497,13
0101 - Acelera Santa Catarina	76.078.099,75
0610 - Educação Básica	425.563.324,11
0623 - Autonomia de gestão escolar - SED	99.693.224,69
0624 - Cooperação Estado e Municípios - SED	230.240,92
571 - Desenvolvimento Científico	18.805,97
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	18.805,97
13 - Cultura	39.676.373,38
122 - Administração Geral	25.402.560,79
0850 - Gestão de Pessoas	13.346.738,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	12.055.821,87



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	25.402.560,79
126 - Tecnologia da Informação	3.439,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.439,00
128 - Formação de Recursos Humanos	118.658,00
0850 - Gestão de Pessoas	118.658,00
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	936.455,86
0660 - Pró-Cultura	936.455,86
392 - Difusão Cultural	13.215.259,73
0660 - Pró-Cultura	13.215.259,73
14 - Direitos da Cidadania	815.969.949,56
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	14.854.682,89
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	14.854.682,89
122 - Administração Geral	43.876.515,49
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	8.896.735,35
0850 - Gestão de Pessoas	33.303.473,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.676.306,22
126 - Tecnologia da Informação	5.190.577,61
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.190.577,61
128 - Formação de Recursos Humanos	2.025.551,55
0850 - Gestão de Pessoas	2.025.551,55
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	124.932,90
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	124.932,90
421 - Custódia e Reintegração Social	749.888.689,06
0101 - Acelera Santa Catarina	3.611.393,76
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	91.033.118,35
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	167.849.494,53
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	32.772.668,31



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
421 - Custódia e Reintegração Social	749.888.689,06
0850 - Gestão de Pessoas	354.326.261,81
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	100.295.752,30
845 - Transferências	9.000,06
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	9.000,06
15 - Urbanismo	532.312,30
451 - Infra-Estrutura Urbana	532.312,30
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	532.312,30
16 - Habitação	21.324.359,70
122 - Administração Geral	20.827.535,94
0850 - Gestão de Pessoas	16.728.450,51
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.099.085,43
126 - Tecnologia da Informação	408.782,76
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	408.782,76
481 - Habitação Rural	14.724,60
0540 - Nova Casa	14.724,60
482 - Habitação Urbana	73.316,40
0540 - Nova Casa	73.316,40
17 - Saneamento	734.085,78
125 - Normatização e Fiscalização	360.284,38
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	360.284,38
512 - Saneamento Básico Urbano	373.801,40
0360 - Abastecimento de Água	373.801,40
18 - Gestão Ambiental	118.984.100,91
122 - Administração Geral	64.000.737,61
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	35.298,30
0850 - Gestão de Pessoas	55.202.496,86



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	64.000.737,61
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	8.762.942,45
126 - Tecnologia da Informação	46.515,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	46.515,28
128 - Formação de Recursos Humanos	379.267,43
0850 - Gestão de Pessoas	379.267,43
182 - Defesa Civil	29.674.554,06
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	29.674.554,06
541 - Preservação e Conservação Ambiental	5.050.580,38
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	1.069.889,59
0335 - Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3	889.928,56
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	1.190.640,98
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	1.900.121,25
542 - Controle Ambiental	5.540.731,65
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	4.189.859,69
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	1.350.871,96
544 - Recursos Hídricos	14.291.714,50
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	14.291.714,50
19 - Ciência e Tecnologia	44.717.360,32
122 - Administração Geral	4.029.798,99
0850 - Gestão de Pessoas	2.539.008,07
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.490.790,92
126 - Tecnologia da Informação	4.073.658,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.073.658,25
128 - Formação de Recursos Humanos	6.356,66
0850 - Gestão de Pessoas	6.356,66
571 - Desenvolvimento Científico	23.732.949,40



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
571 - Desenvolvimento Científico	23.732.949,40
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	23.013.645,40
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	719.304,00
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	12.874.597,02
0101 - Acelera Santa Catarina	5.004.771,83
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	7.869.825,19
20 - Agricultura	628.595.345,56
122 - Administração Geral	498.300.114,13
0850 - Gestão de Pessoas	454.035.099,06
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	44.265.015,07
126 - Tecnologia da Informação	15.377.001,32
0250 - Inclusão Digital	3.636.253,93
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.740.747,39
128 - Formação de Recursos Humanos	3.721.440,12
0310 - Agronegócio Competitivo	2.848.009,27
0850 - Gestão de Pessoas	873.430,85
334 - Fomento ao Trabalho	13.998.967,07
0310 - Agronegócio Competitivo	13.099.938,07
0320 - Agricultura Familiar	899.029,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	695.863,53
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	695.863,53
571 - Desenvolvimento Científico	3.987.891,79
0310 - Agronegócio Competitivo	3.987.891,79
601 - Promoção da Produção Vegetal	471.263,23
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	471.263,23
602 - Promoção da Produção Animal	6.929.530,00
0310 - Agronegócio Competitivo	6.929.530,00



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
602 - Promoção da Produção Animal	6.929.530,00
603 - Defesa Sanitária Vegetal	932.101,42
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	932.101,42
604 - Defesa Sanitária Animal	13.307.460,24
0310 - Agronegócio Competitivo	5.845.311,24
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	5.632.073,44
0335 - Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3	1.830.075,56
606 - Extensão Rural	51.916.211,25
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	30.341.107,57
0310 - Agronegócio Competitivo	21.575.103,68
607 - Irrigação	3.293.307,66
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	2.714.359,74
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	578.947,92
691 - Promoção Comercial	15.664.193,80
0310 - Agronegócio Competitivo	15.664.193,80
23 - Comércio e Serviços	65.865.476,02
122 - Administração Geral	21.531.688,74
0850 - Gestão de Pessoas	13.019.674,82
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	8.512.013,92
126 - Tecnologia da Informação	902.444,32
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	902.444,32
128 - Formação de Recursos Humanos	12.300,00
0850 - Gestão de Pessoas	12.300,00
691 - Promoção Comercial	2.476.388,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.476.388,50
695 - Turismo	40.942.654,46
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	40.942.654,46



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
695 - Turismo	40.942.654,46
24 - Comunicações	75.152.068,33
122 - Administração Geral	8.126.890,67
0850 - Gestão de Pessoas	4.667.505,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.459.385,32
126 - Tecnologia da Informação	17.872,86
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	17.872,86
131 - Comunicação Social	67.007.304,80
0810 - Comunicação do Poder Executivo	67.007.304,80
25 - Energia	2.861,26
125 - Normatização e Fiscalização	2.861,26
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	2.861,26
26 - Transporte	1.225.040.830,83
122 - Administração Geral	147.172.175,61
0850 - Gestão de Pessoas	117.419.302,30
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	29.752.873,31
126 - Tecnologia da Informação	6.053.963,39
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.053.963,39
128 - Formação de Recursos Humanos	586.400,03
0850 - Gestão de Pessoas	586.400,03
131 - Comunicação Social	754.645,63
0810 - Comunicação do Poder Executivo	754.645,63
781 - Transporte Aéreo	8.343.547,14
0120 - Integração Logística	8.343.547,14
782 - Transporte Rodoviário	1.004.725.659,86
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	65.461.977,74
0101 - Acelera Santa Catarina	218.070.805,50



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
782 - Transporte Rodoviário	1.004.725.659,86
0105 - Mobilidade Urbana	72.629.541,82
0110 - Construção de Rodovias	420.719.488,27
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	5.238.679,07
0120 - Integração Logística	5.859.502,84
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	27.446.140,90
0140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	170.787.455,65
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	18.512.068,07
784 - Transporte Hidroviário	57.404.439,17
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	2.263.642,11
0150 - Modernização Portuária	55.102.120,49
0850 - Gestão de Pessoas	38.676,57
27 - Desporto e Lazer	45.126.517,63
122 - Administração Geral	21.364.273,76
0850 - Gestão de Pessoas	16.238.447,06
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.125.826,70
128 - Formação de Recursos Humanos	119.970,27
0850 - Gestão de Pessoas	119.970,27
812 - Desporto Comunitário	16.477.865,44
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	16.477.865,44
813 - Lazer	7.164.408,16
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	7.164.408,16
28 - Encargos Especiais	1.395.442.891,25
846 - Outros Encargos Especiais	1.395.442.891,25
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	115.234.279,55
0990 - Encargos Especiais	1.280.208.611,70
TOTAL	24.179.579.471,50



ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

Notas Explicativas

002 - Pode haver o mesmo Programa para várias Subfunções e em Função diferentes.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
01 - Legislativa	622.153.819,70	11.778.603,31	633.932.423,01
031 - Ação Legislativa	38.830.855,41	643.921,60	39.474.777,01
0820 - Comunicação do Poder Legislativo	38.321.486,69	629.481,60	38.950.968,29
0925 - Modernização do Processo Legislativo	509.368,72	14.440,00	523.808,72
122 - Administração Geral	565.003.120,90	11.134.681,71	576.137.802,61
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	388.989.645,26	7.745.571,78	396.735.217,04
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	176.013.475,64	3.389.109,93	179.402.585,57
126 - Tecnologia da Informação	11.332.966,08	-	11.332.966,08
0925 - Modernização do Processo Legislativo	8.932.057,62	-	8.932.057,62
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	2.400.908,46	-	2.400.908,46
128 - Formação de Recursos Humanos	750.797,20	-	750.797,20
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	750.797,20	-	750.797,20
272 - Previdência do Regime Estatutário	6.236.080,11	-	6.236.080,11
0920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	6.236.080,11	-	6.236.080,11
02 - Judiciária	1.624.493.573,02	26.052.716,68	1.650.546.289,70
061 - Ação Judiciária	66.526.418,23	-	66.526.418,23
0931 - Infraestrutura do Judiciário	66.526.418,23	-	66.526.418,23
122 - Administração Geral	1.417.235.314,13	26.052.716,68	1.443.288.030,81
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	1.417.235.314,13	26.052.716,68	1.443.288.030,81
126 - Tecnologia da Informação	67.216.864,20	-	67.216.864,20
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	67.216.864,20	-	67.216.864,20
128 - Formação de Recursos Humanos	48.896.555,29	-	48.896.555,29
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	48.896.555,29	-	48.896.555,29
272 - Previdência do Regime Estatutário	24.618.421,17	-	24.618.421,17
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	24.618.421,17	-	24.618.421,17
03 - Essencial à Justiça	773.954.656,42	17.510.569,21	791.465.225,63
091 - Defesa da Ordem Jurídica	476.997.342,08	15.641.212,79	492.638.554,87



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
091 - Defesa da Ordem Jurídica	476.997.342,08	15.641.212,79	492.638.554,87
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	2.400,00	-	2.400,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	476.994.942,08	15.641.212,79	492.636.154,87
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	83.511.628,53	-	83.511.628,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	83.511.628,53	-	83.511.628,53
122 - Administração Geral	206.986.777,25	1.869.356,42	208.856.133,67
0850 - Gestão de Pessoas	105.796.980,38	-	105.796.980,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	8.180.205,99	-	8.180.205,99
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	93.009.590,88	1.869.356,42	94.878.947,30
126 - Tecnologia da Informação	1.833.261,35	-	1.833.261,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.833.261,35	-	1.833.261,35
128 - Formação de Recursos Humanos	4.625.647,21	-	4.625.647,21
0850 - Gestão de Pessoas	2.609.031,80	-	2.609.031,80
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	2.016.615,41	-	2.016.615,41
04 - Administração	1.664.568.207,88	186.874.139,67	1.851.442.347,55
121 - Planejamento e Orçamento	1.577.074,27	100.000,00	1.677.074,27
0208 - Planejamento Estratégico e Gestão de Informações	380.000,00	-	380.000,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	1.197.074,27	100.000,00	1.297.074,27
122 - Administração Geral	793.339.447,62	78.119.573,32	871.459.020,94
0850 - Gestão de Pessoas	603.963.855,39	46.594.672,43	650.558.527,82
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	189.375.592,23	31.524.900,89	220.900.493,12
123 - Administração Financeira	228.003.763,94	108.157.778,73	336.161.542,67
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	22.277.971,44	22.277.971,44
0101 - Acelera Santa Catarina	-	67.442.054,08	67.442.054,08
0830 - Modernização da Administração Fazendária	-	15.980.047,49	15.980.047,49
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	228.003.763,94	2.457.705,72	230.461.469,66
126 - Tecnologia da Informação	29.085.566,36	435.696,66	29.521.263,02



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
126 - Tecnologia da Informação	29.085.566,36	435.696,66	29.521.263,02
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	29.085.566,36	435.696,66	29.521.263,02
128 - Formação de Recursos Humanos	2.799.564,50	61.090,96	2.860.655,46
0825 - Formação de Gestores Públicos	325.412,89	-	325.412,89
0850 - Gestão de Pessoas	2.474.151,61	61.090,96	2.535.242,57
274 - Previdência Especial	12.128.092,54	-	12.128.092,54
0870 - Pensões Especiais	12.128.092,54	-	12.128.092,54
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	589.231.751,01	-	589.231.751,01
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	589.231.751,01	-	589.231.751,01
781 - Transporte Aéreo	6.297.153,21	-	6.297.153,21
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.297.153,21	-	6.297.153,21
782 - Transporte Rodoviário	2.105.794,43	-	2.105.794,43
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.105.794,43	-	2.105.794,43
06 - Segurança Pública	2.045.962.829,44	568.279.928,29	2.614.242.757,73
122 - Administração Geral	1.969.148.302,54	348.330.054,85	2.317.478.357,39
0101 - Acelera Santa Catarina	-	35.518.790,89	35.518.790,89
0706 - De Olho no Crime	1.959.848.670,39	235.468.377,39	2.195.317.047,78
0707 - Suporte Institucional Integrado	9.299.632,15	71.272.837,36	80.572.469,51
0850 - Gestão de Pessoas	-	2.713.758,93	2.713.758,93
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	3.356.290,28	3.356.290,28
126 - Tecnologia da Informação	2.792.121,52	3.860.759,98	6.652.881,50
0707 - Suporte Institucional Integrado	2.792.121,52	3.341.521,45	6.133.642,97
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	519.238,53	519.238,53
128 - Formação de Recursos Humanos	51.600,00	3.869.043,09	3.920.643,09
0707 - Suporte Institucional Integrado	-	3.396.131,09	3.396.131,09
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	49.800,00	449.243,72	499.043,72
0850 - Gestão de Pessoas	1.800,00	23.668,28	25.468,28



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
128 - Formação de Recursos Humanos	51.600,00	3.869.043,09	3.920.643,09
181 - Policiamento	65.396.230,15	168.559.036,47	233.955.266,62
0101 - Acelera Santa Catarina	-	9.396.291,58	9.396.291,58
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	7.204.547,15	-	7.204.547,15
0705 - Segurança Cidadã	26.003.500,20	12.032.498,64	38.035.998,84
0706 - De Olho no Crime	7.969.385,73	27.384.872,83	35.354.258,56
0707 - Suporte Institucional Integrado	24.066.454,57	118.700.745,85	142.767.200,42
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	152.342,50	1.044.627,57	1.196.970,07
182 - Defesa Civil	520.332,22	39.053.497,24	39.573.829,46
0705 - Segurança Cidadã	520.332,22	14.264.967,99	14.785.300,21
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	-	9.956.261,01	9.956.261,01
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	-	225.815,55	225.815,55
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	-	14.606.452,69	14.606.452,69
183 - Informação e Inteligência	431.000,00	3.223.520,64	3.654.520,64
0706 - De Olho no Crime	243.000,00	2.247.032,56	2.490.032,56
0707 - Suporte Institucional Integrado	188.000,00	976.488,08	1.164.488,08
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	-	1.339.564,73	1.339.564,73
0705 - Segurança Cidadã	-	1.339.564,73	1.339.564,73
542 - Controle Ambiental	7.623.243,01	44.451,29	7.667.694,30
0706 - De Olho no Crime	7.623.243,01	44.451,29	7.667.694,30
07 - Relações Exteriores	2.965.502,23	-	2.965.502,23
122 - Administração Geral	2.622.638,05	-	2.622.638,05
0850 - Gestão de Pessoas	2.131.739,92	-	2.131.739,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	490.898,13	-	490.898,13
126 - Tecnologia da Informação	53.508,89	-	53.508,89
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	53.508,89	-	53.508,89
211 - Relações Diplomáticas	256.653,29	-	256.653,29



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
211 - Relações Diplomáticas	256.653,29	-	256.653,29
0204 - Missões, Recepções e Eventos Internacionais	256.653,29	-	256.653,29
212 - Cooperação Internacional	32.702,00	-	32.702,00
0212 - Promoção Comercial e Cooperação Internacional	32.702,00	-	32.702,00
08 - Assistência Social	72.544.973,49	28.897.322,50	101.442.295,99
122 - Administração Geral	25.759.020,81	5.141.239,98	30.900.260,79
0101 - Acelera Santa Catarina	-	289.815,82	289.815,82
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	289.752,81	196.514,87	486.267,68
0850 - Gestão de Pessoas	22.829.753,34	101.157,96	22.930.911,30
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.639.514,66	4.553.751,33	7.193.265,99
126 - Tecnologia da Informação	1.418.706,28	3.496,50	1.422.202,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.418.706,28	3.496,50	1.422.202,78
128 - Formação de Recursos Humanos	26.344,34	331.933,21	358.277,55
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	-	277.179,59	277.179,59
0850 - Gestão de Pessoas	26.344,34	54.753,62	81.097,96
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	90.411,41	375.168,18	465.579,59
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	90.411,41	375.168,18	465.579,59
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	-	5.259.655,59	5.259.655,59
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	-	5.259.655,59	5.259.655,59
244 - Assistência Comunitária	8.727.567,28	13.676.716,27	22.404.283,55
0101 - Acelera Santa Catarina	-	9.974.366,42	9.974.366,42
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	8.726.802,28	3.630.159,97	12.356.962,25
0550 - Erradicação da Fome em Santa Catarina	765,00	72.189,88	72.954,88
274 - Previdência Especial	26.985.992,65	-	26.985.992,65
0870 - Pensões Especiais	26.985.992,65	-	26.985.992,65
845 - Transferências	9.536.930,72	4.109.112,77	13.646.043,49
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	9.536.930,72	4.109.112,77	13.646.043,49



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
845 - Transferências	9.536.930,72	4.109.112,77	13.646.043,49
09 - Previdência Social	2.845.519.562,80	2.832.895.971,60	5.678.415.534,40
122 - Administração Geral	4.961.456,46	91.700.303,67	96.661.760,13
0850 - Gestão de Pessoas	354.835,00	41.531.150,53	41.885.985,53
0860 - Gestão Previdenciária	-	50.084,28	50.084,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.606.621,46	50.119.068,86	54.725.690,32
126 - Tecnologia da Informação	-	237.684,56	237.684,56
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	237.684,56	237.684,56
128 - Formação de Recursos Humanos	-	135.357,42	135.357,42
0850 - Gestão de Pessoas	-	135.357,42	135.357,42
244 - Assistência Comunitária	1.950.000,00	-	1.950.000,00
0860 - Gestão Previdenciária	1.950.000,00	-	1.950.000,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	2.838.608.106,34	2.740.822.625,95	5.579.430.732,29
0860 - Gestão Previdenciária	2.829.454.534,78	2.740.822.625,95	5.570.277.160,73
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	9.153.571,56	-	9.153.571,56
10 - Saúde	2.208.891.902,14	801.707.156,40	3.010.599.058,54
122 - Administração Geral	1.660.204.719,59	121.957.837,57	1.782.162.557,16
0400 - Gestão do SUS	349.033.667,98	88.836.897,36	437.870.565,34
0410 - Vigilância em Saúde	5.294.990,20	11.533.722,62	16.828.712,82
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	6.779.939,89	693.174,14	7.473.114,03
0850 - Gestão de Pessoas	1.183.980.162,52	19.511.175,95	1.203.491.338,47
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	115.115.959,00	1.382.867,50	116.498.826,50
126 - Tecnologia da Informação	1.296.412,70	645.759,00	1.942.171,70
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	500.000,00	645.759,00	1.145.759,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	796.412,70	-	796.412,70
128 - Formação de Recursos Humanos	14.619.682,50	5.334.765,11	19.954.447,61
0400 - Gestão do SUS	12.733.891,82	2.833.933,92	15.567.825,74



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
128 - Formação de Recursos Humanos	14.619.682,50	5.334.765,11	19.954.447,61
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	-	2.500.831,19	2.500.831,19
0850 - Gestão de Pessoas	1.885.790,68	-	1.885.790,68
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	5.730.240,94	7.597.114,54	13.327.355,48
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	5.730.240,94	7.597.114,54	13.327.355,48
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	-	45.187,00	45.187,00
0420 - Atenção Básica	-	45.187,00	45.187,00
244 - Assistência Comunitária	193.010,00	-	193.010,00
0705 - Segurança Cidadã	193.010,00	-	193.010,00
301 - Atenção Básica	89.382.886,41	31.959.957,95	121.342.844,36
0400 - Gestão do SUS	1.000.000,00	19.756.853,94	20.756.853,94
0420 - Atenção Básica	57.111.245,33	9.774.539,65	66.885.784,98
0440 - Assistência Farmacêutica	31.271.641,08	2.428.564,36	33.700.205,44
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	308.104.767,75	577.735.557,05	885.840.324,80
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	2.440.080,57	5.612.031,51	8.052.112,08
0101 - Acelera Santa Catarina	159.919,43	122.647.878,67	122.807.798,10
0400 - Gestão do SUS	205.833.029,46	106.548.703,06	312.381.732,52
0410 - Vigilância em Saúde	-	3.456.912,78	3.456.912,78
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	99.671.738,29	339.470.031,03	439.141.769,32
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	124.198.398,03	50.869.486,43	175.067.884,46
0440 - Assistência Farmacêutica	124.198.398,03	50.869.486,43	175.067.884,46
304 - Vigilância Sanitária	333.608,19	3.187.687,42	3.521.295,61
0410 - Vigilância em Saúde	333.608,19	3.187.687,42	3.521.295,61
305 - Vigilância Epidemiológica	-	1.910.118,77	1.910.118,77
0410 - Vigilância em Saúde	-	1.910.118,77	1.910.118,77
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	510.026,23	257.467,56	767.493,79
0410 - Vigilância em Saúde	179.100,00	96.563,76	275.663,76



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	510.026,23	257.467,56	767.493,79
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	330.926,23	160.903,80	491.830,03
785 - Transportes Especiais	4.318.149,80	206.218,00	4.524.367,80
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	4.318.149,80	206.218,00	4.524.367,80
11 - Trabalho	10.138.680,72	9.892.700,10	20.031.380,82
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	-	322.368,86	322.368,86
0530 - Pró-Emprego e Renda	-	322.368,86	322.368,86
333 - Empregabilidade	10.138.680,72	7.872.293,27	18.010.973,99
0101 - Acelera Santa Catarina	-	230.553,60	230.553,60
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	10.094.123,04	2.043.231,15	12.137.354,19
0530 - Pró-Emprego e Renda	44.557,68	5.598.508,52	5.643.066,20
334 - Fomento ao Trabalho	-	1.698.037,97	1.698.037,97
0530 - Pró-Emprego e Renda	-	1.698.037,97	1.698.037,97
12 - Educação	792.616.534,33	2.554.715.588,74	3.347.332.123,07
122 - Administração Geral	395.101.967,57	7.555.512,27	402.657.479,84
0610 - Educação Básica	2.749.546,91	-	2.749.546,91
0850 - Gestão de Pessoas	340.480.854,83	-	340.480.854,83
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	51.871.565,83	7.555.512,27	59.427.078,10
126 - Tecnologia da Informação	2.426.803,79	201.589,50	2.628.393,29
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.426.803,79	201.589,50	2.628.393,29
128 - Formação de Recursos Humanos	330.669,06	235.261,66	565.930,72
0850 - Gestão de Pessoas	330.669,06	235.261,66	565.930,72
334 - Fomento ao Trabalho	6.460,00	-	6.460,00
0520 - Cidadania e Diversidade	6.460,00	-	6.460,00
361 - Ensino Fundamental	-	1.056.632.702,48	1.056.632.702,48
0850 - Gestão de Pessoas	-	1.056.632.702,48	1.056.632.702,48
362 - Ensino Médio	11.758.412,04	571.858.834,24	583.617.246,28



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
362 - Ensino Médio	11.758.412,04	571.858.834,24	583.617.246,28
0850 - Gestão de Pessoas	11.758.412,04	571.858.834,24	583.617.246,28
363 - Ensino Profissional	1.822.293,39	2.777.644,00	4.599.937,39
0615 - Gestão do Ensino Profissional	1.822.293,39	2.777.644,00	4.599.937,39
364 - Ensino Superior	361.193.839,18	64.268.969,43	425.462.808,61
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	-	4.730.326,55	4.730.326,55
0630 - Gestão do Ensino Superior	78.149.461,85	59.488.142,88	137.637.604,73
0850 - Gestão de Pessoas	283.044.377,33	50.500,00	283.094.877,33
365 - Educação Infantil	14.934.158,19	-	14.934.158,19
0850 - Gestão de Pessoas	14.934.158,19	-	14.934.158,19
366 - Educação de Jovens e Adultos	-	59.398.999,83	59.398.999,83
0850 - Gestão de Pessoas	-	59.398.999,83	59.398.999,83
367 - Educação Especial	74.998,04	189.517.815,83	189.592.813,87
0520 - Cidadania e Diversidade	74.998,04	27.865.943,00	27.940.941,04
0850 - Gestão de Pessoas	-	161.651.872,83	161.651.872,83
368 - Educação Básica	4.948.127,10	602.268.259,50	607.216.386,60
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	5.651.497,13	5.651.497,13
0101 - Acelera Santa Catarina	-	76.078.099,75	76.078.099,75
0610 - Educação Básica	4.948.127,10	420.615.197,01	425.563.324,11
0623 - Autonomia de gestão escolar - SED	-	99.693.224,69	99.693.224,69
0624 - Cooperação Estado e Municípios - SED	-	230.240,92	230.240,92
571 - Desenvolvimento Científico	18.805,97	-	18.805,97
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	18.805,97	-	18.805,97
13 - Cultura	14.041.899,37	25.634.474,01	39.676.373,38
122 - Administração Geral	14.001.261,51	11.401.299,28	25.402.560,79
0850 - Gestão de Pessoas	13.346.738,92	-	13.346.738,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	654.522,59	11.401.299,28	12.055.821,87



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
122 - Administração Geral	14.001.261,51	11.401.299,28	25.402.560,79
126 - Tecnologia da Informação	-	3.439,00	3.439,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	3.439,00	3.439,00
128 - Formação de Recursos Humanos	-	118.658,00	118.658,00
0850 - Gestão de Pessoas	-	118.658,00	118.658,00
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.837,86	934.618,00	936.455,86
0660 - Pró-Cultura	1.837,86	934.618,00	936.455,86
392 - Difusão Cultural	38.800,00	13.176.459,73	13.215.259,73
0660 - Pró-Cultura	38.800,00	13.176.459,73	13.215.259,73
14 - Direitos da Cidadania	559.104.550,49	256.865.399,07	815.969.949,56
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	14.854.682,89	-	14.854.682,89
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	14.854.682,89	-	14.854.682,89
122 - Administração Geral	43.876.515,49	-	43.876.515,49
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	8.896.735,35	-	8.896.735,35
0850 - Gestão de Pessoas	33.303.473,92	-	33.303.473,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.676.306,22	-	1.676.306,22
126 - Tecnologia da Informação	1.548.335,54	3.642.242,07	5.190.577,61
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.548.335,54	3.642.242,07	5.190.577,61
128 - Formação de Recursos Humanos	2.025.551,55	-	2.025.551,55
0850 - Gestão de Pessoas	2.025.551,55	-	2.025.551,55
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	124.932,90	-	124.932,90
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	124.932,90	-	124.932,90
421 - Custódia e Reintegração Social	496.665.532,06	253.223.157,00	749.888.689,06
0101 - Acelera Santa Catarina	3.134.049,79	477.343,97	3.611.393,76
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	38.172.510,84	52.860.607,51	91.033.118,35
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	44.692.052,00	123.157.442,53	167.849.494,53
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	29.563.810,17	3.208.858,14	32.772.668,31



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
421 - Custódia e Reintegração Social	496.665.532,06	253.223.157,00	749.888.689,06
0850 - Gestão de Pessoas	330.595.309,16	23.730.952,65	354.326.261,81
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	50.507.800,10	49.787.952,20	100.295.752,30
845 - Transferências	9.000,06	-	9.000,06
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	9.000,06	-	9.000,06
15 - Urbanismo	-	532.312,30	532.312,30
451 - Infra-Estrutura Urbana	-	532.312,30	532.312,30
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	-	532.312,30	532.312,30
16 - Habitação	21.132.111,95	192.247,75	21.324.359,70
122 - Administração Geral	20.723.329,19	104.206,75	20.827.535,94
0850 - Gestão de Pessoas	16.728.450,51	-	16.728.450,51
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.994.878,68	104.206,75	4.099.085,43
126 - Tecnologia da Informação	408.782,76	-	408.782,76
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	408.782,76	-	408.782,76
481 - Habitação Rural	-	14.724,60	14.724,60
0540 - Nova Casa	-	14.724,60	14.724,60
482 - Habitação Urbana	-	73.316,40	73.316,40
0540 - Nova Casa	-	73.316,40	73.316,40
17 - Saneamento	360.284,38	373.801,40	734.085,78
125 - Normatização e Fiscalização	360.284,38	-	360.284,38
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	360.284,38	-	360.284,38
512 - Saneamento Básico Urbano	-	373.801,40	373.801,40
0360 - Abastecimento de Água	-	373.801,40	373.801,40
18 - Gestão Ambiental	71.860.960,56	47.123.140,35	118.984.100,91
122 - Administração Geral	64.000.737,61	-	64.000.737,61
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	35.298,30	-	35.298,30
0850 - Gestão de Pessoas	55.202.496,86	-	55.202.496,86



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
122 - Administração Geral	64.000.737,61	-	64.000.737,61
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	8.762.942,45	-	8.762.942,45
126 - Tecnologia da Informação	46.515,28	-	46.515,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	46.515,28	-	46.515,28
128 - Formação de Recursos Humanos	379.267,43	-	379.267,43
0850 - Gestão de Pessoas	379.267,43	-	379.267,43
182 - Defesa Civil	-	29.674.554,06	29.674.554,06
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	-	29.674.554,06	29.674.554,06
541 - Preservação e Conservação Ambiental	2.672.390,57	2.378.189,81	5.050.580,38
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	1.069.889,59	-	1.069.889,59
0335 - Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3	-	889.928,56	889.928,56
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	1.190.640,98	-	1.190.640,98
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	411.860,00	1.488.261,25	1.900.121,25
542 - Controle Ambiental	4.696.637,29	844.094,36	5.540.731,65
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	4.171.012,69	18.847,00	4.189.859,69
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	525.624,60	825.247,36	1.350.871,96
544 - Recursos Hídricos	65.412,38	14.226.302,12	14.291.714,50
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	65.412,38	14.226.302,12	14.291.714,50
19 - Ciência e Tecnologia	7.244.900,93	37.472.459,39	44.717.360,32
122 - Administração Geral	4.011.992,55	17.806,44	4.029.798,99
0850 - Gestão de Pessoas	2.539.008,07	-	2.539.008,07
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.472.984,48	17.806,44	1.490.790,92
126 - Tecnologia da Informação	1.152.896,56	2.920.761,69	4.073.658,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.152.896,56	2.920.761,69	4.073.658,25
128 - Formação de Recursos Humanos	6.356,66	-	6.356,66
0850 - Gestão de Pessoas	6.356,66	-	6.356,66
571 - Desenvolvimento Científico	1.045.557,26	22.687.392,14	23.732.949,40



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
571 - Desenvolvimento Científico	1.045.557,26	22.687.392,14	23.732.949,40
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	1.045.557,26	21.968.088,14	23.013.645,40
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	-	719.304,00	719.304,00
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	1.028.097,90	11.846.499,12	12.874.597,02
0101 - Acelera Santa Catarina	-	5.004.771,83	5.004.771,83
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	1.028.097,90	6.841.727,29	7.869.825,19
20 - Agricultura	593.959.669,31	34.635.676,25	628.595.345,56
122 - Administração Geral	496.219.010,58	2.081.103,55	498.300.114,13
0850 - Gestão de Pessoas	454.035.099,06	-	454.035.099,06
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	42.183.911,52	2.081.103,55	44.265.015,07
126 - Tecnologia da Informação	15.377.001,32	-	15.377.001,32
0250 - Inclusão Digital	3.636.253,93	-	3.636.253,93
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.740.747,39	-	11.740.747,39
128 - Formação de Recursos Humanos	2.867.949,31	853.490,81	3.721.440,12
0310 - Agronegócio Competitivo	1.994.518,46	853.490,81	2.848.009,27
0850 - Gestão de Pessoas	873.430,85	-	873.430,85
334 - Fomento ao Trabalho	13.998.967,07	-	13.998.967,07
0310 - Agronegócio Competitivo	13.099.938,07	-	13.099.938,07
0320 - Agricultura Familiar	899.029,00	-	899.029,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	695.863,53	-	695.863,53
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	695.863,53	-	695.863,53
571 - Desenvolvimento Científico	2.370.523,35	1.617.368,44	3.987.891,79
0310 - Agronegócio Competitivo	2.370.523,35	1.617.368,44	3.987.891,79
601 - Promoção da Produção Vegetal	370.645,68	100.617,55	471.263,23
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	370.645,68	100.617,55	471.263,23
602 - Promoção da Produção Animal	-	6.929.530,00	6.929.530,00
0310 - Agronegócio Competitivo	-	6.929.530,00	6.929.530,00



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
602 - Promoção da Produção Animal	-	6.929.530,00	6.929.530,00
603 - Defesa Sanitária Vegetal	789.433,44	142.667,98	932.101,42
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	789.433,44	142.667,98	932.101,42
604 - Defesa Sanitária Animal	5.903.911,34	7.403.548,90	13.307.460,24
0310 - Agronegócio Competitivo	2.893.771,24	2.951.540,00	5.845.311,24
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	3.010.140,10	2.621.933,34	5.632.073,44
0335 - Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3	-	1.830.075,56	1.830.075,56
606 - Extensão Rural	39.747.628,88	12.168.582,37	51.916.211,25
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	19.045.821,01	11.295.286,56	30.341.107,57
0310 - Agronegócio Competitivo	20.701.807,87	873.295,81	21.575.103,68
607 - Irrigação	-	3.293.307,66	3.293.307,66
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	2.714.359,74	2.714.359,74
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	-	578.947,92	578.947,92
691 - Promoção Comercial	15.618.734,81	45.458,99	15.664.193,80
0310 - Agronegócio Competitivo	15.618.734,81	45.458,99	15.664.193,80
23 - Comércio e Serviços	21.638.529,77	44.226.946,25	65.865.476,02
122 - Administração Geral	18.253.459,25	3.278.229,49	21.531.688,74
0850 - Gestão de Pessoas	12.787.861,87	231.812,95	13.019.674,82
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.465.597,38	3.046.416,54	8.512.013,92
126 - Tecnologia da Informação	896.382,02	6.062,30	902.444,32
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	896.382,02	6.062,30	902.444,32
128 - Formação de Recursos Humanos	12.300,00	-	12.300,00
0850 - Gestão de Pessoas	12.300,00	-	12.300,00
691 - Promoção Comercial	2.476.388,50	-	2.476.388,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.476.388,50	-	2.476.388,50
695 - Turismo	-	40.942.654,46	40.942.654,46
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	-	40.942.654,46	40.942.654,46



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
695 - Turismo	-	40.942.654,46	40.942.654,46
24 - Comunicações	72.044.938,91	3.107.129,42	75.152.068,33
122 - Administração Geral	8.126.890,67	-	8.126.890,67
0850 - Gestão de Pessoas	4.667.505,35	-	4.667.505,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.459.385,32	-	3.459.385,32
126 - Tecnologia da Informação	17.872,86	-	17.872,86
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	17.872,86	-	17.872,86
131 - Comunicação Social	63.900.175,38	3.107.129,42	67.007.304,80
0810 - Comunicação do Poder Executivo	63.900.175,38	3.107.129,42	67.007.304,80
25 - Energia	2.861,26	-	2.861,26
125 - Normatização e Fiscalização	2.861,26	-	2.861,26
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	2.861,26	-	2.861,26
26 - Transporte	292.505.364,82	932.535.466,01	1.225.040.830,83
122 - Administração Geral	146.839.413,87	332.761,74	147.172.175,61
0850 - Gestão de Pessoas	117.419.302,30	-	117.419.302,30
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	29.420.111,57	332.761,74	29.752.873,31
126 - Tecnologia da Informação	6.053.963,39	-	6.053.963,39
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.053.963,39	-	6.053.963,39
128 - Formação de Recursos Humanos	586.400,03	-	586.400,03
0850 - Gestão de Pessoas	586.400,03	-	586.400,03
131 - Comunicação Social	754.645,63	-	754.645,63
0810 - Comunicação do Poder Executivo	754.645,63	-	754.645,63
781 - Transporte Aéreo	5.523.898,62	2.819.648,52	8.343.547,14
0120 - Integração Logística	5.523.898,62	2.819.648,52	8.343.547,14
782 - Transporte Rodoviário	110.219.338,22	894.506.321,64	1.004.725.659,86
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	530.077,55	64.931.900,19	65.461.977,74
0101 - Acelera Santa Catarina	4.053.340,23	214.017.465,27	218.070.805,50



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
782 - Transporte Rodoviário	110.219.338,22	894.506.321,64	1.004.725.659,86
0105 - Mobilidade Urbana	911.768,66	71.717.773,16	72.629.541,82
0110 - Construção de Rodovias	62.138.840,79	358.580.647,48	420.719.488,27
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	5.238.679,07	-	5.238.679,07
0120 - Integração Logística	170.000,00	5.689.502,84	5.859.502,84
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	24.813.873,65	2.632.267,25	27.446.140,90
0140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	681.331,92	170.106.123,73	170.787.455,65
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	11.681.426,35	6.830.641,72	18.512.068,07
784 - Transporte Hidroviário	22.527.705,06	34.876.734,11	57.404.439,17
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	2.263.642,11	-	2.263.642,11
0150 - Modernização Portuária	20.225.386,38	34.876.734,11	55.102.120,49
0850 - Gestão de Pessoas	38.676,57	-	38.676,57
27 - Desporto e Lazer	16.729.486,68	28.397.030,95	45.126.517,63
122 - Administração Geral	16.238.447,06	5.125.826,70	21.364.273,76
0850 - Gestão de Pessoas	16.238.447,06	-	16.238.447,06
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	5.125.826,70	5.125.826,70
128 - Formação de Recursos Humanos	-	119.970,27	119.970,27
0850 - Gestão de Pessoas	-	119.970,27	119.970,27
812 - Desporto Comunitário	251.039,62	16.226.825,82	16.477.865,44
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	251.039,62	16.226.825,82	16.477.865,44
813 - Lazer	240.000,00	6.924.408,16	7.164.408,16
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	240.000,00	6.924.408,16	7.164.408,16
28 - Encargos Especiais	1.272.028.091,47	123.414.799,78	1.395.442.891,25
846 - Outros Encargos Especiais	1.272.028.091,47	123.414.799,78	1.395.442.891,25
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	79.377.117,85	35.857.161,70	115.234.279,55
0990 - Encargos Especiais	1.192.650.973,62	87.557.638,08	1.280.208.611,70
TOTAL	15.606.463.892,07	8.573.115.579,43	24.179.579.471,50



ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

Notas Explicativas

002 - Um mesmo Programa pode ser utilizado em várias Funções e Subfunções.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
01000 - Assembleia Legislativa do Estado	575.985.015,74
010001 - Assembleia Legislativa do Estado	575.985.015,74
01 - Legislativa	450.146.716,53
09 - Previdência Social	125.838.299,21
02000 - Tribunal de Contas do Estado	249.263.983,91
020001 - Tribunal de Contas do Estado	249.263.983,91
01 - Legislativa	182.554.291,23
09 - Previdência Social	66.709.692,68
03000 - Tribunal de Justiça do Estado	1.965.268.316,40
030001 - Tribunal de Justiça do Estado	1.757.013.419,52
02 - Judiciária	1.442.291.392,82
09 - Previdência Social	199.487.747,15
28 - Encargos Especiais	115.234.279,55
030091 - Fundo de Reparelhamento da Justiça	208.254.896,88
02 - Judiciária	208.254.896,88
04000 - Ministério Público	644.557.628,53
040001 - Ministério Público	603.824.118,04
03 - Essencial à Justiça	548.088.758,79
09 - Previdência Social	55.735.359,25
040091 - Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados	813.067,33
03 - Essencial à Justiça	813.067,33
040092 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	2.016.615,41
03 - Essencial à Justiça	2.016.615,41
040093 - Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público	37.903.827,75
03 - Essencial à Justiça	37.903.827,75
15000 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	45.290.562,20
150001 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	45.290.562,20



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
14 - Direitos da Cidadania	45.290.562,20
16000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública	2.590.875.131,17
160084 - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	520.701.837,59
04 - Administração	38.143,40
06 - Segurança Pública	520.663.694,19
160085 - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	351.719.866,73
06 - Segurança Pública	348.372.538,77
10 - Saúde	3.347.327,96
160091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública	340.619.426,45
03 - Essencial à Justiça	262.023,76
06 - Segurança Pública	340.349.781,83
14 - Direitos da Cidadania	7.620,86
160097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar	1.377.834.000,40
03 - Essencial à Justiça	335.900,00
04 - Administração	1.054.975,69
06 - Segurança Pública	1.372.973.863,27
10 - Saúde	684.840,03
18 - Gestão Ambiental	1.500.000,00
26 - Transporte	1.284.421,41
18000 - Secretaria de Estado do Planejamento	12.605.473,73
180001 - Secretaria de Estado do Planejamento	11.463.689,75
04 - Administração	11.463.689,75
180021 - Superintendencia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Gde Florianópolis - SUDERF	1.141.783,98
04 - Administração	1.141.783,98
23000 - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	128.167.431,49
230001 - Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	45.818.033,48
13 - Cultura	114.075,00



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
23 - Comércio e Serviços	32.374.201,91
27 - Desporto e Lazer	13.329.756,57
230021 - Fundação Catarinense de Esporte	19.502.991,37
27 - Desporto e Lazer	19.502.991,37
230022 - Fundação Catarinense de Cultura	32.910.877,71
13 - Cultura	32.908.377,71
23 - Comércio e Serviços	2.500,00
230023 - Santa Catarina Turismo S/A	17.149.410,64
23 - Comércio e Serviços	14.042.281,22
24 - Comunicações	3.107.129,42
230093 - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	6.314.025,82
04 - Administração	900.000,00
13 - Cultura	5.414.025,82
230094 - Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	2.958.519,39
23 - Comércio e Serviços	2.958.519,39
230095 - Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte	3.513.573,08
27 - Desporto e Lazer	3.513.573,08
26000 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	94.234.173,04
260001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	43.517.409,51
08 - Assistência Social	37.357.461,17
11 - Trabalho	6.159.948,34
260022 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	21.324.359,70
16 - Habitação	21.324.359,70
260093 - Fundo Estadual de Assistência Social	22.196.353,34
08 - Assistência Social	22.196.353,34
260096 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	7.062.117,53
08 - Assistência Social	6.831.563,93



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
11 - Trabalho	230.553,60
260099 - Fundo para a Infância e Adolescência	133.932,96
14 - Direitos da Cidadania	133.932,96
27000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	174.300.776,93
270001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	21.504.897,90
04 - Administração	318.778,07
11 - Trabalho	10.094.123,04
18 - Gestão Ambiental	11.091.996,79
270021 - Fundação do Meio Ambiente	57.722.456,05
18 - Gestão Ambiental	57.722.456,05
270023 - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	16.467.500,95
23 - Comércio e Serviços	16.467.500,95
270024 - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	47.505.065,89
04 - Administração	380.000,00
10 - Saúde	6.002.638,91
11 - Trabalho	343.231,15
12 - Educação	18.805,97
18 - Gestão Ambiental	5.006.454,00
19 - Ciência e Tecnologia	35.753.935,86
270025 - Instituto de Metrologia de Santa Catarina	18.860.839,82
04 - Administração	18.860.839,82
270029 - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	8.652.941,45
04 - Administração	8.289.795,81
17 - Saneamento	360.284,38
25 - Energia	2.861,26
270091 - Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	78.008,41
18 - Gestão Ambiental	78.008,41



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
270092 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	3.473.768,16
18 - Gestão Ambiental	3.473.768,16
270095 - Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	35.298,30
18 - Gestão Ambiental	35.298,30
41000 - Gabinete do Governador do Estado	328.341.292,61
410001 - Secretaria de Estado da Casa Civil	45.541.597,53
01 - Legislativa	1.231.415,25
04 - Administração	44.310.182,28
410002 - Procuradoria Geral do Estado	191.506.368,60
03 - Essencial à Justiça	191.158.941,68
10 - Saúde	347.426,92
410003 - Secretaria Executiva de Articulação Nacional	4.990.740,18
04 - Administração	4.990.740,18
410004 - Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	2.965.502,23
07 - Relações Exteriores	2.965.502,23
410005 - Secretaria de Estado de Comunicação	72.559.440,51
18 - Gestão Ambiental	514.501,60
24 - Comunicações	72.044.938,91
410091 - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reparelhamento	10.772.166,37
03 - Essencial à Justiça	10.772.166,37
410094 - Fundo de Desenvolvimento Social	5.477,19
08 - Assistência Social	5.477,19
42000 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	5.230.238,01
420001 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	5.230.238,01
04 - Administração	5.230.238,01
43000 - Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	19.871.157,67
430001 - Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	19.871.157,67



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
04 - Administração	19.871.157,67
44000 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	627.418.498,61
440001 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	23.512.831,75
20 - Agricultura	23.512.831,75
440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	204.580.438,24
03 - Essencial à Justiça	113.924,54
20 - Agricultura	204.466.513,70
440023 - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	342.032.482,67
18 - Gestão Ambiental	1.868.140,55
19 - Ciência e Tecnologia	3.900.326,03
20 - Agricultura	336.258.843,54
23 - Comércio e Serviços	5.172,55
440091 - Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	899.029,00
20 - Agricultura	899.029,00
440093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	50.548.405,71
20 - Agricultura	50.548.405,71
440094 - Fundo Estadual de Sanidade Animal	5.845.311,24
20 - Agricultura	5.845.311,24
45000 - Secretaria de Estado da Educação	3.061.680.904,49
450001 - Secretaria de Estado da Educação	2.377.944.095,03
12 - Educação	2.377.944.095,03
450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial	198.189.233,36
12 - Educação	198.189.233,36
450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	361.358.037,46
10 - Saúde	572.853,10
12 - Educação	360.726.857,76
19 - Ciência e Tecnologia	58.326,60



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC	42.459.941,76
12 - Educação	42.459.941,76
450092 - Fundo Estadual de Educação- FEDUC	81.729.596,88
12 - Educação	81.729.596,88
47000 - Secretaria de Estado da Administração	6.070.986.501,35
470001 - Secretaria de Estado da Administração	152.995.313,32
04 - Administração	126.009.320,67
08 - Assistência Social	26.985.992,65
470022 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	97.038.402,11
09 - Previdência Social	97.038.402,11
470076 - Fundo Financeiro	5.131.656.034,00
09 - Previdência Social	5.131.656.034,00
470091 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	96.997.108,63
04 - Administração	96.990.648,63
12 - Educação	6.460,00
470092 - Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	590.729.537,33
04 - Administração	590.729.537,33
470093 - Fundo Patrimonial	1.570.105,96
04 - Administração	1.570.105,96
48000 - Secretaria de Estado da Saúde	2.963.660.713,60
480091 - Fundo Estadual de Saúde	2.932.441.779,57
04 - Administração	2.995.521,34
10 - Saúde	2.929.446.258,23
480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde-INVESTSAÚDE	31.218.934,03
10 - Saúde	31.218.934,03
52000 - Secretaria de Estado da Fazenda	2.083.737.187,09
520001 - Secretaria de Estado da Fazenda	457.609.252,97



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
04 - Administração	457.609.252,97
520002 - Encargos Gerais do Estado	1.512.408.706,12
04 - Administração	230.250.094,42
09 - Previdência Social	1.950.000,00
28 - Encargos Especiais	1.280.208.611,70
520030 - Fundação Escola de Governo - ENA	2.592.838,27
04 - Administração	2.592.838,27
520090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	89.720.025,52
04 - Administração	89.720.025,52
520092 - Fundo de Esforço Fiscal	16.401.592,38
04 - Administração	16.401.592,38
520093 - Fundo Pró-Emprego	5.004.771,83
19 - Ciência e Tecnologia	5.004.771,83
53000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	1.039.835.900,46
530001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	214.437.543,88
04 - Administração	71.423,01
11 - Trabalho	1.503.524,69
26 - Transporte	212.862.596,18
530023 - Departamento de Transportes e Terminais	30.338.521,99
26 - Transporte	30.338.521,99
530025 - Departamento Estadual de Infraestrutura	795.059.834,59
06 - Segurança Pública	746.050,52
14 - Direitos da Cidadania	145.737,14
18 - Gestão Ambiental	1.069.889,59
26 - Transporte	789.991.317,93
27 - Desporto e Lazer	3.106.839,41
54000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	769.023.736,82



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
540091 - Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	286.313,32
14 - Direitos da Cidadania	286.313,32
540092 - Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	514.103,70
14 - Direitos da Cidadania	514.103,70
540093 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibaanos	1.390.417,04
14 - Direitos da Cidadania	1.390.417,04
540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	2.609.422,97
14 - Direitos da Cidadania	2.609.422,97
540095 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	4.365.451,54
14 - Direitos da Cidadania	4.365.451,54
540096 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	744.423.808,34
04 - Administração	63.365,50
14 - Direitos da Cidadania	744.360.442,84
540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	579.537,02
14 - Direitos da Cidadania	579.537,02
540098 - Fundo Especial da Defensoria Dativa	14.854.682,89
14 - Direitos da Cidadania	14.854.682,89
55000 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	54.966.572,99
550001 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	28.609.054,73
06 - Segurança Pública	603.623,29
18 - Gestão Ambiental	28.005.431,44
550091 - Fundo Estadual da Defesa Civil	26.357.518,26
06 - Segurança Pública	24.486.152,66
18 - Gestão Ambiental	1.871.365,60
60000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itapiranga	9.223.111,31
600001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itapiranga	9.223.111,31
04 - Administração	1.726.534,34



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	10.664,15
12 - Educação	4.549.726,26
20 - Agricultura	479.801,66
26 - Transporte	2.386.366,71
27 - Desporto e Lazer	70.018,19
61000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	6.254.828,75
610001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	6.254.828,75
04 - Administração	1.517.253,94
10 - Saúde	8.380,01
12 - Educação	3.381.984,50
20 - Agricultura	69.938,11
26 - Transporte	1.048.564,04
27 - Desporto e Lazer	228.708,15
62000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	7.638.679,88
620001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	7.638.679,88
04 - Administração	1.772.743,30
10 - Saúde	156.279,61
12 - Educação	4.016.231,66
20 - Agricultura	60.000,00
26 - Transporte	1.619.265,31
27 - Desporto e Lazer	14.160,00
63000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Taió	7.866.049,13
630001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Taió	7.866.049,13
04 - Administração	1.716.355,45
06 - Segurança Pública	58.698,60
10 - Saúde	288.881,65
12 - Educação	4.658.198,16



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
18 - Gestão Ambiental	84.497,97
20 - Agricultura	28.980,85
23 - Comércio e Serviços	7.500,00
26 - Transporte	982.936,14
27 - Desporto e Lazer	40.000,31
66000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	10.195.344,67
660001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	10.195.344,67
04 - Administração	2.234.995,51
06 - Segurança Pública	107.500,00
08 - Assistência Social	50.021,91
10 - Saúde	53.570,59
12 - Educação	6.300.613,87
14 - Direitos da Cidadania	24.786,10
20 - Agricultura	49.029,46
26 - Transporte	1.334.827,23
27 - Desporto e Lazer	40.000,00
67000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Braço do Norte	15.140.813,12
670001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Braço do Norte	15.140.813,12
04 - Administração	1.864.648,78
10 - Saúde	80.439,16
12 - Educação	6.507.506,53
20 - Agricultura	186.757,66
26 - Transporte	6.392.000,84
27 - Desporto e Lazer	109.460,15
70000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Miguel D'Oeste	15.120.689,15
700001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Miguel do Oeste	15.120.689,15
04 - Administração	4.158.290,30



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
06 - Segurança Pública	0,00
08 - Assistência Social	475.195,24
10 - Saúde	493.714,06
12 - Educação	5.524.092,36
18 - Gestão Ambiental	370.560,36
20 - Agricultura	39.460,44
26 - Transporte	3.792.357,93
27 - Desporto e Lazer	267.018,46
71000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Maravilha	16.367.228,60
710001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Maravilha	16.367.228,60
04 - Administração	2.794.658,70
06 - Segurança Pública	27.116,41
10 - Saúde	411.969,52
12 - Educação	6.590.108,09
17 - Saneamento	192.843,76
18 - Gestão Ambiental	146.033,15
20 - Agricultura	320.448,58
26 - Transporte	5.674.172,46
27 - Desporto e Lazer	209.877,93
72000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDR - São Lourenço Do Oeste	9.404.313,88
720001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço do Oeste	9.404.313,88
04 - Administração	1.645.197,33
10 - Saúde	303.786,17
12 - Educação	4.915.399,33
17 - Saneamento	0,00
18 - Gestão Ambiental	84.114,56
20 - Agricultura	128.069,61



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
26 - Transporte	1.823.589,32
27 - Desporto e Lazer	504.157,56
73000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	42.317.866,70
730001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	42.317.866,70
04 - Administração	7.082.387,11
10 - Saúde	8.673.910,86
12 - Educação	8.728.716,55
14 - Direitos da Cidadania	16.010,18
18 - Gestão Ambiental	50.000,00
20 - Agricultura	671.713,14
26 - Transporte	16.578.346,00
27 - Desporto e Lazer	516.782,86
74000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	34.728.087,82
740001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	34.728.087,82
04 - Administração	7.923.119,01
10 - Saúde	5.198.243,66
12 - Educação	9.164.484,15
14 - Direitos da Cidadania	125.528,90
15 - Urbanismo	498.312,30
18 - Gestão Ambiental	277.486,37
20 - Agricultura	388.864,27
26 - Transporte	10.880.709,47
27 - Desporto e Lazer	271.339,69
75000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	11.662.487,02
750001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	11.662.487,02
04 - Administração	3.214.781,86
10 - Saúde	90.208,84



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
12 - Educação	5.956.814,97
14 - Direitos da Cidadania	34.784,56
17 - Saneamento	115.023,89
20 - Agricultura	487.952,10
26 - Transporte	1.696.926,04
27 - Desporto e Lazer	65.994,76
76000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joaçaba	17.775.382,27
760001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joaçaba	17.775.382,27
04 - Administração	4.655.274,45
06 - Segurança Pública	332.687,93
10 - Saúde	375.766,83
12 - Educação	7.870.121,88
18 - Gestão Ambiental	50.000,00
20 - Agricultura	272.790,95
26 - Transporte	4.111.340,23
27 - Desporto e Lazer	107.400,00
77000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Campos Novos	10.009.714,79
770001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Campos Novos	10.009.714,79
04 - Administração	1.554.315,61
10 - Saúde	118.208,37
12 - Educação	4.609.536,36
20 - Agricultura	309.484,24
26 - Transporte	3.418.170,21
27 - Desporto e Lazer	0,00
78000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira	9.879.584,86
780001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira	9.879.584,86
04 - Administração	2.455.711,46



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	350.787,50
12 - Educação	4.977.188,81
18 - Gestão Ambiental	50.539,54
20 - Agricultura	217.383,00
26 - Transporte	1.780.125,51
27 - Desporto e Lazer	47.849,04
79000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	9.199.720,27
790001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	9.199.720,27
04 - Administração	1.679.425,79
06 - Segurança Pública	92.045,98
08 - Assistência Social	149.992,65
10 - Saúde	20.318,67
12 - Educação	5.476.630,54
18 - Gestão Ambiental	0,00
20 - Agricultura	250.499,48
26 - Transporte	1.162.629,53
27 - Desporto e Lazer	368.177,63
80000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitibaanos	7.843.007,68
800001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitibaanos	7.843.007,68
04 - Administração	2.305.691,50
10 - Saúde	0,00
12 - Educação	4.470.847,51
14 - Direitos da Cidadania	140.653,66
18 - Gestão Ambiental	36.718,67
26 - Transporte	816.547,64
27 - Desporto e Lazer	72.548,70
81000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	12.485.631,86



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
810001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	12.485.631,86
04 - Administração	1.799.138,57
06 - Segurança Pública	0,00
10 - Saúde	239.814,07
12 - Educação	7.813.489,31
14 - Direitos da Cidadania	136.400,37
18 - Gestão Ambiental	193.679,11
20 - Agricultura	16.856,37
26 - Transporte	2.078.354,06
27 - Desporto e Lazer	207.900,00
82000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ituporanga	14.005.261,99
820001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ituporanga	14.005.261,99
04 - Administração	3.207.459,59
06 - Segurança Pública	157.453,06
10 - Saúde	106.963,94
12 - Educação	6.813.801,46
18 - Gestão Ambiental	165.303,67
20 - Agricultura	203.343,58
26 - Transporte	3.250.939,56
27 - Desporto e Lazer	99.997,13
83000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ibirama	16.180.911,74
830001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ibirama	16.180.911,74
04 - Administração	2.156.281,64
06 - Segurança Pública	658.095,69
10 - Saúde	866.863,48
12 - Educação	8.639.882,50
17 - Saneamento	18.750,00



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
18 - Gestão Ambiental	229.350,00
20 - Agricultura	159.264,52
26 - Transporte	3.167.700,73
27 - Desporto e Lazer	284.723,18
84000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	16.161.552,19
840001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	16.161.552,19
04 - Administração	4.060.783,01
10 - Saúde	220.916,27
12 - Educação	10.073.245,57
14 - Direitos da Cidadania	369.905,65
18 - Gestão Ambiental	411.860,00
26 - Transporte	1.024.841,69
27 - Desporto e Lazer	0,00
85000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	22.337.132,96
850001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	22.337.132,96
04 - Administração	2.517.788,29
08 - Assistência Social	150.000,00
10 - Saúde	31.509,53
12 - Educação	8.934.177,05
14 - Direitos da Cidadania	26.711,47
18 - Gestão Ambiental	286.810,00
26 - Transporte	10.113.481,98
27 - Desporto e Lazer	276.654,64
86000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	27.066.823,02
860001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	27.066.823,02
04 - Administração	4.284.135,87
06 - Segurança Pública	100.000,00



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	2.073.682,66
11 - Trabalho	1.500.000,00
12 - Educação	13.570.472,99
15 - Urbanismo	34.000,00
18 - Gestão Ambiental	126.900,00
20 - Agricultura	346.630,72
23 - Comércio e Serviços	0,00
26 - Transporte	5.031.000,78
87000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis	0,00
870001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis	0,00
04 - Administração	0,00
88000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Laguna	15.995.808,99
880001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Laguna	15.995.808,99
04 - Administração	3.837.914,01
10 - Saúde	192.432,76
12 - Educação	9.285.291,37
13 - Cultura	224.515,66
14 - Direitos da Cidadania	304.828,31
18 - Gestão Ambiental	993.092,10
26 - Transporte	1.106.167,80
27 - Desporto e Lazer	51.566,98
89000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	23.639.597,76
890001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	23.639.597,76
04 - Administração	3.858.204,51
06 - Segurança Pública	98.946,80
10 - Saúde	179.923,98
12 - Educação	14.656.809,91



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
18 - Gestão Ambiental	176.572,83
20 - Agricultura	79.936,41
26 - Transporte	4.589.203,32
27 - Desporto e Lazer	0,00
90000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	41.982.428,85
900001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	41.982.428,85
04 - Administração	8.122.896,60
08 - Assistência Social	1.964.126,18
10 - Saúde	787.712,80
12 - Educação	16.589.362,91
18 - Gestão Ambiental	100.000,00
20 - Agricultura	347.117,50
26 - Transporte	13.469.780,17
27 - Desporto e Lazer	601.432,69
91000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	27.850.996,77
910001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	27.850.996,77
04 - Administração	3.642.606,24
08 - Assistência Social	0,00
10 - Saúde	1.955.820,65
12 - Educação	10.846.379,72
14 - Direitos da Cidadania	13.949,04
20 - Agricultura	27.580,86
26 - Transporte	11.266.043,38
27 - Desporto e Lazer	98.616,88
92000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville	88.754.980,41
920001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville	38.378.040,58
04 - Administração	6.446.062,98



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
06 - Segurança Pública	4.110.034,44
08 - Assistência Social	4.072.215,69
10 - Saúde	4.716.457,81
12 - Educação	16.185.228,87
13 - Cultura	1.015.379,19
14 - Direitos da Cidadania	30.523,16
18 - Gestão Ambiental	40.966,98
20 - Agricultura	60.000,00
26 - Transporte	1.493.342,03
27 - Desporto e Lazer	207.829,43
920021 - Administração do Porto de São Francisco do Sul	50.376.939,83
18 - Gestão Ambiental	1.105.560,36
26 - Transporte	49.271.379,47
93000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul	17.091.094,97
930001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul	17.091.094,97
04 - Administração	4.287.399,87
06 - Segurança Pública	90.000,00
10 - Saúde	586.628,05
12 - Educação	9.389.064,68
18 - Gestão Ambiental	660.340,45
20 - Agricultura	46.666,67
26 - Transporte	2.002.075,67
27 - Desporto e Lazer	28.919,58
94000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra	22.532.192,24
940001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra	22.532.192,24
04 - Administração	5.582.231,83
06 - Segurança Pública	60.600,00



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
08 - Assistência Social	484.042,80
10 - Saúde	754.802,13
12 - Educação	10.702.164,39
14 - Direitos da Cidadania	207.643,68
18 - Gestão Ambiental	396.000,00
20 - Agricultura	24.929,46
26 - Transporte	3.966.990,91
27 - Desporto e Lazer	352.787,04
95000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	12.901.429,35
950001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	12.901.429,35
04 - Administração	2.278.962,71
06 - Segurança Pública	0,00
08 - Assistência Social	193.696,69
10 - Saúde	283.109,98
12 - Educação	7.557.904,04
18 - Gestão Ambiental	710.404,30
20 - Agricultura	139.161,16
26 - Transporte	1.577.760,36
27 - Desporto e Lazer	160.430,11
96000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	39.641.587,03
960001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	39.641.587,03
04 - Administração	6.796.577,91
06 - Segurança Pública	56.600,00
08 - Assistência Social	452.024,13
10 - Saúde	9.298.637,12
11 - Trabalho	200.000,00
12 - Educação	18.158.220,13



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
20 - Agricultura	559.088,98
26 - Transporte	3.960.886,69
27 - Desporto e Lazer	159.552,07
97000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	9.378.691,87
970001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	9.378.691,87
04 - Administração	1.739.717,08
10 - Saúde	18.758,41
12 - Educação	5.835.660,12
20 - Agricultura	297.134,91
23 - Comércio e Serviços	7.800,00
26 - Transporte	1.479.621,35
98000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Palmitos	12.649.735,56
980001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Palmitos	12.649.735,56
04 - Administração	1.626.136,24
06 - Segurança Pública	97.274,29
08 - Assistência Social	74.132,42
10 - Saúde	9.756,29
12 - Educação	5.946.504,33
17 - Saneamento	47.183,75
20 - Agricultura	267.633,22
26 - Transporte	4.513.660,52
27 - Desporto e Lazer	67.454,50
99000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira	12.995.507,20
990001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira	12.995.507,20
04 - Administração	3.042.615,50
10 - Saúde	19.859,78
12 - Educação	7.561.271,43



DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
20 - Agricultura	527.892,71
26 - Transporte	1.701.868,24
27 - Desporto e Lazer	141.999,54
TOTAL	24.179.579.471,50

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	31.853.195.937,00	29.828.547.674,13	-	2.024.648.262,87
1.1.0.0.00.00.00	Receitas Tributárias	22.755.778.629,00	21.180.018.436,55	-	1.575.760.192,45
1.1.1.0.00.00.00	Impostos	22.025.095.282,00	20.577.541.980,56	-	1.447.553.301,44
1.1.1.2.00.00.00	Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	2.783.158.438,00	3.143.601.720,36	360.443.282,36	-
1.1.1.2.04.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.023.512.296,00	1.414.346.234,91	390.833.938,91	-
1.1.1.2.04.31.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes s/ Rendimentos do Trabalho	1.011.512.296,00	1.380.716.976,71	369.204.680,71	-
1.1.1.2.04.34.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes s/ Outros Rendimentos	12.000.000,00	33.629.258,20	21.629.258,20	-
1.1.1.2.05.00.00	IPVA - Imposto s/ Propriedade Veículos Automotores	1.564.998.623,00	1.479.855.774,95	-	85.142.848,05
1.1.1.2.05.01.00	IPVA - Estadual	782.499.911,00	739.927.894,61	-	42.572.016,39
1.1.1.2.05.02.00	IPVA - Municipal	782.498.712,00	739.927.880,34	-	42.570.831,66
1.1.1.2.07.00.00	ITCMD - Imposto s/ Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos	194.647.209,00	249.398.025,80	54.750.816,80	-
1.1.1.2.08.00.00	ITBI - Imposto s/Transmissão "Inter vivos" de Bens Imóveis e Direitos Reais s/ Imóveis	310,00	1.684,70	1.374,70	-
1.1.1.2.08.01.00	ITBI - Estadual	310,00	1.684,70	1.374,70	-
1.1.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Produção e a Circulação	19.241.936.844,00	17.433.940.260,20	-	1.807.996.583,80
1.1.1.3.02.00.00	ICMS-Imp. s/ Oper. Circulação Mercadorias e Prest. Serv. Transp. Interest. Interm. e Com	19.241.936.844,00	17.433.940.260,20	-	1.807.996.583,80
1.1.1.3.02.01.00	Imposto s/ Oper. Circulação Mercadorias e Prest. Serv. Transp. Interest. Interm. e Com.	19.241.936.844,00	17.433.940.260,20	-	1.807.996.583,80
1.1.2.0.00.00.00	Taxas	730.683.347,00	602.476.455,99	-	128.206.891,01
1.1.2.1.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	671.228.695,00	560.490.416,86	-	110.738.278,14
1.1.2.1.17.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	2.286.457,00	1.978.729,11	-	307.727,89
1.1.2.1.17.02.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Animal	2.286.457,00	1.978.729,11	-	307.727,89
1.1.2.1.21.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	9.974.009,00	17.554.233,23	7.580.224,23	-
1.1.2.1.21.01.00	Taxa de Fiscalização Ambiental do Estado de SC	9.974.009,00	17.554.233,23	7.580.224,23	-
1.1.2.1.37.00.00	Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	4.607.367,00	3.448.162,42	-	1.159.204,58
1.1.2.1.99.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	654.360.862,00	537.509.292,10	-	116.851.569,90
1.1.2.1.99.01.00	Taxa de Serviços Gerais	645.472.349,00	528.419.317,33	-	117.053.031,67



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.1.2.1.99.02.00	Taxa de Prevenção Contra Sinistro	1.049.907,00	1.203.711,07	153.804,07	-
1.1.2.1.99.03.00	Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Saneamento Básico	7.838.606,00	7.886.263,70	47.657,70	-
1.1.2.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	59.454.652,00	41.986.039,13	-	17.468.612,87
1.1.2.2.99.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	59.454.652,00	41.986.039,13	-	17.468.612,87
1.1.2.2.99.01.00	Taxa Judiciária	7.133.121,00	7.508.865,82	375.744,82	-
1.1.2.2.99.02.00	Taxa de Segurança Contra Incêndio	1.795,00	-	-	1.795,00
1.1.2.2.99.03.00	Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos	817,00	-	-	817,00
1.1.2.2.99.04.00	Taxa de Segurança Preventiva	1.313.843,00	679.607,80	-	634.235,20
1.1.2.2.99.05.00	Taxa de Aposentadoria de Serventuários e Auxiliares da Justiça	-	17,00	17,00	-
1.1.2.2.99.06.00	Taxa de Registro Contrato Veículo	51.005.076,00	33.797.548,51	-	17.207.527,49
1.1.3.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
1.1.3.0.99.00.00	Outras Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
1.2.0.0.00.00.00	Receita de Contribuições	870.146.110,00	841.184.095,80	-	28.962.014,20
1.2.1.0.00.00.00	Contribuições Sociais	870.146.110,00	841.184.095,80	-	28.962.014,20
1.2.1.0.29.00.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	858.974.179,00	830.127.567,74	-	28.846.611,26
1.2.1.0.29.01.00	Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência	2.126.412,00	2.047.856,54	-	78.555,46
1.2.1.0.29.07.00	Contribuição de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio de Previdência	554.309.837,00	504.925.806,04	-	49.384.030,96
1.2.1.0.29.08.00	Contribuição de Servidor Ativo Militar para o Regime Próprio de Previdência	115.135.875,00	119.755.491,48	4.619.616,48	-
1.2.1.0.29.09.00	Contribuição de Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio de Previdência	110.883.096,00	110.073.214,05	-	809.881,95
1.2.1.0.29.10.00	Contribuição de Servidor Inativo Militar para o Regime Próprio de Previdência	34.413.724,00	49.907.138,54	15.493.414,54	-
1.2.1.0.29.11.00	Contribuição de Pensionista Civil para o Regime Próprio de Previdência	36.638.775,00	36.650.966,94	12.191,94	-
1.2.1.0.29.12.00	Contribuição de Pensionista Militar	4.703.404,00	6.084.473,06	1.381.069,06	-
1.2.1.0.29.15.00	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	763.056,00	682.621,09	-	80.434,91
1.2.1.0.99.00.00	Outras Contribuições Sociais	11.171.931,00	11.056.528,06	-	115.402,94



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.2.1.0.99.08.00	Contribuição Servidor Auxiliar de Justiça	4.489.662,00	2.967.170,24	-	1.522.491,76
1.2.1.0.99.09.00	Outras Contribuições Previdenciárias	6.682.269,00	8.089.357,82	1.407.088,82	-
1.3.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	724.435.417,00	971.161.546,94	246.726.129,94	-
1.3.1.0.00.00.00	Receitas Imobiliárias	6.476.604,00	9.243.285,05	2.766.681,05	-
1.3.1.1.00.00.00	Aluguéis	4.479.650,00	4.234.425,61	-	245.224,39
1.3.1.1.01.00.00	Aluguéis de Imóveis Urbanos	4.461.776,00	3.718.197,90	-	743.578,10
1.3.1.1.01.01.00	Aluguéis de Salas	1.641.578,00	1.354.662,36	-	286.915,64
1.3.1.1.01.01.02.00	Aluguéis Teatro Ademir Rosa	8.289,00	-	-	8.289,00
1.3.1.1.01.01.05.00	Aluguéis Bar e Restaurante do CIC	-	38.840,18	38.840,18	-
1.3.1.1.01.01.08.00	Aluguéis Terminal Rita Maria	2.352.098,00	1.859.878,86	-	492.219,14
1.3.1.1.01.01.10.00	Aluguéis Lanchonete	283.915,00	360.521,20	76.606,20	-
1.3.1.1.01.01.11.00	Aluguéis Restaurante	132.393,00	69.261,86	-	63.131,14
1.3.1.1.01.01.12.00	Aluguéis de Casas	43.503,00	9.833,44	-	33.669,56
1.3.1.1.01.01.14.00	Aluguéis Restaurante e Lanchonete - ALESC	-	25.200,00	25.200,00	-
1.3.1.1.99.00.00	Outras Receitas de Aluguéis	17.874,00	516.227,71	498.353,71	-
1.3.1.2.00.00.00	Arrendamentos	1.841.840,00	4.898.366,67	3.056.526,67	-
1.3.1.5.00.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	155.114,00	110.492,77	-	44.621,23
1.3.1.5.30.00.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	155.114,00	110.492,77	-	44.621,23
1.3.2.0.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	698.846.486,00	940.297.303,17	241.450.817,17	-
1.3.2.2.00.00.00	Dividendos	9.337,00	7.310.085,69	7.300.748,69	-
1.3.2.2.01.00.00	Dividendos - Administração Direta	-	7.305.077,38	7.305.077,38	-
1.3.2.2.02.00.00	Dividendos - Administração Indireta	9.337,00	5.008,31	-	4.328,69
1.3.2.2.02.03.00	Banco do Brasil S.A	6.639,00	3.323,53	-	3.315,47
1.3.2.2.02.11.00	Brasil Telecom Participações	2.698,00	1.684,78	-	1.013,22
1.3.2.5.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	575.724.703,00	868.438.311,17	292.713.608,17	-
1.3.2.5.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Bancários - Vinculados	161.378.536,00	276.995.992,76	115.617.456,76	-
1.3.2.5.01.02.00	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. FUNDEB	38.096.317,00	23.148.926,90	-	14.947.390,10
1.3.2.5.01.03.00	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - Fundo de Saúde	22.498.501,00	18.996.175,67	-	3.502.325,33



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.3.2.5.01.05.00	Remuneração de Depósitos Bancários -Vinc.- Manut. Desenv. Ensino - MDE	31.639.338,00	18.235.225,61	-	13.404.112,39
1.3.2.5.01.08.00	Remuneração de Depósitos Bancários-Vinc.- Salário Educação	9.812.688,00	1.525.535,18	-	8.287.152,82
1.3.2.5.01.09.00	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - CIDE	-	2.388.234,90	2.388.234,90	-
1.3.2.5.01.99.00	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Vinculados	59.331.692,00	212.701.894,50	153.370.202,50	-
1.3.2.5.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados	414.346.167,00	591.442.318,41	177.096.151,41	-
1.3.2.5.02.99.00	Remuneração de Outros Depósitos Bancários Recursos Não Vinculados	414.346.167,00	591.442.318,41	177.096.151,41	-
1.3.2.8.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor	85.009.827,00	64.136.887,74	-	20.872.939,26
1.3.2.8.10.00.00	Remuneração Investim. do Regime Próprio Previd. Servidor em Renda Fixa	85.009.827,00	64.136.887,74	-	20.872.939,26
1.3.2.8.10.01.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Movimento	54.363.264,00	-	-	54.363.264,00
1.3.2.8.10.02.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Tribunal Justiça	18.115.510,00	-	-	18.115.510,00
1.3.2.8.10.03.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Tribunal Contas	909.694,00	-	-	909.694,00
1.3.2.8.10.04.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Assembléia Legislativa	665.442,00	-	-	665.442,00
1.3.2.8.10.05.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Ministério Público	2.822.472,00	-	-	2.822.472,00
1.3.2.8.10.06.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Movimento - Fundo Financeiro	4.230.318,00	26.831.272,83	22.600.954,83	-
1.3.2.8.10.07.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Trib. Justiça - Fundo Financeiro	559.093,00	24.599.287,06	24.040.194,06	-
1.3.2.8.10.08.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Trib. Contas - Fundo Financeiro	439.064,00	1.558.679,41	1.119.615,41	-
1.3.2.8.10.09.00	Remuneração Depósitos Vinculados - ALESC - Fundo Financeiro	695.745,00	1.188.580,22	492.835,22	-
1.3.2.8.10.10.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Ministério Público - Fundo Financeiro	2.194.225,00	8.333.089,71	6.138.864,71	-
1.3.2.8.10.11.00	Remuneração Depósitos Vinculados - IPREV	15.000,00	1.625.978,51	1.610.978,51	-
1.3.2.9.00.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários	38.102.619,00	412.018,57	-	37.690.600,43
1.3.2.9.01.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários - Adm. Direta	-	330.971,72	330.971,72	-
1.3.2.9.01.01.00	Remuneração Depósitos Bancários por Outras Entidades Não Vinc. F. 0180	-	296.810,06	296.810,06	-
1.3.2.9.01.02.00	Remuneração Depósitos Bancários por Outras Entidades Vinc. F. 0185	-	457,60	457,60	-



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.3.2.9.01.03.00	Remuneração Dep. Bancários por Outras Entidades Vinc. - Ministério Público - F. 0184	-	199,13	199,13	-
1.3.2.9.01.05.00	Remuneração Depósitos Bancários por Outras Entidades Vinc. F. 0187	-	33.504,93	33.504,93	-
1.3.2.9.02.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários - Adm. Indireta	38.102.619,00	81.046,85	-	38.021.572,15
1.3.2.9.02.01.00	Remuneração Depósitos Bancários por Outras Entidades Não Vinc. F. 0280	-	2.129,04	2.129,04	-
1.3.2.9.02.02.00	Remuneração Depósitos Bancários por Outras Entidades Vinc. F. 0285	38.102.619,00	73.853,47	-	38.028.765,53
1.3.2.9.02.03.00	Remuneração Dep. Banc. por Outras Entidades Rec. Não Vinc. - Ministério Público F. 0284	-	5.064,34	5.064,34	-
1.3.3.0.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões	11.187.276,00	4.928.567,40	-	6.258.708,60
1.3.3.3.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	11.187.276,00	4.928.567,40	-	6.258.708,60
1.3.3.3.01.00.00	Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	11.187.276,00	4.928.567,40	-	6.258.708,60
1.3.3.3.01.01.00	Receita de Concessão de Direito de Uso de Área Pública - Adm. Direta	-	4.133,46	4.133,46	-
1.3.3.3.01.02.00	Receita de Concessão de Direito de Uso de Área Pública - Adm. Indireta	11.187.276,00	4.924.433,94	-	6.262.842,06
1.3.6.0.00.00.00	Receita da Cessão de Direitos	6.422.509,00	15.190.083,18	8.767.574,18	-
1.3.6.1.00.00.00	Receita de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	6.422.509,00	15.190.083,18	8.767.574,18	-
1.3.6.1.01.00.00	Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal	6.422.509,00	15.190.083,18	8.767.574,18	-
1.3.9.0.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	1.502.542,00	1.502.308,14	-	233,86
1.3.9.0.30.00.00	Royalties - Transferência de Tecnologia	1.500.054,00	1.502.212,14	2.158,14	-
1.3.9.4.00.00.00	Aluguéis de Bens Móveis	2.488,00	96,00	-	2.392,00
1.3.9.4.01.00.00	Utilização dos Sistemas de Áudio e Vídeo	2.488,00	96,00	-	2.392,00
1.4.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	1.201.493,00	1.166.517,92	-	34.975,08
1.4.1.0.00.00.00	Receita da Produção Vegetal	750.000,00	725.361,75	-	24.638,25
1.4.1.0.01.00.00	Agricultura	651.907,00	725.361,75	73.454,75	-
1.4.1.0.99.00.00	Outras Receitas de Produção Vegetal	98.093,00	-	-	98.093,00



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.4.2.0.00.00.00	Receita da Produção Animal e Derivados	451.493,00	441.156,17	-	10.336,83
1.4.2.0.02.00.00	Piscicultura	57.375,00	48.610,54	-	8.764,46
1.4.2.0.03.00.00	Pecuária	71.018,00	121.118,66	50.100,66	-
1.4.2.0.04.00.00	Apicultura	1.500,00	-	-	1.500,00
1.4.2.0.05.00.00	Suinocultura	27.511,00	-	-	27.511,00
1.4.2.0.06.00.00	Ovinocultura	19.493,00	7.745,61	-	11.747,39
1.4.2.0.99.00.00	Outras Receitas de Produção Animal e Derivados	274.596,00	263.681,36	-	10.914,64
1.5.0.0.00.00.00	Receita Industrial	4.112.211,00	4.088.570,67	-	23.640,33
1.5.2.0.00.00.00	Receita da Indústria da Transformação	71.693,00	31.082,25	-	40.610,75
1.5.2.0.27.00.00	Receita da Indústria de Bebidas e Destilados	71.693,00	31.082,25	-	40.610,75
1.5.3.0.00.00.00	Receita da Indústria de Construção	4.040.518,00	4.057.488,42	16.970,42	-
1.5.3.0.02.00.00	Prestação dos Mutuários	4.040.518,00	4.057.488,42	16.970,42	-
1.6.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	647.178.781,00	594.728.823,48	-	52.449.957,52
1.6.0.0.01.00.00	Serviços Comerciais	31.191.653,00	21.730.905,47	-	9.460.747,53
1.6.0.0.01.02.00	Serviços Comercial. Livros, Periódicos, Mat. Escolares e Publicidade	31.012.872,00	21.477.995,68	-	9.534.876,32
1.6.0.0.01.99.00	Outros Serviços Comerciais	178.781,00	252.909,79	74.128,79	-
1.6.0.0.03.00.00	Serviços de Transporte	27.989.921,00	14.859.837,54	-	13.130.083,46
1.6.0.0.03.01.00	Serviços de Transporte Rodoviário	22.260.258,00	10.326.514,01	-	11.933.743,99
1.6.0.0.03.06.00	Receita de Terminais Rodoviários	5.729.663,00	4.533.323,53	-	1.196.339,47
1.6.0.0.04.00.00	Serviços de Comunicação	15.537,00	71.480,64	55.943,64	-
1.6.0.0.04.02.00	Serviços de Radiodifusão	15.537,00	71.480,64	55.943,64	-
1.6.0.0.05.00.00	Serviços de Saúde	330.812.553,00	339.919.811,58	9.107.258,58	-
1.6.0.0.05.01.00	Serviços Hospitalares	3.159.840,00	1.413.340,91	-	1.746.499,09
1.6.0.0.05.05.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil	327.652.713,00	312.494.815,60	-	15.157.897,40
1.6.0.0.05.06.00	Serviços de Assistência à Saúde - Adesão ao Plano de Saúde	-	26.011.655,07	26.011.655,07	-
1.6.0.0.06.00.00	Serviços Portuários	60.982.613,00	42.533.709,93	-	18.448.903,07
1.6.0.0.06.01.00	Utilização da Infra Estrutura Portuária	46.440.025,00	42.533.709,93	-	3.906.315,07
1.6.0.0.06.02.00	Utilização da Infra-Estrutura Terrestre	14.542.588,00	-	-	14.542.588,00
1.6.0.0.07.00.00	Serviços de Armazenagem	42.015.922,00	34.730.152,60	-	7.285.769,40



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.6.0.0.07.01.00	Armazenagem Prod. Agric Portuária Graneis	37.649.027,00	34.730.152,60	-	2.918.874,40
1.6.0.0.07.04.00	Tx Container Import/Dia-1Per (1 a 10 D)	4.366.895,00	-	-	4.366.895,00
1.6.0.0.13.00.00	Serviços Administrativos	58.237.939,00	58.373.907,43	135.968,43	-
1.6.0.0.13.01.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	5.019.185,00	5.488.271,16	469.086,16	-
1.6.0.0.13.02.00	Serviços de Vendas de Editais	6.134,00	-	-	6.134,00
1.6.0.0.13.04.00	Serviços de Expedição de Certificados	100.000,00	238.048,00	138.048,00	-
1.6.0.0.13.07.00	Serv. de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	6.008,00	2.156,00	-	3.852,00
1.6.0.0.13.09.00	Serv. de Inscrição Vestibular	2.645.025,00	1.938.854,05	-	706.170,95
1.6.0.0.13.10.00	Selos de Fisc. Atos Registrais - Adm. Ind.	44.000.000,00	44.603.013,81	603.013,81	-
1.6.0.0.13.99.00	Outros Serviços Administrativos	6.461.587,00	6.103.564,41	-	358.022,59
1.6.0.0.14.00.00	Serviços de Inspeção e Fiscalização	45.646.775,00	34.072.056,46	-	11.574.718,54
1.6.0.0.14.01.00	Inspeção de Produtos de Origem Animal	145.268,00	100.299,76	-	44.968,24
1.6.0.0.14.02.00	Fiscalização de Insumos, Sementes e Agrotóxicos	537.956,00	76.771,91	-	461.184,09
1.6.0.0.14.03.00	Defesa Sanitária Vegetal	1.527.579,00	1.097.733,57	-	429.845,43
1.6.0.0.14.04.00	Defesa Sanitária Animal	1.540.163,00	-	-	1.540.163,00
1.6.0.0.14.06.00	Serviços de Fiscalização e Inspeção do Programa Nac. Hab. Rural	115.585,00	-	-	115.585,00
1.6.0.0.14.07.00	Classificação Produtos de Origem Vegetal	1.239.456,00	1.276.225,67	36.769,67	-
1.6.0.0.14.09.00	Serviços de Perícia, Avaliação, Laudos Tec	10.000,00	9.892,75	-	107,25
1.6.0.0.14.10.00	Serviços de Inspeção e Fiscalização - FATMA	40.530.768,00	30.191.981,34	-	10.338.786,66
1.6.0.0.14.11.00	Defesa Sanitária Animal F. 0240	-	1.319.151,46	1.319.151,46	-
1.6.0.0.15.00.00	Serviços de Meteorologia	1.385.321,00	1.573.257,71	187.936,71	-
1.6.0.0.16.00.00	Serviços Educacionais	2.067.479,00	1.215.772,43	-	851.706,57
1.6.0.0.16.02.00	Cursos Técnicos	23.536,00	1.715,34	-	21.820,66
1.6.0.0.16.03.00	Serv. Educ. Tx. e Emolumentos - UDESC	606.771,00	730.283,55	123.512,55	-
1.6.0.0.16.07.00	Serviços Educacionais Taxas e Emolumentos - ENA	1.437.172,00	483.773,54	-	953.398,46
1.6.0.0.17.00.00	Serviços Agropecuários	18.500,00	101.895,73	83.395,73	-
1.6.0.0.19.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	440.976,00	565.624,77	124.648,77	-
1.6.0.0.19.21.00	Museu Histórico de Santa Catarina	33.442,00	93.848,00	60.406,00	-
1.6.0.0.19.22.00	Taxa de Jogos e Eventos Esportivos	-	31.301,86	31.301,86	-



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.6.0.0.19.23.00	Ingressos de Eventos Culturais	374.948,00	368.214,91	-	6.733,09
1.6.0.0.19.24.00	Museu Nacional do Mar	32.586,00	72.260,00	39.674,00	-
1.6.0.0.20.00.00	Serviços de Consultoria, Assist. Téc. e Análises de Projetos	13.604.672,00	12.092.467,69	-	1.512.204,31
1.6.0.0.20.01.00	Consultoria Técnica	230.535,00	361.036,22	130.501,22	-
1.6.0.0.20.02.00	Análise de Solos	800.000,00	1.165.788,67	365.788,67	-
1.6.0.0.20.03.00	Análise de Água	60.000,00	118.631,77	58.631,77	-
1.6.0.0.20.05.00	Outras Análises	100.000,00	81.859,64	-	18.140,36
1.6.0.0.20.07.00	Elaboração e Supervisão de Projetos	3.178.666,00	1.425.740,71	-	1.752.925,29
1.6.0.0.20.08.00	Prestação de Assist. Tecn. e Ext. Rural	9.235.471,00	8.939.410,68	-	296.060,32
1.6.0.0.21.00.00	Serviços de Hospedagem e Alimentação	544.586,00	613.934,56	69.348,56	-
1.6.0.0.24.00.00	Serviços de Registro do Comércio	23.671.607,00	19.780.184,89	-	3.891.422,11
1.6.0.0.25.00.00	Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	7.838,00	-	-	7.838,00
1.6.0.0.39.00.00	Serviços Veterinários	110.267,00	30.570,57	-	79.696,43
1.6.0.0.39.01.00	Serviços Laboratoriais de Animais	110.267,00	30.570,57	-	79.696,43
1.6.0.0.99.00.00	Outros Serviços	8.434.622,00	12.463.253,48	4.028.631,48	-
1.7.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	6.116.268.881,00	5.369.470.581,03	-	746.798.299,97
1.7.2.0.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	5.412.387.137,00	4.574.604.799,41	-	837.782.337,59
1.7.2.1.00.00.00	Transferências da União	3.045.240.037,00	2.491.822.476,29	-	553.417.560,71
1.7.2.1.01.00.00	Participação na Receita da União	1.727.244.774,00	1.438.181.177,05	-	289.063.596,95
1.7.2.1.01.01.00	Cota-Parte do Fundo Participação Estado e DF	1.361.989.668,00	1.140.411.556,23	-	221.578.111,77
1.7.2.1.01.12.00	Cota-Parte do IPI - Estados Exportadores Prod. Industrial.	307.425.054,00	253.397.123,42	-	54.027.930,58
1.7.2.1.01.13.00	Cota-Parte CIDE - Contrib. Intervenção no Domínio Econômico	57.721.692,00	44.368.234,73	-	13.353.457,27
1.7.2.1.01.32.00	Cotaparte Imp.s/Op.Créd.,Câmbio, Seg ou Rel.Tit.ou Valores Mobiliários - Comerc. Ouro	108.360,00	4.262,67	-	104.097,33
1.7.2.1.22.00.00	Transferência da Compensação Financeira p/ Explor. Rec. Naturais	34.085.678,00	59.515.968,49	25.430.290,49	-
1.7.2.1.22.11.00	Cota-Parte Comp. Financ. Recursos Hídricos	26.949.104,00	52.278.413,95	25.329.309,95	-
1.7.2.1.22.20.00	Cota-Parte Comp. Financ. Rec. Minerais - CFEM	4.234.580,00	4.334.122,24	99.542,24	-
1.7.2.1.22.70.00	Cota-Parte do Fundo Esp. do Petróleo-FEP	2.901.994,00	2.903.432,30	1.438,30	-
1.7.2.1.33.00.00	Transferências Recursos Sus - Repasses Fundo a Fundo	711.399.831,00	541.549.932,03	-	169.849.898,97



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.7.2.1.33.11.00	Atenção Básica	89.580,00	63.340,00	-	26.240,00
1.7.2.1.33.12.00	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	643.350.929,00	480.887.836,70	-	162.463.092,30
1.7.2.1.33.13.00	Vigilância em Saúde	15.876.573,00	16.429.470,27	552.897,27	-
1.7.2.1.33.14.00	Assistência Farmacêutica	50.914.449,00	43.919.785,06	-	6.994.663,94
1.7.2.1.33.15.00	Gestão SUS	1.168.300,00	249.500,00	-	918.800,00
1.7.2.1.34.00.00	Transf. Rec. Fundo Nac. Assistência Social - FNAS	4.748.888,00	1.631.914,32	-	3.116.973,68
1.7.2.1.35.00.00	Transf Rec. Fundo Nac. Desenv. Educação - FNDE	387.007.626,00	305.479.661,30	-	81.527.964,70
1.7.2.1.35.01.00	Transferências do Salário-Educação	263.470.283,00	211.949.829,32	-	51.520.453,68
1.7.2.1.35.02.00	Transferências Diretas do FNDE ref. ao Prog. Dinheiro Direto na Escola PDDE	11.544.338,00	-	-	11.544.338,00
1.7.2.1.35.03.00	Transferências Diretas do FNDE ref. ao Prog. Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	45.963.083,00	39.633.084,80	-	6.329.998,20
1.7.2.1.35.99.00	Outras Transferências Dir. Fundo Nacional do Desenv. da Educação - FNDE	66.029.922,00	53.896.747,18	-	12.133.174,82
1.7.2.1.36.00.00	Transf. Financeiras do ICMS - Desoneração - L.C. N. 87/96	71.164.471,00	52.522.908,72	-	18.641.562,28
1.7.2.1.99.00.00	Outras Transferências da União	109.588.769,00	92.940.914,38	-	16.647.854,62
1.7.2.1.99.01.00	Outras Transferências da União - FEX (Aux. Fom.Export) Tesouro	54.020.184,00	83.789.842,50	29.769.658,50	-
1.7.2.1.99.02.00	Outras Transferências da União - Adm. Direta	-	740.400,00	740.400,00	-
1.7.2.1.99.03.00	Outras Transferências da União - Adm. Indireta	7.562.555,00	5.162.640,69	-	2.399.914,31
1.7.2.1.99.07.00	Outras Transferências da União - Situação de Emergência e Calamidade FR 0132	43.868.486,00	-	-	43.868.486,00
1.7.2.1.99.08.00	Outras Transferências da União - Situação de Emergência e Calamidade FR 0232	4.137.544,00	3.248.031,19	-	889.512,81
1.7.2.3.00.00.00	Transferências dos Municípios	-	26.284,56	26.284,56	-
1.7.2.3.99.00.00	Outras Transferências dos Municípios	-	26.284,56	26.284,56	-
1.7.2.3.99.05.00	Outras Transferências dos Municípios para Fundos	-	26.284,56	26.284,56	-
1.7.2.4.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	2.367.147.100,00	2.082.756.038,56	-	284.391.061,44
1.7.2.4.01.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB	2.367.147.100,00	2.082.756.038,56	-	284.391.061,44
1.7.3.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	359.731.451,00	668.158.777,17	308.427.326,17	-
1.7.3.0.01.00.00	Transferências de Instituições Privadas-FUNDOSOCIAL	100.738.071,00	476.279.366,38	375.541.295,38	-



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.7.3.0.01.01.00	Transf. Instit. Priv.-FUNDOSOCIAL-Estadual	100.738.071,00	476.279.366,38	375.541.295,38	-
1.7.3.0.01.05.00	Transf. Instit. Priv.-FUNDOSOCIAL-Municipal F. 0261	-	-	-	-
1.7.3.0.03.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Outras - Administração Direta	-	9.013.198,37	9.013.198,37	-
1.7.3.0.05.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundos	252.911.541,00	173.381.286,02	-	79.530.254,98
1.7.3.0.05.01.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Pró-Emprego	120.000.000,00	58.324.220,40	-	61.675.779,60
1.7.3.0.05.03.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Educação Superior	78.953.400,00	46.226.472,79	-	32.726.927,21
1.7.3.0.05.04.00	Transferências de Agroindústrias - FDR	16.337.017,00	19.741.689,11	3.404.672,11	-
1.7.3.0.05.05.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Estadual de Defesa Civil	32.366.545,00	21.639.286,12	-	10.727.258,88
1.7.3.0.05.06.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Infância e Adolescência	529.784,00	1.307.842,19	778.058,19	-
1.7.3.0.05.07.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo de Recuperação de Bens Lesados	-	272.541,87	272.541,87	-
1.7.3.0.05.08.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Estadual de Saúde	4.724.795,00	25.316.806,36	20.592.011,36	-
1.7.3.0.05.09.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	-	122.427,18	122.427,18	-
1.7.3.0.05.10.00	Transferências de Instituições Privadas-Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	-	430.000,00	430.000,00	-
1.7.3.0.06.00.00	Transferências de Instituições Privadas - FAPESC	5.981.839,00	4.348.654,92	-	1.633.184,08
1.7.3.0.06.02.00	Transferências de Empresas Produtoras de Vinho	-	3.043,92	3.043,92	-
1.7.3.0.06.05.00	Transferências de Instituições Privadas a FAPESC	5.981.839,00	4.345.611,00	-	1.636.228,00
1.7.3.0.07.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundações	100.000,00	5.136.271,48	5.036.271,48	-
1.7.3.0.07.02.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundação UDESC	-	5.136.271,48	5.136.271,48	-
1.7.5.0.00.00.00	Transferências de Pessoas	233.936,00	1.124.952,91	891.016,91	-
1.7.5.0.04.00.00	Transferências de Pessoas - Fundos	233.936,00	1.104.113,02	870.177,02	-
1.7.5.0.04.01.00	Transferências de Pessoas - Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	233.936,00	689.165,56	455.229,56	-
1.7.5.0.04.03.00	Transferências de Pessoas - Fundo de Recuperação de Bens Lesados	-	183.616,53	183.616,53	-
1.7.5.0.04.05.00	Transferências de Pessoas - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	-	231.330,93	231.330,93	-



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.7.5.0.05.00.00	Transferências de Pessoas - Fundações	-	20.839,89	20.839,89	-
1.7.5.0.05.02.00	Transferências de Pessoas - Fundação Catarinense de Educação Especial	-	20.839,89	20.839,89	-
1.7.6.0.00.00.00	Transferências de Convênios	343.916.357,00	125.582.051,54	-	218.334.305,46
1.7.6.1.00.00.00	Transferências de Convênios União e de suas Entidades	273.416.139,00	115.156.707,53	-	158.259.431,47
1.7.6.1.01.00.00	Transferências de Convênios da União para SUS	174.939,00	303.614,12	128.675,12	-
1.7.6.1.03.00.00	Transferências de Conv. União Dest. Prog. Assistência Social	-	-	-	-
1.7.6.1.03.01.00	Transf. Conv. União Dest. Prog. Ass. Social - Adm. Direta	-	-	-	-
1.7.6.1.04.00.00	Transferência Conv. União Dest. a Prog. Combate a Fome	-	-	-	-
1.7.6.1.04.01.00	Transf. Conv. União Dest. Prog. Combate a Fome - Adm. Direta	-	-	-	-
1.7.6.1.99.00.00	Outras Transferências de Convênios União	273.241.200,00	114.853.093,41	-	158.388.106,59
1.7.6.1.99.01.00	Transf. Convênios União - Administração Direta	189.310.817,00	9.508.678,07	-	179.802.138,93
1.7.6.1.99.02.00	Transf. Convênios União - Administração Indireta	83.930.383,00	105.344.415,34	21.414.032,34	-
1.7.6.3.00.00.00	Transf Convênios dos Municípios e de suas Entidades	53.587.348,00	905.669,07	-	52.681.678,93
1.7.6.3.99.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	53.587.348,00	905.669,07	-	52.681.678,93
1.7.6.3.99.01.00	Outras Transferências Convênios Municípios - Adm. Direta	43.868.486,00	-	-	43.868.486,00
1.7.6.3.99.02.00	Outras Transferências Convênios Municípios - Adm. Indireta	9.718.862,00	905.669,07	-	8.813.192,93
1.7.6.4.00.00.00	Transferências Convênios de Instituições Privadas	16.854.697,00	9.500.620,96	-	7.354.076,04
1.7.6.4.02.00.00	Transferências Convênios de Instituições Privadas - Adm. Indireta	16.854.697,00	9.500.620,96	-	7.354.076,04
1.7.6.5.00.00.00	Transferências Convênios do Exterior	58.173,00	19.053,98	-	39.119,02
1.7.6.5.02.00.00	Transferências Convênios do Exterior - Adm. Indireta	58.173,00	19.053,98	-	39.119,02
1.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	734.074.415,00	866.729.101,74	132.654.686,74	-
1.9.1.0.00.00.00	Multas e Juros de Mora	267.121.089,00	332.852.047,46	65.730.958,46	-
1.9.1.1.00.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	151.983.892,00	144.363.703,59	-	7.620.188,41
1.9.1.1.20.00.00	Multas e Juros ITCMD	14.032.331,00	16.549.972,74	2.517.641,74	-
1.9.1.1.20.01.00	Multas de ITCMD	7.085.561,00	7.584.137,15	498.576,15	-
1.9.1.1.20.02.00	Juros de ITCMD	6.946.770,00	8.965.835,59	2.019.065,59	-
1.9.1.1.35.00.00	Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização de Vig. Sanitária	112.089,00	504.198,61	392.109,61	-
1.9.1.1.35.01.00	Multas e Juros de Fiscalização de Vig. Sanitária - Saúde	112.089,00	330.251,62	218.162,62	-



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.1.1.35.02.00	Multas e Juros de Fiscalização de Vig. Sanitária - Animal	-	173.946,99	173.946,99	-
1.9.1.1.41.00.00	Multas e Juros de Mora de IPVA	4.331.594,00	3.325.136,57	-	1.006.457,43
1.9.1.1.41.01.00	Multas/Juros de Mora IPVA- Estadual	2.165.802,00	1.662.571,45	-	503.230,55
1.9.1.1.41.02.00	Multas/Juros de Mora de IPVA - Municipal	2.165.792,00	1.662.565,12	-	503.226,88
1.9.1.1.42.00.00	Multas/Juros de Mora ICMS	133.507.878,00	123.984.395,67	-	9.523.482,33
1.9.1.1.42.01.00	Multas/Juros de Mora ICMS - Estadual	100.130.939,00	92.988.320,09	-	7.142.618,91
1.9.1.1.42.02.00	Multas/Juros de Mora de ICMS - Municipal	33.376.939,00	30.996.075,58	-	2.380.863,42
1.9.1.2.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	134.341,00	580.045,51	445.704,51	-
1.9.1.2.29.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições para o Regime Próprio Prev. Servidor	134.341,00	580.045,51	445.704,51	-
1.9.1.2.29.01.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal para o Regime Próprio Previdência	21.278,00	256.791,78	235.513,78	-
1.9.1.2.29.02.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição Servidor para o Regime Próprio Previdência	113.063,00	323.253,73	210.190,73	-
1.9.1.3.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	55.384.266,00	64.450.716,55	9.066.450,55	-
1.9.1.3.14.00.00	Multas e Juros de Mora D.A de IPVA	4.082.824,00	3.697.057,54	-	385.766,46
1.9.1.3.14.01.00	Multas e Juros de Mora D.A IPVA - Estadual	2.041.420,00	1.848.544,97	-	192.875,03
1.9.1.3.14.02.00	Multas e Juros de Mora D.A IPVA-Municipal	2.041.404,00	1.848.512,57	-	192.891,43
1.9.1.3.15.00.00	Multas e Juros de Mora D.A de ICMS	50.487.896,00	58.459.205,27	7.971.309,27	-
1.9.1.3.15.01.00	Multas e Juros de Mora D.A ICMS - Estadual	37.865.935,00	43.844.415,21	5.978.480,21	-
1.9.1.3.15.02.00	Multas e Juros de Mora D.A ICMS- Municipal	12.621.961,00	14.614.790,06	1.992.829,06	-
1.9.1.3.20.00.00	Multa e Juros de Mora D.A de ITCMD	813.546,00	2.294.453,74	1.480.907,74	-
1.9.1.3.20.01.00	Multas D.A de ITCMD	201.951,00	883.719,46	681.768,46	-
1.9.1.3.20.02.00	Juros D.A de ITCMD	611.595,00	1.410.734,28	799.139,28	-
1.9.1.8.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.734.456,00	8.796.931,75	7.062.475,75	-
1.9.1.8.02.00.00	Multas e Juros de Mora de Arrendamentos	1.734.456,00	594.485,51	-	1.139.970,49
1.9.1.8.02.01.00	Multas e Juros de Mora de Serviços Portuários	1.734.456,00	594.485,51	-	1.139.970,49
1.9.1.8.99.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	-	8.202.446,24	8.202.446,24	-
1.9.1.9.00.00.00	Multas de Outras Origens	57.884.134,00	114.660.650,06	56.776.516,06	-
1.9.1.9.15.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	51.115.184,00	75.484.073,01	24.368.889,01	-



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.1.9.15.01.00	Multas de Trânsito	51.115.184,00	75.484.073,01	24.368.889,01	-
1.9.1.9.27.00.00	Multas e Juros Previstos em Contrato	583.412,00	1.547.906,41	964.494,41	-
1.9.1.9.28.00.00	Multas por Infrações a Legislação de Operação do Transporte Rodoviário	73.394,00	25.664,19	-	47.729,81
1.9.1.9.32.00.00	Multas Decorrentes Sentença Penal Condenatória	-	68,78	68,78	-
1.9.1.9.35.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	1.808.617,00	3.461.775,08	1.653.158,08	-
1.9.1.9.48.00.00	Multa Aplicadas pelos Tribunais de Contas	-	834.026,51	834.026,51	-
1.9.1.9.50.00.00	Multas por Auto de Infração	136.753,00	27.017.909,15	26.881.156,15	-
1.9.1.9.50.01.00	Multas por Auto de Infração - Ad. Direta	-	26.299.640,30	26.299.640,30	-
1.9.1.9.50.02.00	Multas por Auto de Infração - Ad. Indireta	136.753,00	718.268,85	581.515,85	-
1.9.1.9.99.00.00	Outras Multas	4.166.774,00	6.289.226,93	2.122.452,93	-
1.9.1.9.99.01.00	Outras Multas - Administração Direta	-	1.618.887,97	1.618.887,97	-
1.9.1.9.99.02.00	Outras Multas - Administração Indireta	4.166.774,00	4.670.338,96	503.564,96	-
1.9.2.0.00.00.00	Indenizações e Restituições	152.758.381,00	169.683.561,44	16.925.180,44	-
1.9.2.1.00.00.00	Indenizações	25.993.731,00	1.820.785,39	-	24.172.945,61
1.9.2.1.06.00.00	Indenizações Causadas por Danos ao Patrimônio Público	680.419,00	1.234.690,04	554.271,04	-
1.9.2.1.06.01.00	Indenizações Causadas por Danos ao Patrimônio Público- Administração Direta	-	109.059,05	109.059,05	-
1.9.2.1.06.02.00	Indenizações Causadas por Danos ao Patrimônio Público - Administração Indireta	680.419,00	1.125.630,99	445.211,99	-
1.9.2.1.99.00.00	Outras Indenizações	25.313.312,00	586.095,35	-	24.727.216,65
1.9.2.1.99.01.00	Outras Indenizações - Administração Direta - F 0101	25.000.000,00	4.507,11	-	24.995.492,89
1.9.2.1.99.02.00	Outras Indenizações - Administração Indireta	300.000,00	178.472,80	-	121.527,20
1.9.2.1.99.03.00	Outras Indenizações - FR 0111	-	46.517,34	46.517,34	-
1.9.2.1.99.04.00	Indenizações Causadas por Uso Indevido do Patrimônio Público - Adm. Direta FR 0169	-	281.368,64	281.368,64	-
1.9.2.1.99.05.00	Indenizações por Uso Indevido do Patrimônio Público- Administração Indireta FR 0269	13.312,00	14.136,79	824,79	-
1.9.2.1.99.06.00	Outras Indenizações - Administração Direta FR 0.169	-	61.092,67	61.092,67	-
1.9.2.2.00.00.00	Restituições	126.764.650,00	167.862.776,05	41.098.126,05	-



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.2.2.01.00.00	Restituições de Convênios	32.035.155,00	24.010.238,14	-	8.024.916,86
1.9.2.2.01.01.00	Restituições de Convênios - FR 0100	25.000.000,00	3.080.321,96	-	21.919.678,04
1.9.2.2.01.02.00	Restituições de Convênios - FR 0124	18.906,00	1.553,44	-	17.352,56
1.9.2.2.01.04.00	Restituições de Convênios - FR 0126	-	765,00	765,00	-
1.9.2.2.01.06.00	Restituições de Convênios - FR 0128	-	35.661,58	35.661,58	-
1.9.2.2.01.12.00	Restituições de Convênios - FR 0228	1.427,00	286.306,75	284.879,75	-
1.9.2.2.01.14.00	Restituições de Convênios - FR 0121	-	14.147,51	14.147,51	-
1.9.2.2.01.21.00	Restituições de Convênios - FR 0122	-	522.527,73	522.527,73	-
1.9.2.2.01.22.00	Restituições de Convênios - FR 0261	-	2.105.107,77	2.105.107,77	-
1.9.2.2.01.23.00	Restituições de Convênios - FR 0265	458.052,00	417.984,73	-	40.067,27
1.9.2.2.01.24.00	Restituições de Convênios - FR 0262	-	646.202,62	646.202,62	-
1.9.2.2.01.25.00	Restituições de Convênios - FR 0240	-	13.610,87	13.610,87	-
1.9.2.2.01.27.00	Restituições de Convênios - FR 0129	-	118.515,94	118.515,94	-
1.9.2.2.01.28.00	Restituições de Convênios - FR 0229	-	339.287,52	339.287,52	-
1.9.2.2.01.29.00	Restituições de Convênios - FR 0263	-	253,88	253,88	-
1.9.2.2.01.30.00	Restituições de Convênios - FR 0111	-	77.929,42	77.929,42	-
1.9.2.2.01.31.00	Restituições de Convênios - FR 0191	-	16.350.061,42	16.350.061,42	-
1.9.2.2.01.32.00	Restituições de Convênios - FR 0269	6.556.770,00	-	-	6.556.770,00
1.9.2.2.07.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	28.386.327,00	113.899.148,23	85.512.821,23	-
1.9.2.2.07.01.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0101	28.000.000,00	18.589.837,83	-	9.410.162,17
1.9.2.2.07.02.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0119	-	1.381,00	1.381,00	-
1.9.2.2.07.05.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0240	57.896,00	85.577.686,29	85.519.790,29	-
1.9.2.2.07.06.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0259	128.535,00	-	-	128.535,00
1.9.2.2.07.07.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0262	-	18.814,43	18.814,43	-
1.9.2.2.07.08.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0250	-	2.749.687,76	2.749.687,76	-
1.9.2.2.07.10.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0299	156.383,00	2.229,90	-	154.153,10
1.9.2.2.07.11.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0111	-	909.488,19	909.488,19	-
1.9.2.2.07.12.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0131	-	528.639,54	528.639,54	-
1.9.2.2.07.15.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0260	-	8.041,05	8.041,05	-
1.9.2.2.07.19.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0122	-	11.101,80	11.101,80	-



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.2.2.07.20.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0266	-	17.686,38	17.686,38	-
1.9.2.2.07.21.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0269	43.513,00	1.882.399,66	1.838.886,66	-
1.9.2.2.07.22.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0169	-	2.996,10	2.996,10	-
1.9.2.2.07.23.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0185	-	31.340,78	31.340,78	-
1.9.2.2.07.24.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0228	-	483,37	483,37	-
1.9.2.2.07.25.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0128	-	24.636,68	24.636,68	-
1.9.2.2.07.26.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0229	-	159.111,43	159.111,43	-
1.9.2.2.07.27.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0120	-	282.381,94	282.381,94	-
1.9.2.2.07.31.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0223	-	135.736,84	135.736,84	-
1.9.2.2.07.32.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0192	-	10.000,00	10.000,00	-
1.9.2.2.07.33.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0191	-	131.903,67	131.903,67	-
1.9.2.2.07.34.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0225	-	1.296,37	1.296,37	-
1.9.2.2.07.35.00	Recup.Desp.Exerc.Anteriores - Ressarcimento de Pessoal Cedido	-	369.456,46	369.456,46	-
1.9.2.2.07.36.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0162	-	1.657.416,54	1.657.416,54	-
1.9.2.2.07.37.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0161	-	795.394,22	795.394,22	-
1.9.2.2.10.00.00	Compensação Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Prev. Servidores	38.342.359,00	27.551.728,19	-	10.790.630,81
1.9.2.2.10.01.00	Compensação Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Prev. Servidores	38.342.359,00	27.551.728,19	-	10.790.630,81
1.9.2.2.99.00.00	Outras Restituições	28.000.809,00	2.401.661,49	-	25.599.147,51
1.9.2.2.99.01.00	Restituição em Folha de Pagamento	28.000.809,00	1.069.781,02	-	26.931.027,98
1.9.2.2.99.35.00	Ressarcimento de Pessoal Cedido	-	1.287.884,08	1.287.884,08	-
1.9.2.2.99.36.00	Ressarcimento de Despesas com Patronal - Ref. Adesão ao Plano de Saúde	-	43.996,39	43.996,39	-
1.9.3.0.00.00.00	Receita da Dívida Ativa	61.638.324,00	114.909.638,00	53.271.314,00	-
1.9.3.1.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	58.300.161,00	87.564.332,27	29.264.171,27	-
1.9.3.1.07.00.00	Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	1.100.000,00	1.229.191,03	129.191,03	-
1.9.3.1.14.00.00	Receita da Dívida Ativa do IPVA	5.924.189,00	3.664.391,22	-	2.259.797,78
1.9.3.1.14.01.00	Receita da Dívida Ativa do IPVA-Estadual	2.962.107,00	1.832.203,83	-	1.129.903,17
1.9.3.1.14.02.00	Receita da Dívida Ativa IPVA-Municipal	2.962.082,00	1.832.187,39	-	1.129.894,61



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.3.1.15.00.00	Receita da Dívida Ativa do ICMS	49.969.384,00	80.344.737,22	30.375.353,22	-
1.9.3.1.15.01.00	Receita da Dívida Ativa do ICMS-Estadual	37.477.049,00	60.258.560,45	22.781.511,45	-
1.9.3.1.15.02.00	Receita da Dívida Ativa do ICMS-Municipal	12.492.335,00	20.086.176,77	7.593.841,77	-
1.9.3.1.20.00.00	Receita da Dívida Ativa do ITCMD	1.306.588,00	2.325.544,95	1.018.956,95	-
1.9.3.1.20.01.00	Receita da Dívida Ativa do ITCMD	1.306.588,00	2.325.544,95	1.018.956,95	-
1.9.3.1.99.00.00	Receita Dívida Ativa de Outros Tributos	-	467,85	467,85	-
1.9.3.1.99.03.00	Receita Dívida Ativa Outros Tributos - Custas Extrajudiciais	-	467,85	467,85	-
1.9.3.2.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não Tributária	3.338.163,00	27.345.305,73	24.007.142,73	-
1.9.3.2.99.00.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	3.338.163,00	27.345.305,73	24.007.142,73	-
1.9.3.2.99.01.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Principal	679.762,00	599.497,60	-	80.264,40
1.9.3.2.99.03.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Adm. Indireta	2.652.552,00	2.621.664,90	-	30.887,10
1.9.3.2.99.04.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Adm. Direta	-	23.897.376,55	23.897.376,55	-
1.9.3.2.99.05.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Multa Moratória/Compensatória	-	651,78	651,78	-
1.9.3.2.99.06.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Multa Ato Atentatório Exercício de Jurisdição	-	347,52	347,52	-
1.9.3.2.99.08.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Devolução de Valores Percebidos Indevidamente	-	55.699,23	55.699,23	-
1.9.3.2.99.09.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Multas Administrativas	5.849,00	170.068,15	164.219,15	-
1.9.9.0.00.00.00	Receitas Diversas	252.556.621,00	249.283.854,84	-	3.272.766,16
1.9.9.0.02.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	14.039.545,00	15.048.342,90	1.008.797,90	-
1.9.9.0.02.01.00	Receita de Honorários Advocatórios	14.039.545,00	15.048.342,90	1.008.797,90	-
1.9.9.0.03.00.00	Receita Decorrente de Alienação de Bens Apreendidos	1.328.143,00	887.718,54	-	440.424,46
1.9.9.0.03.01.00	Receita de Leilões de Mercadorias Apreendidas	1.160.097,00	189.306,48	-	970.790,52
1.9.9.0.03.02.00	Receita de Alienação de Bens Apreendidos	168.046,00	698.412,06	530.366,06	-
1.9.9.0.21.00.00	Receita de Prêmios de Seguro	184.014,00	317.064,37	133.050,37	-
1.9.9.0.21.01.00	Receita de Prêmios de Seguros - Administração Direta	-	22.164,00	22.164,00	-
1.9.9.0.21.02.00	Receita de Prêmios de Seguros - Administração Indireta	184.014,00	294.900,37	110.886,37	-
1.9.9.0.99.00.00	Outras Receitas	237.004.919,00	233.030.729,03	-	3.974.189,97



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.9.0.99.03.00	Outras Receitas Diversas - Adm.Indireta - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	20.700.000,00	14.037.008,51	-	6.662.991,49
1.9.9.0.99.05.00	Outras Receitas Diversas - Adm.Indireta - Custas de Escrivaninhas Judiciais	120.871.289,00	130.261.643,95	9.390.354,95	-
1.9.9.0.99.06.00	Outras Receitas Diversas - Adm.Indireta - Custas de Escriv. Extra-Judiciais	95.433.630,00	84.531.129,47	-	10.902.500,53
1.9.9.0.99.08.00	Outras Receitas Diversas - Adm.Indireta - Acréscimos Contratuais PRODEC	-	4.200.947,10	4.200.947,10	-
2.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	1.518.184.920,00	1.367.346.775,68	-	150.838.144,32
2.1.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	1.399.108.132,00	1.253.880.610,78	-	145.227.521,22
2.1.1.0.00.00.00	Operações de Créditos Internas	1.050.677.144,00	1.037.465.146,04	-	13.211.997,96
2.1.1.4.00.00.00	Operações Crédito Internas - Contratuais	1.050.677.144,00	1.037.465.146,04	-	13.211.997,96
2.1.1.4.05.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Prog. Modernização da Adm. Pública	6.167.632,00	-	-	6.167.632,00
2.1.1.4.05.02.00	Financiamento PMAE	6.167.632,00	-	-	6.167.632,00
2.1.1.4.99.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.044.509.512,00	1.037.465.146,04	-	7.044.365,96
2.1.1.4.99.02.00	BB - Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres - Lei 15.941/2012	105.258.162,00	-	-	105.258.162,00
2.1.1.4.99.03.00	BNDES - Programa Caminhos do Desenvolvimento - Lei 15.830 e 15.882/2012	90.031.248,00	15.000.000,00	-	75.031.248,00
2.1.1.4.99.04.00	BNDES - Programa Acelera Santa Catarina - Lei 15.855 e 15883/2012	266.637.674,00	212.565.746,04	-	54.071.927,96
2.1.1.4.99.05.00	BNDES - Sistema de Transporte de Joinville - Lei 14.739/2009	7.399.830,00	-	-	7.399.830,00
2.1.1.4.99.09.00	BB II - Pacto por Santa Catarina - Lei 16.129/2013	575.182.598,00	809.899.400,00	234.716.802,00	-
2.1.2.0.00.00.00	Operações de Crédito Externas	348.430.988,00	216.415.464,74	-	132.015.523,26
2.1.2.3.00.00.00	Operações de Créditos Externas - Contratuais	348.430.988,00	216.415.464,74	-	132.015.523,26
2.1.2.3.04.00.00	Operações de Crédito Externas p/ Programas de Meio Ambiente	120.954.139,00	52.859.783,46	-	68.094.355,54
2.1.2.3.04.01.00	Financ. Bird/Sc Microbacias	954.139,00	5.649.256,44	4.695.117,44	-
2.1.2.3.04.02.00	Fin. Projeto SC Rural Microbacias 3- SWAP	120.000.000,00	47.210.527,02	-	72.789.472,98
2.1.2.3.05.00.00	Operações de Crédito Externas p/ Programas de Modern. Adm. Pública	197.963.299,00	107.444.681,28	-	90.518.617,72
2.1.2.3.05.02.00	Programa BID V e VI - Lei n. 14.532/2008	179.460.402,00	94.973.000,00	-	84.487.402,00
2.1.2.3.05.03.00	PROFISCO/BID Proj. Lei 077/2008	18.502.897,00	12.471.681,28	-	6.031.215,72



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
2.1.2.3.99.00.00	Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	29.513.550,00	56.111.000,00	26.597.450,00	-
2.1.2.3.99.02.00	CAF - Lei n. 15.714/11	29.513.550,00	56.111.000,00	26.597.450,00	-
2.2.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	54.148.001,00	9.078.706,18	-	45.069.294,82
2.2.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	27.411.303,00	7.856.309,86	-	19.554.993,14
2.2.1.0.02.00.00	Alienação de Bens Móveis - Administração Indireta	7.500.000,00	-	-	7.500.000,00
2.2.1.9.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	19.911.303,00	7.856.309,86	-	12.054.993,14
2.2.1.9.01.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis - Adm. Direta	-	447.752,00	447.752,00	-
2.2.1.9.02.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis - Adm. Indireta	19.911.303,00	7.408.557,86	-	12.502.745,14
2.2.2.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	26.736.698,00	1.222.396,32	-	25.514.301,68
2.2.2.5.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	26.736.698,00	849.400,00	-	25.887.298,00
2.2.2.5.02.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos - Adm. Indireta	26.736.698,00	849.400,00	-	25.887.298,00
2.2.2.9.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	-	372.996,32	372.996,32	-
2.2.2.9.01.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis - Adm. Direta	-	372.996,32	372.996,32	-
2.3.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	12.505.647,00	23.349.837,80	10.844.190,80	-
2.3.0.0.70.00.00	Outras Amortizações de Empréstimos	-	12.379.773,90	12.379.773,90	-
2.3.0.0.70.02.00	Amortização de Empréstimos - Em Contratos	-	12.379.773,90	12.379.773,90	-
2.3.0.0.99.00.00	Amortização de Financiamentos Diversos	12.505.647,00	10.970.063,90	-	1.535.583,10
2.3.0.0.99.02.00	Amortização de Financiamentos Diversos - Adm. Indireta	12.505.647,00	10.800.685,99	-	1.704.961,01
2.3.0.0.99.04.00	Amortização de Financiamentos Águas do Campo - FDR	-	169.377,91	169.377,91	-
2.4.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	22.423.140,00	57.023.693,58	34.600.553,58	-
2.4.2.0.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	9.509.695,00	4.841.236,64	-	4.668.458,36
2.4.2.1.00.00.00	Transferências da União	9.509.695,00	4.841.236,64	-	4.668.458,36
2.4.2.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	9.509.695,00	4.836.460,00	-	4.673.235,00
2.4.2.1.01.01.00	Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	9.509.695,00	4.836.460,00	-	4.673.235,00
2.4.2.1.99.00.00	Outras Transferências da União	-	4.776,64	4.776,64	-
2.4.2.1.99.02.00	Outras Transferências da União - Adm. Indireta	-	4.776,64	4.776,64	-
2.4.3.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	290.581,69	290.581,69	-
2.4.3.0.02.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Adm. Indireta	-	290.581,69	290.581,69	-
2.4.7.0.00.00.00	Transferências de Convênios	12.913.445,00	51.891.875,25	38.978.430,25	-



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
2.4.7.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	12.913.445,00	45.380.056,26	32.466.611,26	-
2.4.7.1.01.00.00	Transferências Convênios União para o Sus	1.369.107,00	-	-	1.369.107,00
2.4.7.1.99.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	11.544.338,00	45.380.056,26	33.835.718,26	-
2.4.7.1.99.01.00	Outras Transferências de Convênios União - Adm. Direta	-	42.880.056,26	42.880.056,26	-
2.4.7.1.99.02.00	Outras Transferências de Convênios União - Adm. Indireta	11.544.338,00	2.500.000,00	-	9.044.338,00
2.4.7.3.00.00.00	Transferências Convênios Municípios e de suas Entidade	-	6.511.818,99	6.511.818,99	-
2.4.7.3.99.00.00	Outras Transferências Convênios Municípios e de suas Entidade	-	6.511.818,99	6.511.818,99	-
2.4.7.3.99.01.00	Outras Transf. Conv. Municípios Adm. Direta	-	6.181.170,46	6.181.170,46	-
2.4.7.3.99.02.00	Outras Transf. Conv. Municípios Adm. Indireta	-	330.648,53	330.648,53	-
2.5.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	30.000.000,00	24.013.927,34	-	5.986.072,66
2.5.9.0.00.00.00	Outras Receitas	30.000.000,00	24.013.927,34	-	5.986.072,66
2.5.9.0.02.00.00	Outras Receitas	30.000.000,00	24.013.927,34	-	5.986.072,66
2.5.9.0.02.03.00	Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça	30.000.000,00	24.013.927,34	-	5.986.072,66
7.0.0.0.00.00.00	Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.610.291.016,00	1.559.831.749,39	-	50.459.266,61
7.2.0.0.00.00.00	Receita de Contribuições	1.247.954.233,00	1.236.809.527,99	-	11.144.705,01
7.2.1.0.00.00.00	Contribuições Sociais	1.247.954.233,00	1.236.809.527,99	-	11.144.705,01
7.2.1.0.29.00.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	1.247.954.233,00	1.236.809.527,99	-	11.144.705,01
7.2.1.0.29.01.00	Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência	998.188.635,00	982.050.275,36	-	16.138.359,64
7.2.1.0.29.02.00	Contrib. Patronal de Servidor Ativo Militar	225.899.559,00	239.495.423,20	13.595.864,20	-
7.2.1.0.29.15.00	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	23.866.039,00	15.263.829,43	-	8.602.209,57
7.3.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	1.810.078,00	1.644.774,21	-	165.303,79
7.3.1.0.00.00.00	Receitas Imobiliárias	1.810.078,00	1.644.774,21	-	165.303,79
7.3.1.1.00.00.00	Aluguéis	1.810.078,00	1.644.774,21	-	165.303,79
7.3.1.1.01.00.00	Aluguéis de Imóveis Urbanos	1.810.078,00	1.644.774,21	-	165.303,79
7.3.1.1.01.01.00	Aluguéis de Salas	1.810.078,00	1.644.774,21	-	165.303,79
7.6.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	268.028.531,00	232.359.898,51	-	35.668.632,49
7.6.0.0.01.00.00	Serviços Comerciais	19.401.060,00	7.749.273,07	-	11.651.786,93
7.6.0.0.01.02.00	Serviços Comercial. Livros, Periódicos, Mat. Escolares e Publicidade	19.401.060,00	7.749.273,07	-	11.651.786,93



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
7.6.0.0.05.00.00	Serviços de Saúde	247.724.606,00	224.414.198,28	-	23.310.407,72
7.6.0.0.05.01.00	Serviços Hospitalares	-	363.340,49	363.340,49	-
7.6.0.0.05.05.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil	247.724.606,00	224.050.857,79	-	23.673.748,21
7.6.0.0.16.00.00	Serviços Educacionais	902.865,00	196.427,16	-	706.437,84
7.6.0.0.16.07.00	Serviços Educacionais Taxas e Emolumentos - ENA	902.865,00	196.427,16	-	706.437,84
7.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	92.498.174,00	89.017.548,68	-	3.480.625,32
7.9.1.0.00.00.00	Multas e Juros de Mora	-	64,32	64,32	-
7.9.1.2.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	-	64,32	64,32	-
7.9.1.2.29.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições para o Regime Próprio Prev. Servidor	-	64,32	64,32	-
7.9.1.2.29.01.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal para o Regime Próprio Previdência	-	64,32	64,32	-
7.9.2.0.00.00.00	Indenizações e Restituições	92.498.174,00	89.017.484,36	-	3.480.689,64
7.9.2.2.00.00.00	Restituições	92.498.174,00	89.017.484,36	-	3.480.689,64
7.9.2.2.07.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	-	5.348.260,62	5.348.260,62	-
7.9.2.2.07.01.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0101	-	715.850,15	715.850,15	-
7.9.2.2.07.04.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - Fonte 0.111	-	178.260,23	178.260,23	-
7.9.2.2.07.05.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0240	-	975.823,77	975.823,77	-
7.9.2.2.07.35.00	Recup.Desp.Exerc.Anteriores - Ressarcimento de Pessoal Cedido	-	3.478.326,47	3.478.326,47	-
7.9.2.2.99.00.00	Outras Restituições	92.498.174,00	83.669.223,74	-	8.828.950,26
7.9.2.2.99.20.00	Ressarcimento Correios - Administração Indireta - F. 0269	14.477.611,00	15.316.290,53	838.679,53	-
7.9.2.2.99.21.00	Ressarcimento GVE - Administração Indireta - F. 0269	2.982.363,00	1.643.194,67	-	1.339.168,33
7.9.2.2.99.23.00	Ressarcimento Rede Lógica - Administração Indireta - F. 0269	75.038.200,00	43.833.554,79	-	31.204.645,21
7.9.2.2.99.26.00	Ressarcimento de Despesas com SC Saúde - Adm. Indireta - F. 0269	-	-	-	-
7.9.2.2.99.28.00	Ressarcimento de Despesas FR 0298	-	135.293,07	135.293,07	-
7.9.2.2.99.29.00	Ressarcimento BNDES - Programa PMAE/SPED - F. 0.101	-	435.696,66	435.696,66	-
7.9.2.2.99.30.00	Ressarcimento Diversos - Adm. Direta - F. 0169	-	5.304.300,00	5.304.300,00	-
7.9.2.2.99.35.00	Ressarcimento de Pessoal Cedido	-	13.586.162,94	13.586.162,94	-
7.9.2.2.99.36.00	Ressarcimento Obras do Pacto - F. 0101	-	2.612.400,98	2.612.400,98	-
7.9.2.2.99.37.00	Ressarcimento de Precatórios ao Tesouro	-	802.330,10	802.330,10	-



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
8.0.0.0.00.00.00	Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	-	9.905.880,91	9.905.880,91	-
8.5.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	-	9.905.880,91	9.905.880,91	-
8.5.2.0.00.00.00	Integralização do Capital Social	-	9.905.880,91	9.905.880,91	-
8.5.2.1.00.00.00	Integralização com Recursos do Tesouro	-	9.905.880,91	9.905.880,91	-
9.0.0.0.00.00.00	Deduções da Receita Corrente	(9.229.875.960,00)	(8.481.365.836,20)	748.510.123,80	-
9.1.0.0.00.00.00	Deduções da Receita Tributária	(8.677.584.445,00)	(7.916.593.026,39)	760.991.418,61	-
9.1.1.0.00.00.00	Deduções de Impostos	(8.677.566.861,00)	(7.916.552.807,10)	761.014.053,90	-
9.1.1.2.00.00.00	Dedução do Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	(978.505.592,00)	(938.379.855,55)	40.125.736,45	-
9.1.1.2.04.00.00	Ded. Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	(25.535,00)	(92,23)	25.442,77	-
9.1.1.2.04.31.00	*Ded. Imposto de Renda Retido nas Fontes s/ Rendimentos do Trabalho	(25.535,00)	(92,23)	25.442,77	-
9.1.1.2.05.00.00	Dedução da Receita de IPVA	(939.139.090,00)	(888.064.451,99)	51.074.638,01	-
9.1.1.2.05.01.00	*Dedução de Receita de IPVA para a Formação do FUNDEB	(156.499.740,00)	(147.947.832,39)	8.551.907,61	-
9.1.1.2.05.02.00	*Dedução do IPVA Municipal	(782.498.712,00)	(739.739.158,51)	42.759.553,49	-
9.1.1.2.05.03.00	Dedução IPVA - Restituição do Estado - Processos	(140.638,00)	(150.997,79)	-	10.359,79
9.1.1.2.05.07.00	Dedução IPVA - Restituição do FUNDEB - Processos	-	(37.741,47)	-	37.741,47
9.1.1.2.05.08.00	Dedução IPVA - Restituição do Município - Processos	-	(188.721,83)	-	188.721,83
9.1.1.2.07.00.00	Dedução do ITCMD	(39.340.967,00)	(50.314.810,63)	-	10.973.843,63
9.1.1.2.07.01.00	*Dedução de Receita de ITCMD para a Formação do FUNDEB	(38.929.437,00)	(49.772.935,65)	-	10.843.498,65
9.1.1.2.07.03.00	Dedução ITCMD - Restituição do Estado - Processos	(411.530,00)	(435.209,89)	-	23.679,89
9.1.1.2.07.07.00	Dedução ITCMD - Restituição do FUNDEB - Processos	-	(106.665,09)	-	106.665,09
9.1.1.2.08.00.00	Dedução da Receita de ITBI	-	(500,70)	-	500,70
9.1.1.2.08.01.00	*Ded. ITBI - Estadual Restituição/Retificação	-	(500,70)	-	500,70
9.1.1.3.00.00.00	Dedução do Imposto s/ a Produção e Circulação de Mercadorias	(7.699.061.269,00)	(6.978.172.951,55)	720.888.317,45	-
9.1.1.3.02.00.00	Dedução da Receita ICMS	(7.699.061.269,00)	(6.978.172.951,55)	720.888.317,45	-
9.1.1.3.02.01.00	Dedução ICMS	(7.699.061.269,00)	(6.978.172.951,55)	720.888.317,45	-
9.1.2.0.00.00.00	Dedução Taxas	(17.584,00)	(40.219,29)	-	22.635,29
9.1.2.1.00.00.00	Dedução de Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	(17.584,00)	(40.057,29)	-	22.473,29
9.1.2.1.17.00.00	Ded. Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	-	(2.292,15)	-	2.292,15



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.1.2.1.17.02.00	*Ded. Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Animal	-	(2.292,15)	-	2.292,15
9.1.2.1.99.00.00	Ded. Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	(17.584,00)	(37.765,14)	-	20.181,14
9.1.2.1.99.01.00	Ded. Taxa de Serviços Gerais	(17.584,00)	(37.765,14)	-	20.181,14
9.1.2.2.00.00.00	Dedução de Taxas pela Prestação de Serviços	-	(162,00)	-	162,00
9.1.2.2.99.00.00	Ded. Outras Taxas pela Prestação de Serviços	-	(162,00)	-	162,00
9.1.2.2.99.04.00	*Ded. Taxa de Segurança Preventiva	-	(162,00)	-	162,00
9.2.0.0.00.00.00	Dedução da Receita de Contribuições	-	(10.412.878,42)	-	10.412.878,42
9.2.1.0.00.00.00	Dedução das Contribuições Sociais	-	(10.412.878,42)	-	10.412.878,42
9.2.1.0.29.00.00	Dedução das Contribuições para o Regime Próprio de Previd. Servidor Público	-	(10.108.538,63)	-	10.108.538,63
9.2.1.0.29.01.00	Dedução da Contrib. Patronal para o Regime Próprio Previdência	-	(4.435.127,32)	-	4.435.127,32
9.2.1.0.29.07.00	Dedução da Contribuição de Servidor Ativo RPPS	-	(2.877.740,57)	-	2.877.740,57
9.2.1.0.29.08.00	*Dedução - Contribuição de Servidor Ativo Militar	-	(8.553,83)	-	8.553,83
9.2.1.0.29.09.00	Dedução - Contribuição de Servidor Inativo RPPS	-	(1.867.998,00)	-	1.867.998,00
9.2.1.0.29.10.00	*Dedução de Contribuição de Servidor Inativo Militar	-	(437.115,55)	-	437.115,55
9.2.1.0.29.11.00	Dedução de Contribuição de Pensionista RPPS	-	(394.231,60)	-	394.231,60
9.2.1.0.29.12.00	*Dedução da Contribuição de Pensionista Militar	-	(87.771,76)	-	87.771,76
9.2.1.0.99.00.00	Ded. Outras Contribuições Sociais	-	(304.339,79)	-	304.339,79
9.2.1.0.99.09.00	Ded. Outras Contribuições Previdenciárias	-	(304.339,79)	-	304.339,79
9.3.0.0.00.00.00	Dedução Receita Patrimonial	(12.582,00)	(52.527.244,45)	-	52.514.662,45
9.3.2.0.00.00.00	Dedução da Receitas de Valores Mobiliários	(12.582,00)	(52.460.730,32)	-	52.448.148,32
9.3.2.5.00.00.00	Dedução da Remuneração de Depósitos Bancários	(12.582,00)	(52.460.730,32)	-	52.448.148,32
9.3.2.5.01.00.00	Dedução da Remuneração de Depósitos Bancários - Vinculados	(12.582,00)	(266.869,82)	-	254.287,82
9.3.2.5.01.03.00	*Ded. da Rem. de Depósitos Bancários Vinc. Fundo de Saúde	-	(202.203,62)	-	202.203,62
9.3.2.5.01.05.00	*Ded. Remuneração de Depósitos Bancários-Vinc.- Manut. Desenv. Ensino - MDE	-	(13.662,79)	-	13.662,79
9.3.2.5.01.99.00	Ded. Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Vinculados	(12.582,00)	(51.003,41)	-	38.421,41
9.3.2.5.02.00.00	Dedução da Remuneração de Depósitos Bancários - Não Vinculados	-	(52.193.860,50)	-	52.193.860,50
9.3.2.5.02.01.00	*Ded. Remuneração de Depósitos de Poupança	-	-	-	-
9.3.2.5.02.99.00	Ded. de Rem. de Outros Depósitos Bancários não Vinc.	-	(52.193.860,50)	-	52.193.860,50



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.3.3.0.00.00.00	Dedução Receita de Concessões e Permissões	-	(66.514,13)	-	66.514,13
9.3.3.3.00.00.00	Ded.Rec. de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos	-	(66.514,13)	-	66.514,13
9.3.3.3.01.00.00	Ded. Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	-	(66.514,13)	-	66.514,13
9.3.3.3.01.02.00	Ded. Receita de Concessão de Direito de Uso de Área Pública - Adm. Indireta	-	(66.514,13)	-	66.514,13
9.4.0.0.00.00.00	Dedução de Receita Agropecuária	-	(1.089,00)	-	1.089,00
9.4.1.0.00.00.00	Dedução de Receita da Produção Vegetal	-	(629,00)	-	629,00
9.4.1.0.99.00.00	*Ded. Outras Receitas de Produção Vegetal	-	(629,00)	-	629,00
9.4.2.0.00.00.00	Dedução da Receita da Produção Animal e Derivados	-	(460,00)	-	460,00
9.4.2.0.02.00.00	*Ded. Piscicultura	-	(460,00)	-	460,00
9.6.0.0.00.00.00	Dedução da Receita de Serviços	-	(597.932,44)	-	597.932,44
9.6.0.0.01.00.00	Dedução Serviços Comerciais	-	(44.330,28)	-	44.330,28
9.6.0.0.01.02.00	Dedução Serviços Comercial.Livros,Periódicos,Mat.Escolares e Publicidade	-	(44.330,28)	-	44.330,28
9.6.0.0.05.00.00	Dedução de Serviços de Saúde	-	(116,26)	-	116,26
9.6.0.0.05.05.00	Ded. Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil	-	(116,26)	-	116,26
9.6.0.0.06.00.00	Dedução Serviços Portuários	-	(38.416,33)	-	38.416,33
9.6.0.0.06.01.00	Dedução Utilização da Infra Estrutura Portuária	-	(38.416,33)	-	38.416,33
9.6.0.0.13.00.00	Dedução Serviços Administrativos	-	(2.163,13)	-	2.163,13
9.6.0.0.13.02.00	Ded. Serviços de Vendas de Editais	-	(663,13)	-	663,13
9.6.0.0.13.99.00	*Ded. Outros Serviços Administrativos	-	(1.500,00)	-	1.500,00
9.6.0.0.14.00.00	Dedução Serviços de Inspeção e Fiscalização	-	(506.500,70)	-	506.500,70
9.6.0.0.14.07.00	*Ded. Classificação Produtos de Origem Vegetal	-	(629,00)	-	629,00
9.6.0.0.14.10.00	Dedução Serviços de Inspeção e Fiscalização - FATMA	-	(504.343,60)	-	504.343,60
9.6.0.0.14.11.00	Ded. Defesa Sanitária Animal F. 0240	-	(1.528,10)	-	1.528,10
9.6.0.0.20.00.00	Ded. Serviços de Consultoria, Assist. Téc. e Análises de Projetos	-	(684,00)	-	684,00
9.6.0.0.20.02.00	*Ded. Análise de Solos	-	(684,00)	-	684,00
9.6.0.0.24.00.00	*Ded. Serviços de Registro do Comércio	-	(5.721,74)	-	5.721,74
9.7.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	(409.600.852,00)	(352.550.654,27)	57.050.197,73	-



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.7.2.0.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	(409.600.852,00)	(351.669.322,45)	57.931.529,55	-
9.7.2.1.00.00.00	Transferências da União	(409.600.852,00)	(351.181.668,04)	58.419.183,96	-
9.7.2.1.01.00.00	Participação na Receita da União	(395.367.955,00)	(340.533.218,32)	54.834.736,68	-
9.7.2.1.01.01.00	*Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - FPE	(272.397.934,00)	(228.082.310,96)	44.315.623,04	-
9.7.2.1.01.12.00	Dedução da Receita - Cota-Parte IPI Exportação	(122.970.021,00)	(101.358.848,68)	21.611.172,32	-
9.7.2.1.01.13.00	Dedução Cota-Parte Cide	-	(11.092.058,68)	-	11.092.058,68
9.7.2.1.33.00.00	Ded. Transf. Recursos SUS - Repasses Fundo a Fundo	-	(143.000,00)	-	143.000,00
9.7.2.1.33.12.00	Ded. Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	-	(110.000,00)	-	110.000,00
9.7.2.1.33.99.00	*Dedução Outras Transferência Fundo a Fundo	-	(33.000,00)	-	33.000,00
9.7.2.1.36.00.00	*Ded. Rec. p/ Formação FUNDEB - ICMS Deson. LC 87/96	(14.232.897,00)	(10.504.581,72)	3.728.315,28	-
9.7.2.1.99.00.00	Ded. Outras Transferências da União	-	(868,00)	-	868,00
9.7.2.1.99.08.00	*Ded. Outras Transferências da União - Situação de Emergência e Calamidade F. 0232	-	(868,00)	-	868,00
9.7.2.4.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	-	(487.654,41)	-	487.654,41
9.7.2.4.01.00.00	Ded. Transferências de Recursos do FUNDEB	-	(487.654,41)	-	487.654,41
9.7.3.0.00.00.00	Dedução das Transferências de Instituições Privadas	-	(381.331,82)	-	381.331,82
9.7.3.0.01.00.00	Dedução de Transf. Instit. Privadas-FUNDOSOCIAL	-	(355.763,37)	-	355.763,37
9.7.3.0.01.01.00	Ded. Transf. Instit. Priv.-FUNDOSOCIAL-Estadual	-	(355.763,37)	-	355.763,37
9.7.3.0.01.05.00	Dedução de Transf. Instit. Priv.-FSOCIAL-Munic. F.0261	-	-	-	-
9.7.3.0.03.00.00	Dedução Transferências de Instituições Privadas - Outras - Administração Direta	-	(19.950,07)	-	19.950,07
9.7.3.0.05.00.00	Dedução Transferências de Instituições Privadas - Fundos	-	(5.610,13)	-	5.610,13
9.7.3.0.05.01.00	*Ded. Transferências de Instituições Privadas-Fundo Pró-Emprego	-	(4.916,66)	-	4.916,66
9.7.3.0.05.03.00	*Ded. Transferências de Instituições Privadas-Fundo Educ. Superior	-	(74,33)	-	74,33
9.7.3.0.05.05.00	*Ded. Transferências de Instituições Privadas-Fundo Estadual de Defesa Civil	-	(619,14)	-	619,14
9.7.3.0.07.00.00	Ded. Transferências de Instituições Privadas - Fundações	-	(8,25)	-	8,25
9.7.3.0.07.02.00	Ded. Transferências de Instituições Privadas - Fundação UDESC	-	(8,25)	-	8,25
9.7.6.0.00.00.00	Transferências de Convênios	-	(500.000,00)	-	500.000,00
9.7.6.1.00.00.00	Transferências de convênios da União e suas entidades	-	(500.000,00)	-	500.000,00



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.7.6.1.99.00.00	Outras Transferências de Convênios	-	(500.000,00)	-	500.000,00
9.7.6.1.99.02.00	*Ded. de transf de convênios da união - adm indireta	-	(500.000,00)	-	500.000,00
9.9.0.0.00.00.00	Outras Deduções	(142.678.081,00)	(148.683.011,23)	-	6.004.930,23
9.9.1.0.00.00.00	Dedução das Multas e Juros de Mora	(118.640.262,00)	(112.031.976,41)	6.608.285,59	-
9.9.1.1.00.00.00	Dedução das Multas e Juros de Mora dos Tributos	(83.557.542,00)	(70.666.831,40)	12.890.710,60	-
9.9.1.1.20.00.00	Dedução de Multas e Juros ITCMD	(2.806.456,00)	(3.309.985,85)	-	503.529,85
9.9.1.1.20.01.00	*Ded. Multas e Juros de ITCMD - FUNDEB	(2.806.456,00)	(3.309.985,85)	-	503.529,85
9.9.1.1.41.00.00	Ded. Multas e Juros de Mora de IPVA	(2.598.948,00)	(1.995.077,07)	603.870,93	-
9.9.1.1.41.01.00	*Ded. Multas/Juros de Mora de IPVA - FUNDEB	(433.156,00)	(332.511,95)	100.644,05	-
9.9.1.1.41.02.00	Ded. Multas/Juros de Mora de IPVA - Municipal	(2.165.792,00)	(1.662.565,12)	503.226,88	-
9.9.1.1.42.00.00	Ded. Multas e Juros de Mora de ICMS	(78.152.138,00)	(65.361.768,48)	12.790.369,52	-
9.9.1.1.42.01.00	Ded. Multas/Juros de Mora do ICMS - FUNDEB	(20.026.143,00)	(14.655.614,06)	5.370.528,94	-
9.9.1.1.42.02.00	*Ded. Multas e Juros de Mora de ICMS - Municipal	(33.376.939,00)	(24.426.049,26)	8.950.889,74	-
9.9.1.1.42.03.00	Ded. Multas/Juros de Mora ICMS - Restituição do Estado - Processos	(24.749.056,00)	(15.768.063,08)	8.980.992,92	-
9.9.1.1.42.07.00	Ded. Multas/Juros de Mora ICMS - Restituição do FUNDEB - Processos	-	(3.942.015,76)	-	3.942.015,76
9.9.1.1.42.08.00	Ded. Multas/Juros de Mora ICMS - Restituição do Município - Processos	-	(6.570.026,32)	-	6.570.026,32
9.9.1.3.00.00.00	Ded. Multas/Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	(35.082.720,00)	(39.795.138,87)	-	4.712.418,87
9.9.1.3.14.00.00	Ded. Multas e Juros de Mora D.A do IPVA	(2.449.527,00)	(2.218.204,42)	231.322,58	-
9.9.1.3.14.01.00	*Ded. Multas e Juros de Mora D.A do IPVA - FUNDEB	(408.123,00)	(369.691,85)	38.431,15	-
9.9.1.3.14.02.00	*Ded. Multas e Juros de Mora D.A do IPVA - Municipal	(2.041.404,00)	(1.848.512,57)	192.891,43	-
9.9.1.3.15.00.00	Ded. Multas e Juros de Mora D.A do ICMS	(32.470.486,00)	(37.118.047,04)	-	4.647.561,04
9.9.1.3.15.01.00	*Ded. Multas e Juros de Mora D.A do ICMS - FUNDEB	(7.573.150,00)	(5.335.268,91)	2.237.881,09	-
9.9.1.3.15.02.00	*Ded. Multas e Juros de Mora D.A do ICMS - Municipal	(12.621.960,00)	(8.892.127,38)	3.729.832,62	-
9.9.1.3.15.03.00	Ded. Multas/Juros de Mora D.A ICMS - Restituição do Estado - Processos	(12.275.376,00)	(13.734.390,45)	-	1.459.014,45
9.9.1.3.15.07.00	Ded. Multas/Juros de Mora D.A ICMS - Restituição do FUNDEB - Processos	-	(3.433.597,62)	-	3.433.597,62
9.9.1.3.15.08.00	Ded. Multas/Juros de Mora D.A ICMS - Restituição do Município - Processos	-	(5.722.662,68)	-	5.722.662,68



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.9.1.3.20.00.00	Ded. Multa e Juros de Mora D.A de ITCMD	(162.707,00)	(458.887,41)	-	296.180,41
9.9.1.3.20.01.00	*Ded. Multas/Juros D.A de ITCMD - FUNDEB	(162.707,00)	(458.887,41)	-	296.180,41
9.9.1.3.20.03.00	Ded. Multas/Juros D.A.ITCMD- Restituições do Estado - Processos	-	-	-	-
9.9.1.9.00.00.00	Ded. Multas de Outras Origens	-	(1.570.006,14)	-	1.570.006,14
9.9.1.9.15.00.00	Ded.Multas de Infração a Legislação de Trânsito	-	(1.539.925,25)	-	1.539.925,25
9.9.1.9.15.01.00	Ded.Multas de Infração a Legislação de Trânsito	-	(1.539.925,25)	-	1.539.925,25
9.9.1.9.48.00.00	*Ded. Multa Aplicadas pelos Tribunais de Contas	-	(11.236,52)	-	11.236,52
9.9.1.9.50.00.00	Ded. Multas por Auto de Infração	-	(7.579,25)	-	7.579,25
9.9.1.9.50.01.00	*Ded. Multas por Auto de Infração - Ad. Direta	-	(1.920,00)	-	1.920,00
9.9.1.9.50.02.00	*Ded. Multas por Auto de Infração - Ad. Indireta	-	(5.659,25)	-	5.659,25
9.9.1.9.99.00.00	Dedução Outras Multas	-	(11.265,12)	-	11.265,12
9.9.1.9.99.01.00	*Ded. Outras Multas - Administração Direta	-	(1.949,57)	-	1.949,57
9.9.1.9.99.02.00	*Ded. Outras Multas - Administração Indireta	-	(9.315,55)	-	9.315,55
9.9.2.0.00.00.00	Indenizações e Restituições	-	(11.246,89)	-	11.246,89
9.9.2.1.00.00.00	Dedução de Indenizações	-	(1.774,94)	-	1.774,94
9.9.2.1.99.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-	(1.774,94)	-	1.774,94
9.9.2.1.99.01.00	Ded. Outras Indenizações - Administração Direta	-	(1.367,30)	-	1.367,30
9.9.2.1.99.06.00	Ded. Outras Indenizações - Administração Direta FR 0.169	-	(407,64)	-	407,64
9.9.2.2.00.00.00	Restituições	-	(9.471,95)	-	9.471,95
9.9.2.2.07.00.00	Dedução Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	-	(9.471,95)	-	9.471,95
9.9.2.2.07.08.00	Ded. Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0250	-	(9.471,95)	-	9.471,95
9.9.3.0.00.00.00	Dedução da Receita da Dívida Ativa	(24.037.819,00)	(34.930.842,64)	-	10.893.023,64
9.9.3.1.00.00.00	Ded. Receita da Dívida Ativa Tributária	(23.995.596,00)	(34.891.823,33)	-	10.896.227,33
9.9.3.1.07.00.00	*Ded. Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	-	(10.858,46)	-	10.858,46
9.9.3.1.14.00.00	Ded. Receita da Dívida Ativa do IPVA	(3.563.076,00)	(2.209.886,48)	1.353.189,52	-
9.9.3.1.14.01.00	*Ded. Receita Dívida Ativa IPVA- FUNDEB	(592.287,00)	(363.513,75)	228.773,25	-
9.9.3.1.14.02.00	*Ded. Receita Dívida Ativa IPVA-Municipal	(2.962.081,00)	(1.818.002,42)	1.144.078,58	-
9.9.3.1.14.03.00	Ded. Receita Dívida Ativa IPVA - Restituição do Estado - Processos	(8.708,00)	(11.348,41)	-	2.640,41
9.9.3.1.14.07.00	Ded. Receita Dívida Ativa IPVA- Restituição do FUNDEB - Processos	-	(2.836,93)	-	2.836,93



COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.9.3.1.14.08.00	Ded. Receita Dívida Ativa IPVA- Restituição do Município - Processos	-	(14.184,97)	-	14.184,97
9.9.3.1.15.00.00	Ded. Receita da Dívida Ativa do ICMS	(20.171.203,00)	(32.198.063,83)	-	12.026.860,83
9.9.3.1.15.01.00	*Ded. Receita Dívida Ativa ICMS - FUNDEB	(7.493.640,00)	(12.036.648,89)	-	4.543.008,89
9.9.3.1.15.02.00	*Ded. Receita Dívida Ativa ICMS-Municipal	(12.492.338,00)	(20.061.097,55)	-	7.568.759,55
9.9.3.1.15.03.00	Ded. Receita Dívida Ativa ICMS - Restituição do Estado - Processos	(185.225,00)	(60.220,84)	125.004,16	-
9.9.3.1.15.07.00	Ded. Receita Dívida Ativa ICMS - Restituição do FUNDEB - Processos	-	(15.017,33)	-	15.017,33
9.9.3.1.15.08.00	Ded. Receita Dívida Ativa ICMS- Restituição do Município - Processos	-	(25.079,22)	-	25.079,22
9.9.3.1.20.00.00	Ded.Receita da Dívida Ativa do ITCMD	(261.317,00)	(473.014,56)	-	211.697,56
9.9.3.1.20.01.00	*Ded.Receita da Dívida Ativa do ITCMD - FUNDEB	(261.317,00)	(463.130,63)	-	201.813,63
9.9.3.1.20.03.00	Ded.Receita da Dívida Ativa ITCMD - Restituição do Estado - Processos	-	(7.907,15)	-	7.907,15
9.9.3.1.20.07.00	Ded.Receita da Dívida Ativa do ITCMD - Restituição do FUNDEB - Processos	-	(1.976,78)	-	1.976,78
9.9.3.2.00.00.00	Dedução da Receita da Dívida Ativa não Tributária	(42.223,00)	(39.019,31)	3.203,69	-
9.9.3.2.99.00.00	Ded. Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	(42.223,00)	(39.019,31)	3.203,69	-
9.9.3.2.99.01.00	Ded. Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Principal	(42.223,00)	(723,72)	41.499,28	-
9.9.3.2.99.03.00	Ded. Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Adm. Indireta	-	(14.725,54)	-	14.725,54
9.9.3.2.99.04.00	Ded. Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Adm. Direta	-	(13.236,52)	-	13.236,52
9.9.3.2.99.09.00	Ded. Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Multas Administrativas	-	(10.333,53)	-	10.333,53
9.9.9.0.00.00.00	Dedução de Receitas Diversas	-	(1.708.945,29)	-	1.708.945,29
9.9.9.0.02.00.00	Ded. Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	-	(117.621,69)	-	117.621,69
9.9.9.0.02.01.00	Ded. Receita de Honorários Advocatícios	-	(117.621,69)	-	117.621,69
9.9.9.0.99.00.00	Dedução de Outras Receitas	-	(1.591.323,60)	-	1.591.323,60
9.9.9.0.99.05.00	*Ded. Outras Rec Div. - Custas Judiciais	-	(1.222.967,61)	-	1.222.967,61
9.9.9.0.99.06.00	*Ded. Outras Rec Div. - Custas Extrajudiciais	-	(368.355,99)	-	368.355,99
TOTAL		25.751.795.913,00	24.284.266.243,91	-	1.467.529.669,09

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

Notas Explicativas

002 - São consideradas as receitas arrecadadas brutas.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	24.649.664.840,29	55.254.225,34	24.704.919.065,63	21.698.671.076,65	3.006.247.988,98
1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.775.990.285,33	-	15.775.990.285,33	14.698.007.036,39	1.077.983.248,94
90 - Aplicações Diretas	14.443.240.873,54	-	14.443.240.873,54	13.447.580.190,30	995.660.683,24
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	4.974.144.955,20	-	4.974.144.955,20	4.592.686.836,04	381.458.119,16
03 - Pensões do RPPS e do Militar	999.405.056,24	-	999.405.056,24	917.290.313,51	82.114.742,73
04 - Contratação por Tempo Determinado	728.467.438,50	-	728.467.438,50	708.947.140,49	19.520.298,01
05 - Outros Benefícios Previdenciários	7.129.688,86	-	7.129.688,86	6.777.626,65	352.062,21
07 - Contrib. Entid. Fechadas de Previdência	26.693.771,08	-	26.693.771,08	26.621.947,57	71.823,51
08 - Outros Benefícios Assistenciais	-	-	-	-	-
11 - Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.537.569.765,30	-	5.537.569.765,30	5.273.930.689,55	263.639.075,75
12 - Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	1.100.695.309,91	-	1.100.695.309,91	1.098.321.307,46	2.374.002,45
13 - Obrigações Patronais	184.643.309,14	-	184.643.309,14	176.443.055,71	8.200.253,43
16 - Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	299.031.177,61	-	299.031.177,61	274.844.648,28	24.186.529,33
17 - Outras Despesas Variáveis-Pessoal Militar	72.403,50	-	72.403,50	43.563,95	28.839,55
67 - Depósitos Compulsórios	1.053.433,95	-	1.053.433,95	1.043.433,95	10.000,00
91 - Sentenças Judiciais	246.783.292,98	-	246.783.292,98	133.353.528,31	113.429.764,67
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	111.367.448,66	-	111.367.448,66	66.385.869,81	44.981.578,85
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	212.926.012,66	-	212.926.012,66	159.144.570,22	53.781.442,44
96 - Ressarcimento Despesa Pessoal Requisitado	13.257.809,95	-	13.257.809,95	11.745.658,80	1.512.151,15
91 - Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	1.332.749.411,79	-	1.332.749.411,79	1.250.426.846,09	82.322.565,70
13 - Obrigações Patronais	1.294.856.979,44	-	1.294.856.979,44	1.219.614.305,20	75.242.674,24



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	17.874.514,35	-	17.874.514,35	13.414.320,23	4.460.194,12
96 - Ressarcimento Despesa Pessoal Requisitado	20.017.918,00	-	20.017.918,00	17.398.220,66	2.619.697,34
2 - Juros e Encargos da Dívida	825.915.338,54	-	825.915.338,54	671.254.327,44	154.661.011,10
90 - Aplicações Diretas	825.915.338,54	-	825.915.338,54	671.254.327,44	154.661.011,10
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	747.279.532,78	-	747.279.532,78	627.114.059,83	120.165.472,95
22 - Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	64.292.112,76	-	64.292.112,76	44.140.267,61	20.151.845,15
25 - Encarg. s/Operações Créd. Antecipação Receita	14.343.693,00	-	14.343.693,00	-	14.343.693,00
3 - Outras Despesas Correntes	8.047.759.216,42	55.254.225,34	8.103.013.441,76	6.329.409.712,82	1.773.603.728,94
20 - Transferências a União	372.527,87	-	372.527,87	-	372.527,87
41 - Contribuições	372.527,87	-	372.527,87	-	372.527,87
22 - Execução Orçamentária Delegada à União	-	-	-	-	-
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-	-	-	-
40 - Transferências a Municípios	101.484.888,34	-	101.484.888,34	64.041.415,13	37.443.473,21
41 - Contribuições	100.228.262,04	-	100.228.262,04	63.784.788,83	36.443.473,21
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.256.626,30	-	1.256.626,30	256.626,30	1.000.000,00
41 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo	175.010.523,86	33.747.129,10	208.757.652,96	172.240.082,44	36.517.570,52
41 - Contribuições	120.491.466,98	13.629.373,69	134.120.840,67	104.011.656,54	30.109.184,13
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	54.519.056,88	20.117.755,41	74.636.812,29	68.228.425,90	6.408.386,39
42 - Execução Orçamentária Delegada aos Municípios	124.463.870,77	-	124.463.870,77	94.383.570,61	30.080.300,16
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	121.576.629,91	-	121.576.629,91	91.499.916,88	30.076.713,03
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.887.240,86	-	2.887.240,86	2.883.653,73	3.587,13



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
50 - Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos	801.424.741,86	5.000.000,00	806.424.741,86	731.101.555,65	75.323.186,21
41 - Contribuições	527.423.163,05	5.000.000,00	532.423.163,05	488.980.656,34	43.442.506,71
43 - Subvenções Sociais	161.080.716,26	-	161.080.716,26	131.960.724,62	29.119.991,64
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	112.920.862,55	-	112.920.862,55	110.160.174,69	2.760.687,86
60 - Transfer. Inst. Privadas c/ Fins Lucrativos	35.696.382,30	-	35.696.382,30	21.294.665,91	14.401.716,39
45 - Subvenções Econômicas	34.616.169,30	-	34.616.169,30	21.294.665,91	13.321.503,39
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.080.213,00	-	1.080.213,00	-	1.080.213,00
90 - Aplicações Diretas	6.448.636.916,78	16.507.096,24	6.465.144.013,02	4.931.284.593,78	1.533.859.419,24
03 - Pensões do RPPS e do Militar	41.569.821,76	-	41.569.821,76	41.553.454,79	16.366,97
05 - Outros Benefícios Previdenciários	1.854.172,46	-	1.854.172,46	722.929,01	1.131.243,45
08 - Outros Benefícios Assistenciais	27.374.949,71	100.000,00	27.474.949,71	25.314.223,97	2.160.725,74
14 - Diárias - Civil	52.939.366,05	-	52.939.366,05	30.664.539,67	22.274.826,38
15 - Diárias - Militar	15.106.711,41	-	15.106.711,41	10.252.875,70	4.853.835,71
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	22.610.677,20	-	22.610.677,20	18.823.082,86	3.787.594,34
19 - Auxílio Fardamento	-	-	-	-	-
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	23.203.001,02	-	23.203.001,02	14.573.989,19	8.629.011,83
30 - Material de Consumo	664.049.047,83	4.114,54	664.053.162,37	445.304.919,02	218.748.243,35
31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	4.438.976,90	-	4.438.976,90	3.144.017,58	1.294.959,32
32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	12.982.643,48	-	12.982.643,48	3.527.271,72	9.455.371,76
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	27.109.427,13	-	27.109.427,13	14.455.279,32	12.654.147,81
34 - Outras Desp. Pessoal Decor. Contr. Terceirização	31.099.601,27	-	31.099.601,27	25.171.898,89	5.927.702,38
35 - Serviços de Consultoria	27.761.452,78	-	27.761.452,78	13.454.190,59	14.307.262,19
36 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Física	153.197.805,37	-	153.197.805,37	121.209.583,47	31.988.221,90



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
37 - Locação de Mão-de-Obra	490.764.561,97	-	490.764.561,97	420.995.752,44	69.768.809,53
38 - Arrendamento Mercantil	81.452,25	-	81.452,25	15.342,25	66.110,00
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	2.818.466.889,44	10.962.231,70	2.829.429.121,14	2.075.856.122,87	753.572.998,27
46 - Auxílio-Alimentação	457.933.651,97	-	457.933.651,97	384.584.742,48	73.348.909,49
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	291.335.055,98	-	291.335.055,98	200.584.180,55	90.750.875,43
48 - Outros Auxílios Financeiros Pessoas Físicas	41.532.951,68	-	41.532.951,68	40.054.400,54	1.478.551,14
49 - Auxílio-Transporte	11.752.311,92	-	11.752.311,92	7.688.160,91	4.064.151,01
59 - Pensões Especiais	38.089.652,76	-	38.089.652,76	38.068.578,43	21.074,33
67 - Depósitos Compulsórios	758.735,58	-	758.735,58	515.682,63	243.052,95
91 - Sentenças Judiciais	207.048.346,05	-	207.048.346,05	170.054.509,96	36.993.836,09
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	471.810.040,96	360.750,00	472.170.790,96	365.648.807,68	106.521.983,28
93 - Indenizações e Restituições	513.765.611,85	5.080.000,00	518.845.611,85	459.046.057,26	59.799.554,59
91 - Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	360.669.364,64	-	360.669.364,64	315.063.829,30	45.605.535,34
13 - Obrigações Patronais	235.970.650,51	-	235.970.650,51	225.623.849,73	10.346.800,78
30 - Material de Consumo	2.713.333,27	-	2.713.333,27	1.238.063,80	1.475.269,47
32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	352.400,00	-	352.400,00	55.918,00	296.482,00
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	89.139.322,46	-	89.139.322,46	60.817.610,13	28.321.712,33
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	288.559,29	-	288.559,29	227.217,02	61.342,27
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	22.159.238,55	-	22.159.238,55	20.015.664,34	2.143.574,21
93 - Indenizações e Restituições	10.045.860,56	-	10.045.860,56	7.085.506,28	2.960.354,28
4 - Despesas de Capital	4.768.976.018,73	65.525.586,11	4.834.501.604,84	2.480.908.394,85	2.353.593.209,99
4 - Investimentos	3.934.038.877,09	40.525.586,11	3.974.564.463,20	1.817.411.602,32	2.157.152.860,88



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
22 - Execução Orçamentária Delegada à União	1.749.933,52	-	1.749.933,52	1.749.933,52	-
51 - Obras e Instalações	1.749.933,52	-	1.749.933,52	1.749.933,52	-
40 - Transferências a Municípios	433.298.302,96	33.035.705,74	466.334.008,70	244.126.002,21	222.208.006,49
41 - Contribuições	2.060.010,53	-	2.060.010,53	610.720,66	1.449.289,87
42 - Auxílios	430.181.140,70	33.035.705,74	463.216.846,44	242.569.273,53	220.647.572,91
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.057.151,73	-	1.057.151,73	946.008,02	111.143,71
41 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo	6.869.335,95	-	6.869.335,95	4.869.335,95	2.000.000,00
41 - Contribuições	6.869.335,95	-	6.869.335,95	4.869.335,95	2.000.000,00
50 - Transf. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos	155.541.194,35	-	155.541.194,35	64.883.031,47	90.658.162,88
41 - Contribuições	9.000,06	-	9.000,06	9.000,06	-
42 - Auxílios	154.405.674,26	-	154.405.674,26	63.747.511,38	90.658.162,88
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.126.520,03	-	1.126.520,03	1.126.520,03	-
90 - Aplicações Diretas	3.332.672.295,98	7.489.880,37	3.340.162.176,35	1.498.674.021,53	1.841.488.154,82
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	8.011.130,91	-	8.011.130,91	2.540.613,96	5.470.516,95
30 - Material de Consumo	17.397.234,19	-	17.397.234,19	3.853.604,86	13.543.629,33
34 - Outras Desp. Pessoal Decor. Contr. Terceirização	72.103.061,25	-	72.103.061,25	42.966.880,31	29.136.180,94
35 - Serviços de Consultoria	2.591.759,84	-	2.591.759,84	-	2.591.759,84
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	128.361.519,58	-	128.361.519,58	60.297.405,52	68.064.114,06
51 - Obras e Instalações	2.431.336.954,19	5.947.907,45	2.437.284.861,64	1.134.426.325,56	1.302.858.536,08
52 - Equipamentos e Material Permanente	492.759.250,24	1.469.240,85	494.228.491,09	148.481.220,80	345.747.270,29
61 - Aquisição de Imóveis	94.221.313,18	-	94.221.313,18	48.523.515,79	45.697.797,39
91 - Sentenças Judiciais	596.805,01	-	596.805,01	585.971,16	10.833,85
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	43.262.794,12	72.732,07	43.335.526,19	24.601.153,40	18.734.372,79
93 - Indenizações e Restituições	42.030.473,47	-	42.030.473,47	32.397.330,17	9.633.143,30



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
91 - Aplicação Direta Decor. de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	3.907.814,33	-	3.907.814,33	3.109.277,64	798.536,69
52 - Equipamentos e Material Permanente	507.687,00	-	507.687,00	61.180,00	446.507,00
93 - Indenizações e Restituições	3.400.127,33	-	3.400.127,33	3.048.097,64	352.029,69
5 - Inversões Financeiras	71.034.883,91	-	71.034.883,91	52.706.137,21	18.328.746,70
90 - Aplicações Diretas	71.034.883,91	-	71.034.883,91	52.706.137,21	18.328.746,70
61 - Aquisição de Imóveis	13.335.528,67	-	13.335.528,67	1.495.813,56	11.839.715,11
65 - Const. ou Aumento de Capital de Empresas	44.990.594,75	-	44.990.594,75	40.682.241,30	4.308.353,45
66 - Concessão de Empréstimos e Financiam.	12.708.760,49	-	12.708.760,49	10.528.082,35	2.180.678,14
6 - Amortização da Dívida	763.902.257,73	25.000.000,00	788.902.257,73	610.790.655,32	178.111.602,41
90 - Aplicações Diretas	763.902.257,73	25.000.000,00	788.902.257,73	610.790.655,32	178.111.602,41
71 - Principal da Dívida Contrat. Resgatado	742.962.657,73	-	742.962.657,73	608.954.284,26	134.008.373,47
73 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada	4.586.540,00	-	4.586.540,00	-	4.586.540,00
77 - Principal Corrigido Dívida Contrat. Refinanc.	16.353.060,00	-	16.353.060,00	-	16.353.060,00
93 - Indenizações e Restituições	-	25.000.000,00	25.000.000,00	1.836.371,06	23.163.628,94
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
99 - Reserva de Contingência RPPS	-	-	-	-	-
99 - Reserva de Contingência RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	29.418.640.859,02	120.779.811,45	29.539.420.670,47	24.179.579.471,50	5.359.841.198,97

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

Notas Explicativas

001 - Estão sendo consideradas como despesas realizadas as despesas empenhadas no exercício.

002 - A coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações está trazendo todas as Descentralizações de Créditos.

003 - A coluna Créditos Especiais e Extraordinários menos Anulações tem como base o Demonstrativo dos Créditos Especiais e Extraordinários Abertos no Exercício, incluindo as suas movimentações orçamentárias, exceto as Descentralizações de Créditos, que estão contidas na coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
10001 - Assembleia Legislativa do Estado	688.239.943,46	-	688.239.943,46	575.985.015,74	112.254.927,72
3 - Despesas Correntes	673.489.731,46	-	673.489.731,46	571.651.006,33	101.838.725,13
1 - Pessoal e Encargos Sociais	440.806.908,80	-	440.806.908,80	409.315.224,32	31.491.684,48
3 - Outras Despesas Correntes	232.682.822,66	-	232.682.822,66	162.335.782,01	70.347.040,65
4 - Despesas de Capital	14.750.212,00	-	14.750.212,00	4.334.009,41	10.416.202,59
4 - Investimentos	14.617.645,00	-	14.617.645,00	4.334.009,41	10.283.635,59
5 - Inversões Financeiras	132.567,00	-	132.567,00	-	132.567,00
20001 - Tribunal de Contas do Estado	293.899.145,12	-	293.899.145,12	249.263.983,91	44.635.161,21
3 - Despesas Correntes	285.699.145,12	-	285.699.145,12	243.946.875,13	41.752.269,99
1 - Pessoal e Encargos Sociais	227.967.145,12	-	227.967.145,12	201.832.854,27	26.134.290,85
3 - Outras Despesas Correntes	57.732.000,00	-	57.732.000,00	42.114.020,86	15.617.979,14
4 - Despesas de Capital	8.200.000,00	-	8.200.000,00	5.317.108,78	2.882.891,22
4 - Investimentos	8.200.000,00	-	8.200.000,00	5.317.108,78	2.882.891,22
30001 - Tribunal de Justiça do Estado	2.271.051.390,06	-	2.271.051.390,06	1.757.013.419,52	514.037.970,54
3 - Despesas Correntes	2.210.321.155,81	-	2.210.321.155,81	1.723.808.615,77	486.512.540,04
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.711.924.529,12	-	1.711.924.529,12	1.354.603.049,85	357.321.479,27
3 - Outras Despesas Correntes	498.396.626,69	-	498.396.626,69	369.205.565,92	129.191.060,77
4 - Despesas de Capital	60.730.234,25	-	60.730.234,25	33.204.803,75	27.525.430,50
4 - Investimentos	60.720.234,25	-	60.720.234,25	33.204.803,75	27.515.430,50
5 - Inversões Financeiras	10.000,00	-	10.000,00	-	10.000,00
30091 - Fundo de Reparelhamento da Justiça	264.942.698,30	700.000,00	265.642.698,30	208.254.896,88	57.387.801,42
3 - Despesas Correntes	189.843.778,24	-	189.843.778,24	154.931.292,24	34.912.486,00
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.110.000,00	-	6.110.000,00	4.157.597,52	1.952.402,48
3 - Outras Despesas Correntes	183.733.778,24	-	183.733.778,24	150.773.694,72	32.960.083,52
4 - Despesas de Capital	75.098.920,06	700.000,00	75.798.920,06	53.323.604,64	22.475.315,42
4 - Investimentos	75.088.920,06	700.000,00	75.788.920,06	53.323.604,64	22.465.315,42
5 - Inversões Financeiras	10.000,00	-	10.000,00	-	10.000,00
40001 - Ministério Público	680.469.532,70	-	680.469.532,70	603.824.118,04	76.645.414,66



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	651.754.227,38	-	651.754.227,38	597.197.498,40	54.556.728,98
1 - Pessoal e Encargos Sociais	480.845.737,87	-	480.845.737,87	475.595.883,53	5.249.854,34
3 - Outras Despesas Correntes	170.908.489,51	-	170.908.489,51	121.601.614,87	49.306.874,64
4 - Despesas de Capital	28.715.305,32	-	28.715.305,32	6.626.619,64	22.088.685,68
4 - Investimentos	28.715.305,32	-	28.715.305,32	6.626.619,64	22.088.685,68
40091 - Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados	23.148.732,49	-	23.148.732,49	813.067,33	22.335.665,16
3 - Despesas Correntes	12.641.747,30	-	12.641.747,30	573.355,96	12.068.391,34
3 - Outras Despesas Correntes	12.641.747,30	-	12.641.747,30	573.355,96	12.068.391,34
4 - Despesas de Capital	10.506.985,19	-	10.506.985,19	239.711,37	10.267.273,82
4 - Investimentos	10.506.985,19	-	10.506.985,19	239.711,37	10.267.273,82
40092 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	5.483.775,18	-	5.483.775,18	2.016.615,41	3.467.159,77
3 - Despesas Correntes	5.256.420,18	-	5.256.420,18	1.993.851,35	3.262.568,83
1 - Pessoal e Encargos Sociais	450.971,91	-	450.971,91	38.978,38	411.993,53
3 - Outras Despesas Correntes	4.805.448,27	-	4.805.448,27	1.954.872,97	2.850.575,30
4 - Despesas de Capital	227.355,00	-	227.355,00	22.764,06	204.590,94
4 - Investimentos	227.355,00	-	227.355,00	22.764,06	204.590,94
40093 - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	126.524.464,15	-	126.524.464,15	37.903.827,75	88.620.636,40
3 - Despesas Correntes	57.757.276,60	-	57.757.276,60	34.268.786,85	23.488.489,75
3 - Outras Despesas Correntes	57.757.276,60	-	57.757.276,60	34.268.786,85	23.488.489,75
4 - Despesas de Capital	68.767.187,55	-	68.767.187,55	3.635.040,90	65.132.146,65
4 - Investimentos	66.375.187,55	-	66.375.187,55	3.635.040,90	62.740.146,65
5 - Inversões Financeiras	2.392.000,00	-	2.392.000,00	-	2.392.000,00
150001 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	45.330.341,52	-	45.330.341,52	45.290.562,20	39.779,32
3 - Despesas Correntes	44.911.653,54	-	44.911.653,54	44.871.874,22	39.779,32



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	26.575.732,31	-	26.575.732,31	26.570.471,94	5.260,37
3 - Outras Despesas Correntes	18.335.921,23	-	18.335.921,23	18.301.402,28	34.518,95
4 - Despesas de Capital	418.687,98	-	418.687,98	418.687,98	-
4 - Investimentos	418.687,98	-	418.687,98	418.687,98	-
160001 - Secretaria de Estado da Segurança Pública	-	-	-	-	-
3 - Despesas Correntes	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
160006 - Polícia Militar	-	-	-	-	-
3 - Despesas Correntes	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
160084 - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	551.008.664,86	-	551.008.664,86	520.701.837,59	30.306.827,27
3 - Despesas Correntes	539.391.894,48	-	539.391.894,48	519.001.006,34	20.390.888,14
1 - Pessoal e Encargos Sociais	421.688.201,61	-	421.688.201,61	420.441.127,71	1.247.073,90
3 - Outras Despesas Correntes	117.703.692,87	-	117.703.692,87	98.559.878,63	19.143.814,24
4 - Despesas de Capital	11.616.770,38	-	11.616.770,38	1.700.831,25	9.915.939,13
4 - Investimentos	11.616.770,38	-	11.616.770,38	1.700.831,25	9.915.939,13
160085 - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	365.879.846,74	230.000,00	366.109.846,74	351.719.866,73	14.389.980,01
3 - Despesas Correntes	361.187.735,42	230.000,00	361.417.735,42	349.957.895,91	11.459.839,51
1 - Pessoal e Encargos Sociais	268.515.754,61	-	268.515.754,61	267.276.797,91	1.238.956,70
3 - Outras Despesas Correntes	92.671.980,81	230.000,00	92.901.980,81	82.681.098,00	10.220.882,81
4 - Despesas de Capital	4.692.111,32	-	4.692.111,32	1.761.970,82	2.930.140,50
4 - Investimentos	4.692.111,32	-	4.692.111,32	1.761.970,82	2.930.140,50
160091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública	471.586.957,84	-	471.586.957,84	340.619.426,45	130.967.531,39
3 - Despesas Correntes	348.448.191,67	-	348.448.191,67	286.140.199,25	62.307.992,42
1 - Pessoal e Encargos Sociais	124.617.759,28	-	124.617.759,28	123.319.837,44	1.297.921,84
3 - Outras Despesas Correntes	223.830.432,39	-	223.830.432,39	162.820.361,81	61.010.070,58



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	123.138.766,17	-	123.138.766,17	54.479.227,20	68.659.538,97
4 - Investimentos	123.138.766,17	-	123.138.766,17	54.479.227,20	68.659.538,97
160097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar	1.434.423.317,70	-	1.434.423.317,70	1.377.834.000,40	56.589.317,30
3 - Despesas Correntes	1.397.161.409,60	-	1.397.161.409,60	1.369.219.891,85	27.941.517,75
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.060.988.762,10	-	1.060.988.762,10	1.060.339.765,28	648.996,82
3 - Outras Despesas Correntes	336.172.647,50	-	336.172.647,50	308.880.126,57	27.292.520,93
4 - Despesas de Capital	37.261.908,10	-	37.261.908,10	8.614.108,55	28.647.799,55
4 - Investimentos	37.261.908,10	-	37.261.908,10	8.614.108,55	28.647.799,55
180001 - Secretaria de Estado do Planejamento	11.542.638,50	-	11.542.638,50	11.463.689,75	78.948,75
3 - Despesas Correntes	11.423.488,45	-	11.423.488,45	11.344.549,75	78.938,70
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.994.943,00	-	8.994.943,00	8.986.194,70	8.748,30
3 - Outras Despesas Correntes	2.428.545,45	-	2.428.545,45	2.358.355,05	70.190,40
4 - Despesas de Capital	119.150,05	-	119.150,05	119.140,00	10,05
4 - Investimentos	119.150,05	-	119.150,05	119.140,00	10,05
180021 - Superintendencia de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Gde Florianópolis -	5.127.190,44	-	5.127.190,44	1.141.783,98	3.985.406,46
3 - Despesas Correntes	4.587.294,48	-	4.587.294,48	1.134.685,02	3.452.609,46
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.094.433,83	-	1.094.433,83	1.093.596,52	837,31
3 - Outras Despesas Correntes	3.492.860,65	-	3.492.860,65	41.088,50	3.451.772,15
4 - Despesas de Capital	539.895,96	-	539.895,96	7.098,96	532.797,00
4 - Investimentos	539.895,96	-	539.895,96	7.098,96	532.797,00
230001 - Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte	103.019.807,39	3.106.839,63	106.126.647,02	45.818.033,48	60.308.613,54
3 - Despesas Correntes	23.311.915,06	-	23.311.915,06	13.542.155,40	9.769.759,66
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.539.917,08	-	10.539.917,08	10.528.200,51	11.716,57
3 - Outras Despesas Correntes	12.771.997,98	-	12.771.997,98	3.013.954,89	9.758.043,09
4 - Despesas de Capital	79.707.892,33	3.106.839,63	82.814.731,96	32.275.878,08	50.538.853,88
4 - Investimentos	79.707.892,33	3.106.839,63	82.814.731,96	32.275.878,08	50.538.853,88



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
230021 - Fundação Catarinense de Esporte	24.532.455,31	-	24.532.455,31	19.502.991,37	5.029.463,94
3 - Despesas Correntes	23.391.127,42	-	23.391.127,42	19.455.369,77	3.935.757,65
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.251.351,64	-	5.251.351,64	5.219.042,79	32.308,85
3 - Outras Despesas Correntes	18.139.775,78	-	18.139.775,78	14.236.326,98	3.903.448,80
4 - Despesas de Capital	1.141.327,89	-	1.141.327,89	47.621,60	1.093.706,29
4 - Investimentos	1.141.327,89	-	1.141.327,89	47.621,60	1.093.706,29
230022 - Fundação Catarinense de Cultura	35.710.204,80	-	35.710.204,80	32.910.877,71	2.799.327,09
3 - Despesas Correntes	34.298.531,27	-	34.298.531,27	32.043.362,98	2.255.168,29
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.765.787,14	-	12.765.787,14	12.670.594,68	95.192,46
3 - Outras Despesas Correntes	21.532.744,13	-	21.532.744,13	19.372.768,30	2.159.975,83
4 - Despesas de Capital	1.411.673,53	-	1.411.673,53	867.514,73	544.158,80
4 - Investimentos	1.411.673,53	-	1.411.673,53	867.514,73	544.158,80
230023 - Santa Catarina Turismo S/A	17.303.122,65	-	17.303.122,65	17.149.410,64	153.712,01
3 - Despesas Correntes	17.050.962,65	-	17.050.962,65	16.919.783,70	131.178,95
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.891.012,22	-	4.891.012,22	4.878.490,74	12.521,48
3 - Outras Despesas Correntes	12.159.950,43	-	12.159.950,43	12.041.292,96	118.657,47
4 - Despesas de Capital	252.160,00	-	252.160,00	229.626,94	22.533,06
4 - Investimentos	252.160,00	-	252.160,00	229.626,94	22.533,06
230093 - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	11.091.205,95	-	11.091.205,95	6.314.025,82	4.777.180,13
3 - Despesas Correntes	5.386.846,90	-	5.386.846,90	5.164.060,28	222.786,62
3 - Outras Despesas Correntes	5.386.846,90	-	5.386.846,90	5.164.060,28	222.786,62
4 - Despesas de Capital	5.704.359,05	-	5.704.359,05	1.149.965,54	4.554.393,51
4 - Investimentos	5.704.359,05	-	5.704.359,05	1.149.965,54	4.554.393,51
230094 - Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	5.280.950,70	-	5.280.950,70	2.958.519,39	2.322.431,31
3 - Despesas Correntes	4.820.372,32	-	4.820.372,32	2.806.711,50	2.013.660,82
3 - Outras Despesas Correntes	4.820.372,32	-	4.820.372,32	2.806.711,50	2.013.660,82
4 - Despesas de Capital	460.578,38	-	460.578,38	151.807,89	308.770,49



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Investimentos	460.578,38	-	460.578,38	151.807,89	308.770,49
230095 - Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte	4.467.274,93	-	4.467.274,93	3.513.573,08	953.701,85
3 - Despesas Correntes	3.356.003,36	-	3.356.003,36	2.537.402,29	818.601,07
3 - Outras Despesas Correntes	3.356.003,36	-	3.356.003,36	2.537.402,29	818.601,07
4 - Despesas de Capital	1.111.271,57	-	1.111.271,57	976.170,79	135.100,78
4 - Investimentos	1.111.271,57	-	1.111.271,57	976.170,79	135.100,78
260001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	49.994.519,11	-	49.994.519,11	43.517.409,51	6.477.109,60
3 - Despesas Correntes	45.337.227,41	-	45.337.227,41	39.531.852,00	5.805.375,41
1 - Pessoal e Encargos Sociais	21.535.236,05	-	21.535.236,05	21.519.417,86	15.818,19
3 - Outras Despesas Correntes	23.801.991,36	-	23.801.991,36	18.012.434,14	5.789.557,22
4 - Despesas de Capital	4.657.291,70	-	4.657.291,70	3.985.557,51	671.734,19
4 - Investimentos	4.657.291,70	-	4.657.291,70	3.985.557,51	671.734,19
260022 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	33.080.389,46	-	33.080.389,46	21.324.359,70	11.756.029,76
3 - Despesas Correntes	22.841.063,49	-	22.841.063,49	21.091.583,80	1.749.479,69
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.253.548,41	-	16.253.548,41	16.237.195,71	16.352,70
3 - Outras Despesas Correntes	6.587.515,08	-	6.587.515,08	4.854.388,09	1.733.126,99
4 - Despesas de Capital	10.239.325,97	-	10.239.325,97	232.775,90	10.006.550,07
4 - Investimentos	8.350.511,48	-	8.350.511,48	232.775,90	8.117.735,58
5 - Inversões Financeiras	1.888.814,49	-	1.888.814,49	-	1.888.814,49
260093 - Fundo Estadual de Assistência Social	31.674.808,02	-	31.674.808,02	22.196.353,34	9.478.454,68
3 - Despesas Correntes	26.543.373,57	-	26.543.373,57	18.428.745,89	8.114.627,68
3 - Outras Despesas Correntes	26.543.373,57	-	26.543.373,57	18.428.745,89	8.114.627,68
4 - Despesas de Capital	5.131.434,45	-	5.131.434,45	3.767.607,45	1.363.827,00
4 - Investimentos	5.131.434,45	-	5.131.434,45	3.767.607,45	1.363.827,00
260094 - Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	-



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
260095 - Fundo Estadual de Artesanato e da Economia Solidária	-	-	-	-	-
3 - Despesas Correntes	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
260096 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	56.922.272,80	-	56.922.272,80	7.062.117,53	49.860.155,27
4 - Despesas de Capital	56.922.272,80	-	56.922.272,80	7.062.117,53	49.860.155,27
4 - Investimentos	56.922.272,80	-	56.922.272,80	7.062.117,53	49.860.155,27
260099 - Fundo para a Infância e Adolescência	2.255.925,42	-	2.255.925,42	133.932,96	2.121.992,46
3 - Despesas Correntes	2.246.925,36	-	2.246.925,36	124.932,90	2.121.992,46
3 - Outras Despesas Correntes	2.246.925,36	-	2.246.925,36	124.932,90	2.121.992,46
4 - Despesas de Capital	9.000,06	-	9.000,06	9.000,06	-
4 - Investimentos	9.000,06	-	9.000,06	9.000,06	-
270001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	37.672.272,97	-	37.672.272,97	21.504.897,90	16.167.375,07
3 - Despesas Correntes	29.428.009,16	-	29.428.009,16	21.499.781,90	7.928.227,26
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.300.076,65	-	9.300.076,65	9.295.980,62	4.096,03
3 - Outras Despesas Correntes	20.127.932,51	-	20.127.932,51	12.203.801,28	7.924.131,23
4 - Despesas de Capital	8.244.263,81	-	8.244.263,81	5.116,00	8.239.147,81
4 - Investimentos	8.244.263,81	-	8.244.263,81	5.116,00	8.239.147,81
270021 - Fundação do Meio Ambiente	83.916.918,95	-	83.916.918,95	57.722.456,05	26.194.462,90
3 - Despesas Correntes	78.537.507,89	-	78.537.507,89	57.226.357,18	21.311.150,71
1 - Pessoal e Encargos Sociais	44.785.684,34	-	44.785.684,34	43.949.719,09	835.965,25
3 - Outras Despesas Correntes	33.751.823,55	-	33.751.823,55	13.276.638,09	20.475.185,46
4 - Despesas de Capital	5.379.411,06	-	5.379.411,06	496.098,87	4.883.312,19
4 - Investimentos	5.379.411,06	-	5.379.411,06	496.098,87	4.883.312,19



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
270023 - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina	23.675.315,00	-	23.675.315,00	16.467.500,95	7.207.814,05
3 - Despesas Correntes	18.115.005,00	-	18.115.005,00	16.108.648,71	2.006.356,29
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.155.300,00	-	8.155.300,00	7.546.114,13	609.185,87
3 - Outras Despesas Correntes	9.959.705,00	-	9.959.705,00	8.562.534,58	1.397.170,42
4 - Despesas de Capital	5.560.310,00	-	5.560.310,00	358.852,24	5.201.457,76
4 - Investimentos	5.560.310,00	-	5.560.310,00	358.852,24	5.201.457,76
270024 - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	73.802.319,16	-	73.802.319,16	47.505.065,89	26.297.253,27
3 - Despesas Correntes	57.285.726,05	-	57.285.726,05	41.656.475,46	15.629.250,59
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.481.561,95	-	2.481.561,95	2.478.410,57	3.151,38
3 - Outras Despesas Correntes	54.804.164,10	-	54.804.164,10	39.178.064,89	15.626.099,21
4 - Despesas de Capital	16.516.593,11	-	16.516.593,11	5.848.590,43	10.668.002,68
4 - Investimentos	16.516.593,11	-	16.516.593,11	5.848.590,43	10.668.002,68
270025 - Instituto de Metrologia de Santa Catarina	32.463.232,26	-	32.463.232,26	18.860.839,82	13.602.392,44
3 - Despesas Correntes	28.049.322,26	-	28.049.322,26	18.823.242,57	9.226.079,69
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.128.692,26	-	14.128.692,26	12.257.847,63	1.870.844,63
3 - Outras Despesas Correntes	13.920.630,00	-	13.920.630,00	6.565.394,94	7.355.235,06
4 - Despesas de Capital	4.413.910,00	-	4.413.910,00	37.597,25	4.376.312,75
4 - Investimentos	4.413.910,00	-	4.413.910,00	37.597,25	4.376.312,75
270029 - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	10.625.458,06	-	10.625.458,06	8.652.941,45	1.972.516,61
3 - Despesas Correntes	8.838.514,06	-	8.838.514,06	7.444.951,45	1.393.562,61
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.424.063,00	-	4.424.063,00	4.375.027,04	49.035,96
3 - Outras Despesas Correntes	4.414.451,06	-	4.414.451,06	3.069.924,41	1.344.526,65
4 - Despesas de Capital	1.786.944,00	-	1.786.944,00	1.207.990,00	578.954,00
4 - Investimentos	1.786.944,00	-	1.786.944,00	1.207.990,00	578.954,00



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
270091 - Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	590.252,64	-	590.252,64	78.008,41	512.244,23
3 - Despesas Correntes	470.061,81	-	470.061,81	78.008,41	392.053,40
3 - Outras Despesas Correntes	470.061,81	-	470.061,81	78.008,41	392.053,40
4 - Despesas de Capital	120.190,83	-	120.190,83	-	120.190,83
4 - Investimentos	120.190,83	-	120.190,83	-	120.190,83
270092 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	4.833.912,52	-	4.833.912,52	3.473.768,16	1.360.144,36
3 - Despesas Correntes	4.162.782,72	-	4.162.782,72	2.886.223,08	1.276.559,64
1 - Pessoal e Encargos Sociais	70.000,00	-	70.000,00	59.594,28	10.405,72
3 - Outras Despesas Correntes	4.092.782,72	-	4.092.782,72	2.826.628,80	1.266.153,92
4 - Despesas de Capital	671.129,80	-	671.129,80	587.545,08	83.584,72
4 - Investimentos	671.129,80	-	671.129,80	587.545,08	83.584,72
270095 - Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	518.988,40	-	518.988,40	35.298,30	483.690,10
3 - Despesas Correntes	504.998,40	-	504.998,40	27.196,30	477.802,10
3 - Outras Despesas Correntes	504.998,40	-	504.998,40	27.196,30	477.802,10
4 - Despesas de Capital	13.990,00	-	13.990,00	8.102,00	5.888,00
4 - Investimentos	13.990,00	-	13.990,00	8.102,00	5.888,00
270096 - Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais	-	-	-	-	-
3 - Despesas Correntes	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
410001 - Secretaria de Estado da Casa Civil	46.139.723,76	-	46.139.723,76	45.541.597,53	598.126,23
3 - Despesas Correntes	45.694.828,17	-	45.694.828,17	45.096.701,94	598.126,23
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.808.127,15	-	20.808.127,15	20.792.625,66	15.501,49
3 - Outras Despesas Correntes	24.886.701,02	-	24.886.701,02	24.304.076,28	582.624,74



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	444.895,59	-	444.895,59	444.895,59	-
4 - Investimentos	444.895,59	-	444.895,59	444.895,59	-
410002 - Procuradoria Geral do Estado	193.318.548,89	-	193.318.548,89	191.506.368,60	1.812.180,29
3 - Despesas Correntes	193.310.790,89	-	193.310.790,89	191.498.610,60	1.812.180,29
1 - Pessoal e Encargos Sociais	166.940.441,71	-	166.940.441,71	165.142.908,14	1.797.533,57
3 - Outras Despesas Correntes	26.370.349,18	-	26.370.349,18	26.355.702,46	14.646,72
4 - Despesas de Capital	7.758,00	-	7.758,00	7.758,00	-
4 - Investimentos	7.758,00	-	7.758,00	7.758,00	-
410003 - Secretaria Executiva de Articulação Nacional	5.000.901,84	-	5.000.901,84	4.990.740,18	10.161,66
3 - Despesas Correntes	4.988.106,84	-	4.988.106,84	4.981.818,73	6.288,11
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.868.864,90	-	2.868.864,90	2.864.703,49	4.161,41
3 - Outras Despesas Correntes	2.119.241,94	-	2.119.241,94	2.117.115,24	2.126,70
4 - Despesas de Capital	12.795,00	-	12.795,00	8.921,45	3.873,55
4 - Investimentos	12.795,00	-	12.795,00	8.921,45	3.873,55
410004 - Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	3.029.899,50	-	3.029.899,50	2.965.502,23	64.397,27
3 - Despesas Correntes	3.012.247,65	-	3.012.247,65	2.949.543,74	62.703,91
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.081.185,00	-	2.081.185,00	2.070.003,01	11.181,99
3 - Outras Despesas Correntes	931.062,65	-	931.062,65	879.540,73	51.521,92
4 - Despesas de Capital	17.651,85	-	17.651,85	15.958,49	1.693,36
4 - Investimentos	17.651,85	-	17.651,85	15.958,49	1.693,36
410005 - Secretaria de Estado de Comunicação	72.894.416,06	-	72.894.416,06	72.559.440,51	334.975,55
3 - Despesas Correntes	72.873.905,20	-	72.873.905,20	72.540.285,65	333.619,55
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.445.408,92	-	4.445.408,92	4.440.349,19	5.059,73
3 - Outras Despesas Correntes	68.428.496,28	-	68.428.496,28	68.099.936,46	328.559,82
4 - Despesas de Capital	20.510,86	-	20.510,86	19.154,86	1.356,00
4 - Investimentos	20.510,86	-	20.510,86	19.154,86	1.356,00



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
410056 - Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma	-	-	-	-	-
3 - Despesas Correntes	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
410091 - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	13.103.086,00	-	13.103.086,00	10.772.166,37	2.330.919,63
3 - Despesas Correntes	10.914.830,00	-	10.914.830,00	9.491.203,80	1.423.626,20
3 - Outras Despesas Correntes	10.914.830,00	-	10.914.830,00	9.491.203,80	1.423.626,20
4 - Despesas de Capital	2.188.256,00	-	2.188.256,00	1.280.962,57	907.293,43
4 - Investimentos	2.188.256,00	-	2.188.256,00	1.280.962,57	907.293,43
410094 - Fundo de Desenvolvimento Social	129.481.227,23	-	129.481.227,23	5.477,19	129.475.750,04
3 - Despesas Correntes	10.453.377,32	-	10.453.377,32	5.477,19	10.447.900,13
3 - Outras Despesas Correntes	10.453.377,32	-	10.453.377,32	5.477,19	10.447.900,13
4 - Despesas de Capital	119.027.849,91	-	119.027.849,91	-	119.027.849,91
4 - Investimentos	119.027.849,91	-	119.027.849,91	-	119.027.849,91
410095 - Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais	(50.000.000,00)	50.000.000,00	-	-	-
3 - Despesas Correntes	(50.000.000,00)	50.000.000,00	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	(50.000.000,00)	50.000.000,00	-	-	-
420001 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	5.239.260,74	-	5.239.260,74	5.230.238,01	9.022,73
3 - Despesas Correntes	5.090.566,69	-	5.090.566,69	5.081.543,96	9.022,73
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.857.244,99	-	2.857.244,99	2.853.212,40	4.032,59
3 - Outras Despesas Correntes	2.233.321,70	-	2.233.321,70	2.228.331,56	4.990,14
4 - Despesas de Capital	148.694,05	-	148.694,05	148.694,05	-
4 - Investimentos	148.694,05	-	148.694,05	148.694,05	-
430001 - Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	20.338.221,56	-	20.338.221,56	19.871.157,67	467.063,89
3 - Despesas Correntes	20.242.245,56	-	20.242.245,56	19.776.956,77	465.288,79



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.170.623,94	-	18.170.623,94	18.066.945,68	103.678,26
3 - Outras Despesas Correntes	2.071.621,62	-	2.071.621,62	1.710.011,09	361.610,53
4 - Despesas de Capital	95.976,00	-	95.976,00	94.200,90	1.775,10
4 - Investimentos	95.976,00	-	95.976,00	94.200,90	1.775,10
440001 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	27.292.833,94	-	27.292.833,94	23.512.831,75	3.780.002,19
3 - Despesas Correntes	20.644.074,03	-	20.644.074,03	19.325.521,10	1.318.552,93
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.930.894,21	-	6.930.894,21	6.918.863,05	12.031,16
3 - Outras Despesas Correntes	13.713.179,82	-	13.713.179,82	12.406.658,05	1.306.521,77
4 - Despesas de Capital	6.648.759,91	-	6.648.759,91	4.187.310,65	2.461.449,26
4 - Investimentos	6.648.759,91	-	6.648.759,91	4.187.310,65	2.461.449,26
440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A	218.601.050,78	-	218.601.050,78	204.580.438,24	14.020.612,54
3 - Despesas Correntes	202.070.036,65	-	202.070.036,65	193.859.109,49	8.210.927,16
1 - Pessoal e Encargos Sociais	151.427.113,74	-	151.427.113,74	150.245.112,02	1.182.001,72
3 - Outras Despesas Correntes	50.642.922,91	-	50.642.922,91	43.613.997,47	7.028.925,44
4 - Despesas de Capital	16.531.014,13	-	16.531.014,13	10.721.328,75	5.809.685,38
4 - Investimentos	16.531.014,13	-	16.531.014,13	10.721.328,75	5.809.685,38
440023 - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	358.328.955,15	-	358.328.955,15	342.032.482,67	16.296.472,48
3 - Despesas Correntes	341.999.881,53	-	341.999.881,53	333.095.097,81	8.904.783,72
1 - Pessoal e Encargos Sociais	278.769.266,05	-	278.769.266,05	277.860.340,08	908.925,97
3 - Outras Despesas Correntes	63.230.615,48	-	63.230.615,48	55.234.757,73	7.995.857,75
4 - Despesas de Capital	16.329.073,62	-	16.329.073,62	8.937.384,86	7.391.688,76
4 - Investimentos	16.329.073,62	-	16.329.073,62	8.937.384,86	7.391.688,76
440091 - Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	1.007.212,00	-	1.007.212,00	899.029,00	108.183,00
4 - Despesas de Capital	1.007.212,00	-	1.007.212,00	899.029,00	108.183,00



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
5 - Inversões Financeiras	1.007.212,00	-	1.007.212,00	899.029,00	108.183,00
440093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	69.680.233,09	2.732.456,90	72.412.689,99	50.548.405,71	21.864.284,28
3 - Despesas Correntes	31.441.835,86	-	31.441.835,86	31.275.462,62	166.373,24
3 - Outras Despesas Correntes	31.441.835,86	-	31.441.835,86	31.275.462,62	166.373,24
4 - Despesas de Capital	38.238.397,23	2.732.456,90	40.970.854,13	19.272.943,09	21.697.911,04
4 - Investimentos	28.425.663,23	2.732.456,90	31.158.120,13	9.643.889,74	21.514.230,39
5 - Inversões Financeiras	9.812.734,00	-	9.812.734,00	9.629.053,35	183.680,65
440094 - Fundo Estadual de Sanidade Animal	6.789.290,62	-	6.789.290,62	5.845.311,24	943.979,38
3 - Despesas Correntes	6.483.420,62	-	6.483.420,62	5.845.311,24	638.109,38
3 - Outras Despesas Correntes	6.483.420,62	-	6.483.420,62	5.845.311,24	638.109,38
4 - Despesas de Capital	305.870,00	-	305.870,00	-	305.870,00
4 - Investimentos	305.870,00	-	305.870,00	-	305.870,00
450001 - Secretaria de Estado da Educação	2.776.861.111,31	-	2.776.861.111,31	2.377.944.095,03	398.917.016,28
3 - Despesas Correntes	2.617.502.941,39	-	2.617.502.941,39	2.335.294.324,67	282.208.616,72
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.838.418.856,57	-	1.838.418.856,57	1.759.318.832,85	79.100.023,72
3 - Outras Despesas Correntes	779.084.084,82	-	779.084.084,82	575.975.491,82	203.108.593,00
4 - Despesas de Capital	159.358.169,92	-	159.358.169,92	42.649.770,36	116.708.399,56
4 - Investimentos	159.358.169,92	-	159.358.169,92	42.649.770,36	116.708.399,56
450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial	260.343.566,90	-	260.343.566,90	198.189.233,36	62.154.333,54
3 - Despesas Correntes	256.668.174,74	-	256.668.174,74	198.165.888,92	58.502.285,82
1 - Pessoal e Encargos Sociais	177.970.957,06	-	177.970.957,06	176.882.417,43	1.088.539,63
3 - Outras Despesas Correntes	78.697.217,68	-	78.697.217,68	21.283.471,49	57.413.746,19
4 - Despesas de Capital	3.675.392,16	-	3.675.392,16	23.344,44	3.652.047,72
4 - Investimentos	3.675.392,16	-	3.675.392,16	23.344,44	3.652.047,72
450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	398.645.365,88	-	398.645.365,88	361.358.037,46	37.287.328,42
3 - Despesas Correntes	363.650.820,76	-	363.650.820,76	341.419.475,42	22.231.345,34



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	274.165.365,29	-	274.165.365,29	273.141.568,61	1.023.796,68
3 - Outras Despesas Correntes	89.485.455,47	-	89.485.455,47	68.277.906,81	21.207.548,66
4 - Despesas de Capital	34.994.545,12	-	34.994.545,12	19.938.562,04	15.055.983,08
4 - Investimentos	34.994.545,12	-	34.994.545,12	19.938.562,04	15.055.983,08
450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de	75.569.567,90	-	75.569.567,90	42.459.941,76	33.109.626,14
3 - Despesas Correntes	65.471.619,90	-	65.471.619,90	42.459.941,76	23.011.678,14
3 - Outras Despesas Correntes	65.471.619,90	-	65.471.619,90	42.459.941,76	23.011.678,14
4 - Despesas de Capital	10.097.948,00	-	10.097.948,00	-	10.097.948,00
4 - Investimentos	10.097.948,00	-	10.097.948,00	-	10.097.948,00
450092 - Fundo Estadual de Educação- FEDUC	247.721.472,42	-	247.721.472,42	81.729.596,88	165.991.875,54
4 - Despesas de Capital	247.721.472,42	-	247.721.472,42	81.729.596,88	165.991.875,54
4 - Investimentos	247.721.472,42	-	247.721.472,42	81.729.596,88	165.991.875,54
470001 - Secretaria de Estado da Administração	159.669.385,54	-	159.669.385,54	152.995.313,32	6.674.072,22
3 - Despesas Correntes	153.496.817,30	-	153.496.817,30	152.990.506,66	506.310,64
1 - Pessoal e Encargos Sociais	104.610.316,66	-	104.610.316,66	104.139.291,01	471.025,65
3 - Outras Despesas Correntes	48.886.500,64	-	48.886.500,64	48.851.215,65	35.284,99
4 - Despesas de Capital	6.172.568,24	-	6.172.568,24	4.806,66	6.167.761,58
4 - Investimentos	6.172.568,24	-	6.172.568,24	4.806,66	6.167.761,58
470022 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	173.060.244,20	-	173.060.244,20	97.038.402,11	76.021.842,09
3 - Despesas Correntes	167.074.174,72	-	167.074.174,72	96.106.696,07	70.967.478,65
1 - Pessoal e Encargos Sociais	57.851.850,00	-	57.851.850,00	39.718.154,76	18.133.695,24
3 - Outras Despesas Correntes	109.222.324,72	-	109.222.324,72	56.388.541,31	52.833.783,41
4 - Despesas de Capital	5.986.069,48	-	5.986.069,48	931.706,04	5.054.363,44
4 - Investimentos	5.986.069,48	-	5.986.069,48	931.706,04	5.054.363,44
470075 - Fundo Previdenciário	-	-	-	-	-
3 - Despesas Correntes	-	-	-	-	-



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
470076 - Fundo Financeiro	5.618.287.866,30	-	5.618.287.866,30	5.131.656.034,00	486.631.832,30
3 - Despesas Correntes	5.618.287.866,30	-	5.618.287.866,30	5.131.656.034,00	486.631.832,30
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.567.268.343,54	-	5.567.268.343,54	5.088.257.911,45	479.010.432,09
3 - Outras Despesas Correntes	51.019.522,76	-	51.019.522,76	43.398.122,55	7.621.400,21
470091 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	149.441.923,31	-	149.441.923,31	96.997.108,63	52.444.814,68
3 - Despesas Correntes	122.711.656,31	-	122.711.656,31	89.432.611,89	33.279.044,42
3 - Outras Despesas Correntes	122.711.656,31	-	122.711.656,31	89.432.611,89	33.279.044,42
4 - Despesas de Capital	26.730.267,00	-	26.730.267,00	7.564.496,74	19.165.770,26
4 - Investimentos	26.730.267,00	-	26.730.267,00	7.564.496,74	19.165.770,26
470092 - Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	845.875.468,04	-	845.875.468,04	590.729.537,33	255.145.930,71
3 - Despesas Correntes	828.577.758,04	-	828.577.758,04	590.725.556,06	237.852.201,98
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.040.405,00	-	14.040.405,00	9.750.000,00	4.290.405,00
3 - Outras Despesas Correntes	814.537.353,04	-	814.537.353,04	580.975.556,06	233.561.796,98
4 - Despesas de Capital	17.297.710,00	-	17.297.710,00	3.981,27	17.293.728,73
4 - Investimentos	17.297.710,00	-	17.297.710,00	3.981,27	17.293.728,73
470093 - Fundo Patrimonial	50.163.296,11	-	50.163.296,11	1.570.105,96	48.593.190,15
3 - Despesas Correntes	1.124.803,00	-	1.124.803,00	484.845,86	639.957,14
3 - Outras Despesas Correntes	1.124.803,00	-	1.124.803,00	484.845,86	639.957,14
4 - Despesas de Capital	49.038.493,11	-	49.038.493,11	1.085.260,10	47.953.233,01
4 - Investimentos	39.743.345,00	-	39.743.345,00	1.085.260,10	38.658.084,90
5 - Inversões Financeiras	9.295.148,11	-	9.295.148,11	-	9.295.148,11
480091 - Fundo Estadual de Saúde	3.418.492.957,76	1.300.000,00	3.419.792.957,76	2.932.441.779,57	487.351.178,19
3 - Despesas Correntes	3.186.891.999,33	-	3.186.891.999,33	2.836.525.705,07	350.366.294,26



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.135.818.182,76	-	1.135.818.182,76	1.096.505.088,35	39.313.094,41
3 - Outras Despesas Correntes	2.051.073.816,57	-	2.051.073.816,57	1.740.020.616,72	311.053.199,85
4 - Despesas de Capital	231.600.958,43	1.300.000,00	232.900.958,43	95.916.074,50	136.984.883,93
4 - Investimentos	231.600.958,43	1.300.000,00	232.900.958,43	95.916.074,50	136.984.883,93
480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde-INVESTSAÚDE	115.018.681,23	-	115.018.681,23	31.218.934,03	83.799.747,20
4 - Despesas de Capital	115.018.681,23	-	115.018.681,23	31.218.934,03	83.799.747,20
4 - Investimentos	115.018.681,23	-	115.018.681,23	31.218.934,03	83.799.747,20
520001 - Secretaria de Estado da Fazenda	459.275.530,50	-	459.275.530,50	457.609.252,97	1.666.277,53
3 - Despesas Correntes	453.274.104,11	-	453.274.104,11	451.607.826,58	1.666.277,53
1 - Pessoal e Encargos Sociais	370.629.489,85	-	370.629.489,85	369.203.358,83	1.426.131,02
3 - Outras Despesas Correntes	82.644.614,26	-	82.644.614,26	82.404.467,75	240.146,51
4 - Despesas de Capital	6.001.426,39	-	6.001.426,39	6.001.426,39	-
4 - Investimentos	4.505.612,83	-	4.505.612,83	4.505.612,83	-
5 - Inversões Financeiras	1.495.813,56	-	1.495.813,56	1.495.813,56	-
520002 - Encargos Gerais do Estado	1.826.272.199,94	30.000.000,00	1.856.272.199,94	1.512.408.706,12	343.863.493,82
3 - Despesas Correntes	1.014.481.720,24	5.000.000,00	1.019.481.720,24	853.837.235,18	165.644.485,06
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.434.275,00	-	2.434.275,00	2.380.172,44	54.102,56
2 - Juros e Encargos da Dívida	825.915.338,54	-	825.915.338,54	671.254.327,44	154.661.011,10
3 - Outras Despesas Correntes	186.132.106,70	5.000.000,00	191.132.106,70	180.202.735,30	10.929.371,40
4 - Despesas de Capital	811.790.479,70	25.000.000,00	836.790.479,70	658.571.470,94	178.219.008,76
4 - Investimentos	7.098.574,32	-	7.098.574,32	7.098.574,32	-
5 - Inversões Financeiras	40.789.647,65	-	40.789.647,65	40.682.241,30	107.406,35
6 - Amortização da Dívida	763.902.257,73	25.000.000,00	788.902.257,73	610.790.655,32	178.111.602,41
520030 - Fundação Escola de Governo - ENA	4.620.891,17	-	4.620.891,17	2.592.838,27	2.028.052,90
3 - Despesas Correntes	4.277.532,17	-	4.277.532,17	2.576.828,37	1.700.703,80
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.652.504,67	-	1.652.504,67	1.648.029,71	4.474,96
3 - Outras Despesas Correntes	2.625.027,50	-	2.625.027,50	928.798,66	1.696.228,84



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	343.359,00	-	343.359,00	16.009,90	327.349,10
4 - Investimentos	343.359,00	-	343.359,00	16.009,90	327.349,10
520090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	93.787.593,20	30.472.489,69	124.260.082,89	89.720.025,52	34.540.057,37
4 - Despesas de Capital	93.787.593,20	30.472.489,69	124.260.082,89	89.720.025,52	34.540.057,37
4 - Investimentos	93.787.593,20	30.472.489,69	124.260.082,89	89.720.025,52	34.540.057,37
520091 - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	4.200.947,10	-	4.200.947,10	-	4.200.947,10
4 - Despesas de Capital	4.200.947,10	-	4.200.947,10	-	4.200.947,10
5 - Inversões Financeiras	4.200.947,10	-	4.200.947,10	-	4.200.947,10
520092 - Fundo de Esforço Fiscal	36.623.751,48	-	36.623.751,48	16.401.592,38	20.222.159,10
3 - Despesas Correntes	5.372.059,75	-	5.372.059,75	2.090.654,09	3.281.405,66
3 - Outras Despesas Correntes	5.372.059,75	-	5.372.059,75	2.090.654,09	3.281.405,66
4 - Despesas de Capital	31.251.691,73	-	31.251.691,73	14.310.938,29	16.940.753,44
4 - Investimentos	31.251.691,73	-	31.251.691,73	14.310.938,29	16.940.753,44
520093 - Fundo Pró-Emprego	44.380.447,54	-	44.380.447,54	5.004.771,83	39.375.675,71
4 - Despesas de Capital	44.380.447,54	-	44.380.447,54	5.004.771,83	39.375.675,71
4 - Investimentos	44.380.447,54	-	44.380.447,54	5.004.771,83	39.375.675,71
530001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	375.145.329,68	-	375.145.329,68	214.437.543,88	160.707.785,80
3 - Despesas Correntes	46.424.811,18	-	46.424.811,18	14.339.646,71	32.085.164,47
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.528.705,42	-	6.528.705,42	6.448.115,56	80.589,86
3 - Outras Despesas Correntes	39.896.105,76	-	39.896.105,76	7.891.531,15	32.004.574,61
4 - Despesas de Capital	328.720.518,50	-	328.720.518,50	200.097.897,17	128.622.621,33
4 - Investimentos	328.720.518,50	-	328.720.518,50	200.097.897,17	128.622.621,33
530023 - Departamento de Transportes e Terminais	45.571.078,27	-	45.571.078,27	30.338.521,99	15.232.556,28
3 - Despesas Correntes	42.927.429,27	-	42.927.429,27	30.317.395,03	12.610.034,24
1 - Pessoal e Encargos Sociais	24.853.922,32	-	24.853.922,32	18.219.745,70	6.634.176,62
3 - Outras Despesas Correntes	18.073.506,95	-	18.073.506,95	12.097.649,33	5.975.857,62



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	2.643.649,00	-	2.643.649,00	21.126,96	2.622.522,04
4 - Investimentos	2.643.649,00	-	2.643.649,00	21.126,96	2.622.522,04
530025 - Departamento Estadual de Infraestrutura	1.163.750.876,16	-	1.163.750.876,16	795.059.834,59	368.691.041,57
3 - Despesas Correntes	145.939.236,49	-	145.939.236,49	129.060.218,86	16.879.017,63
1 - Pessoal e Encargos Sociais	67.636.668,91	-	67.636.668,91	67.491.691,89	144.977,02
3 - Outras Despesas Correntes	78.302.567,58	-	78.302.567,58	61.568.526,97	16.734.040,61
4 - Despesas de Capital	1.017.811.639,67	-	1.017.811.639,67	665.999.615,73	351.812.023,94
4 - Investimentos	1.017.811.639,67	-	1.017.811.639,67	665.999.615,73	351.812.023,94
540001 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	181.850,00	-	181.850,00	-	181.850,00
4 - Despesas de Capital	181.850,00	-	181.850,00	-	181.850,00
4 - Investimentos	181.850,00	-	181.850,00	-	181.850,00
540091 - Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	4.485.682,34	-	4.485.682,34	286.313,32	4.199.369,02
3 - Despesas Correntes	4.191.838,34	-	4.191.838,34	217.122,89	3.974.715,45
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00	-	10.000,00	2.758,39	7.241,61
3 - Outras Despesas Correntes	4.181.838,34	-	4.181.838,34	214.364,50	3.967.473,84
4 - Despesas de Capital	293.844,00	-	293.844,00	69.190,43	224.653,57
4 - Investimentos	293.844,00	-	293.844,00	69.190,43	224.653,57
540092 - Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	2.126.297,96	-	2.126.297,96	514.103,70	1.612.194,26
3 - Despesas Correntes	1.569.919,96	-	1.569.919,96	307.517,95	1.262.402,01
3 - Outras Despesas Correntes	1.569.919,96	-	1.569.919,96	307.517,95	1.262.402,01
4 - Despesas de Capital	556.378,00	-	556.378,00	206.585,75	349.792,25
4 - Investimentos	556.378,00	-	556.378,00	206.585,75	349.792,25
540093 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitiba	3.468.359,66	-	3.468.359,66	1.390.417,04	2.077.942,62
3 - Despesas Correntes	2.422.907,32	-	2.422.907,32	1.338.712,28	1.084.195,04
3 - Outras Despesas Correntes	2.422.907,32	-	2.422.907,32	1.338.712,28	1.084.195,04



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	1.045.452,34	-	1.045.452,34	51.704,76	993.747,58
4 - Investimentos	1.045.452,34	-	1.045.452,34	51.704,76	993.747,58
540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	3.118.443,18	-	3.118.443,18	2.609.422,97	509.020,21
3 - Despesas Correntes	3.117.449,18	-	3.117.449,18	2.608.433,19	509.015,99
3 - Outras Despesas Correntes	3.117.449,18	-	3.117.449,18	2.608.433,19	509.015,99
4 - Despesas de Capital	994,00	-	994,00	989,78	4,22
4 - Investimentos	994,00	-	994,00	989,78	4,22
540095 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	4.434.662,98	-	4.434.662,98	4.365.451,54	69.211,44
3 - Despesas Correntes	4.320.030,81	-	4.320.030,81	4.251.019,37	69.011,44
3 - Outras Despesas Correntes	4.320.030,81	-	4.320.030,81	4.251.019,37	69.011,44
4 - Despesas de Capital	114.632,17	-	114.632,17	114.432,17	200,00
4 - Investimentos	114.632,17	-	114.632,17	114.432,17	200,00
540096 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	846.448.625,23	-	846.448.625,23	744.423.808,34	102.024.816,89
3 - Despesas Correntes	705.278.452,71	-	705.278.452,71	680.358.713,43	24.919.739,28
1 - Pessoal e Encargos Sociais	348.778.511,60	-	348.778.511,60	339.054.192,53	9.724.319,07
3 - Outras Despesas Correntes	356.499.941,11	-	356.499.941,11	341.304.520,90	15.195.420,21
4 - Despesas de Capital	141.170.172,52	-	141.170.172,52	64.065.094,91	77.105.077,61
4 - Investimentos	141.170.172,52	-	141.170.172,52	64.065.094,91	77.105.077,61
540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	864.694,34	-	864.694,34	579.537,02	285.157,32
3 - Despesas Correntes	730.213,34	-	730.213,34	512.953,92	217.259,42
3 - Outras Despesas Correntes	730.213,34	-	730.213,34	512.953,92	217.259,42
4 - Despesas de Capital	134.481,00	-	134.481,00	66.583,10	67.897,90
4 - Investimentos	134.481,00	-	134.481,00	66.583,10	67.897,90
540098 - Fundo Especial da Defensoria Dativa	32.909.667,34	-	32.909.667,34	14.854.682,89	18.054.984,45



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	28.829.354,34	-	28.829.354,34	14.854.682,89	13.974.671,45
3 - Outras Despesas Correntes	28.829.354,34	-	28.829.354,34	14.854.682,89	13.974.671,45
4 - Despesas de Capital	4.080.313,00	-	4.080.313,00	-	4.080.313,00
4 - Investimentos	4.080.313,00	-	4.080.313,00	-	4.080.313,00
550001 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	260.822.094,33	-	260.822.094,33	28.609.054,73	232.213.039,60
3 - Despesas Correntes	5.933,15	-	5.933,15	5.933,15	-
3 - Outras Despesas Correntes	5.933,15	-	5.933,15	5.933,15	-
4 - Despesas de Capital	260.816.161,18	-	260.816.161,18	28.603.121,58	232.213.039,60
4 - Investimentos	260.816.161,18	-	260.816.161,18	28.603.121,58	232.213.039,60
550091 - Fundo Estadual da Defesa Civil	67.538.879,70	-	67.538.879,70	26.357.518,26	41.181.361,44
3 - Despesas Correntes	43.027.287,06	-	43.027.287,06	20.823.226,48	22.204.060,58
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.865.364,52	-	4.865.364,52	2.544.216,27	2.321.148,25
3 - Outras Despesas Correntes	38.161.922,54	-	38.161.922,54	18.279.010,21	19.882.912,33
4 - Despesas de Capital	24.511.592,64	-	24.511.592,64	5.534.291,78	18.977.300,86
4 - Investimentos	24.511.592,64	-	24.511.592,64	5.534.291,78	18.977.300,86
600001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itapiranga	10.113.429,96	-	10.113.429,96	9.223.111,31	890.318,65
3 - Despesas Correntes	8.095.486,58	-	8.095.486,58	7.290.894,94	804.591,64
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.618.295,52	-	3.618.295,52	3.612.985,17	5.310,35
3 - Outras Despesas Correntes	4.477.191,06	-	4.477.191,06	3.677.909,77	799.281,29
4 - Despesas de Capital	2.017.943,38	-	2.017.943,38	1.932.216,37	85.727,01
4 - Investimentos	2.017.943,38	-	2.017.943,38	1.932.216,37	85.727,01
610001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	6.961.837,15	-	6.961.837,15	6.254.828,75	707.008,40
3 - Despesas Correntes	6.122.943,74	-	6.122.943,74	5.441.518,34	681.425,40
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.764.437,26	-	2.764.437,26	2.760.647,01	3.790,25
3 - Outras Despesas Correntes	3.358.506,48	-	3.358.506,48	2.680.871,33	677.635,15



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	838.893,41	-	838.893,41	813.310,41	25.583,00
4 - Investimentos	838.893,41	-	838.893,41	813.310,41	25.583,00
620001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	8.808.463,23	-	8.808.463,23	7.638.679,88	1.169.783,35
3 - Despesas Correntes	8.182.527,69	-	8.182.527,69	7.086.331,36	1.096.196,33
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.956.956,99	-	2.956.956,99	2.954.027,51	2.929,48
3 - Outras Despesas Correntes	5.225.570,70	-	5.225.570,70	4.132.303,85	1.093.266,85
4 - Despesas de Capital	625.935,54	-	625.935,54	552.348,52	73.587,02
4 - Investimentos	625.935,54	-	625.935,54	552.348,52	73.587,02
630001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Taió	9.381.614,85	-	9.381.614,85	7.866.049,13	1.515.565,72
3 - Despesas Correntes	8.619.923,73	-	8.619.923,73	7.151.288,01	1.468.635,72
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.132.764,77	-	3.132.764,77	3.130.138,18	2.626,59
3 - Outras Despesas Correntes	5.487.158,96	-	5.487.158,96	4.021.149,83	1.466.009,13
4 - Despesas de Capital	761.691,12	-	761.691,12	714.761,12	46.930,00
4 - Investimentos	761.691,12	-	761.691,12	714.761,12	46.930,00
660001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	12.098.583,81	-	12.098.583,81	10.195.344,67	1.903.239,14
3 - Despesas Correntes	9.953.665,10	-	9.953.665,10	8.138.234,64	1.815.430,46
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.739.674,91	-	2.739.674,91	2.735.391,53	4.283,38
3 - Outras Despesas Correntes	7.213.990,19	-	7.213.990,19	5.402.843,11	1.811.147,08
4 - Despesas de Capital	2.144.918,71	-	2.144.918,71	2.057.110,03	87.808,68
4 - Investimentos	2.144.918,71	-	2.144.918,71	2.057.110,03	87.808,68
670001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Braço do Norte	16.259.007,31	-	16.259.007,31	15.140.813,12	1.118.194,19
3 - Despesas Correntes	10.655.841,52	-	10.655.841,52	9.613.734,93	1.042.106,59
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.031.434,72	-	3.031.434,72	3.027.890,18	3.544,54
3 - Outras Despesas Correntes	7.624.406,80	-	7.624.406,80	6.585.844,75	1.038.562,05



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	5.603.165,79	-	5.603.165,79	5.527.078,19	76.087,60
4 - Investimentos	5.603.165,79	-	5.603.165,79	5.527.078,19	76.087,60
690001 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
700001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Miguel do Oeste	16.752.957,55	-	16.752.957,55	15.120.689,15	1.632.268,40
3 - Despesas Correntes	11.739.310,15	-	11.739.310,15	10.470.219,12	1.269.091,03
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.199.280,71	-	5.199.280,71	5.194.646,50	4.634,21
3 - Outras Despesas Correntes	6.540.029,44	-	6.540.029,44	5.275.572,62	1.264.456,82
4 - Despesas de Capital	5.013.647,40	-	5.013.647,40	4.650.470,03	363.177,37
4 - Investimentos	5.013.647,40	-	5.013.647,40	4.650.470,03	363.177,37
710001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Maravilha	18.605.243,31	-	18.605.243,31	16.367.228,60	2.238.014,71
3 - Despesas Correntes	13.552.849,68	-	13.552.849,68	11.420.821,97	2.132.027,71
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.110.127,97	-	4.110.127,97	4.105.753,00	4.374,97
3 - Outras Despesas Correntes	9.442.721,71	-	9.442.721,71	7.315.068,97	2.127.652,74
4 - Despesas de Capital	5.052.393,63	-	5.052.393,63	4.946.406,63	105.987,00
4 - Investimentos	5.052.393,63	-	5.052.393,63	4.946.406,63	105.987,00
720001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço do Oeste	10.531.341,85	-	10.531.341,85	9.404.313,88	1.127.027,97
3 - Despesas Correntes	9.137.591,73	-	9.137.591,73	8.050.045,01	1.087.546,72
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.643.486,91	-	3.643.486,91	3.639.555,71	3.931,20
3 - Outras Despesas Correntes	5.494.104,82	-	5.494.104,82	4.410.489,30	1.083.615,52
4 - Despesas de Capital	1.393.750,12	-	1.393.750,12	1.354.268,87	39.481,25
4 - Investimentos	1.393.750,12	-	1.393.750,12	1.354.268,87	39.481,25
730001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	44.252.703,33	2.213.799,89	46.466.503,22	42.317.866,70	4.148.636,52



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	19.289.828,60	-	19.289.828,60	16.570.363,20	2.719.465,40
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.331.403,54	-	6.331.403,54	6.327.034,25	4.369,29
3 - Outras Despesas Correntes	12.958.425,06	-	12.958.425,06	10.243.328,95	2.715.096,11
4 - Despesas de Capital	24.962.874,73	2.213.799,89	27.176.674,62	25.747.503,50	1.429.171,12
4 - Investimentos	24.962.874,73	2.213.799,89	27.176.674,62	25.747.503,50	1.429.171,12
740001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	37.605.386,08	-	37.605.386,08	34.728.087,82	2.877.298,26
3 - Despesas Correntes	25.299.274,56	-	25.299.274,56	22.686.768,70	2.612.505,86
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.431.443,22	-	5.431.443,22	5.426.572,50	4.870,72
3 - Outras Despesas Correntes	19.867.831,34	-	19.867.831,34	17.260.196,20	2.607.635,14
4 - Despesas de Capital	12.306.111,52	-	12.306.111,52	12.041.319,12	264.792,40
4 - Investimentos	12.306.111,52	-	12.306.111,52	12.041.319,12	264.792,40
750001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	13.095.802,39	-	13.095.802,39	11.662.487,02	1.433.315,37
3 - Despesas Correntes	11.251.414,42	-	11.251.414,42	9.880.570,05	1.370.844,37
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.615.218,79	-	4.615.218,79	4.609.653,05	5.565,74
3 - Outras Despesas Correntes	6.636.195,63	-	6.636.195,63	5.270.917,00	1.365.278,63
4 - Despesas de Capital	1.844.387,97	-	1.844.387,97	1.781.916,97	62.471,00
4 - Investimentos	1.844.387,97	-	1.844.387,97	1.781.916,97	62.471,00
760001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joaçaba	19.712.575,24	-	19.712.575,24	17.775.382,27	1.937.192,97
3 - Despesas Correntes	17.848.564,15	-	17.848.564,15	16.006.779,18	1.841.784,97
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.978.173,06	-	6.978.173,06	6.974.486,25	3.686,81
3 - Outras Despesas Correntes	10.870.391,09	-	10.870.391,09	9.032.292,93	1.838.098,16
4 - Despesas de Capital	1.864.011,09	-	1.864.011,09	1.768.603,09	95.408,00
4 - Investimentos	1.864.011,09	-	1.864.011,09	1.768.603,09	95.408,00
770001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Campos Novos	11.054.743,62	-	11.054.743,62	10.009.714,79	1.045.028,83



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	8.399.761,89	-	8.399.761,89	7.417.833,06	981.928,83
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.232.977,54	-	3.232.977,54	3.227.795,68	5.181,86
3 - Outras Despesas Correntes	5.166.784,35	-	5.166.784,35	4.190.037,38	976.746,97
4 - Despesas de Capital	2.654.981,73	-	2.654.981,73	2.591.881,73	63.100,00
4 - Investimentos	2.654.981,73	-	2.654.981,73	2.591.881,73	63.100,00
780001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira	11.649.369,12	-	11.649.369,12	9.879.584,86	1.769.784,26
3 - Despesas Correntes	9.390.212,13	-	9.390.212,13	7.878.432,49	1.511.779,64
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.565.568,51	-	3.565.568,51	3.558.489,13	7.079,38
3 - Outras Despesas Correntes	5.824.643,62	-	5.824.643,62	4.319.943,36	1.504.700,26
4 - Despesas de Capital	2.259.156,99	-	2.259.156,99	2.001.152,37	258.004,62
4 - Investimentos	2.259.156,99	-	2.259.156,99	2.001.152,37	258.004,62
790001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	11.611.053,90	-	11.611.053,90	9.199.720,27	2.411.333,63
3 - Despesas Correntes	11.269.474,52	-	11.269.474,52	8.961.550,21	2.307.924,31
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.610.025,14	-	4.610.025,14	4.604.596,03	5.429,11
3 - Outras Despesas Correntes	6.659.449,38	-	6.659.449,38	4.356.954,18	2.302.495,20
4 - Despesas de Capital	341.579,38	-	341.579,38	238.170,06	103.409,32
4 - Investimentos	341.579,38	-	341.579,38	238.170,06	103.409,32
800001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitibanos	9.159.088,27	-	9.159.088,27	7.843.007,68	1.316.080,59
3 - Despesas Correntes	8.244.756,40	-	8.244.756,40	7.040.215,81	1.204.540,59
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.123.518,08	-	4.123.518,08	4.118.466,90	5.051,18
3 - Outras Despesas Correntes	4.121.238,32	-	4.121.238,32	2.921.748,91	1.199.489,41
4 - Despesas de Capital	914.331,87	-	914.331,87	802.791,87	111.540,00
4 - Investimentos	914.331,87	-	914.331,87	802.791,87	111.540,00
810001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	14.013.655,64	-	14.013.655,64	12.485.631,86	1.528.023,78



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	12.923.296,88	-	12.923.296,88	11.513.549,10	1.409.747,78
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.445.938,02	-	5.445.938,02	5.440.992,41	4.945,61
3 - Outras Despesas Correntes	7.477.358,86	-	7.477.358,86	6.072.556,69	1.404.802,17
4 - Despesas de Capital	1.090.358,76	-	1.090.358,76	972.082,76	118.276,00
4 - Investimentos	1.090.358,76	-	1.090.358,76	972.082,76	118.276,00
820001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ituporanga	15.829.998,72	-	15.829.998,72	14.005.261,99	1.824.736,73
3 - Despesas Correntes	14.082.859,72	-	14.082.859,72	12.334.419,06	1.748.440,66
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.453.544,69	-	4.453.544,69	4.449.922,56	3.622,13
3 - Outras Despesas Correntes	9.629.315,03	-	9.629.315,03	7.884.496,50	1.744.818,53
4 - Despesas de Capital	1.747.139,00	-	1.747.139,00	1.670.842,93	76.296,07
4 - Investimentos	1.747.139,00	-	1.747.139,00	1.670.842,93	76.296,07
830001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ibirama	17.920.136,15	-	17.920.136,15	16.180.911,74	1.739.224,41
3 - Despesas Correntes	15.460.451,51	-	15.460.451,51	13.757.169,32	1.703.282,19
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.312.600,45	-	4.312.600,45	4.308.673,24	3.927,21
3 - Outras Despesas Correntes	11.147.851,06	-	11.147.851,06	9.448.496,08	1.699.354,98
4 - Despesas de Capital	2.459.684,64	-	2.459.684,64	2.423.742,42	35.942,22
4 - Investimentos	2.459.684,64	-	2.459.684,64	2.423.742,42	35.942,22
840001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	19.903.557,78	-	19.903.557,78	16.161.552,19	3.742.005,59
3 - Despesas Correntes	18.356.038,48	-	18.356.038,48	14.967.060,89	3.388.977,59
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.474.430,50	-	6.474.430,50	6.465.361,88	9.068,62
3 - Outras Despesas Correntes	11.881.607,98	-	11.881.607,98	8.501.699,01	3.379.908,97
4 - Despesas de Capital	1.547.519,30	-	1.547.519,30	1.194.491,30	353.028,00
4 - Investimentos	1.547.519,30	-	1.547.519,30	1.194.491,30	353.028,00
850001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	25.849.743,74	-	25.849.743,74	22.337.132,96	3.512.610,78



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	15.095.843,69	-	15.095.843,69	12.722.891,42	2.372.952,27
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.458.356,61	-	4.458.356,61	4.449.433,09	8.923,52
3 - Outras Despesas Correntes	10.637.487,08	-	10.637.487,08	8.273.458,33	2.364.028,75
4 - Despesas de Capital	10.753.900,05	-	10.753.900,05	9.614.241,54	1.139.658,51
4 - Investimentos	10.753.900,05	-	10.753.900,05	9.614.241,54	1.139.658,51
860001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	30.876.370,12	12.114,54	30.888.484,66	27.066.823,02	3.821.661,64
3 - Despesas Correntes	24.854.316,72	12.114,54	24.866.431,26	21.561.095,92	3.305.335,34
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.774.947,39	-	8.774.947,39	8.762.890,42	12.056,97
3 - Outras Despesas Correntes	16.079.369,33	12.114,54	16.091.483,87	12.798.205,50	3.293.278,37
4 - Despesas de Capital	6.022.053,40	-	6.022.053,40	5.505.727,10	516.326,30
4 - Investimentos	6.022.053,40	-	6.022.053,40	5.505.727,10	516.326,30
870001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis	17.644.898,00	-	17.644.898,00	-	17.644.898,00
3 - Despesas Correntes	16.244.606,00	-	16.244.606,00	-	16.244.606,00
1 - Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	16.244.606,00	-	16.244.606,00	-	16.244.606,00
4 - Despesas de Capital	1.400.292,00	-	1.400.292,00	-	1.400.292,00
4 - Investimentos	1.400.292,00	-	1.400.292,00	-	1.400.292,00
880001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Laguna	18.133.739,90	-	18.133.739,90	15.995.808,99	2.137.930,91
3 - Despesas Correntes	15.420.827,86	-	15.420.827,86	13.392.166,01	2.028.661,85
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.724.131,83	-	5.724.131,83	5.712.503,49	11.628,34
3 - Outras Despesas Correntes	9.696.696,03	-	9.696.696,03	7.679.662,52	2.017.033,51
4 - Despesas de Capital	2.712.912,04	-	2.712.912,04	2.603.642,98	109.269,06
4 - Investimentos	2.712.912,04	-	2.712.912,04	2.603.642,98	109.269,06
890001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	26.188.797,07	-	26.188.797,07	23.639.597,76	2.549.199,31



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	19.596.845,81	-	19.596.845,81	17.103.760,45	2.493.085,36
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.490.281,56	-	7.490.281,56	7.475.133,62	15.147,94
3 - Outras Despesas Correntes	12.106.564,25	-	12.106.564,25	9.628.626,83	2.477.937,42
4 - Despesas de Capital	6.591.951,26	-	6.591.951,26	6.535.837,31	56.113,95
4 - Investimentos	6.591.951,26	-	6.591.951,26	6.535.837,31	56.113,95
900001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	46.236.537,14	-	46.236.537,14	41.982.428,85	4.254.108,29
3 - Despesas Correntes	26.874.897,47	-	26.874.897,47	22.960.428,32	3.914.469,15
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.016.793,45	-	8.016.793,45	8.002.949,90	13.843,55
3 - Outras Despesas Correntes	18.858.104,02	-	18.858.104,02	14.957.478,42	3.900.625,60
4 - Despesas de Capital	19.361.639,67	-	19.361.639,67	19.022.000,53	339.639,14
4 - Investimentos	19.361.639,67	-	19.361.639,67	19.022.000,53	339.639,14
910001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	32.140.660,39	12.110,80	32.152.771,19	27.850.996,77	4.301.774,42
3 - Despesas Correntes	19.968.757,21	12.110,80	19.980.868,01	15.859.278,74	4.121.589,27
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.479.018,86	-	6.479.018,86	6.456.444,81	22.574,05
3 - Outras Despesas Correntes	13.489.738,35	12.110,80	13.501.849,15	9.402.833,93	4.099.015,22
4 - Despesas de Capital	12.171.903,18	-	12.171.903,18	11.991.718,03	180.185,15
4 - Investimentos	12.171.903,18	-	12.171.903,18	11.991.718,03	180.185,15
920001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville	45.852.747,87	-	45.852.747,87	38.378.040,58	7.474.707,29
3 - Despesas Correntes	38.278.717,50	-	38.278.717,50	31.063.497,49	7.215.220,01
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.623.637,32	-	8.623.637,32	8.602.058,42	21.578,90
3 - Outras Despesas Correntes	29.655.080,18	-	29.655.080,18	22.461.439,07	7.193.641,11
4 - Despesas de Capital	7.574.030,37	-	7.574.030,37	7.314.543,09	259.487,28
4 - Investimentos	7.574.030,37	-	7.574.030,37	7.314.543,09	259.487,28
920021 - Administração do Porto de São Francisco do Sul	125.932.124,75	-	125.932.124,75	50.376.939,83	75.555.184,92



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	80.653.856,75	-	80.653.856,75	47.723.494,26	32.930.362,49
1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.687.889,00	-	15.687.889,00	15.501.474,50	186.414,50
3 - Outras Despesas Correntes	64.965.967,75	-	64.965.967,75	32.222.019,76	32.743.947,99
4 - Despesas de Capital	45.278.268,00	-	45.278.268,00	2.653.445,57	42.624.822,43
4 - Investimentos	45.278.268,00	-	45.278.268,00	2.653.445,57	42.624.822,43
930001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul	19.622.911,05	-	19.622.911,05	17.091.094,97	2.531.816,08
3 - Despesas Correntes	15.559.028,07	-	15.559.028,07	13.259.940,99	2.299.087,08
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.429.820,79	-	5.429.820,79	5.402.868,02	26.952,77
3 - Outras Despesas Correntes	10.129.207,28	-	10.129.207,28	7.857.072,97	2.272.134,31
4 - Despesas de Capital	4.063.882,98	-	4.063.882,98	3.831.153,98	232.729,00
4 - Investimentos	4.063.882,98	-	4.063.882,98	3.831.153,98	232.729,00
940001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Mafra	26.230.923,49	-	26.230.923,49	22.532.192,24	3.698.731,25
3 - Despesas Correntes	22.211.508,72	-	22.211.508,72	18.754.726,94	3.456.781,78
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.074.309,48	-	5.074.309,48	5.056.905,01	17.404,47
3 - Outras Despesas Correntes	17.137.199,24	-	17.137.199,24	13.697.821,93	3.439.377,31
4 - Despesas de Capital	4.019.414,77	-	4.019.414,77	3.777.465,30	241.949,47
4 - Investimentos	4.019.414,77	-	4.019.414,77	3.777.465,30	241.949,47
950001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	14.787.914,01	-	14.787.914,01	12.901.429,35	1.886.484,66
3 - Despesas Correntes	12.808.387,59	-	12.808.387,59	11.141.953,43	1.666.434,16
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.597.641,04	-	4.597.641,04	4.580.429,85	17.211,19
3 - Outras Despesas Correntes	8.210.746,55	-	8.210.746,55	6.561.523,58	1.649.222,97
4 - Despesas de Capital	1.979.526,42	-	1.979.526,42	1.759.475,92	220.050,50
4 - Investimentos	1.979.526,42	-	1.979.526,42	1.759.475,92	220.050,50
960001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	42.853.275,52	-	42.853.275,52	39.641.587,03	3.211.688,49



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	20.394.708,42	-	20.394.708,42	17.683.976,38	2.710.732,04
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.882.542,79	-	5.882.542,79	5.867.546,61	14.996,18
3 - Outras Despesas Correntes	14.512.165,63	-	14.512.165,63	11.816.429,77	2.695.735,86
4 - Despesas de Capital	22.458.567,10	-	22.458.567,10	21.957.610,65	500.956,45
4 - Investimentos	22.458.567,10	-	22.458.567,10	21.957.610,65	500.956,45
970001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	10.712.427,68	-	10.712.427,68	9.378.691,87	1.333.735,81
3 - Despesas Correntes	10.015.140,91	-	10.015.140,91	8.994.257,23	1.020.883,68
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.742.893,00	-	3.742.893,00	3.702.687,51	40.205,49
3 - Outras Despesas Correntes	6.272.247,91	-	6.272.247,91	5.291.569,72	980.678,19
4 - Despesas de Capital	697.286,77	-	697.286,77	384.434,64	312.852,13
4 - Investimentos	697.286,77	-	697.286,77	384.434,64	312.852,13
980001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Palmitos	14.383.446,66	-	14.383.446,66	12.649.735,56	1.733.711,10
3 - Despesas Correntes	10.385.167,63	-	10.385.167,63	8.746.201,84	1.638.965,79
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.087.393,32	-	4.087.393,32	4.075.047,55	12.345,77
3 - Outras Despesas Correntes	6.297.774,31	-	6.297.774,31	4.671.154,29	1.626.620,02
4 - Despesas de Capital	3.998.279,03	-	3.998.279,03	3.903.533,72	94.745,31
4 - Investimentos	3.998.279,03	-	3.998.279,03	3.903.533,72	94.745,31
990001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Dionísio Cerqueira	14.359.876,65	-	14.359.876,65	12.995.507,20	1.364.369,45
3 - Despesas Correntes	8.705.672,65	-	8.705.672,65	7.395.026,51	1.310.646,14
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.153.327,51	-	3.153.327,51	3.137.961,40	15.366,11
3 - Outras Despesas Correntes	5.552.345,14	-	5.552.345,14	4.257.065,11	1.295.280,03
4 - Despesas de Capital	5.654.204,00	-	5.654.204,00	5.600.480,69	53.723,31
4 - Investimentos	5.654.204,00	-	5.654.204,00	5.600.480,69	53.723,31
TOTAL	29.418.640.859,02	120.779.811,45	29.539.420.670,47	24.179.579.471,50	5.359.841.198,97

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

Notas Explicativas

001 - Estão sendo consideradas como despesas realizadas as despesas empenhadas no exercício.

002 - A coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações está trazendo todas as Descentralizações de Créditos.

003 - A coluna Créditos Especiais e Extraordinários menos Anulações tem como base o Demonstrativo dos Créditos Especiais e Extraordinários Abertos no Exercício, incluindo as suas movimentações orçamentárias, exceto as Descentralizações de Créditos, que estão contidas na coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações.

004 - Na UG 410095 - Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais consta registrado um valor de R\$ 50.000.000,00 na coluna Créditos Especiais e Extraordinários menos Anulações. Já na coluna Créditos Orçamentários e Suplementares menos Anulações consta registrado um saldo negativo de R\$ 50.000.000,00, que se refere às descentralizações de créditos realizadas à UG 480091 - Fundo Estadual da Saúde.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM

DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO EXERCÍCIO		SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	218.709.271,12	17.694.834.753,42	17.685.986.624,64	227.557.399,90
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	970.308.420,39	2.904.414.388,70	3.250.238.772,03	624.484.037,06
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	457.280.318,70	5.062.174.332,99	5.075.692.669,10	443.761.982,59
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.084.411,90	245.970.996,93	245.777.675,84	18.277.732,99
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	1.161.840.624,01	1.161.840.624,01	-
Provisões a Curto Prazo	470.347.303,23	1.586.090.612,33	1.428.384.460,33	628.053.455,23
Demais Obrigações a Curto Prazo	6.937.938.821,18	55.600.739.282,41	54.159.598.089,18	8.379.080.014,41
(-) Recursos a Liberar - Limite de Saque	(1.453.733.070,26)	(38.637.504.189,50)	(37.916.090.021,54)	(2.175.147.238,22)
TOTAL	7.618.935.476,26	45.618.560.801,29	45.091.428.893,59	8.146.067.383,96

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - PODER EXECUTIVO

Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

TÍTULOS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO EXERCÍCIO		SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	198.532.878,17	14.593.192.214,41	14.583.600.260,25	208.124.832,33
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	970.308.420,39	2.904.414.388,70	3.250.238.772,03	624.484.037,06
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	455.406.771,82	4.437.874.731,21	4.450.864.694,65	442.416.808,38
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.084.411,90	245.140.219,63	245.041.973,91	18.182.657,62
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	1.161.840.624,01	1.161.840.624,01	-
Provisões a Curto Prazo	470.347.303,23	1.586.090.612,33	1.428.384.460,33	628.053.455,23
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.840.510.921,15	51.007.611.772,65	49.935.136.300,50	2.912.986.393,30
(-) Recursos a Liberar - Limite de Saque	(1.453.733.070,26)	(38.637.504.189,50)	(37.916.090.021,54)	(2.175.147.238,22)
TOTAL	2.499.457.636,40	37.298.660.373,44	37.139.017.064,14	2.659.100.945,70

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA
(ANEXO 16 DA LEI FEDERAL 4.320/64)
EXERCÍCIO DE 2016

AUTORIZAÇÕES LEIS, NÚMERO E DATA (INSTITUIÇÕES CREDORAS)	VALOR DA EMISSÃO		SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO EM REAIS	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO EM REAIS		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
	EM QUANTIDADE	EM REAIS		EMIÇÃO	RESGATE	EM QUANTIDADE	VALOR EM REAIS
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF							
Contrato de 31/03/98 - Lei n. 10.637 de 23.12.97	US\$ 17.000.000,00	19.306.900,00	7.883.124,19	(882.978,72)	4.822.134,17	US\$ 668.286,12	2.178.011,30
				-	-		
BANCO DO BRASIL S/A							
Contrato de 30/10/95 - IPESC - Lei n. 8.727 de 05/11/93	-	36.860.034,75	826.450,45	7.326,04	713.433,96	R\$ 120.342,53	120.342,53
Contrato de 10/11/98 - COHAB - Lei n. 8.727 de 05/11/93	-	142.879.995,28	22.164.234,05	386.342,52	5.125.679,79	R\$ 17.424.896,78	17.424.896,78
Contrato de 31/03/98 - 012/98/STN/COAFI - Lei n. 9.496 de 11/09/97	-	1.404.602.701,19	9.080.753.840,59	1.351.884.249,14	216.210.981,56	R\$ 10.216.427.108,17	10.216.427.108,17
Contrato de 21/01/98 - DMPL - Lei n. 10.542 de 30/09/97	US\$ 39.094.265,17	42.964.597,42	61.547.373,03	(10.175.471,17)	-	US\$ 15.762.603,75	51.371.901,86
Contrato de 22.10.09 - PEF-I - Lei n. 14.500 de 13/08/08	-	51.192.000,00	18.802.983,11	198.833,89	6.468.028,86	R\$ 12.533.788,14	12.533.788,14
Contrato de 18.07.2013 - Prevenção de Desastres Naturais Lei 15.941 de 21/12/2012	US\$ 472.197.389,59	1.056.400.000,00	1.430.220.948,40	(230.656.987,83)	-	US\$ 368.066.018,42	1.199.563.960,57
Contrato de 27.11.2013 - Pacto por SC - Lei 16.129 de 23/09/2013	-	2.000.000.000,00	395.080.736,66	823.384.224,00	-	R\$ 1.218.464.960,66	1.218.464.960,66
				-	-		
				-	-		
BANCO NAC. DES. ECON. E SOCIAL - BNDES							
Contrato de 11.09.09 - PMAE - Lei n. 14.500 de 13/08/08	URTJLP 7.598.476,25	15.000.000,00	7.083.842,64	58.656,33	4.062.944,50	URTJLP 1.532.367,47	3.079.554,47
Contrato de 22.10.09 - PEF II - Lei n. 14.500 de 13/08/08	URTJLP 38.898.119,63	76.788.000,00	43.489.278,18	527.323,66	9.527.353,06	URTJLP 17.161.639,28	34.489.248,78
Contrato de 13.08.10 - CASAN/PAC - Lei nº 14.436 de 21/05/2008, e Lei nº 15.255, de 05/08/2010 (aditivo ao contrato)	URTJLP 76.225.789,84	150.475.807,20	93.591.471,97	1.205.481,14	12.379.773,90	URTJLP 41.010.284,38	82.417.179,21
Contrato de 15.12.2011 - Sistema Transporte Joinville - Lei n.14.031 de 22/06/07	URTJLP 20.262.603,34	40.000.000,00	30.071.737,59	379.621,63	4.961.862,10	URTJLP 12.683.417,89	25.489.497,12
Contrato de 14.05.2012 - PMAE Gestão Lei 15.289 de 23/08/2010	URTJLP 5.065.650,83	10.000.000,00	8.621.334,08	103.158,59	1.959.330,19	URTJLP 3.366.303,48	6.765.162,48
Contrato de 21.11.2012 - Caminhos do Desenvolvimento Lei 15.830 de 30/05/12	URTJLP 309.511.266,01	611.000.000,00	417.003.094,10	20.900.849,36	26.741.257,01	URTJLP 204.592.038,42	411.162.686,45
Contrato de 04.04.2013 - Acelera Santa Catarina Lei 15.903 de 20/12/2012	URTJLP 1.519.695.250,45	3.000.000.000,00	2.689.072.213,30	255.246.025,69	-	URTJLP 1.465.074.750,54	2.944.318.238,99
PARCELAMENTO DO PASEP		242.499.454,17	270.092.887,68	22.491.587,36	13.497.071,16	R\$ 279.087.403,88	279.087.403,88
TOTAL GERAL	US\$ 528.291.654,76 URTJLP 1.977.257.156,35	8.899.969.490,01	14.576.305.550,02	2.235.058.241,63	306.469.850,26	US\$ 384.496.908,29 URTJLP 1.745.420.801,46	16.504.893.941,39

PCDIV1A

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
CONTRATO ASSINADO EM 31/03/98
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US\$ 17,000,000.00
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 10.637 de 23/12/1997 e Resolução nº 5 de 23/01/1997
Credor:	Caixa Econômica Federal
Taxa:	Taxa estabelecida pelo BID, segundo sua política, calculada sobre o saldo devedor
Correção Monetária:	Varição Cambial
Prazo:	19 anos, sendo os primeiros 77 meses de carência
Pagamentos:	26 prestações semestrais consecutivas e de igual valor, vencendo-se a primeira em 01/09/2004 e a última em 01/03/2017
Vencimento:	01/03/2017
Garantia:	I.C.M.S.
Objetivo:	Destinados a implementação do programa de modernização e reestruturação fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1998	1.129.356,34	1.129.356,34	-	51.070,62	51.070,62
1999	4.164.916,55	3.035.560,21	-	380.185,10	380.185,10
2000	7.223.066,76	3.058.150,21	-	484.782,30	484.782,30
2001	17.646.933,63	10.423.866,87	-	1.000.261,53	1.000.261,53
2002	33.496.144,81	15.849.211,18	-	1.490.091,82	1.490.091,82
2003	34.214.271,36	718.126,55	-	2.065.251,65	2.065.251,65
2004	36.653.418,04	3.775.393,99	1.336.247,31	1.836.066,94	3.172.314,25
2005	34.174.786,66	420.849,43	2.899.480,81	1.164.412,46	4.063.893,27
2006	31.181.994,57	(108.714,48)	2.884.077,61	1.576.189,17	4.460.266,78
2007	23.467.716,84	(4.989.133,08)	2.725.144,65	1.562.635,27	4.287.779,92
2008	27.840.859,87	6.589.017,84	2.215.874,81	1.154.764,37	3.370.639,18
2009	18.417.171,78	(6.575.250,05)	2.848.438,04	1.146.802,23	3.995.240,27
2010	14.467.003,68	(1.567.787,10)	2.382.381,00	719.295,86	3.101.676,86
2011	13.781.209,27	1.483.795,29	2.169.589,70	466.603,38	2.636.193,08
2012	12.283.588,56	1.004.580,63	2.502.201,34	380.004,37	2.882.205,71
2013	10.952.273,71	1.572.625,26	2.903.940,11	336.916,80	3.240.856,91
2014	8.942.355,76	1.044.365,29	3.054.283,24	250.984,50	3.305.267,74
2015	7.883.124,19	3.298.715,69	4.357.947,26	228.996,83	4.586.944,09
2016	2.178.011,30	(882.978,72)	4.822.134,17	160.292,65	4.982.426,82
TOTAL		39.279.751,35	37.101.740,05	16.455.607,85	53.557.347,90

PCDIV004 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRESTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - IPESC - LEI Nº 8.727
CONTRATO ASSINADO EM 30/10/95
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R\$ 36.860.034,75
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 9.940 de 19/10/1995 (Lei Federal 8.727 de 05/11/1993)
Credor:	Banco do Brasil S/A (IPESC) - Lei nº 8.727 - União
Taxa:	7,027% ao ano sobre o saldo devedor, pagos mensalmente
Correção Monetária	TR
Outros Encargos:	0,10% ao ano
Prazo:	219 meses, sendo os primeiros 19 meses de carência
Pagamentos:	201 prestações mensais e consecutivas, calculadas pela Tabela Price, vencendo a primeira em 01/06/1997 e a última em 01/02/2014
Vencimento:	01/02/2014
Garantia:	ICMS/F.P.E.
Objetivo:	Saneamento financeiro através de transferência de dívida refinanciada em contrapartida a transferência de ações.
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1995	37.704.969,06	37.704.969,06	-	-	-
1996	42.863.446,99	5.955.454,81	796.976,88	298.246,60	1.095.223,48
1997	45.668.999,98	2.839.891,01	34.338,02	1.554.596,94	1.588.934,96
1998	51.062.214,84	5.553.608,32	160.393,46	1.171.285,02	1.331.678,48
1999	52.171.640,01	6.359.199,10	5.249.773,93	45.434,99	5.295.208,92
2000	55.073.467,95	4.889.775,69	1.987.947,75	95.840,49	2.083.788,24
2001	59.906.439,48	5.878.786,97	1.045.815,44	400.086,36	1.445.901,80
2002	55.701.620,76	2.377.368,47	6.582.187,19	3.687.504,00	10.269.691,19
2003	49.466.827,36	2.558.733,92	8.793.527,32	3.691.596,45	12.485.123,77
2004	39.664.769,85	82.364,34	9.884.421,85	3.092.296,78	12.976.718,63
2005	29.637.195,91	1.144.636,41	11.172.210,35	2.902.655,25	14.074.865,60
2006	17.560.056,14	602.951,37	12.680.091,14	1.521.876,80	14.201.967,94
2007	13.202.626,92	(764.465,84)	3.592.963,38	860.268,94	4.453.232,32
2008	11.452.376,43	245.562,32	1.995.812,81	736.455,97	2.732.268,78
2009	8.428.772,36	(94.529,65)	2.929.074,42	622.645,16	3.551.719,58
2010	6.126.077,52	46.384,01	2.349.078,85	466.341,33	2.815.420,18
2011	4.632.277,87	74.358,81	1.568.158,46	338.200,45	1.906.358,91
2012	3.222.402,85	(50.749,51)	1.359.125,51	265.357,23	1.624.482,74
2013	2.035.586,54	(35.877,75)	1.150.938,56	184.981,56	1.335.920,12
2014	1.461.735,70	57.200,82	631.051,66	126.482,53	757.534,19
2015	826.450,45	18.152,78	653.438,03	82.163,36	735.601,39
2016	120.342,53	7.326,04	713.433,96	34.018,51	747.452,47
TOTAL		75.451.101,50	75.330.758,97	22.178.334,72	97.509.093,69

PCDIV009 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - COHAB - LEI Nº 8.727
CONTRATO ASSINADO EM 10/11/98
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R\$ 142.879.995,28
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 10.542 e 10.912 de 30/09/1997 e 15.09.1998 (Lei Federal 8.727 de 05/11/1993)
Credor:	Banco do Brasil S/A - União (8727) - COHAB
Taxa:	2,744% ao ano sobre o saldo devedor, pagos mensalmente
Correção Monetária	TR
Outros Encargos:	0,10% ao ano
Prazo:	298 meses ¹
Pagamentos:	298 prestações mensais e consecutivas, calculadas pela Tabela Price
Vencimento:	20/09/2023 ¹
Garantia:	F.P.E.
Objetivo:	Alienação de ativos referente a carteira de crédito imobiliário (crédito hipotecário e crédito junto ao fundo de compensação de variações salariais - FCVS) da COHAB/SC para o Estado
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1998	144.482.494,97	144.482.494,97	-	1.033.493,85	1.033.493,85
1999	152.917.779,34	14.208.518,29	5.773.233,92	660.915,15	6.434.149,07
2000	154.531.527,51	8.259.942,68	6.646.194,51	154.443,58	6.800.638,09
2001	156.825.536,63	8.154.373,44	5.860.364,32	1.284.020,02	7.144.384,34
2002	156.995.790,27	3.126.499,43	2.956.245,79	4.317.377,80	7.273.623,59
2003	160.924.501,21	7.845.519,18	3.916.808,24	5.172.481,63	9.089.289,87
2004	159.717.994,74	2.833.866,26	4.040.372,73	4.842.251,65	8.882.624,38
2005	159.506.719,41	4.568.551,42	4.779.826,75	4.861.372,39	9.641.199,14
2006	156.269.668,31	3.476.084,23	6.713.135,33	4.856.445,40	11.569.580,73
2007	147.518.133,95	3.023.179,53	11.774.713,89	4.654.483,63	16.429.197,52
2008	131.605.962,88	2.273.473,38	18.185.644,45	4.378.909,43	22.564.553,88
2009	107.190.529,93	(386.966,28)	24.028.466,67	3.802.181,26	27.830.647,93
2010	83.970.328,36	638.266,56	23.858.468,13	3.149.909,20	27.008.377,33
2011	62.101.747,78	862.799,06	22.731.379,64	2.431.062,59	25.162.442,23
2012	45.191.848,41	163.881,43	17.073.780,80	1.746.156,65	18.819.937,45
2013	35.668.508,49	69.727,40	9.593.067,32	1.301.085,11	10.894.152,43
2014	27.066.460,67	290.526,83	8.892.574,65	973.361,07	9.865.935,72
2015	22.164.234,05	411.924,93	5.314.151,55	752.315,21	6.066.466,76
2016	17.424.896,78	386.342,52	5.125.679,79	606.704,28	5.732.384,07
TOTAL		204.689.005,26	187.264.108,48	50.978.969,90	238.243.078,38

PCDIV010 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRESTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - Nº 12/98 - STN/COAFI
CONTRATO ASSINADO EM 31/03/98
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R\$ 1.404.602.701,19 (valor inicial contratado)	Parcelas Recebidas:	
Autorização Legal:	Lei Federal nº 9.496 de 11/09/1997 e Lei Estadual nº 10.542 de 30.09.97	R\$	1.391.949.159,27
Credor:	União	R\$	799.232.952,38
Taxa:	6% ao ano calculados sobre o saldo devedor corrigido, com capitalização mensal.	R\$	818.265.694,46
Correção monetária:	IGP-DI	R\$	973.855.506,23
Prazo:	360 meses	R\$	1.269.355,95
Pagamentos:	360 prestações mensais e sucessivas, calculadas pela Tabela Price	R\$	1.436.690.932,54
Vencimento:	31/03/2028	Valor total da operação:	R\$ 5.421.263.600,83
Garantia:	ICMS/FPE/IPI EXPORTAÇÃO		
Objetivo:	Confissão assunção consolidação e refinanciamento de dívidas		
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira	Outros encargos (tx adm.):	0,023138%aa

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIACÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1998	1.454.508.148,03	1.615.682.832,25	13.377.009,58	63.494.990,68	76.872.000,26
1999	2.652.795.424,26	1.213.982.237,11	15.694.960,88	14.666.593,26	30.361.554,14
2000	3.289.620.505,15	1.208.929.368,89	572.104.288,00	43.632.413,40	615.736.701,40
2001	3.812.466.515,51	522.846.010,36	-	108.672.908,36	108.672.908,36
2002	5.894.938.093,60	2.280.419.858,74	197.948.280,65	156.236.598,04	354.184.878,69
2003	6.411.512.559,19	521.535.394,00	4.960.928,41	237.580.564,70	242.541.493,11
2004	7.306.357.877,18	902.136.975,24	7.291.657,25	304.550.717,53	311.842.374,78
2005	7.330.739.187,59	78.537.758,68	54.156.448,27	349.623.874,51	403.780.322,78
2006	7.528.359.442,67	318.889.742,18	121.269.487,10	391.986.899,73	513.256.386,83
2007	7.880.986.676,48	497.686.896,99	145.059.663,18	460.161.601,55	605.221.264,73
2008	9.900.827.910,64	2.327.367.945,18	307.526.711,02	523.602.300,12	831.129.011,14
2009	9.436.874.027,04	(236.500.863,94)	227.453.019,66	645.367.442,68	872.820.462,34
2010	10.030.333.011,57	842.785.775,20	249.326.790,67	747.810.972,83	997.137.763,50
2011	9.986.281.092,04	243.450.072,10	287.501.991,63	922.392.117,08	1.209.894.108,71
2012	8.468.133.204,33	(139.443.715,75)	1.333.858.984,08	1.499.927.450,90	2.833.786.434,98
2013	8.564.794.753,52	500.538.397,61	403.876.848,42	475.900.895,31	879.777.743,73
2014	8.646.165.898,52	485.263.162,11	403.892.017,11	523.459.709,94	927.351.727,05
2015	9.080.753.840,59	892.867.813,23	458.279.871,16	532.375.063,78	990.654.934,94
2016	10.216.427.108,17	1.351.884.249,14	216.210.981,56	97.923.757,12	314.134.738,68
TOTAL		15.428.859.909,32	5.019.789.938,63	8.099.366.871,52	13.119.156.810,15

PCDIV012

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - DMLP
CONTRATO ASSINADO EM 21/01/98
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US\$ 39.094.265,17		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 10.542 de 30/09/1997		
Credor:	Banco do Brasil - DMLP		
Taxa:	Taxas variáveis conforme o tipo de "Bonus" estabelecido no contrato		
Correção Monetária:	Variação Cambial	Outros Encargos:	0,20% ao ano
Prazo:	330 meses		
Pagamentos:	33 prestações semestrais e uma única no final do contrato em 11.04.2024		
Vencimento:	11/04/2024		
Garantia:	ICMS/FPE		
Objetivo:	Obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimos de médio e longo prazo junto a credores externos, não depositados no Banco Central do Brasil		
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1998	46.436.168,16	46.576.466,70	140.298,54	2.832.783,87	2.973.082,41
1999	76.689.764,74	30.476.867,38	223.270,80	4.284.661,93	4.507.932,73
2000	75.041.726,26	(982.510,49)	665.527,99	5.015.456,67	5.680.984,66
2001	108.619.236,41	36.523.103,12	2.945.592,97	6.762.866,28	9.708.459,25
2002	145.684.317,33	40.772.694,16	3.707.613,24	6.067.641,12	9.775.254,36
2003	104.768.501,39	(36.577.402,51)	4.338.413,43	5.357.842,47	9.696.255,90
2004	88.053.017,96	(9.423.826,18)	7.291.657,25	4.723.881,22	12.015.538,47
2005	70.414.893,48	(10.172.010,78)	7.466.113,70	4.313.807,81	11.779.921,51
2006	58.743.632,13	(6.059.009,45)	5.612.251,90	4.108.130,92	9.720.382,82
2007	44.905.642,83	(9.743.701,44)	4.094.287,86	3.520.916,30	7.615.204,16
2008	54.283.031,02	13.626.738,59	4.249.350,40	2.999.219,70	7.248.570,10
2009	37.150.799,15	(13.355.445,34)	3.776.786,53	2.598.437,23	6.375.223,76
2010	32.787.135,35	(1.509.336,59)	2.854.327,21	1.685.502,85	4.539.830,06
2011	33.800.532,95	3.799.642,22	2.786.244,62	1.501.794,44	4.288.039,06
2012	34.328.445,68	2.841.321,60	2.313.408,87	1.600.772,00	3.914.180,87
2013	37.520.362,21	4.825.635,33	1.633.718,80	1.571.192,84	3.204.911,64
2014	41.874.416,78	5.214.468,63	860.414,06	1.558.778,29	2.419.192,35
2015	61.547.373,03	19.672.956,25	-	2.260.418,50	2.260.418,50
2016	51.371.901,86	(10.175.471,17)	-	2.262.978,85	2.262.978,85
TOTAL		106.331.180,03	54.959.278,17	65.027.083,29	119.986.361,46

PCDIV013 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - PMAE
CONTRATO ASSINADO EM 11/09/2009
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R\$ 15.000.000,00	Parcelas Recebidas:	R\$ 6.920.734,38	2009
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/2008		1.000.000,00	2013
Credor:	BNDES		4.921.297,48	2014
Taxa:	2,00% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R\$ 2.157.968,14	2015
Correção Monetária:	TJLP			
Prazo:	96 meses, sendo os primeiros 36 meses de carência			
Pagamentos:	60 prestações mensais calculadas pelo Sistema de Amortizações constantes, vencendo-se a primeira em 15/10/2012 e a última em 15/09/2017			
Vencimento:	15/09/2017			
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO			
Objetivo:	Programa de Modernização da administração das Receitas e da Administração Estaduais PMAE			
Governo:	Luiz Henrique da Silveira			

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2009	6.920.734,38	6.920.734,38	-	38.576,17	38.576,17
2010	6.920.734,38	-	-	545.340,04	545.340,04
2011	6.944.444,82	23.710,44	-	545.340,04	545.340,04
2012	6.593.212,00	(5.196,11)	346.036,71	531.528,94	877.565,65
2013	6.107.744,41	998.679,25	1.484.146,84	436.227,20	1.920.374,04
2014	8.663.718,14	4.930.120,63	2.374.146,90	531.613,74	2.905.760,64
2015	7.083.842,64	2.184.536,04	3.764.411,54	651.716,75	4.416.128,29
2016	3.079.554,47	58.656,33	4.062.944,50	411.936,48	4.474.880,98
TOTAL		15.111.240,96	12.031.686,49	3.692.279,36	15.723.965,85

PCDIV020

SalDOS atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - PEF I
CONTRATO ASSINADO EM 22/10/2009
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R\$ 51.192.000,00
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/2008
Credor:	Banco do Brasil S/A
Taxa:	3,00% ao ano sobre o saldo devedor atualizado
Correção Monetária:	TJLP
Prazo:	108 meses, sendo os primeiros 12 meses de carência
Pagamentos:	96 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/12/2010 e a última em 15/11/2018.
Vencimento:	15/11/2018
Garantia:	FPE/PI EXPORTAÇÃO
Objetivo:	Programa Emergencial de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF I/BNDES
Governo:	Luiz Henrique da Silveira

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2009	51.192.000,00	51.192.000,00	-	-	-
2010	50.658.750,00	-	533.250,00	5.092.169,61	5.625.419,61
2011	44.259.750,00	-	6.399.000,00	4.185.727,56	10.584.727,56
2012	37.860.750,00	-	6.399.000,00	-	6.399.000,00
2013	31.461.750,00	-	6.399.000,00	2.732.660,78	9.131.660,78
2014	25.148.623,69	85.873,69	6.399.000,00	2.227.127,82	8.626.127,82
2015	18.802.983,11	57.523,23	6.403.163,81	1.904.110,94	8.307.274,75
2016	12.533.788,14	198.833,89	6.468.028,86	1.398.171,54	7.866.200,40
TOTAL		51.534.230,81	39.000.442,67	17.539.968,25	56.540.410,92

PCDIV021

SalDOS atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - PEF II
CONTRATO ASSINADO EM 22/10/2009
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R\$ 76.788.000,00	Parcelas Recebidas:	R\$	38.355.900,00	2010
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/2008		R\$	21.832.000,00	2011
Credor:	BNDES		R\$	15.000.000,00	2012
Taxa:	3,00% ao ano sobre o saldo devedor atualizado				
Correção Monetária:	TJLP				
Prazo:	128 meses, sendo os primeiros 32 meses de carência				
Pagamentos:	96 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/08/2012 e a última em 15/07/2020				
Vencimento:	15/07/2020				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Programa Emergencial de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF II				
Governo:	Luiz Henrique da Silveira				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	38.355.899,99	38.355.899,99	-	124.426,54	124.426,54
2011	61.054.184,44	22.698.284,45	-	2.910.477,28	2.910.477,28
2012	71.655.840,95	14.311.624,13	3.709.967,62	5.313.768,96	9.023.736,58
2013	62.205.624,89	(24.639,23)	9.425.576,83	4.043.343,72	13.468.920,55
2014	52.765.352,62	(14.597,95)	9.425.674,32	3.465.075,79	12.890.750,11
2015	43.489.278,18	156.665,64	9.432.740,08	3.288.358,16	12.721.098,24
2016	34.489.248,78	527.323,66	9.527.353,06	2.748.517,86	12.275.870,92
TOTAL		76.010.560,69	41.521.311,91	21.893.968,31	63.415.280,22

PCDIV022

SalDOS atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - CASAN - PAC
CONTRATO ASSINADO EM 13/08/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R\$ 150.475.807,20	Parcelas Recebidas:	R\$	69.590.779,20	2010
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.436 de 21/05/2008, e Lei Estadual nº 15.255, de 05/08/2010 (aditivo ao contrato)		R\$	18.464.925,36	2011
Credor:	BNDES		R\$	3.597.938,35	2012
Taxa:	3,54% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R\$	11.236.101,35	2013
Correção Monetária:	TJLP		R\$	29.251.364,67	2014
Prazo:	157 meses, sendo os primeiros 19 meses de carência				
Pagamentos:	138 prestações mensais calculadas pela Tabela Sac, vencendo a 1ª em 15/02/2012 e a última em 15/07/2023				
Vencimento:	15/07/2023				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Ampliação e a otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.				
Governo:	Luiz Henrique da Silveira				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	69.590.779,44	69.590.779,44	-	1.639.489,19	1.639.489,19
2011	89.743.292,42	20.152.512,98	-	7.097.247,00	7.097.247,00
2012	82.056.286,33	(668.072,97)	7.018.933,12	9.115.220,91	16.134.154,03
2013	87.279.273,60	14.112.002,85	8.889.015,58	7.501.023,99	16.390.039,57
2014	105.506.605,41	29.334.801,73	11.107.469,92	8.323.580,40	19.431.050,32
2015	93.591.471,97	341.701,01	12.256.834,45	9.068.727,35	21.325.561,80
2016	82.417.179,21	1.205.481,14	12.379.773,90	8.202.446,24	20.582.220,14
TOTAL		134.069.206,18	51.652.026,97	50.947.735,08	102.599.762,05

PCDIV024

SalDOS atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - SISTEMA TRANSPORTE JOINVILLE
CONTRATO ASSINADO EM 15/12/2011
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	40.000.000,00	Parcelas Recebidas:	R\$	4.227.156,00	2012
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.031 de 22/06/2007		R\$	12.060.000,00	2013
Credor:	BNDES		R\$	10.713.014,97	2014
Taxa:	1,9% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R\$	8.600.000,00	2015
Correção Monetária:	TJLP	Parcelas a Receber:	R\$	4.399.829,03	2017
Prazo:	121 meses, sendo os primeiros 31 meses de carência				
Pagamentos:	90 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/08/2014 e a última em 17/01/2022				
Vencimento:	17/01/2022				
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Ampliação e modernização do Sistema Integrado de Transporte de Joinville				
Governo:	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	4.292.199,24	4.292.199,24	-	98.817,19	98.817,19
2013	16.521.267,58	12.229.068,34	-	436.661,31	436.661,31
2014	25.575.896,96	10.554.638,88	1.500.009,50	1.752.808,30	3.252.817,80
2015	30.071.737,59	8.732.370,40	4.236.529,77	2.111.470,22	6.347.999,99
2016	25.489.497,12	379.621,63	4.961.862,10	2.164.464,55	7.126.326,65
TOTAL		36.187.898,49	10.698.401,37	6.564.221,57	17.262.622,94

PCDIV027

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

**EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO
CONTRATO ASSINADO EM 21/11/2012
CARACTERÍSTICAS**

Valor Nominal:	R\$ 611.000.000,00 divididos em 2 subcréditos: Subcrédito A - R\$ 512.581.785,76, Subcrédito B - R\$ 98.418.214,24		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.830 de 30/05/2012, alterada pela Lei Estadual 15.882 de 10/08/2012		
Credor:	BNDES	Parcelas Recebidas:	R\$ 105.840.957,88 2012
Taxa:	1,1% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R\$ 100.310.136,01 2013
Correção Monetária:	TJLP		R\$ 194.009.449,47 2014
			R\$ 38.000.000,00 2015
Prazo:	216 meses para o subcrédito A e 96 meses para o subcrédito B, sendo os primeiros 24 meses de carência		
Pagamentos:	Prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/01/2015 e a última em 15/12/2032		
Vencimento:	15/12/2032	Parcelas a Receber:	R\$ 50.000.000,00 2016
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO		R\$ 107.839.456,64 2017
Objetivo:	Execução do Programa Caminhos do Desenvolvimento do Estado, composto por projetos constantes do PPA e Leis Orçamentárias		
Governo:	João Raimundo Colombo		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	106.047.876,95	106.047.876,95	-	-	-
2013	206.646.626,78	100.598.749,83	-	8.323.565,80	8.323.565,80
2014	401.205.908,04	196.059.290,76	1.500.009,50	15.552.407,83	17.052.417,33
2015	417.003.094,10	39.591.382,65	23.794.196,59	26.517.157,56	50.311.354,15
2016	411.162.686,45	20.900.849,36	26.741.257,01	28.922.995,99	55.664.253,00
TOTAL		463.198.149,55	52.035.463,10	79.316.127,18	131.351.590,28

PCDIV028

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - PMAE GESTÃO
CONTRATO ASSINADO EM 14/05/2012
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	10.000.000,00	Parcelas Recebidas:	R\$	-	2014
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.289 de 23/08/2010, alteração em 12/12/2011		R\$	9.090.078,12	2015
Credor:	BNDES				
Taxa:	1,9% ao ano sobre o saldo devedor atualizado				
Correção Monetária:	TJLP				
Prazo:	96 meses, sendo os primeiros 36 meses de carência				
Pagamentos:	60 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/06/2015 e a última em 15/05/2020				
Vencimento:	15/05/2020				
Garantia:	FPE/IFI EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Melhoria da qualidade da gestão pública, por meio de investimentos em infraestrutura, capacitação e tecnologia da informação				
Governo:	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-
2015	8.621.334,08	9.141.345,78	520.011,70	184.573,40	704.585,10
2016	6.765.162,48	103.158,59	1.959.330,19	601.453,51	2.560.783,70
TOTAL		9.244.504,37	2.479.341,89	786.026,91	3.265.368,80

PCDIV029

SalDOS atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - ACELERA SANTA CATARINA
CONTRATO ASSINADO EM 04/04/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R\$ 3.000.000.000,00 divididos em 3 subcréditos: Subc. A - R\$ 979.662.621,51-CELESC; Subc. B - R\$ 200.000.000,00 - BRDE e Subc. C - R\$ 1.820.337.378,49 - AC SC		
Autorização Legal:	Lei Estadual 15.855 de 02/08/2012, alterada pela Lei Estadual nº 15.903 de 20/11/2012		
Credor:	BNDES	Parcelas Recebidas:	R\$ 1.537.804.391,39 2013
Taxa:	0,8% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R\$ 954.485.105,94 2014
Correção Monetária:	TJLP		R\$ 151.286.410,02 2015
Prazo:	264 meses, sendo os primeiros 84 meses de carência		R\$ 212.565.746,04 2016
Pagamentos:	Prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/05/2020 e a última em 15/04/2035		
Vencimento:	15/04/2035	Parcelas a Receber:	R\$ 143.912.101,65 2017
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO		
Objetivo:	Viabilizar as ações do Programa Acelera Santa Catarina e Reestruturação da Dívida da CELESC		
Governo:	João Raimundo Colombo		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	1.555.747.228,07	1.555.747.228,07	-	33.614.508,91	33.614.508,91
2014	2.519.272.936,95	963.525.708,88	-	100.593.649,25	100.593.649,25
2015	2.689.072.213,30	169.799.276,35	-	156.967.433,17	156.967.433,17
2016	2.944.318.238,99	255.246.025,69	-	184.625.011,28	184.625.011,28
TOTAL		2.944.318.238,99	-	475.800.602,61	475.800.602,61

PCDIV030 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL- CAMINHOS ESTRATÉGICOS DA PRODUÇÃO E PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS
CONTRATO ASSINADO EM 18/07/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	1.056.400.000,00		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.941 de 21/12/2012		
Credor:	Banco do Brasil	Parcelas Recebidas:	R\$ 218.800.000,00 2013
Taxa:	3,75%a.a.+ Libor semestral		R\$ 363.718.494,64 2014
Atualização Monetária:	Variação Cambial		418.800.000,00 2015
Prazo:	240 meses, sendo os primeiros 60 meses de carência		
Pagamentos:	Prestações semestrais de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 18/07/2018 e a última em 18/07/2033		
Vencimento:	18/07/2033		
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO		
Objetivo:	Custear Despesas de Capital destinadas aos Projetos Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais		
Governo:	João Raimundo Colombo		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	218.800.000,00	218.800.000,00	-	7.923.000,00	7.923.000,00
2014	675.740.903,64	456.940.903,64	-	16.603.253,82	16.603.253,82
2015	1.430.220.948,40	754.480.044,76	-	42.109.545,09	42.109.545,09
2016	1.199.563.960,57	(230.656.987,83)	-	64.604.901,58	64.604.901,58
TOTAL		1.199.563.960,57	-	131.240.700,49	131.240.700,49

PCDIV059

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL- PACTO POR SANTA CATARINA
CONTRATO ASSINADO EM 27/11/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	2.000.000.000,00		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 16.129 de 23/09/2013	Parcelas Recebidas:	R\$ 90.100.600,00 2014
Credor:	Banco do Brasil		R\$ 300.000.000,00 2015
Taxa:	120% CDI/OVER		
Atualização Monetária:		Parcelas a Receber:	809.899.400,00 2016
Prazo:	240 meses, sendo os primeiros 60 meses de carência		800.000.000,00 2017
Pagamentos:	Prestações semestrais de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 27/11/2018 e a última em 27/11/2033		
Vencimento:	27/11/2033		
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO		
Objetivo:	Custear Despesas de Capital constantes do Plano Plurianual e da Lei de Orçamento Anual		
Governo:	João Raimundo Colombo		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-
2014	91.185.059,21	91.185.059,21	-	40.004.786,51	40.004.786,51
2015	395.080.736,66	303.895.677,45	-	47.649.839,66	47.649.839,66
2016	1.218.464.960,66	823.384.224,00	-	148.270.567,20	148.270.567,20
TOTAL		1.218.464.960,66	-	235.925.193,37	235.925.193,37

PCDIV060

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



**DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PAGAMENTOS
DÍVIDA INTERNA E ENCARGOS DOS AROS
EXERCÍCIO DE 2016**

EM REAIS		
INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - Contrato assinado em 31/03/98 - Lei Estadual nº 10.637 de 23/12/97		
Amortizações	4.822.134,17	
Juros, comissões e outras despesas	160.292,65	4.982.426,82
BANCO DO BRASIL S/A - IPESC - Contrato assinado em 31/10/95 - Lei Federal nº 8.727 de 05/11/93		
Amortizações	713.433,96	
Juros, comissões e outras despesas	34.018,51	747.452,47
BANCO DO BRASIL S/A - COHAB - Contrato assinado em 10/11/98 - Lei Federal nº 8.727 de 05/11/93		
Amortizações	5.125.679,79	
Juros, comissões e outras despesas	606.704,28	5.732.384,07
BANCO DO BRASIL S/A - 012/98/STN/COAFI - Contrato assinado em 31/03/98 - Lei Federal nº 9.496 de 11/09/97		
Amortizações	216.210.981,56	
Juros, comissões e outras despesas	97.923.757,12	314.134.738,68
BANCO DO BRASIL S/A - DMPL - Contrato assinado em 21/01/98 - Lei Federal nº 10.542 de 30/09/97		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	2.262.978,85	2.262.978,85
PARCELAMENTO DO PASEP		
Amortizações	13.497.071,16	
Juros, comissões e outras despesas	4.748.274,60	18.245.345,76
BNDES (PMAE) - Contrato assinado em 11/09/09 - Lei Estadual nº 14.500 de 13/08/08		
Amortizações	4.062.944,50	
Juros, comissões e outras despesas	411.936,48	4.474.880,98
BANCO DO BRASIL S/A - PEF I - Contrato assinado em 22.10.09 - Lei Estadual nº14.500 de 13/08/08		
Amortizações	6.468.028,86	
Juros, comissões e outras despesas	1.398.171,54	7.866.200,40
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - PEF II - Contrato assinado em 22.10.10 - Lei Estadual nº14.500 de 13/08/08		
Amortizações	9.527.353,06	
Juros, comissões e outras despesas	2.748.517,86	12.275.870,92
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - CASAN - PAC - Contrato assinado em 20.09.10 - Lei Estadual nº14.500 de 13/08/08		
Amortizações	12.379.773,90	
Juros, comissões e outras despesas	8.202.446,24	20.582.220,14
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - SIST.JOINVILLE - Contrato assinado em 20.09.10 - Lei Estadual nº14.031 de 22/06/2007		
Amortizações	4.961.862,10	
Juros, comissões e outras despesas	2.164.464,55	7.126.326,65
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - CAM. DO DESENVOLVIMENTO - Contrato assinado em 21.11.2012 - Lei Estadual nº15.830 de 30/05/2012		
Amortizações	26.741.257,01	
Juros, comissões e outras despesas	28.922.995,99	55.664.253,00
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - PMAE Gestão - Contrato assinado em 14.05.2012 - Lei 15.289 de 23/08/2010		
Amortizações	1.959.330,19	
Juros, comissões e outras despesas	601.453,51	2.560.783,70
BANCO NAC. DE DESENV.ECON. E SOCIAL - BNDES - ACELERA SC - Contrato assinado em 04.04.13 - Lei Estadual nº15.903 de 20/12/2012		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	184.625.011,28	184.625.011,28
BANCO DO BRASIL - BB - PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS - Contrato assinado em 18.07.13 - Lei Estadual nº15.941 de 21/12/2012		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	64.604.901,58	64.604.901,58
BANCO DO BRASIL - BB -PACTO POR SC - Contrato assinado em 27.11.2013 - Lei Estadual nº16.129 de 23/09/2013		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	148.270.567,20	148.270.567,20
TOTAL		
AMORTIZAÇÕES	306.469.850,26	
JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS	547.686.492,24	
GERAL		854.156.342,50

PCDIV-51

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3



**RESUMO DOS RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DOS EMPRÉSTIMOS DA DÍVIDA PÚBLICA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIO DE 2016**

EM REAIS

ESPECIFICAÇÕES	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS		
		PRINCIPAL	JUROS/ENCARGOS	SOMA
01 DÍVIDA INTERNA	1.282.030.456,81	306.469.850,26	547.686.492,24	854.156.342,50
01.02 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	-	4.822.134,17	160.292,65	4.982.426,82
01.03 - BANCO DO BRASIL S/A	1.054.464.710,77	228.518.124,17	315.101.099,08	543.619.223,25
01.04 - BNDES	227.565.746,04	59.632.520,76	227.676.825,91	287.309.346,67
01.05 - PARCELAMENTO DO PASEP	-	13.497.071,16	4.748.274,60	18.245.345,76
01.06 - APÓLICES INALIENÁVEIS	-	-	-	-
02 DÍVIDA EXTERNA	216.415.464,74	315.981.505,18	128.316.109,78	444.297.614,96
02.01 - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID	107.444.681,28	51.357.998,51	21.725.244,27	73.083.242,78
02.02 - BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD	52.859.783,46	21.075.680,00	3.423.096,28	24.498.776,28
02.03 - CORPORACÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF	56.111.000,00	10.740.440,22	4.442.994,11	15.183.434,33
02.03 - BANK OF AMÉRICA - BAML	-	232.807.386,45	98.724.775,12	331.532.161,57
TOTAL GERAL	1.498.445.921,55	622.451.355,44	676.002.602,02	1.298.453.957,46

PCDIV4

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3



DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
(Anexo nº 16 da Lei Federal 4.320/64)
EXERCÍCIO DE 2016

AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO EM REAIS	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO EM REAIS		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
INSTITUIÇÕES CREDORAS LEIS, NÚMERO E DATA	VALOR DA EMISSÃO			VARIACIONES		EM MOEDA ESTRANGEIRA	VALOR EM REAIS	
	EM MOEDA ESTRANGEIRA	EM REAIS		PARA +	PARA -			
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 1390/0C/BR-ROF: TA154202 Contrato assinado em 09.05.2002 - Lei n. 11.830 DE 10 de Julho de 2002	US\$	150.000.000,00	367.785.000,00	286.608.658,50	(46.234.054,13)	37.751.560,84	US\$ 62.171.471,74	202.623.043,53
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 4660 BR - ROF: 232598 Contrato assinado em 10.05.2002 - Lei n. 12.007 DE 09 de Novembro de 2001	US\$	62.800.000,00	155.982.640,00	36.857.170,70	(5.515.723,58)	21.075.680,00	US\$ 3.149.877,92	10.265.767,12
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2171/0C/BR Contrato assinado em 09.04.2010 - Lei n.14.532, de 06 de Novembro de 2008	US\$	50.000.000,00	88.650.000,00	173.506.265,13	(28.012.736,83)	7.866.477,30	US\$ 42.228.544,99	137.627.051,00
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2172/0C/BR Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei n.14.529, de 28 de Outubro de 2008	US\$	30.000.000,00	52.323.000,00	89.771.242,44	(2.466.899,09)	5.739.960,37	US\$ 25.026.658,58	81.564.382,98
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei n.13.919, de 27 de Dezembro de 2006	US\$	32.558.000,00	56.784.407,80	116.643.614,88	(18.283.351,68)	10.740.440,22	US\$ 26.884.668,46	87.619.822,98
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 7952-BR-RURAL Contrato assinado em 30.09.2010- Lei nº 14.962 de 03 de Dezembro de 2009	US\$	90.000.000,00	152.478.000,00	269.050.960,51	5.092.501,10	-	US\$ 84.116.308,68	274.143.461,61
BANK OF AMERICA - BOF TA 634758 Contrato assinado em 27.12.12- Lei nº 15.881 de 10 de Agosto de 2012	US\$	726.441.566,00	1.478.126.976,41	2.509.973.800,84	(408.957.205,59)	232.807.386,45	US\$ 573.228.562,73	1.868.209.208,80
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2900 Contrato assinado em 09.01.13- Lei nº 14.532 de 06 de Novembro de 2008	US\$	250.000.000,00	510.425.000,00	439.386.700,72	16.239.709,13	-	US\$ 139.801.297,86	455.626.409,85
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF PROVIAS Contrato assinado em 26.08.14- Lei nº 15.714 de dezembro de 2001	US\$	55.000.000,00	123.178.000,00	19.661.849,09	52.179.449,71	-	US\$ 22.043.293,79	71.841.298,80
TOTAL GERAL	US\$	1.446.799.566,00	2.985.733.024,21	3.941.460.262,81	(435.958.310,96)	315.981.505,18	US\$ 978.650.684,75	3.189.520.446,67

PCDIV2

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

COTAÇÃO DA MOEDA: 31.12.2016
DÓLAR 3,2591

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID-1390/OC/BR - ROF - TA 154202
CONTRATO ASSINADO EM 09/05/2002
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US\$ 150.000.000,00		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 11.830 de 10 de julho de 2001 e Resolução do Senado Federal nº 13/2002		
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso		
Prazo:	20 anos, sendo os primeiros 66 meses de carência		
Pagamentos:	30 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira em 09/11/2007 e a última em 09/05/2022		
Vencimento:	09/05/2022		
Garantia:	FPE/IPI		
Objetivo:	Programa de pavimentação e reabilitação de rodovias - BID IV		
Governo:	Esperidião Amin	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2015:	US\$	73.172.847,95
Amortização em 2016:	US\$	11.257.361,22
Inscrição em 2016:	US\$	-
Capital em circulação em 31/12/2016:	US\$	61.915.486,73

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2001	-	-	-	-	-
2002	53.319.291,74	53.319.291,74	0,00	0,00	0,00
2003	138.646.158,39	85.326.866,65	0,00	5.752.578,51	5.752.578,51
2004	201.561.135,95	62.914.977,56	0,00	8.233.803,03	8.233.803,03
2005	229.517.522,06	27.956.386,11	0,00	9.248.172,82	9.248.172,82
2006	268.965.421,05	39.447.898,99	0,00	9.792.430,61	9.792.430,61
2007	255.216.561,21	-5.420.443,99	8.328.415,85	10.488.149,86	18.816.565,71
2008	313.276.344,23	79.057.630,96	20.997.847,94	12.387.607,17	33.385.455,11
2009	213.784.705,85	-78.046.469,96	21.445.168,42	11.862.696,43	33.307.864,85
2010	185.900.265,91	-8.261.318,82	19.623.121,12	8.547.272,80	28.170.393,92
2011	188.169.073,08	21.265.604,23	18.996.797,06	4.592.113,47	23.588.910,53
2012	218.541.967,75	52.648.398,18	22.275.503,51	5.074.821,98	27.350.325,49
2013	224.157.702,40	29.864.090,72	24.248.356,07	4.848.411,14	29.096.767,21
2014	224.943.500,88	27.738.735,59	26.952.937,11	4.792.076,43	31.745.013,54
2015	286.608.658,50	100.131.560,91	38.466.403,29	6.118.580,55	44.584.983,84
2016	202.623.043,53	-46.234.054,13	37.751.560,84	6.983.478,95	44.735.039,79
TOTAL		487.943.208,87	201.334.550,37	101.738.714,80	303.073.265,17

PCDIV071

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD/ Nº 4660- BR- ROF - TA 232598
CONTRATO ASSINADO EM 10/05/2002
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US\$ 62.800.000,00	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 12.007 de 09 de novembro de 2001 e Resolução do Senado Federal nº 14/2002	
Taxa:	0,5% a.a., acima do custo "QUALIFIED BORROWINGS" cotados no semestre precedente, aplicados s/ saldo devedor financiado, contados a partir da data de cada desembolso	
Prazo:	15 anos, sendo os primeiros 65 meses de carência	
Pagamentos:	20 prestações semestrais, consecutivas e de igual valor, vencendo-se a primeira em 15/10/2007 e a última em 15/04/2017	
Vencimento:	15/04/2017	
Garantia:	FPE/IFI	
Objetivo:	Projeto de recuperação ambiental, apoio ao pequeno produtor e combate a pobreza.	
Governo:	Esperidião Amin	Outros Encargos: 0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2015:	US\$	9.420.000,00
Amortização em 2016:	US\$	6.280.000,00
Inscrição em 2016:	US\$	-
Capital em circulação em 31/12/2016:	US\$	3.140.000,00

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2002	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2003	5.234.745,39	5.234.745,39	0,00	2.898.835,33	2.898.835,33
2004	6.697.117,75	1.462.372,36	0,00	533.023,21	533.023,21
2005	38.134.021,14	31.436.903,39	0,00	683.349,10	683.349,10
2006	74.205.266,12	36.071.244,98	0,00	2.547.623,66	2.547.623,66
2007	80.340.209,12	11.763.393,00	5.628.450,00	4.280.799,04	9.909.249,04
2008	123.207.722,80	54.971.271,68	12.103.758,00	3.804.783,50	15.908.541,50
2009	82.387.135,38	-28.536.907,42	12.283.680,00	3.488.765,90	15.772.445,90
2010	68.374.677,14	-3.257.958,24	10.754.500,00	575.446,18	11.329.946,18
2011	65.195.860,88	7.296.223,74	10.475.040,00	477.840,15	10.952.880,15
2012	57.749.310,00	4.689.549,12	12.136.100,00	604.509,28	12.740.609,28
2013	51.490.348,00	6.790.878,00	13.049.840,00	434.909,97	13.484.749,97
2014	41.786.184,87	4.728.846,87	14.433.010,00	285.000,56	14.718.010,56
2015	36.857.170,70	16.914.395,83	21.843.410,00	330.008,59	22.173.418,59
2016	10.265.767,12	-5.515.723,58	21.075.680,00	273.542,86	21.349.222,86
TOTAL		144.049.235,12	133.783.468,00	21.218.437,33	155.001.905,33

PCDIV072

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANOPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID-2171/OC/BR
CONTRATO ASSINADO EM 09/04/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	50.000.000,00	Parcelas Recebidas:	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.532 de 06 de novembro de 2008 e Resolução do Senado Federal nº 43/2009	USD	4.822.181,49 2010
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior,	USD	32.034.164,09 2011
	acrescida de uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso	USD	12.871.128,87 2012
		USD	272.525,55 2013
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 42 meses de carência		
Pagamentos:	44 prestações semestrais e iguais, vencendo-se a primeira em 09/10/2013 e a última em 09/04/2035		
Vencimento:	09/04/2035		
Garantia:	FPE/IPI		
Objetivo:	Programa de pavimentação e reabilitação de rodovias - BID V		
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2015:	USD	44.318.202,67
Amortização em 2016:	USD	2.272.727,28
Inscrição em 2016:	USD	-
Capital em circulação em 31/12/2016:	USD	42.045.475,39

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	8.034.718,80	8.034.718,80	0,00	69.951,22	69.951,22
2011	69.135.133,04	61.100.414,24	0,00	403.324,99	403.324,99
2012	101.618.094,04	32.482.961,00	0,00	979.345,30	979.345,30
2013	114.467.954,54	15.356.678,69	2.506.818,19	1.186.820,96	3.693.639,15
2014	124.081.272,31	14.858.722,58	5.245.404,81	1.277.274,07	6.522.678,88
2015	173.506.265,13	57.317.038,30	7.892.045,48	1.858.248,48	9.750.293,96
2016	137.627.051,00	-28.012.736,83	7.866.477,30	2.847.423,94	10.713.901,24
TOTAL		161.137.796,78	23.510.745,78	8.622.388,96	32.133.134,74

PCDIV073

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANOPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID-2172/OC/BR
CONTRATO ASSINADO EM 01/09/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US\$ 30.000.000,00	Parcelas Recebidas:	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.529 de 28 de outubro de 2008	USD	1.500.000,00 2010
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso	USD	990.157,44 2012
		USD	12.078.191,41 2013
		USD	5.918.910,37 2014
		USD	3.697.711,69 2015
Prazo:	24 anos e seis meses, sendo os primeiros 54 meses de carência	USD	
Pagamentos:	32 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira em 01/03/2015 e a última em 01/09/2034		
Vencimento:	01/09/2030	USD	3.615.500,41 2016
Garantia:	PFPE/IPI		
Objetivo:	Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira da Administração Estadual - PROFISCO		
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2015:	US\$	22.904.517,21	Parcelas a Receber:	USD	2.199.528,68	2017
Amortização em 2016:	US\$	1.585.021,13				
Inscrição em 2016:	US\$	3.615.500,41				
Capital em circulação em 31/12/2016:	US\$	24.934.996,49				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	2.499.300,00	2.499.300,00	0,00	0,00	0,00
2011	2.813.700,00	314.400,00	0,00	117.492,88	117.492,88
2012	5.088.636,73	2.274.936,73	0,00	166.819,42	166.819,42
2013	34.127.814,02	29.039.177,29	0,00	316.896,38	316.896,38
2014	54.615.516,08	20.487.702,06	0,00	512.826,05	512.826,05
2015	89.771.242,44	39.297.994,08	4.142.267,72	816.035,86	4.958.303,58
2016	81.564.382,98	-2.466.899,09	5.739.960,37	1.589.068,82	7.329.029,19
TOTAL		91.446.611,07	9.882.228,09	3.519.139,41	13.401.367,50

PCDIV074

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRESTIMO: CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF
CONTRATO ASSINADO EM 01/09/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US\$ 32.558.000,00	Parcelas Recebidas:	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 13.919 de 27 de dezembro de 2006	USD	6.252.319,00 2010
Taxa:	Libor semestral + 2,35%aa	USD	4.999.980,00 2011
Prazo:	15 anos e seis meses, sendo os primeiros 54 meses de carência	USD	12.459.301,00 2012
Pagamentos:	22 prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 28/02/2015 e a última em 31/08/2025	USD	8.846.400,00 2013
Vencimento:	31/08/2025		
Garantia:	FPE/IPPI		
Objetivo:	Programa de Integração (PIR) - Fase I é Integrar a Região Nordeste de SC com o Litoral, Viabilizando Investimentos Portuários e Promovendo o Desenvolvimento Turístico		
Governo:	Leonel Arcângelo Pavan	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2015:	US\$	29.598.181,82
Amortização em 2016:	US\$	2.959.818,18
Inscrição em 2016:	US\$	-
Capital em circulação em 31/12/2016:	US\$	26.638.363,64

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	10.417.613,92	10.417.613,92	0,00	0,00	0,00
2011	21.107.062,46	10.689.448,54	0,00	289.280,15	289.280,15
2012	48.454.654,60	27.347.592,14	0,00	1.012.852,38	1.012.852,38
2013	76.270.370,80	27.815.716,20	0,00	1.637.989,17	1.637.989,17
2014	87.259.702,60	10.989.331,80	0,00	2.023.731,53	2.023.731,53
2015	116.643.614,88	38.862.730,00	9.478.817,72	2.774.391,65	12.253.209,37
2016	87.619.822,98	-18.283.351,68	10.740.440,22	3.240.320,84	13.980.761,06
TOTAL		107.839.080,92	20.219.257,94	10.978.565,72	31.197.823,66

PCDIV075

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD/ 7952-BR - ROF: TA 550707
CONTRATO ASSINADO EM 30/09/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US\$ 90.000.000,00	Parcelas Recebidas:	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.962 de 03 de Dezembro de 2009	USD	225.000,00 2011
Taxa:	Libor + Spread variável	USD	8.253.286,15 2012
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 119 meses de carência	USD	17.779.423,57 2013
Pagamentos:	30 prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 15/09/2020 e a última em 15/03/2035	USD	10.065.213,02 2014
Vencimento:	15/03/2035	USD	32.422.890,28 2015
Garantia:	FPE/IPI	USD	15.172.880,93 2016
Objetivo:	Programa Santa Catarina Rural - Microbacias III - Aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares em Santa Catarina.		
Governo:		Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2015:	US\$	68.745.813,02	Parcelas a Receber:	USD	6.081.306,05	2017
Amortização em 2016:	US\$	-				
Inscrição em 2016:	US\$	15.172.880,93				
Capital em circulação em 31/12/2016:	US\$	83.918.693,95				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010					
2011	422.055,00	422.055,00	0,00	383.000,71	383.000,71
2012	17.325.377,75	16.903.322,75	0,00	143.673,89	143.673,89
2013	61.511.310,79	44.185.933,04	0,00	208.918,46	208.918,46
2014	96.724.695,78	35.213.384,99	0,00	502.341,68	502.341,68
2015	269.050.960,51	172.326.264,73	0,00	1.402.030,13	1.402.030,13
2016	274.143.461,61	5.092.501,10	0,00	3.149.553,42	3.149.553,42
TOTAL		269.050.960,51	0,00	2.639.964,87	2.639.964,87

PCDIV076

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

**EMPRÉSTIMO: BANK OF AMERICA - REFINANCIAMENTO DO RESÍDUO DA LEI 9496
CONTRATO ASSINADO EM 27/12/2012
CARACTERÍSTICAS**

Valor Nominal:	US\$ 726.441,566.00	Parcelas Recebidas:	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.881 de 10 de agosto de 2012	US\$ 726.441,566.00	2012
Taxa:	4,00 %aa		
Prazo:	10 anos, sendo os primeiros 18 meses de carência		
Pagamentos:	18 prestações semestrais, consecutivas, vencendo-se a primeira em 27/06/2014 e a última em 27/12/2022		
Vencimento:	27/12/2022		
Garantia:	FPE/IPI		
Objetivo:	Refinanciamento do Resíduo da Dívida do Estado com a União, referente a Lei 9496/98		
Governo:	João Raimundo Colombo		

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2015:	US\$	642.275.764,47	
Amortização em 2016:	US\$	69.512.588,84	
Inscrição em 2016:	US\$		
Capital em circulação em 31/12/2016:	US\$	572.763.175,63	

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	1.484.483.340,12	1.484.483.340,12	0,00	26.652.071,33	26.652.071,33
2013	1.701.762.012,51	217.278.672,39	0,00	78.657.331,88	78.657.331,88
2014	1.875.691.221,39	225.191.532,63	51.262.323,75	82.983.392,05	134.245.715,80
2015	2.509.973.800,84	858.370.749,73	224.088.170,28	114.446.873,31	338.535.043,59
2016	1.868.209.208,80	-408.957.205,59	232.807.386,45	98.724.775,12	331.532.161,57
TOTAL		2.376.367.089,28	508.157.880,48	401.464.443,69	909.622.324,17

PCDIV077

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANOPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID VI - Rodovias
CONTRATO ASSINADO EM 09/01/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US\$ 250.000.000,00	Parcelas Recebidas:	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.532 de 06 de Novembro de 2008	USD	49.263.657,24 2013
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de uma margem aplicada s/ saldo devedor, contada a partir da data de desembolso	USD	38.000.000,00 2014
		USD	25.000.000,00 2015
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 66 meses de carência	USD	27.000.000,00 2016
Pagamentos:	40 prestações semestrais, consecutivas, vencendo-se a primeira em 09/07/2018 e a última em 09/01/2038		
Vencimento:	09/01/2038		
Garantia:	FPE/IPI		
Objetivo:	Programa para a melhoria das condições fiscais e operacionais da infraestrutura rodoviária estadual		
Governo:	João Raimundo Colombo		

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2015:	US\$	112.263.657,24	Parcelas a Receber:	
Amortização em 2016:	US\$	-	USD	61.859.666,67 2017
Inscrição em 2016:	US\$	27.000.000,00	USD	48.876.676,09 2018
Capital em circulação em 31/12/2016:	US\$	139.263.657,24		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2013	115.405.043,45	115.405.043,45	0,00	1.039.268,47	1.039.268,47
2014	232.330.864,73	116.925.821,28	0,00	2.896.276,76	2.896.276,76
2015	439.386.700,72	207.055.835,99	0,00	5.475.519,26	5.475.519,26
2016	455.626.409,85	16.239.709,13	0,00	10.305.272,56	10.305.272,56
TOTAL		455.626.409,85	0,00	19.716.337,05	19.716.337,05

PCDIV078

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRESTIMO: CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF
CONTRATO ASSINADO EM 26/08/2014
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US\$ 55.000.000,00	Parcelas Recebidas:	
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.714 de Dezembro de 2013	USD	5.000.000,00 2015
Taxa:	Libor semestral +2,6%a.a.	USD	16.900.000,00 2016
Prazo:	15 anos, sendo os primeiros 36 meses de carência		
Pagamentos:	24 prestações semestrais, consecutivas, vencendo-se a primeira em 26/02/2018 e a última em 26/08/2029		
Vencimento:	26/08/2029		
Garantia:	FPE/IPI		
Objetivo:	Integração do Planalto Norte com o Vale do Itajaí por meio das vias catarinenses SC477 e SC114.		
Governo:	João Raimundo Colombo		

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2015:	US\$	5.000.000,00	Parcelas a Receber:	
Amortização em 2016:	US\$	-	USD	33.100.000,00 2017
Inscrição em 2016:	US\$	16.900.000,00		
Capital em circulação em 31/12/2016:	US\$	21.900.000,00		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2014	0,00	0,00	0,00	-	0,00
2015	19.661.849,09	19.661.849,09	0,00	484.223,50	484.223,50
2016	71.841.298,80	52.179.449,71	0,00	1.202.673,27	1.202.673,27
TOTAL		71.841.298,80	0,00	1.686.896,77	1.686.896,77

PCDIV079

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3



**DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PAGAMENTOS
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
EXERCÍCIO DE 2016**

(em reais)

INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID - 1390/OC/BR - ROF - TA 154202 - Contrato assinado em 09/05/2002 - Lei nº 11.830 de 10 de julho de 2001		
Amortizações	37.751.560,84	
Juros, comissões e outras despesas	6.983.478,95	44.735.039,79
BANCO INTERN. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD - 4660/BR - ROF - TA 167191 - Cont. ass. 10/05/2002 - Lei nº 12.007 de 09 de nov. de 2001		
Amortizações	21.075.680,00	
Juros, comissões e outras despesas	273.542,86	21.349.222,86
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2171/OC/BR - Contrato assinado em 09/04/2010 - Lei nº 14.532 de 06/11/2008		
Amortizações	7.866.477,30	
Juros, comissões e outras despesas	2.847.423,94	10.713.901,24
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2172/OC/BR - Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei nº 14.529 de 28/10/2008		
Amortizações	5.739.960,37	
Juros, comissões e outras despesas	1.589.068,82	7.329.029,19
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF - Contrato assinado em 01.09.2010		
Amortizações	10.740.440,22	
Juros, comissões e outras despesas	3.240.320,84	13.980.761,06
BANCO INTERN. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD 7952-BR-RURAL - Cont. ass. 30/09/2010 - Lei nº 14.962 de 03 de Dezembro de 2009		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	3.149.553,42	3.149.553,42
BANK OF AMERICA - BOF TA 634758 - Cont. ass. 27/12/12 - Lei nº 15.881 de 10 de Agosto de 2010		
Amortizações	232.807.386,45	
Juros, comissões e outras despesas	98.724.775,12	331.532.161,57
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2900 - Contrato assinado em 09.01.13- Lei nº 14.532 de 06 de Novembro de 2008		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	10.305.272,56	10.305.272,56
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF PROVIAS - Contrato assinado em 26.08.14- Lei nº 15.714 de dezembro de 2001		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	1.202.673,27	1.202.673,27
TOTAL		
AMORTIZAÇÕES	315.981.505,18	
JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS	128.316.109,78	
GERAL		444.297.614,96

PCDIV-52

Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/0-3



ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS ¹	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REANIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.141.504.897,00	24.141.504.897,00	4.296.064.116,56	17,80	22.718.963.740,93	94,11	1.422.541.156,07
RECEITAS CORRENTES	22.623.319.977,00	22.623.319.977,00	4.068.143.311,21	17,98	21.351.616.965,25	94,38	1.271.703.011,75
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.078.194.184,00	14.078.194.184,00	2.380.340.149,91	16,91	13.263.425.410,16	94,21	814.768.773,84
Impostos	13.347.528.421,00	13.347.528.421,00	2.290.415.365,38	17,16	12.660.989.173,46	94,86	686.539.247,54
Taxas	730.665.763,00	730.665.763,00	89.925.341,22	12,31	602.436.236,70	82,45	128.229.526,30
Contribuição de Melhoria	-	-	(556,69)	-	-	-	-
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	870.146.110,00	870.146.110,00	199.068.953,20	22,88	835.206.344,70	95,98	34.939.765,30
Contribuições Sociais	870.146.110,00	870.146.110,00	199.068.953,20	22,88	835.206.344,70	95,98	34.939.765,30
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	724.422.835,00	724.422.835,00	144.611.693,05	19,96	918.634.302,49	126,81	(194.211.467,49)
Receitas Imobiliárias	6.476.604,00	6.476.604,00	1.985.759,63	30,66	9.243.285,05	142,72	(2.766.681,05)
Receitas de Valores Mobiliários	698.833.904,00	698.833.904,00	139.898.670,15	20,02	887.836.572,85	127,05	(189.002.668,85)
Receita de Concessões e Permissões	11.187.276,00	11.187.276,00	131.555,91	1,18	4.862.053,27	43,46	6.325.222,73
Compensações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Receita Dec. Dir. Exp. de Bens Públicos Áreas de Domínio Público	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Cessão de Direitos	6.422.509,00	6.422.509,00	2.595.707,36	40,42	15.190.083,18	236,51	(8.767.574,18)
Outras Receitas Patrimoniais	1.502.542,00	1.502.542,00	-	-	1.502.308,14	99,98	233,86
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.201.493,00	1.201.493,00	169.188,76	14,08	1.165.428,92	97,00	36.064,08
Receita da Produção Vegetal	750.000,00	750.000,00	94.281,80	12,57	724.732,75	96,63	25.267,25
Receita da Produção Animal e Derivados	451.493,00	451.493,00	74.906,96	16,59	440.696,17	97,61	10.796,83
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	4.112.211,00	4.112.211,00	639.820,69	15,56	4.088.570,67	99,43	23.640,33
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	71.693,00	71.693,00	5.125,80	7,15	31.082,25	43,35	40.610,75
Receita da Indústria de Construção	4.040.518,00	4.040.518,00	634.694,89	15,71	4.057.488,42	100,42	(16.970,42)
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	647.178.781,00	647.178.781,00	104.248.429,72	16,11	594.130.891,04	91,80	53.047.889,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.706.668.029,00	5.706.668.029,00	1.041.510.836,65	18,25	5.016.919.926,76	87,91	689.748.102,24
Transferências Intergovernamentais	5.002.786.285,00	5.002.786.285,00	928.523.554,51	18,56	4.222.935.476,96	84,41	779.850.808,04
Transferências de Instituições Privadas	359.731.451,00	359.731.451,00	53.314.707,58	14,82	667.777.445,35	185,63	(308.045.994,35)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	233.936,00	233.936,00	185.227,33	79,18	1.124.952,91	480,88	(891.016,91)
Transferências de Convênios	343.916.357,00	343.916.357,00	59.487.347,23	17,30	125.082.051,54	36,37	218.834.305,46

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	591.396.334,00	591.396.334,00	197.554.239,23	33,40	718.046.090,51	121,42	(126.649.756,51)
Multas e Juros de Mora	148.480.827,00	148.480.827,00	33.937.974,02	22,86	220.820.071,05	148,72	(72.339.244,05)
Indenizações e Restituições	152.758.381,00	152.758.381,00	105.705.725,59	69,20	169.672.314,55	111,07	(16.913.933,55)
Receita da Dívida Ativa	37.600.505,00	37.600.505,00	18.284.459,19	48,63	79.978.795,36	212,71	(42.378.290,36)
Receitas Correntes Diversas	252.556.621,00	252.556.621,00	39.626.080,43	15,69	247.574.909,55	98,03	4.981.711,45
RECEITAS DE CAPITAL	1.518.184.920,00	1.518.184.920,00	227.920.805,35	15,01	1.367.346.775,68	90,06	150.838.144,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.399.108.132,00	1.399.108.132,00	195.406.386,11	13,97	1.253.880.610,78	89,62	145.227.521,22
Operações de Crédito Internas	1.050.677.144,00	1.050.677.144,00	142.053.755,04	13,52	1.037.465.146,04	98,74	13.211.997,96
Operações de Crédito Externas	348.430.988,00	348.430.988,00	53.352.631,07	15,31	216.415.464,74	62,11	132.015.523,26
ALIENAÇÃO DE BENS	54.148.001,00	54.148.001,00	370.841,87	0,68	9.078.706,18	16,77	45.069.294,82
Alienação de Bens Móveis	27.411.303,00	27.411.303,00	305.200,00	1,11	7.856.309,86	28,66	19.554.993,14
Alienação de Bens Imóveis	26.736.698,00	26.736.698,00	65.641,87	0,25	1.222.396,32	4,57	25.514.301,68
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	12.505.647,00	12.505.647,00	2.793.232,16	22,34	23.349.837,80	186,71	(10.844.190,80)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.423.140,00	22.423.140,00	29.350.345,21	130,89	57.023.693,58	254,31	(34.600.553,58)
Transferências Intergovernamentais	9.509.695,00	9.509.695,00	2.938.370,00	30,90	4.841.236,64	50,91	4.668.458,36
Transferências de Instituições Privadas	-	-	177.440,02	-	290.581,69	-	(290.581,69)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	12.913.445,00	12.913.445,00	26.234.535,19	203,16	51.891.875,25	401,84	(38.978.430,25)
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	30.000.000,00	30.000.000,00	-	-	24.013.927,34	80,05	5.986.072,66
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	30.000.000,00	30.000.000,00	-	-	24.013.927,34	80,05	5.986.072,66
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.610.291.016,00	1.610.291.016,00	374.710.308,33	23,27	1.565.302.502,98	97,21	44.988.513,02
RECEITAS CORRENTES	1.610.291.016,00	1.610.291.016,00	371.677.309,92	23,08	1.555.396.622,07	96,59	54.894.393,93
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.247.954.233,00	1.247.954.233,00	298.160.675,20	23,89	1.232.374.400,67	98,75	15.579.832,33
Contribuições Sociais	1.247.954.233,00	1.247.954.233,00	298.160.675,20	23,89	1.232.374.400,67	98,75	15.579.832,33
RECEITA PATRIMONIAL	1.810.078,00	1.810.078,00	503.597,98	27,82	1.644.774,21	90,87	165.303,79
Receitas Imobiliárias	1.810.078,00	1.810.078,00	503.597,98	27,82	1.644.774,21	90,87	165.303,79
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	268.028.531,00	268.028.531,00	39.989.776,15	14,92	232.359.898,51	86,69	35.668.632,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	92.498.174,00	92.498.174,00	33.023.260,59	35,70	89.017.548,68	96,24	3.480.625,32
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-	64,32	-	(64,32)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Indenizações e Restituições	92.498.174,00	92.498.174,00	33.023.260,59	35,70	89.017.484,36	96,24	3.480.689,64
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	3.032.998,41	-	9.905.880,91	-	(9.905.880,91)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	3.032.998,41	-	9.905.880,91	-	(9.905.880,91)
Receitas de Capital Diversas	-	-	3.032.998,41	-	9.905.880,91	-	(9.905.880,91)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.751.795.913,00	25.751.795.913,00	4.670.774.424,89	18,14	24.284.266.243,91	94,30	1.467.529.669,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	25.751.795.913,00	25.751.795.913,00	4.670.774.424,89	18,14	24.284.266.243,91	94,30	1.467.529.669,09
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.751.795.913,00	25.751.795.913,00	4.670.774.424,89	18,14	24.284.266.243,91	94,30	1.467.529.669,09
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	2.957.293.651,14	-	-	1.764.379.158,86	-	-
Superávit Financeiro	-	2.957.293.651,14	-	-	1.764.379.158,86	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.356.669.415,00	27.842.094.079,71	2.688.877.414,24	22.610.979.518,47	5.231.114.561,24	4.235.407.230,08	22.077.125.895,49	5.764.968.184,22	21.940.519.342,19	533.853.622,98
DESPESAS CORRENTES	19.838.623.677,00	23.011.500.289,20	2.867.927.111,38	20.133.180.401,26	2.878.319.887,94	3.671.716.193,95	19.782.659.635,65	3.228.840.653,55	19.657.311.511,93	350.520.765,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.867.810.339,00	14.443.240.873,54	2.343.469.438,15	13.447.580.190,30	995.660.683,24	2.428.125.089,50	13.445.259.669,83	997.981.203,71	13.425.516.361,36	2.320.520,47
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.207.876.510,00	825.915.338,54	(45.053.348,07)	671.254.327,44	154.661.011,10	159.163.982,15	671.254.327,44	154.661.011,10	671.254.327,44	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.762.936.828,00	7.742.344.077,12	569.511.021,30	6.014.345.883,52	1.727.998.193,60	1.084.427.122,30	5.666.145.638,38	2.076.198.438,74	5.560.540.823,13	348.200.245,14
Transferências a Municípios ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	7.762.936.828,00	7.742.344.077,12	569.511.021,30	6.014.345.883,52	1.727.998.193,60	1.084.427.122,30	5.666.145.638,38	2.076.198.438,74	5.560.540.823,13	348.200.245,14
DESPESAS DE CAPITAL	4.234.627.874,00	4.830.593.790,51	(179.049.697,14)	2.477.799.117,21	2.352.794.673,30	563.691.036,13	2.294.466.259,84	2.536.127.530,67	2.283.207.830,26	183.332.857,37
INVESTIMENTOS	3.323.445.669,00	3.970.656.648,87	(140.711.717,88)	1.814.302.324,68	2.156.354.324,19	369.271.314,30	1.630.969.467,31	2.339.687.181,56	1.620.210.551,73	183.332.857,37
INVERSÕES FINANCEIRAS	36.127.113,00	71.034.883,91	19.852.692,09	52.706.137,21	18.328.746,70	23.466.410,84	52.706.137,21	18.328.746,70	52.206.623,21	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	875.055.092,00	788.902.257,73	(58.190.671,35)	610.790.655,32	178.111.602,41	170.953.310,99	610.790.655,32	178.111.602,41	610.790.655,32	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	283.417.864,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.395.126.498,00	1.697.326.590,76	282.959.476,51	1.568.599.953,03	128.726.637,73	303.150.831,98	1.560.375.436,98	136.951.153,78	1.539.898.022,25	8.224.516,05
DESPESAS CORRENTES	1.394.188.811,00	1.693.418.776,43	282.912.296,51	1.565.490.675,39	127.928.101,04	303.103.651,98	1.557.266.159,34	136.152.617,09	1.536.788.744,61	8.224.516,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.082.724.684,00	1.332.749.411,79	232.156.312,52	1.250.426.846,09	82.322.565,70	237.525.062,97	1.248.560.294,95	84.189.116,84	1.247.620.985,89	1.866.551,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	311.464.127,00	360.669.364,64	50.755.983,99	315.063.829,30	45.605.535,34	65.578.589,01	308.705.864,39	51.963.500,25	289.167.758,72	6.357.964,91
DESPESAS DE CAPITAL	937.687,00	3.907.814,33	47.180,00	3.109.277,64	798.536,69	47.180,00	3.109.277,64	798.536,69	3.109.277,64	-
INVESTIMENTOS	937.687,00	3.907.814,33	47.180,00	3.109.277,64	798.536,69	47.180,00	3.109.277,64	798.536,69	3.109.277,64	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	25.751.795.913,00	29.539.420.670,47	2.971.836.890,75	24.179.579.471,50	5.359.841.198,97	4.538.558.062,06	23.637.501.332,47	5.901.919.338,00	23.480.417.364,44	542.078.139,03



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	25.751.795.913,00	29.539.420.670,47	2.971.836.890,75	24.179.579.471,50	5.359.841.198,97	4.538.558.062,06	23.637.501.332,47	5.901.919.338,00	23.480.417.364,44	542.078.139,03	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	104.686.772,41	-	-	646.764.911,44	-	-	-	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.751.795.913,00	29.539.420.670,47	2.971.836.890,75	24.284.266.243,91	-	4.538.558.062,06	24.284.266.243,91	-	23.480.417.364,44	542.078.139,03	

FONTE: SIGEF/SC - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada/Imprimir Execução Orçamentária.

NOTA EXPLICATIVA:

¹ Os valores das receitas já estão considerando as suas respectivas deduções, ou seja, a Dedução para Formação do FUNDEB, as Transferências Constitucionais aos Municípios e as Restituições de Receitas aos Contribuintes.

* As transferências aos municípios são registradas nas contas de dedução da receita específica para cada tipo de tributo arrecadado.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1.00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre (d)	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.356.669.415,00	27.842.094.079,71	2.688.877.414,24	22.610.979.518,47	93,51	5.231.114.561,24	4.235.407.230,08	22.077.125.895,49	93,40	5.764.968.184,22	533.853.622,98
LEGISLATIVA	724.426.571,00	724.258.817,92	63.411.447,17	574.600.163,45	2,38	149.658.654,47	109.439.461,86	556.508.930,85	2,35	167.749.887,07	18.091.232,60
Ação Legislativa	65.125.493,00	65.275.493,00	9.187.966,59	39.474.777,01	0,16	12.800.715,99	4.928.442,34	32.835.446,13	0,14	19.440.046,87	6.639.330,88
Administração Geral	607.871.531,00	634.665.777,92	71.102.997,67	518.122.772,15	2,14	116.543.005,77	98.965.425,13	509.792.145,30	2,16	124.873.632,62	8.330.626,85
Tecnologia da Informação	47.579.547,00	29.811.547,00	255.046,00	11.332.966,08	0,05	18.478.580,92	2.650.568,28	8.301.858,31	0,04	21.509.688,69	3.031.107,77
Formação de Recursos Humanos	2.100.000,00	2.100.000,00	50.732,00	648.752,00	0,00	1.451.248,00	80.321,20	558.584,90	0,00	1.541.415,10	90.167,10
Previdência do Regime Estatutário	1.750.000,00	5.406.000,00	2.814.704,91	5.020.896,21	0,02	385.103,79	2.814.704,91	5.020.896,21	0,02	385.103,79	-
JUDICIÁRIA	1.684.119.446,00	1.934.076.864,60	208.702.019,26	1.495.359.321,43	6,18	438.717.543,17	281.980.970,19	1.449.911.981,98	6,13	484.164.882,62	45.447.339,45
Administração Geral	1.419.470.255,00	1.604.903.073,41	221.664.756,95	1.290.197.898,99	5,34	314.705.174,42	254.409.567,41	1.270.120.571,50	5,37	334.782.501,91	20.077.327,49
Ação Judiciária	79.108.080,00	94.819.975,32	(17.145.264,11)	66.526.418,23	0,28	8.124.450,92	56.680.244,69	94.819.975,32	0,24	38.139.730,63	9.846.173,54
Tecnologia da Informação	138.234.910,00	119.271.182,51	(2.490.779,00)	67.216.864,20	0,28	52.054.318,31	8.367.841,59	52.273.529,72	0,22	66.997.652,79	14.943.334,48
Formação de Recursos Humanos	29.449.201,00	65.334.511,71	4.328.288,33	48.896.555,29	0,20	16.437.956,42	9.094.093,18	48.316.051,35	0,20	17.018.460,36	580.503,94
Previdência do Regime Estatutário	17.857.000,00	49.748.121,65	2.345.017,09	22.521.584,72	0,09	27.226.536,93	2.345.017,09	22.521.584,72	0,10	22.521.584,72	-
ESSENCIAL A JUSTIÇA	715.387.758,00	899.860.713,03	89.118.453,61	705.893.673,28	2,92	193.967.039,75	134.194.290,35	695.867.691,33	2,94	203.993.021,70	10.025.981,95
Ação Judiciária	394.556.315,00	460.892.810,65	74.675.441,77	424.727.914,44	1,76	36.254.896,21	77.255.677,03	424.660.579,20	1,80	36.322.231,45	67.335,24
Defesa da Ordem Jurídica	22.838.163,00	85.305.563,34	20.102.819,60	83.511.628,53	0,35	1.793.934,81	22.592.334,20	83.511.628,53	0,36	1.793.934,81	-
Administração Geral	289.442.280,00	342.425.119,45	(5.790.166,20)	191.437.148,10	0,79	151.987.971,35	33.094.842,43	181.698.502,34	0,77	161.726.617,11	9.738.645,76
Tecnologia da Informação	2.320.000,00	1.784.777,88	(10.337,94)	1.591.335,00	0,01	193.442,88	384.753,59	1.464.356,43	0,01	320.421,45	126.978,57
Formação de Recursos Humanos	6.231.000,00	8.362.441,71	10.696,38	4.625.647,21	0,02	3.736.794,50	866.783,10	4.532.624,83	0,02	3.829.816,88	93.022,38
ADMINISTRAÇÃO	1.818.173.715,00	2.218.327.759,30	172.010.199,95	1.733.944.037,41	7,17	484.983.721,89	340.514.690,03	1.603.299.057,29	6,78	615.028.980,12	130.644.980,12
Planejamento e Orçamento	11.364.229,00	1.966.387,01	537.909,96	1.677.074,27	0,01	289.312,74	638.605,62	1.676.724,27	0,01	289.662,74	350,00
Administração Geral	907.181.539,00	898.292.198,30	115.452.524,36	766.722.110,21	3,17	131.570.088,09	160.535.111,25	752.519.148,35	3,18	145.773.049,95	14.202.961,86
Administração Financeira	246.224.682,00	429.281.977,71	(13.570.573,17)	336.094.278,47	1,39	93.187.699,24	82.696.535,30	330.800.549,77	1,40	98.481.427,94	5.293.728,70
Tecnologia da Informação	34.666.613,00	45.625.114,94	1.996.933,14	27.893.241,23	0,12	17.731.873,71	5.594.080,27	25.093.872,60	0,11	20.531.242,34	2.799.368,63
Ordenamento Territorial	1.185.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração de Concessões	290.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Aéreo	8.457.353,00	6.303.778,33	1.304.301,62	6.297.153,21	0,03	6.625,12	1.015.335,06	5.630.485,62	0,02	673.292,71	666.667,59
Transporte Rodoviário	2.488.143,00	2.098.597,43	204.240,17	2.097.394,43	0,01	1.203,00	385.757,18	1.787.946,52	0,01	310.650,91	309.447,91
Formação de Recursos Humanos	5.135.315,00	4.404.572,34	31.254,98	2.738.082,03	0,01	1.666.490,31	496.788,14	2.591.412,11	0,01	1.813.160,23	146.669,92
Administração de Receitas	1.927.864,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Previdência Especial	11.823.458,00	11.827.339,20	2.038.740,04	11.815.312,55	0,05	12.026,65	2.038.740,04	11.815.312,55	0,05	12.026,65	-
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	587.329.519,00	818.527.794,04	64.014.868,85	578.609.391,01	2,39	239.918.403,03	87.113.837,17	471.383.605,50	1,99	347.144.188,54	107.225.775,51
Promoção Industrial	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEGURANÇA PÚBLICA	2.310.264.885,00	2.453.859.897,05	333.683.527,23	2.181.467.306,36	9,02	272.392.590,69	396.238.107,29	2.135.862.573,92	9,04	317.997.323,13	45.604.732,44
Administração Geral	1.870.061.099,00	1.965.543.005,10	310.938.543,36	1.891.969.363,77	7,82	73.573.641,33	339.479.966,43	1.886.042.693,09	7,98	79.500.312,01	5.926.670,68
Tecnologia da Informação	3.900.000,00	8.049.662,91	475.166,64	6.652.881,50	0,03	1.396.781,41	1.278.538,55	6.232.590,59	0,03	1.817.071,92	420.290,51
Formação de Recursos Humanos	6.413.729,00	6.638.217,86	6.555,26	3.920.643,09	0,02	2.717.574,77	668.517,12	3.909.053,19	0,02	2.729.164,67	11.589,90
Policimento	368.556.155,00	379.174.355,43	16.409.140,15	226.768.603,87	0,94	152.405.751,56	43.492.647,11	199.219.967,52	0,84	179.954.387,91	27.548.636,35
Defesa Civil	50.578.275,00	75.778.263,55	668.323,57	39.565.043,46	0,16	36.213.220,09	8.908.218,43	33.314.631,61	0,14	42.463.631,94	6.250.411,85
Informação e Inteligência	4.430.000,00	4.667.093,00	944.928,19	3.654.520,64	0,02	1.012.572,36	1.159.351,87	2.929.016,72	0,01	1.738.076,28	725.503,92
Custódia e Reintegração Social	200.000,00	200.000,00	-	-	-	200.000,00	-	-	-	200.000,00	-
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.300.000,00	1.643.322,00	(1.524,99)	1.339.564,73	0,01	303.757,27	219.255,67	1.339.564,73	0,01	303.757,27	-
Controle Ambiental	4.825.627,00	12.165.977,20	4.242.395,05	7.596.685,30	0,03	4.569.291,90	1.031.612,08	2.875.056,07	0,01	9.290.921,13	4.721.629,23
RELAÇÕES EXTERIORES	2.111.959,00	2.926.325,31	352.808,86	2.869.014,65	0,01	57.310,66	503.259,40	2.783.343,98	0,01	142.981,33	85.670,67
Administração Geral	1.847.934,00	2.542.066,25	380.681,29	2.526.150,47	0,01	15.915,78	466.129,95	2.492.385,85	0,01	49.680,40	33.764,62
Tecnologia da Informação	-	59.413,56	2.393,77	53.508,89	0,00	5.904,67	10.830,90	35.405,32	0,00	24.008,24	18.103,57
Relações Diplomáticas	211.207,00	277.572,63	(15.695,33)	256.653,29	0,00	20.919,34	21.890,87	232.157,28	0,00	45.415,35	24.496,01
Cooperação Internacional	52.818,00	(14.570,87)	32.702,00	32.702,00	0,00	14.570,87	4.407,68	23.995,53	0,00	32.877,34	9.306,47
ASSISTÊNCIA SOCIAL	155.442.244,00	157.078.150,90	10.953.928,82	96.431.509,13	0,40	60.646.641,75	18.260.821,10	89.594.089,79	0,38	67.484.061,11	6.837.419,34
Administração Geral	26.083.516,00	31.958.695,36	27.037.972,81	27.037.972,81	0,11	4.902.622,55	4.902.863,86	25.718.348,04	0,11	6.240.347,32	1.319.624,77
Tecnologia da Informação	472.387,00	277.200,40	-	273.703,90	0,00	3.496,50	55.726,54	229.016,51	0,00	48.183,89	44.887,39
Formação de Recursos Humanos	861.418,00	1.766.564,95	18.758,33	358.277,55	0,00	1.408.287,40	52.246,03	345.899,29	0,00	1.420.665,66	12.378,26
Assistência ao Idoso	2.551.591,00	6.165.521,00	-	6.165.521,00	0,06	6.165.521,00	-	-	-	6.165.521,00	-
Transferências	18.278.025,00	14.327.394,03	2.232.890,01	13.646.043,49	0,06	891.350,54	2.243.071,81	13.642.130,53	0,06	695.263,50	3.912,96
Previdência Especial	35.346.732,00	26.995.398,33	4.354.642,57	26.995.398,33	0,11	9.395,68	4.354.642,57	26.995.398,33	0,11	9.395,68	-
Assist. ao Portador de Deficiência	1.176.040,00	636.845,35	11.745,85	465.579,59	0,00	71.265,76	192.895,06	448.457,94	0,00	88.987,41	17.121,65
Assist. Criança/Adolescente	4.382.387,00	5.658.897,65	(382.347,51)	5.259.655,59	0,02	399.242,06	381.288,85	5.259.655,59	0,02	399.242,06	-
Assistência Comunitária	65.137.810,00	65.846.014,83	923.693,00	22.404.283,55	0,09	43.441.731,28	6.078.086,38	16.964.589,24	0,07	48.881.425,59	5.439.694,31
Fomento ao Trabalho	1.352.338,00	3.545.629,00	-	-	-	3.545.629,00	-	-	-	3.545.629,00	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.032.611.393,00	6.230.754.412,82	989.950.603,40	5.670.725.563,42	23,45	560.028.849,40	994.405.988,97	5.664.592.494			



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Assistência Comunitária	2.750.000,00	1.950.000,00	(800.000,00)	1.950.000,00	0,01	300.866,67	1.770.554,39	0,01	179.445,61	179.445,61
SAÚDE	3.044.441.560,00	3.374.219.937,43	337.588.080,43	2.818.014.532,64	11,65	556.205.404,79	482.330.492,17	11,67	615.813.991,70	59.608.586,91
Administração Geral	1.382.401.316,00	1.676.404.837,17	262.806.839,69	1.593.212.931,41	6,59	83.191.905,76	265.749.034,36	6,71	89.883.147,96	6.691.242,20
Planejamento e Orçamento	100.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-	-	50.000,00	-
Tecnologia da Informação	3.640.000,00	2.915.243,28	-	1.942.171,70	0,01	973.071,58	-	0,01	1.142.821,58	169.750,00
Formação de Recursos Humanos	16.390.000,00	23.924.658,36	1.426.945,84	19.954.447,61	0,08	3.970.210,75	3.446.314,70	0,08	4.422.896,39	452.485,64
Assistência à Criança e ao Adolescente	100.000,00	418.221,64	12.948,00	45.187,00	0,00	373.034,64	24.845,00	0,00	392.697,64	19.663,00
Comunicação Social	200.000,00	22.096.897,81	1.552.748,23	13.327.355,48	0,06	8.769.542,33	2.276.660,26	0,04	11.753.802,41	2.984.260,08
Assistência ao Portador de Deficiência	4.000.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Atenção Básica	124.763.357,00	143.248.702,80	31.420.315,99	121.246.905,36	0,50	22.001.797,44	34.353.235,42	0,51	23.807.449,64	1.805.652,20
Assist. Hosp. e Ambulatorial	1.308.993.686,00	1.259.282.518,62	36.314.165,67	882.794.373,65	3,65	376.488.144,97	149.186.816,12	3,54	421.832.702,16	45.344.557,19
Suporte Profilático e Terapêutico	191.066.850,00	223.412.571,42	2.480.316,75	175.067.894,46	0,72	48.344.696,96	24.718.255,96	0,74	48.545.425,28	200.738,32
Vigilância Sanitária	3.241.626,00	8.240.078,64	161.692,14	3.321.295,61	0,01	4.918.783,03	620.686,19	0,01	5.958.395,71	1.039.612,68
Vigilância Epidemiológica	1.683.747,00	6.118.364,72	(36.251,20)	1.810.118,77	0,01	4.308.245,95	222.020,46	0,01	4.465.188,62	156.942,67
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.640.978,00	3.442.842,97	335.351,74	767.493,79	0,00	2.675.349,18	335.732,52	0,00	2.868.069,94	192.720,76
Desenvolvimento Científico	10.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diã. Conhec. Cientif. Tecnológico	10.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transportes Especiais	4.000.000,00	4.665.000,00	1.113.007,58	4.524.367,80	0,02	140.632,20	1.416.891,18	0,02	691.594,37	550.962,17
TRABALHO	39.011.307,00	42.367.807,66	7.194.911,25	20.031.380,82	0,08	27.336.426,84	7.014.722,63	0,08	23.713.446,74	1.377.019,90
Proteção e Benef. Trabalhador	2.983.820,00	738.850,64	(27.723,77)	322.368,86	0,00	416.481,78	618,00	0,00	628.272,78	211.791,00
Empregabilidade	7.599.739,00	36.214.130,07	7.109.707,11	18.010.973,99	0,07	18.203.156,08	6.578.737,97	0,07	19.368.384,98	1.165.228,90
Fomento ao Trabalho	28.277.748,00	5.414.826,95	112.927,91	1.698.037,97	0,01	3.716.788,98	435.366,66	0,01	3.716.788,98	-
Administração Geral	150.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EDUCAÇÃO	3.711.055.196,00	3.677.518.152,41	429.547.288,45	2.953.808.325,81	12,22	723.709.826,60	553.450.926,59	12,43	739.448.911,75	15.739.085,15
Administração Geral	351.976.234,00	296.967.874,94	42.701.630,19	289.501.584,89	1,20	7.466.290,05	52.657.488,64	1,20	12.186.200,24	4.719.910,42
Tecnologia da Informação	11.545.875,00	5.280.019,41	173.786,13	2.390.460,65	0,01	466.503,68	2.077.101,07	0,01	3.202.913,44	313.359,58
Formação de Recursos Humanos	3.950.000,00	1.468.690,04	44.898,75	565.930,72	0,00	902.759,32	111.572,78	0,00	907.361,38	4.602,06
Assistência Comunitária	600.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fomento ao Trabalho	29.268,00	29.268,00	(10.640,00)	6.460,00	0,00	22.808,00	1.520,00	0,00	22.808,00	-
Ensino Fundamental	894.857.752,00	948.850.385,00	171.256.369,92	930.060.837,57	3,85	18.789.547,43	171.256.369,92	3,93	18.789.547,43	-
Ensino Médio	602.202.586,00	577.536.155,40	91.453.391,82	510.545.851,94	2,11	66.990.303,46	91.453.391,82	2,16	66.990.303,46	-
Ensino Profissional	60.758.326,00	41.436.305,99	1.521.701,68	4.599.937,39	0,02	36.836.368,60	2.125.488,07	0,02	37.601.839,46	765.470,86
Ensino Superior	587.735.375,00	449.896.445,03	29.281.078,71	380.385.959,45	1,57	69.510.485,58	68.087.442,98	1,60	71.366.262,70	1.855.777,12
Ensino Infantil	15.388.486,00	12.300.136,58	1.850.667,61	12.296.163,28	0,05	3.973,30	1.850.667,61	0,05	3.973,30	-
Educação de Jovens e Adultos	59.275.890,00	63.096.895,00	9.677.231,11	54.194.894,88	0,22	8.902.002,12	9.677.231,11	0,23	8.902.000,12	-
Educação Especial	188.107.270,00	233.079.154,32	25.024.724,85	172.245.830,83	0,71	80.833.323,49	32.824.434,20	0,73	61.038.996,36	205.672,87
Educação Básica	933.728.134,00	1.047.558.016,73	56.572.447,68	596.995.608,24	2,47	450.562.408,49	122.938.815,78	2,49	458.436.700,73	7.874.292,24
Desenvolvimento Científico	900.000,00	18.805,97	-	18.805,97	(0,00)	-	-	0,00	-	(0,00)
CULTURA	35.589.581,00	44.770.912,01	7.737.201,98	37.053.394,36	0,19	7.717.517,65	8.320.927,14	0,16	8.031.801,70	314.284,05
Administração Geral	19.198.085,00	23.609.028,36	4.269.830,77	22.814.868,77	0,05	794.159,69	4.534.149,08	0,10	1.046.405,64	252.246,05
Tecnologia da Informação	100.000,00	100.000,00	3.439,00	3.439,00	0,00	98.561,00	3.439,00	0,00	96.561,00	-
Formação de Recursos Humanos	158.000,00	148.132,00	3.000,00	108.790,00	0,00	39.342,00	5.691,14	0,00	39.342,00	-
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.018.000,00	945.601,71	132.122,18	936.455,66	0,00	9.145,85	132.122,18	0,00	9.145,85	-
Diffusão Cultural	15.115.496,00	19.968.149,94	3.328.810,03	13.189.840,73	0,05	6.778.309,21	3.645.526,74	0,06	6.840.347,21	62.038,00
DIREITOS DA CIDADANIA	695.958.598,00	882.678.166,48	115.514.049,96	754.709.643,49	3,12	127.968.522,99	146.382.138,78	3,03	166.816.680,56	38.848.157,57
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	30.544.933,00	25.240.633,00	2.501.377,96	9.550.382,89	0,04	15.690.250,11	2.806.764,62	0,04	15.690.250,11	-
Administração Geral	42.035.649,00	39.970.823,12	6.000.211,53	39.308.032,70	0,16	662.790,42	7.896.888,92	0,16	16.500.383,20	987.592,78
Tecnologia da Informação	800.000,00	5.668.154,31	(102.308,18)	5.190.577,61	0,02	477.576,70	806.927,05	0,02	1.257.589,61	780.012,91
Formação de Recursos Humanos	2.860.071,00	2.525.551,55	36.907,58	2.025.551,55	0,01	500.000,00	292.535,17	0,01	578.627,86	78.627,86
Comunicação Social	15.000,00	15.000,00	-	-	-	15.000,00	-	-	15.000,00	-
Assistência à Criança e ao Adolescente	115.000,00	211.335,00	10.000,00	123.132,90	0,00	88.202,10	-	0,00	141.670,60	53.468,50
Transferências	550.000,00	918.205,42	-	9.000,06	0,00	909.205,36	-	0,00	909.205,36	-
Custódia e Reintegração Social	619.037.945,00	808.128.464,08	107.067.861,07	698.502.965,78	2,89	109.625.498,30	134.579.023,02	2,80	146.573.953,82	36.948.455,52
URBANISMO	2.857.729,00	1.045.465,00	(136.000,00)	532.312,30	0,00	513.152,70	532.312,30	0,00	513.152,70	-
Ordenamento Territorial	375.000,00	375.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Infra-Estrutura Urbana	2.482.729,00	670.465,00	(136.000,00)	532.312,30	0,00	138.152,70	-	0,00	138.152,70	-
HABITAÇÃO	28.156.921,00	32.832.383,53	3.543.106,51	21.153.051,19	0,09	11.679.332,34	4.086.468,10	0,09	11.978.032,49	298.700,15
Administração Geral	19.900.291,00	22.152.785,48	3.542.901,51	20.656.227,43	0,09	1.496.558,05	4.018.643,41	0,09	1.735.383,87	238.825,82
Tecnologia da Informação	300.000,00	205,00	-	408.782,76	0,00	516.782,74	67.824,69	0,00	576.657,07	59.874,33
Formação de Recursos Humanos	80.000,00	80.000,00	-	-	-	80.000,00	-	-	80.000,00	-
Assistência Comunitária	250.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Habituação Rural	1.680.989,00	2.339.446,90	-	14.724,60	0,00	2.324.722,30	-	0,00	2.324.722,30	-
Habituação Urbana	5.945.641,00	7.334.585,65	-	73.316,40	0,00	7.261.269,25	-	0,00	7.261.269,25	-
SANEAMENTO	1.399.139,00	1.677.412,00	(218.864,19)	725.544,78	0,00	951.867,22	46.253,35	0,00	579.403,36	146.141,42
Normalização e Fiscalização	390.000,00	768.273,00	(22.999,12)	351.743,38	0,00	44.225,84	44.225,84	0,00	562.671,04	146.141,42
Saneamento Básico Urbano	1.009.139,00	909.139,00	(195.865,07)	373.801,40	0,00	535.337,60	2.027,51	0,00	535.337,60	-
GESTÃO AMBIENTAL	330.897.841,00	376.641.491,05	8.661.940,50	108.710.832,60	0,45	267.930.658,45	21.161.254,44	0,43	274.171.189,15	6.240.530,70
Administração Geral	64.347.749,00	65.195.795,55	9.249.914,51	53.808.023,03	0,22	11.387.772,52	9.223.179,90	0,22	12.119.429,92	731.657,40
Normalização e Fiscalização	230.000,00	-	-	-	-	130.000,00	-	-	130.000,00	-
Tecnologia da Informação	200.000,00	202.800,00	(21.200,10)	2.799,90	0,00	200.000,10	570,90	0,00	200.609,10	609,00
Formação de Recursos Humanos	551.400,00	534.871,66	60.690,59	534.871,66	0,00	155.604,23	82.593,31	0,00	155.604,23	-
Defesa Civil	219.301.713,00	263.196.468,04	(3.259.141,56)	29.674.554,06	0,12	233.521.913,98	4.669.644,42	0,11	236.992.771,25	3.470.857,27
Preservação e Conservação Ambiental	15.140.252,00	13.617.565,74	558.052,81	5.040.390,38	0,02					

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Controle Ambiental	6.673.080,00	17.576.202,66	1.953.224,48	5.540.731,65	0,02	12.035.471,01	1.617.995,48	4.088.561,87	0,02	13.487.640,79	1.452.169,78
Recuperação Áreas Degradadas	350.000,00	100.000,00	-	-	-	100.000,00	-	-	-	100.000,00	-
Recursos Hídricos	24.103.647,00	16.087.787,40	120.399,77	14.265.066,15	0,06	1.822.721,25	4.042.226,32	13.884.068,91	0,06	2.203.718,49	380.997,24
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	175.049.662,00	108.989.055,78	(18.867.123,82)	44.317.376,25	0,18	64.671.379,53	17.260.955,02	43.300.334,30	0,18	65.688.721,48	1.017.041,95
Administração Geral	4.173.193,00	4.207.487,36	181.933,86	3.804.881,26	0,02	402.606,10	686.751,79	3.607.434,19	0,02	600.053,17	197.447,07
Tecnologia da Informação	5.074.611,00	4.959.384,82	(902.036,91)	4.057.347,91	0,02	902.036,91	349.125,11	4.057.347,91	0,02	902.036,91	-
Formação de Recursos Humanos	153.700,00	7.516,66	(19.263,34)	6.356,66	0,00	1.160,00	2.340,00	6.356,66	0,00	1.160,00	-
Desenvolvimento Científico	126.491.351,00	47.983.992,37	3.672.217,63	23.574.193,40	0,10	24.409.798,97	11.095.475,24	22.754.698,52	0,10	25.229.393,85	819.594,88
Dir. Conhec. Cientif. Tecnológico	39.156.807,00	51.630.674,57	(21.799.975,06)	7.119.500,00	0,05	38.956.077,55	5.127.262,88	12.874.597,02	0,05	38.956.077,55	-
AGRICULTURA	614.251.417,00	675.894.272,12	103.630.515,96	618.353.373,58	2,56	57.540.896,54	119.207.139,63	606.080.321,86	2,57	67.813.950,26	10.273.051,72
Administração Geral	480.142.229,00	501.892.775,55	84.080.380,39	494.985.799,56	2,05	6.618.975,99	99.509.132,14	493.447.957,41	2,09	8.154.815,14	1.537.842,15
Tecnologia da Informação	11.162.768,00	9.038.521,92	(147.149,59)	8.780.616,70	0,04	257.705,22	864.966,85	8.606.591,31	0,04	431.930,61	174.225,39
Formação de Recursos Humanos	4.064.958,00	4.500.094,44	170.685,92	3.721.440,12	0,02	778.654,32	367.052,57	3.668.116,67	0,02	831.977,77	53.323,45
Comunicação Social	50.000,00	50.000,00	-	-	-	50.000,00	-	-	-	50.000,00	-
Fomento ao Trabalho	2.807.212,00	14.107.150,07	4.101.463,10	13.998.967,07	0,06	108.183,00	4.102.563,10	13.998.967,07	0,06	108.183,00	-
Preservação e Conservação Ambiental	1.963.540,00	696.073,53	98.624,20	695.863,53	0,00	210,00	132.680,28	695.863,53	0,00	210,00	-
Desenvolvimento Científico	10.914.346,00	13.340.665,95	(100.300,77)	3.961.791,79	0,02	9.378.874,16	946.019,62	3.750.474,35	0,02	9.590.191,60	211.317,44
Promoção da Produção Vegetal	459.906,00	755.331,21	(12.104,34)	469.927,63	0,00	285.403,58	32.347,16	469.927,63	0,00	285.403,58	-
Promoção da Produção Animal	8.185.477,00	6.996.000,00	6.929.530,00	6.929.530,00	0,03	66.470,00	-	-	-	6.996.000,00	6.929.530,00
Defesa Sanitária Vegetal	2.345.797,00	1.213.673,96	24.387,84	917.999,62	0,00	295.674,34	65.865,01	914.899,62	0,00	298.774,34	3.100,00
Defesa Sanitária Animal	12.963.651,00	20.420.661,33	2.770.730,50	13.212.962,77	0,05	7.207.698,56	3.621.852,77	13.205.064,12	0,06	7.215.597,21	7.898,65
Extensão Rural	65.568.657,00	78.686.205,73	4.892.553,96	51.720.773,33	0,21	26.965.432,40	7.832.316,73	51.127.261,36	0,22	27.558.944,37	593.511,97
Irrigação	3.000.000,00	663.260,00	-	3.293.307,66	0,01	1.925.348,63	366.173,72	2.638.047,66	0,01	2.638.047,66	663.260,00
Energia Elétrica	2.448.460,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Promoção Comercial	8.174.416,00	19.268.462,14	158.454,75	15.664.193,80	0,06	3.604.268,34	1.366.179,68	15.565.151,13	0,07	3.703.311,01	99.042,67
INDÚSTRIA	1.000,00	1.000,00	-	-	-	1,000,00	-	-	-	1,000,00	-
Promoção Industrial	1.000,00	1,000,00	-	1,000,00	0,00	1,000,00	-	-	-	1,000,00	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	129.383.428,00	123.676.560,32	15.990.383,84	64.121.253,11	0,27	59.555.307,23	13.671.740,03	59.396.702,93	0,25	64.279.857,39	4.724.550,18
Administração Geral	24.956.799,00	24.529.194,18	2.413.325,13	19.787.465,83	0,08	4.741.728,35	3.476.453,43	19.173.958,37	0,08	5.355.235,81	613.507,46
Tecnologia da Informação	2.348.589,00	2.234.651,30	(85.355,18)	902.444,32	0,00	1.332.206,98	138.133,22	863.844,32	0,00	1.370.806,98	38.600,00
Formação de Recursos Humanos	645.672,00	115.672,00	-	12.300,00	0,00	103.372,00	-	12.300,00	0,00	103.372,00	-
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	875.792,00	725.792,00	-	-	-	725.792,00	-	-	-	725.792,00	-
Promoção Industrial	500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Promoção Comercial	3.360.000,00	3.237.500,00	(18.606,02)	2.476.388,50	0,01	761.111,50	369.473,12	2.472.650,50	0,01	764.849,50	3.738,00
Turismo	96.696.576,00	92.833.750,84	13.681.019,91	40.942.654,46	0,17	51.891.096,38	9.687.680,26	36.783.949,74	0,16	55.959.801,10	4.068.704,72
COMUNICAÇÕES	71.408.932,00	75.554.786,21	15.796.333,94	74.845.167,29	0,31	709.618,92	9.729.085,36	56.786.273,96	0,24	18.768.512,25	18.058.893,33
Administração Geral	7.740.307,00	8.090.812,88	532.061,77	7.820.089,63	0,03	270.723,25	1.350.298,35	7.499.881,99	0,03	590.930,89	320.207,64
Tecnologia da Informação	22.548,00	17.872,86	-	17.872,86	0,00	3.072,00	-	14.371,85	0,00	3.501,01	-
Comunicação Social	63.646.077,00	67.446.100,47	15.264.272,17	67.007.204,80	0,28	438.895,67	8.375.715,01	49.272.020,12	0,21	18.174.080,35	17.735.184,68
ENERGIA	644.763,00	110.490,00	(1.138,74)	2.861,26	0,00	107.628,74	-	2.861,26	0,00	107.628,74	-
Normalização e Fiscalização	644.763,00	110.490,00	(1.138,74)	2.861,26	0,00	107.628,74	-	2.861,26	0,00	107.628,74	-
TRANSPORTE	1.402.922.070,00	1.919.086.402,66	(38.621.522,12)	1.194.712.890,09	4,94	724.375.512,57	232.438.609,13	1.081.867.038,84	4,58	837.219.362,82	112.845.850,25
Administração Geral	127.601.562,00	158.892.405,65	17.238.575,62	121.372.807,57	0,50	37.519.598,08	21.156.064,54	118.980.929,72	0,50	39.911.475,93	2.391.877,85
Tecnologia da Informação	14.354.511,00	14.755.069,45	(624.625,08)	5.553.629,22	0,02	927.147,65	827.147,65	5.214.213,81	0,02	9.544.855,64	343.415,41
Formação de Recursos Humanos	819.155,00	893.388,21	(20.586,94)	586.400,00	0,00	906.988,18	118.526,97	586.400,00	0,00	906.988,18	-
Comunicação Social	1.400.000,00	1.400.000,00	(544.319,82)	726.901,44	0,00	673.098,56	142.930,56	720.969,74	0,00	679.030,26	5.931,70
Transportes Coletivos Urbanos	2.877.797,00	2.757.797,00	-	-	-	2.757.797,00	-	-	-	2.757.797,00	-
Transporte Aéreo	14.530.063,00	11.234.665,65	764.348,27	8.343.547,14	0,03	2.891.118,51	1.041.186,97	7.175.638,23	0,03	4.059.027,42	1.167.908,91
Transporte Rodoviário	1.188.310.305,00	1.614.838.715,55	(59.391.406,91)	1.000.893.258,88	4,14	613.945.456,67	195.343.148,22	896.017.810,42	3,79	718.820.905,13	104.875.448,46
Transporte Ferroviário	800.000,00	300.000,00	-	-	-	300.000,00	-	-	-	300.000,00	-
Transporte Hidroviário	51.378.679,00	113.164.361,15	3.956.492,64	57.236.345,81	0,24	55.928.015,34	13.809.604,22	53.175.077,89	0,22	59.989.283,26	4.061.267,92
Transportes Especiais	850.000,00	850.000,00	-	-	-	850.000,00	-	-	-	850.000,00	-
DESPORTO E LAZER	54.752.832,00	58.720.334,25	(1.461.385,09)	43.154.098,52	0,18	15.566.235,73	6.163.207,10	41.662.793,85	0,18	17.057.540,40	1.491.304,67
Administração Geral	21.669.556,00	22.615.124,69	2.561.658,44	19.391.854,65	0,08	3.223.270,04	3.298.081,91	18.893.535,49	0,08	3.721.589,20	498.319,16
Tecnologia da Informação	600.000,00	600.000,00	-	-	-	600.000,00	-	-	-	600.000,00	-
Formação de Recursos Humanos	530.000,00	530.000,00	(13.349,71)	119.970,27	0,00	410.029,73	20.730,99	119.970,27	0,00	410.029,73	-
Lazer Comunitário	24.465.776,00	24.375.754,61	(2.573.495,70)	16.477.865,44	0,07	7.897.889,17	2.180.869,33	15.952.423,82	0,07	8.423.330,79	525.441,62
Lazer	7.487.500,00	10.599.454,95	(1.436.198,12)	7.164.408,16	0,03	3.435.046,79	663.524,87	6.696.864,27	0,03	3.902.590,68	645.447,89
ENCARGOS ESPECIAIS	2.292.931.602,00	1.825.166.509,87	(185.203.352,92)	1.395.442.891,25	5,77	429.723.618,62	338.605.721,42	1.395.442.891,25	5,90	429.723.618,62	-
Outros Encargos Especiais	2.292.931.602,00	1.825.166.509,87	(185.203.352,92)	1.395.442.891,25	5,77	429.723.618,62	338.605.721,42	1.395.442.891,25	5,90	429.723.618,62	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	283.417.864,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor	283.417.864,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.395.126.498,00	1.697.326.590,76	282.959.476,51	1.568.599.953,03	6,49	128.726.637,73	303.150.831,98	1.560.375.436,98	6,60	136.951.153,78	8.224.516,05
LEGISLATIVA	63.157.493,00	64.669.493,00	14.082.081,58	59.332.259,56	0,25	5.337.233,44	12.811.511,77	57.621.054,59	0,24	7.048.438,41	1.711.204,97
Administração Geral	60.797.493,00	62.509.493,00	13.799.807,82	58.015.030,46	0,24	4.494.462,54	12.541.788,01	56.338.825,49	0,24	6.170.667,51	1.676.204,97
Formação de Recursos Humanos	500.000,00	500.000,00	2.490,54	102.045,20	0,00	397.954,80	24.940,54	102.045,20	0,00	397.954,80	-
Previdência do Regime Estatutário	1.860.000,00	1.660.000,00	279.783,22	1.215.183,90	0,01	444.816,10	244.783,22	1.180.183,90	0,00	479.816,10	35.000,00
JUDICIÁRIA	140.716.138,00	167.780.563,01	39.286.224,07	155.186.968,27	0,64	12.593.594,74	39.302.196,80	155.182.991,72	0,66	12.597.511,29	3.976,55
Administração Geral	138.203.138,00	164.920.863,01	38.914.691,23	153.090.131,82	0,63	11.830.731,19	38.930.863,96	153.086.155,27	0,65	11.834.707,74	3.976,55
Previdência do Regime Estatutário	2.513.000,00	2.859.700,00	371.532,84	2.096.836,45	0,01	762.863,55	371.532,84	2.096.836,45	0,01	762.8	

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Tecnologia da Informação	390.000,00	390.000,00	(73,65)	241.926,35	0,00	148.073,65	14.059,53	175.165,46	0,00	214.834,54	66.760,89
Formação de Recursos Humanos	70.000,00	122.333,47	-	-	-	122.333,47	-	-	-	122.333,47	-
ADMINISTRAÇÃO	118.464.930,00	124.692.214,28	17.466.760,28	117.498.310,14	0,49	7.193.904,14	22.468.783,85	116.193.957,13	0,49	8.498.257,15	1.304.353,01
Planejamento e Orçamento	-	(18.900,00)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Geral	98.755.505,00	105.193.467,99	17.451.576,03	104.736.910,73	0,43	456.557,26	18.081.775,34	104.018.893,03	0,44	1.174.574,96	718.017,70
Administração Financeira	-	88.584,26	-	-	0,00	67.264,20	3.520,00	67.264,20	0,00	67.264,20	-
Tecnologia da Informação	3.158.924,00	2.742.824,84	(45.243,70)	1.628.021,79	0,01	1.114.803,05	235.532,56	1.544.121,85	0,01	1.198.702,99	83.899,94
Transporte Rodoviário	23.000,00	8.400,00	-	8.400,00	0,00	8.400,00	1.029,86	5.568,26	0,00	2.831,74	15.800,55
Formação de Recursos Humanos	658.460,00	492.638,18	2.929,25	122.573,43	0,00	360.064,75	20.433,29	106.772,88	0,00	375.865,30	-
Previdência Especial	6.842,00	314.100,01	76.398,70	312.779,99	0,00	1.320,02	76.398,70	312.779,99	0,00	1.320,02	-
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.862.199,00	15.862.199,00	-	10.822.360,00	0,04	5.239.839,00	4.050.094,10	10.138.556,92	0,04	5.723.642,08	483.803,08
SEGURANÇA PÚBLICA	276.791.067,00	437.838.897,96	72.067.745,97	432.775.451,37	1,79	5.063.446,59	74.148.035,72	430.765.728,30	1,82	7.073.169,66	2.009.723,07
Administração Geral	269.114.626,00	428.015.106,99	71.870.965,19	425.508.993,62	1,76	2.506.113,37	73.039.229,51	424.200.026,70	1,79	3.815.080,29	1.308.966,92
Policiamento	7.663.000,00	9.736.340,97	150.781,78	7.186.662,75	0,03	2.549.678,22	1.108.806,21	6.531.905,60	0,03	3.204.435,37	654.757,15
Defesa Civil	13.441,00	16.441,00	-	8.786,00	0,00	7.655,00	-	8.786,00	0,00	7.655,00	-
Controle Ambiental	-	71.009,00	45.999,00	71.009,00	0,00	71.009,00	-	45.999,00	0,00	45.999,00	-
RELAÇÕES EXTERIORES	41.300,00	103.574,19	14.122,00	96.487,58	0,00	7.086,61	17.626,07	92.742,93	0,00	10.831,26	3.744,65
Administração Geral	40.124,00	103.574,19	14.122,00	96.487,58	0,00	6.685,61	-	92.742,93	0,00	10.430,26	3.744,65
Tecnologia da Informação	775,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação de Recursos Humanos	401,00	401,00	-	-	-	401,00	-	-	-	401,00	-
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.618.469,00	5.050.656,17	1.072.438,31	5.010.786,86	0,02	39.869,31	819.588,28	4.732.149,80	0,02	318.506,37	278.637,06
Administração Geral	3.150.462,00	3.887.157,29	677.098,61	3.862.287,98	0,02	24.869,31	669.813,63	3.829.215,97	0,02	57.941,32	33.072,01
Tecnologia da Informação	453.007,00	1.148.498,88	395.339,70	1.148.498,88	0,00	-	149.774,65	902.933,83	0,00	245.565,05	245.565,05
Formação de Recursos Humanos	5.000,00	5.000,00	-	-	-	5.000,00	-	-	-	5.000,00	-
Assistência Comunitária	10.000,00	10.000,00	-	-	-	10.000,00	-	-	-	10.000,00	-
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.798.887,00	12.208.997,00	1.247.188,53	7.689.970,98	0,03	4.519.026,02	1.338.404,58	7.637.390,31	0,03	4.571.606,69	52.580,67
Administração Geral	7.411.780,00	11.614.783,00	1.223.110,71	7.552.345,93	0,03	4.062.437,07	1.316.411,93	7.504.663,64	0,03	4.116.119,36	47.682,29
Tecnologia da Informação	7.107,00	214.214,00	3.900,00	15.660,00	0,00	198.554,00	1.814,83	10.761,62	0,00	203.452,38	4.898,38
Prev. do Regime Estatutário	380.000,00	380.000,00	20.177,82	121.985,05	0,00	258.034,95	20.177,82	121.985,05	0,00	258.034,95	-
SAÚDE	109.854.643,00	210.230.289,15	33.089.843,30	192.584.525,90	0,80	17.645.763,25	33.634.831,25	192.020.963,99	0,81	18.209.325,16	563.561,91
Administração Geral	78.508.905,00	206.075.804,00	33.078.503,30	188.949.625,75	0,78	17.126.178,25	33.422.599,25	188.627.185,84	0,80	17.448.618,16	322.439,91
Tecnologia da Informação	10.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assistência Comunitária	-	193.010,00	-	193.010,00	0,00	-	182.010,00	193.010,00	0,00	-	-
Atenção Básica	-	108.739,00	11.340,00	95.939,00	0,00	12.800,00	11.340,00	95.939,00	0,00	12.800,00	-
Assist. Hosp. e Ambulatorial	30.228.916,00	3.045.951,15	-	3.045.951,15	0,01	-	-	3.045.951,15	0,01	-	-
Vigilância Sanitária	200.000,00	200.000,00	-	200.000,00	0,00	-	18.882,00	48.878,00	0,00	151.122,00	151.122,00
Vigilância Epidemiológica	100.000,00	100.000,00	-	100.000,00	0,00	-	-	10.000,00	0,00	90.000,00	90.000,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	806.822,00	506.785,00	-	-	-	506.785,00	-	-	-	506.785,00	-
EDUCAÇÃO	511.993.881,00	460.755.168,71	69.596.797,96	393.523.797,26	1,63	67.231.371,45	77.574.078,65	392.738.889,00	1,66	68.016.279,71	784.908,26
Administração Geral	94.109.998,00	113.470.151,10	28.606.069,88	113.155.894,95	0,47	314.256,15	28.869.319,03	112.906.521,12	0,48	563.629,98	249.373,83
Tecnologia da Informação	14.600.000,00	266.104,86	(15.892,37)	237.932,64	0,00	28.172,22	70.434,00	194.035,36	0,00	72.069,50	43.897,28
Ensino Fundamental	195.142.248,00	128.035.748,00	21.203.222,89	126.571.864,91	0,52	1.463.883,09	21.203.222,89	126.571.864,91	0,54	1.463.883,09	-
Ensino Médio	127.797.414,00	118.148.914,00	12.282.634,96	73.071.394,34	0,30	45.077.519,66	12.282.634,96	73.071.394,34	0,31	45.077.519,66	-
Ensino Profissional	1.285.626,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Superior	37.160.000,00	46.006.133,04	8.764.154,56	45.076.849,16	0,19	929.283,88	8.806.083,67	45.044.733,16	0,19	961.399,88	32.116,00
Ensino Infantil	2.948.000,00	2.639.611,14	402.032,35	2.637.994,91	0,01	1.616,23	402.032,35	2.637.994,91	0,01	1.616,23	-
Educação de Jovens e Adultos	5.724.110,00	6.139.110,00	875.215,16	5.204.104,95	0,02	935.005,05	875.215,16	5.204.104,95	0,02	935.005,05	-
Educação Especial	15.989.323,00	18.531.323,00	3.176.411,99	17.346.983,04	0,07	1.184.339,96	3.176.411,99	17.346.983,04	0,07	1.184.339,96	-
Educação Básica	17.237.162,00	27.518.073,57	(5.697.051,46)	10.220.778,36	0,04	17.297.295,21	1.888.724,60	9.761.257,21	0,04	17.756.816,36	459.521,15
CULTURA	2.394.465,00	2.907.495,23	508.022,39	2.622.979,02	0,01	284.516,21	560.105,19	2.607.156,02	0,01	300.339,21	15.823,00
Administração Geral	2.144.465,00	2.621.921,23	495.654,39	2.587.692,02	0,01	34.229,21	531.107,19	2.578.158,02	0,01	43.763,21	9.534,00
Formação de Recursos Humanos	-	9.868,00	9.868,00	9.868,00	0,00	-	9.868,00	9.868,00	0,00	-	-
Difusão Cultural	250.000,00	275.706,00	2.500,00	25.419,00	0,00	250.287,00	19.130,00	250.287,00	0,00	256.576,00	6.289,00
DIREITOS DA CIDADANIA	31.860.587,00	64.107.370,72	11.694.526,81	61.260.306,07	0,25	2.847.064,65	12.125.476,74	61.007.605,89	0,26	3.099.764,83	252.700,18
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	-	7.699.034,34	-	5.304.300,00	0,02	2.364.734,34	-	5.304.300,00	0,02	2.364.734,34	-
Administração Geral	1.953.346,00	4.570.056,69	1.093.869,32	4.568.482,79	0,02	1.573,90	1.261.392,05	4.509.521,98	0,02	60.534,71	58.960,81
Assistência à Criança e ao Adolescente	-	1.800,00	-	1.800,00	0,00	-	-	1.800,00	-	1.800,00	-
Custódia e Reintegração Social	29.907.241,00	51.866.479,69	10.600.657,49	51.385.723,28	0,21	480.756,41	10.864.084,69	51.193.783,91	0,22	672.695,78	191.939,37
URBANISMO	300.000,00	204.352,98	(500,00)	171.308,51	0,00	33.044,47	23.185,65	152.972,56	0,00	51.380,42	18.335,95
Administração Geral	250.000,00	173.467,77	(500,00)	171.308,51	0,00	2.159,26	23.185,65	152.972,56	0,00	20.495,21	18.335,95
Tecnologia da Informação	50.000,00	30.885,21	-	-	-	30.885,21	-	-	-	30.885,21	-
SANEAMENTO	60.000,00	30.000,00	-	8.541,00	0,00	21.459,00	-	8.541,00	0,00	21.459,00	-
Normatização e Fiscalização	60.000,00	30.000,00	-	8.541,00	0,00	21.459,00	-	8.541,00	0,00	21.459,00	-
GESTÃO AMBIENTAL	10.329.496,00	11.763.659,94	1.746.827,80	10.273.268,31	0,04	1.490.391,63	1.918.455,21	10.145.531,74	0,04	1.618.128,20	127.736,57
Administração Geral	9.643.250,00	11.310.395,71	1.821.363,84	10.192.714,58	0,04	1.117.681,13	1.909.345,33	10.085.168,01	0,04	1.225.227,70	107.546,27
Tecnologia da Informação	136.246,00	143.715,38	(10.064,39)	43.715,38	0,00	100.000,00	3.736,44	33.715,38	0,00	110.000,00	10.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	250.000,00	159.548,85	-	10.190,00	0,00	149.358,85	-	-	-	159.548,85	10.190,00
Recursos Hídricos	300.000,00	150.000,00	(64.471,65)	26.648,35	0,00	123.351,65	5.373,44	26.648,35	0,00	123.351,65	-
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	304.553,00	419.836,50	87.972,46	399.984,07	0,00	19.852,43	179.795,38	382.030,51	0,00	37.805,99	17.955,56
Administração Geral	274.553,00	230.726,16	2.256,81	224.917,73	0,00	5.808,43	34.158,80	213.324,07	0,00	17.402,09	11.593,66
Tecnologia da Informação	30.000,00	16.310,34	(3.450,35)	16.310,34	0,00	-	4.160,58	13.850,44	0,00	2.459,90	2.459,90
Desenvolvimento Científico	-	172.800,00	89.166,00	158.756,00	0,00	14.044,00	-	154.856,00	0,00	17.944,00	3.900,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

AGRICULTURA	9.226.309,00	11.087.529,56	3.718.212,85	10.241.971,98	0,04	845.557,58	4.953.171,04	10.014.580,07	0,04	1.072.949,49	227.391,91
Administração Geral	2.268.023,00	3.514.066,16	151.162,54	3.314.314,57	0,01	199.751,59	534.532,34	3.174.431,33	0,01	339.634,83	139.883,24
Tecnologia da Informação	6.858.286,00	7.090.612,97	3.512.493,61	6.596.184,62	0,03	494.428,35	4.361.922,00	6.508.675,95	0,03	581.937,02	87.508,67
Comunicação Social	100.000,00	100.000,00	-	-	-	100.000,00	-	-	-	100.000,00	-
Desenvolvimento Científico	-	26.100,00	-	26.100,00	0,00	-	-	26.100,00	0,00	-	-
Promoção da Produção Vegetal	-	1.477,52	-	1.335,60	0,00	141,92	-	1.335,60	0,00	141,92	-
Defesa Sanitária Vegetal	-	14.979,80	-	14.101,80	0,00	878,00	-	14.101,80	0,00	878,00	-
Defesa Sanitária Animal	-	134.850,44	56.716,70	94.497,47	0,00	40.352,97	56.716,70	94.497,47	0,00	40.352,97	-
Extensão Rural	-	205.442,67	(2.160,00)	195.437,92	0,00	10.004,75	-	195.437,92	0,00	10.004,75	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.925.758,00	2.110.544,00	103.858,62	1.744.222,91	0,01	366.321,09	331.990,02	1.713.014,01	0,01	397.529,99	31.208,90
Administração Geral	1.725.758,00	1.910.544,00	103.858,62	1.744.222,91	0,01	166.321,09	331.990,02	1.713.014,01	0,01	197.529,99	31.208,90
Tecnologia da Informação	200.000,00	200.000,00	-	-	-	200.000,00	-	-	-	200.000,00	-
COMUNICAÇÕES	605.045,00	552.180,67	52.039,56	306.901,04	0,00	245.279,63	49.351,82	303.220,98	0,00	248.959,69	3.680,06
Administração Geral	241.829,00	312.234,67	52.039,56	306.801,04	0,00	5.433,63	49.351,82	303.120,98	0,00	9.113,69	3.680,06
Tecnologia da Informação	23.370,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicação Social	339.846,00	239.946,00	-	100,00	0,00	239.846,00	-	100,00	0,00	239.846,00	-
ENERGIA	110.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Normalização e Fiscalização	110.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSPORTE	24.419.046,00	31.816.743,65	4.325.000,37	30.327.940,74	0,13	1.488.802,91	5.234.261,72	29.675.829,69	0,13	2.140.913,96	652.111,05
Administração Geral	19.860.968,00	26.541.565,34	4.472.036,38	25.799.368,04	0,11	742.197,30	4.619.768,90	25.550.507,48	0,11	991.057,86	248.860,56
Tecnologia da Informação	558.078,00	725.747,64	(265.956,20)	500.334,17	0,00	225.413,47	64.154,16	431.008,28	0,00	294.739,36	69.325,89
Comunicação Social	100.000,00	100.000,00	(2.255,81)	27.744,19	0,00	72.255,81	5.421,94	25.044,19	0,00	74.955,81	2.700,00
Transporte Rodoviário	3.750.000,00	4.214.430,67	120.000,00	3.832.400,98	0,02	382.029,69	490.114,56	3.501.176,38	0,01	713.254,29	331.224,60
Transporte Hidroviário	150.000,00	235.000,00	1.176,00	168.093,36	0,00	66.906,64	54.802,16	168.093,36	0,00	66.906,64	-
DESPORTO E LAZER	1.781.683,00	2.183.108,61	310.025,79	1.972.419,11	0,01	210.689,50	332.248,96	1.918.727,50	0,01	264.381,11	53.691,61
Administração Geral	1.781.683,00	2.183.108,61	310.025,79	1.972.419,11	0,01	210.689,50	332.248,96	1.918.727,50	0,01	264.381,11	53.691,61
TOTAL (III) = (I + II)	25.751.795.913,00	29.539.420.670,47	2.971.836.890,75	24.179.579.471,50	100,00	5.359.841.198,97	4.538.558.062,06	23.637.501.332,47	100,00	5.901.919.338,00	542.078.139,03

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MÁRIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DE GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO													TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA
	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16		
RECEITAS CORRENTES ¹ (I)	2.536.410.757,12	2.315.501.337,33	2.322.613.231,88	2.410.047.666,89	2.451.278.948,00	2.390.537.652,43	2.303.331.884,71	2.345.189.190,36	2.610.231.951,32	2.511.049.149,50	2.478.525.871,17	3.029.889.124,08	29.704.606.764,79	31.809.923.194,00
Receita Tributária	1.887.465.666,22	1.623.106.896,12	1.659.326.086,75	1.700.312.073,73	1.694.172.144,74	1.663.563.633,56	1.688.769.198,74	1.706.269.223,06	1.983.923.798,04	1.850.193.027,05	1.738.148.308,89	1.976.165.183,07	21.171.415.239,97	22.752.896.743,00
ICMS ⁴	1.648.576.238,61	1.350.725.196,97	1.342.299.609,87	1.396.593.322,31	1.350.299.282,54	1.322.467.957,06	1.376.165.467,69	1.360.313.351,74	1.670.592.791,32	1.524.945.266,16	1.460.705.349,83	1.622.613.377,81	17.426.297.211,91	19.239.650.245,00
IPVA	77.464.433,55	112.117.142,06	136.818.948,84	125.845.532,07	157.425.211,89	148.278.449,32	137.504.074,57	157.774.614,55	136.147.779,16	142.189.293,30	84.592.663,92	63.320.170,63	1.479.478.313,86	1.564.857.985,00
ITCMD	13.453.651,52	14.011.989,75	19.368.317,38	25.131.877,88	21.904.819,54	23.986.354,20	15.979.724,43	17.899.743,40	17.282.952,10	20.340.812,19	23.789.194,92	35.706.713,51	248.856.150,82	194.235.679,00
IRRF	104.773.931,82	103.264.749,44	107.745.135,57	105.471.905,90	106.958.917,48	115.910.230,19	107.832.641,01	109.598.014,33	108.315.234,53	110.813.808,40	122.393.177,66	211.288.396,35	1.414.346.142,68	1.023.486.761,00
Outras Receitas Tributárias	43.197.410,72	42.987.817,90	53.094.075,09	47.269.435,57	57.583.913,29	52.920.642,79	51.287.291,04	60.683.499,04	51.585.040,93	51.903.847,00	46.667.922,56	43.256.524,77	602.437.420,70	730.666.073,00
Receita de Contribuições	59.029.459,28	60.005.622,79	60.322.318,28	64.627.465,97	64.524.606,48	64.977.939,95	64.221.492,92	65.870.155,92	65.059.565,53	65.778.724,67	73.207.199,17	125.510.355,83	833.134.906,79	867.028.423,00
Receita Patrimonial	75.347.033,37	67.199.446,99	68.306.674,82	73.045.684,81	78.759.561,46	86.121.960,95	82.325.056,23	85.959.233,32	83.747.247,68	73.210.707,81	74.990.656,59	69.621.036,46	918.634.302,49	724.422.835,00
Receita Agropecuária	23.736,61	50.142,17	89.747,74	155.229,43	155.531,91	124.581,71	29.799,32	188.171,19	111.677,94	111.677,94	67.622,14	47.960,30	1.165.428,92	1.201.493,00
Receita Industrial	208.563,85	278.450,28	561.220,55	254.006,51	373.685,62	231.648,87	388.584,44	488.016,02	320.234,89	344.334,95	316.076,42	323.744,27	4.088.570,67	4.112.211,00
Receita de Serviços	40.801.613,03	45.083.644,09	47.890.260,17	46.403.386,36	55.740.127,55	50.485.062,10	50.783.279,63	55.551.169,30	48.420.854,41	48.723.064,68	53.906.448,27	50.341.981,45	594.130.891,04	647.178.781,00
Transferências Correntes	426.657.531,50	465.658.060,13	426.246.806,95	472.557.927,56	498.673.466,86	460.171.328,63	357.316.067,95	364.123.375,39	361.823.566,37	406.555.036,99	475.676.718,37	652.497.840,10	6.116.268.881,00	6.116.268.881,00
Cota-Parte do FPE	86.803.698,82	108.800.105,35	66.005.556,39	78.466.431,02	104.349.810,43	86.202.911,20	62.498.121,81	77.506.334,05	63.028.134,31	77.396.708,80	148.573.241,88	180.780.502,17	1.140.411.556,23	1.361.989.668,00
Transferências da LC. 87/1996	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	4.376.909,06	52.522.908,72	71.164.471,00
Transferências da LC. 61/1989	28.566.577,63	20.517.454,84	20.031.501,90	20.554.012,63	23.340.735,60	13.888.797,56	18.871.014,83	19.068.981,65	20.881.678,06	22.070.844,87	23.065.763,04	24.539.760,81	253.397.123,42	307.425.054,00
Transferências do FUNDEB	181.506.248,91	165.027.986,10	158.233.728,70	164.890.772,42	170.421.064,27	163.236.065,26	157.206.180,36	161.829.627,84	165.390.602,47	188.444.768,50	191.297.229,76	214.784.109,56	2.082.268.384,15	2.367.147.100,00
Outras Transferências Correntes	127.404.097,08	166.935.604,78	177.599.110,90	204.269.802,43	196.184.947,50	192.466.645,55	114.363.841,89	101.341.522,79	108.146.242,47	114.265.805,76	108.363.574,63	228.016.558,50	1.839.357.754,28	2.008.542.588,00
Outras Receitas Correntes	46.877.153,26	54.119.074,76	59.870.116,62	52.691.890,52	58.879.823,38	64.861.496,66	59.498.405,48	66.739.842,16	66.825.006,46	66.176.631,21	66.176.631,21	155.307.754,44	814.079.698,11	696.813.827,00
DEDUÇÕES (II)	808.587.427,89	708.291.172,02	715.729.404,97	739.307.570,54	748.168.354,24	721.994.340,55	734.159.695,23	741.849.324,71	850.371.700,79	801.575.023,72	764.770.448,62	880.943.409,15	9.215.747.872,43	10.095.991.686,00
Transferências Constitucionais e Legais ²	465.047.230,17	401.847.405,21	415.443.690,70	425.066.140,59	426.475.138,14	413.377.253,49	425.736.351,97	428.299.964,30	495.793.745,57	463.488.129,78	419.189.740,41	449.696.973,58	5.229.461.763,91	5.735.499.670,00
Contrib. Plano de Previdência do Servidor ³	55.267.160,77	56.326.460,35	56.534.311,55	60.395.245,83	60.198.787,80	60.582.786,99	59.800.416,92	61.435.691,95	60.564.136,84	61.336.391,77	68.738.997,81	116.487.793,92	777.668.182,50	827.911.295,00
Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	3.762.298,51	3.679.162,44	3.788.006,73	4.232.220,14	4.325.818,68	4.395.152,96	4.421.076,00	4.434.463,97	4.495.428,69	4.442.332,90	4.468.201,36	9.022.561,91	55.466.724,29	39.117.128,00
Compensação Financ. entre Regimes Previd.	1.941.335,45	2.140.572,60	-	-	6.428.926,10	2.136.716,87	2.136.716,87	2.133.931,38	2.131.531,30	2.128.777,09	2.125.836,16	4.247.584,37	27.551.728,19	38.342.359,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	282.569.402,99	244.297.571,42	239.963.395,99	249.613.963,98	250.739.683,52	241.502.430,24	242.065.133,47	245.545.273,11	287.386.858,39	270.179.392,18	270.247.672,88	301.488.695,37	3.125.599.473,54	3.454.221.234,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	1.727.823.329,23	1.607.210.165,31	1.606.883.826,91	1.670.740.096,35	1.703.110.593,76	1.668.543.311,88	1.569.172.189,48	1.603.339.865,65	1.759.860.250,53	1.709.474.125,78	1.713.755.422,55	2.148.945.714,93	20.488.858.892,36	21.714.831.508,00

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SIC - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Deduzidos os valores das restituições de receita registrados nas contas de deduções de receita.

² Incluídos os valores das receitas do FundoSocial e SEITEC pertencentes aos municípios, registrados nas contas de deduções da receita.

³ Incluídos os valores das contribuições previdenciárias patronais dos servidores em licença sem vencimento e à disposição de outros Entes Federados.

⁴ O incremento na receita bruta de ICMS no mês de setembro de 2016 refere-se à conversão de receita extra-orçamentária dos contratos do PRODEC em receita de ICMS no valor de R\$ 202.162.127,42. Durante o seu prazo de vigência, os valores arrecadados dos contratos do PRODEC são registrados como antecipações da receita representando aumento da disponibilidade financeira. Apenas após o término do prazo do contrato PRODEC os valores são convertidos em receita de ICMS, conforme artigo 9º, § 2º da Lei Estadual 13.342/2005. Nesse momento, essa conversão não representa aumento da disponibilidade financeira. O PRODEC foi instituído pela Lei nº 13.342/2005 tendo como finalidade conceder incentivo à implantação ou expansão de empreendimentos industriais, que viem produzir e gerar emprego e renda no Estado de Santa Catarina. Trata-se de incentivo, a título de financiamento, equivalente a um percentual pré-determinado sobre o valor do ICMS a ser gerado por novo projeto.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/0-2

MÁRIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.0070-0



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre 2016			Até o Bimestre 2015		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	813.136.419,00	813.136.419,00	936.071.815,30			661.674.524,91		
RECEITAS CORRENTES	813.136.419,00	813.136.419,00	936.071.712,34			661.674.396,25		
Receita de Contribuições dos Segurados	752.470.341,00	752.470.341,00	821.723.678,80			618.966.357,66		
Pessoal Civil	598.217.811,00	598.217.811,00	646.510.016,86			476.230.895,89		
Ativo	450.701.302,00	450.701.302,00	502.048.065,47			348.557.005,53		
Inativo	110.880.342,00	110.880.342,00	108.205.216,05			96.363.424,57		
Pensionista	36.636.167,00	36.636.167,00	36.256.735,34			31.310.465,79		
Pessoal Militar	154.252.530,00	154.252.530,00	175.213.661,94			142.735.461,77		
Ativo	115.135.875,00	115.135.875,00	119.746.937,65			102.244.686,78		
Inativo	34.413.724,00	34.413.724,00	49.470.022,99			35.860.299,59		
Pensionista	4.702.931,00	4.702.931,00	5.996.701,30			4.630.475,40		
Outras Receitas de Contribuições	14.006.642,00	14.006.642,00	13.473.193,95			9.753.302,48		
Receita Patrimonial	8.133.445,00	8.133.445,00	64.177.387,62			6.553.657,41		
Receitas Imobiliárias	-	-	37.246,21			-		
Receitas de Valores Mobiliários	8.133.445,00	8.133.445,00	64.140.141,41			6.553.657,41		
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-			-		
Receita de Serviços	919,00	919,00	5.446.072,46			126.096,43		
Outras Receitas Correntes	38.525.072,00	38.525.072,00	31.251.379,51			26.274.982,27		
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	38.342.359,00	38.342.359,00	27.551.728,19			24.996.887,33		
Demais Receitas Correntes	182.713,00	182.713,00	3.699.651,32			1.278.094,94		
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	102,96			128,66		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-			-		
Amortização de Empréstimos	-	-	102,96			128,66		
Outras Receitas de Capital	-	-	-			-		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.144.402.255,00	1.144.402.255,00	1.234.019.239,20			916.655.414,55		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+II)	1.957.538.674,00	1.957.538.674,00	2.170.091.054,50			1.578.329.939,46		
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	4.018.589.393,00	5.779.502.043,99	5.673.993.813,87	4.969.728.133,00	5.668.071.819,31	4.968.688.251,97	5.921.994,56	1.039.881,03
ADMINISTRAÇÃO	99.596.892,00	161.231.247,20	89.470.396,18	67.378.080,11	83.701.796,83	66.340.258,66	5.768.599,35	1.037.821,45
Despesas Correntes	97.430.832,00	155.245.177,72	88.538.690,14	67.008.633,51	82.791.457,40	66.153.679,15	5.747.232,74	854.954,36
Despesas de Capital	2.166.060,00	5.986.069,48	931.706,04	369.446,60	910.339,43	186.579,51	21.366,61	182.867,09
PREVIDÊNCIA	3.918.992.501,00	5.618.270.796,79	5.584.523.417,69	4.902.350.052,89	5.584.370.022,48	4.902.347.993,31	153.395,21	2.059,58
Pessoal Civil	3.657.955.100,00	5.608.824.095,79	4.295.526.762,17	3.859.979.705,20	4.295.485.839,31	3.859.977.645,62	40.922,86	2.059,58
Aposentadorias	2.705.105.222,00	4.567.822.217,79	3.536.576.039,98	3.190.844.797,49	3.536.552.958,30	3.190.844.797,49	23.081,68	-
Pensões	952.832.878,00	1.040.974.878,00	758.950.722,19	669.134.907,71	758.932.881,01	669.132.848,13	17.841,18	2.059,58
Outros Benefícios Previdenciários	17.000,00	27.000,00	-	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	1.287.147.436,64	1.040.636.717,48	1.287.044.813,26	1.040.636.717,48	102.623,38	-
Reformas	-	-	1.085.576.757,29	871.779.766,94	1.085.535.964,15	871.779.766,94	40.793,14	-
Pensões	-	-	201.570.679,35	168.856.950,54	201.508.849,11	168.856.950,54	61.830,24	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	261.037.401,00	9.446.701,00	1.849.218,88	1.733.630,21	1.839.369,91	1.733.630,21	9.848,97	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	18.458,40	-	18.458,40	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	261.037.401,00	9.446.701,00	1.830.760,48	1.733.630,21	1.820.911,51	1.733.630,21	9.848,97	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	7.418.887,00	11.828.997,00	7.568.005,93	6.994.597,66	7.515.425,26	6.871.771,41	52.580,67	122.826,25
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	4.026.008.280,00	5.791.331.040,99	5.681.561.819,80	4.976.722.730,66	5.675.587.244,57	4.975.560.023,38	5.974.575,23	1.162.707,28
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	(2.068.469.606,00)	(3.833.792.366,99)	(3.511.470.765,30)	(3.398.392.791,20)	(3.505.496.190,07)	(3.397.230.083,92)	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS							
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	3.179.640.311,20							
Plano Financeiro	3.179.640.311,20							
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	2.955.568.627,27							
Recursos para Formação de Reserva	-							
Outros Aportes para o RPPS ¹	224.071.683,93							
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA							
VALOR	-							
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA							
	2016				2015			
CAIXA	-				-			
BANCOS CONTA MOVIMENTO	19.344,94				696.587,44			
INVESTIMENTOS	337.348.401,29				44.803.957,26			
OUTROS BENS E DIREITOS	147.297.796,90				45.432.732,69			
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre 2016		Até o Bimestre 2015			
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.144.402.255,00	1.144.402.255,00	1.234.019.239,20		916.655.414,55			
Receita de Contribuições	1.120.536.216,00	1.144.402.255,00	1.217.110.571,24		899.890.221,16			
Patronal	1.120.536.216,00	-	1.217.110.571,24		899.890.221,16			
Pessoal Civil	894.636.657,00	894.636.657,00	977.615.148,04		695.400.847,60			
Ativo	894.636.657,00	894.636.657,00	977.615.148,04		695.400.847,60			
Inativo	-	-	-		-			
Pensionista	-	-	-		-			
Pessoal Militar	225.899.559,00	225.899.559,00	239.495.423,20		204.489.373,56			
Ativo	225.899.559,00	225.899.559,00	239.495.423,20		204.489.373,56			
Inativo	-	-	-		-			
Pensionista	-	-	-		-			
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-		-			
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	23.866.039,00	23.866.039,00	15.263.829,43		16.729.308,02			
Receita Patrimonial	-	-	1.644.774,21		-			
Receita de Serviços	-	-	-		-			
Outras Receitas Correntes	-	-	64,32		35.885,37			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-		-			



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS -RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
			Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VII + IX + X)	1.144.402.255,00	1.144.402.255,00	1.234.019.239,20		916.655.414,55			
ADMINISTRAÇÃO (XII)	7.418.887,00	11.828.997,00	7.568.005,93	6.994.597,66	7.515.425,26	6.871.771,41	52.580,67	122.826,25
Despesas Correntes	7.418.887,00	11.828.997,00	7.568.005,93	6.994.597,66	7.515.425,26	6.871.771,41	52.580,67	122.826,25
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	7.418.887,00	11.828.997,00	7.568.005,93	6.994.597,66	7.515.425,26	6.871.771,41	52.580,67	122.826,25

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

Notas Explicativas:

1 Nesta linha foram informados os repasses do Tesouro do Estado ao IPREV referentes:

- a) à taxa administrativa, conforme disposto no § 1º do art. 30 da Lei Complementar Estadual nº 412/2008;
b) para pagamento de sentenças judiciais, conforme disposto no art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 412/2008;

c) De acordo com o Art. 11 da Lei Complementar nº 662/2015, fica extinto o Fundo Previdenciário criado pela Lei Complementar nº 412, de 2008. O total de recursos existentes no extinto Fundo Previdenciário reverterá ao Fundo Financeiro.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MÁRIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE
INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo V (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31/Dez/2015 (a)	Em 31/Out/2016 (b)	Em 31/Dez/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	21.025.026.280,98	21.752.881.366,55	22.489.998.259,76
DEDUÇÕES (II)	10.729.617.651,54	12.825.948.108,18	12.201.795.752,98
Disponibilidade de Caixa Bruta ¹	7.999.257.192,00	9.727.980.232,65	9.217.913.889,64
Demais Haveres Financeiros	2.921.838.928,94	3.098.147.434,60	3.140.631.658,05
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	191.478.469,40	179.559,07	156.749.794,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	10.295.408.629,44	8.926.933.258,37	10.288.202.506,78
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V) ²	2.402.572.202,28	2.575.771.155,24	2.679.713.431,96
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	7.892.836.427,16	6.351.162.103,13	7.608.489.074,82
	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
<u>RESULTADO NOMINAL</u>	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)	
VALOR	1.257.326.971,69	(284.347.352,34)	
	<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA ³		(130.855.000,00)	



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31/Dez/2015 (a)	Em 31/Out/2016 (b)	Em 31/Dez/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	118.515.953.120,46	118.525.799.362,71	134.371.705.284,22
Passivo Atuarial ⁴	118.288.323.438,27	118.288.323.438,27	134.137.768.922,40
Demais Dívidas	227.629.682,19	237.475.924,44	233.936.361,82
DEDUÇÕES (VIII)	731.050.324,01	377.885.739,03	337.074.446,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	696.587,44	148.845,25	19.344,94
Investimentos	730.590.352,36	377.696.019,98	337.348.401,29
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31/Dez/2015 (a)	Em 31/Out/2016 (b)	Em 31/Dez/2016 (c)
Demais Haveres Financeiros	52.552,72	40.873,80	40.873,80
(-) Restos a Pagar Processados	289.168,51	0,00	334.173,32
DÍVIDA CONSOL. LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	117.784.902.796,45	118.147.913.623,68	134.034.630.837,51
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	227.629.682,19	232.506.602,50	233.936.361,82
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IXI - X)	117.557.273.114,26	117.915.407.021,18	133.800.694.475,69

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Disponibilidade de Caixa Bruta representa os valores depositados em Bancos, incluindo aplicações financeiras e os valores da arrecadação indireta (valores arrecadados em processamento pela rede bancária). No entanto, o saldo não representa recursos livres, pois sua composição engloba valores referentes a depósitos de terceiros (tais como cauções, fianças, e consignações) e recursos legalmente vinculados.

² Nesta linha foram consideradas as dívidas juridicamente devidas pelo Estado e representativas de déficits passados, tais como: precatórios emitidos após 05/05/2000, os parcelamentos de dívidas junto ao INSS, RPPS/SC e RFB (Pasep), as obrigações tributárias e previdenciárias em litígio.



ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

³ Meta estabelecida na LDO para 2016, Lei nº 16.672/2015.

⁴ O Déficit Atuarial, calculado pelo atuário Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA Nº 494, em fevereiro de 2016, representa o valor atual dos aportes mensais que os Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina farão ao longo do tempo para complementar a arrecadação do Fundo Financeiro e honrar com o pagamento dos benefícios dos servidores vinculados a este fundo, conforme estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Estadual nº 412, de 26 de junho de 2008, que dispõe sobre a organização do RPPS/SC.

Florianópolis, 23 de Janeiro de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MÁRIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DE GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS ¹	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
		Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015			
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	23.534.786.426,00	22.026.487.100,16		20.736.020.858,68			
Receitas Tributárias	14.078.194.184,00	13.263.425.410,16		12.030.862.547,60			
ICMS	11.542.875.575,00	10.455.767.308,65		9.511.208.292,83			
IPVA	625.859.533,00	591.791.322,96		572.998.630,12			
ITCD	155.306.242,00	199.083.215,17		153.971.957,08			
IRRF	1.023.486.761,00	1.414.346.142,68		1.241.377.249,58			
Outras Receitas Tributárias	730.666.073,00	602.437.420,70		551.306.417,99			
Receitas de Contribuições	2.118.100.343,00	2.067.580.745,37		1.739.935.370,38			
Receitas Previdenciárias	2.106.928.412,00	2.056.828.557,10		1.732.129.738,67			
Outras Receitas de Contribuições	11.171.931,00	10.752.188,27		7.805.631,71			
Receita Patrimonial Líquida	27.408.346,00	39.752.589,54		157.470.831,28			
Receita Patrimonial	726.232.913,00	920.279.076,70		877.716.450,36			
(-) Aplicações Financeiras	698.824.567,00	880.526.487,16		720.245.619,08			
Transferências Correntes	5.706.668.029,00	5.016.919.926,76		5.435.486.027,33			
FPE	1.089.591.734,00	912.329.245,27		782.030.721,28			
Convênios	343.916.357,00	125.082.051,54		65.309.425,99			
Outras Transferências Correntes	4.273.159.938,00	3.979.508.629,95		4.588.145.880,06			
Demais Receitas Correntes	1.604.415.524,00	1.638.808.428,33		1.372.266.082,09			
Dívida Ativa	57.902.051,00	104.634.373,04		84.744.163,83			
Diversas Receitas Correntes	1.546.513.473,00	1.534.174.055,29		1.287.521.918,26			
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.518.184.920,00	1.377.252.656,59		1.285.512.955,24			
Operações de Crédito (III)	1.399.108.132,00	1.253.880.610,78		1.146.895.088,00			
Amortização de Empréstimos (IV)	12.505.647,00	23.349.837,80		21.978.827,16			
Alienação de Bens (V)	54.148.001,00	9.078.706,18		6.137.434,61			
Transferências de Capital	22.423.140,00	57.023.693,58		49.598.797,60			
Convênios	12.913.445,00	51.891.875,25		41.576.372,19			
Outras Transferências de Capital	9.509.695,00	5.131.818,33		8.022.425,41			
Outras Receitas de Capital	30.000.000,00	33.919.808,25		60.902.807,87			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	52.423.140,00	90.943.501,83		110.501.605,47			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	23.587.209.566,00	22.117.430.601,99		20.846.522.464,15			
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	24.704.919.065,63	21.698.671.076,65	20.205.273.993,15	21.339.925.794,99	19.892.817.956,04	358.745.281,66	312.456.037,11
Pessoal e Encargos Sociais	15.775.990.285,33	14.698.007.036,39	13.473.218.240,36	14.693.819.964,78	13.460.936.317,67	4.187.071,61	12.281.922,69
Juros e Encargos da Dívida (IX)	825.915.338,54	671.254.327,44	957.286.003,26	671.254.327,44	957.286.002,78	-	0,48
Outras Despesas Correntes	8.103.013.441,76	6.329.409.712,82	5.774.769.749,53	5.974.851.502,77	5.474.595.635,59	354.558.210,05	300.174.113,94
Transferências Constitucionais e Legais ¹	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	8.103.013.441,76	6.329.409.712,82	5.774.769.749,53	5.974.851.502,77	5.474.595.635,59	354.558.210,05	300.174.113,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	23.879.003.727,09	21.027.416.749,21	19.247.987.989,89	20.668.671.467,55	18.935.531.953,26	358.745.281,66	312.456.036,63
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.834.501.604,84	2.480.908.394,85	2.774.362.747,27	2.297.575.537,48	2.631.392.742,71	183.332.857,37	142.970.004,56
Investimentos	3.974.564.463,20	1.817.411.602,32	1.816.405.969,42	1.634.078.744,95	1.674.617.902,42	183.332.857,37	141.788.067,00
Inversões Financeiras	71.034.883,91	52.706.137,21	123.032.367,42	52.706.137,21	121.850.429,86	-	1.181.937,56
Concessão de Empréstimos (XII)	12.708.760,49	10.528.082,35	10.871.931,76	10.528.082,35	10.474.386,76	-	397.545,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	58.326.123,42	42.178.054,86	112.160.435,66	42.178.054,86	111.376.043,10	-	784.392,56
Amortização da Dívida (XIV)	788.902.257,73	610.790.655,32	834.924.410,43	610.790.655,32	834.924.410,43	-	-

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.032.890.586,62	1.859.589.657,18	1.928.566.405,08	1.676.256.799,81	1.785.993.945,52	183.332.857,37	142.572.459,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	27.911.894.313,71	22.887.006.406,39	21.176.554.394,97	22.344.928.267,36	20.721.525.898,78	542.078.139,03	455.028.496,19
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	(4.324.684.747,71)	(769.575.804,40)	(330.031.930,82)	(227.497.665,37)	124.996.565,37		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.764.379.158,86	1.589.660.133,35	1.639.516.607,73	1.522.437.681,31	124.862.551,13	67.222.452,04
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA 2						687.117.000,00	

FONTES: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Os valores das receitas já estão considerando as suas respectivas deduções, ou seja, a dedução para formação do FUNDEB, as transferências constitucionais e legais aos municípios e as restituições de receitas.

² Meta estabelecida na LDO para 2016, Lei nº 16.672/2015.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDAGRAZIELA LUIZA MENCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2MÁRIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (1)	-	174.858.081,80	174.072.709,99	785.371,81	0,00	-	445.119.438,58	227.183.102,03	227.183.102,03	217.936.336,55	-	0,00
PODER EXECUTIVO	-	172.893.753,35	172.115.573,62	778.179,73	(0,00)	-	368.106.493,02	191.080.151,81	191.080.151,81	177.026.341,21	-	(0,00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-	18.444.655,41	17.777.157,23	667.498,18	(0,00)	-	66.147.079,42	38.659.626,59	38.659.626,59	27.487.452,83	-	(0,00)
SECRETARIAS	-	18.444.655,41	17.777.157,23	667.498,18	(0,00)	-	66.147.079,42	38.659.626,59	38.659.626,59	27.487.452,83	-	(0,00)
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	-	15.186,42	15.186,42	-	-	-	997.587,94	255.148,60	255.148,60	742.439,34	-	-
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL	-	1.984.116,46	1.984.116,46	-	-	-	3.693.969,21	1.433.124,79	1.433.124,79	2.260.844,42	-	-
SEC. DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	-	157.226,69	157.226,69	-	-	-	55.245,26	30.052,71	30.052,71	25.192,55	-	-
SEC. DE ESTADO TURISMO, CULTURA E ESPORTE	-	52.171,56	51.763,56	408,00	-	-	303.796,96	113.769,89	113.769,89	190.027,07	-	-
SEC. DE EST ASSIST SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	-	3.710.354,90	3.055.033,76	655.321,14	-	-	2.140.276,64	1.529.960,09	1.529.960,09	610.316,55	-	-
SEC. DE ESTADO DO DESENV ECON SUSTENTÁVEL	-	47.843,46	47.843,46	-	-	-	36.972,26	28.879,94	28.879,94	8.092,32	-	-
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	-	110.131,37	110.131,37	-	-	-	285.376,34	249.231,71	249.231,71	36.144,63	-	-
SEC. EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL	-	20.146,79	20.146,79	-	-	-	139.184,24	132.457,57	132.457,57	6.726,67	(0,00)	(0,00)
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL	-	-	-	-	-	-	597.159,45	560.346,76	560.346,76	36.812,69	(0,00)	(0,00)
SEC. EXECUTIVA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	-	71.331,15	71.331,15	-	-	-	135.917,83	33.132,55	33.132,55	102.785,28	-	-
SEC. DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO	-	2.060.157,28	2.060.157,28	-	-	-	3.015.598,52	912.400,92	912.400,92	2.103.197,60	-	-
GABINETE DO VICE - GOVERNADOR DO ESTADO	-	36.076,21	36.076,21	-	-	-	167.276,56	131.517,50	131.517,50	35.759,06	-	-
PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TCE	-	137.509,36	137.509,36	-	-	-	5.812,02	4.131,61	4.131,61	1.680,41	-	-
SEC. DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA	-	580.060,78	580.060,78	-	-	-	787.728,29	182.658,87	182.658,87	605.069,42	-	-
SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	-	2.499.496,81	2.499.496,81	-	-	-	13.952.205,98	8.058.815,99	8.058.815,99	5.893.389,99	-	-
SEC. DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	-	201.946,87	201.946,87	-	-	-	262.507,12	167.839,57	167.839,57	94.667,55	-	-
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	-	221.594,17	221.594,17	-	-	-	4.274.199,13	1.661.870,13	1.661.870,13	2.612.329,00	-	-
SEC. DE ESTADO DA FAZENDA	-	1.397.643,37	1.397.643,37	-	-	-	3.673.106,46	2.617.981,09	2.617.981,09	1.055.125,37	-	-
SEC. DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA	-	62.767,48	62.767,48	-	-	-	14.105.118,68	10.726.955,92	10.726.955,92	3.378.162,76	-	-
SDR ITAPIRANGA	-	160.154,13	159.794,13	360,00	-	-	64.230,56	51.155,29	51.155,29	13.075,27	-	-
SDR QUILOMBO	-	107.133,77	107.133,77	-	-	-	208.812,31	96.999,29	96.999,29	111.813,02	-	-
SDR SEARA	-	8.680,37	8.680,37	-	-	-	195.560,67	186.319,87	186.319,87	9.240,80	0,00	0,00
SDR TAO	-	180.249,94	180.249,94	-	-	-	221.139,43	92.690,42	92.690,42	128.449,01	-	-
SDR TIMBÓ	-	11.826,48	11.826,48	-	-	-	237.624,29	222.460,62	222.460,62	15.163,67	-	-
SDR BRAÇO DO NORTE	-	113.262,46	113.262,46	-	-	-	181.171,48	100.416,60	100.416,60	80.754,88	-	-
SDR SÃO MIGUEL DO OESTE	-	31.022,88	31.022,88	-	-	-	326.128,55	138.489,28	138.489,28	187.639,27	-	-
SDR MARAVILHA	-	93.391,69	83.167,15	10.224,54	-	-	157.129,28	125.324,13	125.324,13	31.805,15	-	-
SDR SÃO LOURENÇO DO OESTE	-	93.943,43	93.943,43	-	-	-	14.501,97	13.553,66	13.553,66	948,31	-	-
SDR CHAPECÓ	-	20.338,10	20.338,10	-	-	-	3.870.068,13	1.074.743,45	1.074.743,45	2.795.324,68	-	-
SDR XANXERÊ	-	574.810,29	574.810,29	-	-	-	696.816,21	131.093,05	131.093,05	565.723,16	-	-
SDR CONCÓRDIA	-	82.197,21	82.197,21	-	-	-	305.440,22	299.820,50	299.820,50	5.619,72	(0,00)	(0,00)
SDR JOAÇABA	-	144.246,50	144.246,50	-	-	-	800.559,29	531.805,45	531.805,45	268.753,84	-	-
SDR CAMPOS NOVOS	-	12.127,06	12.127,06	-	-	-	209.471,36	46.553,40	46.553,40	162.917,96	-	-
SDR VIDEIRA	-	138.762,11	138.762,11	-	-	-	119.124,97	67.144,17	67.144,17	51.980,80	-	-
SDR CACADOR	-	94.880,45	94.880,45	-	-	-	377.238,87	318.199,52	318.199,52	59.039,35	-	-
SDR CURITIBANOS	-	146.652,91	146.652,91	-	-	-	67.691,20	45.365,80	45.365,80	22.325,40	-	-
SDR RIO DO SUL	-	296.032,58	296.032,58	-	-	-	216.179,06	180.716,60	180.716,60	35.462,46	-	-
SDR ITUPORANGA	-	128.097,06	128.097,06	-	-	-	232.962,34	71.709,96	71.709,96	161.252,38	-	-
SDR IBIRAMA	-	18.255,79	18.255,79	-	-	-	69.384,87	65.380,62	65.380,62	4.004,25	(0,00)	(0,00)
SDR BLUMENAU	-	424.191,73	424.191,73	-	-	-	444.136,07	367.013,79	367.013,79	77.122,28	-	-
SDR BRUSQUE	-	68.213,92	68.213,92	-	-	-	228.033,01	48.211,78	48.211,78	179.821,23	-	-
SDR ITAJAÍ	-	1.366.126,66	1.366.126,66	-	-	-	382.848,61	167.522,80	167.522,80	215.325,81	-	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016					
SDR GRANDE FLORIANÓPOLIS	-	6.162,34	4.977,84	1.184,50	-	-	339.293,48	-	-	339.293,48	-	-
SDR LAGUNA	-	153.447,68	153.447,68	-	-	-	490.374,39	150.287,05	150.287,05	340.087,34	-	-
SDR TUBARÃO	-	10.174,08	10.174,08	-	-	-	553.447,33	164.090,12	164.090,12	389.357,21	-	-
SDR CRICIÚMA	-	100.019,89	100.019,89	-	-	-	371.441,35	296.941,76	296.941,76	74.499,59	-	-
SDR ARARANGUÁ	-	66.148,58	66.148,58	-	-	-	617.588,14	538.571,55	538.571,55	79.016,59	-	-
SDR JOINVILLE	-	128.734,25	128.734,25	-	-	-	1.151.677,15	1.060.606,12	1.060.606,12	91.071,03	(0,00)	(0,00)
SDR JARAGUÁ DO SUL	-	11.752,91	11.752,91	-	-	-	190.803,41	92.564,39	92.564,39	98.239,02	-	-
SDR MAFRA	-	109.967,75	109.967,75	-	-	-	463.995,24	142.324,00	142.324,00	321.671,24	-	-
SDR CANOINHAS	-	15.216,01	15.216,01	-	-	-	231.496,40	133.031,65	133.031,65	98.464,75	-	-
SDR LAGES	-	128.056,71	128.056,71	-	-	-	3.002.757,53	2.516.048,45	2.516.048,45	486.709,08	-	-
SDR SÃO JOAQUIM	-	10.584,73	10.584,73	-	-	-	282.220,36	178.189,14	178.189,14	104.031,22	-	-
SDR PALMITOS	-	13.828,04	13.828,04	-	-	-	121.934,07	64.390,15	64.390,15	57.543,92	-	-
SDR DIONÍSIO CERQUEIRA	-	10.203,79	10.203,79	-	-	-	74.758,93	49.615,95	49.615,95	25.142,98	-	-
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	154.449.097,94	154.338.416,39	110.681,55	(0,00)	-	301.959.413,60	152.420.525,22	152.420.525,22	149.538.888,38	-	(0,00)
AUTARQUIAS	-	336.653,49	329.128,22	7.525,27	0,00	-	52.673.397,81	32.837.200,28	32.837.200,28	19.836.197,53	-	0,00
SUPERINTENDENCIA DE DES. DA REG. METROP. DE FLORIANÓPOLIS	-	2.787,35	2.787,35	-	-	-	1.402,34	306,98	306,98	1.095,36	-	-
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SC	-	-	-	-	-	-	975.790,93	937.761,35	937.761,35	38.029,58	0,00	0,00
INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA	-	-	-	-	-	-	44.466,86	39.779,75	39.779,75	4.687,11	-	-
AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA - ARES	-	24.453,36	24.453,36	-	-	-	89.891,22	30.606,14	30.606,14	59.285,08	-	-
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SC	-	193.436,66	193.436,66	-	-	-	1.037.821,45	566.479,82	566.479,82	471.341,63	-	-
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS	-	-	-	-	-	-	144.060,85	124.963,58	124.963,58	19.097,27	-	-
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA	-	76.966,25	73.230,65	3.735,60	0,00	-	49.210.710,68	30.520.577,36	30.520.577,36	18.690.133,32	-	0,00
ADM PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	-	39.009,87	35.220,20	3.789,67	0,00	-	1.169.253,48	616.725,30	616.725,30	552.528,18	-	0,00
FUNDAÇÕES	-	1.775.526,43	1.764.801,73	10.724,70	-	-	9.167.294,71	4.752.048,12	4.752.048,12	4.415.246,59	-	-
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE	-	14.350,23	13.906,98	443,25	-	-	1.113.308,70	154.878,16	154.878,16	958.430,54	-	-
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	-	217.374,00	217.374,00	-	-	-	261.101,61	20.113,80	20.113,80	240.987,81	-	-
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	-	192.338,06	192.338,06	-	-	-	1.646.225,23	737.288,25	737.288,25	908.936,98	-	-
FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO ENA	-	9.359,79	7.209,34	2.150,45	-	-	87.400,61	29.429,88	29.429,88	57.970,73	-	-
FUNDO DE AMPARO À PESQ E INOVAÇÃO DO ESTADO	-	72.580,38	72.580,38	-	-	-	94.710,28	47.663,49	47.663,49	47.046,79	-	-
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	770.701,71	770.701,71	-	-	-	210.653,49	83.658,11	83.658,11	126.995,38	-	-
FUNDAÇÃO UNIVERS ESTADO DE SANTA CATARINA	-	498.822,26	490.691,26	8.131,00	-	-	5.753.894,79	3.679.016,43	3.679.016,43	2.074.878,36	-	-
FUNDOS	-	143.740.826,45	143.663.642,20	77.184,25	(0,00)	-	237.847.648,52	113.824.861,75	113.824.861,75	124.022.786,77	-	(0,00)
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL	-	-	-	-	-	-	3.825.985,39	2.747.398,05	2.747.398,05	1.078.587,34	-	-
FUNDO MEL CORPO DE BOMBEIRO MILITAR	-	12.700,60	12.700,60	-	-	-	1.527.087,25	1.418.231,65	1.418.231,65	108.855,60	-	-
FUNDO DE MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	-	70.237,88	70.081,88	156,00	-	-	12.229.856,45	6.555.764,74	6.555.764,74	5.674.091,71	-	-
FUNDO ROTATIVO PENITENCIÁRIA DE CHAPECÓ	-	-	-	-	-	-	15.801,87	15.801,87	15.801,87	-	-	-
FUNDO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	-	844.072,43	844.072,43	-	-	-	1.866.269,20	1.640.036,88	1.640.036,88	226.232,32	-	-
FUNDO PENITENCIÁRIO DE SANTA CATARINA	-	25.009.557,83	24.971.447,46	38.110,37	(0,00)	-	32.418.502,49	17.269.792,35	17.269.792,35	15.148.710,14	-	(0,00)
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR	-	2.085.049,22	2.084.931,34	117,88	(0,00)	-	7.450.595,32	2.845.297,92	2.845.297,92	4.605.297,40	-	(0,00)
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	228.609,09	228.609,09	-	-	-	201.584,04	75.600,00	75.600,00	125.984,04	-	-
FUNDO EST. DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA	-	-	-	-	-	-	478.929,46	101.827,18	101.827,18	377.102,28	-	-
FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	-	-	-	-	-	-	8.018,58	-	-	8.018,58	-	-
FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	-	-	-	-	-	-	84.270,97	31.888,07	31.888,07	52.382,90	-	-
FUNDO CATARINENSE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	-	2.223,25	2.223,25	-	-	-	321,84	5,92	5,92	315,92	-	-
FUNDO ESP DE EST JURID E DE REAPARELHAMENTO	-	69.512,35	69.512,35	-	-	-	348.104,58	228.202,38	228.202,38	119.902,20	-	-
FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA	-	-	-	-	-	-	397.545,00	317.545,00	317.545,00	80.000,00	-	-
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	-	190.012,50	190.012,50	-	-	-	11.144.386,33	375.710,53	375.710,53	10.768.675,80	-	-
FUNDO ESTADUAL DE SANIDADE ANIMAL	-	-	-	-	-	-	43.997,97	43.997,92	43.997,92	0,05	0,00	0,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016					
FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	-	2.725,00	2.725,00	-	-	-	45.524,08	6.805,00	6.805,00	38.719,08	-	-
FUNDO DE MAT. PUBL E IMPRESSOS OFICIAIS	-	201.538,82	201.538,82	-	-	-	5.070.979,93	3.576.857,74	3.576.857,74	1.494.122,19	-	-
FUNDO PLANO SAÚDE DOS SERV. PUBL ESTADUAIS	-	4.368.744,23	4.368.744,23	-	-	-	94.754.766,49	51.587.923,77	51.587.923,77	43.166.842,72	-	-
FUNDO FINANCEIRO	-	-	-	-	-	-	2.059,58	2.059,58	2.059,58	-	-	-
FUNDO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	76.305,55	16.142,00	16.142,00	60.163,55	-	-
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	-	110.104.516,95	110.104.516,95	-	-	-	64.130.164,97	24.449.119,34	24.449.119,34	39.681.045,63	-	-
FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS	-	-	-	-	-	-	0,81	-	-	0,81	-	-
FUNDO ROTATIVO PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS	-	-	-	-	-	-	76.908,30	60.058,97	60.058,97	16.849,33	-	-
FUNDO DE ESFORÇO FISCAL	-	551.326,30	512.526,30	38.800,00	0,00	-	1.649.682,07	458.794,89	458.794,89	1.190.887,18	-	0,00
EMPRESAS	-	8.596.091,57	8.580.844,24	15.247,33	(0,00)	-	2.271.072,56	1.006.415,07	1.006.415,07	1.264.657,49	-	(0,00)
SANTA CATARINA TURISMO S.A. - SANTUR	-	70.916,98	65.623,85	5.293,13	(0,00)	-	395.611,46	19.111,41	19.111,41	376.500,05	-	(0,00)
COMP DE HABIT DO ESTADO DE SC - COHAB	-	671,06	671,06	-	-	-	571.023,23	89.593,20	89.593,20	481.430,03	-	-
COMP INTEG DE DESENV. AGRÍCOLA DE SC - CIDASC	-	1.680.154,76	1.680.154,76	-	-	-	118.026,55	11.132,83	11.132,83	106.893,72	-	-
EMP DE PES. AGROP E EXT RURAL DE SC - EPAGRI	-	6.844.348,77	6.834.394,57	9.954,20	(0,00)	-	1.186.411,32	886.577,63	886.577,63	299.833,69	-	(0,00)
PODER LEGISLATIVO	-	1.927.150,65	1.919.958,57	7.192,08	0,00	-	20.489.548,93	11.404.866,14	11.404.866,14	9.084.682,79	-	0,00
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	-	1.249.998,57	1.242.806,49	7.192,08	0,00	-	12.329.269,54	9.114.187,29	9.114.187,29	3.215.082,25	-	0,00
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	-	677.152,08	677.152,08	-	-	-	8.160.279,39	2.290.678,85	2.290.678,85	5.869.600,54	-	-
PODER JUDICIÁRIO	-	37.177,80	37.177,80	-	-	-	47.083.964,31	20.668.860,40	20.668.860,40	26.415.103,91	-	-
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	-	-	-	-	-	-	20.126.136,45	10.365.684,26	10.365.684,26	9.760.452,19	-	-
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA	-	37.177,80	37.177,80	-	-	-	26.957.827,86	10.303.176,14	10.303.176,14	16.654.651,72	-	-
MINISTERIO PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	9.439.432,32	4.029.223,68	4.029.223,68	5.410.208,64	-	-
MINISTERIO PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	9.297.274,92	4.016.483,68	4.016.483,68	5.280.791,24	-	-
FUNDO RECONST. DE BENS LESADOS MPSC	-	-	-	-	-	-	4.420,00	4.420,00	4.420,00	-	-	-
FUNDO ESPECIAL MPSC	-	-	-	-	-	-	137.737,40	8.320,00	8.320,00	129.417,40	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	16.909.556,11	16.909.556,11	-	-	-	10.306.603,09	7.211.527,87	7.211.527,87	3.095.075,22	-	-
T O T A L (III) = (I + II)	-	191.767.637,91	190.982.266,10	785.371,81	0,00	-	455.426.041,67	234.394.629,90	234.394.629,90	221.031.411,77	-	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)	-	16.909.556,11	16.909.556,11	-	-	-	10.306.603,09	7.211.527,87	7.211.527,87	3.095.075,22	-	-
PODER EXECUTIVO	-	16.904.236,47	16.904.236,47	-	-	-	8.237.874,07	5.421.398,30	5.421.398,30	2.816.475,77	-	-
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-	7.519.860,42	7.519.860,42	-	-	-	2.277.047,15	1.329.780,26	1.329.780,26	947.266,89	-	-
SECRETARIAS	-	7.519.860,42	7.519.860,42	-	-	-	2.277.047,15	1.329.780,26	1.329.780,26	947.266,89	-	-
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	-	3.989,76	3.989,76	-	-	-	77.893,10	31.984,18	31.984,18	45.908,92	-	-
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL	-	32.233,48	32.233,48	-	-	-	53.141,10	16.882,53	16.882,53	36.258,57	-	-
SEC. DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	-	10.271,76	10.271,76	-	-	-	7.480,12	3.639,08	3.639,08	3.841,04	-	-
SEC. DE ESTADO TURISMO, CULTURA E ESPORTE	-	8.416,63	8.416,63	-	-	-	12.151,62	1.639,09	1.639,09	10.512,53	-	-
SEC. DE EST ASSIST SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	-	64.749,57	64.749,57	-	-	-	121.425,06	104.427,24	104.427,24	16.997,82	-	-
SEC. DE ESTADO DO DESENV ECON SUSTENTÁVEL	-	7.082,44	7.082,44	-	-	-	30.652,38	17.946,53	17.946,53	12.705,85	-	-
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	-	47.612,13	47.612,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEC. EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL	-	1.564,37	1.564,37	-	-	-	2.056,37	1.911,07	1.911,07	145,30	-	-
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL	-	3.058,07	3.058,07	-	-	-	883,35	432,74	432,74	450,61	-	-
SEC. EXECUTIVA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	-	2.580,74	2.580,74	-	-	-	4.478,90	661,77	661,77	3.817,13	-	-
SEC. DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO	-	8.550,03	8.550,03	-	-	-	6.756,16	2.159,94	2.159,94	4.596,22	-	-
GABINETE DO VICE - GOVERNADOR DO ESTADO	-	3.834,28	3.834,28	-	-	-	5.689,79	2.624,91	2.624,91	3.064,88	-	-
PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TCE	-	3.694,99	3.694,99	-	-	-	230,01	29,68	29,68	200,33	-	-
SEC. DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA	-	88.511,50	88.511,50	-	-	-	25.985,31	21.548,91	21.548,91	4.436,40	-	-
SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	-	6.273.484,25	6.273.484,25	-	-	-	1.114.461,82	892.499,45	892.499,45	221.962,37	-	-
SEC. DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	-	261.049,56	261.049,56	-	-	-	93.139,18	14.698,65	14.698,65	78.440,53	-	-
SEC. DE ESTADO DA FAZENDA	-	343.410,70	343.410,70	-	-	-	507.650,14	131.582,78	131.582,78	376.067,36	-	-
SEC. DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA	-	9.048,17	9.048,17	-	-	-	7.231,05	3.903,21	3.903,21	3.327,84	-	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016					
SDR ITAPIRANGA	-	5.043,86	5.043,86	-	-	-	4.141,65	2.647,98	2.647,98	1.493,67	-	-
SDR QUILOMBO	-	1.260,53	1.260,53	-	-	-	2.759,34	-	-	2.759,34	-	-
SDR SEARA	-	4.999,99	4.999,99	-	-	-	2.591,47	2.211,05	2.211,05	380,42	-	-
SDR TAO	-	5.063,76	5.063,76	-	-	-	3.337,86	1.401,01	1.401,01	1.936,85	-	-
SDR TIMBÓ	-	4.366,52	4.366,52	-	-	-	3.065,01	2.385,16	2.385,16	679,85	-	-
SDR BRAÇO DO NORTE	-	5.870,08	5.870,08	-	-	-	2.166,83	1.699,61	1.699,61	467,22	-	-
SDR SÃO MIGUEL DO OESTE	-	11.977,72	11.977,72	-	-	-	2.885,30	717,11	717,11	2.168,19	-	-
SDR MARAVILHA	-	8.181,56	8.181,56	-	-	-	7.270,26	5.265,05	5.265,05	2.005,21	-	-
SDR SÃO LOURENÇO DO OESTE	-	6.453,64	6.453,64	-	-	-	704,43	254,38	254,38	450,05	-	-
SDR CHAPECÓ	-	8.347,88	8.347,88	-	-	-	23.813,92	6.412,51	6.412,51	17.401,41	-	-
SDR XANXERÊ	-	11.441,23	11.441,23	-	-	-	1.792,81	368,42	368,42	1.424,39	-	-
SDR CONCÓRDIA	-	9.167,59	9.167,59	-	-	-	2.646,02	2.619,80	2.619,80	26,22	(0,00)	(0,00)
SDR JOAÇABA	-	14.937,80	14.937,80	-	-	-	7.487,53	4.064,56	4.064,56	3.422,97	-	-
SDR CAMPOS NOVOS	-	5.778,43	5.778,43	-	-	-	4.715,37	1.487,07	1.487,07	3.228,30	-	-
SDR VIDEIRA	-	4.025,15	4.025,15	-	-	-	8.377,46	1.856,17	1.856,17	6.521,29	-	-
SDR CACADOR	-	8.122,11	8.122,11	-	-	-	2.042,27	2.028,70	2.028,70	13,57	(0,00)	(0,00)
SDR CURITIBANOS	-	6.644,40	6.644,40	-	-	-	5.702,03	1.707,26	1.707,26	3.994,77	-	-
SDR RIO DO SUL	-	9.285,30	9.285,30	-	-	-	4.390,75	3.457,91	3.457,91	932,84	-	-
SDR ITUPORANGA	-	7.778,36	7.778,36	-	-	-	2.442,62	2.121,96	2.121,96	320,66	-	-
SDR IBIRAMA	-	8.715,83	8.715,83	-	-	-	2.631,04	2.010,85	2.010,85	620,19	-	-
SDR BLUMENAU	-	10.704,93	10.704,93	-	-	-	6.722,69	4.849,43	4.849,43	1.873,26	-	-
SDR BRUSQUE	-	7.602,15	7.602,15	-	-	-	683,62	335,15	335,15	348,47	-	-
SDR ITAJAÍ	-	18.669,92	18.669,92	-	-	-	12.240,14	-	-	12.240,14	-	-
SDR GRANDE FLORIANÓPOLIS	-	22.685,74	22.685,74	-	-	-	16.806,51	-	-	16.806,51	-	-
SDR LAGUNA	-	15.734,96	15.734,96	-	-	-	5.582,00	2.520,11	2.520,11	3.061,89	-	-
SDR TUBARÃO	-	13.759,58	13.759,58	-	-	-	5.534,23	3.677,60	3.677,60	1.856,63	-	-
SDR CRICIÚMA	-	15.048,92	15.048,92	-	-	-	3.116,91	2.465,53	2.465,53	651,38	-	-
SDR ARARANGUÁ	-	13.133,49	13.133,49	-	-	-	2.881,40	2.316,35	2.316,35	565,05	-	-
SDR JOINVILLE	-	17.478,35	17.478,35	-	-	-	4.524,07	3.075,16	3.075,16	1.448,91	-	-
SDR JARAGUÁ DO SUL	-	7.795,51	7.795,51	-	-	-	5.016,95	1.829,45	1.829,45	3.187,50	-	-
SDR MAFRA	-	15.378,98	15.378,98	-	-	-	8.602,43	-	-	8.602,43	-	-
SDR CANOINHAS	-	9.351,34	9.351,34	-	-	-	16.502,83	3.729,30	3.729,30	12.773,53	-	-
SDR LAGES	-	12.569,59	12.569,59	-	-	-	9.762,30	6.141,55	6.141,55	3.620,75	-	-
SDR SÃO JOAQUIM	-	5.889,36	5.889,36	-	-	-	5.033,70	2.220,15	2.220,15	2.813,55	-	-
SDR PALMITOS	-	6.916,17	6.916,17	-	-	-	6.488,59	2.932,70	2.932,70	3.555,89	-	-
SDR DIONÍSIO CERQUEIRA	-	6.537,26	6.537,26	-	-	-	1.279,35	399,46	399,46	879,89	-	-
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	9.384.376,05	9.384.376,05	-	-	-	5.960.826,92	4.091.618,04	4.091.618,04	1.869.208,88	-	-
AUTARQUIAS	-	532.696,31	532.696,31	-	-	-	845.707,17	397.857,51	397.857,51	447.849,66	-	-
SUPERINTENDENCIA DE DES. DA REG. METROP. DE FLORIANÓPOLIS	-	-	-	-	-	-	98,39	98,39	98,39	-	-	-
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SC	-	-	-	-	-	-	40.034,51	35.505,90	35.505,90	4.528,61	-	-
AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA - ARES	-	4.116,01	4.116,01	-	-	-	11.473,79	9.965,23	9.965,23	1.508,56	-	-
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SC	-	95.731,85	95.731,85	-	-	-	122.826,25	64.062,90	64.062,90	58.763,35	-	-
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS	-	-	-	-	-	-	4.760,00	3.441,67	3.441,67	1.318,33	-	-
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA	-	431.045,79	431.045,79	-	-	-	650.524,57	271.084,60	271.084,60	379.439,97	-	-
ADM PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	-	1.802,66	1.802,66	-	-	-	15.989,66	13.698,82	13.698,82	2.290,84	-	-
FUNDAÇÕES	-	527.065,43	527.065,43	-	-	-	338.899,15	191.760,71	191.760,71	147.138,44	-	-
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE	-	7.135,16	7.135,16	-	-	-	24.374,21	5.151,30	5.151,30	19.222,91	-	-
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	-	32.139,13	32.139,13	-	-	-	15.372,53	-	-	15.372,53	-	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016					
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	-	-	-	-	-	-	49.582,59	25.756,16	25.756,16	23.826,43	-	-
FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO ENA	-	734,65	734,65	-	-	-	29.000,65	20.328,53	20.328,53	8.672,12	-	-
FUND DE AMPARO À PESQ E INOVAÇÃO DO ESTADO	-	1.535,84	1.535,84	-	-	-	17.080,97	4.732,68	4.732,68	12.348,29	-	-
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	328.776,51	328.776,51	-	-	-	29.786,64	2.319,99	2.319,99	27.466,65	-	-
FUNDAÇÃO UNIVERS ESTADO DE SANTA CATARINA	-	156.744,14	156.744,14	-	-	-	173.701,56	133.472,05	133.472,05	40.229,51	-	-
FUNDOS	-	8.265.858,78	8.265.858,78	-	-	-	4.660.059,88	3.446.989,59	3.446.989,59	1.213.070,29	-	-
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL	-	633.668,09	633.668,09	-	-	-	219.986,00	131.234,33	131.234,33	88.751,67	-	-
FUNDO MEL CORPO DE BOMBEIRO MILITAR	-	952.798,79	952.798,79	-	-	-	170.268,79	158.466,99	158.466,99	11.801,80	0,00	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	-	952.798,79	952.798,79	-	-	-	123.636,46	45.142,49	45.142,49	78.493,97	-	-
FUNDO ROTATIVO PENITENCIÁRIA DE CHAPECÓ	-	-	-	-	-	-	2.090,32	89,38	89,38	2.000,94	-	-
FUNDO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL	-	3.167,47	3.167,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO PENITENCIARIO DE SANTA CATARINA	-	404.718,06	404.718,06	-	-	-	93.586,49	3.015,58	3.015,58	90.570,91	-	-
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR	-	4.171.235,45	4.171.235,45	-	-	-	279.262,01	154.923,60	154.923,60	124.338,41	-	-
FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	-	-	-	-	-	-	2.961,64	1.787,17	1.787,17	1.174,47	-	-
FUNDO ESP DE EST JURID E DE REAPARELHAMENTO	-	2.953,42	2.953,42	-	-	-	39.458,90	18.329,67	18.329,67	21.129,23	-	-
FUNDO PLANO SAÚDE DOS SERV. PUBL ESTADUAIS	-	-	-	-	-	-	2.978.454,47	2.796.245,90	2.796.245,90	182.208,57	0,00	0,00
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	-	2.097.317,50	2.097.317,50	-	-	-	741.604,80	129.004,48	129.004,48	612.600,32	-	-
FUNDO DE ESFORÇO FISCAL	-	-	-	-	-	-	8.750,00	8.750,00	8.750,00	-	-	-
EMPRESAS	-	58.755,53	58.755,53	-	-	-	116.160,72	55.010,23	55.010,23	61.150,49	-	-
SANTA CATARINA TURISMO S.A. - SANTUR	-	-	-	-	-	-	1.319,05	-	-	1.319,05	-	-
COMP DE HABIT DO ESTADO DE SC - COHAB	-	-	-	-	-	-	29.317,47	8.063,53	8.063,53	21.253,94	-	-
EMP DE PES. AGROP E EXT RURAL DE SC - EPAGRI	-	58.755,53	58.755,53	-	-	-	85.524,20	46.946,70	46.946,70	38.577,50	-	-
PODER LEGISLATIVO	-	5.319,64	5.319,64	-	-	-	2.048.420,00	1.785.059,60	1.785.059,60	263.360,40	-	-
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	-	-	-	-	-	-	2.001.224,46	1.779.695,47	1.779.695,47	221.528,99	-	-
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	-	5.319,64	5.319,64	-	-	-	47.195,54	5.364,13	5.364,13	41.831,41	-	-
JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	7.043,18	-	-	7.043,18	-	-
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA	-	-	-	-	-	-	7.043,18	-	-	7.043,18	-	-
MINISTERIO PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	13.265,84	5.069,97	5.069,97	8.195,87	-	-
MINISTERIO PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	13.265,84	5.069,97	5.069,97	8.195,87	-	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)	-	16.909.556,11	16.909.556,11	-	-	-	10.306.603,09	7.211.527,87	7.211.527,87	3.095.075,22	-	-

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF - Relatório Acompanhamento de Restos a Pagar

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MARIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VIII (Lei nº 9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO	PREVISÃO	Até o Bimestre	%
	INICIAL	ATUALIZADA		
		(a)	(b)	(c) = (b/a)x100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	22.249.468.535,00	22.249.468.535,00	20.814.313.386,65	93,55
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	19.436.405.746,00	19.436.405.746,00	17.639.814.476,77	90,76
1.1.1 - ICMS	19.241.936.844,00	19.241.936.844,00	17.433.940.260,20	90,60
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ICMS	133.507.878,00	133.507.878,00	123.984.395,67	92,87
1.1.3 - Dívida Ativa do ICMS	49.969.384,00	49.969.384,00	80.344.737,22	160,79
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ICMS	50.487.896,00	50.487.896,00	58.459.205,27	115,79
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do ICMS	39.496.256,00	39.496.256,00	56.914.121,59	144,10
1.1.6- Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	-	-	-	
1.1.7- (-) Deduções da Receita do Adicional de até 2% do ICMS	-	-	-	
1.2- Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - ITCMD	210.388.144,00	210.388.144,00	270.016.238,32	128,34
1.2.1 - ITCMD	194.647.209,00	194.647.209,00	249.398.025,80	128,13
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITCMD	14.032.331,00	14.032.331,00	16.549.972,74	117,94
1.2.3 - Dívida Ativa do ITCMD	1.306.588,00	1.306.588,00	2.325.544,95	177,99
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITCMD	813.546,00	813.546,00	2.294.453,74	282,03
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITCMD	411.530,00	411.530,00	551.758,91	134,08
1.3- Receita Resultante do Imposto de Propriedade de Veículo Automotor - IPVA	1.579.187.884,00	1.579.187.884,00	1.490.136.528,88	94,36
1.3.1 - IPVA	1.564.998.623,00	1.564.998.623,00	1.479.855.774,95	94,56
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPVA	4.331.594,00	4.331.594,00	3.325.136,57	76,76
1.3.3 - Dívida Ativa do IPVA	5.924.189,00	5.924.189,00	3.664.391,22	61,85
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPVA	4.082.824,00	4.082.824,00	3.697.057,54	90,55
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do IPVA	149.346,00	149.346,00	405.831,40	271,74
1.4 - Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.023.486.761,00	1.023.486.761,00	1.414.346.142,68	138,19
1.4.1 - IRRF	1.023.512.296,00	1.023.512.296,00	1.414.346.234,91	138,19
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	25.535,00	25.535,00	92,23	0,36
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	1.740.687.553,00	1.740.687.553,00	1.446.335.851,04	83,09
2.1 - Cota-Parte FPE	1.361.989.668,00	1.361.989.668,00	1.140.411.556,23	83,73
2.2 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	71.164.471,00	71.164.471,00	52.522.908,72	73,80
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	307.425.054,00	307.425.054,00	253.397.123,42	82,43
2.4- Cota-Parte IOF-Ouro	108.360,00	108.360,00	4.262,67	3,93
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.990.156.088,00	23.990.156.088,00	22.260.649.237,69	92,79
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS ¹	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre	%
		(a)	(b)	(c) = (b/a)x100
4- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de (1.1 – (1.1.6 – 1.1.7)))	4.868.975.418,00	4.868.975.418,00	4.409.952.186,31	90,57
5- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.3)	789.667.989,00	789.667.989,00	745.068.238,62	94,35
6- PARCELA DA COTA-PARTE IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de 2.3)	76.856.263,00	76.856.263,00	63.349.280,30	82,43
7- TOTAL DAS DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (4 +5 +6)	5.735.499.670,00	5.735.499.670,00	5.218.369.705,23	90,98
8- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (3 - 7)	18.254.656.418,00	18.254.656.418,00	17.042.279.532,46	93,36



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VIII (Lei nº 9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre		%		
		(a)	(b)	(c) = (b/a)x100			
9- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-				
10- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	428.459.652,00	428.459.652,00	325.226.759,30	75,91			
10.1- Transferências do Salário-Educação	263.470.283,00	263.470.283,00	211.949.829,32	80,45			
10.2- Transferências Diretas - PDDE	11.544.338,00	11.544.338,00	-	-			
10.3- Transferências Diretas - PNAE	45.963.083,00	45.963.083,00	39.633.084,80	86,23			
10.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	-	-	-			
10.5- Outras Transferências do FNDE	66.029.922,00	66.029.922,00	53.896.747,18	81,62			
10.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	41.452.026,00	41.452.026,00	19.747.098,00	47,64			
11- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS. DE CONVÊNIOS	-	-	-	-			
11.1- Transferências de Convênios	-	-	-	-			
11.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-			
12- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-			
13- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-			
14- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (9 + 10 + 11 + 12+ 13)	428.459.652,00	428.459.652,00	325.226.759,30	75,91			
FUNDEB							
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre		%		
		(a)	(b)	(c) = (b/a)x100			
15- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB ¹	3.454.221.234,00	3.454.221.234,00	3.125.599.473,54	90,49			
15.1- Receita Resultante do ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de (1.1 – 4))	2.921.383.422,00	2.921.383.422,00	2.645.984.523,00	90,57			
15.2- Receita Resultante do ITCD Destinada ao FUNDEB – (20% de 1.2)	42.159.917,00	42.159.917,00	54.004.939,54	128,10			
15.3- Receita Resultante do IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de (1.3 – 5))	157.933.306,00	157.933.306,00	149.013.549,94	94,35			
15.4- Cota-Parte FPE Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1)	272.397.934,00	272.397.934,00	228.082.310,96	83,73			
15.5- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	14.232.897,00	14.232.897,00	10.504.581,72	73,80			
15.6- Cota-Parte IPI Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de (2.3 – 6))	46.113.758,00	46.113.758,00	38.009.568,38	82,43			
16- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.405.243.417,00	2.405.243.417,00	2.105.417.311,05	87,53			
16.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.367.147.100,00	2.367.147.100,00	2.082.268.384,15	87,97			
16.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-			
16.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	38.096.317,00	38.096.317,00	23.148.926,90	60,76			
17- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (16.1 – 15)	(1.087.074.134,00)	(1.087.074.134,00)	(1.043.331.089,39)	95,98			
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (17) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB							
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (17) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB							
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	
		(d)	(e)	(f) = (e/d)x100	(g)	(h) = (g/d)x100	
18- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.445.537.072,00	1.818.617.050,54	1.738.608.468,27	95,60	1.738.608.468,27	95,60	-
18.1- Com Ensino Fundamental	933.188.703,00	1.227.024.278,00	1.205.232.644,86	98,22	1.205.232.644,86	98,22	-
18.2- Com Ensino Médio	512.348.369,00	591.592.772,54	533.375.823,41	90,16	533.375.823,41	90,16	-
19- OUTRAS DESPESAS	959.706.345,00	590.726.685,00	327.797.549,22	55,49	325.403.868,45	55,09	2.393.680,77
19.1- Com Ensino Fundamental	563.546.663,50	317.757.876,50	184.038.047,75	57,92	182.841.207,36	57,54	1.196.840,38
19.2- Com Ensino Médio	396.159.681,50	272.968.808,50	143.759.501,48	52,67	142.562.661,09	52,23	1.196.840,38
20- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (18 + 19)	2.405.243.417,00	2.409.343.735,54	2.066.406.017,49	85,77	2.064.012.336,72	85,67	2.393.680,77



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VIII (Lei nº 9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB		VALOR					
21- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		-					
21.1- FUNDEB 60%		-					
21.2- FUNDEB 40%		-					
22- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		4.100.318,54					
22.1- FUNDEB 60%		4.100.318,54					
22.2- FUNDEB 40%		-					
23- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (21 + 22)		4.100.318,54					
INDICADORES DO FUNDEB		VALOR					
24- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB FINS DE LIMITE (20 - 23)		2.062.305.698,95					
24.1- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ((18 - (21.1 + 22.1)) / (16) x 100) % ⁶		82,38					
24.2- MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ((19 - (21.2 + 22.2)) /		15,57					
24.3- MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100 - (24.1 + 24.2) %		2,05					
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR					
25 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS ³		1.989.937,22					
26 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 25 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016		-					
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre		%		
			(a)	(b)		(c) = (b/a)x100	
27- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 8)	4.563.664.104,50	4.563.664.104,50	4.260.569.883,12		93,36		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	
		(d)	(e)	(f) = (e/d)x100	(g)	(h) = (g/d)x100	
28- EDUCAÇÃO INFANTIL	18.336.486,00	14.939.747,72	14.934.158,19	99,96	14.934.158,19	99,96	-
29- ENSINO FUNDAMENTAL	1.708.792.931,50	1.934.199.670,62	1.766.698.666,37	91,34	1.765.272.726,52	91,27	1.425.939,85
29.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.496.735.366,50	1.544.782.154,50	1.389.270.692,61	89,93	1.388.073.852,22	89,86	1.196.840,39
29.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos ⁴	212.057.565,00	389.417.516,12	377.427.973,76	96,92	377.198.874,30	96,86	229.099,46
30- ENSINO MÉDIO	935.905.300,50	882.049.968,77	691.918.694,23	78,44	690.711.007,10	78,31	1.207.687,13
30.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	908.508.050,50	864.561.581,04	677.135.324,89	78,32	675.938.484,50	78,18	1.196.840,38
30.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	27.397.250,00	17.488.387,73	14.783.369,34	84,53	14.772.522,60	84,47	10.846,74
31- ENSINO SUPERIOR ⁴	535.001.259,00	342.349.318,36	369.210.449,56	107,85	367.620.810,93	107,38	1.589.638,63
32- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	36.811.414,00	1.821.572,45	1.822.293,39	100,04	1.056.822,53	58,02	765.470,86
33- OUTRAS ⁴	575.206.938,00	813.180.925,89	749.163.038,39	92,13	744.555.617,13	91,56	4.607.421,26
34- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (28+29+30+31+32+33)	3.810.054.329,00	3.988.541.203,81	3.593.747.300,12	90,10	3.584.151.142,39	89,86	9.596.157,73



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VIII (Lei nº 9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE		VALOR					
35- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (17)		(1.043.331.089,39)					
36- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		-					
37- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (65 h)		23.148.926,90					
38- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		4.100.318,54					
39- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		9.786.350,66					
40- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-					
41- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (51 g)		-					
42- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL (35 + 36 + 37 + 38 + 39 + 40 + 41)		(1.006.295.493,29)					
43- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (34 - 42)		4.600.042.793,41					
44- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ² ((43) / (8) x 100) %		26,99					
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
45- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-	-
46- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	273.282.971,00	278.962.848,14	217.235.067,40	77,87	214.519.696,74	76,90	2.715.370,66
47- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	-
48- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	392.211.777,00	573.755.266,67	234.686.154,37	40,90	230.473.689,35	40,17	4.212.465,02
49- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (45 + 46 + 47 + 48)	665.494.748,00	852.718.114,81	451.921.221,77	53,00	444.993.386,09	52,19	6.927.835,68
50- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (34 + 49)	4.475.549.077,00	4.841.259.318,62	4.045.668.521,89	83,57	4.029.144.528,48	83,23	16.523.993,41
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2016 ³ (g)			
51- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE							-
51.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino							-
51.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB							-



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VIII (Lei nº 9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
52- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	15.879.749,91
53- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.082.268.384,15
54- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.050.277.232,08
54.1 Orçamento do Exercício	2.045.807.565,90
54.2 Restos a Pagar	4.469.666,18
55- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	23.148.926,90
56- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	71.019.828,88

FONTE: SIGEF/SC - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Notas Explicativas:

¹ Valores registrados nas contas de Deduções da Receita referentes às Transferências Constitucionais aos Municípios e às Deduções para Formação do Fundeb.

² Percentuais mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

³ Valor do superávit dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício anterior.

⁴ De acordo com o Ofício SEF/GABS nº 1.292/2007, as despesas com inativos serão excluídas gradativamente, à razão de 5% a.a., a contar de 2007. Portanto, nesta linha foram consideradas 50% das despesas com inativos da Educação, custeadas com recursos do Tesouro.

⁵ Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2016 foram cancelados R\$ 3.918.437,87 dos Restos a Pagar inscritos em 2015 (Fontes Tesouro e Fundeb). Como em 2015 o Estado aplicou R\$ 408.563.289,38 além do mínimo constitucional exigido, o cancelamento dos Restos a Pagar não impactou no descumprimento do limite do ano anterior.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MÁRIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE
INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO c= (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.399.108.132,00	1.253.880.610,78			145.227.521,22

	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.834.501.604,84	2.480.908.394,85	2.297.575.537,48	183.332.857,37	2.353.593.209,99
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	-	-	-	-	-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	4.834.501.604,84	2.480.908.394,85	2.297.575.537,48	183.332.857,37	2.353.593.209,99
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I-II)	(3.435.393.472,84)	(1.227.027.784,07)	-	-	(2.208.365.688,77)

FONTES: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

MARIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RÉGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO FINANCEIRO**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 A 2089

LRF, art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exerc. Anterior) + (c)
2015	1.839.336.522,74	4.968.249.998,42	(3.128.913.475,68)	(3.128.913.475,68)
2016	1.783.929.035,46	5.166.310.668,22	(3.382.381.632,76)	(6.511.295.108,44)
2017	1.964.340.327,29	5.278.398.319,48	(3.314.057.992,19)	(9.825.353.100,63)
2018	2.149.515.588,35	5.394.912.647,67	(3.245.397.059,32)	(13.070.750.159,95)
2019	2.180.038.709,71	5.601.037.555,62	(3.420.998.845,91)	(16.491.749.005,86)
2020	2.210.995.259,38	5.689.219.091,40	(3.478.223.832,02)	(19.969.972.837,88)
2021	2.242.391.392,07	5.830.058.174,85	(3.587.666.782,78)	(23.557.639.620,66)
2022	2.274.233.349,84	5.949.558.777,50	(3.675.325.427,66)	(27.232.965.048,32)
2023	2.306.527.463,40	6.073.028.872,95	(3.766.501.409,55)	(30.999.466.457,87)
2024	2.339.280.153,38	6.319.831.931,66	(3.980.551.778,28)	(34.980.018.236,15)
2025	2.372.497.931,56	6.499.242.454,77	(4.126.744.523,21)	(39.106.762.759,36)
2026	2.406.187.402,19	6.620.323.188,96	(4.214.135.786,77)	(43.320.898.546,13)
2027	2.440.355.263,30	6.858.665.617,05	(4.418.310.353,75)	(47.739.208.899,88)
2028	2.475.008.308,04	7.008.617.546,84	(4.533.609.238,80)	(52.272.818.138,68)
2029	2.510.153.426,01	7.202.437.842,60	(4.692.284.416,59)	(56.965.102.555,26)
2030	2.545.797.604,66	7.327.436.545,00	(4.781.638.940,34)	(61.746.741.495,60)
2031	2.581.947.930,65	7.554.082.072,68	(4.972.134.142,03)	(66.718.875.637,63)
2032	2.618.611.591,26	7.687.709.293,81	(5.069.097.702,55)	(71.787.973.340,18)
2033	2.655.795.875,86	7.860.630.791,52	(5.204.834.915,66)	(76.992.808.255,84)
2034	2.693.508.177,30	8.018.391.283,50	(5.324.883.106,20)	(82.317.691.362,04)
2035	2.731.755.993,41	8.189.325.575,60	(5.457.569.582,19)	(87.775.260.944,23)
2036	2.770.546.928,52	8.305.618.141,60	(5.535.071.213,08)	(93.310.332.157,30)
2037	2.809.888.694,91	8.641.516.312,52	(5.831.627.617,61)	(99.141.959.774,92)
2038	2.849.789.114,37	8.816.296.780,59	(5.966.507.666,22)	(105.108.467.441,13)
2039	2.890.256.119,80	8.997.366.664,00	(6.107.110.544,20)	(111.215.577.985,34)
2040	2.931.297.756,70	9.299.273.590,36	(6.367.975.833,66)	(117.583.553.819,00)
2041	2.972.922.184,84	9.436.861.746,00	(6.463.939.561,16)	(124.047.493.380,15)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RÉGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO FINANCEIRO**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 A 2089

LRF, art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exerc. Anterior) + (c)
2042	3.015.137.679,87	9.636.947.336,90	(6.621.809.657,03)	(130.669.303.037,18)
2043	3.057.952.634,92	9.797.251.438,00	(6.739.298.803,08)	(137.408.601.840,26)
2044	3.101.375.562,34	9.954.867.612,69	(6.853.492.050,35)	(144.262.093.890,61)
2045	3.145.415.095,32	10.279.985.320,67	(7.134.570.225,35)	(151.396.664.115,96)
2046	3.190.079.989,68	10.484.005.528,88	(7.293.925.539,20)	(158.690.589.655,16)
2047	3.235.379.125,53	10.639.266.008,80	(7.403.886.883,27)	(166.094.476.538,43)
2048	3.281.321.509,11	10.950.382.607,84	(7.669.061.098,73)	(173.763.537.637,15)
2049	3.327.916.274,54	11.139.126.390,47	(7.811.210.115,93)	(181.574.747.753,08)
2050	3.375.172.685,64	11.396.404.675,50	(8.021.231.989,86)	(189.595.979.742,94)
2051	3.423.100.137,78	11.576.304.655,63	(8.153.204.517,85)	(197.749.184.260,79)
2052	3.471.708.159,73	11.897.090.494,90	(8.425.382.335,17)	(206.174.566.595,95)
2053	3.521.006.415,60	12.093.182.359,18	(8.572.175.943,58)	(214.746.742.539,53)
2054	3.571.004.706,70	12.338.964.599,52	(8.767.959.892,82)	(223.514.702.432,35)
2055	3.621.712.973,54	12.563.569.033,47	(8.941.856.059,93)	(232.456.558.492,28)
2056	3.673.141.297,76	12.818.708.947,20	(9.145.567.649,44)	(241.602.126.141,71)
2057	3.725.299.904,19	13.000.739.678,29	(9.275.439.774,10)	(250.877.565.915,81)
2058	3.778.199.162,83	13.185.350.203,22	(9.407.151.040,39)	(260.284.716.956,20)
2059	3.831.849.590,94	13.372.576.352,46	(9.540.726.761,52)	(269.825.443.717,71)
2060	3.886.261.855,14	13.562.465.899,97	(9.676.204.044,83)	(279.501.647.762,55)
2061	3.941.446.773,48	13.755.054.676,22	(9.813.607.902,74)	(289.315.255.665,29)
2062	3.997.415.317,66	13.958.578.096,32	(9.961.162.778,66)	(299.276.418.443,95)
2063	4.054.178.615,17	14.176.501.298,70	(10.122.322.683,53)	(309.398.741.127,48)
2064	4.111.747.951,51	14.412.642.441,60	(10.300.894.490,09)	(319.699.635.617,57)
2065	4.170.134.772,42	14.662.917.230,00	(10.492.782.457,58)	(330.192.418.075,15)
2066	4.229.350.686,19	14.914.350.295,65	(10.684.999.609,46)	(340.877.417.684,61)
2067	4.289.407.465,93	15.210.203.996,13	(10.920.796.530,20)	(351.798.214.214,81)
2068	4.350.317.051,95	15.469.654.523,18	(11.119.337.471,23)	(362.917.551.686,04)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RÉGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO FINANCEIRO**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 A 2089

LRF, art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exerc. Anterior) + (c)
2069	4.412.091.554,09	15.735.073.446,69	(11.322.981.892,60)	(374.240.533.578,65)
2070	4.474.743.254,15	16.008.816.643,95	(11.534.073.389,80)	(385.774.606.968,44)
2071	4.538.284.608,36	16.273.370.922,77	(11.735.086.314,41)	(397.509.693.282,85)
2072	4.602.728.249,80	16.521.234.599,35	(11.918.506.349,55)	(409.428.199.632,40)
2073	4.668.086.990,95	16.767.177.294,66	(12.099.090.303,71)	(421.527.289.936,11)
2074	4.734.373.826,22	17.016.411.657,18	(12.282.037.830,96)	(433.809.327.767,07)
2075	4.801.601.934,55	17.273.720.537,19	(12.472.118.602,64)	(446.281.446.369,71)
2076	4.869.784.682,02	17.536.016.662,97	(12.666.231.980,95)	(458.947.678.350,66)
2077	4.938.935.624,51	17.785.020.456,32	(12.846.084.831,81)	(471.793.763.182,47)
2078	5.009.068.510,38	18.037.561.200,36	(13.028.492.689,98)	(484.822.255.872,45)
2079	5.080.197.283,22	18.293.688.190,57	(13.213.490.907,35)	(498.035.746.779,80)
2080	5.152.336.084,64	18.553.450.722,43	(13.401.114.637,79)	(511.436.861.417,59)
2081	5.225.499.257,05	18.816.898.091,42	(13.591.398.834,37)	(525.028.260.251,96)
2082	5.299.701.346,50	19.084.091.916,89	(13.784.390.570,39)	(538.812.650.822,35)
2083	5.374.957.105,62	19.366.106.657,04	(13.991.149.551,42)	(552.803.800.373,78)
2084	5.451.281.496,52	19.667.602.642,61	(14.216.321.146,09)	(567.020.121.519,87)
2085	5.528.689.693,77	19.993.711.116,60	(14.465.021.422,83)	(581.485.142.942,70)
2086	5.607.197.087,42	20.338.957.580,24	(14.731.760.492,82)	(596.216.903.435,52)
2087	5.686.819.286,06	20.685.876.574,87	(14.999.057.288,81)	(611.215.960.724,33)
2088	5.767.572.119,92	21.092.655.916,54	(15.325.083.796,62)	(626.541.044.520,95)
2089	5.849.471.644,02	21.450.601.036,80	(15.601.129.392,78)	(642.142.173.913,73)

FONTE: Avaliação atuarial do IPREV realizado pelo Atuário Francisco Humberto Simões Magro - MIBA Nº 494.



ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RÉGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
PLANO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 A 2089

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Conforme estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais - STN, os valores do ano de 2015 são os efetivamente executados, conforme Anexo V - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos do RREO 6º Bimestre/2015.

² Projeção atuarial elaborada em fevereiro de 2016 pelo atuário Francisco Humberto Simões Magro - MIBA nº 494 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS pelo IPREV.

³ A Projeção atuarial utilizou informações fornecidas pelo Estado de Santa Catarina e estão posicionadas em fevereiro de 2016. A referida projeção utiliza das seguintes hipóteses, conforme avaliação atuarial:

a) O demonstrativo empregou nas hipóteses biométricas para a Tábua de Mortalidade / Sobrevivência Geral / Sobrevivência de Inválidos os dados do IBGE-2013 e para a Tábua de Entrada em Invalidez dados de Álvaro Vindas;

b) Quanto às hipóteses demográficas a População foi baseada em informações individuais de servidores estatutários ativos, aposentados, pensionistas e dependentes. O Compromisso Médio Familiar do Segurado utilizou da média calculada individualmente, levando em conta a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício vitalício ou a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício por maior tempo. A Rotatividade estipulada de 1,0% e foi estabelecido a adesão de novos entrados de 1:1;

c) As hipóteses financeiras e econômicas foram estabelecidas a Taxa de Juro Real de 0,00% ao ano, Crescimento Salarial de 2,42% ao ano, o Indexador sendo o IPCA e o Valor Real ao Longo do Tempo Salário/Tempo Benefícios de 100%.

Florianópolis, 23 de Janeiro de 2017

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

MARIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RREO - ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS</u>	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR c= (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	54.148.001,00	9.213.999,25	44.934.001,75
Alienação de Bens Móveis	27.411.303,00	7.991.602,93	19.419.700,07
Alienação de Bens Imóveis	26.736.698,00	1.222.396,32	25.514.301,68

<u>DESPESAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	58.523.121,64	4.740.785,17	3.395.232,67	3.393.859,75	1.345.552,50	26.099,58	55.129.261,89
DESPESAS DE CAPITAL	58.523.121,64	4.740.785,17	3.395.232,67	3.393.859,75	1.345.552,50	26.099,58	55.129.261,89
Investimentos	47.374.360,04	2.929.942,05	1.584.389,55	1.583.016,63	1.345.552,50	26.099,58	45.791.343,41
Inversões Financeiras	11.148.761,60	1.810.843,12	1.810.843,12	1.810.843,12	-	-	9.337.918,48
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RREO - ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR²	2015	2015	SALDO ATUAL
	(h)	(i) = (Ib)-(IIe+IIf)	(j) = (IIIh+IIIi)
VALOR (III)	6.713.350,50		12.507.390,42
		5.794.039,92	

FONTES: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

² Tendo em vista que o Saldo Financeiro a Aplicar deve refletir o saldo disponível das fontes de alienação de ativos, registradas contabilmente nas contas de Disponibilidade por Destinação de Recurso, há de se considerar as seguintes situações:

I - **R\$ 129.363,25 de despesas correntes executadas**. Este valor foi utilizado incorretamente em despesas correntes, baixando o saldo registrado na conta de Disponibilidade por Destinação de Recursos em 2015. Em 2017 deverão ser ressarcidos;

II - **R\$ 1.457.229,67 foram convertidos em superávit financeiro do Tesouro (Fonte de Recursos 0397)** e utilizados para pagamento de Inversões Financeiras; e

III - **R\$ 1.372,92 de consignações a pagar**. As consignações a pagar, embora sejam consideradas despesas pagas, para fins orçamentários, devem ser deduzidas do total das despesas pagas, pois ainda ainda não baixaram a disponibilidade de recursos.

Florianópolis, 23 de Janeiro de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

MARIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO XII (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	22.249.468.535,00	22.249.468.535,00	20.814.313.386,65	93,55			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.023.486.761,00	1.023.486.761,00	1.414.346.142,68	138,19			
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	1.564.857.985,00	1.564.857.985,00	1.479.478.313,86	94,54			
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	194.235.679,00	194.235.679,00	248.856.150,82	128,12			
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual - ICMS	19.239.650.245,00	19.239.650.245,00	17.426.297.211,91	90,57			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	127.122.747,00	127.122.747,00	108.423.139,52	85,29			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	43.108.890,00	43.108.890,00	50.716.326,10	117,65			
Dívida Ativa dos Impostos	57.006.228,00	57.006.228,00	86.196.101,76	151,20			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	1.740.687.553,00	1.740.687.553,00	1.446.335.851,04	83,09			
Cota-Parte FPE	1.361.989.668,00	1.361.989.668,00	1.140.411.556,23	83,73			
Cota-Parte IPI-Exportação	307.425.054,00	307.425.054,00	253.397.123,42	82,43			
Desoneração ICMS (LC 87/96)	71.164.471,00	71.164.471,00	52.522.908,72	73,80			
Outras	108.360,00	108.360,00	4.262,67	0,00			
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	5.735.499.670,00	5.735.499.670,00	5.218.369.705,23	90,98			
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	4.868.975.418,00	4.868.975.418,00	4.409.952.186,31	90,57			
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	789.667.989,00	789.667.989,00	745.068.238,62	94,35			
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	76.856.263,00	76.856.263,00	63.349.280,30	82,43			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	18.254.656.418,00	18.254.656.418,00	17.042.279.532,46	93,36			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	714.578.279,00	714.578.279,00	596.961.711,76	83,54			
Provenientes da União	711.574.770,00	711.574.770,00	546.547.006,15	76,81			
Provenientes de Outros Estados	-	-	-	0,00			
Provenientes de Municípios	-	-	-	0,00			
Outras Receitas do SUS	3.003.509,00	3.003.509,00	50.414.705,61	1678,53			
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	0,00			
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	33.276.176,05	0,00			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	714.578.279,00	714.578.279,00	630.237.887,81	88,20			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	2.797.128.464,00	3.208.126.530,48	2.855.806.494,91	89,02	2.803.860.181,04	87,40	51.946.313,87
Pessoal e Encargos Sociais	899.419.360,00	1.135.818.182,76	1.096.505.088,35	96,54	1.096.147.509,72	96,51	357.578,63
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO XII (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

Outras Despesas Correntes	1.897.709.104,00	2.072.308.347,72	1.759.301.406,56	84,90	1.707.712.671,32	82,41	51.588.735,24
DESPESAS DE CAPITAL	357.167.739,00	376.323.696,10	154.792.563,63	41,13	146.566.728,68	38,95	8.225.834,95
Investimentos	357.167.739,00	376.323.696,10	154.792.563,63	41,13	146.566.728,68	38,95	8.225.834,95
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	3.154.296.203,00	3.584.450.226,58	3.010.599.058,54	83,99	2.950.426.909,72	82,31	60.172.148,82
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	3.947.800,00	2.783.878,04	491.830,03	0,06	445.462,56	0,06	46.367,47
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	954.992.678,00	1.249.174.963,89	825.191.535,88	99,94	782.262.487,69	99,94	42.929.048,19
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	720.909.526,00	780.130.224,96	583.472.130,79	70,67	546.623.700,55	69,84	36.848.430,24
Recursos de Operações de Crédito	199.563.423,00	307.028.774,22	127.596.839,69	15,45	122.316.509,27	15,63	5.280.330,42
Outros Recursos	34.519.729,00	162.015.964,71	114.122.565,40	13,82	113.322.277,87	14,48	800.287,53
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)	958.940.478,00	1.251.958.841,93	825.683.365,91	100,00	782.707.950,25	100,00	42.975.415,66
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = (V - VI)¹	2.195.355.725,00	2.332.491.384,65	2.184.915.692,63	-	2.167.718.959,47	-	17.196.733,16
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VIIh / IVb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 12%							12,82%
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIIIh - (12 x IVb)/100]							139.842.148,73
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
Inscritos em 2015	25.500.484,94	18.016.456,56	7.484.028,38	-			
Total (IX)	25.500.484,94	18.016.456,56	7.484.028,38	-			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (Não Aplicado)			
Restos a Pagar Cancelados em 2016	-	-		-			
Total (IX)	-	-		-			



ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO XII (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO							
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (Não Aplicado)				
-	-	-		-				
Total (IX)	-	-		-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados	
			Até o Bimestre (l)	% (l/Vl)*100	Até o Bimestre (m)	% (m/Vm)*100		
Atenção Básica	124.763.357,00	143.357.441,80	121.342.844,36	4,03	119.537.192,16	4,05	1.805.652,20	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.339.222.602,00	1.262.328.469,77	885.840.324,80	29,42	840.495.767,61	28,49	45.344.557,19	
Suporte Profilático e Terapêutico	191.066.850,00	223.412.571,42	175.067.884,46	5,82	174.867.146,14	5,93	200.738,32	
Vigilância Sanitária	3.441.626,00	8.440.078,64	3.521.295,61	0,12	2.330.560,93	0,08	1.190.734,68	
Vigilância Epidemiológica	1.783.747,00	6.218.364,72	1.910.118,77	0,06	1.663.176,10	0,06	246.942,67	
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-	0,00	-
Outras Subfunções	1.494.018.021,00	1.940.693.300,23	1.822.916.590,54	60,55	1.811.533.066,78	61,40	11.383.523,76	
TOTAL	3.154.296.203,00	3.584.450.226,58	3.010.599.058,54	100,00	2.950.426.909,72	100,00	60.172.148,82	

FONTES: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Nas Despesas com Saúde foram consideradas as despesas executadas na Função 10 - Saúde, exceto as executadas pelo Fundo do Plano de Saúde e a ação 445 executada pela Secretaria de Administração, pois, embora contabilizadas na Função 10, não são de acesso universal, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29.

² Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2016 foram cancelados R\$ 18.016.861,80 dos restos a pagar inscritos em 2015 (Fonte do Tesouro). Como em 2015 o Estado aplicou R\$ 135.995.834,67 além do mínimo constitucional exigido, não existe valor a ser ajustado para o exercício de 2016.

³ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁴ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Florianópolis, 23 de Janeiro de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MÁRIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE
INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	25.751.795.913,00
Previsão Atualizada	25.751.795.913,00
Receitas Realizadas	24.284.266.243,91
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.764.379.158,86
DESPESAS	
Dotação Inicial	25.751.795.913,00
Créditos Adicionais	3.787.624.757,47
Dotação Atualizada	29.539.420.670,47
Despesas Empenhadas	24.179.579.471,50
Despesas Liquidadas	23.637.501.332,47
Superávit Orçamentário	104.686.772,41
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	24.179.579.471,50
Despesas Liquidadas	23.637.501.332,47
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	20.488.858.892,36
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	
Despesas Previdenciárias Executadas(II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	2.170.091.054,50
Despesas Previdenciárias Executadas(V)	5.681.561.819,80
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	(3.511.470.765,30)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação à Meta	
	(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Nominal	(130.855.000,00)	(284.347.352,34)	217,30	
Resultado Primário	687.117.000,00	(769.575.804,40)	(112,00)	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	191.767.637,91	785.371,81	190.982.266,10	-
Poder Executivo	189.797.989,82	778.179,73	189.019.810,09	-
Poder Legislativo	1.932.470,29	7.192,08	1.925.278,21	-
Poder Judiciário	37.177,80	-	37.177,80	-
Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	455.426.041,67	221.031.411,77	234.394.629,90	-
Poder Executivo	376.344.367,09	179.842.816,98	196.501.550,11	-
Poder Legislativo	22.537.968,93	9.348.043,19	13.189.925,74	-
Poder Judiciário	47.091.007,49	26.422.147,09	20.668.860,40	-
Ministério Público	9.452.698,16	5.418.404,51	4.034.293,65	-
TOTAL	647.193.679,58	221.816.783,58	425.376.896,00	-
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	4.600.042.793,41	25%	26,99	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	1.734.508.149,73	60%	82,38	
Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo Não Realizado	
Receita de Operação de Crédito	1.253.880.610,78		145.227.521,22	
Despesa de Capital Líquida	2.480.908.394,85		2.353.593.209,99	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	-	-	-	-
Receitas Previdenciárias (IV)	1.783.929.035,46	2.406.187.402,19	2.770.546.928,52	3.423.100.137,78
Despesas Previdenciárias (V)	5.166.310.668,22	6.620.323.188,96	8.305.618.141,60	11.576.304.655,63
Resultado Previdenciário (IV - V)	(3.382.381.632,76)	(4.214.135.786,77)	(5.535.071.213,08)	(8.153.204.517,85)

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	9.213.999,25	44.934.001,75
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	3.393.859,75	55.129.261,89

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.184.915.692,63	12%	12,82%
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)			-

FONTE: Anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDAGRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2MÁRIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE
INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0



ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ¹ (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.058.568.965,23	4.428.617,14
Pessoal Ativo	7.083.571.025,25	2.155.147,57
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.951.955.964,42	143.546,24
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	23.041.975,56	2.129.923,33
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.345.946.261,22	435.218,90
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária ⁶	132.701.110,90	-
Decorrentes de Decisão Judicial	61.966.977,18	175.174,53
Despesas de Exercícios Anteriores	50.037.672,02	260.044,37
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.101.240.501,12	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	9.712.622.704,01	3.993.398,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.488.858.892,36	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	9.716.616.102,25	47,42
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.039.540.857,26	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.537.563.814,39	46,55
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.035.586.771,53	44,10

FONTE: SIGEF/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

² Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Despesa Total com Pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação e auxílio moradia. Também não foram consideradas as despesas empenhadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra - Serviços Terceirizados e as Pensões Especiais.

³ As despesas com verbas indenizatórias, decorrentes da aplicação das Leis Complementares Estaduais nºs 609, 611 e 614, de 2013 e Lei Estadual nº 16.160, de 2013, não foram consideradas no cálculo das despesas com pessoal por não estarem enquadradas no conceito do art. 18 da LRF, assim como as despesas com pessoal da Defensoria Pública Estadual e da Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas, em virtude de sua autonomia orçamentária e financeira, conforme dispõem o art. 134 da Constituição Federal, com as redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 45/2004 e 80/2014 e o art. 107 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 2000, respectivamente.

⁴ Para evitar a duplicidade de valores, estão sendo desconsiderados os registros de ressarcimentos realizados pelo Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, na natureza de despesa 31.91.96.xx, destinados ao Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais de Santa Catarina - FMPIO, de acordo com o inciso X do art. 3º do Decreto 1245/2008, acrescido pelo Decreto 2.245/2009. Os valores de despesa em questão são relativos a servidores cedidos pela Secretaria de Estado Administração, onde a execução orçamentária desta despesa ocorre na natureza 31.90.xx.xx. Quando ingressados no FMPIO, os valores são registrados como Receita Intraorçamentária na rubrica 4.7.9.2.2.99.26 não sendo considerada no cálculo da Receita Corrente Líquida.

⁵ As despesas com verbas indenizatórias, em virtude da rescisão de contrato de trabalho temporário (rubricas: 0331 - Indenização de Férias - Primeiro Contrato; 0332 - Indenização de Férias - Ano em Curso), para o Magistério Público Estadual (Secretaria de Educação, UDESC, Fundação Catarinense de Educação Especial), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal conforme o disposto no art. 19, parágrafo 1º, inciso 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016

⁶ Tendo em vista o disposto no artigo 19, parágrafo 1º, inciso VI, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê que os inativos custeados com recursos vinculados ao Regime Próprio da Previdência Social serão deduzidos da despesa com pessoal, o percentual do gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida foi afetado pela utilização de recursos oriundos do extinto Fundo Previdenciário no pagamento de inativos, no montante de R\$ 417.403.399,31. Dessa forma, o percentual de despesa com pessoal será afetado pelo período de cômputo destas despesas (12 meses). No período em questão (janeiro/16 a dezembro/16), o percentual do gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida ficaria em 49,46%, caso não fossem utilizados os recursos do fundo previdenciário.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA
PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776-0

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	21.025.026.280,98	21.209.634.251,73	21.512.258.808,59	22.489.998.259,76
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	18.962.433.837,49	19.062.937.250,99	19.294.308.938,59	20.117.217.046,77
Interna	15.020.973.574,68	15.731.801.549,73	16.255.915.067,68	16.927.696.600,10
Externa	3.941.460.262,81	3.331.135.701,26	3.038.393.870,91	3.189.520.446,67
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.835.274.828,38	1.919.379.385,63	1.977.745.159,89	2.053.651.803,08
Outras Dívidas	227.317.615,11	227.317.615,11	240.204.710,11	319.129.409,91
DEDUÇÕES (II) ¹	10.729.617.651,54	12.995.242.175,26	12.566.535.411,49	12.201.795.752,98
Disponibilidade de Caixa Bruta ²	7.999.257.192,00	9.943.693.917,30	9.489.554.364,24	9.217.913.889,64
Demais Haveres Financeiros	2.921.838.928,94	3.098.604.364,03	3.101.063.836,34	3.140.631.658,05
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	191.478.469,40	47.056.106,07	24.082.789,09	156.749.794,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	10.295.408.629,44	8.214.392.076,47	8.945.723.397,10	10.288.202.506,78
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.409.870.961,23	19.795.816.098,69	19.970.881.143,59	20.488.858.892,36
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	108,32	107,14	107,72	109,77
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	53,04	41,50	44,79	50,21
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL				40.977.717.784,72
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>				36.879.946.006,25

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	18.962.433.837,49	19.062.937.250,99	19.294.308.938,59	20.117.217.046,77
DÍVIDA DE PPP (V)				
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	714.704.795,86	740.031.343,29	755.448.984,07	695.883.876,59
De Tributos	494.031,32	494.031,32	494.031,32	478.987,06
De Contribuições Sociais	714.159.713,34	739.490.945,62	754.925.193,08	695.350.299,34
Previdenciárias	444.066.825,66	477.689.549,48	483.990.367,97	416.262.895,46
Demais Contribuições Sociais	270.092.887,68	261.801.396,14	270.934.825,11	279.087.403,88
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	51.051,20	46.366,35	29.759,67	54.590,19
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	18.247.729.041,63	18.322.849.791,22	18.532.787.033,12	19.416.127.808,98
Interna	14.306.268.778,82	14.991.714.089,96	15.494.393.162,21	16.226.607.362,31
Externa	3.941.460.262,81	3.331.135.701,26	3.038.393.870,91	3.189.520.446,67
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	-	56.116,48	6.072.921,40	5.205.361,20
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	3.838.667,24
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	5.298.240.572,11	5.540.945.320,14	5.803.597.256,82	5.737.029.261,37
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	118.515.953.120,46	118.524.497.970,23	118.525.799.362,71	134.371.705.284,22
Passivo Atuarial ³	118.288.323.438,27	118.288.323.438,27	118.288.323.438,27	134.137.768.922,40
Outras Dívidas	227.629.682,19	236.174.531,96	237.475.924,44	233.936.361,82
Obrigações Legais e Tributárias	3.888.363,06	2.227.104,94	2.227.104,94	2.390.981,04
Precatórios a Pagar a Partir de 5.5.2000	223.741.319,13	233.947.427,02	235.248.819,50	231.545.380,78
DEDUÇÕES (V)	731.050.324,01	390.385.809,59	469.913.566,39	337.074.446,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	696.587,44	4.780.141,12	351.095,01	19.344,94
Investimentos	730.590.352,36	385.564.794,67	469.521.597,58	337.348.401,29
Demais Haveres Financeiros	52.552,72	40.873,80	40.873,80	40.873,80
(-) Restos a Pagar Processados	289.168,51	-	-	334.173,32
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	14.025.965,03	58.285.693,02	60.083.728,14	58.606.706,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	117.784.902.796,45	118.134.112.160,64	118.055.885.796,32	134.034.630.837,51

FONTE: SIGEF/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

² Disponibilidade de Caixa Bruta representa os valores depositados em Bancos, incluindo aplicações financeiras, mais os valores da arrecadação indireta (valores arrecadados em processamento pela rede bancária). No entanto, o saldo não representa recursos livres, pois sua composição engloba valores referentes à depósitos de terceiros (tais como cauções, fianças, e consignações) e recursos legalmente vinculados.

³ O Déficit Atuarial, calculado pelo atuário Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA Nº 494, em fevereiro de 2016, representa o valor atual dos aportes mensais que os Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina farão ao longo do tempo para complementar a arrecadação do Fundo Financeiro e honrar com o pagamento dos benefícios dos servidores vinculados a este fundo, conforme estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Estadual nº 412, de 26 de junho de 2008, que dispõe sobre a organização do RPPS/SC.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNA (I)	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	359.143.189,58
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	359.143.189,58
CASAN	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	359.143.189,58
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNA (II)	300.934.540,16	300.095.765,81	299.244.496,32	298.217.743,59
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	300.934.540,16	300.095.765,81	299.244.496,32	298.217.743,59
CASAN	300.934.540,16	300.095.765,81	299.244.496,32	298.217.743,59
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	707.292.459,93	731.382.823,70	660.193.277,74	657.360.933,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.409.870.961,23	19.795.816.098,69	19.970.881.143,59	20.488.858.892,36
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	3,64	3,69%	3,31%	3,21%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	4.270.171.611,47	4.355.079.541,71	4.393.593.851,59	4.507.548.956,32
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) -	3.843.154.450,32	3.919.571.587,54	3.954.234.466,43	4.056.794.060,69
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	359.143.189,58
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	359.143.189,58
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	300.934.540,16	300.095.765,81	299.244.496,32	298.217.743,59
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	300.934.540,16	300.095.765,81	299.244.496,32	298.217.743,59

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	707.292.459,93	731.382.823,70	660.193.277,74	657.360.933,17

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 22 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, no valor total de R\$ 375.507.507,00 (17 contratos garantidos) e R\$ 65.162.673,22 (5 contratos garantidos), referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

² O Estado assinou um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de 99.756.455,08 €, destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	224.634.383,92	1.226.408.929,50
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	224.634.383,92	1.226.408.929,50
Interna	142.053.755,04	1.022.465.146,04
Abertura de Crédito	142.053.755,04	1.022.465.146,04
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	82.580.628,88	203.943.783,46
Abertura de Crédito	82.580.628,88	203.943.783,46
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	6.520.345,39	27.471.681,28
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	6.520.345,39	12.471.681,28
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	-	15.000.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	20.488.858.892,36	-
OPERAÇÕES VEDADAS	-	-
Do Período de Referência (III)	-	-
Anteriores ao Período de Referência	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	1.226.408.929,50	5,99%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.278.217.422,78	16,0%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	2.950.395.680,50	14,4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.434.220.122,47	7,0%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	1.253.880.610,78	6,12%

FONTE: SIGEF/SC

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.001



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1.00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I)	2.725.035.295,47	-	124.026.246,82	-	239.816.222,57	2.361.192.826,08	265.627.522,33	-
Recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde	237.670.942,83	-	99.030.934,33	-	9.856.138,41	128.783.870,09	58.047.068,14	-
0.1.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	95.440.468,62	-	88.715.031,73	-	6.725.436,89	-	15.842.420,48	-
0.1.19.000000 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	1.255.457,16	-	-	-	-	1.255.457,16	-	-
0.1.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	-	-	-	-	-	-	485.000,00	-
0.1.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	81.608,09	-	-	-	-	81.608,09	-	-
0.1.91.000000 - Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	1.939.700,00	-	1.939.700,00	-	-	-	4.290.164,94	-
0.2.23.000000 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	44.074.338,83	-	8.273.574,12	-	587,18	35.800.177,53	35.704.982,06	-
0.2.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	303.614,12	-	-	-	-	303.614,12	-	-
0.2.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	49.919,57	-	-	-	-	49.919,57	2.043,60	-
0.2.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	212.385,84	-	3.763,48	-	-	208.622,36	341,85	-
0.2.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	27.415,57	-	-	-	27.415,57	-	-	-
0.2.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.525,76	-	-	-	-	2.525,76	-	-
0.2.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.263.504,46	-	-	-	-	1.263.504,46	9.395,20	-
0.2.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	10.527.527,34	-	-	-	-	10.527.527,34	24.407,89	-
0.3.19.000000 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	1.131.090,85	-	-	-	-	1.131.090,85	167.439,64	-
0.3.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	129.844,97	-	-	-	-	129.844,97	-	-
0.3.91.000000 - Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	52.714.881,20	-	-	-	-	52.714.881,20	50.500,13	-
0.6.23.000000 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	7.381.275,33	-	3.390,00	-	-	7.377.885,33	873.713,00	-
0.6.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	7.395.843,49	-	85.927,50	-	4.522,50	7.305.393,49	421.267,14	-
0.6.32.000000 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	157,89	-	-	-	-	157,89	-	-
0.6.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	59.694,79	-	-	-	-	59.694,79	-	-
0.6.60.000000 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	5.397,12	-	-	-	-	5.397,12	-	-
0.6.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	930.051,45	-	-	-	-	930.051,45	-	-
0.6.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	101.307,43	-	-	-	-	101.307,43	67.178,02	-
0.6.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	8.144.816,99	-	-	-	-	8.144.816,99	43.500,00	-
7.3.00.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	1.400.442,19	-	9.547,50	-	502,50	1.390.392,19	64.714,19	-
9.9.99.000000 - Fonte extra orçamentária	3.097.673,77	-	-	-	3.097.673,77	-	-	-
Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino ³	290.786.979,86	-	15.404.926,24	-	18.135.404,30	257.246.649,32	14.887.115,86	-
0.1.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	14.135.382,06	-	5.799.366,00	-	2.659.774,73	5.676.241,33	4.731.193,99	-
0.1.01.000000 - Recursos ordinários - diversos	100.262,01	-	-	-	-	100.262,01	-	-
0.1.120.000000 - Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	104.274,14	-	104.183,43	-	90,71	0,00	1.311.676,18	-
0.1.124.000000 - Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	31.386.431,22	-	80.920,00	-	-	31.305.511,22	3.240.581,66	-
0.1.31.000000 - Recursos do FUNDEB - transferências da União	24.099.856,86	-	9.012.372,63	-	15.087.484,23	-	1.412.525,38	-
0.1.40.000000 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	69.400,35	-	-	-	-	69.400,35	58.179,81	-
0.1.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	636.793,14	-	-	-	-	636.793,14	269.126,48	-
0.1.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	294.627,47	-	-	-	-	294.627,47	212.209,61	-
0.1.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	26.607.216,35	-	-	-	-	26.607.216,35	79,20	-
0.1.86.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	9.051,42	-	9.051,42	-	-	-	804.683,18	-
0.1.87.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	-	-	-	-	-	-	195.922,54	-
0.2.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	2.265.125,61	-	-	-	-	2.265.125,61	2.864,34	-
0.2.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.486.468,43	-	-	-	-	1.486.468,43	2.420,00	-
0.2.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	246.669,75	-	-	-	-	246.669,75	27.094,60	-
0.2.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	47.129,13	-	-	-	-	47.129,13	-	-
0.2.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	19.592,00	-	-	-	-	19.592,00	-	-
0.2.65.000000 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	6.709.242,01	-	-	-	-	6.709.242,01	383.138,66	-
0.2.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	193.196,00	-	-	-	-	193.196,00	-	-
0.2.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	53,13	-	-	-	-	53,13	-	-



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1.00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				Demais Obrigações Financeiras
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
0.2.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	1.255.232,73	-	-	-	1.255.232,73	-		
0.3.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	6.412.606,67	-	-	-	6.412.606,67	621.889,61		
0.3.01.000000 - Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	74.609,10	-	-	-	74.609,10	70.257,46		
0.3.20.000000 - Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	-	-	-	-	-	3.005,49		
0.3.24.000000 - Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	16.987.684,38	15.197,34	-	987,70	16.971.499,34	147.911,76		
0.3.40.000000 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	100,00	-	-	-	100,00	-		
0.3.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	13.758.034,13	-	-	-	13.758.034,13	-		
0.3.91.000000 - Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	129.484.659,92	81,59	-	-	129.484.578,33	19.268,69		
0.6.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	4.347.213,16	-	-	-	4.347.213,16	52.155,66		
0.6.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	813.942,18	4.381,50	-	-	809.560,68	190.998,52		
0.6.60.000000 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	54.566,13	-	-	-	54.566,13	17.479,66		
0.6.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	966.706,83	18,30	-	-	966.688,53	356.235,60		
0.6.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	392.683,87	-	-	-	392.683,87	193.950,52		
0.6.65.000000 - Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	184.979,37	-	-	-	184.979,37	-		
0.6.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	37.635,96	-	-	-	37.635,96	35,00		
0.6.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	3.389.112,60	379.354,03	-	11.732,59	2.998.025,98	-		
7.1.00.000000 - Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	141.139,66	-	-	-	141.139,66	-		
7.3.00.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	3.699.967,75	-	-	-	3.699.967,75	562.232,26		
9.9.99.000000 - Fonte extra orçamentária	375.334,34	-	-	375.334,34	-	-		
Recursos destinados ao regime próprio de previdência do servidor ⁴	379.468.034,83	-	334.173,32	-	58.606.706,58	320.527.154,93	6.006.203,52	-
0.1.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	37.735.331,55	-	9.623,39	-	37.725.708,16	-	185.023,50	
0.1.01.000000 - Recursos ordinários - diversos	152.466,70	-	-	-	152.466,70	-	-	
0.1.69.000000 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	5.558.546,73	-	-	5.558.546,73	-	-	-	
0.2.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	920.903,73	-	-	227.398,03	693.505,70	-	-	
0.2.50.000000 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	107.052.278,70	324.549,93	-	13.890.959,99	92.836.768,78	5.821.180,02	-	
0.2.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.685.274,09	-	-	-	1.685.274,09	-	-	
0.2.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.861.077,82	-	-	-	2.861.077,82	-	-	
0.2.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	59.089,09	-	-	-	59.089,09	-	-	
0.2.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	57.176.246,00	-	-	-	57.176.246,00	-	-	
0.2.99.000000 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	102,96	-	-	-	102,96	-	-	
0.3.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	855.049,48	-	-	-	855.049,48	-	-	
0.3.01.000000 - Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	177.646,89	-	-	-	177.646,89	-	-	
0.6.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	126.868,30	-	-	-	126.868,30	-	-	
0.6.50.000000 - Contribuição previdenciária	70.116.575,63	-	-	-	70.116.575,63	-	-	
0.6.60.000000 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	7.621.375,44	-	-	-	7.621.375,44	-	-	
0.6.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	110.366,47	-	-	-	110.366,47	-	-	
0.6.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	17.841.544,38	-	-	-	17.841.544,38	-	-	
0.6.89.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.496.151,85	-	-	-	58.496.151,85	-	-	
0.6.98.000000 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	1.826.782,89	-	-	-	1.826.782,89	-	-	
0.6.99.000000 - Não primárias - outras receitas	7.890.262,46	-	-	-	7.890.262,46	-	-	
9.9.99.000000 - Fonte extra orçamentária	1.204.093,67	-	-	1.204.093,67	-	-	-	
Demais Recursos Vinculados	1.817.109.337,95	-	9.256.212,93	-	153.217.973,28	1.654.635.151,74	186.687.134,81	-
0.1.11.000000 - Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	68.884.200,24	1.136.393,59	-	424.176,21	67.323.630,44	28.493.458,49	-	
0.1.20.000000 - Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	5.729.673,98	123.341,83	-	8.034,27	5.598.297,88	1.175.782,04	-	
0.1.21.000000 - Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro - exerc corrente	8.206.768,79	233.591,61	-	10.394,23	7.962.782,95	2.691.820,49	-	
0.1.22.000000 - Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	4.119.162,52	5.050,00	-	27,72	4.114.084,80	49.279,55	-	
0.1.26.000000 - Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	765,00	-	-	-	765,00	-	-	
0.1.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	23.529.800,76	32.711,35	-	79.559,69	23.417.529,72	3.034.704,02	-	



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
0.1.29.000000 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	11.287.653,33		3.829,65		-	11.283.823,68	62.819,38	
0.1.31.000000 - Recursos do FUNDEB - transferências da União	44.499.325,31		423,00		10.716,69	44.488.185,62	176.472,21	
0.1.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	11.157.787,59		596.486,23		11.954,55	10.549.346,81	439.850,97	
0.1.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	14.381.429,01		692.218,40		127.253,42	13.561.957,19	1.397.986,86	
0.1.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	97.383.830,56		3.486.554,58		218.243,59	93.679.032,39	6.254.188,33	
0.1.86.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	2.068.982,57		-		-	2.068.982,57	-	
0.1.87.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	462.399,37		-		-	462.399,37	-	
0.1.88.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.388.234,90		-		-	2.388.234,90	-	
0.1.91.000000 - Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	537.639.198,32		99.748,77		-	537.539.449,55	61.494.780,48	
0.1.92.000000 - Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	36.557.566,13		361.129,82		7.370,00	36.189.066,31	12.362.028,39	
0.1.98.000000 - Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	32.990,76		-		-	32.990,76	-	
0.2.23.000000 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	137.928,55		137.015,00		913,55	0,00	88.525,38	
0.2.25.000000 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.574.726,11		-		-	1.574.726,11	10.433,71	
0.2.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	80.212.586,52		111.236,87		34.768,66	80.066.580,99	3.489.437,59	
0.2.29.000000 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	13.370.433,08		124.512,96		611,13	13.245.308,99	3.187.427,48	
0.2.32.000000 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade	1.902.247,87		-		-	1.902.247,87	1.259.947,87	
0.2.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.488.987,62		812.325,16		10.867,79	9.665.794,67	1.565.432,08	
0.2.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.531.721,24		-		2.063,42	3.529.657,82	-	
0.2.63.000000 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	7.787.878,24		-		-	7.787.878,24	1.303.714,61	
0.2.66.000000 - Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	8.786.420,38		-		-	8.786.420,38	6.931.428,65	
0.2.85.000000 - Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	66.445.631,93		-		-	66.445.631,93	511.365,37	
0.2.98.000000 - Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	7.939.605,32		-		1.372,92	7.938.232,40	1.345.552,50	
0.3.02.000000 - Recursos do Tesouro - Programa Revigora III - Exercícios Anteriores	3.665,44		-		-	3.665,44	-	
0.3.11.000000 - Taxas da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - rec tesouro - exercícios anteriores	6.494.333,10		-		60.770,52	6.433.562,58	2.507.724,66	
0.3.20.000000 - Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	20.608,16		-		5.181,17	15.426,99	4.000,00	
0.3.21.000000 - Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	709.835,29		24.588,85		1.867,29	683.379,15	395.353,87	
0.3.25.000000 - Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57		-		-	5.194,57	-	
0.3.26.000000 - Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	216.588,38		-		-	216.588,38	1.023,75	
0.3.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	7.558.624,24		-		1.290,30	7.557.333,94	18.602,19	
0.3.29.000000 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	751.707,00		-		-	751.707,00	-	
0.3.32.000000 - Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exerc anteriores	1.235.211,69		-		-	1.235.211,69	137.110,99	
0.3.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	53.332.705,17		-		-	53.332.705,17	3.200.100,84	
0.3.87.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	26.263,74		-		-	26.263,74	24.984,41	
0.3.88.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	661.039,88		-		-	661.039,88	-	
0.3.91.000000 - Operação de crédito interna - rec tesouro - exerc anteriores - superávit	273.691.345,93		187.013,61		6.534,00	273.497.798,32	22.818.048,26	
0.3.92.000000 - Operação de crédito externa - exercícios anteriores	8.615.567,80		170.316,06		3.156,88	8.442.094,86	1.907.265,71	
0.3.95.000000 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	2.346.926,76		-		-	2.346.926,76	-	
0.3.98.000000 - Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	7.470,00		-		-	7.470,00	-	
0.6.23.000000 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	7.240,00		7.240,00		-	-	181.209,80	
0.6.25.000000 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	3.052.672,43		-		-	3.052.672,43	52.340,50	
0.6.28.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	23.379.303,25		400.423,11		330,00	22.978.550,14	869.241,13	
0.6.29.000000 - Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	10.518.786,04		194.558,74		1.600,67	10.322.626,63	1.103.448,27	
0.6.32.000000 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	25.999,50		-		-	25.999,50	-	
0.6.59.000000 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	31.971.143,69		-		-	31.971.143,69	-	
0.6.61.000000 - Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	108.191,55		-		-	108.191,55	21.517,42	
0.6.62.000000 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	33.464,03		19.006,35		142,92	14.314,76	6.289,00	
0.6.85.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	139.794.231,94		118.799,00		-	139.675.432,94	115.335,62	
0.6.98.000000 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	1.629.604,64		-		-	1.629.604,64	-	



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				Demais Obrigações Financeiras
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))			
1.1.00.000000 - Contrapartida - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	29.747,40	-	-	-	29.747,40	29.747,40		
2.1.91.000000 - Contrapartida de Operações de Crédito Interna-BID-Rec.Tesouro-Exerc.Corrente	3.837.127,44	-	-	-	3.837.127,44	3.837.127,44		
2.3.91.000000 - Contrapartida-BID- Operações de Crédito Interna- Recurso Tesouro-Exercício Anteriores	3.766.513,27	-	-	-	3.766.513,27	3.766.513,27		
4.1.91.000000 - Contrapartida de Outros Empréstimos-Op.Crédito Interna-Rec.Tesouro	4.190.071,32	-	-	-	4.190.071,32	4.190.071,32		
4.3.91.000000 - Contrapartida de Outros Empréstimos - Op. Créd Interna - Rec Tes - Ex Anteriores	2.047.632,86	-	-	-	2.047.632,86	2.047.632,86		
7.1.00.000000 - Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	2.343.707,98	-	-	189,88	2.343.518,10	1.591.103,21		
7.1.11.000000 - Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	1.715.289,28	-	-	-	1.715.289,28	-		
7.2.40.000000 - Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	339.804,90	-	-	-	339.804,90	-		
7.2.61.000000 - Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercício Corrente	75.520,10	-	-	-	75.520,10	-		
7.2.69.000000 - Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	1.018.795,72	-	-	-	1.018.795,72	26.315,23		
7.3.00.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	2.651.115,67	-	-	-	2.651.115,67	73.920,00		
7.3.11.000000 - Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública e Def. do Cidadão-Rec.Tesouro-Ex.Ant	676.828,37	-	-	-	676.828,37	-		
7.3.29.000000 - Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	2.174.827,74	-	-	-	2.174.827,74	-		
7.6.29.000000 - Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00	-		
7.6.40.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	147.146,08	393,76	-	-	146.752,32	0,01		
7.6.60.000000 - Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	-	-	-	2.000,00	-		
7.6.62.000000 - Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Seitec-Exerc.Anteriores	80.578,60	-	-	-	80.578,60	-		
7.6.69.000000 - Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	1.048.197,46	-	177.304,63	-	870.892,83	434.671,20		
9.9.99.000000 - Fonte extra orçamentária	153.258.773,54	-	-	-	152.188.581,81	1.070.191,73		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	636.777.400,41	-	32.714.768,26	-	37.126.572,22	566.936.059,93	202.350.086,01	
0.1.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	51.216.686,08	-	29.503.107,60	-	36.825.940,74	15.112.362,26	66.344.319,41	
0.1.01.000000 - Recursos ordinários - diversos	10.078.782,14	-	-	-	-	10.078.782,14	-	
0.1.10.000000 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	1.879,56	-	-	-	-	1.879,56	-	
0.1.19.000000 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	13.046.876,28	-	257.106,13	-	89.981,42	12.699.788,73	3.520.237,93	
0.1.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	33.531,26	-	-	-	-	33.531,26	-	
0.1.69.000000 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	9.222.895,17	-	-	99,56	9.222.795,61	535.582,38	-	
0.1.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	9.092.510,02	-	-	-	9.092.510,02	-	-	
0.1.99.000000 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	578.746,08	-	-	-	578.746,08	-	-	
0.2.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	235.399.780,24	-	1.386.402,91	-	96.499,22	233.916.878,11	49.045.740,32	
0.2.60.000000 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	9.438.189,30	-	57.662,66	-	2.159,80	9.378.366,84	844.350,99	
0.2.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	64.498.762,89	-	901.598,57	-	63.755,20	63.533.409,12	14.824.507,13	
0.2.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	12.607.620,65	-	-	-	8.973,46	12.598.647,19	-	
0.2.99.000000 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	5.197.244,84	-	419.999,00	-	-	4.777.245,84	6.810,42	
0.3.00.000000 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	359.487,61	-	-	-	-	359.487,61	143.946,94	
0.3.01.000000 - Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	13.353,59	-	-	-	-	13.353,59	-	
0.3.09.000000 - Superávit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	777.814,77	-	-	-	-	777.814,77	-	
0.3.19.000000 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	1.925.107,25	-	-	-	-	1.925.107,25	1.090.411,83	
0.3.40.000000 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	264.217,00	-	-	-	-	264.217,00	-	
0.3.60.000000 - Recursos patrimoniais - primários	145.119,12	-	-	-	-	145.119,12	-	
0.3.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	-	-	-	-	238,81	-	
0.6.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	117.087.217,88	-	176.851,39	-	7.225,00	116.903.141,49	63.364.837,16	
0.6.60.000000 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	11.662.833,17	-	-	-	4.914,92	11.657.918,25	3.397,00	
0.6.69.000000 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	38.962.722,71	-	12.040,00	-	26.933,08	38.923.749,63	2.566.846,97	
0.6.80.000000 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	17.940.446,47	-	-	-	89,82	17.940.356,65	59.097,53	
0.6.99.000000 - Não primárias - outras receitas	27.225.337,52	-	-	-	-	27.225.337,52	-	
TOTAL (III) = (I + II)	3.361.812.695,88	-	156.741.015,08	-	276.942.794,79	2.928.128.886,01	467.977.608,34	



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ⁴	379.468.034,83	-	334.173,32	-	58.606.706,58	320.527.154,93	6.006.203,52	-

FONTE: Relatório Cálculo do Superávit - Poder Executivo

NOTAS EXPLICATIVAS:

¹ Não inclui os recursos do Tesouro do Estado, pois não existe controle para destinação destes recursos no momento da arrecadação.

² Conforme Relatório Cálculo do Superávit - UG 480001 - Secretaria de Estado da Saúde, UG 480091 - Fundo Estadual de Saúde e UG 480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde.

³ Conforme Relatórios Cálculo do Superávit das UGs 450001 - Secretaria de Estado da Educação, 450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial, 450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, 450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvol. da Educ. Superior e 450092 - Fundo Estadual de Educação.

⁴ Conforme Relatórios Cálculo do Superávit das Ugs do IPREV 470022 e 470076 - Fundo Financeiro. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA
DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PLAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	20.488.858.892,36

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.716.616.102,25	47,72
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	10.039.540.857,26	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	9.537.563.814,39	46,55

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	10.288.202.506,78	50,21
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	40.977.717.784,72	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	657.360.933,17	3,21
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.507.548.956,32	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	1.226.408.929,50	5,99
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.278.217.422,78	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.434.220.122,47	7,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	467.977.608,34	2.928.128.886,01

FONTE: Anexos do Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre 2016

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E
DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 378.720-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOUREO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776.0.01



DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
CRÉDITOS ESPECIAIS (I)	115.784.267,54	48.193.705,52	43.198.161,61	120.779.811,45
03091 - Fundo de Reparelhamento da Justiça	700.000,00	-	-	700.000,00
Função: 2 Judiciária/ Subfunção: 61 Ação Judiciária / Programa: 931 Infraestrutura do Judiciário	700.000,00	-	-	700.000,00
Ação: 168 Reforma de Fórum / Subação: 014015 Reforma do Fórum de São Francisco do Sul - FRJ	700.000,00	-	-	700.000,00
Ato Legal: Decreto nº 773 de 04/07/2016				
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.269.000000	700.000,00	-	-	700.000,00
16085 - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	100.000,00	150.000,00	20.000,00	230.000,00
Função: 6 Segurança Pública/ Subfunção: 181 Policiamento / Programa: 708 Valorização do Servidor - Segurança Pública	100.000,00	150.000,00	20.000,00	230.000,00
Ação: 238 Indenização decorrente acidente de trabalho / Subação: 013197 Indenização decorrente acidente de trabalho - BM	100.000,00	150.000,00	20.000,00	230.000,00
Ato Legal: Decreto nº 584 de 10/02/2016				
Natureza Despesa: 33.90.08 Outros Benefícios Assistenciais / Fonte Recurso: 0.111.000000	100.000,00	-	-	100.000,00
Ato Legal: Portaria EX nº 48 de 29/02/2016				
Natureza Despesa: 33.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.111.000000	-	30.000,00	-	30.000,00
Natureza Despesa: 33.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.111.000000	-	100.000,00	-	100.000,00
Ato Legal: Alteração Sistema nº 575 de 25/04/2016				
Natureza Despesa: 33.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.111.000000	-	20.000,00	-	20.000,00
Natureza Despesa: 33.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.111.000000	-	-	20.000,00	(20.000,00)
23001 - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte	2.411.784,63	757.476,56	62.421,56	3.106.839,63
Função: 27 Desporto e Lazer/ Subfunção: 813 Lazer / Programa: 650 Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	2.411.784,63	757.476,56	62.421,56	3.106.839,63



DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
Ação: 578 Ações na área da cultura, turismo e esporte / Subação: 013476 AP - Construção e manutenção de espaços esportivos - SDR - Grande Florianópolis Ato Legal: Decreto nº 743 de 06/06/2016	2.411.784,63	757.476,56	62.421,56	3.106.839,63
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000 Ato Legal: Alteração Sistema nº 1047 de 22/07/2016	2.411.784,63	-	-	2.411.784,63
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	-	62.421,56	(62.421,56)
Natureza Despesa: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.391.000000 Ato Legal: Decreto nº 840 de 26/08/2016	-	62.421,56	-	62.421,56
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000 Ato Legal: Decreto nº 938 de 10/11/2016	-	350.055,00	-	350.055,00
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000 Ato Legal: Portaria EX nº 453 de 02/12/2016	-	88.115,32	-	88.115,32
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	6.574,17	-	6.574,17
Natureza Despesa: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.185.000000 Ato Legal: Decreto nº 987 de 09/12/2016	-	10.310,51	-	10.310,51
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.169.000000	-	240.000,00	-	240.000,00
41095 - Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais Municipais	50.000.000,00	43.095.604,59	43.095.604,59	50.000.000,00
Função: 10 Saúde/ Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial / Programa: 430 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	50.000.000,00	43.095.604,59	43.095.604,59	50.000.000,00
Ação: 23 Apoio aos hospitais filantrópicos / Subação: 014019 Apoio aos hospitais filantrópicos de Santa Catarina - Lei n 16.968/2016 Ato Legal: Decreto nº 803 de 02/08/2016	50.000.000,00	43.095.604,59	43.095.604,59	50.000.000,00
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.300.000000	5.445.184,72	-	-	5.445.184,72
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.301.000000	274.509,52	-	-	274.509,52



DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.360.000000	2.631.983,90	-	-	2.631.983,90
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.369.000000	46.747,50	-	-	46.747,50
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.381.000000	20.560.180,41	-	-	20.560.180,41
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.661.000000	11.289.043,09	-	-	11.289.043,09
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.662.000000	9.752.350,86	-	-	9.752.350,86
Ato Legal: Alteração Sistema nº 1190 de 18/08/2016				
Natureza Despesa: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	14.906.207,72	-	14.906.207,72
Natureza Despesa: 33.41.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.661.000000	-	11.289.043,09	-	11.289.043,09
Natureza Despesa: 33.41.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.662.000000	-	8.356.701,59	-	8.356.701,59
Natureza Despesa: 33.50.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	5.000.000,00	-	5.000.000,00
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	-	19.906.207,72	(19.906.207,72)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.661.000000	-	-	11.289.043,09	(11.289.043,09)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.662.000000	-	-	8.356.701,59	(8.356.701,59)
Ato Legal: Alteração Sistema nº 1233 de 26/08/2016				
Natureza Despesa: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	-	2.000.000,00	(2.000.000,00)
Natureza Despesa: 33.41.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	2.000.000,00	-	2.000.000,00
Ato Legal: Alteração Sistema nº 1323 de 14/09/2016				



DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
Natureza Despesa: 33.41.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	-	386.027,31	(386.027,31)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	76.027,31	-	76.027,31
Natureza Despesa: 33.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	310.000,00	-	310.000,00
Ato Legal: Alteração Sistema nº 1354 de 21/09/2016				
Natureza Despesa: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	707.503,05	-	707.503,05
Natureza Despesa: 33.41.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	-	1.027.503,05	(1.027.503,05)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	320.000,00	-	320.000,00
Ato Legal: Alteração Sistema nº 1355 de 21/09/2016				
Natureza Despesa: 33.41.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	-	114.458,91	(114.458,91)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	114.458,91	-	114.458,91
Ato Legal: Alteração Sistema nº 1399 de 30/09/2016				
Natureza Despesa: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.300.000000	-	14.253,66	-	14.253,66
Natureza Despesa: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.360.000000	-	531,14	-	531,14
Natureza Despesa: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.662.000000	-	878,12	-	878,12
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.300.000000	-	-	14.253,66	(14.253,66)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.360.000000	-	-	531,14	(531,14)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.662.000000	-	-	878,12	(878,12)
44093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	2.563.216,00	169.240,90	-	2.732.456,90



DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
Função: 20 Agricultura/ Subfunção: 607 Irrigação / Programa: 100 Caminhos do Desenvolvimento	2.563.216,00	169.240,90	-	2.732.456,90
Ação: 650 Água para as comunidades rurais / Subação: 012416 Água para as comunidades rurais - FDR	2.563.216,00	169.240,90	-	2.732.456,90
Ato Legal: Decreto nº 615 de 24/02/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	2.563.216,00	-	-	2.563.216,00
Ato Legal: Portaria EX nº 52 de 02/03/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	0,05	-	0,05
Ato Legal: Decreto nº 731 de 25/05/2016				
Natureza Despesa: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	169.240,85	-	169.240,85
48091 - Fundo Estadual de Saúde	1.300.000,00	-	-	1.300.000,00
Função: 10 Saúde/ Subfunção: 122 Administração Geral / Programa: 101 Acelera Santa Catarina	1.300.000,00	-	-	1.300.000,00
Ação: 261 Aquisição de veículos / Subação: 014016 Aquisição de veículos	1.300.000,00	-	-	1.300.000,00
Ato Legal: Decreto nº 842 de 29/08/2016				
Natureza Despesa: 44.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte Recurso: 0.191.000000	1.300.000,00	-	-	1.300.000,00
52002 - Encargos Gerais do Estado	30.000.000,00	-	-	30.000.000,00
Função: 4 Administração/ Subfunção: 123 Administração Financeira / Programa: 900 Gestão Administrativa - Poder Executivo	30.000.000,00	-	-	30.000.000,00
Ação: 325 Despesas diversas / Subação: 013511 Despesas com restituição de depósitos judiciais - EGE	30.000.000,00	-	-	30.000.000,00
Ato Legal: Decreto nº 836 de 24/08/2016				
Natureza Despesa: 33.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.100.000000	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00
Natureza Despesa: 46.90.93 Indenizações e Restituições / Fonte Recurso: 0.100.000000	25.000.000,00	-	-	25.000.000,00
52090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	27.540.737,59	2.931.752,10	-	30.472.489,69



DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
Função: 4 Administração/ Subfunção: 123 Administração Financeira / Programa: 100 Caminhos do Desenvolvimento	27.540.737,59	2.931.752,10	-	30.472.489,69
Ação: 2248 Apoio a projetos municipais de investimentos / Subação: 013416 Apoio a projetos municipais de investimentos - Pacto pelos Municípios - Caminhos do Desenvolvimento	27.540.737,59	2.931.752,10	-	30.472.489,69
Ato Legal: Decreto nº 585 de 10/02/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	4.523.145,62	-	-	4.523.145,62
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.685.000000	17.591,97	-	-	17.591,97
Ato Legal: Decreto nº 591 de 12/02/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	23.000.000,00	-	-	23.000.000,00
Ato Legal: Decreto nº 714 de 09/05/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.191.000000	-	122.279,77	-	122.279,77
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.285.000000	-	769.203,03	-	769.203,03
Ato Legal: Decreto nº 754 de 15/06/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	1.027.969,82	-	1.027.969,82
Ato Legal: Decreto nº 813 de 05/08/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	459.123,28	-	459.123,28
Ato Legal: Decreto nº 861 de 14/09/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	231.929,10	-	231.929,10
Ato Legal: Decreto nº 919 de 01/11/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	321.247,10	-	321.247,10
73001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	1.143.918,52	1.069.881,37	-	2.213.799,89
Função: 26 Transporte/ Subfunção: 782 Transporte Rodoviário / Programa: 110 Construção de Rodovias	1.143.918,52	1.069.881,37	-	2.213.799,89
Ação: 10 Execução de obras rodoviárias / Subação: 010402 Ampliação/duplicação/supervisão - acesso viário ao município de Chapecó	1.143.918,52	1.069.881,37	-	2.213.799,89
Ato Legal: Decreto nº 792 de 21/07/2016				
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.128.000000	1.143.918,52	-	-	1.143.918,52
Ato Legal: Decreto nº 831 de 23/08/2016				



DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.385.000000 Ato Legal: Decreto nº 837 de 24/08/2016	-	988.791,55	-	988.791,55
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	81.089,82	-	81.089,82
86001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	12.500,00	19.750,00	20.135,46	12.114,54
Função: 12 Educação/ Subfunção: 364 Ensino Superior / Programa: 630 Gestão do Ensino Superior	12.500,00	19.750,00	20.135,46	12.114,54
Ação: 648 Serviços administrativos ensino superior / Subação: 010342 Serviços administrativos do ensino superior - SDR - Itajaí Ato Legal: Decreto nº 636 de 08/03/2016	12.500,00	19.750,00	20.135,46	12.114,54
Natureza Despesa: 33.90.30 Material de Consumo / Fonte Recurso: 0.100.000000	3.000,00	-	-	3.000,00
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000 Ato Legal: Portaria EX nº 112 de 15/04/2016	9.500,00	-	-	9.500,00
Natureza Despesa: 33.90.30 Material de Consumo / Fonte Recurso: 0.100.000000 Ato Legal: Portaria EX nº 200 de 28/06/2016	-	19.000,00	-	19.000,00
Natureza Despesa: 33.90.30 Material de Consumo / Fonte Recurso: 0.100.000000 Ato Legal: Alteração Sistema nº 983 de 11/07/2016	-	-	13.000,00	(13.000,00)
Natureza Despesa: 33.90.30 Material de Consumo / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	750,00	(750,00)
Natureza Despesa: 33.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.100.000000 Ato Legal: Decreto nº 999 de 16/12/2016	-	750,00	-	750,00
Natureza Despesa: 33.90.30 Material de Consumo / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	4.135,46	(4.135,46)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	-	-	2.250,00	(2.250,00)



DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
91001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	12.110,80	-	-	12.110,80
Função: 4 Administração/ Subfunção: 128 Formação de Recursos Humanos / Programa: 850 Gestão de Pessoas	12.110,80	-	-	12.110,80
Ação: 125 Capacitação profissional dos agentes públicos / Subação: 012873 Capacitação profissional dos agentes públicos - SDR - Araranguá Ato Legal: Decreto nº 730 de 25/05/2016	12.110,80	-	-	12.110,80
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	12.110,80	-	-	12.110,80
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (II)	-	-	-	-
TOTAL CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS (III) = (I + II)	115.784.267,54	48.193.705,52	43.198.161,61	120.779.811,45

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

Notas Explicativas

002 - As descentralizações de créditos não estão incluídas neste relatório.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

ROMUALDO GOULART
DIRETOR DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
ECONOMISTA - MATRÍCULA Nº 153.717-2

ROSEMIRIO NELSON DOS SANTOS
GERENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ECONOMISTA - MATRÍCULA Nº 234.947-7



CANCELAMENTO DE DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016

Os cancelamentos de despesas liquidadas¹ foram objeto de recomendações e ressalvas na apreciação das contas dos últimos exercícios. O Parecer Prévio do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), sobre as Contas do Governo no exercício de 2015, conforme Processo nº PCG-16/00145148, recomendou a implantação, de modo efetivo e definitivo, dos mecanismos de controle e transparência no cancelamento das despesas liquidadas.

A ressalva do TCE/SC refere-se, principalmente, à dificuldade de separar o cancelamento que configura correção de informações nas despesas liquidadas do cancelamento da despesa liquidada propriamente dito, tendo em vista que a sistemática contábil atual, para ambas as situações, é a mesma, ou seja, não existe diferença entre o registro contábil de um estorno de despesa feito para correção de informações e um estorno efetivo de despesa.

Em 2016, para melhorar a qualidade das informações relativas às situações de cancelamentos de despesas liquidadas, a Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG) implementou alterações na funcionalidade “Liquidar

Despesa Certificada” do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Sendo então disponibilizado o botão “RETIFICAR” para ser utilizado no caso de correção de dados informados no documento de liquidação, como por exemplo, retenção e valor, e o botão “CANCELAR” para o cancelamento de despesa liquidada, onde os motivos do cancelamento são cadastrados no SIGEF. Também foram elaborados relatórios evidenciando cada situação de cancelamento, tendo em vista, que em ambos os casos de cancelamento, ocorre o estorno da conta contábil 6.2.2.9.2.01.03 – Empenhos Liquidados.

Assim, foram criados no SIGEF dois relatórios: Relatório Retificar Despesa Liquidada e o Relatório Cancelamento Despesa Liquidada para permitir a efetiva distinção dos cancelamentos de despesas liquidadas das retificações de informações efetuadas na liquidação.

Em 2016, os cancelamentos de liquidações de despesas totalizaram R\$ 993,88 milhões, que correspondem a 4,11% do total de despesas executadas no ano.

¹ Conforme previsto no artigo 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. O objetivo é apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para

extinguir a obrigação. A liquidação da despesa é a fase da despesa em que é conferido se o recebimento de bens, materiais ou serviços está de acordo com o solicitado. Representa efetivamente a realização da despesa.



Motivos de cancelamentos de despesas liquidadas (R\$ milhões)

Especificação	Valor
<i>Total de cancelamentos de liquidação de despesas</i>	<i>894,02</i>
Despesas da folha de pagamentos dos servidores	504,52
Despesas com convênios e outras transferências voluntárias	65,42
Despesas processadas em arquivos de prestadores	2,43
Demais despesas	321,65
<i>Total de cancelamentos por retificações de dados</i>	<i>51,96</i>
<i>Total de cancelamentos por devolução de recursos</i>	<i>47,90</i>
Total	993,88

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Do valor total de despesa liquidada cancelada, 50,76% se referem a estornos de despesas da folha de pagamento dos servidores, que não representam um cancelamento de despesas liquidadas propriamente dito, mas sim uma regularização de dados. Isso porque, na rotina utilizada pelo sistema de execução orçamentária e financeira, para a contabilização da folha de pagamento, especialmente a provisão para o 13º salário, a despesa é liquidada mensalmente, em observância ao princípio contábil da competência, bem como para fins da elaboração do demonstrativo de gastos com pessoal exigido pela LRF. Porém, para o efetivo pagamento dessa despesa, ocorrem estornos para alteração da fonte de recursos em que deverá ser paga a despesa, conforme a disponibilidade financeira existente. Sendo assim, as despesas liquidadas da folha são

canceladas, porém novamente empenhadas e liquidadas, para então serem pagas por esses novos empenhos.

Os valores de cancelamentos de despesas com transferências voluntárias representam 6,58% do total cancelado, e a natureza dessas despesas é de adiantamento de recursos, não se configurando dessa forma um cancelamento efetivo. Esses cancelamentos ocorrem no encerramento do exercício, tendo em vista que essas despesas devem ser pagas até o final do mês de novembro do ano corrente. Caso não ocorra o pagamento, as parcelas não pagas são canceladas e remanejadas para o ano seguinte, conforme disposto no artigo 16 do Decreto Estadual nº 964/2016.



Em se tratando das despesas processadas em arquivos de prestadores, esse é um mecanismo utilizado pelo sistema de execução orçamentária e financeira que disponibiliza a execução de despesas em lotes, ou seja, quando um mesmo tipo de despesa é pago para diversos favorecidos ao mesmo tempo, como, por exemplo, o pagamento de diárias pelas unidades gestoras da Secretaria de Estado da Segurança Pública e as despesas com a gestão plena da Secretaria de Estado da Saúde pagas aos fundos municipais de saúde. Esse procedimento torna mais célere toda a execução orçamentária e financeira dessas despesas. Porém, quando ocorre algum problema nesse arquivo, o usuário tem a opção de estornar somente o favorecido que apresentou o problema ou todo o arquivo liquidado para resolver a inconsistência apresentada. Caso escolha o estorno do arquivo completo, toda a despesa

liquidada é cancelada, porém, no reprocessamento do arquivo e com o problema solucionado, a despesa é novamente liquidada e então paga. Sendo assim, verifica-se uma regularização da liquidação das despesas, e não um cancelamento propriamente dito.

Há também os cancelamentos para retificações de dados (5,23% dos cancelamentos) e os decorrentes da devolução de recursos que representaram 4,82% dos cancelamentos.

Do valor de liquidações canceladas referentes às demais despesas, R\$ 50,512 milhões correspondem às despesas executadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, assim como pelo Ministério Público. O restante (R\$ 271 milhões) diz respeito a cancelamentos realizados pelos órgãos do Poder Executivo.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Motivos de cancelamentos das demais despesas liquidadas do Poder Executivo (R\$ milhares)

Especificação	Valor
Alteração de fonte de recurso da despesa	120.185,94
Despesa certificada incorreta	57.830,05
Valor da nota de empenho incorreto	40.218,88
Número da nota de empenho incorreto	12.285,03
Cancelamento de suprimento de fundos	12.111,76
Credor incorreto da nota de empenho	8.473,55
Liquidação de despesa indevida (sem a ocorrência do fato gerador)	6.121,89
Natureza da despesa incorreta	4.271,04
Cancelamento de pagamento de restituição ou indenização	3.906,20
Liquidação em duplicidade	3.239,38
Tipo de instrumento incorreto ou ausente	731,90
Cancelamento de pagamento de convênio a terceiros	543,48
Cancelamento da liquidação devido a erro no controle financeiro da fonte	364,25
Cancelamento da liquidação de restos a pagar não processados conforme art. 133 da LC nº 381/2007	331,41
Cancelamento por processo administrativo ou da procuradoria	214,31
Nota de descentralização incorreta ou ausente	123,04
Cancelamento de diárias	118,91
Cancelamento devido a bloqueio ou suspensão judicial	68,61
Total	271.139,62

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DE SANTA CATARINA

O valor do cancelamento de liquidação de 2016 foi aproximadamente 31% menor que o cancelado em 2015 (R\$ 1,434 bilhão). Tal redução é fruto das alterações realizadas no SIGEF no exercício de 2016, as quais buscaram uma

melhor evidenciação dos motivos dos cancelamentos das despesas liquidadas e, conseqüentemente, a diminuição das ocorrências desses cancelamentos.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

ANDRÉA TEREZINHA VITALI
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA
CONTADORA - CRCSC Nº 25.017/O-5



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
100	Programado	1.088.810	985.579	1.155.143	1.119.385	1.174.745	1.321.117	1.200.548	1.223.933	1.222.208	1.316.766	1.177.106	1.676.894	14.662.235
	Empenhado	948.142	940.639	1.109.242	1.072.400	1.121.864	1.180.633	1.137.505	1.150.664	1.159.733	1.251.702	1.112.305	1.326.299	13.511.129
	Emp. x Prog.	87,08%	95,44%	96,03%	95,80%	95,50%	89,37%	94,75%	94,01%	94,89%	95,06%	94,49%	79,09%	92,15%
10101	Programado	-	-	-	2.793	-	1.483	283	7.141	283	932	350	6.740	20.007
	Empenhado	-	-	-	2.793	-	1.483	283	7.141	283	932	350	6.740	20.007
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
10110	Programado	119	119	119	119	119	119	119	119	119	119	119	5.819	7.133
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.101	4.101
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	70,48%	57,50%
10111	Programado	29.593	34.218	42.720	43.409	47.364	52.386	49.421	51.530	44.923	43.255	49.024	48.908	536.751
	Empenhado	29.580	33.851	42.683	43.374	47.331	49.952	49.391	51.502	44.892	43.199	48.977	43.942	528.673
	Emp. x Prog.	99,96%	98,93%	99,91%	99,92%	99,93%	95,35%	99,94%	99,95%	99,93%	99,87%	99,90%	89,85%	98,50%
10119	Programado	882	1.122	1.082	1.216	1.227	1.316	1.146	1.589	1.356	1.961	2.623	19.312	34.832
	Empenhado	767	1.030	992	1.121	1.148	1.230	1.056	1.525	1.239	1.312	2.023	9.502	22.944
	Emp. x Prog.	87,01%	91,80%	91,70%	92,13%	93,58%	93,47%	92,11%	95,95%	91,40%	66,90%	77,13%	49,20%	65,87%
10120	Programado	14.400	29.720	19.120	13.252	14.969	19.027	13.312	15.793	21.692	16.788	18.556	14.849	211.476
	Empenhado	14.400	29.716	19.117	13.237	14.963	18.997	13.292	15.788	21.684	16.780	18.378	13.921	210.271
	Emp. x Prog.	100,00%	99,99%	99,98%	99,89%	99,96%	99,85%	99,85%	99,97%	99,96%	99,95%	99,04%	93,75%	99,43%
10121	Programado	87	1.525	843	3.862	1.989	1.373	5.875	2.639	2.332	5.537	1.673	5.486	33.221
	Empenhado	87	1.491	843	3.839	1.989	1.373	5.854	2.635	2.332	5.518	1.304	960	28.225
	Emp. x Prog.	100,00%	97,76%	100,00%	99,40%	100,00%	100,00%	99,63%	99,84%	100,00%	99,65%	77,98%	17,51%	84,96%
10122	Programado	63	113	761	7.640	794	7.009	4.440	1.240	528	1.309	16.616	12.585	53.097
	Empenhado	63	93	670	7.637	794	6.971	4.405	1.195	480	1.238	16.451	8.821	48.818
	Emp. x Prog.	100,00%	82,51%	88,11%	99,96%	99,99%	99,46%	99,20%	96,35%	90,87%	94,62%	99,00%	70,09%	91,94%
10124	Programado	-	979	4.772	2.398	6.381	6.898	4.693	5.148	16.761	6.080	11.060	1.819	66.990
	Empenhado	-	979	4.772	2.396	6.363	6.898	4.693	5.101	16.500	6.068	10.329	1.369	65.466
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,92%	99,71%	100,00%	100,00%	99,10%	98,44%	99,80%	93,38%	75,23%	97,73%
10128	Programado	354	959	3.578	3.584	550	4.138	2.127	524	2.532	7.092	1.553	15.018	42.010
	Empenhado	335	957	3.289	3.549	541	3.781	2.072	463	2.494	7.052	1.507	12.212	38.251
	Emp. x Prog.	94,81%	99,72%	91,94%	99,01%	98,25%	91,36%	97,39%	88,37%	98,49%	99,44%	97,05%	81,32%	91,05%
10129	Programado	25	374	337	449	508	632	329	1.780	369	1.009	994	2.539	9.348
	Empenhado	10	367	328	436	495	534	140	1.661	101	791	663	353	5.881
	Emp. x Prog.	40,00%	97,94%	97,24%	96,97%	97,52%	84,52%	42,52%	93,31%	27,42%	78,39%	66,72%	13,91%	62,91%
10131	Programado	122.956	103.864	174.502	163.006	180.356	171.802	176.987	181.272	182.550	185.684	193.857	204.395	2.041.231
	Empenhado	122.956	103.864	174.502	163.006	180.356	171.802	176.982	181.262	182.539	185.658	193.784	203.687	2.040.397
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%	99,99%	99,96%	99,65%	99,96%
10140	Programado	-	-	-	24	80	211	28	1.747	304	212	65	831	3.503
	Empenhado	-	-	-	24	78	210	28	1.746	115	170	26	781	3.179
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	98,86%	97,74%	99,87%	99,03%	99,94%	37,86%	80,38%	39,45%	93,99%	90,77%
10160	Programado	1.323	441	-	1.299	400	4.423	437	435	3.986	440	443	9.614	23.241
	Empenhado	-	441	-	1.299	400	4.423	437	435	3.986	440	443	9.319	21.624
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	96,93%	93,04%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0161	Programado	4.472	6.710	25.067	18.015	22.208	29.182	16.579	16.797	9.733	12.124	13.359	39.039	213.283
	Empenhado	-	5.460	23.808	16.748	20.779	25.596	14.954	11.225	7.435	9.937	11.374	4.095	151.412
	Emp. x Prog.	0,00%	81,38%	94,98%	92,97%	93,57%	87,71%	90,20%	66,83%	76,39%	81,96%	85,14%	10,49%	70,99%
0162	Programado	7.170	9.512	4.801	5.608	9.169	10.798	8.401	11.040	9.135	16.638	21.297	32.560	146.130
	Empenhado	6.451	8.806	4.091	4.906	7.954	8.540	6.374	9.534	7.648	14.518	14.007	15.192	108.021
	Emp. x Prog.	89,97%	92,57%	85,21%	87,47%	86,75%	79,09%	75,87%	86,37%	83,73%	87,26%	65,77%	46,66%	73,92%
0169	Programado	-	-	-	-	-	228	229	29	3.708	5.355	5.750	60.707	76.006
	Empenhado	-	-	-	-	-	228	229	29	3.708	5.348	5.668	43.262	58.471
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,87%	98,57%	71,26%	76,93%
0180	Programado	-	7.589	17.700	9.000	9.333	9.167	9.000	9.298	10.598	23.920	23.090	23.100	151.794
	Empenhado	-	7.589	17.700	9.000	9.333	9.167	9.000	9.298	10.598	23.920	23.090	23.100	151.794
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0181	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	0	6.061	897	14.485	21.442
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.061	897	7.056	13.013
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	83,50%	100,00%	48,71%	60,69%
0182	Programado	-	627	-	1.298	700	678	749	734	795	750	269	-	6.600
	Empenhado	-	627	-	1.298	700	678	749	734	795	750	269	-	6.600
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
0183	Programado	98.475	2.971	2.440	6.013	6.395	7.210	2.716	3.053	4.177	25.753	2.657	95.793	257.653
	Empenhado	89.928	2.939	2.408	5.251	6.324	6.908	2.657	2.868	3.687	25.502	2.646	4.872	155.992
	Emp. x Prog.	91,32%	98,93%	98,68%	87,34%	98,88%	95,82%	97,82%	93,93%	88,28%	99,03%	99,60%	5,09%	60,54%
0184	Programado	650	650	650	650	650	650	650	650	650	650	6.649	650	13.793
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.999	-	5.999
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	90,23%	0,00%	43,49%
0185	Programado	-	-	13	4	3	1.260	1.381	7.240	6.367	14.621	11.047	26.036	67.972
	Empenhado	-	-	13	4	3	1.218	1.381	4.915	6.311	13.421	7.064	11.802	46.130
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	96,68%	100,00%	67,88%	99,11%	91,79%	63,95%	45,33%	67,87%
0186	Programado	200	1.099	1.047	461	574	4.849	3.320	5.576	1.654	682	682	1.836	21.979
	Empenhado	200	1.099	1.047	461	574	4.780	3.320	5.576	1.654	682	680	1.836	21.908
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,58%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,72%	100,00%	99,68%
0187	Programado	-	118	59	59	59	351	108	108	108	108	108	108	1.293
	Empenhado	-	118	59	59	59	351	108	108	108	108	108	108	1.293
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0191	Programado	-	320	30.430	24.855	232.296	58.723	28.383	37.166	41.003	22.504	50.428	228.050	754.159
	Empenhado	-	85	30.430	23.165	204.546	38.955	28.138	29.983	32.121	22.457	41.545	72.193	523.619
	Emp. x Prog.	0,00%	26,60%	100,00%	93,20%	88,05%	66,34%	99,14%	80,67%	78,34%	99,79%	82,38%	31,66%	69,43%
0192	Programado	5.766	4.611	9.481	21.137	15.942	9.045	15.342	12.477	14.360	6.365	45.387	2.772	162.685
	Empenhado	5.642	4.191	9.189	13.397	15.934	9.026	15.328	11.476	13.261	6.344	41.500	565	145.854
	Emp. x Prog.	97,84%	90,90%	96,93%	63,38%	99,95%	99,79%	99,91%	91,98%	92,35%	99,67%	91,44%	20,38%	89,65%
0193	Programado	-	-	-	-	-	-	23.854	495	-	-	-	22.861	47.211
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	23.854	495	-	-	-	22.861	47.211
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
0195	Programado	10.000	-	-	-	10.000	10.000	-	-	-	-	-	30.000	
	Empenhado	1.672	-	-	-	8.312	10.000	-	-	-	-	-	19.983	
	Emp. x Prog.	16,72%	0,00%	0,00%	0,00%	83,12%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	66,61%	
0199	Programado	-	2.000	-	-	2.000	-	-	-	873	2.271	4.828	11.971	
	Empenhado	-	2.000	-	-	2.000	-	-	-	873	2.271	4.827	11.970	
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	99,98%	99,99%	
0223	Programado	25.951	39.623	38.937	34.473	28.913	36.771	42.903	45.185	45.407	67.183	65.005	554.849	
	Empenhado	25.946	39.617	37.108	34.406	28.840	36.704	42.902	44.718	44.820	64.613	63.504	543.537	
	Emp. x Prog.	99,98%	99,98%	95,30%	99,80%	99,75%	99,82%	100,00%	98,97%	98,71%	96,17%	97,69%	95,10%	97,96%
0225	Programado	-	1	19	590	-	-	7	-	50	23	21	711	
	Empenhado	-	1	19	-	-	-	7	-	21	-	20	69	
	Emp. x Prog.	0,00%	87,50%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	41,44%	0,00%	99,46%	0,00%	9,69%
0228	Programado	3.594	1.777	2.307	7.794	2.970	4.211	1.849	2.235	2.659	5.271	2.789	13.931	51.387
	Empenhado	3.508	1.685	2.228	7.597	2.369	4.077	1.605	2.153	2.545	4.239	2.574	5.103	39.684
	Emp. x Prog.	97,60%	94,82%	96,60%	97,48%	79,76%	96,81%	86,84%	96,30%	95,72%	80,43%	92,31%	36,63%	77,23%
0229	Programado	768	702	897	1.637	3.280	3.175	1.860	1.323	2.586	3.631	1.664	7.813	29.337
	Empenhado	664	643	820	1.543	3.248	3.103	1.847	1.297	2.535	3.608	1.479	1.464	22.250
	Emp. x Prog.	86,38%	91,52%	91,43%	94,26%	99,00%	97,74%	99,29%	98,06%	98,05%	99,35%	88,90%	18,73%	75,84%
0232	Programado	-	-	-	-	-	-	1.838	-	-	767	1	2.606	
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	1.838	-	-	767	-	2.605	
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,97%
0240	Programado	63.941	38.576	41.034	38.732	40.503	156.940	58.371	57.133	57.333	63.576	80.704	111.603	808.447
	Empenhado	62.996	37.987	40.520	38.255	39.563	155.991	57.744	56.517	56.697	62.067	78.869	56.280	743.487
	Emp. x Prog.	98,52%	98,47%	98,75%	98,77%	97,68%	99,40%	98,93%	98,92%	98,89%	97,63%	97,73%	50,43%	91,96%
0250	Programado	123.204	121.123	134.843	168.469	194.466	157.825	163.425	170.385	247.511	187.001	196.299	227.170	2.091.720
	Empenhado	123.168	121.108	134.833	168.464	163.444	157.815	163.418	170.369	201.518	186.958	195.957	224.544	2.011.596
	Emp. x Prog.	99,97%	99,99%	99,99%	100,00%	84,05%	99,99%	100,00%	99,99%	81,42%	99,98%	99,83%	98,84%	96,17%
0260	Programado	441	545	673	721	516	399	463	522	640	549	677	5.636	11.782
	Empenhado	407	477	673	637	514	392	427	505	519	512	627	1.002	6.691
	Emp. x Prog.	92,35%	87,44%	99,95%	88,32%	99,62%	98,18%	92,13%	96,78%	81,14%	93,25%	92,62%	17,77%	56,79%
0261	Programado	-	36.406	37.351	89.741	99.583	117.103	25.512	8.772	9.297	9.853	8.886	34.941	477.446
	Empenhado	-	36.406	37.351	89.707	99.518	116.825	25.486	8.716	9.278	9.471	8.615	34.616	475.990
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,96%	99,93%	99,76%	99,90%	99,36%	99,80%	96,12%	96,94%	99,07%	99,70%
0263	Programado	2.000	2.000	2.000	3.529	3.807	3.177	4.373	4.525	3.298	2.998	10.870	11.614	54.189
	Empenhado	2.000	2.000	2.000	3.512	3.630	3.047	4.242	4.215	3.000	2.000	9.068	8.237	46.951
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	99,51%	95,34%	95,90%	97,02%	93,16%	90,98%	66,72%	83,42%	70,93%	86,64%
0265	Programado	1.420	162	1.441	9.294	2.903	3.850	5.120	5.661	5.980	5.324	5.725	2.465	49.345
	Empenhado	1.347	121	1.418	9.158	2.868	3.741	4.933	5.357	5.434	4.824	4.215	2.344	45.760
	Emp. x Prog.	94,90%	74,27%	98,42%	98,54%	98,80%	97,16%	96,34%	94,64%	90,87%	90,61%	73,62%	95,07%	92,74%
0266	Programado	-	-	378	905	-	-	461	1.439	4.233	674	2.573	7.671	18.335
	Empenhado	-	-	378	905	-	-	461	1.439	4.233	674	2.573	7.241	17.904
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,39%	97,65%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0269	Programado	91.101	16.664	13.756	15.057	11.486	14.403	19.038	26.790	20.456	28.636	25.276	121.449	404.111
	Empenhado	85.902	14.165	12.826	14.221	10.569	13.103	17.387	25.578	18.354	27.121	23.766	56.187	319.178
	Emp. x Prog.	94,29%	85,00%	93,24%	94,45%	92,01%	90,98%	91,33%	95,48%	89,72%	94,71%	94,03%	46,26%	78,98%
0280	Programado	-	-	-	3	4	77	1	-	-	9	56	185	336
	Empenhado	-	-	-	3	4	77	1	-	-	8	55	27	176
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	90,63%	97,18%	14,63%	52,32%
0282	Programado	3.380	5.550	1.180	0	-	500	-	-	-	-	100	90	10.800
	Empenhado	2.980	5.336	1.180	-	-	500	-	-	-	-	100	-	10.096
	Emp. x Prog.	88,17%	96,15%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	93,48%
0284	Programado	524	532	532	532	532	532	532	532	532	532	532	532	6.374
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0285	Programado	800	18	117	1.254	187	2.625	924	1.429	2.160	2.785	6.558	4.697	23.555
	Empenhado	420	18	76	1.254	187	2.625	780	1.429	1.876	1.596	3.798	2.935	16.994
	Emp. x Prog.	52,50%	100,00%	65,06%	100,00%	100,00%	99,99%	84,39%	100,00%	86,82%	57,31%	57,91%	62,48%	72,14%
0298	Programado	-	23	2	-	8	-	-	-	63	350	214	3.607	4.267
	Empenhado	-	23	2	-	8	-	-	-	27	350	32	1.359	1.801
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	42,10%	100,00%	14,96%	37,68%	42,20%
0299	Programado	2	90	1.036	663	812	1.581	1.879	2.545	5.142	1.798	2.173	2.587	20.310
	Empenhado	2	90	1.036	663	812	1.581	1.878	2.523	5.142	1.798	2.171	2.527	20.224
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,96%	99,15%	100,00%	100,00%	99,88%	97,67%	99,58%
0300	Programado	11.368	33.125	2.266	13.586	10.354	1.197	1.900	14.891	8.635	16.270	6.265	27.645	147.501
	Empenhado	10.344	32.773	1.832	12.794	9.419	475	1.361	13.790	6.402	5.004	3.862	21.444	119.500
	Emp. x Prog.	90,99%	98,94%	80,83%	94,17%	90,98%	39,65%	71,64%	92,61%	74,14%	30,76%	61,65%	77,57%	81,02%
0301	Programado	79	116	20	15	94	83	385	359	74	75	412	74	1.787
	Empenhado	73	116	20	15	94	83	383	357	72	73	411	73	1.771
	Emp. x Prog.	93,40%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,22%	99,62%	99,57%	97,66%	98,03%	99,55%	97,70%	99,13%
0302	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	15
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	11
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	75,08%	0,00%	75,08%
0309	Programado	-	-	-	3.638	6.282	12.650	7.591	5.997	2.787	2.862	1.581	27.876	71.264
	Empenhado	-	-	-	3.638	6.267	12.627	7.518	5.758	2.486	2.833	1.537	16.085	58.748
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,75%	99,82%	99,04%	96,00%	89,20%	98,99%	97,25%	57,70%	82,44%
0310	Programado	-	-	-	-	-	-	-	650	464	-	2.025	2.458	5.598
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	464	-	1.349	343	2.156
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	66,63%	13,94%	38,52%
0311	Programado	-	10.194	5.282	1.367	243	711	-	-	62	4.034	775	5.585	28.253
	Empenhado	-	10.194	5.282	1.367	243	711	-	-	62	4.034	775	1.762	24.430
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	31,55%	86,47%
0319	Programado	-	-	350	66	224	46	76	98	169	27	52	3.530	4.638
	Empenhado	-	-	-	66	223	46	76	98	169	27	49	2.122	2.875
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	99,22%	99,59%	100,00%	99,63%	99,95%	100,00%	100,00%	93,99%	60,11%	61,99%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0320 Programado	-	-	5.032	378	33	20	8	4	30	8	32	79	5.625
0320 Empenhado	-	-	5.032	378	33	20	8	4	22	8	32	79	5.617
0320 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	72,68%	100,00%	100,00%	99,88%	99,85%
0321 Programado	-	208	533	817	372	487	623	102	94	-	42	287	3.563
0321 Empenhado	-	208	533	817	372	487	623	102	94	-	42	-	3.276
0321 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,98%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	91,94%
0324 Programado	4.197	4.376	520	1.121	745	4.529	2.842	1.604	1.373	192	760	590	22.849
0324 Empenhado	2.143	-	520	1.121	706	1.369	1.161	978	553	-	437	349	9.336
0324 Emp. x Prog.	51,04%	0,00%	100,00%	100,00%	94,77%	30,22%	40,85%	61,00%	40,28%	0,00%	57,46%	59,08%	40,86%
0325 Programado	-	-	-	-	-	5	-	-	-	0	-	-	5
0325 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	0
0325 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	3,71%
0326 Programado	-	-	-	5	4	-	-	-	-	277	-	-	286
0326 Empenhado	-	-	-	1	4	-	-	-	-	66	-	-	71
0326 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	21,12%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	23,69%	0,00%	0,00%	24,74%
0328 Programado	-	4.174	1.812	489	219	47	857	144	-	483	-	471	8.696
0328 Empenhado	-	4.174	1.812	488	219	47	260	144	-	483	-	-	7.628
0328 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,92%	100,00%	100,00%	30,28%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	87,71%
0329 Programado	-	-	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52
0329 Empenhado	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50
0329 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	96,70%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	96,70%
0331 Programado	-	-	-	1.907	-	-	-	-	-	-	-	-	1.907
0331 Empenhado	-	-	-	1.907	-	-	-	-	-	-	-	-	1.907
0331 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0332 Programado	-	600	683	-	420	-	741	-	3.373	-	-	95	5.913
0332 Empenhado	-	600	276	-	420	-	641	-	2.942	-	-	85	4.965
0332 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	40,40%	0,00%	100,00%	0,00%	86,51%	0,00%	87,24%	0,00%	0,00%	88,79%	83,96%
0340 Programado	-	60	7	72	155	-	264	-	-	-	-	-	558
0340 Empenhado	-	60	7	72	65	-	-	-	-	-	-	-	204
0340 Emp. x Prog.	0,00%	99,83%	100,00%	100,00%	41,79%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	36,50%
0360 Programado	-	20	-	10	-	0	4.800	2.632	-	1	-	5	7.468
0360 Empenhado	-	20	-	10	-	0	0	2.632	-	1	-	-	2.663
0360 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,98%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	35,66%
0369 Programado	0	7	10	2.476	15	2	15	32	16	0	2.058	4.245	8.877
0369 Empenhado	-	7	10	2.476	15	2	15	32	16	0	2.057	4.203	8.834
0369 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	98,51%	100,00%	99,36%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,96%	99,02%	99,52%
0380 Programado	-	28	-	9.746	-	-	-	-	-	-	-	-	9.774
0380 Empenhado	-	-	-	9.746	-	-	-	-	-	-	-	-	9.746
0380 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,71%
0381 Programado	-	-	-	-	-	-	-	17.169	3.389	3	-	-	20.560
0381 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	17.169	3.389	3	-	-	20.560
0381 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	98,45%	0,00%	0,00%	100,00%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0382	Programado	1.606	638	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.244
	Empenhado	1.605	638	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.243
	Emp. x Prog.	99,92%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,94%
0383	Programado	-	2.385	2.803	3.127	3.449	3.404	3.353	3.341	3.412	28.437	17.523	95.264
	Empenhado	-	2.385	2.803	3.119	3.446	3.401	3.352	3.338	3.411	28.437	17.523	3.555
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,76%	99,91%	99,90%	99,96%	99,94%	99,97%	100,00%	100,00%	3,73%
0384	Programado	-	14	1	9	285	202	791	833	1.335	688	525	1.024
	Empenhado	-	14	1	9	285	199	789	833	1.335	688	525	1.024
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,27%	99,74%	74,56%	25,34%	68,04%	49,07%	19,58%
0385	Programado	99	6.509	5.125	982	1.614	548	5.424	5.348	4.739	1.362	3.370	12.530
	Empenhado	76	1.293	5.005	744	1.418	548	892	5.322	2.688	301	771	2.195
	Emp. x Prog.	76,76%	19,87%	97,66%	75,81%	87,89%	100,00%	16,44%	99,52%	56,72%	22,09%	22,88%	17,52%
0386	Programado	-	-	-	2.193	-	-	-	-	-	-	-	2.193
	Empenhado	-	-	-	2.193	-	-	-	-	-	-	-	2.193
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0387	Programado	-	-	-	-	41	-	-	-	-	-	-	55
	Empenhado	-	-	-	-	41	-	-	-	-	-	-	55
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0388	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	661
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0391	Programado	-	179.475	86.874	37.743	32.451	28.391	21.586	32.007	20.131	18.664	13.064	137.824
	Empenhado	-	152.883	68.171	32.296	30.329	22.744	18.062	10.694	9.176	12.288	6.624	19.531
	Emp. x Prog.	0,00%	85,18%	78,47%	85,57%	93,46%	80,11%	83,68%	33,41%	45,58%	65,84%	50,70%	14,17%
0392	Programado	-	3.921	5.284	5.561	1.982	1.229	927	246	199	179	144	2.555
	Empenhado	-	3.862	4.753	4.605	1.385	532	255	175	140	64	28	15.800
	Emp. x Prog.	0,00%	98,52%	89,95%	82,80%	69,87%	43,31%	27,54%	70,94%	70,31%	35,54%	19,74%	0,00%
0395	Programado	22.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.423
	Empenhado	15.874	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.874
	Emp. x Prog.	72,15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	67,77%
0397	Programado	-	-	-	-	962	67	67	67	120	67	67	67
	Empenhado	-	-	-	-	962	67	67	67	120	67	67	67
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0398	Programado	0	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	494
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0623	Programado	-	-	250	6.624	10.608	4.292	2.437	1.199	2.729	2.623	26.688	1.270
	Empenhado	-	-	250	6.617	10.530	3.332	2.408	1.196	2.599	2.504	10.253	247
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	99,90%	99,27%	77,64%	98,81%	99,71%	95,25%	95,48%	38,42%	19,42%
0625	Programado	-	30	41	84	68	28	86	0	139	4	2.817	3.331
	Empenhado	-	30	38	43	67	27	45	0	92	4	17	380
	Emp. x Prog.	0,00%	99,80%	92,85%	51,12%	98,52%	98,01%	51,68%	100,00%	66,19%	100,00%	0,60%	50,69%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0628	Programado	524	9.490	6.325	3.255	3.343	3.428	857	773	2.242	532	1.337	9.463	41.569
	Empenhado	524	6.130	4.510	1.952	2.952	3.172	801	724	1.631	388	279	1.295	24.358
	Emp. x Prog.	100,00%	64,60%	71,31%	59,98%	88,32%	92,54%	93,43%	93,64%	72,74%	72,86%	20,83%	13,69%	58,60%
0629	Programado	-	-	980	513	3.467	3.636	800	284	171	233	177	6.846	17.107
	Empenhado	-	-	980	513	3.383	3.612	800	267	171	233	99	167	10.223
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	97,55%	99,34%	100,00%	93,85%	100,00%	100,00%	55,60%	2,44%	59,76%
0632	Programado	-	-	232	-	-	-	-	-	-	-	-	-	232
	Empenhado	-	-	232	-	-	-	-	-	-	-	-	-	232
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0640	Programado	648	20.559	2.883	2.287	5.223	1.267	781	1.799	1.380	4.920	62.519	10.774	115.040
	Empenhado	83	17.479	2.649	2.235	5.140	1.222	629	1.679	1.271	4.544	62.470	2.808	102.211
	Emp. x Prog.	12,77%	85,02%	91,88%	97,75%	98,42%	96,46%	80,59%	93,29%	92,11%	92,35%	99,92%	26,06%	88,85%
0647	Programado	222	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	222
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0650	Programado	284.298	111.935	11.334	4.234	4.214	4.225	-	-	-	42	71.209	-	491.490
	Empenhado	284.298	111.935	8.860	4.234	4.214	4.225	-	-	-	42	71.209	-	489.016
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	78,17%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	99,50%
0660	Programado	-	25	56	527	411	388	78	30	177	35	405	534	2.666
	Empenhado	-	23	55	527	393	97	72	30	34	35	370	30	1.666
	Emp. x Prog.	0,00%	95,35%	98,87%	100,00%	95,49%	25,07%	91,42%	99,72%	19,33%	99,17%	91,53%	5,65%	62,51%
0661	Programado	-	3.203	1.340	147	376	355	1.130	11.820	516	685	581	689	20.843
	Empenhado	-	3.203	121	128	316	324	1.058	11.809	451	582	471	326	18.789
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	9,01%	87,36%	84,03%	91,23%	93,63%	99,90%	87,28%	84,94%	81,08%	47,34%	90,14%
0662	Programado	-	6.851	434	1.974	1.732	1.019	2.064	10.053	446	578	291	187	25.631
	Empenhado	-	1.484	220	1.966	1.434	970	2.063	10.052	422	571	260	135	19.577
	Emp. x Prog.	0,00%	21,66%	50,70%	99,59%	82,79%	95,19%	99,98%	99,98%	94,43%	98,67%	89,48%	72,11%	76,38%
0665	Programado	-	4.343	247	451	643	248	211	211	211	211	211	211	7.200
	Empenhado	-	4.343	247	440	602	207	201	201	201	201	201	172	7.015
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	97,58%	93,68%	83,59%	94,91%	94,91%	94,91%	94,91%	94,91%	81,53%	97,43%
0669	Programado	22.686	6.711	11.389	6.566	31.309	1.844	3.524	5.185	11.653	34.710	1.760	16.844	154.181
	Empenhado	19.964	6.124	9.881	5.710	28.780	1.771	254	4.494	10.755	1.703	1.053	4.027	94.518
	Emp. x Prog.	88,00%	91,26%	86,76%	86,97%	91,92%	96,07%	7,21%	86,67%	92,29%	4,91%	59,84%	23,91%	61,30%
0680	Programado	82	653	61	-	-	1.658	-	0	-	1.332	98	9.482	13.366
	Empenhado	82	653	61	-	-	964	-	-	-	218	58	58	2.093
	Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	58,11%	0,00%	0,00%	0,00%	16,37%	58,86%	0,61%	15,66%
0682	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	1.098	-	-	-	1.098
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	1.098	-	-	-	1.098
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0684	Programado	1.082	120	105	91	177	1.591	1.318	637	8.724	1.877	2.021	5.044	22.789
	Empenhado	-	17	16	30	30	86	48	572	1.614	1.540	1.579	3.829	9.361
	Emp. x Prog.	0,00%	14,39%	15,43%	32,57%	16,73%	5,41%	3,66%	89,69%	18,50%	82,05%	78,11%	75,91%	41,08%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
0685	Programado	114	5.439	4.104	1.286	3.783	3.707	6.711	2.647	1.963	7.479	3.507	20.929	61.669
	Empenhado	112	3.318	3.602	1.237	3.764	3.644	5.840	2.329	789	4.934	3.058	2.661	35.288
	Emp. x Prog.	97,66%	61,01%	87,78%	96,16%	99,49%	98,30%	87,02%	87,96%	40,22%	65,97%	87,20%	12,72%	57,22%
0689	Programado	-	55.560	-	2.826	-	-	-	10.000	-	-	-	-	68.387
	Empenhado	-	55.560	-	2.826	-	-	-	10.000	-	-	-	-	68.387
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0698	Programado	430	231	134	229	190	58	109	8	22	8	45	27	1.492
	Empenhado	430	20	134	229	190	58	10	8	10	8	45	-	1.143
	Emp. x Prog.	100,00%	8,69%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	9,09%	100,00%	45,54%	100,00%	100,00%	0,00%	76,61%
0699	Programado	-	-	109	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109
	Empenhado	-	-	109	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
1100	Programado	-	-	156	-	-	142	83	210	21	-	29	92	734
	Empenhado	-	-	152	-	-	142	51	210	21	-	29	-	606
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	97,26%	0,00%	0,00%	100,00%	61,93%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	82,62%
2191	Programado	-	-	-	430	11.421	3.322	1.881	15.789	575	1.225	180	7.165	41.989
	Empenhado	-	-	-	430	11.421	3.322	1.881	15.789	575	1.225	180	-	34.824
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	82,94%
2391	Programado	-	104	-	-	-	2.231	4.317	3.951	73	-	4.208	10.799	25.683
	Empenhado	-	104	-	-	-	2.231	2.151	1.499	73	-	4.208	112	10.378
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	49,83%	37,93%	100,00%	0,00%	100,00%	1,04%	40,41%
4191	Programado	-	-	-	-	11.919	-	-	4.247	217	-	7.001	3.880	27.264
	Empenhado	-	-	-	-	11.919	-	-	4.247	183	-	7.001	400	23.750
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	84,40%	0,00%	100,00%	10,31%	87,11%
4391	Programado	-	11.585	-	-	-	-	-	5.800	-	-	2.200	1.415	21.000
	Empenhado	-	11.585	-	-	-	-	-	5.800	-	-	2.200	-	19.585
	Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	93,26%
7100	Programado	-	87	1.119	128	18	24	391	5	5	393	117	1.655	3.942
	Empenhado	-	-	1.119	-	18	3	50	4	3	393	117	251	1.957
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	10,63%	12,84%	88,05%	71,73%	99,89%	99,63%	15,16%	49,66%
7111	Programado	192	12	-	-	-	-	92	-	19	-	221	0	535
	Empenhado	191	12	-	-	-	-	92	-	19	-	221	-	534
	Emp. x Prog.	99,65%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,79%
7240	Programado	-	-	-	260	-	-	-	40	-	-	-	-	300
	Empenhado	-	-	-	260	-	-	-	-	-	-	-	-	260
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	86,73%
7261	Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.868	5	76	1.949
	Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.868	5	-	1.873
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	96,13%
7269	Programado	-	-	1.469	-	12	200	-	2.333	200	199	199	363	4.976
	Empenhado	-	-	1.457	-	-	200	-	231	200	199	199	363	2.849
	Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	99,17%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	9,89%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	57,25%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - CONSOLIDADO GERAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
7300 Programado	-	1.636	835	172	710	211	329	46	929	8	776	3.127	8.778
7300 Empenhado	-	170	781	172	201	207	18	44	44	8	19	868	2.532
7300 Emp. x Prog.	0,00%	10,38%	93,49%	100,00%	28,29%	98,24%	5,62%	95,93%	4,77%	100,00%	2,46%	27,76%	28,85%
7311 Programado	-	139	4	3	-	0	35	-	-	-	-	15	197
7311 Empenhado	-	139	4	3	-	0	35	-	-	-	-	-	182
7311 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	92,24%
7329 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
7329 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7329 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7629 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000
7629 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7629 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7640 Programado	-	-	-	-	-	3	3	60	1	1	-	60	128
7640 Empenhado	-	-	-	-	-	1	0	-	1	0	-	-	3
7640 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	53,59%	12,14%	0,00%	89,05%	28,54%	0,00%	0,00%	2,39%
7662 Programado	-	-	-	-	-	-	-	10	39	-	-	-	49
7662 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	10	39	-	-	-	49
7662 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
7669 Programado	-	-	641	15	7	7	7	7	415	138	566	1.616	3.421
7669 Empenhado	-	-	45	15	5	-	-	-	363	7	495	1.312	2.242
7669 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	6,96%	100,00%	61,50%	0,00%	0,00%	0,00%	87,47%	5,32%	87,36%	81,19%	65,53%
7680 Programado	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
7680 Empenhado	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
7680 Emp. x Prog.	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
8263 Programado	-	-	-	254	647	272	272	52	839	887	2.946	544	6.711
8263 Empenhado	-	-	-	254	647	272	272	52	63	-	2.874	544	4.977
8263 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	7,47%	0,00%	97,58%	100,00%	74,16%
0198 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	340	340
0198 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	340	340
0198 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
TOTAL Program.	2.052.110	1.943.577	1.932.067	1.940.596	2.278.966	2.325.057	1.976.943	2.092.592	2.094.782	2.237.398	2.309.646	3.657.401	26.841.135
TOTAL Emp.	1.865.384	1.837.576	1.849.281	1.867.409	2.150.323	2.136.804	1.879.589	1.966.540	1.934.969	2.094.982	2.166.653	2.430.069	24.179.579
TOTAL Emp x Pro.	90,90%	94,55%	95,72%	96,23%	94,36%	91,90%	95,08%	93,98%	92,37%	93,63%	93,81%	66,44%	90,08%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Notas:

1 - Para o Poder Executivo, os valores 'Programados' são aqueles estabelecidos na Programação Financeira (Decretos nº 578, de 28/01/2016, e Decreto nº 997, de 15/12/2016) e representam o limite mensal de empenho por fonte de recurso.

2 - A Programação Financeira é liberada por meio das Cotas Financeiras mensais, que apresentam os limites os quais os empenhos poderão ser efetuados. Assim, no momento da emissão dos empenhos, as cotas financeiras são reduzidas das respectivas programações financeiras.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

Franc Ribeiro Correa
Diretor do Tesouro Estadual

Márcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100 Programado	713.959	787.970	927.538	885.980	948.765	1.085.809	969.558	974.491	988.114	1.096.383	912.470	1.154.817	11.445.854
0100 Empenhado	700.005	786.972	926.182	883.746	943.165	994.486	953.837	969.059	981.520	1.082.329	898.913	1.102.008	11.222.222
0100 Emp. x Prog.	98,05%	99,87%	99,85%	99,75%	99,41%	91,59%	98,38%	99,44%	99,33%	98,72%	98,51%	95,43%	98,05%
0101 Programado	-	-	-	2.793	-	1.483	283	7.141	283	932	350	6.740	20.007
0101 Empenhado	-	-	-	2.793	-	1.483	283	7.141	283	932	350	6.740	20.007
0101 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0111 Programado	29.593	34.218	42.720	43.409	47.364	52.386	49.421	51.530	44.923	43.255	49.024	48.908	536.751
0111 Empenhado	29.580	33.851	42.683	43.374	47.331	49.952	49.391	51.502	44.892	43.199	48.977	43.942	528.673
0111 Emp. x Prog.	99,96%	98,93%	99,91%	99,92%	99,93%	95,35%	99,94%	99,95%	99,93%	99,87%	99,90%	89,85%	98,50%
0119 Programado	882	1.122	1.082	1.216	1.227	1.316	1.146	1.589	1.356	1.961	2.623	18.212	33.732
0119 Empenhado	767	1.030	992	1.121	1.148	1.230	1.056	1.525	1.239	1.312	2.023	9.502	22.944
0119 Emp. x Prog.	87,01%	91,80%	91,70%	92,13%	93,58%	93,47%	92,11%	95,95%	91,40%	66,90%	77,13%	52,17%	68,02%
0120 Programado	14.400	29.720	19.120	13.252	14.969	19.027	13.312	15.793	21.692	16.788	18.556	14.849	211.476
0120 Empenhado	14.400	29.716	19.117	13.237	14.963	18.997	13.292	15.788	21.684	16.780	18.378	13.921	210.271
0120 Emp. x Prog.	100,00%	99,99%	99,98%	99,89%	99,96%	99,85%	99,85%	99,97%	99,96%	99,95%	99,04%	93,75%	99,43%
0121 Programado	87	1.525	843	3.862	1.989	1.373	5.875	2.639	2.332	5.537	1.673	5.486	33.221
0121 Empenhado	87	1.491	843	3.839	1.989	1.373	5.854	2.635	2.332	5.518	1.304	960	28.225
0121 Emp. x Prog.	100,00%	97,76%	100,00%	99,40%	100,00%	100,00%	99,63%	99,84%	100,00%	99,65%	77,98%	17,51%	84,96%
0122 Programado	63	113	761	7.640	794	7.009	4.440	1.240	528	1.309	16.616	12.585	53.097
0122 Empenhado	63	93	670	7.637	794	6.971	4.405	1.195	480	1.238	16.451	8.821	48.818
0122 Emp. x Prog.	100,00%	82,51%	88,11%	99,96%	99,99%	99,46%	99,20%	96,35%	90,87%	94,62%	99,00%	70,09%	91,94%
0124 Programado	-	979	4.772	2.398	6.381	6.898	4.693	5.148	16.761	6.080	11.060	1.819	66.990
0124 Empenhado	-	979	4.772	2.396	6.363	6.898	4.693	5.101	16.500	6.068	10.329	1.369	65.466
0124 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,92%	99,71%	100,00%	100,00%	99,10%	98,44%	99,80%	93,38%	75,23%	97,73%
0128 Programado	354	959	3.578	3.584	550	4.138	2.127	524	2.532	7.092	1.553	15.018	42.010
0128 Empenhado	335	957	3.289	3.549	541	3.781	2.072	463	2.494	7.052	1.507	12.212	38.251
0128 Emp. x Prog.	94,81%	99,72%	91,94%	99,01%	98,25%	91,36%	97,39%	88,37%	98,49%	99,44%	97,05%	81,32%	91,05%
0129 Programado	25	374	337	449	508	632	329	1.780	369	1.009	994	2.539	9.348
0129 Empenhado	10	367	328	436	495	534	140	1.661	101	791	663	353	5.881
0129 Emp. x Prog.	40,00%	97,94%	97,24%	96,97%	97,52%	84,52%	42,52%	93,31%	27,42%	78,39%	66,72%	13,91%	62,91%
0131 Programado	122.956	103.864	174.502	163.006	180.356	171.802	176.987	181.272	182.550	185.684	193.857	204.395	2.041.231
0131 Empenhado	122.956	103.864	174.502	163.006	180.356	171.802	176.982	181.262	182.539	185.658	193.784	203.687	2.040.397
0131 Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%	99,99%	99,96%	99,65%	99,96%
0140 Programado	-	-	-	-	-	-	-	1.716	-	146	1	787	2.650
0140 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	1.716	-	146	1	776	2.639
0140 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	98,57%	99,58%
0160 Programado	-	-	-	-	-	3.950	-	-	3.549	-	-	9.319	16.819
0160 Empenhado	-	-	-	-	-	3.950	-	-	3.549	-	-	9.319	16.819
0160 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0161 Programado	-	3.987	22.441	15.602	19.736	25.716	12.477	9.139	6.571	6.027	3.581	9.101	134.380
0161 Empenhado	-	3.969	22.419	15.567	19.577	24.243	12.370	8.955	5.555	5.489	3.258	2.830	124.232
0161 Emp. x Prog.	0,00%	99,55%	99,90%	99,77%	99,20%	94,27%	99,14%	97,98%	84,53%	91,07%	90,96%	31,10%	92,45%
0162 Programado	6.509	8.877	2.945	4.016	7.634	9.118	6.141	9.417	7.295	13.191	9.404	19.617	104.163
0162 Empenhado	6.451	8.806	2.870	3.948	7.054	7.495	5.386	8.548	6.577	11.791	8.449	14.797	92.172
0162 Emp. x Prog.	99,10%	99,20%	97,47%	98,33%	92,40%	82,21%	87,70%	90,76%	90,16%	89,39%	89,85%	75,43%	88,49%
0169 Programado	-	-	-	-	-	228	229	29	3.708	5.355	5.750	60.707	76.006
0169 Empenhado	-	-	-	-	-	228	229	29	3.708	5.348	5.668	43.262	58.471
0169 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,87%	98,57%	71,26%	76,93%
0180 Programado	-	7.589	17.700	9.000	9.333	9.167	9.000	9.298	10.598	23.920	23.090	23.100	151.794
0180 Empenhado	-	7.589	17.700	9.000	9.333	9.167	9.000	9.298	10.598	23.920	23.090	23.100	151.794
0180 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0181 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.700	1.700
0181 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.700	1.700
0181 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0185 Programado	-	-	13	4	3	1.260	1.381	7.240	6.367	14.621	11.047	26.036	67.972
0185 Empenhado	-	-	13	4	3	1.218	1.381	4.915	6.311	13.421	7.064	11.802	46.130
0185 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	96,68%	100,00%	67,88%	99,11%	91,79%	63,95%	45,33%	67,87%
0186 Programado	200	1.099	1.047	461	574	4.849	3.320	5.576	1.654	682	682	1.836	21.979
0186 Empenhado	200	1.099	1.047	461	574	4.780	3.320	5.576	1.654	682	680	1.836	21.908
0186 Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,58%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,72%	100,00%	99,68%
0187 Programado	-	118	59	59	59	351	108	108	108	108	108	108	1.293
0187 Empenhado	-	118	59	59	59	351	108	108	108	108	108	108	1.293
0187 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0191 Programado	-	320	30.430	24.855	232.296	58.723	28.383	37.166	41.003	22.504	50.428	228.050	754.159
0191 Empenhado	-	85	30.430	23.165	204.546	38.955	28.138	29.983	32.121	22.457	41.545	72.193	523.619
0191 Emp. x Prog.	0,00%	26,60%	100,00%	93,20%	88,05%	66,34%	99,14%	80,67%	78,34%	99,79%	82,38%	31,66%	69,43%
0192 Programado	5.766	4.611	9.481	21.137	15.942	9.045	15.342	12.477	14.360	6.365	45.387	2.772	162.685
0192 Empenhado	5.642	4.191	9.189	13.397	15.934	9.026	15.328	11.476	13.261	6.344	41.500	565	145.854
0192 Emp. x Prog.	97,84%	90,90%	96,93%	63,38%	99,95%	99,79%	99,91%	91,98%	92,35%	99,67%	91,44%	20,38%	89,65%
0193 Programado	-	-	-	-	-	-	23.854	495	-	-	-	22.861	47.211
0193 Empenhado	-	-	-	-	-	-	23.854	495	-	-	-	22.861	47.211
0193 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0199 Programado	-	2.000	-	-	2.000	-	-	-	-	873	2.271	4.828	11.971
0199 Empenhado	-	2.000	-	-	2.000	-	-	-	-	873	2.271	4.827	11.970
0199 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	99,98%	99,99%
0223 Programado	25.951	39.623	38.937	34.473	28.913	36.771	42.903	45.185	45.407	67.183	65.005	84.498	554.849
0223 Empenhado	25.946	39.617	37.108	34.406	28.840	36.704	42.902	44.718	44.820	64.613	63.504	80.361	543.537
0223 Emp. x Prog.	99,98%	99,98%	95,30%	99,80%	99,75%	99,82%	100,00%	98,97%	98,71%	96,17%	97,69%	95,10%	97,96%
0225 Programado	-	1	19	590	-	-	7	-	50	23	21	-	711
0225 Empenhado	-	1	19	-	-	-	7	-	21	-	20	-	69
0225 Emp. x Prog.	0,00%	87,50%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	41,44%	0,00%	99,46%	0,00%	9,69%
0228 Programado	3.594	1.777	2.307	7.794	2.970	4.211	1.849	2.235	2.659	5.271	2.789	13.931	51.387
0228 Empenhado	3.508	1.685	2.228	7.597	2.369	4.077	1.605	2.153	2.545	4.239	2.574	5.103	39.684
0228 Emp. x Prog.	97,60%	94,82%	96,60%	97,48%	79,76%	96,81%	86,84%	96,30%	95,72%	80,43%	92,31%	36,63%	77,23%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0229 Programado	768	702	897	1.637	3.280	3.175	1.860	1.323	2.586	3.631	1.664	7.813	29.337
0229 Empenhado	664	643	820	1.543	3.248	3.103	1.847	1.297	2.535	3.608	1.479	1.464	22.250
0229 Emp. x Prog.	86,38%	91,52%	91,43%	94,26%	99,00%	97,74%	99,29%	98,06%	98,05%	99,35%	88,90%	18,73%	75,84%
0232 Programado	-	-	-	-	-	-	-	1.838	-	-	767	1	2.606
0232 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	1.838	-	-	767	-	2.605
0232 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,97%
0240 Programado	35.741	38.249	40.693	38.267	40.158	156.188	58.044	56.800	57.009	63.251	79.987	99.988	764.376
0240 Empenhado	35.520	37.666	40.186	37.796	39.224	155.580	57.424	56.190	56.380	61.747	78.158	54.601	710.471
0240 Emp. x Prog.	99,38%	98,47%	98,75%	98,77%	97,67%	99,61%	98,93%	98,93%	98,90%	97,62%	97,71%	54,61%	92,95%
0250 Programado	123.204	121.123	134.843	168.469	194.466	157.825	163.425	170.385	247.511	187.001	196.299	227.170	2.091.720
0250 Empenhado	123.168	121.108	134.833	168.464	163.444	157.815	163.418	170.369	201.518	186.958	195.957	224.544	2.011.596
0250 Emp. x Prog.	99,97%	99,99%	99,99%	100,00%	84,05%	99,99%	100,00%	99,99%	81,42%	99,98%	99,83%	98,84%	96,17%
0260 Programado	441	545	673	721	516	399	463	522	639	548	677	5.636	11.779
0260 Empenhado	407	477	673	637	514	392	427	505	519	512	627	1.002	6.691
0260 Emp. x Prog.	92,39%	87,48%	99,98%	88,34%	99,66%	98,23%	92,17%	96,81%	81,17%	93,28%	92,64%	17,78%	56,80%
0261 Programado	-	36.406	37.351	89.741	99.583	117.103	25.512	8.772	9.297	9.853	8.886	34.941	477.446
0261 Empenhado	-	36.406	37.351	89.707	99.518	116.825	25.486	8.716	9.278	9.471	8.615	34.616	475.990
0261 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,96%	99,93%	99,76%	99,90%	99,36%	99,80%	96,12%	96,94%	99,07%	99,70%
0263 Programado	2.000	2.000	2.000	3.529	3.807	3.177	4.373	4.525	3.298	2.998	10.870	11.614	54.189
0263 Empenhado	2.000	2.000	2.000	3.512	3.630	3.047	4.242	4.215	3.000	2.000	9.068	8.237	46.951
0263 Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	99,51%	95,34%	95,90%	97,02%	93,16%	90,98%	66,72%	83,42%	70,93%	86,64%
0265 Programado	1.420	162	1.441	9.294	2.903	3.850	5.120	5.661	5.980	5.324	5.725	2.465	49.345
0265 Empenhado	1.347	121	1.418	9.158	2.868	3.741	4.933	5.357	5.434	4.824	4.215	2.344	45.760
0265 Emp. x Prog.	94,90%	74,27%	98,42%	98,54%	98,80%	97,16%	96,34%	94,64%	90,87%	90,61%	73,62%	95,07%	92,74%
0266 Programado	-	-	378	905	-	-	461	1.439	4.233	674	2.573	7.671	18.335
0266 Empenhado	-	-	378	905	-	-	461	1.439	4.233	674	2.573	7.241	17.904
0266 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,39%	97,65%
0269 Programado	6.071	9.440	9.583	11.266	8.407	10.979	12.644	23.148	17.548	26.249	23.161	65.113	223.607
0269 Empenhado	6.065	9.427	9.575	11.247	8.394	10.701	12.009	22.842	16.183	25.726	22.440	55.020	209.628
0269 Emp. x Prog.	99,91%	99,86%	99,92%	99,83%	99,84%	97,47%	94,98%	98,68%	92,23%	98,01%	96,89%	84,50%	93,75%
0280 Programado	-	-	-	3	4	77	1	-	-	9	56	185	336
0280 Empenhado	-	-	-	3	4	77	1	-	-	8	55	27	176
0280 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	90,63%	97,18%	14,63%	52,32%
0285 Programado	-	18	117	1.254	187	2.625	924	1.429	2.160	2.785	6.558	4.697	22.755
0285 Empenhado	-	18	76	1.254	187	2.625	780	1.429	1.876	1.596	3.798	2.935	16.574
0285 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	65,06%	100,00%	100,00%	99,99%	84,39%	100,00%	86,82%	57,31%	57,91%	62,48%	72,83%
0298 Programado	-	23	2	-	8	-	-	-	63	350	214	3.607	4.267
0298 Empenhado	-	23	2	-	8	-	-	-	27	350	32	1.359	1.801
0298 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	42,10%	100,00%	14,96%	37,68%	42,20%
0299 Programado	2	90	1.036	663	812	1.581	1.879	2.545	5.142	1.798	2.173	2.587	20.310
0299 Empenhado	2	90	1.036	663	812	1.581	1.878	2.523	5.142	1.798	2.171	2.527	20.224
0299 Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,96%	99,15%	100,00%	100,00%	99,88%	97,67%	99,58%
0300 Programado	90	411	945	506	797	866	804	6.761	896	1.627	1.463	7.403	22.569
0300 Empenhado	-	411	644	222	389	403	357	6.201	474	518	422	6.996	17.039
0300 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	68,16%	43,98%	48,84%	46,58%	44,34%	91,72%	52,89%	31,86%	28,84%	94,51%	75,50%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0301 Programado	-	-	-	-	17	63	374	349	63	63	403	63	1.396
0301 Empenhado	-	-	-	-	17	63	374	349	63	63	402	63	1.396
0301 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%	99,59%	100,00%	99,91%	100,00%	99,95%
0302 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	15
0302 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	11
0302 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	75,08%	0,00%	75,08%
0309 Programado	-	-	-	3.638	6.282	12.650	7.591	5.997	2.787	2.862	1.581	27.876	71.264
0309 Empenhado	-	-	-	3.638	6.267	12.627	7.518	5.758	2.486	2.833	1.537	16.085	58.748
0309 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	99,75%	99,82%	99,04%	96,00%	89,20%	98,99%	97,25%	57,70%	82,44%
0310 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	22
0310 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	22
0310 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0311 Programado	-	10.194	5.282	1.367	243	711	-	-	62	4.034	775	5.585	28.253
0311 Empenhado	-	10.194	5.282	1.367	243	711	-	-	62	4.034	775	1.762	24.430
0311 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	31,55%	86,47%
0319 Programado	-	-	350	66	224	46	76	98	169	27	52	3.530	4.638
0319 Empenhado	-	-	-	66	223	46	76	98	169	27	49	2.122	2.875
0319 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	99,22%	99,59%	100,00%	99,63%	99,95%	100,00%	100,00%	93,99%	60,11%	61,99%
0320 Programado	-	-	5.032	378	33	20	8	4	30	8	32	79	5.625
0320 Empenhado	-	-	5.032	378	33	20	8	4	22	8	32	79	5.617
0320 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	72,68%	100,00%	100,00%	99,88%	99,85%
0321 Programado	-	208	533	817	372	487	623	102	94	-	42	287	3.563
0321 Empenhado	-	208	533	817	372	487	623	102	94	-	42	-	3.276
0321 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,98%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	91,94%
0324 Programado	4.197	4.376	520	1.121	745	4.529	2.842	1.604	1.373	192	760	590	22.849
0324 Empenhado	2.143	-	520	1.121	706	1.369	1.161	978	553	-	437	349	9.336
0324 Emp. x Prog.	51,04%	0,00%	100,00%	100,00%	94,77%	30,22%	40,85%	61,00%	40,28%	0,00%	57,46%	59,08%	40,86%
0325 Programado	-	-	-	-	-	5	-	-	-	0	-	-	5
0325 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	0
0325 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	3,71%
0326 Programado	-	-	-	5	4	-	-	-	-	277	-	-	286
0326 Empenhado	-	-	-	1	4	-	-	-	-	66	-	-	71
0326 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	21,12%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	23,69%	0,00%	0,00%	24,74%
0328 Programado	-	4.174	1.812	489	219	47	857	144	-	483	-	471	8.696
0328 Empenhado	-	4.174	1.812	488	219	47	260	144	-	483	-	-	7.628
0328 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,92%	100,00%	100,00%	30,28%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	87,71%
0329 Programado	-	-	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52
0329 Empenhado	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50
0329 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	96,70%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	96,70%
0331 Programado	-	-	-	1.907	-	-	-	-	-	-	-	-	1.907
0331 Empenhado	-	-	-	1.907	-	-	-	-	-	-	-	-	1.907
0331 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0332 Programado	-	600	683	-	420	-	741	-	3.373	-	-	95	5.913
0332 Empenhado	-	600	276	-	420	-	641	-	2.942	-	-	85	4.965
0332 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	40,40%	0,00%	100,00%	0,00%	86,51%	0,00%	87,24%	0,00%	0,00%	88,79%	83,96%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0340 Programado	-	57	7	72	6	-	264	-	-	-	-	-	406
0340 Empenhado	-	56	7	72	6	-	-	-	-	-	-	-	141
0340 Emp. x Prog.	0,00%	99,82%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	34,85%
0360 Programado	-	-	-	7	-	-	-	2.631	-	1	-	5	2.644
0360 Empenhado	-	-	-	7	-	-	-	2.631	-	1	-	-	2.639
0360 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	99,82%
0369 Programado	-	-	-	1.063	-	-	-	31	15	-	2.050	4.202	7.362
0369 Empenhado	-	-	-	1.063	-	-	-	31	15	-	2.050	4.202	7.362
0369 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0380 Programado	-	28	-	9.746	-	-	-	-	-	-	-	-	9.774
0380 Empenhado	-	-	-	9.746	-	-	-	-	-	-	-	-	9.746
0380 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,71%
0381 Programado	-	-	-	-	-	-	-	17.169	3.389	3	-	-	20.560
0381 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	17.169	3.389	3	-	-	20.560
0381 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	98,45%	0,00%	0,00%	100,00%
0385 Programado	99	6.509	5.125	982	1.614	548	5.424	5.348	4.739	1.362	3.370	12.530	47.650
0385 Empenhado	76	1.293	5.005	744	1.418	548	892	5.322	2.688	301	771	2.195	21.254
0385 Emp. x Prog.	76,76%	19,87%	97,66%	75,81%	87,89%	100,00%	16,44%	99,52%	56,72%	22,09%	22,88%	17,52%	44,61%
0386 Programado	-	-	-	2.193	-	-	-	-	-	-	-	-	2.193
0386 Empenhado	-	-	-	2.193	-	-	-	-	-	-	-	-	2.193
0386 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0387 Programado	-	-	-	-	-	41	-	-	-	-	-	13	55
0387 Empenhado	-	-	-	-	-	41	-	-	-	-	-	13	55
0387 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
0388 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	661	661
0388 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0388 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0391 Programado	-	179.475	86.874	37.743	32.451	28.391	21.586	32.007	20.131	18.664	13.064	137.824	608.210
0391 Empenhado	-	152.883	68.171	32.296	30.329	22.744	18.062	10.694	9.176	12.288	6.624	19.531	382.798
0391 Emp. x Prog.	0,00%	85,18%	78,47%	85,57%	93,46%	80,11%	83,68%	33,41%	45,58%	65,84%	50,70%	14,17%	62,94%
0392 Programado	-	3.921	5.284	5.561	1.982	1.229	927	246	199	179	144	2.555	22.229
0392 Empenhado	-	3.862	4.753	4.605	1.385	532	255	175	140	64	28	-	15.800
0392 Emp. x Prog.	0,00%	98,52%	89,95%	82,80%	69,87%	43,31%	27,54%	70,94%	70,31%	35,54%	19,74%	0,00%	71,08%
0397 Programado	-	-	-	-	962	67	67	67	120	67	67	67	1.482
0397 Empenhado	-	-	-	-	962	67	67	67	120	67	67	67	1.482
0397 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0623 Programado	-	-	250	6.624	10.608	4.292	2.437	1.199	2.729	2.623	26.688	1.270	58.717
0623 Empenhado	-	-	250	6.617	10.530	3.332	2.408	1.196	2.599	2.504	10.253	247	39.935
0623 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	99,90%	99,27%	77,64%	98,81%	99,71%	95,25%	95,48%	38,42%	19,42%	68,01%
0625 Programado	-	30	41	84	68	28	86	0	139	4	2.817	34	3.331
0625 Empenhado	-	30	38	43	67	27	45	0	92	4	17	17	380



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0625 Emp. x Prog.	0,00%	99,80%	92,85%	51,12%	98,52%	98,01%	51,68%	100,00%	66,19%	100,00%	0,60%	50,69%	11,41%
0628 Programado	524	9.490	6.325	3.255	3.343	3.428	857	773	2.242	532	1.337	9.463	41.569
0628 Empenhado	524	6.130	4.510	1.952	2.952	3.172	801	724	1.631	388	279	1.295	24.358
0628 Emp. x Prog.	100,00%	64,60%	71,31%	59,98%	88,32%	92,54%	93,43%	93,64%	72,74%	72,86%	20,83%	13,69%	58,60%
0629 Programado	-	-	980	513	3.467	3.636	800	284	171	233	177	6.846	17.107
0629 Empenhado	-	-	980	513	3.383	3.612	800	267	171	233	99	167	10.223
0629 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	97,55%	99,34%	100,00%	93,85%	100,00%	100,00%	55,60%	2,44%	59,76%
0632 Programado	-	-	232	-	-	-	-	-	-	-	-	-	232
0632 Empenhado	-	-	232	-	-	-	-	-	-	-	-	-	232
0632 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0640 Programado	253	20.534	2.825	2.213	748	1.206	720	1.329	1.310	1.336	62.384	6.371	101.231
0640 Empenhado	80	17.474	2.614	2.177	691	1.168	576	1.285	1.208	967	62.379	2.095	92.715
0640 Emp. x Prog.	31,62%	85,10%	92,54%	98,38%	92,43%	96,85%	79,97%	96,67%	92,23%	72,36%	99,99%	32,88%	91,59%
0650 Programado	284.298	111.935	11.334	4.234	4.214	4.225	-	-	-	42	71.209	-	491.490
0650 Empenhado	284.298	111.935	8.860	4.234	4.214	4.225	-	-	-	42	71.209	-	489.016
0650 Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	78,17%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	99,50%
0660 Programado	-	21	56	527	411	388	78	30	177	35	405	534	2.663
0660 Empenhado	-	21	55	527	393	97	72	30	34	35	370	30	1.664
0660 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	98,87%	100,00%	95,49%	25,07%	91,42%	99,72%	19,33%	99,17%	91,53%	5,65%	62,50%
0661 Programado	-	520	1.336	144	360	247	184	11.482	345	394	509	283	15.805
0661 Empenhado	-	520	117	125	300	244	182	11.474	332	347	413	255	14.308
0661 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	8,76%	87,08%	83,32%	98,83%	98,56%	99,93%	96,15%	87,95%	81,01%	90,01%	90,53%
0662 Programado	-	-	339	-	17	48	474	10.052	434	573	236	184	12.357
0662 Empenhado	-	-	219	-	17	47	474	10.051	421	570	234	134	12.165
0662 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	64,50%	0,00%	100,00%	99,86%	99,95%	99,99%	96,92%	99,36%	99,10%	72,75%	98,45%
0665 Programado	-	4.343	247	451	643	248	211	211	211	211	211	211	7.200
0665 Empenhado	-	4.343	247	440	602	207	201	201	201	201	201	172	7.015
0665 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	97,58%	93,68%	83,59%	94,91%	94,91%	94,91%	94,91%	94,91%	81,53%	97,43%
0669 Programado	-	120	11.044	6.177	599	111	151	779	1.740	1.661	1.041	10.630	34.053
0669 Empenhado	-	89	9.825	5.658	510	79	149	678	1.735	1.613	651	3.929	24.916
0669 Emp. x Prog.	0,00%	73,51%	88,96%	91,59%	85,11%	71,72%	98,90%	87,00%	99,72%	97,12%	62,55%	36,96%	73,17%
0680 Programado	82	653	61	-	-	1.658	-	0	-	1.332	98	9.482	13.366
0680 Empenhado	82	653	61	-	-	964	-	-	-	218	58	58	2.093
0680 Emp. x Prog.	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	58,11%	0,00%	0,00%	0,00%	16,37%	58,86%	0,61%	15,66%
0685 Programado	112	5.439	4.104	1.286	3.783	3.707	6.711	2.647	1.963	7.479	3.507	20.929	61.666
0685 Empenhado	112	3.318	3.602	1.237	3.764	3.644	5.840	2.329	789	4.934	3.058	2.661	35.288
0685 Emp. x Prog.	100,00%	61,01%	87,78%	96,16%	99,49%	98,30%	87,02%	87,96%	40,22%	65,97%	87,20%	12,72%	57,22%
0689 Programado	-	55.560	-	2.826	-	-	-	10.000	-	-	-	-	68.387
0689 Empenhado	-	55.560	-	2.826	-	-	-	10.000	-	-	-	-	68.387
0689 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0698 Programado	430	231	134	229	190	58	109	8	22	8	45	27	1.492
0698 Empenhado	430	20	134	229	190	58	10	8	10	8	45	-	1.143
0698 Emp. x Prog.	100,00%	8,69%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	9,09%	100,00%	45,54%	100,00%	100,00%	0,00%	76,61%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0699 Programado	-	-	109	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109
0699 Empenhado	-	-	109	-	-	-	-	-	-	-	-	-	109
0699 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
1100 Programado	-	-	156	-	-	142	83	210	21	-	29	92	734
1100 Empenhado	-	-	152	-	-	142	51	210	21	-	29	-	606
1100 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	97,26%	0,00%	0,00%	100,00%	61,93%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	82,62%
2191 Programado	-	-	-	430	11.421	3.322	1.881	15.789	575	1.225	180	7.165	41.989
2191 Empenhado	-	-	-	430	11.421	3.322	1.881	15.789	575	1.225	180	-	34.824
2191 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	82,94%
2391 Programado	-	104	-	-	-	2.231	4.317	3.951	73	-	4.208	10.799	25.683
2391 Empenhado	-	104	-	-	-	2.231	2.151	1.499	73	-	4.208	112	10.378
2391 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	49,83%	37,93%	100,00%	0,00%	100,00%	1,04%	40,41%
4191 Programado	-	-	-	-	11.919	-	-	4.247	217	-	7.001	3.880	27.264
4191 Empenhado	-	-	-	-	11.919	-	-	4.247	183	-	7.001	400	27.750
4191 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	84,40%	0,00%	100,00%	10,31%	87,11%
4391 Programado	-	11.585	-	-	-	-	-	5.800	-	-	2.200	1.415	21.000
4391 Empenhado	-	11.585	-	-	-	-	-	5.800	-	-	2.200	-	19.585
4391 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	93,26%
7100 Programado	-	87	1.119	128	18	24	391	5	5	393	117	1.655	3.942
7100 Empenhado	-	-	1.119	-	18	3	50	4	3	393	117	251	1.957
7100 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	10,63%	12,84%	88,05%	71,73%	99,89%	99,63%	15,16%	49,66%
7111 Programado	192	12	-	-	-	-	92	-	19	-	221	0	535
7111 Empenhado	191	12	-	-	-	-	92	-	19	-	221	-	534
7111 Emp. x Prog.	99,65%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	99,79%
7240 Programado	-	-	-	260	-	-	-	40	-	-	-	-	300
7240 Empenhado	-	-	-	260	-	-	-	-	-	-	-	-	260
7240 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	86,73%
7261 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.868	5	76	1.949
7261 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.868	5	-	1.873
7261 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	96,13%
7269 Programado	-	-	1.469	-	12	200	-	2.333	200	199	199	363	4.976
7269 Empenhado	-	-	1.457	-	-	200	-	231	200	199	199	363	2.849
7269 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	99,17%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	9,89%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	57,25%
7300 Programado	-	1.636	835	172	710	211	329	46	929	8	776	3.127	8.778
7300 Empenhado	-	170	781	172	201	207	18	44	44	8	19	868	2.532
7300 Emp. x Prog.	0,00%	10,38%	93,49%	100,00%	28,29%	98,24%	5,62%	95,93%	4,77%	100,00%	2,46%	27,76%	28,85%
7311 Programado	-	139	4	3	-	0	35	-	-	-	-	15	197
7311 Empenhado	-	139	4	3	-	0	35	-	-	-	-	-	182
7311 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	92,24%
7329 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
7329 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7329 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER EXECUTIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
7629 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000
7629 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
7629 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7640 Programado	-	-	-	-	-	3	3	60	1	1	-	60	128
7640 Empenhado	-	-	-	-	-	1	0	-	1	0	-	-	3
7640 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	53,59%	12,14%	0,00%	89,05%	28,54%	0,00%	0,00%	2,39%
7662 Programado	-	-	-	-	-	-	-	10	39	-	-	-	49
7662 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	10	39	-	-	-	49
7662 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
7669 Programado	-	-	641	15	7	7	7	415	138	138	566	1.616	3.421
7669 Empenhado	-	-	45	15	5	-	-	-	363	7	495	1.312	2.242
7669 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	6,96%	100,00%	61,50%	0,00%	0,00%	0,00%	87,47%	5,32%	87,36%	81,19%	65,53%
7680 Programado	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
7680 Empenhado	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
7680 Emp. x Prog.	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
8263 Programado	-	-	-	254	647	272	272	52	839	887	2.946	544	6.711
8263 Empenhado	-	-	-	254	647	272	272	52	63	-	2.874	544	4.977
8263 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	7,47%	0,00%	97,58%	100,00%	74,16%
0198 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	340	340
0198 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	340	340
0198 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
TOTAL Program.	1.384.275	1.671.997	1.685.783	1.668.816	1.976.052	2.051.633	1.710.284	1.805.524	1.812.491	1.887.801	1.980.881	2.770.377	22.405.915
TOTAL Emp.	1.367.071	1.622.244	1.652.305	1.646.069	1.904.099	1.920.151	1.674.936	1.757.872	1.724.217	1.846.098	1.902.427	2.163.690	21.181.179
TOTAL Emp x Prog	98,76%	97,02%	98,01%	98,64%	96,36%	93,59%	97,93%	97,36%	95,13%	97,79%	96,04%	78,10%	94,53%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Notas:

- 1 - Para o Poder Executivo, os valores 'Programados' são aqueles estabelecidos na Programação Financeira (Decretos nº 578, de 28/01/2016, e Decreto nº 997, de 15/12/2016) e representam o limite mensal de empenho por fonte de recurso.
- 2 - A Programação Financeira é liberada por meio das Cotas Financeiras mensais, que apresentam os limites os quais os empenhos poderão ser efetuados. Assim, no momento da emissão dos empenhos, as cotas financeiras são reduzidas das respectivas programações financeiras.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

Franc Ribeiro Correa
Diretor do Tesouro Estadual

Márcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER JUDICIÁRIO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100 Programado	209.153	65.637	87.553	113.170	97.847	89.497	87.529	93.166	89.883	91.131	139.644	316.086	1.480.295
0100 Empenhado	143.305	64.651	87.549	113.089	97.434	89.147	87.242	92.794	89.606	90.866	139.598	109.038	1.204.319
0100 Emp. x Prog.	68,52%	98,50%	100,00%	99,93%	99,58%	99,61%	99,67%	99,60%	99,69%	99,71%	99,97%	34,50%	81,36%
0110 Programado	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	5.700	5.700
0110 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.101	4.101
0110 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	71,95%	71,95%
0119 Programado	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	1.100	1.100
0119 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0119 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0160 Programado	-	441	-	1.299	400	473	437	435	437	440	443	295	5.100
0160 Empenhado	-	441	-	1.299	400	473	437	435	437	440	443	-	4.805
0160 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	94,22%
0161 Programado	-	1.491	1.384	1.182	1.200	1.305	1.209	1.199	1.073	1.140	1.238	22.765	35.186
0161 Empenhado	-	1.491	1.384	1.182	1.200	1.305	1.209	1.199	1.073	1.140	1.238	-	12.421
0161 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	35,30%
0162 Programado	-	-	1.221	957	900	1.045	989	978	960	990	1.014	9.102	18.155
0162 Empenhado	-	-	1.221	957	900	1.045	989	978	960	990	1.014	-	9.053
0162 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	49,87%
0182 Programado	-	627	-	1.298	700	678	749	734	795	750	269	-	6.600
0182 Empenhado	-	627	-	1.298	700	678	749	734	795	750	269	-	6.600
0182 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%
0183 Programado	98.475	2.971	2.440	6.013	6.395	7.210	2.716	3.053	4.177	25.753	2.657	95.793	257.653
0183 Empenhado	89.928	2.939	2.408	5.251	6.324	6.908	2.657	2.868	3.687	25.502	2.646	4.872	155.992
0183 Emp. x Prog.	91,32%	98,93%	98,68%	87,34%	98,88%	95,82%	97,82%	93,93%	88,28%	99,03%	99,60%	5,09%	60,54%
0195 Programado	10.000	-	-	-	10.000	10.000	-	-	-	-	-	-	30.000
0195 Empenhado	1.672	-	-	-	8.312	10.000	-	-	-	-	-	-	19.983
0195 Emp. x Prog.	16,72%	0,00%	0,00%	0,00%	83,12%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	66,61%
0240 Programado	28.194	321	335	459	339	746	321	327	318	320	711	11.609	44.000
0240 Empenhado	27.476	321	335	459	339	410	320	327	318	320	711	1.679	33.015
0240 Emp. x Prog.	97,46%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,03%	99,56%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	14,46%	75,03%
0269 Programado	84.357	6.552	3.500	3.119	2.406	2.751	5.721	2.969	2.236	1.715	1.443	26.331	143.100
0269 Empenhado	79.798	4.709	3.230	2.953	2.154	2.379	5.357	2.735	2.090	1.395	1.325	1.167	109.291
0269 Emp. x Prog.	94,60%	71,88%	92,26%	94,68%	89,51%	86,47%	93,63%	92,11%	93,47%	81,33%	91,87%	4,43%	76,37%
0282 Programado	3.380	5.550	1.180	0	-	500	-	-	-	-	100	90	10.800
0282 Empenhado	2.980	5.336	1.180	-	-	500	-	-	-	-	100	-	10.096
0282 Emp. x Prog.	88,17%	96,15%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	93,48%
0285 Programado	800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	800
0285 Empenhado	420	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	420
0285 Emp. x Prog.	52,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	52,50%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER JUDICIÁRIO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0300 Programado	10.332	32.504	0	3.001	7	-	-	-	-	-	-	256	46.101
0300 Empenhado	10.332	32.350	0	3.001	7	-	-	-	-	-	-	-	45.690
0300 Emp. x Prog.	100,00%	99,53%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,11%
0301 Programado	78	113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	191
0301 Empenhado	73	113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	187
0301 Emp. x Prog.	94,57%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	97,80%
0310 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	464	-	-	464
0310 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	464	-	-	464
0310 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0360 Programado	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16
0360 Empenhado	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16
0360 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0369 Programado	-	-	-	1.400	-	-	15	-	-	-	-	39	1.454
0369 Empenhado	-	-	-	1.400	-	-	15	-	-	-	-	-	1.415
0369 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	97,33%
0382 Programado	1.606	638	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.244
0382 Empenhado	1.605	638	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.243
0382 Emp. x Prog.	99,92%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	99,94%
0383 Programado	-	2.385	2.803	3.127	3.449	3.404	3.353	3.341	3.412	28.437	17.523	95.264	166.497
0383 Empenhado	-	2.385	2.803	3.119	3.446	3.401	3.352	3.338	3.411	28.437	17.523	3.555	74.769
0383 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	99,76%	99,91%	99,90%	99,96%	99,94%	99,97%	100,00%	100,00%	3,73%	44,91%
0395 Programado	22.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.423	23.423
0395 Empenhado	15.874	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.874
0395 Emp. x Prog.	72,15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	67,77%
0398 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	494	494
0398 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0398 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0640 Programado	-	-	-	-	4.396	-	-	315	-	3.515	-	4.317	12.542
0640 Empenhado	-	-	-	-	4.396	-	-	315	-	3.515	-	640	8.865
0640 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	14,82%	70,68%
0661 Programado	-	2.682	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.682
0661 Empenhado	-	2.682	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.682
0661 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0662 Programado	-	1.476	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.476
0662 Empenhado	-	1.476	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.476
0662 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
0669 Programado	19.964	6.003	-	-	720	1.662	12	3.727	8.915	-	-	5.035	46.039
0669 Empenhado	19.964	5.837	-	-	720	1.662	12	3.727	8.915	-	-	66	40.904
0669 Emp. x Prog.	100,00%	97,25%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	1,31%	88,85%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER JUDICIÁRIO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0682 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	1.098	-	-	-	1.098
0682 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	1.098	-	-	-	1.098
0682 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
TOTAL Program.	488.339	129.406	100.416	135.025	128.760	119.270	103.054	110.243	113.767	154.190	165.042	595.697	2.343.210
TOTAL Emp.	393.427	126.013	100.109	134.009	126.332	117.908	102.339	109.450	112.854	153.354	164.868	125.118	1.765.781
TOTAL Emp x Prog	80,56%	97,38%	99,70%	99,25%	98,11%	98,86%	99,31%	99,28%	99,20%	99,46%	99,89%	21,00%	75,36%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Florianópolis, 31 de dezembro de 2016.

Franc Ribeiro Correa
Diretor do Tesouro EstadualMárcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - PODER LEGISLATIVO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100 Programado	83.484	48.188	56.718	37.716	44.826	64.433	59.626	72.776	60.018	45.577	52.187	114.158	739.708
0100 Empenhado	62.206	44.064	51.747	32.982	38.918	56.637	53.428	46.603	45.616	36.100	42.105	65.411	575.817
0100 Emp. x Prog.	74,51%	91,44%	91,24%	87,45%	86,82%	87,90%	89,60%	64,04%	76,00%	79,21%	80,68%	57,30%	77,84%
0160 Programado	1.323	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.323
0160 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0160 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0161 Programado	3.240	-	10	-	40	929	1.661	5.227	857	3.725	1.687	5.942	23.319
0161 Empenhado	-	-	4	-	2	49	1.374	1.071	807	3.308	1.257	1.265	9.139
0161 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	43,68%	0,00%	4,95%	5,29%	82,74%	20,49%	94,17%	88,81%	74,52%	21,29%	39,19%
0162 Programado	26	-	-	-	-	-	636	9	244	1.822	6.089	3.206	12.032
0162 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	9	111	1.737	388	395	2.640
0162 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	45,56%	95,31%	6,38%	12,31%	21,94%
0181 Programado	-	-	-	-	-	-	-	-	0	6.061	897	12.785	19.742
0181 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.061	897	5.356	11.313
0181 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	83,50%	100,00%	41,89%	57,30%
0300 Programado	-	-	1.224	9.245	8.969	281	553	3.840	6.086	2.844	2.823	16.144	52.007
0300 Empenhado	-	-	1.096	9.245	8.969	31	532	3.370	4.403	2.749	2.081	11.701	44.177
0300 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	89,57%	100,00%	100,00%	10,88%	96,26%	87,76%	72,35%	96,66%	73,74%	72,48%	84,94%
TOTAL Program.	88.073	48.188	57.952	46.961	53.835	65.643	62.476	81.851	67.205	60.029	63.681	152.235	848.131
TOTAL Emp.	62.206	44.064	52.848	42.227	47.889	56.717	55.334	51.053	50.937	48.955	46.728	84.128	643.086
TOTAL Emp x Prog	70,63%	91,44%	91,19%	89,92%	88,96%	86,40%	88,57%	62,37%	75,79%	81,55%	73,38%	55,26%	75,82%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

Franc Ribeiro Correa
Diretor do Tesouro EstadualMárcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - MINISTÉRIO PÚBLICO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0100 Programado	82.214	83.785	83.335	82.519	83.307	81.378	83.835	83.500	84.193	83.675	72.806	91.833	996.378
0100 Empenhado	42.626	44.952	43.764	42.583	42.346	40.363	42.999	42.208	42.991	42.407	31.690	49.842	508.771
0100 Emp. x Prog.	51,85%	53,65%	52,52%	51,60%	50,83%	49,60%	51,29%	50,55%	51,06%	50,68%	43,53%	54,27%	51,06%
0110 Programado	119	119	119	119	119	119	119	119	119	119	119	119	1.433
0110 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0110 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0140 Programado	-	-	-	24	80	211	28	31	304	65	65	44	853
0140 Empenhado	-	-	-	24	78	210	28	30	115	24	25	5	541
0140 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	98,86%	97,74%	99,87%	99,03%	96,61%	37,86%	36,49%	38,88%	12,14%	63,40%
0161 Programado	1.231	1.231	1.231	1.231	1.231	1.231	1.231	1.231	1.231	1.231	6.852	1.231	20.398
0161 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.621	-	5.621
0161 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	82,03%	0,00%	27,56%
0162 Programado	635	635	635	635	635	635	635	635	635	635	4.791	635	11.781
0162 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.156	-	4.156
0162 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	86,74%	0,00%	35,28%
0184 Programado	650	650	650	650	650	650	650	650	650	650	6.649	650	13.793
0184 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.999	-	5.999
0184 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	90,23%	0,00%	43,49%
0240 Programado	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	71
0240 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0240 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0260 Programado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
0260 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0260 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0269 Programado	673	673	673	673	673	673	673	673	673	673	673	30.006	37.404
0269 Empenhado	39	29	21	21	21	23	21	1	81	1	1	1	259
0269 Emp. x Prog.	5,77%	4,25%	3,13%	3,13%	3,13%	3,49%	3,13%	0,19%	12,00%	0,08%	0,08%	0,00%	0,69%
0284 Programado	524	532	532	532	532	532	532	532	532	532	532	532	6.374
0284 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0284 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0300 Programado	946	210	97	834	581	50	543	4.290	1.653	11.799	1.979	3.842	26.824
0300 Empenhado	13	11	91	325	54	41	472	4.220	1.525	1.737	1.359	2.746	12.594
0300 Emp. x Prog.	1,33%	5,47%	93,94%	38,98%	9,33%	80,65%	87,03%	98,36%	92,24%	14,72%	68,66%	71,48%	46,95%
0301 Programado	1	3	20	15	78	20	10	10	11	11	10	11	200
0301 Empenhado	-	3	20	15	78	19	9	8	9	10	8	9	189
0301 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	96,78%	85,74%	84,54%	86,07%	87,16%	84,96%	84,45%	94,64%
0310 Programado	-	-	-	-	-	-	-	650	-	-	2.025	2.436	5.111
0310 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.349	320	1.670
0310 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	66,63%	13,15%	32,66%
0340 Programado	-	4	-	-	149	-	-	-	-	-	-	-	153
0340 Empenhado	-	4	-	-	59	-	-	-	-	-	-	-	62
0340 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	39,51%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	40,90%
0360 Programado	-	4	-	3	-	0	4.800	1	-	-	-	-	4.809
0360 Empenhado	-	4	-	3	-	0	0	0	-	-	-	-	8
0360 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	20,37%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,16%



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO MENSAL - MINISTÉRIO PÚBLICO

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

Fonte	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0369 Programado	0	7	10	14	15	2	0	1	1	0	8	4	62
0369 Empenhado	-	7	10	14	15	2	0	1	1	0	7	1	57
0369 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	98,51%	100,00%	99,36%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	88,00%	28,54%	93,30%
0384 Programado	-	14	1	9	285	202	791	833	1.335	688	525	1.024	5.707
0384 Empenhado	-	14	1	9	285	199	789	621	338	468	258	201	3.182
0384 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	98,27%	99,74%	74,56%	25,34%	68,04%	49,07%	19,58%	55,75%
0398 Programado	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0398 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0398 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0640 Programado	395	25	58	74	79	60	61	155	70	70	135	85	1.268
0640 Empenhado	3	5	35	58	53	54	53	79	63	63	92	74	631
0640 Emp. x Prog.	0,68%	19,28%	59,96%	78,75%	67,26%	88,72%	88,04%	50,84%	89,80%	89,96%	67,95%	86,24%	49,78%
0647 Programado	222	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	222
0647 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0647 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
0660 Programado	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
0660 Empenhado	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
0660 Emp. x Prog.	0,00%	65,88%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	65,88%
0661 Programado	-	1	4	3	16	108	946	338	171	291	72	406	2.356
0661 Empenhado	-	1	4	3	16	79	877	335	119	235	59	72	1.799
0661 Emp. x Prog.	0,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	73,77%	92,67%	98,96%	69,36%	80,84%	81,63%	17,62%	76,35%
0662 Programado	-	5.375	95	1.974	1.716	971	1.590	1	12	5	55	3	11.798
0662 Empenhado	-	7	1	1.966	1.418	923	1.590	1	1	1	27	1	5.935
0662 Emp. x Prog.	0,00%	0,14%	1,39%	99,59%	82,62%	94,96%	99,98%	78,31%	7,86%	19,64%	48,26%	32,74%	50,31%
0669 Programado	2.722	588	345	388	29.990	71	3.361	679	998	33.049	719	1.179	74.089
0669 Empenhado	-	198	56	52	27.550	30	93	90	105	90	402	32	28.698
0669 Emp. x Prog.	0,00%	33,76%	16,23%	13,45%	91,87%	41,74%	2,77%	13,18%	10,49%	0,27%	55,92%	2,72%	38,73%
0684 Programado	1.082	120	105	91	177	1.591	1.318	637	8.724	1.877	2.021	5.044	22.789
0684 Empenhado	-	17	16	30	30	86	48	572	1.614	1.540	1.579	3.829	9.361
0684 Emp. x Prog.	0,00%	14,39%	15,43%	32,57%	16,73%	5,41%	3,66%	89,69%	18,50%	82,05%	78,11%	75,91%	41,08%
0685 Programado	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
0685 Empenhado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
0685 Emp. x Prog.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL Program.	91.423	93.986	87.916	89.794	120.319	88.511	101.129	94.973	101.318	135.377	100.042	139.092	1.243.881
TOTAL Emp.	42.680	45.255	44.019	45.104	72.003	42.029	46.980	48.165	46.961	46.576	52.630	57.133	589.534
TOTAL Emp x Prog	46,68%	48,15%	50,07%	50,23%	59,84%	47,48%	46,46%	50,71%	46,35%	34,40%	52,61%	41,08%	47,39%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

Franc Ribeiro Correa
Diretor do Tesouro EstadualMárcio Luiz Lohmeyer
Gerente de Programação Financeira do Tesouro

**QUADRO DE PESSOAL
CONSOLIDADO
Exercício: 2016****R\$**

VINCULO	Quantidade no Início do Exercício	Ingressos no Exercício	Desligamentos no Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (R\$)
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Cargo Público	52.706	1.292	3.246	50.752	5.378.819.656,60
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público	2.973	19	168	2.824	291.631.547,83
Agentes Públicos Militares Ativos	13.377	792	1.099	13.070	1.522.420.915,28
Membros ativos de Poder ou Órgão	1.061	11	16	1.056	591.530.714,98
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	46	1	2	45	13.578.903,65
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado	2.049	548	495	2.102	453.918.270,51
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	3.836	659	597	3.887	403.127.522,55
Servidores contratados por tempo determinado	3.061	44.285	43.919	3.427	786.879.589,89
Estagiários	6.832	9.824	8.221	8.435	88.243.164,75
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	267	15	14	268	9.644.853,27
Servidores cedidos para outras esferas do Governo	381	84	97	368	40.680.494,73
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	1.590	568	311	1.855	227.201.760,04
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	485	101	78	508	65.543.153,35
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	43	1	4	40	6.907.979,53
Conselheiros ou Conselheiros/JETON com ônus ao Poder Executivo	88	45	9	124	3.745.592,76
Jovem Aprendiz	70	28	64	34	329.914,21
	88.865	58.273	58.340	88.795	9.884.204.033,93

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH)

Nota: Consolidação dos valores do Estado efetuada tendo como base os valores enviados pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, conforme demonstrativos apresentados neste volume.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



**QUADRO DE PESSOAL
PODER EXECUTIVO
SERVIDORES ATIVOS E CTISP
Exercício: 2016**

R\$

VINCULO	Quantidade no Início do Exercício	Ingressos no Exercício	Desligamentos no Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa de Pessoal (R\$)	Despesa Patronal (R\$)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (R\$)
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Cargo Público	45.358	1.224	2.928	43.654	3.718.789.401,08	756.022.698,58	4.474.812.099,66
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público	2.973	19	168	2.824	245.323.985,11	46.307.562,72	291.631.547,83
Agentes Públicos Militares Ativos	13.199	748	1.061	12.886	1.249.272.689,06	263.899.772,79	1.513.172.461,85
Membros ativos de Poder ou Órgão	102	0	5	97	17.543.148,98	2.496.932,57	20.040.081,55
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	2	0	0	2	351.000,00	68.040,00	419.040,00
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado	741	333	287	787	148.582.794,35	23.986.303,09	172.569.097,44
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	1.217	222	243	1.196	117.520.134,69	21.316.196,95	138.836.331,64
Servidores contratados por tempo determinado	3.061	44.285	43.919	3.427	670.127.498,70	116.752.091,19	786.879.589,89
Estagiários	3.106	6.802	5.153	4.755	39.075.533,91	2.677.688,23	41.753.222,14
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	143	10	7	146	843.017,51	522,04	843.539,55
Servidores cedidos para outras esferas do Governo	361	84	97	348	31.931.395,49	7.073.310,42	39.004.705,91
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	1.318	492	271	1.539	198.231.033,45	13.385.697,00	211.616.730,45
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	485	101	78	508	53.861.093,16	11.682.060,19	65.543.153,35
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	43	1	4	40	5.684.013,89	1.223.965,64	6.907.979,53
Conselheiros ou Conselheiros/JETON com ônus ao Poder Executivo	88	45	9	124	3.134.536,44	611.056,32	3.745.592,76
Jovem Aprendiz	70	28	64	34	303.933,46	25.980,75	329.914,21
	72.267	54.394	54.294	72.367	6.500.575.209,28	1.267.529.878,48	7.768.105.087,76

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH)

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

Luiz Antônio Dacol
Diretor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas



QUADRO DE PESSOAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA
QUADRO DE PESSOAL - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, Alínea 'm')
Exercício: 2016

R\$

VÍNCULO	QTDE NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	INGRESSO NO EXERCÍCIO	DESLIGAMENTO NO EXERCÍCIO	QDTE NO FINAL DO EXERCÍCIO	DESPESA ANUAL DA FOLHA DE PAGAMENTO POR VÍNCULO
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	5.855	28	172	5.711	601.566.387,58
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego público	-	-	-	-	-
Agentes Públicos Militares Ativos	91	8	17	82	2.800.068,70
Membros ativos do Poder ou Órgão	504	1	8	497	305.430.015,11
Agentes Públicos com Mandato Eletivo	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado	1.198	211	202	1.207	248.755.843,77
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado	802	160	157	805	97.169.280,33
Servidores contratados por tempo determinado	-	-	-	-	-
Estagiários	2.810	2.253	2.264	2.799	32.282.541,71
Servidores recebidos à disposição de esferas de Governo	23	4	4	23	1.008.625,66
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	-	-	-	-	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	115	18	18	115	1.643.411,00
	11.398	2.683	2.842	11.239	1.290.656.173,86

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

Raphael Jaques de Souza
Diretor de Gestão de Pessoas



**QUADRO DE PESSOAL - PODER LEGISLATIVO - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício: 2016**

R\$

Vínculo (1)	Quantidade no Início do Exercício (2)	Ingressos no Exercício (3)	Desligamentos no Exercício (Exonerações/Falecimentos/Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (4)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (5)
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (6)	590	-	108	482	94.331.899,96
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público (7)	-	-	-	-	-
Agentes Públicos Militares Ativos (8)	30	-	1	29	2.738.383,49
Membros ativos de Poder ou órgão (9)	-	-	-	-	-
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (10)	44	1	2	43	13.159.863,65
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado (11)	20	-	-	20	3.021.457,77
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado (12)	901	-	-	890	60.709.821,07
Servidores contratados por tempo determinado (13)	-	-	-	-	-
Estagiários (14)	118	22	-	140	1.902.071,25
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo (15)	78	-	-	78	5.300.000,00
Servidores cedidos para outras esferas de Governo (16)	15	-	-	15	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (17)	74	-	-	82	9.638.235,81
	1.870	23	111	1.779	190.801.733,00

NOTAS: No itens 15, 16 e 17 não foram encaminhados valores.

- (1) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à **situação atual** em que se encontra. Em
- (2) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.
- (3) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.
- (4) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.
- (5) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade do Estado. Incluir todas as verbas de caráter
- (6) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de
- (7) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de
- (8) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.
- (9) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juizes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e
- (10) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais.
- (11) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera estadual com vínculo efetivo com o Estado.
- (12) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Estado).
- (13) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).
- (14) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.
- (15) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado.
- (16) Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permaneça com a origem sem ressarcimento do ente de destino.
- (17) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

Carlos Antônio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos



QUADRO DE PESSOAL - TRIBUNAL DE CONTAS

Exercício: 2016

R\$

Vínculo (1)	Quantidade no Início do Exercício (2)	Ingressos no Exercício (3)	Desligamentos no Exercício (Exonerações/Falecimentos/Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (4)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (5)
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (6)	401	22	22	401	126.796.324,95
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público (7)					
Agentes Públicos Militares Ativos (8)					
Membros ativos de Poder ou órgão (9)	10	0	0	10	6.872.043,45
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (10)					
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado (11)	29	0	0	29	13.412.742,62
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado (12)	57	4	6	55	13.484.241,38
Servidores contratados por tempo determinado (13)					
Estagiários (14)	42	46	43	45	629.786,01
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo (15)	22	1	3	20	2.450.011,15
Servidores cedidos para outras esferas de Governo (16)	5	0	0	5	1.675.788,82
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (17)	16	9	8	17	432.431,74
Total	582	82	82	582	165.753.370,12

NOTAS:

(1) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à **situação atual** em que se encontre. Em caso de

(2) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.

(3) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.

(4) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.

indenizatório **integrantes da folha de pagamento**, bem como as contribuições recolhidas (patronal) pelo Ente à previdência social, abrangendo ainda previdência complementar SC PREV.

comissão. Excluir os recebidos mediante o instituto de disposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

comissão. Excluir os recebidos à disposição de outras esferas de governo. Excluir os cedidos para outras esferas de governo.

(8) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.

Substitutos de Conselheiros, Defensores Públicos, bem como os Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

(10) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais.

(11) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera estadual com vínculo efetivo com o Estado.

(12) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Estado).

(13) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).

(14) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.

(15) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado.

(16) Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permaneça com a origem sem ressarcimento do ente de destino.

(17) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

José Roberto Queiroz
Diretor de Gestão de Pessoas

QUADRO DE PESSOAL - MINISTÉRIO PÚBLICO - TODAS AS UNIDADES DO ENTE (Anexo I, Item I, alínea "m")
Exercício: 2016

R\$

Vínculo (1)	Quantidade no Início do Exercício (2)	Ingressos no Exercício (3)	Desligamentos no Exercício (Exonerações/Falecimentos/Aposentadorias, outros)	Quantidade no Final do Exercício (4)	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Vínculo (5)
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo (6)	502	18	16	504	81.312.944,45
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público (7)	0	0	0	0	0
Agentes Públicos Militares Ativos (8)	57	36	20	73	3.710.001,24
Membros ativos de Poder ou órgão (9)	445	10	3	452	259.188.574,87
Agentes Políticos com Mandato Eletivo (10)	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo efetivo com o Estado (11)	61	4	6	59	16.159.128,91
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Estado (12)	859	273	191	941	92.927.848,13
Servidores contratados por tempo determinado (13)	0	0	0	0	0
Estagiários (14)	756	701	761	696	11.675.543,64
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo (15)	1	0	0	1	42.676,91
Servidores cedidos para outras esferas de Governo (16)	0	0	0	0	0
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários (17)	67	49	14	102	3.870.951,04
Total	2.748	1.091	1.011	2.828	468.887.669,19

NOTAS:

- (1) Incluir apenas uma das opções de vínculo abaixo relacionadas para cada cargo, emprego ou função exercida pelo agente público, a qual deve corresponder à **situação atual** em que se encontre. Em caso de acumulação
- (2) Posição em 31 de dezembro do exercício anterior.
- (3) Quantidade de ingressos no período 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de referência.
- (4) Corresponde à quantidade em 31 de dezembro do exercício de referência. Resultado da quantidade no início do exercício somada aos ingressos e subtraídos os desligamentos no exercício de referência.
- (5) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta de todos os agentes públicos, por natureza do vínculo, cujo pagamento é de responsabilidade do Estado. Incluir todas as verbas de caráter remuneratório e indenizatório
- (6) Incluir os servidores ativos ocupantes de cargo efetivo, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão. Excluir
- (7) Incluir os servidores ativos ocupantes de emprego público, inclusive em licenças não remuneradas e demais licenças remuneradas a que o servidor faz jus. Excluir os afastados para exercício de cargo/emprego em comissão.
- (8) Incluir os policiais militares e os bombeiros militares. Excluir os militares da reserva que retornam como temporários.
- (9) Incluir os membros ativos de Poder ou Órgão: Desembargadores e Juizes do Tribunal de Justiça, Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público, Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de
- (10) Incluir os Agentes Políticos em exercício de Mandato Eletivo no ente: Governador, Vice-Governador e Deputados Estaduais.
- (11) Incluir os servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na esfera estadual com vínculo efetivo com o Estado.
- (12) Incluir os servidores ativos ocupantes exclusivamente de cargo ou emprego em Comissão de livre nomeação e exoneração (comissionado puro, sem vínculo permanente com o Estado).
- (13) Incluir os servidores contratados por tempo determinado (Admitido em Caráter Temporário - ACT).
- (14) Incluir todos os estagiários/bolsistas de qualquer nível de escolaridade, inclusive os médicos residentes.
- (15) Incluir os servidores recebidos à disposição, cujo ônus seja do Estado, bem como os que o ônus seja do órgão de origem ressarcido pelo Estado.
- (16) Incluir os cedidos para outras esferas de governo cujo ônus permaneça com a origem sem ressarcimento do ente de destino.
- (17) Incluir policiais civis e militares da reserva que retornam como temporários.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

Cid Luiz Ribeiro Schmitz
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos



ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSOLIDADO

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")

Período: janeiro a dezembro de 2016.

Quantidade de Postos de Trabalho	MÊS												Despesa Realizada Anual (R\$)
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
	8265	8299	8300	8300	8296	8275	8239	8242	8244	8239	8232	8234	R\$ 429.434.415,79

Nota: Consolidação dos valores do Estado efetuada tendo como base os valores enviados pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, conforme demonstrativos apresentados neste volume.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - (Anexo I, Item I, alínea "n")

Poder Executivo - Período: janeiro a dezembro de 2016.

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez				
ACABAMENTO GRÁFICO - 8 horas	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18			
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - 06 horas	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
AUXILIAR ADMINISTRATIVO - 08 horas	27	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31			
AUXILIAR DE CAMPO NO SETOR AGROPECUÁRIO - 44 horas semanais	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13			
AUXILIAR MANUTENÇÃO PREDIAL -20 horas semanais	3	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2			
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - 06 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - 08 horas	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14			
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - 40 horas semanais	20	20	20	20	20	20	19	19	19	19	19	19	19			
CALDERISTA - 44 horas semanais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
CAMAREIRA - 08 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
COPEIRA - 06 horas	30	30	30	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31			
COPEIRA - 08 horas	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41	41			
COPEIRA - 12 horas	46	46	46	46	46	46	46	46	46	46	46	46	46			
COPEIRO - 40 horas semanais	12	12	12	12	12	12	11	11	11	11	11	11	11			
COZINHEIRA - 06 horas	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14			
COZINHEIRA - 08 horas	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60			
COZINHEIRA - 12 horas	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30			
DIGITADOR - 06 horas	1468	1480	1478	1478	1481	1483	1482	1484	1484	1482	1482	1482	1482			
DIGITADOR - 8 horas	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31			
ELETRICISTA - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ELETROTÉCNICO - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ENCARREGADO - 40 horas semanais	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7			
ENCARREGADO GERAL - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ENCARREGADO NÍVEL I - 06 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ENCARREGADO NÍVEL I - 08 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
ENCARREGADO NÍVEL I - 44 horas semanais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ENCARREGADO NÍVEL II - 06 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ENCARREGADO NÍVEL II - 08 horas	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16			
ENCARREGADO NÍVEL II - 24 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
GARÇOM - 06 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
GARÇOM - 08 horas	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5			
GARÇOM - 10 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
GARÇOM - 12 horas	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9			
IMPRESSOR GRÁFICO - 08 horas	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34			



CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - (Anexo I, Item I, alínea "n")
 Poder Executivo - Período: janeiro a dezembro de 2016.

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA - 06 horas	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52			
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA - 08 horas	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67	67			
JARDINEIRO - 04 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
JARDINEIRO - 06 horas	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5			
JARDINEIRO - 08 horas	36	37	37	37	37	37	37	38	38	38	37	37			
JARDINEIRO - 20 horas semanais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
JARDINEIRO - 40 horas semanais	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
JARDINEIRO Auxiliar - 44 horas semanais	3	3	3	3	3	0	0	3	3	3	3	3			
JARDINEIRO Líder - 44 horas semanais	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1			
LÍDER GRUPO - 08 horas	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			
LIMPADOR DE PISCINA - 40 horas semanais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
MARCENEIRO - 08 horas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
MECÂNICO - 08 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
MENSAGEIRO - 06 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2			
MERENDEIRA - 08 horas	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16	16			
MOTORISTA - 6 horas	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5			
MOTORISTA - 08 horas	61	59	59	59	59	57	57	56	56	54	54	54			
MOTORISTA - 12 horas	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7			
MOTORISTA 44 hs/sem.	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8			
MOTORISTA EXECUTIVO - 08 horas	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5			
OFFICCE BOY - 06 horas	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42	42			
OFFICE BOY - 08 horas	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6			
OPERADOR DE SOM 08 horas		3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
PORTEIRO - 30 horas semanais	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12			
RECEPCIONISTA - 4 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
RECEPCIONISTA - 06 horas	147	147	147	147	147	147	147	147	147	147	147	147			
RECEPCIONISTA - 08 horas	496	498	498	498	498	498	498	498	498	498	496	496			
RECEPCIONISTA 12 X 36 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
RECEPCIONISTA BILÍNGUE - 8 horas	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14			
RECEPCIONISTA EXECUTIVA - 6 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
RECEPCIONISTA EXECUTIVA - 8 horas	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
RECEPCIONISTA PORTEIRO - 08 horas		4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			
SERVENTE - 4 horas	163	158	158	158	158	158	158	158	158	158	158	158			
SERVENTE - 06 horas	156	164	164	164	164	164	164	164	164	166	166	166			
SERVENTE - 08 horas	856	863	860	859	859	858	858	859	859	859	856	856			
SERVENTE - 12 horas	198	198	198	198	198	198	198	198	198	198	198	198			
SERVENTE - 20 horas semanais	0	0	0	0	0	0	1	2	2	2	2	2			
SERVENTE - 30 horas semanais	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1			
SERVENTE - 40 horas semanais	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14			



CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - (Anexo I, Item I, alínea "n")
Poder Executivo - Período: janeiro a dezembro de 2016.

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez				
SERVENTE - 44 horas semanais	118	118	118	118	118	118	108	107	107	107	107	107	107			
SERVIÇO DE ENCARREGADO II - 08 horas		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
SERVIÇO LIMPEZA AREA OPERACIONAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
SERVIÇOS DE COPEIRAGEM	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
SERVIÇOS DE COZINHA	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
SERVIÇOS DE GARÇONAGEM	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
SERVIÇOS DE JARDINAGEM	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
SERVIÇOS DE LIMPEZA	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
SERVIÇOS DE ZELADORIA	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
TÉCNICO DE INFORMÁTICA - 06 horas	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
TÉCNICO DE INFORMÁTICA - 08 horas	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
TELEFONISTA - 06 horas	94	91	89	89	89	90	90	91	90	91	90	90	89	89	89	89
TELEFONISTA - 12 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
VIGILÂNCIA - 06 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
VIGILÂNCIA - 08 horas	73	73	73	73	73	73	73	73	73	73	73	73	73	73	73	73
VIGILÂNCIA - 12 horas	100	100	101	101	101	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
VIGILÂNCIA - 12/24 horas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
VIGILANCIA - 15X24 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
VIGILÂNCIA - 16 horas	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45
VIGILÂNCIA - 24 horas	277	277	288	288	283	281	280	279	279	279	279	279	279	279	279	279
VIGILÂNCIA MOTORIZADA - 24 horas			2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
VIGILÂNCIA ARMADA - 08 horas	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
VIGILÂNCIA ARMADA - 12 horas	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
VIGILÂNCIA ARMADA - 24 horas	81	81	79	79	79	79	79	79	79	79	79	79	79	79	79	79
ZELADOR - 06 horas	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23
ZELADOR - 08 horas	108	108	109	109	109	108	111	110	110	110	110	109	109	109	109	109
ZELADOR - 12 horas	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24
ZELADOR - 40 horas semanais	18	18	18	18	18	18	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
ZELADOR - 44 horas semanais	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
ZELADOR Noturno - 40 horas semanais	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Total	5338	5371	5377	5378	5376	5370	5360	5365	5364	5362	5354	5354	R\$ 302.579.809,18	R\$ 282.539.363,62	R\$ 281.453.554,82	

NOTAS:(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

Obs 1: Para o cálculo dos valores foram utilizados o elemento de despesa 33.90.37 (Locação de Mão de Obra) e o subelemento 3.3.90.92.37 (Despesas de Exercícios Anteriores - Locação de mão de obra)

Obs 2: Os valores são referente a Execução orçamentária de 2016.

Obs 3: Contratos do Imetro foram empenhados nos elementos de despesa 33.90.39.78 e 33.90.39.77

Obs 4: Contrato da Casa Civil foi empenhado nos elementos de despesa 33.90.39.46 / 33.90.39.79 / 3.90.39.78

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

Alexandre Tonini
Diretor de Gestão de Materiais e Serviços



CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - (Anexo I, Item I, alínea "n")
Poder Judiciário - Período: janeiro a dezembro de 2016.

Quantidade de Postos de Trabalho	MÊS												Despesa Realizada Anual (R\$)
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
	2005	2007	2004	2002	2002	1983	1952	1952	1952	1952	1952	1952	
													89.544.377,59

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

Raphael Jaques de Souza
Diretor de Gestão de Pessoas



CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - (Anexo I, Item I, alínea "n")

Poder Legislativo - Período: janeiro a dezembro de 2016.

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")															
Contrato 096/2011															
Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Ascensorista	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	27.055.936,71	27.055.936,71	27.055.936,71
Aux.téc.Adm.	111	110	109	107	107	107	107	107	107	105	107	107			
Digitador especial	114	114	113	111	110	108	110	110	112	109	107	107			
Recepcionista executiva	25	26	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25			
Serv. Assist. Saúde	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13			
Office boy	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7			
Instrutor de libras	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
Total Cont. 096/11	277	277	274	270	269	267	269	269	271	266	266	266	27.055.936,71	27.055.936,71	27.055.936,71



CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - (Anexo I, Item I, alínea "n")

Poder Legislativo - Período: janeiro a dezembro de 2016.

CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo I, Item I, alínea "n")																
Contrato 02/2015																
Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez				
Encarregado nível 1	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	11.394.101,41	11.394.101,41	11.394.101,41
Encarregado nível 2	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	3	4				
Aux. Serviços Gerais	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31	31				
Carpinteiro	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4				
Copeira	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19				
Eletricista	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6				
Encanador	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2				
Jardineiro	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2				
Lavador de veículos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1				
Pedreiro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3				
Pintor	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4				
Servente	63	63	63	63	63	63	63	63	63	63	63	63				
Telefonista	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4				
Total Cont. 002/15	146	146	146	147	146	147	11.394.101,41	11.394.101,41	11.394.101,41							

(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

 Carlos Antônio Blosfeld
 Diretor de Recursos Humanos



CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - (Anexo I, Item I, alínea "n")
Tribunal de Contas - Período: janeiro a dezembro de 2016.

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
	138	137	136	137	137	138	139	139	139	141	139	139	6.878.632,98	6.850.922,12	6.850.922,12
NOTAS: As despesas acima contêm gastos de serviços sazonais (lavação de fachadas, caixa d'agua, dedetização, etc.) que não envolvem postos terceirizados de Mão de obra, porém contemplados no mesmo contrato; A qtidade/ocorrência de postos/mês, é computada, independente se o serviço foi prestado durante 1 em 31 dias.															
(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês. OBS: 2															

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

José Roberto Queiroz
Diretor de Gestão de Pessoas



CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA - (Anexo I, Item I, alínea "n")
Ministério Público - Período: janeiro a dezembro de 2016.

Quantidade de Postos de Trabalho (18)	MÊS												Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
	361	361	363	366	365	370	372	370	371	371	375	376	R\$ 14.746.933,62	R\$ 13.135.523,14	R\$ 13.135.523,14
NOTAS:															
(18) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado															

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

Cid Luiz Ribeiro Schmitz
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos



CONSOLIDADO

Demonstrativo dos Benefícios Previdenciários do Regime Próprio de Previdência (RPPS) - Anexo I, item I, alínea "o"
Exercício de 2016

R\$

TÍTULO	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício
Aposentadorias civis	43.590	45.341	3.732.510.669,43
Pensões por morte	11.602	11.762	996.935.668,27
Reserva e Reforma remunerada	8.704	9.553	1.223.180.143,79
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS)	68	78	9.638.235,81
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS)	-	-	-
	63.964	66.734	5.962.264.717,30

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH) e Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH).

Notas:

1 - As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

2 - Nota: Consolidação dos valores do Estado efetuada tendo como base os valores enviados pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, conforme demonstrativos apresentados neste volume.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7



PODER EXECUTIVO
Demonstrativo dos Benefícios Previdenciários do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
Exercício de 2016

R\$

TITULO	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Pessoal	Despesa Patronal	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício
Aposentadorias Civas	41.367	42.900	3.157.504.067,58	74.771.640,81	3.232.275.708,39
Pensões por Morte	10.630	10.801	839.443.923,74		839.443.923,74
Reserva e Reforma Remunerada	8.704	9.553	1.102.821.275,70	120.358.868,09	1.223.180.143,79
	60.701	63.254	5.099.769.267,02	195.130.508,90	5.294.899.775,92

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH) e Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH).

Nota: As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

Luiz Antônio Dacol
Diretor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas



ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER JUDICIÁRIO

Demonstrativo dos Benefícios Previdenciários do Regime Próprio de Previdência (RPPS) - Anexo I, item I, alínea "o"

Exercício de 2016

R\$

BENEFÍCIOS PREV. MANTIDOS PELO TESOUREIRO ESTADUAL OU POR RPPS	QTDE INÍCIO EXERCÍCIO	QTDE FINAL EXERCÍCIO	DESPESA ANUAL FOLHA POR TIPO DE BENEFÍCIO
Aposentadorias civis	1.227	1.330	225.597.311,39
Pensões por morte	443	428	63.967.205,05
Reserva e Reforma remunerada	-	-	-
Complementação de Aposentadoria	-	-	-
Complementação de pensão de Aposentadoria	-	-	-
	1.670	1.758	289.564.516

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH) e Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH).

Nota: As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

Raphael Jaques de Souza
Diretor de Gestão de Pessoas



ESTADO DE SANTA CATARINA

PODER LEGISLATIVO

Demonstrativo dos Benefícios Previdenciários do Regime Próprio de Previdência (RPPS) - Anexo I, item I, alínea "o" Exercício de 2016

R\$

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Municipal ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade (Final do Exercício)	Despesa Anual da Folha de Pagamento (58)
Aposentadorias civis (59)	586	682	136.707.891,80
Pensões por morte (60)	363	360	50.939.587,48
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (61)	68	78	9.638.235,81
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (62)			
	1.017	1.120	197.285.715

NOTAS:

(57) Este Demonstrativo se aplica apenas para os Municípios.

(58) Incluir a despesa anual da folha de pagamento bruta.

(59) Incluir os inativos/aposentados mantidos tanto pelo Tesouro como pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(60) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era mantido pelo Tesouro e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(61) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social -

(62) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH) e Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH).

Nota: As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

Carlos Antônio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

**ESTADO DE SANTA CATARINA****TRIBUNAL DE CONTAS****DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I, Item I, alínea "o")**

R\$

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Exercício:	2016
		Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício
Aposentadorias civis (19)	237	251	79.435.422,36
Pensões por morte (20)	79	81	14.277.188,11
Reserva e Reforma remunerada (21)			
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)			
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)			
	316	332	93.712.610
NOTAS:			
(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.			
(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.			
(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares			
(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social - RGPS), se houver.			
(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.			
(24) FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH) e Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH).			
(25) As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.			

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH) e Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH).

Nota: As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

José Roberto Queiroz
Diretor de Gestão de Pessoas

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MINISTÉRIO PÚBLICO****Demonstrativo dos Benefícios Previdenciários do Regime Próprio de Previdência (RPPS) - Anexo I, item I, alínea "o"
Exercício de 2016**

R\$

Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício
Aposentadorias civis (19)	173	178	R\$ 58.494.335,49
Pensões por morte (20)	87	92	R\$ 28.307.763,89
Reserva e Reforma remunerada (21)			
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)			
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)			
	260	270	86.802.099

NOTAS:

(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares

(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social - RGPS), se houver.

(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social - RGPS), se houver.

(24) FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH) e Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH).

(25) As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

FONTE: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH) e Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH).

Nota: As informações de Pensões por Morte foram encaminhadas pelo Instituto de Previdência do Estado - IPREV.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

Cid Luiz Ribeiro Schmitz
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos



RELATÓRIO DO DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

DÍVIDA ATIVA DO ESTADO

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 1 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente à dívida ativa do Estado de Santa Catarina em 31/12/2016, encaminhamos as seguintes informações.

Tributo	Quantidade	Imposto (R\$)	Juros (R\$)	Multa (R\$)	Total (R\$)
ICMS	154.666	4.566.322.604,12	2.998.563.557,17	4.966.125.972,27	12.531.012.133,56
IPVA	253.077	144.621.277,21	72.254.423,06	91.938.464,36	308.814.164,63
ITCMD	3710	34.042.298,33	17.886.850,08	28.643.470,79	80.572.619,20
*Outras dívidas ativas	126.146	202.527.309	14.786.128	100.222.002	317.535.440
Total	537.599	4.947.513.489,00	3.103.490.958,73	5.186.929.909,34	13.237.934.357,56

* As outras dívidas ativas são: Taxas da Administração Direta ((R\$18.558.482,77), CIDASC (R\$ 2.238.471,60), Corpo de Bombeiros Militar (R\$ 40.000,00), FATMA (R\$ 17.233.571,43), ITBI (R\$ 9.112,10), MPSC (R\$ 126.058,88), Polícia Militar Ambiental (R\$ 15.418.129,42), PROCON/SC (R\$ 2.066.065,59), TCE/SC (R\$ 46.510.422,63), TJSC – Débito não tributário (R\$ 166.051.720,44), TJSC – Débito tributário (R\$ 48.463.934,29), UDESC (R\$ 361.252,97), Vigilância sanitária (R\$ 458.218,05).

Fonte: Gerencia de Arrecadação



DAS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NA INSTÂNCIA JUDICIAL, COM QUANTITATIVO E VALOR

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “i”, item 2 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente às ações de recuperação de créditos na instância judicial, com quantitativo e valor, no ano de 2016, encaminhamos as seguintes informações.

Em relação aos processos de execução fiscal cadastrados no sistema da Procuradoria Geral do Estado – PGE-Net -, no período entre 01/01/2016 e 31/12/2016, temos:

	Valor
Nº de execuções fiscais	5.753
Valor das execuções (R\$)	767.686.649,85

Fonte: Procuradoria Geral do Estado – PGE-Net

Em 2016 foi o segundo ano que a PGE/SC promoveu a cobrança administrativa na modalidade de protesto da CDA, com os seguintes resultados:

	Quantidade	Valor (R\$)
CDA encaminhadas a protesto	8.692	631.200.061,44
CDA pagas antes do protesto	938	3.585.933,67
CDA pagas após protesto	391	1.658.745,23
CDA parceladas após protesto	1.797	N/D

Fonte: Procuradoria Geral do Estado – PGE-Net



**ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

DA EVOLUÇÃO DO MONTANTE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea "r", item 3 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente à evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, em 2016, encaminhamos as seguintes informações, em R\$:

A tabela a seguir mostra o valor do estoque dos créditos tributários disponíveis para a cobrança, em 31/12 de cada ano.

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Declaração	647.866.637,38	626.554.862,82	492.896.017,64	356.673.092,07	598.033.672,98	716.037.453,15
Notificação	849.233.654,90	875.681.115,49	551.460.058,99	558.285.945,20	523.785.214,67	858.534.230,55
Dívida Ativa	6.979.768.991,54	7.742.966.432,84	9.220.793.844,84	10.109.368.803,94	11.391.887.016,77	13.646.515.777,12
Parcelamento vencido	57.470.496,77	57.600.815,21	26.864.379,93	29.835.527,64	74.590.214,07	27.286.633,13

Fonte: Grupo Especialista da Cobrança



INDICAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NESTA INSTÂNCIA

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea "r", item 4 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente à indicação das medidas adotadas para a recuperação de créditos na instância administrativa, em 2016, encaminhamos as seguintes informações.

A criação de uma estrutura profissional de acompanhamento e cobrança administrativa de tributos, primeiro denominada Grupo de Cobrança Administrativa de Débitos – CAD, renomeada em 2012 para Grupo Especialista em Cobrança Administrativa de Débitos Tributários - GE-COBANÇA (Ato DIAT Nº 013/2012), representou uma inovação na Secretaria da Fazenda.

Além do desenvolvimento de um sistema on-line de levantamento de dívidas, a Diretoria de Administração Tributária passou a contatar diretamente os contribuintes devedores, por meio de telefone ou pessoalmente, buscando orientá-los a saldar suas dívidas.

Em 2016, 196 fazendários do grupo de cobrança administrativa da SEF realizaram 118.608 contatos com contribuintes inadimplentes, informando débitos e formas de pagamento ou parcelamento. O trabalho resultou em uma recuperação de R\$ 318.093.577,13, pagos à vista, e novos parcelamentos no valor total de R\$ 1.452.618.299,99.

Buscando maximizar os resultados o grupo realizou operações especiais de recuperação de créditos tributários. Duas operações especiais de recuperação de créditos tributários relativos ao Simples Nacional, realizadas em fevereiro e setembro.

Uma operação especial de recuperação de ICMS declarado, realizada em abril. E, uma operação especial de recuperação de créditos tributários alcançados pelos decretos 901, 902 e 911, de 2016, que instituíram reduções nos juros e na multa, realizada em outubro de 2016.

Em dezembro foi realizada em Florianópolis a Reunião Anual dos Coordenadores e Subcoordenadores da Cobrança Administrativa para apresentação e análise dos resultados de 2016 e planejamento das atividades e estabelecimento de metas para 2017.

Fonte: Grupo Especialista da Cobrança



MEDIDAS ADOTADAS PARA INCREMENTO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE CONTRIBUIÇÕES

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 5 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente às medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, em 2016, encaminhamos as seguintes informações.

Tendo em vista a similaridade entre os itens nº 5 e nº 6, apenas por questões didáticas, apresentaremos no item nº 5 os projetos concluídos no ano de 2016.

Domicílio Tributário Eletrônico

A segurança no controle de acesso ao Sistema de Administração Tributária teve um avanço significativo em 2016, principalmente com a implantação do login a partir do CNPJ eletrônico (e-CNPJ) e CPF eletrônico (e-CPF).

Com essa nova funcionalidade, tornou-se possível, por exemplo, o credenciamento eletrônico das empresas de outro Estado (que não possuem inscrição estadual em Santa Catarina), que poderão efetuar o recolhimento do imposto por diferencial de alíquota por meio de um procedimento simplificado e via internet.

Houve ainda melhorias quanto à integração entre o SAT e o DTEC das empresas optantes pelo Simples Nacional. Com essa melhoria, tornou-se possível o envio de comunicações eletrônicas para os contribuintes do SIMPLES, que, até então, era uma grande dificuldade em virtude de o banco de dados pertencer à Receita Federal do Brasil.

Além disso, foi desenvolvida uma nova funcionalidade do DTEC, possibilitando o envio de comunicações massivas, em vez de comunicações individuais como ocorria até então.

Controle de acesso

Além da implantação do e-CNPJ e e-CPF, conforme descrito anteriormente, houve avanços quanto à mobilidade dos usuários do SAT. Com o desenvolvimento do suporte mobile, os usuários do sistema passarão a ter acesso a diversas aplicações a partir do celular.

Auditoria

O projeto do módulo de auditoria teve como objetivo principal a automação da inteligência fiscal desenvolvida pelos Auditores Fiscais da Receita Estadual (AFRE) que atuam na fiscalização de empresas. Esse projeto pode ser dividido em 3 grandes níveis: preparação dos dados; indicadores e painéis gerenciais.

A preparação dos dados consiste em tornar acessível os registros brutos de certas fontes de informação (Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e -, Nota Fiscal Eletrônica – NF-e-, etc.), de forma a possibilitar a importação dos registros a um banco de dados relacional. Assim, com a informação de fácil acesso, torna-se viável o desenvolvimento de aplicações para o segundo e terceiro nível.

A principal aplicação desenvolvida no segundo nível foram os indicadores. A partir de experiência dos AFRE e das auditorias bem-sucedidas realizadas no passado, foram criados diversos indicadores de sonegação, o que possibilitou a identificação as empresas com maior potencial de retorno num eventual trabalho de auditoria.

Por fim, o terceiro nível do projeto consiste na criação de painéis gerenciais, de uso dos diretores, gerentes e coordenadores. Com eles, a partir de informações agregadas da arrecadação, das notificações, etc., os tomadores de decisão do fisco passam a ter melhores condições de direcionar os esforços do grupo como um todo, priorizando as ações mais importantes.

Escrituração Digital

Em 2016 foi implantado o aplicativo emissor da Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e), série 892, e desenvolvido diversos aplicativos de

consulta e relatórios específicos para a atividade de fiscalização dos produtores.

Além disso, foi implantado o sistema de cancelamento automático de contribuintes detectados no campo como empresas “noteiras”, inexistentes, simuladas, etc., no Cadastro Nacional de Emissores (CNE) e Cadastro Centralizado de Contribuintes (CCC) na Sefaz Virtual do Rio Grande do Sul (SVRS).

Ressalte-se, ainda, a implantação do sistema de inclusão, exclusão e alteração automático por Código Nacional de Atividade Econômica dos contribuintes catarinenses na SVRS, bem como o desenvolvimento da nova versão do Cadastro Centralizado de Contribuintes (CCC).

Varejo

No grupo de trabalho do varejo, em 2016, foi feita a automatização de diversas rotinas que, até então, eram realizadas de forma manual pelo contribuinte. A título de exemplo, podemos citar a possibilidade de envio das memórias dos Emissores de Cupom Fiscal (ECF) por meio do SAT, dispensando o contribuinte de ter que entregar as memórias em meio físico nas regionais.

Outro grande avanço do grupo foi a especificação e implementação do Sistema de Informação do Varejo (SIV), que consiste no conjunto de aplicações integradas do SAT, que estão sendo desenvolvidas para prover a aquisição segura de dados dos Programas Aplicativos Fiscais (PAF-ECF). Além disso, o sistema prevê a formação de um banco de dados completo de todas as transações comerciais que serão monitoradas por aplicações específicas de Business Intelligence adaptativas.

O objetivo do SIV é estabelecer o acompanhamento e controle do setor varejista, com grau máximo de automatização, proporcionando aos auditores fiscais a detecção imediata de qualquer alteração de comportamento ou parâmetro que possa indicar a ocorrência de um ilícito tributário ou a supressão indevida do tributo.

Além disso, podemos citar a integração do SAT com os postos de combustíveis, através do uso de medidores nos tanques. Os medidores enviam informações do nível dos tanques em um intervalo determinado e o SAT compila essas informações no banco de dados.

Declarações

No módulo das declarações, destacamos a rotina para levantamento da regularidade para recolhimento do ICMS com prazo adicional do exercício de 2017, com a inclusão das novas críticas, conforme definido no Ato DIAT nº

30/2016, de forma a melhorar a qualidade do nível de informação prestada pelos contribuintes.

Podemos elencar, ainda, a inclusão de novo subtipo de DCIP com funcionalidade para permitir o crédito extemporâneo do crédito adicional de 10% sobre o FUNDOSOCIAL, operação essa que era realizada de forma manual até então.

No que concerne ao ICMS devido pelo Diferencial de alíquota (DIFA), decorrente da EC nº 87/2015, foi feita a atualização do layout da Declaração de ICMS e do Movimento Econômico (DIME), permitindo, com isso, a apuração dos valores da DIFA devida ao estado.

Conta corrente

Foram desenvolvidas diversas aplicações no módulo “conta corrente”:

- Desenvolvimento da notificação fiscal de conta de declaração com registro de falência, do FUNDOSOCIAL e SEITEC;
- CND dos débitos originados no DETRAN.Net, com a segregação dos débitos originados no DETRAN.Net;
- Implantação dos convênios ICMS 77/2016 (Geral), ICMS 78/2016 (Carne Bovina) e ICMS 80/2016 (Supermercados);
- Criação do novo layout declaração do Simples Nacional: extrato/histórico do débito inscrito em dívida ativa;
- Desenvolvimento dos serviços que permitem aplicativo móvel acessar o sistema SAT.

Arrecadação

No módulo de arrecadação, temos as seguintes melhorias:

- Implantação de processo que permite ajuste especial manual para débito e crédito diverso, para uso do Tesouro do Estado;
- Apresentação das parcelas pendentes de pagamento (mesmo que parcial), com diminuição dos erros de preenchimento;
- Extração dos valores de repasses da união, viabilizando a implantação da aplicação “Auditoria - Dashboard Administrativo”, que apresenta diariamente o comportamento da arrecadação estadual;

- Criação de nova página de repartição e alteração de pagamento;
- Implantação da GNRE em contingência.

Dívida Ativa

No módulo da dívida ativa, temos as seguintes melhorias:

- Melhorias Integração PGE.Net: Integração SAT X PGE.Net – Melhorias - implementação da situação CDA e outros serviços como automatização de lançamento de suspensão de exigibilidade e cancelamento de CDA que resultará na redução de tramitação de processos físico – Aguarda nova etapa que contempla outros serviços de integração SEF -> PGE e automatiza o processo de Protesto
- Processamento de arquivos de compensação e parcelamento da Receita Federal do Brasil (RFB) do Simples Nacional
- Inscrição DVA do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina

Tratamentos Tributários Diferenciados (TTD)

No módulo dos Tratamentos Tributários Diferenciados (TTD), temos:

- Criação de rotinas que permitiram a liberação automática de DI de contribuintes que possuem TTD de garantia.
- Identificação do requerente no pedido de TTD passou a ser feita utilizando serviço da Receita Federal do Brasil para aqueles não cadastrados no SAT.
- Criação de funcionalidade que permite a criação de campos de informações que serão visíveis somente por servidores da SEF e não serão exibidos nos documentos do TTD.
- Consulta de vigência de concessões de diferimento pró-emprego.
- Criação de novo relatório para TTDs de importação: criação de novo relatório dos TTDs de importação utilizados principalmente pelo Grupo Especialista de Comércio Exterior (GESCOMEX).

Cadastro

No módulo do cadastro, temos as seguintes melhorias:

- Implantação dos ajustes automáticos dos CEPs dos endereços do cadastro e extracadastro com a tabela do DNE dos Correios de maneira automática
- Implantação do Cancelamento Individual com descredenciamento sumário de NFe e CTe
- Implantação da Baixa com autorização fiscal para empresas canceladas.
- Desenvolvimento de todos os WebServices de Cadastro para o SAT Mobile

Fonte: Gerência de Sistemas e Informações Tributárias



PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO COMBATE À EVASÃO E À SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 6 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente às medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, em 2016, encaminhamos as seguintes informações.

Tendo em vista a similaridade entre os itens nº 5 e nº 6, apenas por questões didáticas, apresentaremos no item nº 6 as ações de fiscalização desempenhadas pelos Grupos Especialistas Setoriais – GES - e Grupos Regionais de Fiscalização – GRAF's.

Avaliação do desempenho da arrecadação em 2016

O ano de 2016 foi extremamente negativo para a economia brasileira. A recessão econômica tem se mostrado profunda e duradoura.

No final do ano passado, segundo estudos do FMI, a previsão para 2016 era de decréscimo do PIB na ordem de 1%. Esperava-se que a economia começasse a reagir na segunda metade do ano, após desdobramentos do cenário político. A realidade foi muito mais severa e, atualmente, a expectativa é de que o ano encerre com queda do PIB de 3,5%, sem demonstrar sinais claros de reação.

Esperava-se que a taxa SELIC iniciasse um ciclo de queda mais acentuada, no entanto, o Banco Central tardou em começar o corte nos juros, que tiveram duas reduções tímidas nos últimos meses, fechando o ano com uma ainda elevada taxa de 13,75% a.a., o que inibe muito fortemente os financiamentos e investimentos do setor público e privado.

A desaceleração chinesa também foi um elemento a mais a pesar contra a economia doméstica. A previsão neste momento é de que o gigante asiático alcance crescimento econômico de 6,7% no presente ano, desacelerando de elevações de dois dígitos de alguns anos atrás. Como esta potência é o principal mercado consumidor de produtos do Brasil acaba afetando em cheio o nosso desempenho, principalmente no que tange à venda de minérios, principalmente o ferro, e a soja.

O preço do barril do petróleo, que também afeta o cenário econômico, mantém-se muito abaixo do patamar alcançado em 2008, quando superou o valor de US\$ 130,00. Hoje, com uma pequena recuperação, alcançou US\$ 55,00. Isso tem um impacto significativo na questão da recuperação da

Petrobrás que é uma das principais empresas brasileiras a atuar no mercado internacional.

E para fechar a relação de fatores negativos ocorridos nos últimos doze meses, o ambiente político atravessa um estado de crise permanente, prejudicando o andamento de importantes reformas no Congresso Nacional e gerando um cenário de alta instabilidade e incerteza para os agentes econômicos.

Dessa forma, entendemos que mesmo terminando o ano de 2016 abaixo da meta fiscal definida em dezembro/2016, ou seja, 10,14%, pode-se concluir que foi um ano razoável em termos de arrecadação. Principalmente se compararmos o nosso desempenho ao de outros estados, que chegaram ao fundo do poço, inclusive com atrasos de salários dos servidores públicos. Portanto, a performance de 3,32% alcançada pelo Fisco estadual, no que tange ao incremento de receitas, acabou sendo positivo se levarmos em conta a maré turbulenta em que nos encontramos.

Indicadores Econômicos utilizados para a projeção da Receita líquida disponível

Discriminação	2016	2017
Varição do IPCA	7,59	6,05
Varição do PIB Nacional	-3,42	0,38
Varição do Esforço Fiscal	3,00	3,00

Notas:

1 – Variação Anual do IPCA Nacional de 2016 e 2017 – extraídos do Sistema de Metas para a Inflação

Expectativas de Mercado – Séries Históricas – BCB de 04/03/2016;

2 - Variação Anual do PIB Nacional de 2016 e 2017 – extraídos do Sistema de Metas para a Inflação

Expectativas de Mercado – Séries Históricas – BCB de 04/03/2016;

3 – Índice de Esforço Fiscal estabelecido através de estudos internos da SEF

Desempenho da arrecadação do ICMS 2015 e 2016

	2016	2015	Incremento	Variação %
ICMS	R\$ 16,44 bi	R\$ 15,91 bi	R\$ 528 mi	3,32%

A Diretoria de Administração Tributária estruturou todas as suas ações para o incremento de arrecadação em 2016 por meio de 270 operações e diversas outras atividades para o combate da sonegação.

Destacamos algumas ações que resultaram em aumento de arrecadação com a participação dos GES – Grupo Especialista Setorial de Fiscalização:

Grupo Especialista Setorial Combustíveis e Lubrificantes – GESCOL

A participação ativa do GESCOL no GT05-Combustíveis do CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária resultou em importante vitória para o Estado de Santa Catarina, com a aprovação do Convênio ICMS nº 54/2016.

Esse Convênio restabeleceu a aplicação do princípio da tributação integral no Estado de destino (consumo) dos combustíveis derivados de petróleo, fazendo cessar uma perda de R\$ 5 milhões por mês na arrecadação do setor.

Grupo Especialista Setorial de Comunicações - GESCOM

O GESCOM vem acompanhando a discussão acerca da incidência do ICMS sobre a assinatura de telefonia há muitos anos, inclusive efetuando atuações.

Recentemente, o Pleno do STF julgou o mérito do tema, com repercussão geral (RE 912888), fixando a tese nos seguintes termos: “O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incide sobre a tarifa de assinatura básica mensal cobrada pelas prestadoras de serviços de

telefonia, independentemente da franquia de minutos concedida ou não ao usuário”.

Em termos de arrecadação, essa decisão põe fim à prática adotada por todas as operadoras de telefonia (fixa e celular) e representará um incremento mensal de R\$ 4 a 5 milhões/mês. Além disso, valores já lançados, até 12/2014, somam R\$ 193 milhões (imposto, multa e juros). Os períodos 2015 e 2016 serão notificados caso o contribuinte não faça os recolhimentos devidos.

Grupo Especialista Setorial Têxteis e Calçados - GESTEX

Após longo estudo realizado pelo GESTEX, em setembro/2016 foi publicado o Decreto nº 872/2016 que reduziu as possibilidades de planejamento tributário em operações beneficiadas pelos créditos presumidos do setor têxtil.

Os resultados dessas alterações repercutiram no desempenho da arrecadação do setor têxtil nos meses de outubro/2016 e novembro/2016 que apresentou crescimento de mais de 12% em relação ao mesmo período do ano passado. Isso significou um aumento de R\$ 8.232.946,49 em outubro e R\$ 7.924.377,51 em novembro (cabe observar que em novembro houve queda de faturamento no GESTEX de 3%).

No dia 07/12/2016 foi publicado o Decreto nº 983/2016 que reduziu ainda mais as possibilidades de acumulação de crédito efetivo com crédito presumido e, assim, o setor poderá apresentar aumento de arrecadação em torno de 20%, ou seja, algo em torno de 15 milhões por mês.

Grupo Especialista Setorial em Redes de Estabelecimento - GESREDES

Trabalho de acompanhamento e auditoria fiscal feito pelo Grupo Especialistas - GESREDES efetuado em 11 (onze) Redes de Estabelecimentos, recuperou aos cofres públicos do Estado, em 2016, o valor de R\$ 21.300.000,00, referente ICMS Substituição Tributária.

Este resultado é em função dos trabalhos de monitoramento e acompanhamento desenvolvido pelo GESREDES. Após constatar a irregularidade o grupo entra em contato com a empresa para que apure e declare de forma espontânea.

Informamos ainda que uma empresa notificada em R\$ 5 milhões pelo GESREDES em 24/10/2016, referente à Operação Produtos de Informática sem MVA ajustada, aderiu ao Convênio 77/2016, resultando num parcelamento total de R\$ 2,9 milhões com o benefício da redução da multa e dos juros, pagando a primeira parcela, em 13/12/2016, no valor de R\$ 580.823,55.

Fonte: Gerência de Fiscalização



**ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

DO MONTANTE DAS RENÚNCIAS DE RECEITAS CONCEDIDAS NO EXERCÍCIO, PORESPÉCIE PREVISTA NO ART. 14, § 1º, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea “r”, item 7 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente ao montante das renúncias de receitas concedidas no exercício fiscal, por espécie prevista no art. 14, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminhamos as seguintes informações.

Modalidade	Benefício	Referência	Estimativa
Isenção	Microprodutor primário.	Art. 1º, XXVII, An2, RICMS/SC	R\$ 160.000,00
Isenção	Embalagem de agrotóxico	Art. 2º, XLVI e art. 5º, XIV, An2, RICMS/SC	R\$ 10.069,04
Isenção	Fundação Nova Vida	Art. 1º, XXVII, An2, RICMS/SC	R\$ 205.270,67
Redução da BC	Suínos vivos	Decreto nº 633/2016	R\$ 31.150.000,00
Remissão	Abatedores e distribuidores de carnes de gado bovino e mercados e supermercados	Decreto nº 903/2016 e nº 911/2016	R\$ 52.924.769,83
Total			R\$ 84.450.109,54

Fonte: Assessoria Econômica DIAT/COGAT



**ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

CRÉDITOS BAIXADOS EM RAZÃO DE PRESCRIÇÃO

Em atendimento ao item Anexo I, inciso I, alínea "r", item 8 da Instrução Normativa nº 20/2015 do Tribunal de Contas do Estado, referente aos créditos baixados em razão da prescrição, encaminhamos as seguintes informações.

Os créditos baixados por determinação judicial, em razão da prescrição, totalizaram **R\$ 24.642,30 no ano de 2016**. Os processos judiciais que determinaram a baixa dos créditos tributários em 2016 foram: 0018382-21.2008.8.24.0033, 0908138-46.2015.8.24.0038, 0909955-69.2010.8.24.0023, 0900905-82.2011.8.24.0023, 0703702-78.2012.8.24.0023, 0327563-56.2015.8.24.0023, 0327575-70.2015.8.24.0023, 0327603-38.2015.8.24.0023, 0900904-97.2011.8.24.0023, 0327342-73.2015.8.24.0023, 0327337-51.2015.8.24.0023, 0327405-98.2015.8.24.0023, 0327428-44.2015.8.24.0023, 0327427-59.2015.8.24.0023, 0328307-51.2015.8.24.0023, 0922279-28.2009.8.24.0023, 0922276-73.2009.8.24.0023, 0936600-34.2010.8.24.0023, 0936752-82.2010.8.24.0023, 0903795-23.2013.8.24.0023, 0014948-82.2003.8.24.0038, 0014155-85.2008.8.24.0033, 00000304-77.2011.8.24.0031, 0900231-72.2013.8.24.0011, 0900381-55.2011.8.24.0033, 0000422-28.2008.8.24.0041, 0023822-90.2002.8.24.0038, 0015639-06.2000.8.24.0005, 0002207-15.2009.8.24.0033, 090035-02.2015.8.24.0054, 0002636-51.2011.8.24.0052, 0002198-53.2009.8.24.0033, 0024572-63.2009.8.24.0033, 0908129-84.2015.8.24.0038, 0908129-84.2015.8.24.0038, 0063034-32.2003.8.24.0023, 0011858-18.2002.8.24.0033, 0003872-40.2011.8.24.0014.

Fonte: Gerência de Arrecadação

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

Dilson Jiroo Takeyama
Assessor do DIAT/COGAT
957.961-3

Júlio Cesar Fazoli
Diretor de Administração Tributária
950.623-3



RELATÓRIO TÉCNICO DE MONITORAMENTO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – 2015/2024

Referência: Ofício GABSEF nº 658/16, de 18 de agosto de 2016, do Secretário de Estado da Fazenda, Antônio Marcos Gavazzoni, que solicita providências por parte da SED, acerca do que estabelece a Instrução Normativa do Tribunal de Contas (TC nº 20/2015) sobre a avaliação do cumprimento das metas e estratégias previstas na Lei nº 13.005/2014, do Plano Nacional de Educação, e no Plano Estadual de Educação (Lei nº 16.794/2015).

O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC) – 2015/2024 – é o principal instrumento norteador das políticas, programas e ações de Estado, com vistas ao alcance de patamares adequados de qualidade e equidade na Educação. Elaborado no período de 2010 a 2014, considerando o amplo debate ocorrido a partir das Conferências de Educação (CONAEs), desenvolvidas em 03 etapas¹: municipal, estadual e nacional; garantindo espaço para a participação dos diferentes segmentos da Educação, da Sociedade Civil e das Instituições Educacionais Constituídas.

A Secretaria de Estado da Educação (SED/SC) constituiu, em 2014, uma equipe com 30 técnicos integrantes de suas Diretorias, especialistas das diversas Áreas do Conhecimento, com o objetivo de sistematizar todas as contribuições realizadas nos momentos de diálogo promovidos nas CONAEs e, a partir deste rico material, tornar possível dimensionar o tamanho dos desafios a serem enfrentados pelos envolvidos com a Educação. Para isso, a equipe realizou uma análise criteriosa da situação da Educação Catarinense, fundamentada nas discussões e deliberações das Conferências Livres, Municipais, Intermunicipais/Regionais, e da Conferência Estadual de Educação ocorrida em 2013, nos documentos² produzidos a partir das CONAEs, na Legislação Vigente e nos principais indicadores educacionais, demográficos e socioeconômicos do Estado.

¹ As Conferências Livres, Municipais, Intermunicipais/Regionais e a Conferência Estadual de Educação de Santa Catarina envolveram mais de 200 mil pessoas.

² CONAE – Documento Sistematizado – Completo disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/forum-estadual-de-educacao-2013-346/ii-conae-sc-2013-383>



As conclusões obtidas, a partir dessa análise, contribuíram para uma visão global e sistêmica da Educação Catarinense, possibilitando que fossem estabelecidas metas e estratégias voltadas às prioridades do Estado. Com necessidade de intervenção a curto, médio e longo prazo, estas metas têm como objetivo garantir o direito à Educação de qualidade para todos.

A versão preliminar do PEE/SC foi submetida à análise do Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina (FEE/SC), do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e, após a síntese das contribuições dessas instituições, o documento foi encaminhado à Casa Civil e enviado à Assembleia Legislativa do Estado (ALESC), para aprovação pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

A Comissão/ALESC realizou Audiências Públicas em diferentes regiões do Estado a fim de ampliar o debate sobre as metas e estratégias, coletar contribuições e fazer ajustes posteriores no texto do Plano, que foi submetido à aprovação, em plenária, pelos deputados, no dia 14 de dezembro de 2015, sob a Lei nº 16.794, e sancionado pelo Governador do Estado no dia 15 do mesmo mês e ano. O Plano Estadual de Educação é composto por 12 Diretrizes, 19 Metas e 312 Estratégias, alinhadas ao Plano Nacional de Educação (PNE).

A partir de sua aprovação, a Secretaria de Estado da Educação empenhou-se em promover ações para dar visibilidade ao Plano e reconhecê-lo como Política de Estado para a Educação Catarinense. Foram impressos 10 mil exemplares do PEE/SC que foram distribuídos para instituições e entidades relacionadas à Educação Catarinense, dentre elas os Fóruns de Educação, Universidades, ALESC, Conselhos de Educação Estadual e Municipais, Ministério da Educação, Gerências de Educação e escolas.

Com vistas ao alcance das metas e estratégias contidas no PEE/SC, no primeiro ano de sua vigência, a SED alinhou/adequou seu Plano Estratégico e determinou que suas Diretorias, as Gerências de Educação, a Coordenadoria da Grande Florianópolis e as escolas também o fizessem em seus planos de trabalho, projetos e programas.

Dentre as iniciativas para materializar o Plano Estadual de Educação como eixo estruturante das Políticas de Estado para Educação Catarinense, estão registradas abaixo aquelas de maior impacto para a sua consecução:



a) PACTO POR SC –EDUCAÇÃO:

Seu objetivo foi colocar a Educação de Santa Catarina nos mesmos patamares dos países desenvolvidos. Atuando em três eixos: **o Pedagógico**, que tratou do Currículo, Alfabetização, Ensino Médio, Tecnologias Educacionais, Acesso ao Ensino Superior, Programas de Inclusão; **o Estrutural**, que trabalhou com os Programas: Mais Educação, Mais Esporte, Revitaliza, Recuperação Emergencial de Escolas e Sistema de Manutenção da Infraestrutura Escolar; e **o de Gestão**, que estabeleceu o Sistema de Gerenciamento das Escolas, revitalizou o Plano de Carreira do Magistério, promoveu Concurso Público para professores efetivos e realizou Formação Continuada.

b) PLANO PLURIANUAL (PPA) 2016 – 2019:

A Lei Ordinária nº 16.859, de 18/12/2015, aprovou o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, este, porém, ainda não se encontrava em total alinhamento com o que preconiza o PEE/SC. Desta forma, foi necessária sua revisão no ano de 2016³, quando foram concentrados esforços na definição dos principais programas para a Educação, a partir da análise dos indicadores educacionais, econômicos e sociais e das metas e estratégias do PEE/SC, em consonância com o Plano Nacional de Educação. Para esse fim, foi constituída uma comissão interna composta por diretores e técnicos e providenciado um momento de socialização e discussão com todas as diretorias e profissionais que coordenam as áreas de planejamento e execução dos programas e projetos educacionais para a rede estadual. Em 26 de janeiro de 2017, foi publicado no Diário Oficial o Decreto nº 1.032, que aprovou a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de recursos estaduais para o exercício financeiro de 2017 e estabelece outras providências, contendo as mudanças decorrentes do PEE/SC.

c) PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) 2016 – 2019:

É uma ação do Ministério da Educação, com a finalidade de auxiliar no planejamento estratégico das políticas de educação, além de

³Lei Ordinária nº 17.050 de 16/12/2016



proporcionar um canal de comunicação permanente entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Possui 04 dimensões: 1 – Gestão Educacional; 2 – Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; 3 – Práticas Pedagógicas e Avaliação; e 4 – Infraestrutura Física e Recurso Pedagógico. Cada dimensão está dividida em áreas de atuação e cada área apresenta indicadores específicos. O PAR foi criado em 2007 e vem sendo executado em ciclos: 1º ciclo => 2007 a 2010; 2º ciclo => 2011 a 2014 e o 3º ciclo => 2016 a 2019.

O 3º ciclo, atualmente em execução, está estrutura do em consonância com o Plano Nacional de Educação. No decorrer de 2016, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação/FNDE, abriu o sistema aos Estados e Municípios para que estes elaborassem o seu diagnóstico, que foi organizado a partir dos seguintes itens: Dados da Unidade, Metas do Plano Estadual de Educação (Meta do Estado e a Meta prevista até o fim do PEE), e Questões Estratégicas que tecem o cenário da Rede Estadual de Educação. O diagnóstico aponta os indicadores e as justificativas que remetem às ações de cumprimento do PEE/SC.

d) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO– AÇÕES 2016 A 2018:

As 07 Diretorias e as 22 Gerências que compõem a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação, passaram a adequar suas ações estratégicas (ações, projetos, programas, convênios, participações em Fóruns, Conselhos, Associações, entre outras) para o alcance das Metas e Estratégias contidas no Plano de Educação.

As ações de competência de cada Diretoria estão focadas nas 12 Diretrizes do PEE/SC, contidas no seu Art. 2º: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV – melhoria da qualidade do ensino; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado; VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão,



com padrão de qualidade e equidade; IX – valorização dos profissionais da educação; X – promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental; XI – priorizar a instituição do ensino integral na rede educacional pública catarinense; e, XII – priorizar os investimentos educacionais nos municípios e regiões com níveis baixos de IDH e IDH-E.

e) PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PEE/SC:

A SED/SC, em fevereiro de 2016, constituiu sua Equipe Técnica⁴, com o objetivo de monitorar continuamente as metas e estratégias do PEE/SC, a partir de levantamentos, sistematizações e análises dos dados e informações referentes à execução do Plano. Essa equipe é constituída por técnicos especialistas vinculados às Diretorias, por Diretores e pela Secretária Adjunta da SED, por representantes da Fundação Catarinense de Educação Especial, da Coordenadoria da Grande Florianópolis e do Instituto Estadual de Educação (IEE), totalizando 20 profissionais.

A função desta Equipe é apoiar tecnicamente a Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação⁵ do PEE/SC, de que trata o §1º, do Artigo 5º, da Lei nº 16.794/2015, e de contribuir para o planejamento e a gestão educacional, por meio de relatórios técnicos periódicos que devem ser validados pela Equipe de Planejamento Estratégico da SED⁶.

A Comissão Estadual de Monitoramento e Avaliação do PEE/SC é responsável pelo processo de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação e será constituída por representantes da ALESC/Comissão de Educação, Cultura e Desporto, do CEE/SC, do FEE/SC, e dos Fóruns e Conselhos Municipais de Educação. Para compor a Comissão Estadual foi encaminhado Ofício a cada uma das Entidades, em 1º de dezembro de 2016, solicitando a indicação de dois representantes, um titular e um suplente. Esta comissão será instituída por Ato do Executivo,

⁴ Equipe constituída pela Portaria n. 2287/2016 publicada no Diário Oficial n. 20.381 de 13/09/2016, alterada pela Portaria n. 2684/2016 publicada no Diário Oficial n. 20.412 de 27/10/2016.

⁵ A constituição de Comissão Estadual se baseou em metodologia proposta pelo MEC/Secretaria de Articulação com os Sistemas (SASE) e com a qual o Estado firmou Termo de Adesão à Assistência Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação.

⁶ A Equipe de Planejamento Estratégico é constituída pelo Secretário de Educação, pela Secretária Adjunta, pelos Diretores e Gerentes da SED.



conforme a Lei nº 16.794/2015. Esse procedimento está aguardando a indicação de todos os representantes das entidades citadas acima, para que o Executivo institua por ato legal a Comissão Estadual, no início do ano de 2017.

A atuação da referida Comissão se dará a partir de metodologia própria, elaboração de plano de trabalho e definição de uma coordenação.

A Equipe Técnica de Monitoramento do PEE/SC, da SED, desenvolve suas atividades de acordo com o Plano de Trabalho definido em 2016 e aprovado em Reunião Colegiada. São realizadas reuniões quinzenais, sob a Coordenação da Secretaria Adjunta de Educação e da Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional, em que são debatidas e deliberadas as ações necessárias para o cumprimento de seus objetivos e finalidades, com os representantes das Diretorias da SED, da Coordenadoria da Grande Florianópolis, do Instituto Estadual de Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE).

No desenvolvimento de suas atividades, esta Equipe se deparou com um grande desafio ainda não solucionado, caracterizado pela inexistência de resultados atualizados de determinados indicadores, com metodologia comum, que permitam acompanhamento e a comparabilidade no contexto nacional, estadual e municipal, ao longo do tempo, para todos os entes federados. As taxas de atendimento na educação básica, por exemplo, são publicadas pela PNAD/IBGE, anualmente, para os estados, enquanto que para os municípios são do Censo Demográfico/IBGE, publicado a cada dez anos.

Essa é uma questão complexa, em que a equalização ultrapassa as competências desta Equipe, pois exige proposições e/ou normativas de monitoramento articulado entre os entes federados, cuja coordenação deve ser de âmbito nacional, fator que irá incidir sobre o monitoramento e a avaliação do PNE, do PEE/SC e dos Planos Municipais.

A Plataforma SED/SC será atualizada por esta Equipe Técnica, com a frequência necessária ao processo de monitoramento e avaliação do PEE/SC e servirá como principal mecanismo de consulta para a elaboração dos relatórios anuais.



f) CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO(CONAE 2018) –ETAPA ESTADUAL:

A SED/SC, uma das 43 entidades, órgãos e movimentos sociais que integram o Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina (FEE/SC), em novembro de 2016, participou do pré-lançamento da Conferência Estadual de Educação – CONAE SC 2017. A III CONAE SC 2017-2018 terá como objetivo geral monitorar e avaliar o cumprimento do PNE, o corpo da lei, as metas e estratégias, propor políticas e ações e indicar responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federativos e os sistemas de educação. O tema central da 3ª CONAE será dividido em oito eixos temáticos, todos vinculados aos Planos Decenais e ao Sistema Nacional de Educação (SNE).

A Secretaria de Estado da Educação é uma das principais instituições envolvidas na execução desta Conferência, pois é membro atuante do FEE/SC e tem, entre suas responsabilidades, apoiar a operacionalização e a dar estrutura para a realização da Conferência Nacional de Educação em Santa Catarina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, por meio da Instrução Normativa do Tribunal de Contas (TC nº 20/2015), requer a avaliação do cumprimento das metas e estratégias previstas no PNE e no PEE/SC. Neste sentido, esse relatório busca evidenciar as possíveis potencialidades e fragilidades no processo de monitoramento e avaliação da execução do PEE/SC, bem como as ações desenvolvidas pela SED com vistas a consecução do mesmo.

O monitoramento e a avaliação do PEE/SC são etapas que se articulam continuamente em um único processo, contribuem para o alcance das metas propostas, apontam as lacunas e eventuais mudanças necessárias no percurso e incorporam ao Plano o caráter de flexibilidade necessário para absorver as demandas da sociedade (BRASIL, 2016).



A avaliação dos Planos está estabelecida nas próprias Leis do PNE e do PEE/SC, respectivamente, Lei nº 13.005/2014, Art. 6º §2º e na Lei 16.794/2015, Art. 5º, dispondo sobre os responsáveis por essa avaliação e os períodos em que deverá ser realizada.

Assim como o PNE, o PEE/SC estabelece periodicidade bianual para a avaliação de sua execução. A primeira avaliação deve ocorrer em dezembro de 2017, quando o PEE/SC completará 2 anos de existência. Essa avaliação é de responsabilidade da Comissão Estadual de Monitoramento e Avaliação do PEE/SC e terá como referência os estudos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que publicou, em 2016, o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014-2016⁷.

Os dados e indicadores mais atualizados publicados pelo INEP, nesse Relatório, são das seguintes fontes: Censo da Educação Básica, de 2015; Censo da Educação Superior, de 2014; Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de 2013; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2014; Censo Demográfico, de 2010; Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – Estadiv/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2014; Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic/IBGE, de 2014. (INEP, 2016, p.13).

Considerando o que preconiza o PEE/SC, os dados e fontes de referência para a verificação do cumprimento de suas metas e estratégias são: Censo da Educação Básica/INEP, de 2014; Censo da Educação Superior/INEP, de 2014; Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)/INEP, de 2013; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)/INEP, de 2013; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE, de 2013 e; Censo Demográfico/IBGE, de 2010.

Embora o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE traga a maioria dos indicadores com resultados atualizados para a Referência Estadual, estes são todos pretéritos à aprovação do PEE/SC. Além disso, não são apresentados com a desagregação necessária

⁷Disponível em: http://download.inep.gov.br/outras_acoes/estudos_pne/2016/relatorio_pne_2014_a_2016.pdf



para a realização de uma avaliação minuciosa e adequada acerca das desigualdades regionais e locais dos estados brasileiros. Esses fatores, associados a inexistência de resultados mais atuais acerca de determinados indicadores para os municípios, dificultam e geram descompasso no monitoramento dos planos de educação.

Tomando como base essa publicação do INEP e a atualização dos dados do SAEB (2015) e do IDEB(2015), são apresentados no Anexo I, deste documento, os indicadores disponíveis acerca de cada uma das Metas do PEE/SC.

Por fim, cabe a esta Secretaria fazer alguns apontamentos para que a resposta ao TCE/SC, sobre a Avaliação do PNE e do PEE/SC, seja compreendida na sua essência e sob a análise conjuntural a que se encontram:

1) Os Planos de Educação, Nacional, Estadual e Municipais, compõem um instrumento maior, estão alinhados entre si, sob a perspectiva macro do PNE. São partes de um todo, que na sua execução plena, constituirão o Sistema Nacional de Educação (SNE). Por Sistema Nacional de Educação entende-se “como um aperfeiçoamento na organização da educação nacional, sustentada por um pacto federativo construído de forma democrática e inscrito em um conjunto de leis nacionais, capazes de orientar cada sistema ou rede de ensino, para que o direito constitucional inalienável seja garantido, com equidade, a cada cidadão brasileiro” (MEC/SASE, 2015). Desta forma, o PEE/SC não pode ser avaliado na sua individualidade, mas em articulação, observação e análise do PNE e dos PMEs. O Monitoramento e Avaliação dos Planos devem realizados de acordo com as Leis que os instituem, a contar da data de suas aprovações, respectivamente: PNE aprovado em 2014 e PEE/SC em 2015.

No caso do PEE/SC, as avaliações serão realizadas no final de 2017 e objeto da Comissão Estadual a ser constituída para este fim. Estão previstas 02 Conferências no período de vigência do Plano, que entre outras finalidades, tem por objetivo avaliar os Planos de Educação nas 03 esferas governamentais. Estas Conferências são vinculadas a uma parceria financeira e técnica entre Governo Federal, Estadual e Municipais, sob a coordenação do Fórum Nacional e Estadual de Educação.



2) Os Planos de Educação são interdependentes, considerando que sua execução plena dependerá do estabelecimento do Regime de Colaboração entre os entes federados. Existem Metas, como por exemplo, a Meta 2, que diz respeito à universalização do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos. Atingir esta Meta depende de ações das Redes Municipais de Educação (295 Municípios) e da Rede Estadual de Educação, bem como, do repasse dos recursos do Governo Federal. Este exemplo mostra que o Regime de Colaboração é fundamental para que os Planos de Educação sejam executados e se tornem realidade.

3) O PNE foi elaborado no ano de 2010 e, após uma longa tramitação no Congresso Nacional, foi aprovado em junho de 2014. O interstício entre a elaboração e a aprovação do Plano provocou tensão, o que ocasionou a necessidade de mudar a forma com que seria implantado, de maneira que fosse considerado o contexto social, econômico e político do país. O PEE/SC, por sua vez, tomou o PNE como base e manteve as metas estabelecidas ajustando-se à realidade estadual. As metas definidas partiram de uma realidade nacional e das conseqüências da drástica mudança socioeconômica brasileira. O contingenciamento a que todos os entes federados estão submetidos, a partir da crise financeira instalada no País em 2015, e dos cortes orçamentários determinados pela Emenda Constitucional nº 95, promulgada em 15 de dezembro de 2016 (PEC 55), poderá levar à revisão das Metas dos Planos de Educação, no processo de avaliação.

4) Para que os Planos de Educação possam ser avaliados corretamente, é necessário que a União Federal, os Estados e os Municípios possuam dados e indicadores coletados e analisados sob uma mesma metodologia, com maior celeridade na sua publicização, para evitar leituras/interpretações diversas e descompassadas. Cabe ressaltar que ao longo do processo de elaboração dos planos de educação, houve mudanças metodológicas e adequações no cálculo e disponibilização dos indicadores de diagnóstico, monitoramento e avaliação dos mesmos, por parte do INEP e por parte do IBGE. No momento de maior mudança, Santa Catarina já havia elaborado seu Plano e encaminhado à ALESC. Assim, por conta dessas mudanças, diversas informações contidas na Análise Situacional⁸ do PEE/SC, mesmo advindas de órgãos

⁸ PEE-SC - Fundamentação Legal, Histórico dos Planos e Análise Situacional. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16970-plano-estadual-de-educacao>



oficiais, estão desatualizadas.

Concluimos, identificando que a análise da execução total ou parcial das metas e estratégias precisa ser sistêmica, considerando que existe um alinhamento entre os Planos de Educação, sendo o PNE um Plano de Estado e que depende dos demais planos, considerando as 26 Unidades Federadas e o Distrito Federal, assim como os 5.570 Municípios. Pela primeira vez, os Planos Nacional, Estadual e Municipais são implantados com uma visão sistêmica. O Plano Estadual de Educação é a base para a definição de políticas públicas, não é um plano de uma gestão governamental, mas parte de um Sistema Educacional para o Brasil e para o Estado.



REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). **PNE em Movimento: Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação. Alinhando os Planos de Educação.** Brasília: MEC, 2016. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF>. Acesso em: 02 nov. 2016.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/1362>>. Acesso em: 02 out. 2016.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016.** Brasília, DF: Inep, 2016. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/2105>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

SANTA CATARINA. **Lei n. 16.794, de 14 de dezembro de 2015:** Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado. Florianópolis, SC, 15 dez. 2015. Disponível em: http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Leis%20Ordinarias/2015_-_LEI_ORDINARIA_N_16_794_DE_14_DE_DEZEMBRO_DE_2015.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2016.

ABICALIL, Carlos Augusto. O Plano Nacional de Educação e o regime de colaboração. **Revista Retratos da Escola.** Brasília: CNTE, v.8, n.15, jul./dez. 2014.



ANEXO I – INDICADORES DAS METAS DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA – 2015/2024

INTRODUÇÃO

De acordo com o previsto no Arts. 4º e 5º, da Lei nº 13.005/2014, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), é responsável por publicar, a cada dois anos, estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas do censo demográfico, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos censos nacionais da educação básica e superior.

No processo de acompanhamento e avaliação do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC), de que trata o art. 5º, da Lei 16.794/2015, fica determinado que as avaliações periódicas a serem realizadas pela Comissão Estadual, a cada dois anos, terão como referência os estudos publicados pelo INEP, que incluem também as informações advindas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica para avaliar a qualidade da Educação Básica (art. 4º).

Em 2015, o Inep publicou um documento preliminar denominado “Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base”, que foi submetido à apreciação de órgãos públicos educacionais, de estudiosos da área e da sociedade civil organizada, por meio de publicização e consulta pública¹.

A partir das contribuições dos envolvidos e considerando suas atribuições legais, em 2016, o INEP publicou o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014-2016, que é uma atualização aprimorada do documento preliminar supracitado, com diversas modificações metodológicas e refinamentos nos indicadores.

Os indicadores que devem ser utilizados como referência para a mensuração da consecução das metas do PEE/SC são aqueles atualizados e disponíveis até 2015, ano de sua aprovação. Quais sejam: Censo da Educação Básica/INEP, de 2014; Censo da Educação Superior/INEP, de 2014; Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)/INEP, de 2013; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)/INEP, de 2013; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE, de 2013 e; Censo Demográfico/IBGE, de 2010.

¹Portaria Inep nº 424, de 9 de outubro de 2015



Em que pese o fato do PEE/SC completar dois anos somente em dezembro de 2017, esta Secretaria apresenta a seguir a representação gráfica de todos os indicadores de Santa Catarina disponíveis em tabelas no Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento do PNE, com objetivo de contribuir para as atividades da Comissão Estadual de Acompanhamento e Avaliação do PEE/SC, bem como para o processo de planejamento e gestão da educação catarinense.



META 1

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PEE/SC.

SITUAÇÃO DA META – 2014

Crianças de 4 a 5 anos de idade

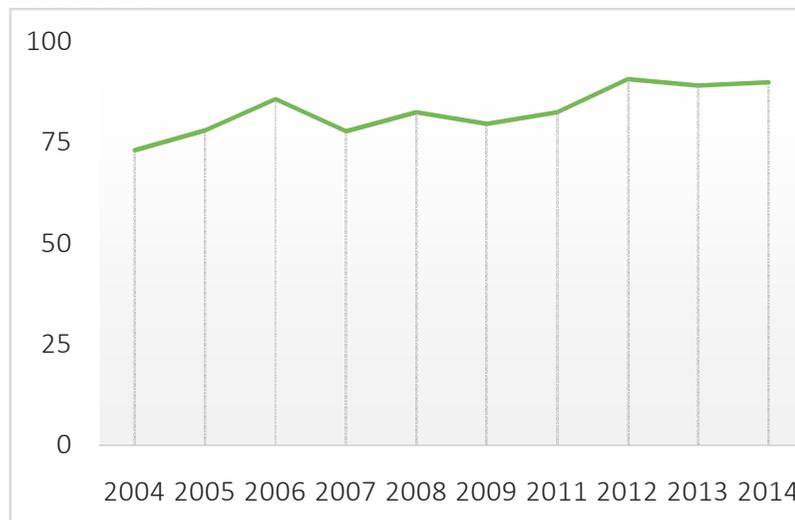


89,9% frequentam a escola (149 mil crianças).

Meta 2016: 100%

10,1% estão fora da escola (17 mil crianças).

Gráfico 1 – Percentual de crianças de 4 e 5 anos de idade que frequentam a escola ou creche – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE. Modificação no cálculo do indicador: alteração da data de referência para definição da idade para 31 de março do ano da pesquisa.

Elaboração: DIPE/SED-SC



SITUAÇÃO DA META – 2014

Crianças de 0 a 3 anos de idade

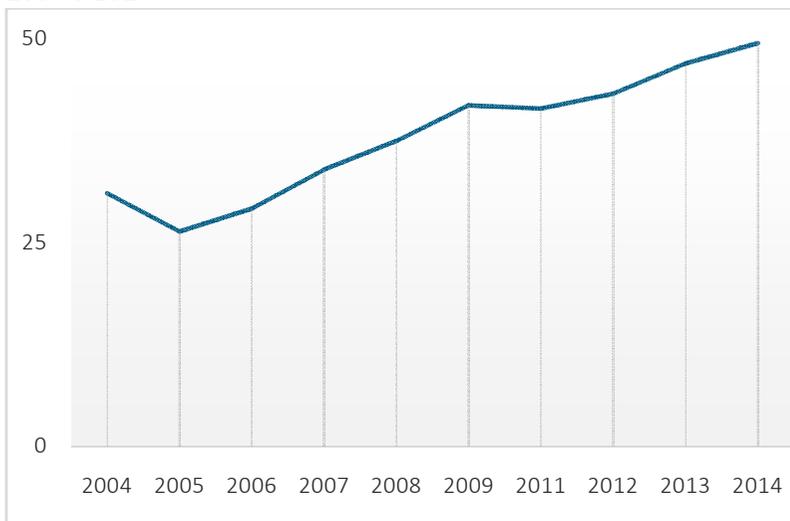


49,4% frequentam a escola (150 mil crianças).

Meta 2024: 50%

Falta menos de **1** ponto percentual para o alcance da meta.

Gráfico 2 – Percentual de crianças de 0 e 3 anos de idade que frequentam a escola ou creche – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE. Modificação no cálculo do indicador: alteração da data de referência para definição da idade para 31 de março do ano da pesquisa.
Elaboração: DIPE/SED-SC

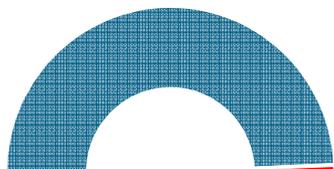


META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

SITUAÇÃO DA META – 2014

Atendimento às pessoas de 6 a 14 anos de idade

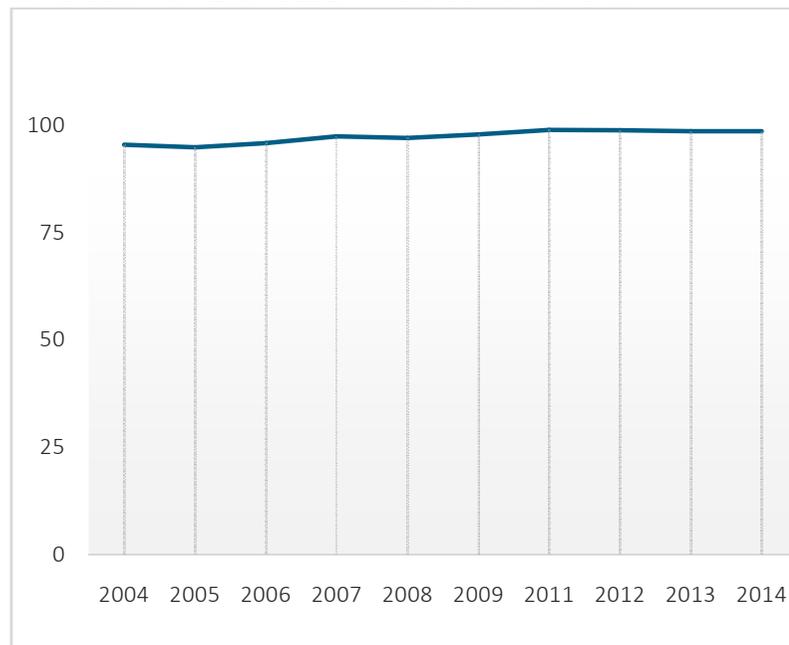


98,6% frequentam ou já concluíram o ensino fundamental (810 mil pessoas).

Meta 2016: 100%

1,4% estão fora da escola (12 mil pessoas).

Gráfico 1 – Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental – Santa Catarina – 2004 a 2014 – Taxa de atendimento



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE. Modificação no cálculo do indicador: alteração da data de referência para definição da idade para 31 de março do ano da pesquisa.
Elaboração: DIPE/SED-SC



SITUAÇÃO DA META – 2014

Pessoas de 16 anos de idade

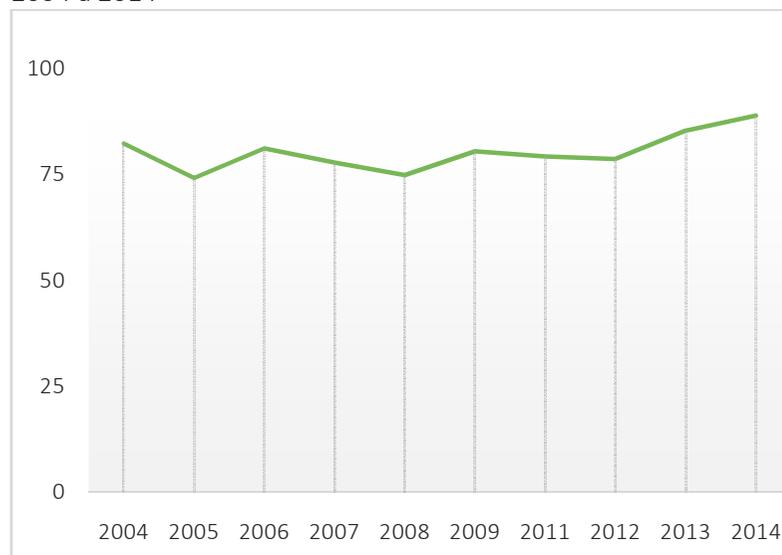


89% concluíram o ensino fundamental (112 mil pessoas).

Meta 2024: 95%

Faltam **6** pontos percentuais para o alcance da meta (7,5 mil pessoas).

Gráfico 2 – Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Phad/IBGE. Modificação no cálculo do indicador: alteração da data de referência para definição da idade para 31 de março do ano da pesquisa.

Elaboração: DIPE/SED-SC.



META 3

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).

SITUAÇÃO DA META – 2014

Atendimento aos jovens de 15 a 17 anos de idade

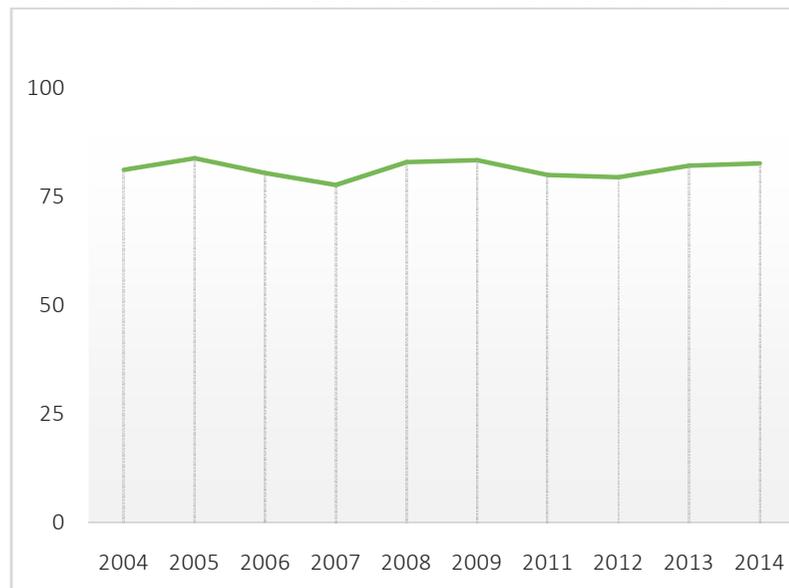


82,7% frequentam a escola ou já concluíram a educação básica (290 mil jovens).

Meta 2016: 100%

17,3% estão fora da escola (60 mil jovens).

Gráfico 1 – Percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentam a escola ou já concluíram a educação básica – Santa Catarina – 2004 a 2014 – Taxa de atendimento



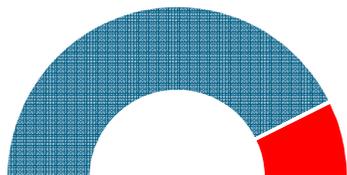
Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE. Modificação no cálculo do indicador: alteração da data de referência para definição da idade para 31 de março do ano da pesquisa.

Elaboração: DIPE/SED-SC.



SITUAÇÃO DA META – 2014

Taxa líquida de matrícula no EM

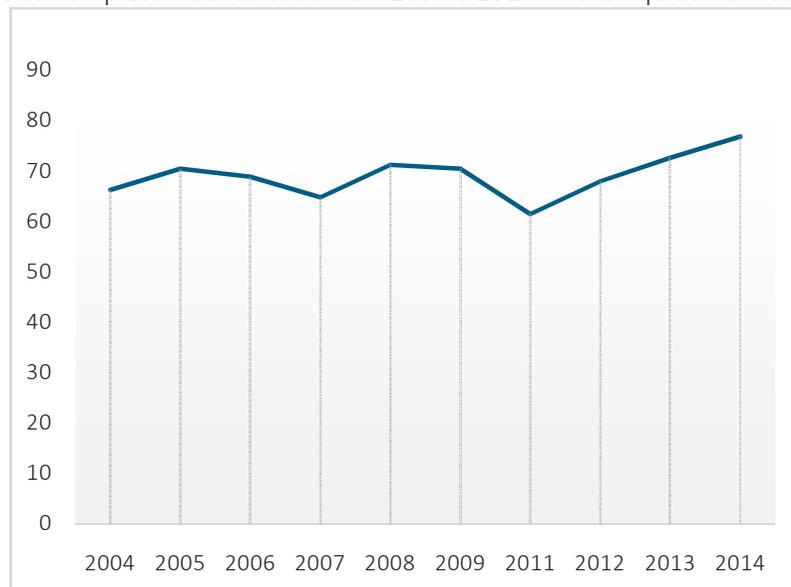


76,8% dos jovens de 15 a 17 anos de idade frequentam o **ENSINO MÉDIO** ou já concluíram a educação básica (269 mil jovens).

Meta 2024: 90%

Faltam **13,2** pontos percentuais para o alcance da meta.

Gráfico 2 – Percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentam o ensino médio ou possuem educação básica completa – Santa Catarina – 2004 a 2014 – Taxa líquida de matrícula no EM



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE. Modificação no cálculo do indicador: alteração da data de referência para definição da idade para 31 de março do ano da pesquisa. Elaboração: DIPE/SED-SC

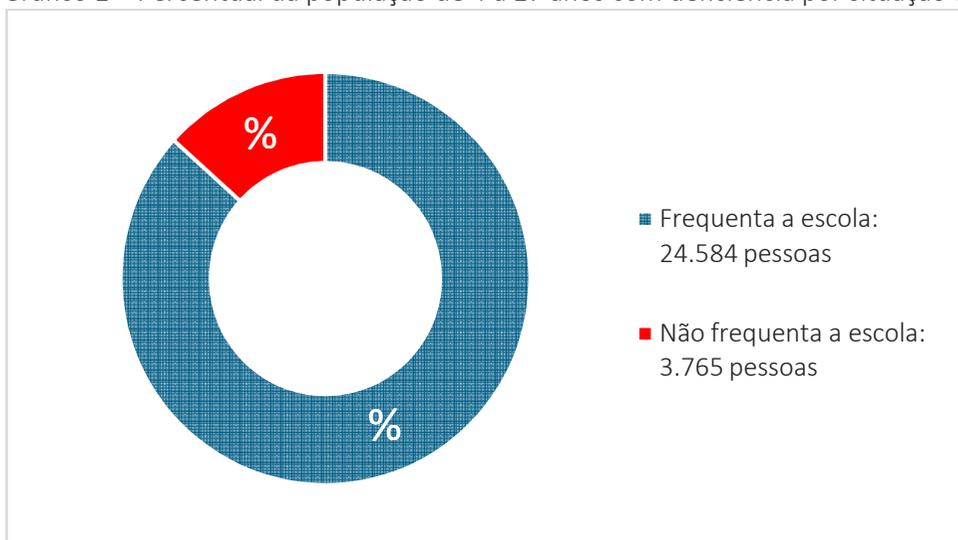


META 4

Universalizar, para o público da educação especial de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados.

SITUAÇÃO DA META

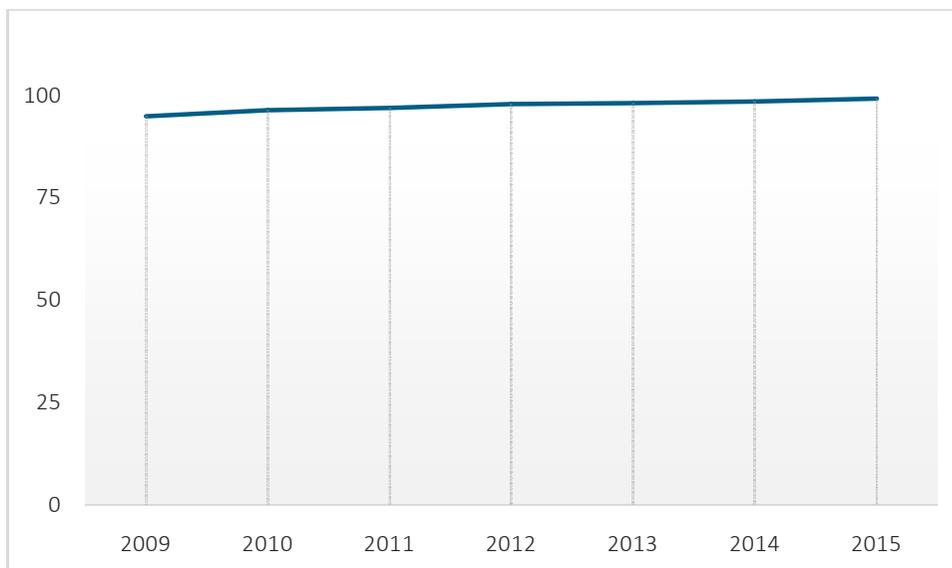
Gráfico 1 – Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência por situação de frequência à escola – Santa Catarina – 2010



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo Demográfico 2010/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC



Gráfico 2 – Percentual de matrículas de estudantes de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns da educação básica – Santa Catarina – 2009 a 2015



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

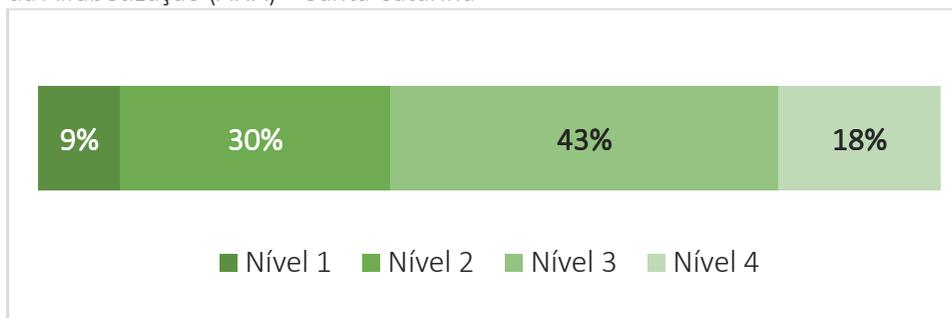


META 5

Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

SITUAÇÃO DA META – 2014

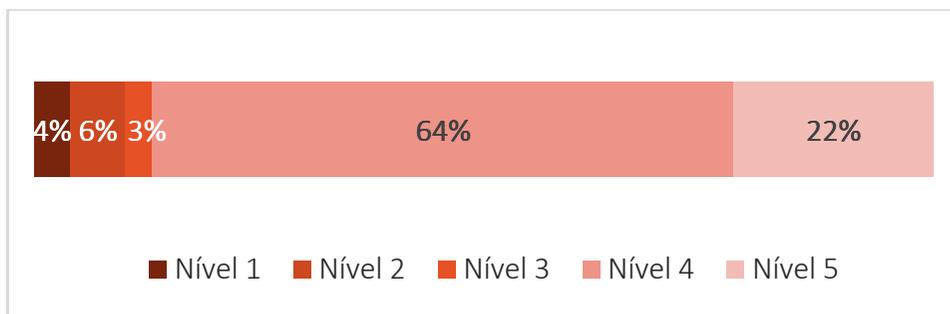
Gráfico 1 – Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em Leitura na edição de 2014 da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) – Santa Catarina



Fonte: Inep (2016) com base em dados da ANA/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

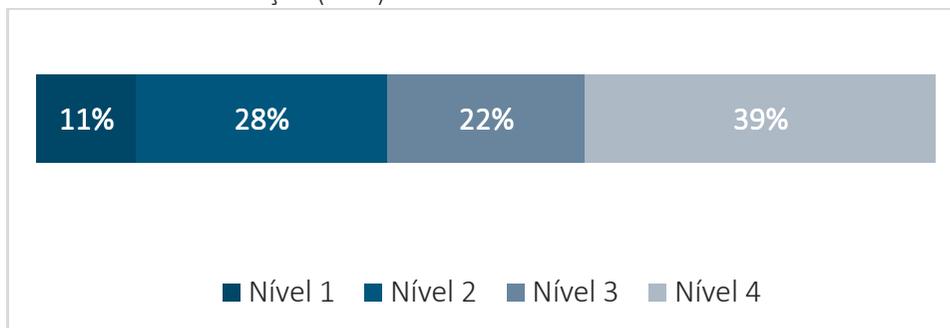


Gráfico 2 – Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em Escrita na edição de 2014 da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) – Santa Catarina



Fonte: Inep (2016) com base em dado da ANA/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

Gráfico 3 – Distribuição percentual dos estudantes nos níveis de proficiência em Matemática na edição de 2014 da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) – Santa Catarina



Fonte: Inep (2016) com base em dados da ANA/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

Nota: Escalas de Proficiência da ANA disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sobre-a-ana>



META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência deste Plano.

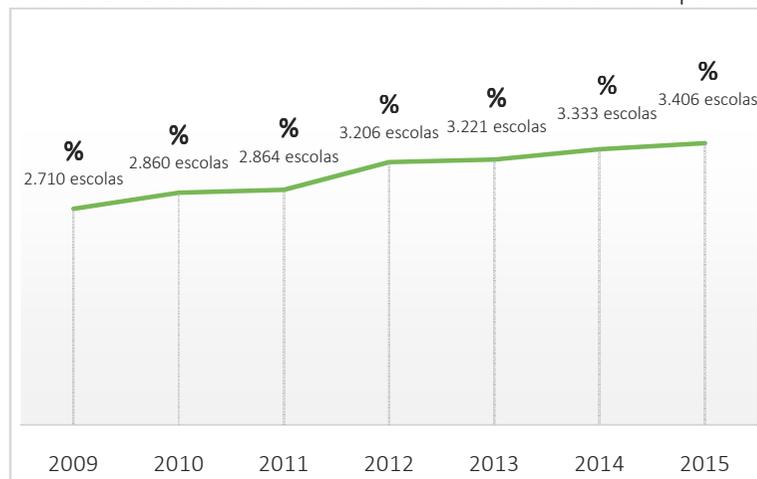
SITUAÇÃO DA META – 2015

Escolas públicas com matrícula em tempo integral

68,1% ofertam ao menos uma matrícula em tempo integral (3.406 escolas).

Meta 2024: 65%

Gráfico 1 – Escolas com ao menos uma matrícula em tempo integral – Santa Catarina – 2009 a 2015

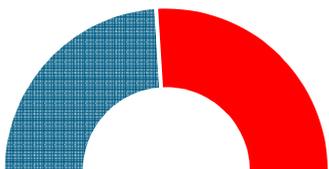


Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC



SITUAÇÃO DA META – 2015

Matrícula em tempo integral

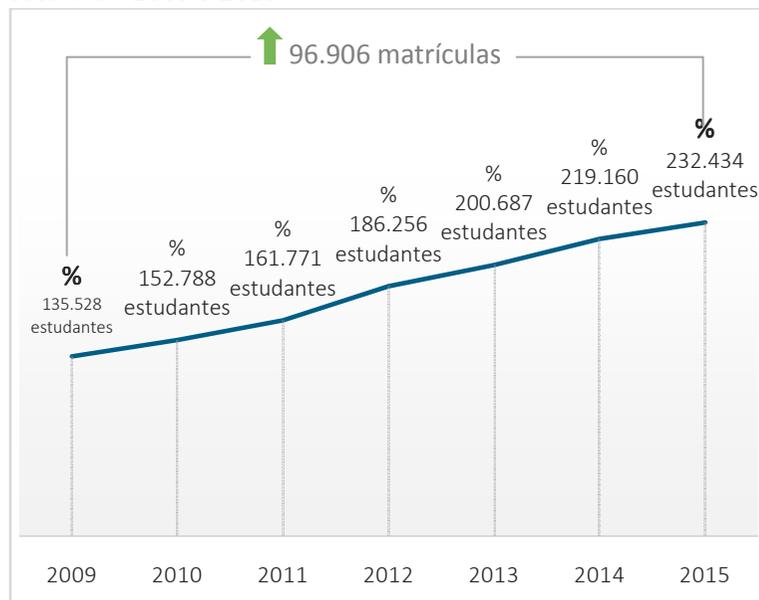


19,2% dos estudantes estão na educação básica pública em tempo integral (232.434 estudantes).

Meta 2024: 40%

Faltam **20,8** pontos percentuais para o alcance da meta.

Gráfico 2 – Percentual e valor absoluto de estudantes da educação básica pública em tempo integral – Santa Catarina – 2009 a 2015



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

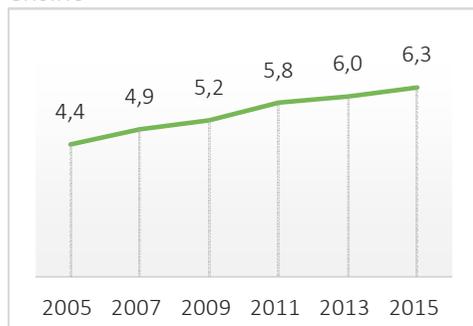


META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais no IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,8	6,0	6,3	6,5
Anos finais do ensino fundamental	5,5	5,7	6,0	6,2
Ensino médio	4,7	5,2	5,4	5,6

Gráfico 1 – IDEB anos iniciais do ensino fundamental – SC – Todas as redes de ensino



Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Tabela 1 – Taxa de aprovação dos anos iniciais do ensino fundamental – Santa Catarina – 2005 a 2015

2005	2007	2009	2011	2013	2015
90,3%	93,3%	95,2%	96,6%	96,3%	96,5%

Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

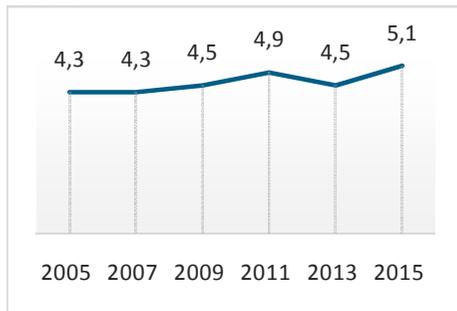
Tabela 2 – Nota Prova Brasil – Anos iniciais do ensino fundamental – Santa Catarina – 2005 a 2015

Área	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Língua Portuguesa	179,34	184,76	190,87	204,90	213,67	224,03
Matemática	189,97	203,71	212,31	226,00	230,83	236,58

Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

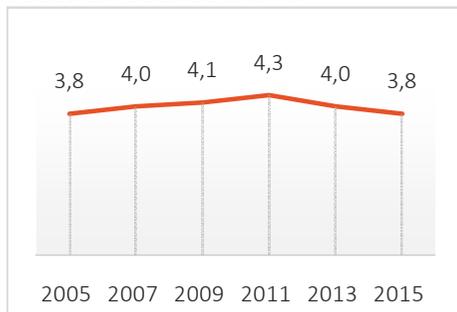


Gráfico 2 – IDEB anos finais do ensino fundamental – SC – Todas as redes de ensino



Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Gráfico 3 – IDEB ensino médio – SC – Todas as redes de ensino



Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Tabela 3 – Taxa de aprovação dos anos finais do ensino fundamental – Santa Catarina – 2005 a 2015

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Taxa de aprovação	86,0%	87,1%	86,8%	92,4%	87,6%	89,3%

Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Tabela 4 – Nota Prova Brasil - Anos finais do ensino fundamental – Santa Catarina – 2005 a 2015

Área	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Língua Portuguesa	246,10	239,39	251,25	252,20	249,13	267,57
Matemática	252,47	256,59	260,37	264,33	256,30	273,41

Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Tabela 5 – Taxa de aprovação do ensino médio – Santa Catarina – 2005 a 2015

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Taxa de aprovação	86,0%	87,1%	86,8%	92,4%	87,6%	89,3%

Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC

Tabela 6 – Nota Aneb – Ensino médio – Santa Catarina – 2005 a 2015

Área	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Língua Portuguesa	246,10	239,39	251,25	252,20	249,13	267,57
Matemática	252,47	256,59	260,37	264,33	256,30	273,41

Fonte: Inep
Elaboração: DIPE/SED-SC



META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

SITUAÇÃO DA META – 2014

Escolaridade média da **população total** de 18 a 29 anos de idade.



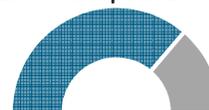
10,5 anos de estudos.

Escolaridade média a população de 18 a 29 anos de idade **residente no campo**.



9,5 anos de estudos.

Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos **25% mais pobres**.

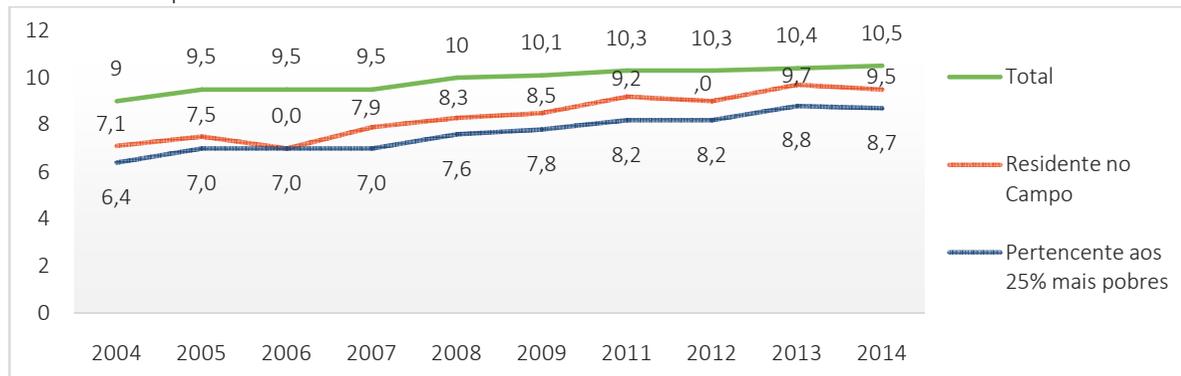


8,7 anos de estudos.



META 2024: 12 anos de estudos

Gráfico 1 – Comparativo da série histórica da escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade total, residente no campo e pertencente aos 25% mais pobres – Santa Catarina – 2004 a 2014 – Em anos de estudos



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC

SITUAÇÃO DA META – 2014

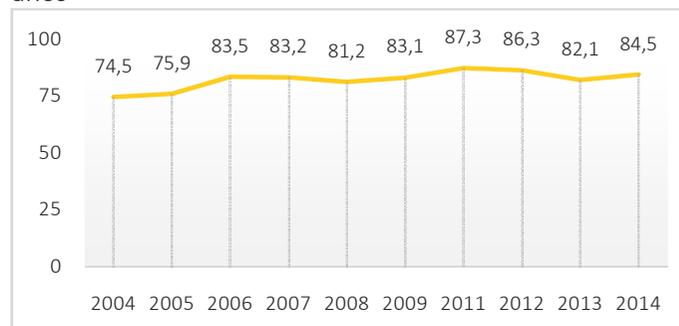
Razão (%) entre a escolaridade média de negros e a de não negros da população de 18 a 29 anos



84,5%

META 2024: 100%

Gráfico 2 – Razão (%) entre a escolaridade média de negros e a de não negros da população de 18 a 29 anos



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC



META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

SITUAÇÃO DA META – 2014

Taxa de Alfabetização

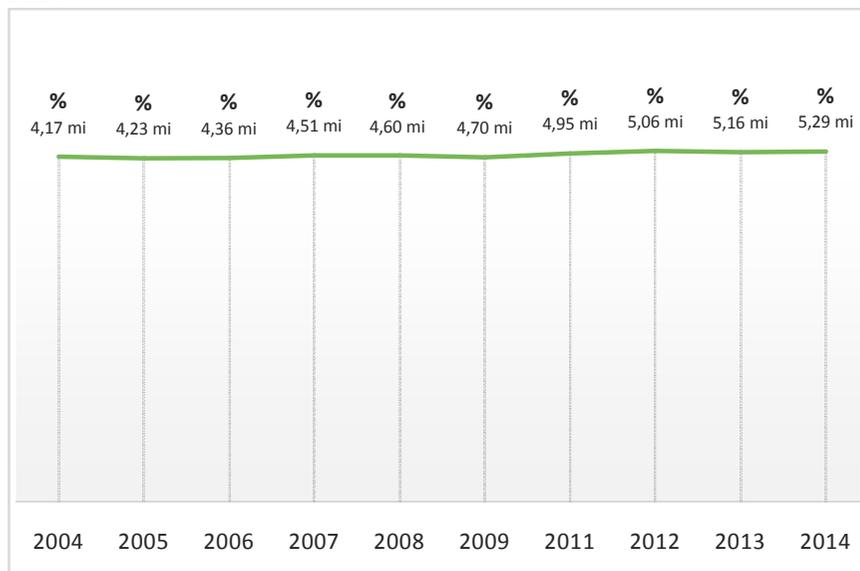


96,7% da população de 15 anos ou mais de idade é alfabetizada (5.292.000 pessoas).

Meta 2017: 98%

Faltam **1,3** pontos percentuais para o alcance da meta.

Gráfico 1 – Taxa e números absolutos de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais de idade – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC



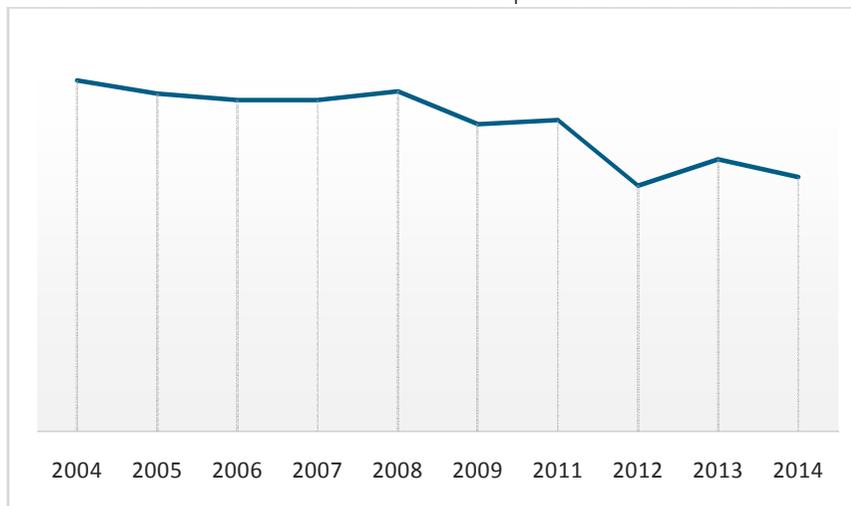
SITUAÇÃO DA META – 2014

Taxa de analfabetismo funcional

11,6% de analfabetos funcionais com 15 anos ou mais de idade (634.297 pessoas).

Meta 2024: Redução de 50% da taxa de analfabetismo

Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE. Com alteração metodológica no cálculo do indicador.
Elaboração: DIPE/SED-SC

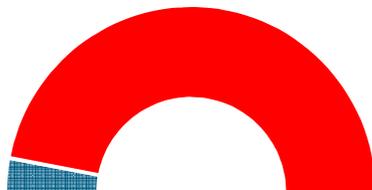


META 10

Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até o final da vigência deste Plano.

SITUAÇÃO DA META – 2015

Percentual de matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional



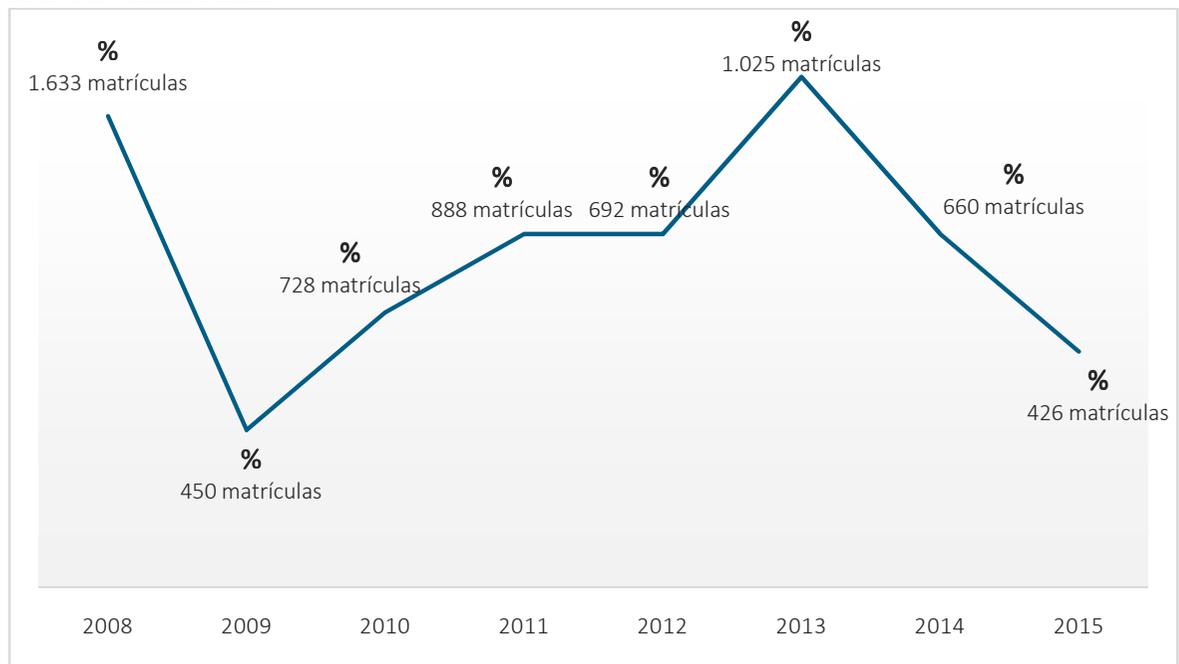
0,6% das matrículas de EJA são na forma integrado à educação profissional (426 matrículas).

Meta 2024: 10%

Faltam **9,4** pontos percentuais para o alcance da meta.



Gráfico 1 – Percentual e número absoluto de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional – Santa Catarina – 2008 a 2015



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC



META 11

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 60% (sessenta por cento) da expansão no segmento público.

SITUAÇÃO DA META – 2015

Triplicar as matrículas em EPT
de nível médio

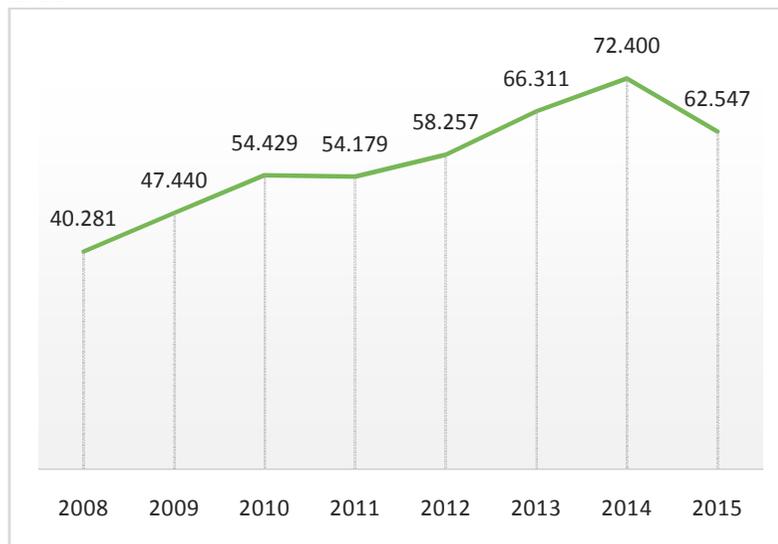


62.547 matrículas
na EPT de nível médio.

Meta 2024:

217.933 matrículas (Ano
base para cálculo: 2014)

Gráfico 1 – Total de matrículas em Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio – Santa Catarina – 2008 a 2015

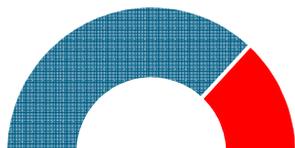


Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC



SITUAÇÃO DA META – 2015

Expansão no segmento público

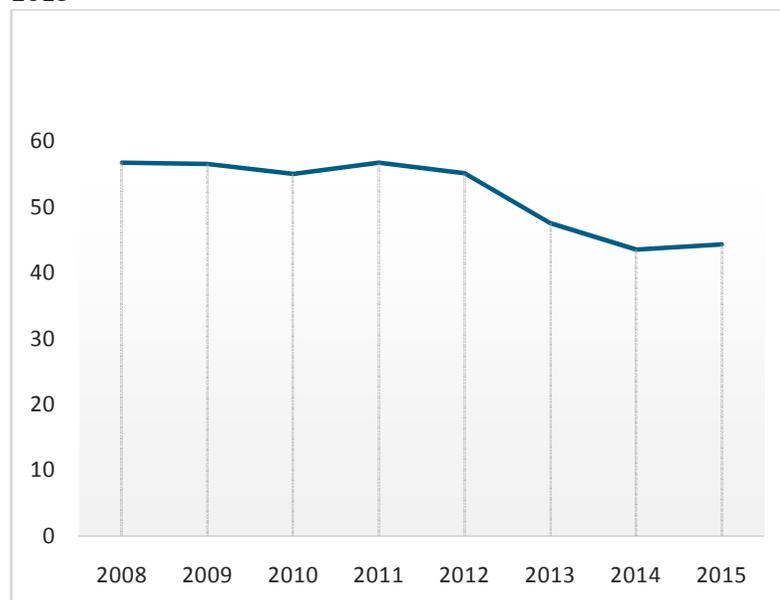


44,3% da oferta de EPT
de nível médio é no
segmento público.

Meta 2024: 60%

Faltam **15,7** pontos
percentuais para o alcance
da meta.

Gráfico 2 – Participação do segmento público nas matrículas em EPT de nível médio – Santa Catarina – 2008 a 2015



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

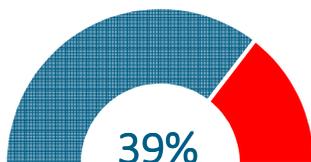


META 12

Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

SITUAÇÃO DA META – 2014

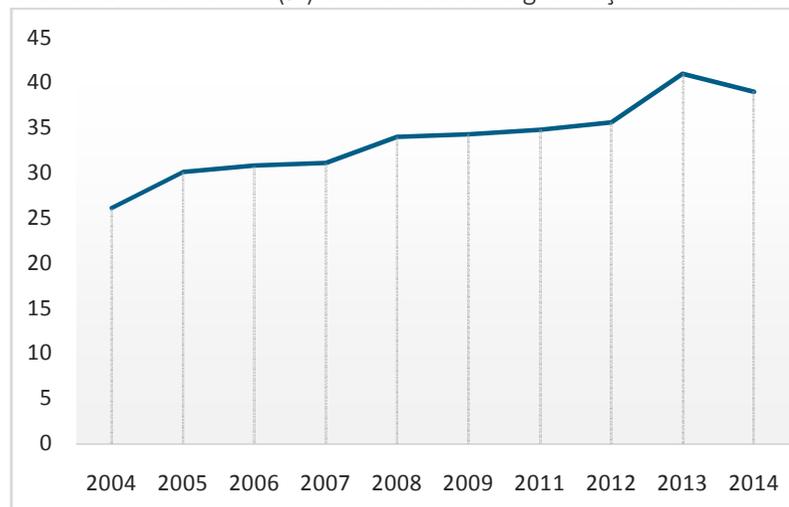
Taxa bruta de matrículas na graduação



Meta 2024: 55%

Faltam **16** pontos percentuais para o alcance da meta.

Gráfico 1 – Taxa bruta (%) de matrículas na graduação – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC



SITUAÇÃO DA META – 2014

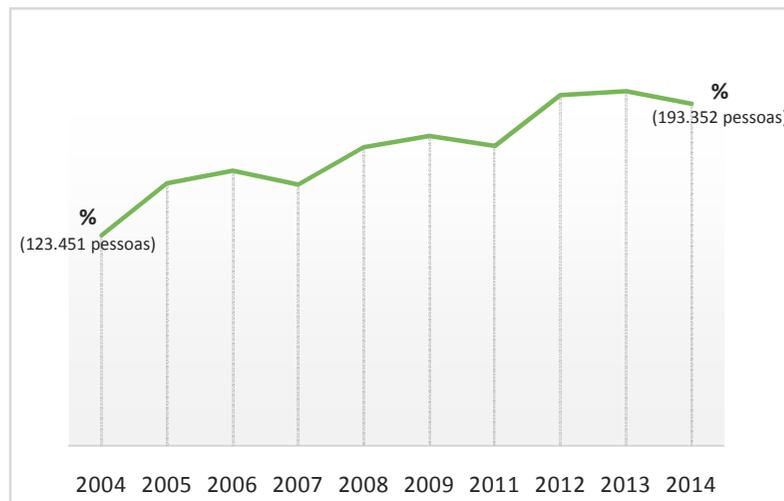
Taxa líquida de escolarização



27,5% da população de 18 a 24 anos de idade frequenta ou já concluiu a graduação (193.352 pessoas).

Meta 2024: 40%

Gráfico 2 – Taxa líquida de escolarização² na graduação (%) – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC

²A taxa líquida de matrícula (TLM) é um indicador de acesso ao sistema educacional por uma população considerada na idade de referência para cursar um determinado nível de ensino. Em sua definição clássica, a TLM considera apenas o percentual da população de uma faixa etária matriculada em um nível de ensino em relação ao tamanho total da população nessa faixa etária. A taxa líquida de escolarização (TLE) é um aperfeiçoamento desse indicador que considera também o percentual da população que está dentro da idade de referência, mas já concluiu o nível de ensino em questão (INEP, 2012). Esse aperfeiçoamento evita que o indicador seja penalizado por um fato virtuoso da escolarização dos jovens: a titulação na idade adequada. (INEP, 2016, p. 279)



META 13

Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência deste Plano.

SITUAÇÃO DA META – 2014

Docentes na educação superior

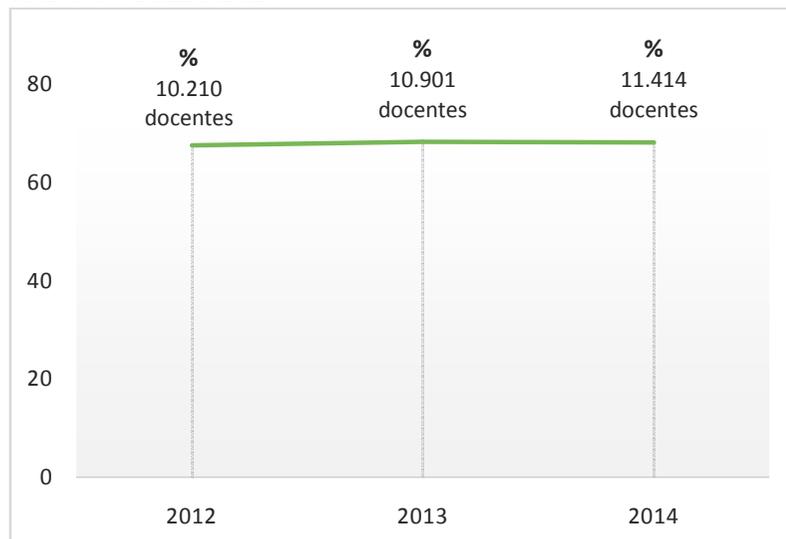


68,2% com mestrado ou doutorado (11.414 docentes)

Meta 2024: 80%

Faltam **11,8** pontos percentuais para o alcance da meta.

Gráfico 1 – Percentual e número absoluto de docentes na educação superior com mestrado ou doutorado – Santa Catarina – 2012 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC



SITUAÇÃO DA META – 2014

Docentes na educação superior

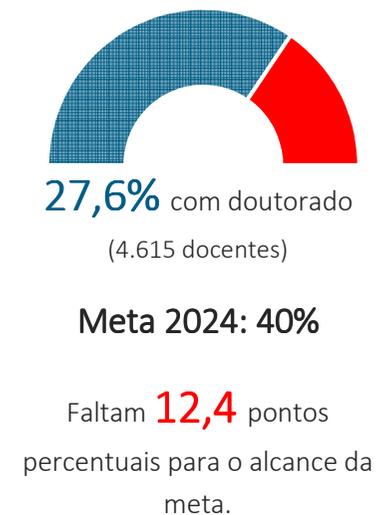
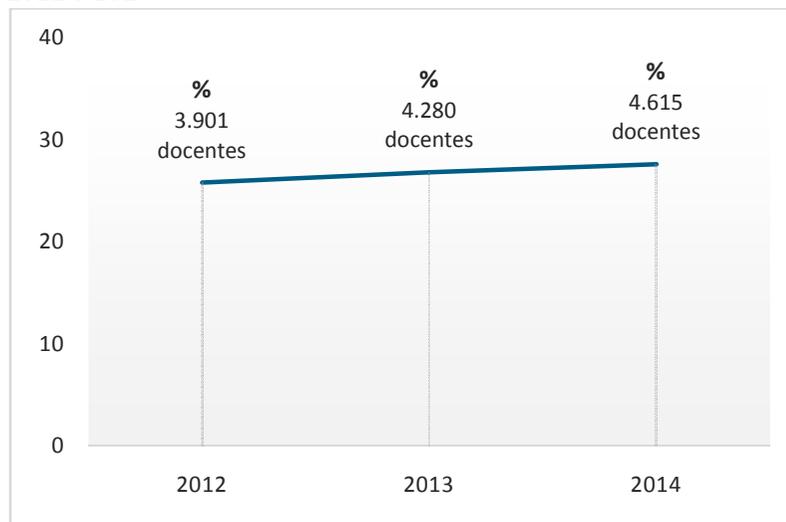


Gráfico 2 – Percentual e número absoluto de docentes na educação superior com doutorado – Santa Catarina – 2012 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Superior/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

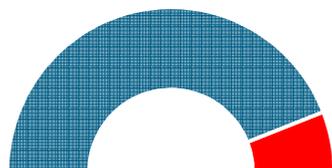


META 14

Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até o final da vigência deste Plano.

SITUAÇÃO DA META – 2014

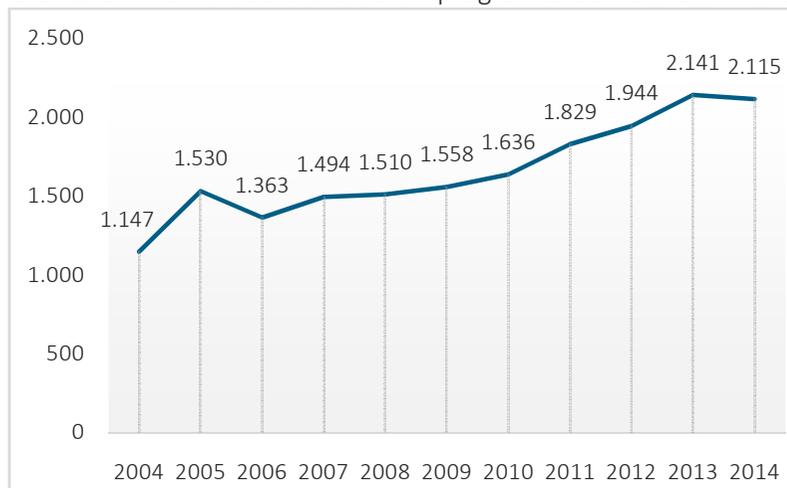
Titulação anual no mestrado



2.115 títulos/ano

Meta 2024: 2.400
titulações anuais em
programas de mestrado

Gráfico 1 – Número de titulados em programas de mestrado – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas (GeoCapes).
Elaboração: DIPE/SED-SC



SITUAÇÃO DA META – 2014

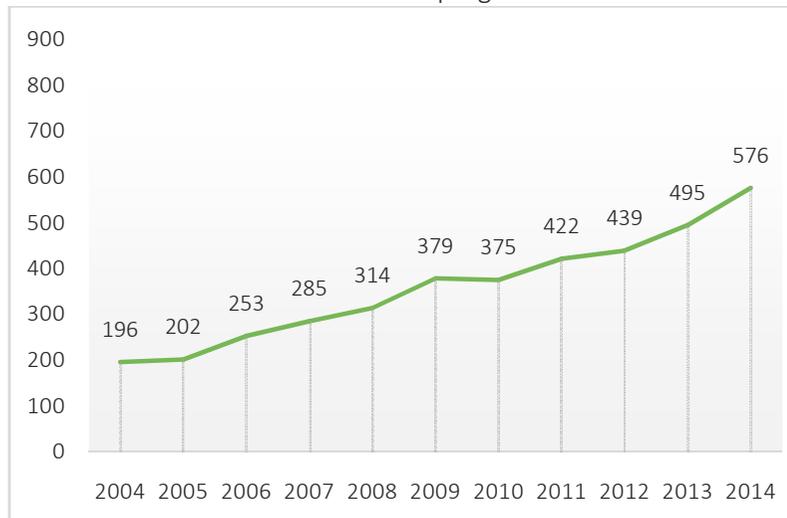
Titulação anual no doutorado



576 títulos/ano

Meta 2024: 900 titulações
anuais em programas de
doutorado

Gráfico 2 – Número de titulados em programas de doutorado – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Sistema de Informações Georreferenciadas (GeoCapes).
Elaboração: DIPE/SED-SC



META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunidade, pelo Poder Público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

SITUAÇÃO DA META – 2015



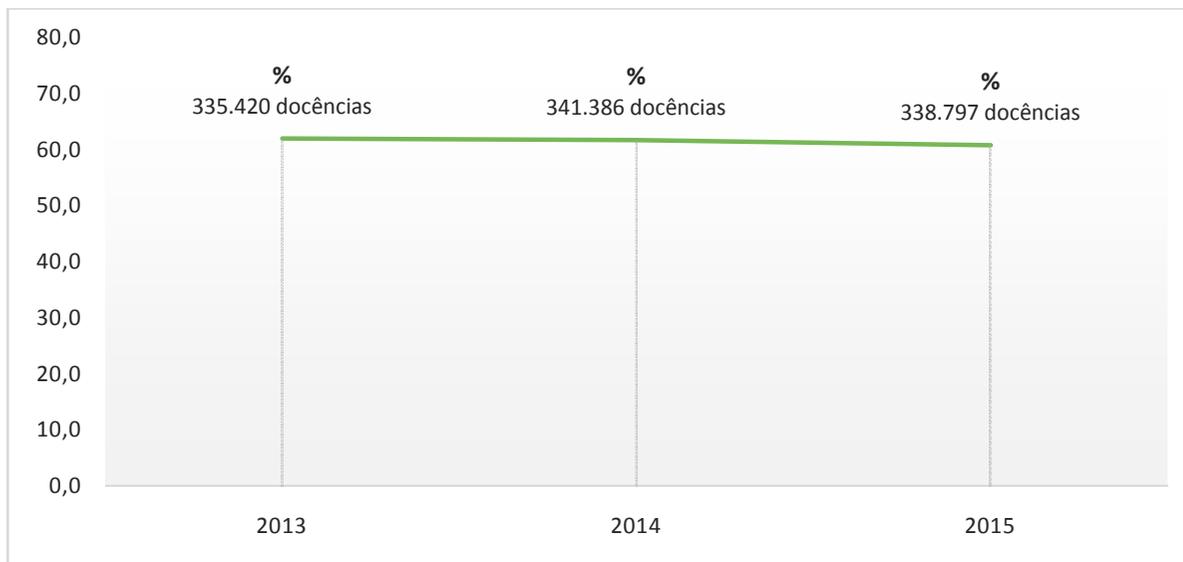
60,8% de docências com
professores com formação na área de
atuação (338.797 docências)

Meta 2024: 100%

Faltam **39,2** pontos percentuais para o alcance da meta.



Gráfico 1 – Percentual e número absoluto de docências com professores que possuem formação superior compatível com a disciplina que lecionam – Santa Catarina – 2013 a 2015



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

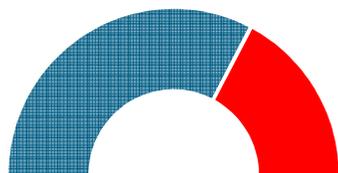


META 16

Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

SITUAÇÃO DA META – 2015

Formação em nível de pós-graduação

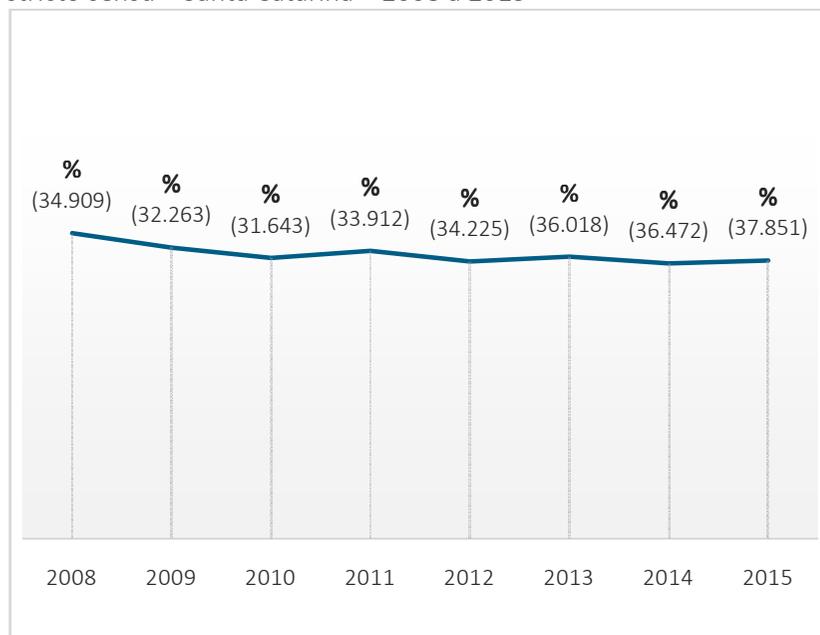


45,8% dos professores da educação básica possuem pós-graduação (37.851 professores)

Meta 2024: 75%

Faltam **13,2** pontos percentuais para o alcance da meta.

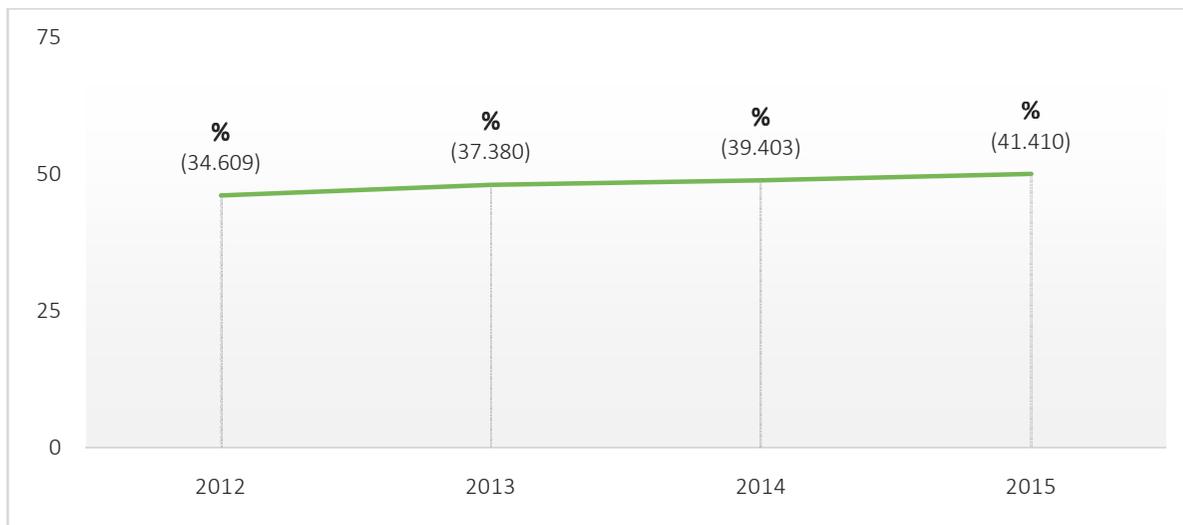
Gráfico 1 – Percentual e número absoluto de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu – Santa Catarina – 2008 a 2015



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC



Gráfico 2 – Percentual e número absoluto de professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada – Santa Catarina – 2012 a 2015



Fonte: Inep (2016) com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep.
Elaboração: DIPE/SED-SC

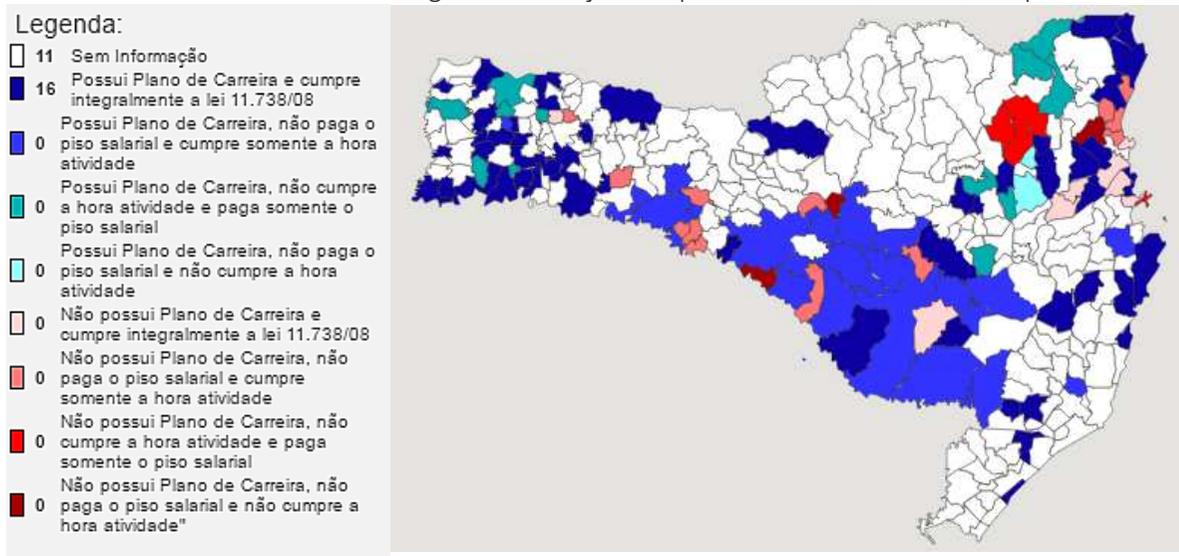


META 17

Valorizar os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 2 (dois) anos a existência de plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII, do art. 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste Plano.

SITUAÇÃO DA META – 2017

Figura 1 – Situação dos planos de carreira nos municípios catarinenses – 2017



Fonte: Ministério da Educação (Fevereiro de 2017).



SITUAÇÃO DA META – 2014

Razão entre o rendimento médio dos professores e dos não professores



O salário médio do professor corresponde a **86,5%** do salário médio dos não professores.

Meta 2021: 100%

Faltam **13,5** pontos percentuais para o alcance da meta.

Gráfico 1 – Razão (%) entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente – Santa Catarina – 2004 a 2014



Fonte: Inep (2016) com base em dados da Pnad/IBGE. Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE.
Elaboração: DIPE/SED-SC



META 18

Garantir em legislação específica, aprovada no âmbito do Estado e dos Municípios, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Estadual de Ensino, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano.

Para a construção dos indicadores da meta acerca da gestão democrática na educação, o INEP utilizou a base de dados dos questionários contextuais empregados no Sistema de Avaliação da Educação Básica. Os indicadores são:

- Percentual de diretores de escolas públicas que foram escolhidos para a ocupação do cargo por meio de critérios técnicos de mérito e desempenho e de consulta pública à comunidade escolar;
- Percentual de escolas públicas que contaram com a participação de profissionais da educação, pais e alunos na formulação dos projetos político-pedagógicos e na constituição do conselho escolar;
- Percentual de escolas públicas que recebem recursos financeiros dos entes federados;
- Condições em que os diretores exercem o cargo.

No Relatório do 1º Ciclo do PNE 2014-2024 não foram disponibilizados os resultados de tais indicadores para as Unidades de Federação.



META 19

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no quinto ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Indicador da Meta: Razão entre investimento público total em educação e produto interno bruto (PIB).

No Relatório do 1º Ciclo do PNE 2014-2024 não foram disponibilizados os resultados desse indicador para as Unidades de Federação.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/cenario-educacional>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE : biênio 2014-2016**. Brasília, DF : Inep, 2016. Disponível em:

<<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/2105>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Construindo políticas de valorização dos profissionais da educação básica**. Disponível em:

http://planodecarreira.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56:mapa&catid=15&Itemid=144. Acesso em: 02fev. 2017.

SANTA CATARINA. **Lei n. 16.794, de 14 de dezembro de 2015**: Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado. Florianópolis, SC, 15 dez. 2015. Disponível em:

<http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Leis%20Ordinarias/2015_-_LEI_ORDINARIA_N_16_794_DE_14_DE_DEZEMBRO_DE_2015.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

**PARECER SOBRE APLICAÇÃO DOS
RECURSOS DO FUNDEB
2016**



PARECER SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB – 2016

I – HISTÓRICO

O Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB/SC, regulamentado pela Lei Estadual nº 14.277, de 11 de janeiro de 2008, no uso de sua competência e regulamentações, desenvolveu, no exercício de 2016, a presente análise nas diversas rubricas previstas na legislação correlata, bem como o desenvolvimento dos trabalhos relativos ao CACS-FUNDEB/SC, tendo como presidente o Senhor Osvaldir Ramos que, com os demais membros do Conselho, realizaram o acompanhamento e controle dos recursos advindos do Fundo, conforme as tabelas e documentos apresentados a seguir:

1. Planilha 1.0 (ANEXO I) Orçamento Global – Dotação Orçamentária atualizada até 31/12/2016, considerando as alterações de dotações de todas as Fontes de Recursos que compõem o FUNDEB.
2. Planilha 2.0 (ANEXO II) - Orçamento Global – que se refere aos grupos de despesa (Investimentos, Outras Despesas e Pessoal e Encargos), com as movimentações ocorridas durante o ano de 2016, (dotação inicial e as respectivas reduções e acréscimos ao orçamento, culminando com dotação orçamentária realizada ao final do exercício de 2016).

**Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br**

3. Planilha 2.1 - (ANEXO III) Situação Global – dos recursos orçamentários e financeiros do FUNDEB (FONTE 0131), da Secretaria de Estado da Educação (SED), da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e das 35 Agencias de Desenvolvimento Regional (ADRs) / Gerencias Regionais de Educação (GEREDs).
4. Planilha 2.2 – (ANEXO IV) Situação Global – Custeio e Investimento – Expõe a situação dos recursos do FUNDEB (FONTE - 0131), e as movimentações de empenhamento durante o exercício de 2016, referentes ao Custeio, Investimentos e Pessoal e Encargos Sociais da SED e da FCEE e o Custeio e Investimentos das 35 ADRs.
5. Planilha 3.0 – (ANEXO V) Quadro de detalhamento da Despesa – Somente da SED – Investimentos, Custeio e Pessoal e Encargos Sociais. Nota-se que, nesta planilha, estão inclusas as dotações e as despesas das outras Fontes de Recursos que compõem o Orçamento Global do FUNDEB, no exercício de 2016 (FONTE - 0131 – Recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, FONTE - 0331 – Superávit do Exercício Anterior da FONTE – 0131, FONTE - 0186 – Remuneração Financeira dos Recursos da FONTE 0131, FONTE - 0386 – Superávit da Remuneração Financeira da FONTE - 0186), sendo que na FONTE 0331 e FONTE 0386 só há despesas com Pessoal e Encargos Sociais.
6. Planilha 4.0 – (ANEXO VI) Quadro de detalhamento da Despesa da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) – Investimentos, Custeio e Pessoal e Encargos Sociais. A FCEE utilizou somente a FONTE – 0131 na aplicação do recurso do FUNDEB.
7. Planilhas 4.1 a 4.35 – (ANEXO VII) Detalhamento de Despesa das 35 ADRs de Custeio e Investimentos no exercício de 2016 da FONTE - 0131. Não há dispêndios com Pessoal e Encargos Sociais nestes órgãos, pois o pagamento de pessoal é centralizado na SED e FCEE.

**Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br**

8. Demonstrativo de Aplicação nos Grupos de Despesa – Pessoal e Encargos Sociais – Outras Despesas Correntes e Investimentos – 2016 – (ANEXO VIII) – A planilha demonstra a aplicação dos recursos do FUNDEB entre as ações da SED, ADRs/GEREDs e FCEE, além das despesas com Pessoal e Encargos, Sociais, despesas com Investimentos e Outras Despesas Correntes.

9. Receita do FUNDEB 2016 – (Anexo IX) – Recursos Arrecadados – Receitas – de janeiro a dezembro, da FONTE - 0131, ou seja, arrecadação do FUNDEB e Rendimentos de Aplicação Financeira – FONTE - 0186, no exercício de 2016.

II – ANÁLISE

Compete ao Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB/SC, entre outras ações, previstas no Art. 2º da Lei Estadual nº 14.277, de 11 de janeiro de 2008 e no Art. 2º do Regimento Interno do Conselho:

I – Acompanhar e controlar a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo em Santa Catarina;

II – Examinar os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados ou recebidos à conta do Fundo, que deverão ser disponibilizado mensalmente pelo Poder Executivo Estadual;

**Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br**

III – Instruir, com parecer, as prestações de contas dos recursos do FUNDEB a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas. O referido parecer deve ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 dias antes do vencimento do prazo para apresentação da prestação de Contas ao Tribunal.

As reuniões do Conselho foram mensais, a partir do mês de fevereiro, onde foram analisados e aprovados os Demonstrativos Mensais de Aplicação dos Recursos do FUNDEB, elaborados e apresentados pela Gerência de Contabilidade da Secretaria de Estado da Educação / SED, que constam como anexos deste Parecer, bem como as atas de todas as reuniões realizadas no período, o que comprova o efetivo funcionamento do Conselho e a participação dos seus membros.

As dúvidas dos conselheiros, quando não esclarecidas na reunião, eram protocoladas nos respectivos setores da SED para os devidos esclarecimentos, por escrito ou com a presença de representante do setor demandado.

As atas mensais do Conselho, independente de transcrição, retratam cada uma das situações acima descritas.

PLANILHA 1.0 (ANEXO I)

Esta planilha retrata o Orçamento Global, no exercício de 2016 do FUNDEB. Os valores globais, em 31/12/2016 são diferentes dos iniciais, considerando que, à época da elaboração orçamentária, não se prevê os valores referentes à FONTE – 0331 = Superávit do Exercício Anterior (fonte 0131), 0386 = Superávit da Remuneração Financeira de Exercício Anterior (0186) e FONTE - 0186 = Remuneração Financeira de Recursos da Fonte 0131.

**Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br**

O Orçamento Global inicial do FUNDEB era de **R\$ 2.367.147.100,00** e com acréscimo das três fontes citadas no parágrafo acima, passou a ser de **R\$ 2.409.343.735,54**. Durante o transcorrer do exercício, houve remanejamento orçamentário, com anulação e acréscimo de valores dentro dos grupos de despesas nas fontes. A discriminação destas alterações está visualizada na Planilha 2.0 **(ANEXO II)**

Em Outras Despesas a previsão inicial era de **R\$ 927.003.944,00**, ao final do exercício de 2016 passou para **R\$ 564.871.545,61**, que demonstra um percentual de **redução** de **64,10%**. Já em Pessoal e Encargos Sociais, a previsão inicial era de **R\$ 1.445.537.072,00** e ao final do exercício de 2016 passou para **R\$1.818.617.050,54**; portanto houve um **acrécimo** de **25,80%**, como já era previsto por este Conselho, sendo que as despesas com pessoal absorvem a maior parte do orçamento.

Desta forma, os valores de Investimentos, inicialmente previstos, eram de **R\$ 32.702.401,00**. No final do exercício de 2016, passou para **R\$ 25.855.139,39**; ou seja, houve **redução** no Investimento de **26,48%**.

As despesas com pessoal representam **75,48%** de todo o orçamento global do FUNDEB.

Os Grupos de Despesa, dentro do Orçamento Global, foram projetados em percentuais adequados e obedecem aos parâmetros da legislação; ou seja, destinar, no mínimo, 60% para pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, conforme o disposto no Art. 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de Junho de 2007.

PLANILHA 2.1 (ANEXO III)

Essa planilha demonstra a situação orçamentária e financeira dos recursos do FUNDEB no exercício de 2016, somadas às demais fontes de recursos; ou seja, FONTE 0131, FONTE 0331, FONTE 0186 e FONTE 0386, pode-se comparar a dotação orçamentária com o efetivamente empenhado (autorização de gastos) durante o exercício. Além disso, demonstra o que foi orçado e empenhado nas 37 Unidades Gestoras do Fundo – SED, FCEE e as 35 ADRs/GEREDs.

As seguintes considerações, a respeito desta planilha, merecem destaque:

- a) O orçamento da Unidade Gestora 450001 – Secretaria de Estado da Educação – representa **86,03%** do total da Fonte - 0131, porque é nesta Unidade Gestora que está centralizado o pagamento de todos os profissionais da Educação, mesmo os que atuam nas escolas localizadas no âmbito das 35 ADRs/GEREDs.
- b) A única Unidade Gestora autônoma, além da SED, que realiza o pagamento dos profissionais da educação é a Fundação Catarinense de Educação Especial. É por esta razão que se explica o orçamento, significativamente maior, desta Unidade em relação às ADRs, onde estão localizadas as unidades escolares da rede Estadual de Ensino.
- c) Somadas todas as fontes que compõem o FUNDEB, foram executados, do Orçamento Global, o percentual de **85,66%** e o saldo no final do exercício foi de **R\$ 338.837.399,51**, sendo o total de recursos executados no orçamento global da SED, ADRs e FCEE, no exercício de 2016, de **R\$ 2.064.012.336,72**.

**Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br**

PLANILHA 2.2 (ANEXO IV)

Trata-se de planilha com as mesmas informações da anterior, porém discriminando, em cada uma das 37 Unidades Gestoras, os Grupos de Despesa: Investimentos, Outras Despesas Correntes e Pessoal e Encargos Sociais.

Reafirmam-se as observações da análise do anexo anterior, com o detalhamento dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais. A previsão Orçamentária atualizada, deste Grupo de Despesa, é de **R\$ 1.818.617.050,54** e os valores liquidados, ao final de 2016, somaram **R\$ 1.738.608.468,27**, conforme a planilha consolidada com os totais de cada grupo de despesa, cabendo à SED o valor de **R\$ 1.585.558.627,31** e à FCEE **R\$ 153.049.840,96**, as duas únicas Unidades Gestoras com despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

PLANILHA 4.0 (ANEXO VI)

Nesta planilha, é apresentado o detalhamento da despesa de Investimentos, Custeio – Despesas Correntes e de Pessoal e Encargos Sociais, especificamente da SED, por fonte de arrecadação. Cabem as seguintes observações:

- a) Diferentemente das planilhas anteriores, cujos demonstrativos se referiam apenas à FONTE - 0131, nesta são apresentadas as despesas efetuadas pela SED, além da FONTE - 0331, da FONTE - 0186, e da FONTE - 0386, pois estas três últimas foram administradas somente pela SED.

**Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br**

- b) Somando-se os valores de todas as fontes de recursos, a previsão orçamentária atualizada para a SED e ADRs foi de **R\$ 2.199.529.269,54** e o total liquidado, no exercício de 2016, foi de **R\$ 1.902.360.463,89**. Descontando-se os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, foram executados **R\$ 316.801.836,58** na SED e ADRs, com Investimentos e Outras Despesas Correntes.

PLANILHAS 4.1 a 4.35 (Anexo VII)

Estas planilhas referem-se ao detalhamento das despesas, de Custeio e de Investimentos, das ADRs/GEREDs. A diferença em relação ao aplicado na SED é que as ADRs/GEREDs têm autonomia para realizar os Investimentos e as Despesas de Custeio na própria regional. Por isso, se percebe diferenças significativas de aplicação dos recursos nas ações projetadas. Os recursos para o atendimento ao Transporte Escolar são repassados às ADRs e estas repassam aos Municípios de sua Regional.

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO NOS GRUPOS DE DESPESA – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – OUTRAS DESPESAS CORRENTES E INVESTIMENTOS – (ANEXO VIII)

A planilha demonstra a aplicação dos recursos do FUNDEB entre as ações da SED, ADRs/GEREDs e FCEE, além das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, despesas com Investimentos e Outras Despesas Correntes.

**Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br**

RECEITA DO FUNDEB 2016 – (ANEXO IX) – Recursos arrecadados (**RECEITAS**) de janeiro a dezembro, das Fontes de Recursos – 0131 e 0186, ou seja, arrecadação do FUNDEB e Aplicação Financeira dos Recursos arrecadados no exercício de 2016.

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os repasses da receita arrecadada do FUNDEB de 2016 somaram o montante de **R\$ 2.082.985.226,75** da FONTE - 0131 e a Aplicação Financeira da FONTE – 0186 do período somou o valor de **R\$ 23.148.926,40**, totalizando o montante de **R\$ 2.106.134.153,65**.

A atual gestão do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB/SC se empenha para cumprir as suas funções e prioriza a construção de metodologias que possibilitem aos conselheiros o domínio das variáveis definidas na legislação para cumprir de fato a função de acompanhamento e controle social dos recursos do FUNDEB/SC.

Destaque-se o empenho dos Conselheiros, representantes governamentais e da sociedade civil, na análise e elucidação das dúvidas e questionamentos.

**Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br**

V – PARECER

Nos termos da análise, tendo por embasamento os documentos anexos, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB/SC é de parecer que:

1. O ordenador de despesa do FUNDEB/SC aplicou, até o último dia do mês de dezembro de 2016, **86,20%** do total orçado, se for considerado somente o total empenhado da FONTE - 0131, que é a arrecadação do FUNDEB no exercício de 2016;
2. Ao se confrontar o total da Receita Arrecadada do FUNDEB no exercício de 2016, FONTE - 0131 e FONTE – 0186, que foi de **R\$ 2.106.134.153,65**, com a despesa liquidada, no exercício de 2016, somando-se as ADRs e FCEE totalizaram **R\$ 2.064.012.336,72**, e o percentual de aplicação da receita arrecadada em relação à despesa realizada foi de **99,08%**.
3. Logo, se comparada a despesa de Pessoal e Encargos Sociais realizada em 2016, que foi de **R\$ 1.738.608.468,27**, com o total da receita arrecadada mais a aplicação financeira do período, que foi de **R\$ 2.106.134.153,65**, o percentual de aplicação da receita do FUNDEB, com folha de pagamento foi de **82,55%** do valor arrecadado, percentual acima do que estabelece a Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007:

“ Art. 22 – pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.”

Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br

4. A Secretaria de Estado da Educação deverá aplicar, no próximo exercício financeiro, o percentual restante de **2,24%**, equivalente a **R\$ 46.222.135,47**, da FONTE 0131, FONTE 0186, FONTE 0331 e FONTE 0386 do exercício de 2016, em conformidade com a Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, Art. 21, §2º, que determina a utilização de até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional (SUPERAVIT).

V – DECISÃO DO CONSELHO

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB/SC, em Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de fevereiro de 2017, aprovou, por unanimidade, o presente parecer.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2017.

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC

**Endereço: Rua Antônio Luz, 111 – Sala 704 – 7ª Andar
CEP 88010-410 – Centro – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3664-0095 – e-mail fundeb@sed.sc.gov.br**



Planilha 1.0 (ANEXO I)

ORÇAMENTO GLOBAL - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATUAL - FUNDEB - SED, ADRs e FCEE - DEZEMBRO/2016

GRUPO DESPESA	FR-0131	FR-0331	FR-0186	FR-0386	TOTAL	%
INVESTIMENTOS	24.606.084,00	-	8.096.317,00	-	32.702.401,00	1,4
OUTRAS DESPESAS	R\$ 897.003.944,00		30.000.000,00		927.003.944,00	38,5
PESSOAL E ENCARGOS	R\$ 1.445.537.072,00	1.907.235,15		2.193.083,39	1.449.637.390,54	60,2
TOTAL	2.367.147.100,00	1.907.235,15	38.096.317,00	2.193.083,39	2.409.343.735,54	100,0

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Fontes de Recursos - Legenda

FR-0131 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

FR-0331 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR DA FONTE FR-0131

FR-0186 - REMUNERAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DA FR-0131

FR-0386 - SUPERÁVIT DA REMUNERAÇÃO FINANCEIRA DA FR-0186

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 2.0 (ANEXO II)

ORÇAMENTO GLOBAL - FUNDEB - SED, ADRs e FCEE - DEZEMBRO/2016

FONTE	ITEM	DOTAÇÃO	REDUÇÃO	ACRÉSCIMO	DOT. ATUAL	%
131	Investimentos	24.606.084,00	3.144.592,05	797.330,44	22.258.822,39	0,9
	Outras Despesas	897.003.944,00	414.765.697,10	51.258.298,71	533.496.545,61	22,1
	Pessoal e Encargos	1.445.537.072,00	101.203.815,00	467.058.475,00	1.811.391.732,00	75,2
186	Investimentos	8.096.317,00	4.500.000,00	-	3.596.317,00	0,1
	Outras Despesas	30.000.000,00	11.516.980,48	12.891.980,48	31.375.000,00	1,3
	Pessoal e Encargos			3.125.000,00	3.125.000,00	0,1
331	Pessoal e Encargos		-	1.907.235,15	1.907.235,15	0,1
386	Pessoal e Encargos	-	-	2.193.083,39	2.193.083,39	0,1
TOTAL		2.405.243.417,00	535.131.084,63	539.231.403,17	2.409.343.735,54	100,00

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

TOTAL DAS FONTES	ITEM	DOTAÇÃO	REDUÇÃO	ACRÉSCIMO	DOT. ATUAL	%
TOTAL DAS FONTES	INVESTIMENTOS	32.702.401,00	7.644.592,05	797.330,44	25.855.139,39	1,1
	OUTRAS DESPESAS	927.003.944,00	426.282.677,58	64.150.279,19	564.871.545,61	23,4
	PESSOAL E ENCARGOS	1.445.537.072,00	101.203.815,00	474.283.793,54	1.818.617.050,54	75,5
	TOTAL	2.405.243.417,00	535.131.084,63	539.231.403,17	2.409.343.735,54	100,0

Fontes de Recursos - Legenda

FR-0131 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

FR-0331 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR DA FONTE FR-0131

FR-0186 - REMUNERAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DA FR-0131

FR-0386 - SUPERÁVIT DA REMUNERAÇÃO FINANCEIRA DA FR-0186

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 2.1 (ANEXO III)

SITUAÇÃO GLOBAL DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO FUNDEB - SED, ADRs e FCEE - DEZEMBRO/2016

CÓD	UNIDADE GESTORA	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
		DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
450001	Secretaria da Educação	2.074.696.317,00	176.958.185,86	184.493.711,17	250.409.163,31	1.817.210.491,67	1.814.993.283,11	1.806.683.152,55	257.485.825,33
450021	FCEE	163.227.316,00	16.618.855,00	16.618.855,00	22.748.319,21	161.651.872,83	161.651.872,83	160.940.579,34	1.575.443,17
600001	SDR - Itapiranga	1.849.859,00	-	-	134.957,64	989.701,85	989.701,85	989.701,85	860.157,15
610001	SDR - Quilombo	1.379.374,00	- 73,59	30.143,60	141.139,80	753.584,53	747.213,27	747.213,27	625.789,47
620001	SDR - Seara	2.231.109,00	-	-	153.437,18	1.106.027,39	1.106.027,39	1.106.027,39	1.125.081,61
630001	SDR - Taió	2.903.732,00	65.334,39	28.960,29	212.327,40	1.458.895,92	1.409.812,06	1.409.812,06	1.444.836,08
660001	SDR - Timbó	3.972.795,00	48.699,48	350.599,48	350.599,48	2.106.373,48	2.106.373,48	2.106.373,48	1.866.421,52
670001	SDR - Braço do Norte	2.525.121,00	400,00	400,00	205.980,22	1.472.889,64	1.470.797,85	1.470.797,85	1.052.231,36
700001	SDR - São Miguel do Oeste	2.081.839,00	-	-	114.871,10	1.020.675,68	1.020.675,68	1.020.675,68	1.061.163,32
710001	SDR - Maravilha	3.733.222,00	1.803,60	5.688,58	252.612,70	2.086.035,08	2.086.035,08	2.086.035,08	1.647.186,92
720001	SDR - São Lourenço do Oeste	1.885.295,00	-	105.302,93	105.302,93	984.985,63	984.985,63	984.985,63	900.309,37
730001	SDR - Chapecó	5.132.090,00	- 4.493,97	268.068,22	268.068,22	2.428.869,62	2.427.269,62	2.427.269,62	2.703.220,38
740001	SDR - Xanxerê	5.935.832,00	- 6,00	-	367.543,36	3.630.117,06	3.630.117,06	3.630.117,06	2.305.714,94
750001	SDR - Concórdia	2.963.009,00	-	-	205.650,22	1.765.419,80	1.765.419,80	1.765.419,80	1.197.589,20
760001	SDR - Joaçaba	3.967.606,00	-	-	252.169,22	2.465.167,80	2.465.167,80	2.465.167,80	1.502.438,20
770001	SDR - Campos Novos	2.421.896,00	171,36	143,74	171.755,73	1.592.423,37	1.590.630,97	1.590.630,97	829.472,63
780001	SDR - Videira	2.854.201,00	-	7.184,57	155.133,12	1.513.493,65	1.512.560,59	1.512.560,59	1.340.707,35
790001	SDR - Caçador	2.973.066,00	73.418,67	73.418,67	73.418,67	974.721,60	974.721,60	974.721,60	1.998.344,40
800001	SDR - Curitibanos	1.864.841,00	423,00	423,00	92.861,00	678.831,27	678.831,27	678.408,27	1.186.009,73
810001	SDR - Rio do Sul	3.112.529,00	361.435,50	361.435,50	366.137,39	2.040.152,34	2.040.152,34	2.040.152,34	1.072.376,66
820001	SDR - Ituporanga	4.051.419,00	- 0,93	-	324.051,89	2.713.983,08	2.713.983,08	2.713.983,08	1.337.435,92
830001	SDR - Ibirama	4.850.571,00	72.471,29	97.528,10	473.440,98	3.728.174,36	3.728.174,36	3.728.174,36	1.122.396,64
840001	SDR - Blumenau	6.360.829,00	-	-	281.678,97	2.992.264,88	2.992.264,88	2.992.264,88	3.368.564,12
850001	SDR - Brusque	5.251.610,00	390.731,07	390.731,07	390.731,07	3.585.737,17	3.585.737,17	3.585.737,17	1.665.872,83
860001	SDR - Itajaí	6.442.379,00	-	6.475,06	384.014,31	3.372.470,92	3.348.066,26	3.348.066,26	3.069.908,08
870001	SDR - Grande Florianópolis	14.519.310,00	-	-	-	-	-	-	14.519.310,00
880001	SDR - Laguna	5.447.495,00	356.162,90	359.462,90	593.836,90	3.771.789,79	3.770.173,54	3.770.173,54	1.675.705,21
890001	SDR - Tubarão	6.032.219,00	328.117,92	388.389,58	422.694,25	3.959.820,77	3.921.562,70	3.921.562,70	2.072.398,23
900001	SDR - Criciúma	10.126.949,00	301.244,65	301.244,65	1.031.111,40	7.096.100,13	7.096.100,13	7.096.100,13	3.030.848,87
910001	SDR - Araranguá	6.701.662,00	-	345.718,76	345.718,76	2.974.905,42	2.974.905,42	2.974.905,42	3.726.756,58
920001	SDR - Joinville	14.865.158,00	- 118,94	701,06	928.030,99	8.291.897,22	8.291.897,22	8.291.897,22	6.573.260,78
930001	SDR - Jaraguá do Sul	5.348.329,00	- 664,07	3.664,33	374.166,87	3.067.217,94	3.067.217,94	3.067.217,94	2.281.111,06
940001	SDR - Mafra	7.015.280,00	292.666,61	788.037,38	788.037,38	3.891.444,23	3.889.253,09	3.889.253,09	3.123.835,77
950001	SDR - Canoinhas	3.680.261,00	78.784,00	78.784,00	311.547,19	2.041.252,60	2.041.183,72	2.041.183,72	1.639.008,40
960001	SDR - Lages	5.075.305,00	- 1,00	-	231.880,10	2.130.520,04	2.130.520,04	2.130.520,04	2.944.784,96
970001	SDR - São Joaquim	2.258.927,00	102.989,35	239.183,30	239.183,30	2.143.349,52	2.143.349,52	2.143.349,52	115.577,48
980001	SDR - Palmitos	2.855.075,00	168.700,73	120.639,89	120.639,89	1.201.620,54	1.153.559,70	1.153.559,70	1.653.454,46
990001	SDR - Dionísio Cerqueira	2.649.590,00	-	-	184.727,85	1.512.738,67	1.512.738,67	1.512.738,67	1.136.851,33
TOTAL GLOBAL		2.405.243.417,00	196.215.236,88	205.464.894,83	284.206.940,00	2.066.406.017,49	2.064.012.336,72	2.054.990.489,67	338.837.399,51

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 2.2 (ANEXO IV)
SITUAÇÃO GLOBAL DOS RECURSOS DO FUNDEB - CUSTEIO E INVESTIMENTO - SED, FCEE e ADRs - DEZEMBRO/2016

CÓD	UNIDADE GESTORA	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
			DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	SALDO
450001	Secretaria da Educação	Investimentos	26.096.317,00	438.964,25	438.964,25	438.964,25	1.433.234,25	1.433.234,25	1.433.234,25	24.663.082,75
		Outras Despesas Correntes	709.190.883,00	25.509.739,85	33.045.265,16	34.179.235,03	230.218.630,11	228.001.421,55	225.736.079,57	478.972.252,89
		Pessoal e Encargos Sociais	1.339.409.117,00	151.009.481,76	151.009.481,76	215.790.964,03	1.585.558.627,31	1.585.558.627,31	1.579.513.838,73	- 246.149.510,31
450021	FCEE	Investimentos	1.900.000,00	-	-	-	-	-	-	1.900.000,00
		Outras Despesas Correntes	55.199.361,00	559.265,46	559.265,46	561.940,56	8.602.031,87	8.602.031,87	8.431.949,27	46.597.329,13
		Pessoal e Encargos Sociais	106.127.955,00	16.059.589,54	16.059.589,54	22.186.378,65	153.049.840,96	153.049.840,96	152.508.630,07	- 46.921.885,96
600001	SDR - Itapiranga	Investimentos	73.172,00	-	-	-	-	-	-	73.172,00
		Outras Despesas Correntes	1.776.687,00	-	-	134.957,64	989.701,85	989.701,85	989.701,85	786.985,15
610001	SDR - Quilombo	Investimentos	18.554,00	-	-	-	-	-	-	18.554,00
		Outras Despesas Correntes	1.360.820,00	- 73,59	30.143,60	141.139,80	753.584,53	747.213,27	747.213,27	607.235,47
620001	SDR - Seara	Investimentos	47.566,00	-	-	-	-	-	-	47.566,00
		Outras Despesas Correntes	2.183.543,00	-	-	153.437,18	1.106.027,39	1.106.027,39	1.106.027,39	1.077.515,61
630001	SDR - Taió	Investimentos	33.069,00	-	-	-	-	-	-	33.069,00
		Outras Despesas Correntes	2.870.663,00	65.334,39	28.960,29	212.327,40	1.458.895,92	1.409.812,06	1.409.812,06	1.411.767,08
660001	SDR - Timbó	Investimentos	86.219,00	-	-	-	-	-	-	86.219,00
		Outras Despesas Correntes	3.886.576,00	48.699,48	350.599,48	350.599,48	2.106.373,48	2.106.373,48	2.106.373,48	1.780.202,52
670001	SDR - Braço do Norte	Investimentos	44.187,00	-	-	-	-	-	-	44.187,00
		Outras Despesas Correntes	2.480.934,00	400,00	400,00	205.980,22	1.472.889,64	1.470.797,85	1.470.797,85	1.008.044,36
700001	SDR - São Miguel do Oeste	Investimentos	71.357,00	-	-	-	-	-	-	71.357,00
		Outras Despesas Correntes	2.010.482,00	-	-	114.871,10	1.020.675,68	1.020.675,68	1.020.675,68	989.806,32
710001	SDR - Maravilha	Investimentos	89.622,00	-	-	-	-	-	-	89.622,00
		Outras Despesas Correntes	3.643.600,00	1.803,60	5.688,58	252.612,70	2.086.035,08	2.086.035,08	2.086.035,08	1.557.564,92
720001	SDR - São Lourenço do Oeste	Investimentos	29.732,00	-	-	-	-	-	-	29.732,00
		Outras Despesas Correntes	1.855.563,00	-	105.302,93	105.302,93	984.985,63	984.985,63	984.985,63	870.577,37
730001	SDR - Chapecó	Investimentos	252.365,00	1.600,00	-	-	1.600,00	-	-	250.765,00
		Outras Despesas Correntes	4.879.725,00	- 6.093,97	268.068,22	268.068,22	2.427.269,62	2.427.269,62	2.427.269,62	2.452.455,38
740001	SDR - Xanxerê	Investimentos	151.936,00	-	-	-	-	-	-	151.936,00
		Outras Despesas Correntes	5.783.896,00	- 6,00	-	367.543,36	3.630.117,06	3.630.117,06	3.630.117,06	2.153.778,94
750001	SDR - Concórdia	Investimentos	58.671,00	-	-	-	-	-	-	58.671,00
		Outras Despesas Correntes	2.904.338,00	-	-	205.650,22	1.765.419,80	1.765.419,80	1.765.419,80	1.138.918,20
760001	SDR - Joaçaba	Investimentos	77.618,00	-	-	-	-	-	-	77.618,00
		Outras Despesas Correntes	3.889.988,00	-	-	252.169,22	2.465.167,80	2.465.167,80	2.465.167,80	1.424.820,20
770001	SDR - Campos Novos	Investimentos	41.575,00	-	-	-	-	-	-	41.575,00
		Outras Despesas Correntes	2.380.321,00	171,36	143,74	171.755,73	1.592.423,37	1.590.630,97	1.590.630,97	787.897,63
780001	SDR - Videira	Investimentos	77.753,00	-	-	-	-	-	-	77.753,00
		Outras Despesas Correntes	2.776.448,00	-	7.184,57	155.133,12	1.513.493,65	1.512.560,59	1.512.560,59	1.262.954,35
790001	SDR - Caçador	Investimentos	79.531,00	-	-	-	-	-	-	79.531,00
		Outras Despesas Correntes	2.893.535,00	73.418,67	73.418,67	73.418,67	974.721,60	974.721,60	974.721,60	1.918.813,40
800001	SDR - Curitibaanos	Investimentos	90.751,00	-	-	-	-	-	-	90.751,00
		Outras Despesas Correntes	1.774.090,00	423,00	423,00	92.861,00	678.831,27	678.831,27	678.408,27	1.095.258,73
810001	SDR - Rio do Sul	Investimentos	69.014,00	-	-	-	-	-	-	69.014,00
		Outras Despesas Correntes	3.043.515,00	361.435,50	361.435,50	366.137,39	2.040.152,34	2.040.152,34	2.040.152,34	1.003.362,66
820001	SDR - Ituporanga	Investimentos	17.272,00	-	-	-	-	-	-	17.272,00
		Outras Despesas Correntes	4.034.147,00	- 0,93	-	324.051,89	2.713.983,08	2.713.983,08	2.713.983,08	1.320.163,92
830001	SDR - Ibirama	Investimentos	14.311,00	-	-	-	-	-	-	14.311,00



Planilha 2.2 (ANEXO IV)
SITUAÇÃO GLOBAL DOS RECURSOS DO FUNDEB - CUSTEIO E INVESTIMENTO - SED, FCEE e ADRs - DEZEMBRO/2016

CÓD	UNIDADE GESTORA	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
			DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
		Outras Despesas Correntes	4.836.260,00	72.471,29	97.528,10	473.440,98	3.728.174,36	3.728.174,36	3.728.174,36	1.108.085,64
840001	SDR - Blumenau	Investimentos	351.783,00	-	-	-	-	-	-	351.783,00
		Outras Despesas Correntes	6.009.046,00	-	-	281.678,97	2.992.264,88	2.992.264,88	2.992.264,88	3.016.781,12
850001	SDR - Brusque	Investimentos	126.551,00	-	-	-	-	-	-	126.551,00
		Outras Despesas Correntes	5.125.059,00	390.731,07	390.731,07	390.731,07	3.585.737,17	3.585.737,17	3.585.737,17	1.539.321,83
860001	SDR - Itajaí	Investimentos	315.650,00	-	-	-	-	-	-	315.650,00
		Outras Despesas Correntes	6.126.729,00	-	6.475,06	384.014,31	3.372.470,92	3.348.066,26	3.348.066,26	2.754.258,08
870001	SDR - Grande Florianópolis	Investimentos	751.436,00	-	-	-	-	-	-	751.436,00
		Outras Despesas Correntes	13.767.874,00	-	-	-	-	-	-	13.767.874,00
880001	SDR - Laguna	Investimentos	91.317,00	-	-	-	-	-	-	91.317,00
		Outras Despesas Correntes	5.356.178,00	356.162,90	359.462,90	593.836,90	3.771.789,79	3.770.173,54	3.770.173,54	1.584.388,21
890001	SDR - Tubarão	Investimentos	146.730,00	-	-	-	197.330,44	190.101,61	190.101,61	50.600,44
		Outras Despesas Correntes	5.885.489,00	328.117,92	388.389,58	422.694,25	3.762.490,33	3.731.461,09	3.731.461,09	2.122.998,67
900001	SDR - Criciúma	Investimentos	242.311,00	-	-	-	-	-	-	242.311,00
		Outras Despesas Correntes	9.884.638,00	301.244,65	301.244,65	1.031.111,40	7.096.100,13	7.096.100,13	7.096.100,13	2.788.537,87
910001	SDR - Araranguá	Investimentos	142.099,00	-	-	-	-	-	-	142.099,00
		Outras Despesas Correntes	6.559.563,00	-	345.718,76	345.718,76	2.974.905,42	2.974.905,42	2.974.905,42	3.584.657,58
920001	SDR - Joinville	Investimentos	246.811,00	-	-	-	-	-	-	246.811,00
		Outras Despesas Correntes	14.618.347,00	118,94	701,06	928.030,99	8.291.897,22	8.291.897,22	8.291.897,22	6.326.449,78
930001	SDR - Jaraguá do Sul	Investimentos	149.538,00	-	-	-	-	-	-	149.538,00
		Outras Despesas Correntes	5.198.791,00	664,07	3.664,33	374.166,87	3.067.217,94	3.067.217,94	3.067.217,94	2.131.573,06
940001	SDR - Mafra	Investimentos	169.315,00	-	-	-	-	-	-	169.315,00
		Outras Despesas Correntes	6.845.965,00	292.666,61	788.037,38	788.037,38	3.891.444,23	3.889.253,09	3.889.253,09	2.954.520,77
950001	SDR - Canoinhas	Investimentos	131.067,00	-	-	-	-	-	-	131.067,00
		Outras Despesas Correntes	3.549.194,00	78.784,00	78.784,00	311.547,19	2.041.252,60	2.041.183,72	2.041.183,72	1.507.941,40
960001	SDR - Lages	Investimentos	288.767,00	-	-	-	-	-	-	288.767,00
		Outras Despesas Correntes	4.786.538,00	1,00	-	231.880,10	2.130.520,04	2.130.520,04	2.130.520,04	2.656.017,96
970001	SDR - São Joaquim	Investimentos	27.131,00	-	-	-	-	-	-	27.131,00
		Outras Despesas Correntes	2.231.796,00	102.989,35	239.183,30	239.183,30	2.143.349,52	2.143.349,52	2.143.349,52	88.446,48
980001	SDR - Palmitos	Investimentos	57.619,00	-	-	-	-	-	-	57.619,00
		Outras Despesas Correntes	2.797.456,00	168.700,73	120.639,89	120.639,89	1.201.620,54	1.153.559,70	1.153.559,70	1.595.835,46
990001	SDR - Dionísio Cerqueira	Investimentos	43.684,00	-	-	-	-	-	-	43.684,00
		Outras Despesas Correntes	2.605.906,00	-	-	184.727,85	1.512.738,67	1.512.738,67	1.512.738,67	1.093.167,33
		Outras Despesas Correntes	2.405.243.417,00	196.215.236,88	205.464.894,83	284.206.940,00	2.066.406.017,49	2.064.012.336,72	2.054.990.489,67	338.837.399,51



Planilha 2.2 (ANEXO IV)
SITUAÇÃO GLOBAL DOS RECURSOS DO FUNDEB - CUSTEIO E INVESTIMENTO - SED, FCEE e ADRs - DEZEMBRO/2016

CÓD	UNIDADE GESTORA	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
			DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
		TOTAL POR GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS				ACUMULADO ATÉ O MÊS			
			DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
		Investimentos	32.702.401,00	440.564,25	438.964,25	438.964,25	1.632.164,69	1.623.335,86	1.623.335,86	31.070.236,31
		Outras Despesas Correntes	927.003.944,00	28.705.601,33	37.956.859,28	45.790.633,07	326.165.384,53	323.780.532,59	321.344.685,01	600.838.559,47
		Pessoal e Encargos Sociais	1.445.537.072,00	167.069.071,30	167.069.071,30	237.977.342,68	1.738.608.468,27	1.738.608.468,27	1.732.022.468,80	- 293.071.396,27
		TOTAL GLOBAL	2.405.243.417,00	196.215.236,88	205.464.894,83	284.206.940,00	2.066.406.017,49	2.064.012.336,72	2.054.990.489,67	338.837.399,51

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



PLANILHA 3.0 (ANEXO V)

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - SED DEZEMBRO/2016

FUNTE: 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos sociais	Outras Despesas Correntes	525.590.883,00	7.700.307,00	374.127.217,00	159.163.973,00	7.177.827,54	7.177.827,54	7.194.089,73	96.021.282,42	96.021.282,42	94.049.710,83	63.142.690,58
	Pessoal e Encargos Sociais	1.339.409.117,00	416.760.965,00	98.821.205,00	1.657.348.877,00	149.886.481,76	149.886.481,76	214.667.964,03	1.580.335.308,77	1.580.335.308,77	1.574.290.520,19	77.013.568,23
Apoio financeiro às associações de pais e professores	Outras Despesas Correntes	95.000.000,00	160.000,00	160.000,00	95.000.000,00	10.936.014,56	10.926.393,41	11.013.434,82	92.084.061,49	92.068.069,78	92.068.069,78	2.915.918,51
Capacitação e formação de profissionais	Outras Despesas Correntes	3.200.000,00	-	-	3.200.000,00	449.444,00	449.444,00	449.444,00	449.444,00	449.444,00	449.444,00	2.750.556,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	8.000.000,00	-	-	8.000.000,00	66.583,37	66.583,37	66.583,37	66.583,37	66.583,37	66.583,37	7.933.416,63
	Outras Despesas Correntes	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00
	Investimentos	3.000.000,00	-	-	3.000.000,00	-	-	-	-	-	-	3.000.000,00
	Outras Despesas Correntes	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00
Implantação e manutenção de sistema	Investimentos	4.000.000,00	-	-	4.000.000,00	-	-	-	-	-	-	4.000.000,00
	Outras Despesas Correntes	4.000.000,00	-	-	4.000.000,00	-	-	-	-	-	-	4.000.000,00
Implementação de sistema	Outras Despesas Correntes	1.000.000,00	-	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00
Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	3.000.000,00	3.000.000,00	-	6.000.000,00	-	-	-	-	-	-	6.000.000,00
Operacionalização da educação	Investimentos	3.000.000,00	600.000,00	3.000.000,00	600.000,00	372.380,88	372.380,88	372.380,88	372.380,88	372.380,88	372.380,88	227.619,12
	Outras Despesas Correntes	36.400.000,00	17.263.352,00	26.863.352,00	26.800.000,00	6.740.159,14	12.175.123,14	12.447.422,44	16.043.254,94	14.669.141,27	14.384.422,30	10.756.745,06
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	7.000.000,00	13.500.000,00	4.500.000,00	16.000.000,00	208.234,81	230.634,81	998.053,20	5.860.101,27	5.837.701,27	5.837.701,27	10.139.898,73
TOTAL		2.036.600.000,00	458.984.624,00	507.471.774,00	1.988.112.850,00	175.837.126,06	181.284.868,91	247.209.372,47	1.791.232.437,14	1.789.819.911,76	1.781.518.832,62	196.880.412,86

FUNTE: 0186

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos sociais	Pessoal e Encargos Sociais	0,00	3.125.000,00	-	3.125.000,00	1.123.000,00	1.123.000,00	1.123.000,00	1.123.000,00	1.123.000,00	1.123.000,00	2.002.000,00
Capacitação e formação de profissionais	Outras Despesas Correntes	2.000.000,00	-	1.125.000,00	875.000,00	-	-	-	-	-	-	875.000,00
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	Investimentos	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00
Implantação e manutenção de sistema	Outras Despesas Correntes	4.000.000,00	-	-	4.000.000,00	-	-	-	-	-	-	4.000.000,00
	Manutenção e reforma de escola	Outras Despesas Correntes	4.000.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	4.000.000,00	-	-	-	-	-	4.000.000,00
Operacionalização da educação	Investimentos	6.096.317,00	-	4.500.000,00	1.596.317,00	-	-	-	994.270,00	994.270,00	994.270,00	602.047,00
	Outras Despesas Correntes	20.000.000,00	11.691.980,48	9.191.980,48	22.500.000,00	1.940,20	2.085.842,26	2.076.790,84	19.760.465,99	18.955.782,81	18.946.731,39	2.739.534,01
TOTAL		38.096.317,00	16.016.980,48	16.016.980,48	38.096.317,00	1.121.059,80	3.208.842,26	3.199.790,84	21.877.735,99	21.073.052,81	21.064.001,39	16.216.581,01

FUNTE: 0331

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos	Pessoal e Encargos Sociais	-	1.907.235,15	-	1.907.235,15	-	-	-	-	1.907.235,15	1.907.235,15	-
TOTAL			1.907.235,15		1.907.235,15					1.907.235,15	1.907.235,15	

FUNTE: 0386

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos	Pessoal e Encargos Sociais	-	2.193.083,39	-	2.193.083,39	2.193.083,39	2.193.083,39	2.193.083,39	2.193.083,39	2.193.083,39	2.193.083,39	-
TOTAL			2.193.083,39		2.193.083,39	2.193.083,39	2.193.083,39	2.193.083,39	2.193.083,39	2.193.083,39	2.193.083,39	

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FR-0131	FR-0331	FR-0186	FR-0386	TOTAL
	FIXADO (LOA)		1.907.235,15	22.500.000,00	2.193.083,39
AUTORIZADO/SEF	1.633.743.716,17		7.752.966,00		1.641.496.682,17
EMPENHADO		-	1.940,20	2.193.083,39	2.191.143,19
SALDO A EMPENHAR	1.633.743.716,17		7.754.906,20		1.641.498.622,37
DISPONÍVEL	1.633.743.716,17		14.747.034,00		1.618.996.682,17
% LIBERADO	#DIV/0!		34%		6171%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.0 (ANEXO VI)

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - FCEE - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Administração de pessoal e encargos sociais	Outras Despesas Correntes	48.903.234,00	672.250,00	100.000,00	49.475.484,00	559.265,46	559.265,46	561.940,56	8.602.031,87	8.602.031,87	8.431.949,27	40.873.452,13
	Pessoal e Encargos Sociais	106.127.955,00	50.297.510,00	2.382.610,00	154.042.855,00	16.059.589,54	16.059.589,54	22.186.378,65	153.049.840,96	153.049.840,96	152.508.630,07	993.014,04
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	834.386,00	-	-	834.386,00	-	-	-	-	-	-	834.386,00
	Investimentos	800.000,00	-	-	800.000,00	-	-	-	-	-	-	800.000,00
Construção, ampliação e reforma	Outras Despesas Correntes	1.585.367,00	-	-	1.585.367,00	-	-	-	-	-	-	1.585.367,00
	Investimentos	250.000,00	-	-	250.000,00	-	-	-	-	-	-	250.000,00
Produção de conhecimento na área de educação especial	Outras Despesas Correntes	515.000,00	-	-	515.000,00	-	-	-	-	-	-	515.000,00
	Investimentos	250.000,00	-	-	250.000,00	-	-	-	-	-	-	250.000,00
Realização de assistência técnica	Outras Despesas Correntes	540.000,00	-	-	540.000,00	-	-	-	-	-	-	540.000,00
	Investimentos	850.000,00	-	-	850.000,00	-	-	-	-	-	-	850.000,00
Realização de atendimento às pessoas com deficiência	Outras Despesas Correntes	2.821.374,00	-	-	2.821.374,00	-	-	-	-	-	-	2.821.374,00
	Investimentos	850.000,00	-	-	850.000,00	-	-	-	-	-	-	850.000,00
TOTAL		163.227.316,00	50.969.760,00	2.482.610,00	211.714.466,00	16.618.855,00	16.618.855,00	22.748.319,21	161.651.872,83	161.651.872,83	160.940.579,34	50.062.593,17

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	-
	AUTORIZADO/SEF	137.796.358,00
	EMPENHADO	-
	SALDO A EMPENHAR	137.796.358,00
	DISPONÍVEL	- 137.796.358,00
% LIBERADO	#DIV/0!	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilhas 4.1 a 4.35 (ANEXO VII)

Planilha 4.1

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - ITAPIRANGA - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHAD	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHAD	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	52.052,00	-	-	52.052,00	-	-	-	-	-	-	52.052,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	118.284,00	-	-	118.284,00	-	-	-	-	-	-	118.284,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	73.172,00	-	-	73.172,00	-	-	-	-	-	-	73.172,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	470.001,00	-	80.000,00	390.001,00	-	-	-	44.998,37	44.998,37	44.998,37	345.002,63
	Outras Despesas Correntes	1.136.350,00	80.000,00	-	1.216.350,00	-	-	134.957,64	944.703,48	944.703,48	944.703,48	271.646,52
TOTAL		1.849.859,00	80.000,00	80.000,00	1.849.859,00	-	-	134.957,64	989.701,85	989.701,85	989.701,85	860.157,15

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	1.849.859,00
	AUTORIZADO/SEF	2.433.111,50
	EMPENHADO	989.701,85
	SALDO A EMPENHAR	1.443.409,65
	DISPONÍVEL	- 583.252,50
	% LIBERADO	131,53%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.2

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - QUILOMBO - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)				
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	SALDO	
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	41.853,00	-	-	41.853,00	-	-	-	-	-	-	41.853,00	
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	76.428,00	-	-	76.428,00	-	-	-	-	-	-	76.428,00	
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	18.554,00	-	-	18.554,00	-	-	-	-	-	-	18.554,00	
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	292.449,00	-	-	292.449,00	-	73,59	56,11	56,11	38.092,73	37.778,77	37.778,77	254.356,27
	Outras Despesas Correntes	950.090,00	158.000,00	158.000,00	950.090,00	-	30.087,49	141.083,69	715.491,80	709.434,50	709.434,50	234.598,20	
TOTAL		1.379.374,00	158.000,00	158.000,00	1.379.374,00	-	73,59	30.143,60	141.139,80	753.584,53	747.213,27	747.213,27	625.789,47

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	1.379.374,00
	AUTORIZADO/SEF	1.942.226,00
	EMPENHADO	753.584,53
	SALDO A EMPENHAR	1.188.641,47
	DISPONÍVEL	- 562.852,00
% LIBERADO	140,80%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.3

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - SEARA - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	56.012,00	-	-	56.012,00	-	-	-	-	-	-	56.012,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	138.588,00	-	-	138.588,00	-	-	-	-	-	-	138.588,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	47.566,00	-	-	47.566,00	-	-	-	-	-	-	47.566,00
	Outras Despesas Correntes	551.326,00	-	-	551.326,00	-	-	-	31.967,13	31.967,13	31.967,13	519.358,87
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.437.617,00	-	-	1.437.617,00	-	-	153.437,18	1.074.060,26	1.074.060,26	1.074.060,26	363.556,74
TOTAL		2.231.109,00	-	-	2.231.109,00	-	-	153.437,18	1.106.027,39	1.106.027,39	1.106.027,39	1.125.081,61

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FORTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	2.231.109,00
	AUTORIZADO/SEF	3.010.686,00
	EMPENHADO	1.106.027,39
	SALDO A EMPENHAR	1.904.658,61
	DISPONÍVEL	- 779.577,00
% LIBERADO	134,94%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.4

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - TAIÓ - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	62.051,00	-	-	62.051,00	-	-	-	-	-	-	62.051,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	144.469,00	-	-	144.469,00	51.582,51	14.753,76	14.753,76	71.819,77	22.735,91	22.735,91	72.649,23
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	33.069,00	-	-	33.069,00	-	-	-	-	-	-	33.069,00
	Outras Despesas Correntes	604.983,00	4.980,00	4.980,00	604.983,00	13.751,88	14.206,53	14.206,53	103.506,39	103.506,39	103.506,39	501.476,61
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.059.160,00	-	-	2.059.160,00	-	-	183.367,11	1.283.569,76	1.283.569,76	1.283.569,76	775.590,24
	TOTAL	2.903.732,00	4.980,00	4.980,00	2.903.732,00	65.334,39	28.960,29	212.327,40	1.458.895,92	1.409.812,06	1.409.812,06	1.444.836,08

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	2.903.732,00
	AUTORIZADO/SEF	2.924.986,00
	EMPENHADO	1.458.895,92
	SALDO A EMPENHAR	1.466.090,08
	DISPONÍVEL	- 21.254,00
% LIBERADO	100,73%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.5

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - TIMBÓ - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	85.217,00	-	-	85.217,00	-	-	-	-	-	-	85.217,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	232.885,00	-	-	232.885,00	-	-	-	-	-	-	232.885,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	86.219,00	-	-	86.219,00	-	-	-	-	-	-	86.219,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.009.997,00	-	-	1.009.997,00	-	22,62	-	-	91.335,72	91.335,72	918.661,28
	Outras Despesas Correntes	2.558.477,00	195.000,00	195.000,00	2.558.477,00	48.722,10	350.599,48	350.599,48	2.015.037,76	2.015.037,76	2.015.037,76	543.439,24
TOTAL		3.972.795,00	195.000,00	195.000,00	3.972.795,00	48.699,48	350.599,48	350.599,48	2.106.373,48	2.106.373,48	2.106.373,48	1.866.421,52

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	3.972.795,00
	AUTORIZADO/SEF	3.617.594,00
	EMPENHADO	2.106.373,48
	SALDO A EMPENHAR	1.511.220,52
	DISPONÍVEL	355.201,00
	% LIBERADO	91,06%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.6

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - BRAÇO DO NORTE - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	65.417,00	-	-	65.417,00	-	-	-	-	-	-	65.417,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	138.089,00	-	-	138.089,00	-	-	-	-	-	-	138.089,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	44.187,00	-	-	44.187,00	-	-	-	-	-	-	44.187,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	595.880,00	-	180.000,00	415.880,00	400,00	400,00	400,00	33.828,10	33.736,31	33.736,31	382.051,90
	Outras Despesas Correntes	1.681.548,00	180.000,00	-	1.861.548,00	-	-	205.580,22	1.439.061,54	1.437.061,54	1.437.061,54	422.486,46
TOTAL		2.525.121,00	180.000,00	180.000,00	2.525.121,00	400,00	400,00	205.980,22	1.472.889,64	1.470.797,85	1.470.797,85	1.052.231,36

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	2.525.121,00
	AUTORIZADO/SEF	2.392.898,00
	EMPENHADO	1.472.889,64
	SALDO A EMPENHAR	920.008,36
	DISPONÍVEL	132.223,00
	% LIBERADO	94,76%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.7

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - SÃO MIGUEL DO OESTE - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	63.041,00	-	-	63.041,00	-	-	-	-	-	-	63.041,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	145.146,00	-	-	145.146,00	-	-	-	-	-	-	145.146,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	71.357,00	-	-	71.357,00	-	-	-	-	-	-	71.357,00
	Outras Despesas Correntes	644.861,00	-	-	644.861,00	-	-	-	81.555,69	81.555,69	81.555,69	563.305,31
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.157.434,00	-	-	1.157.434,00	-	-	114.871,10	939.119,99	939.119,99	939.119,99	218.314,01
TOTAL		2.081.839,00	-	-	2.081.839,00	-	-	114.871,10	1.020.675,68	1.020.675,68	1.020.675,68	1.061.163,32

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	2.081.839,00
	AUTORIZADO/SEF	2.490.366,00
	EMPENHADO	1.020.675,68
	SALDO A EMPENHAR	1.469.690,32
	DISPONÍVEL	- 408.527,00
% LIBERADO	119,62%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.8

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - MARAVILHA - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	80.564,00	-	-	80.564,00	-	-	-	-	-	-	80.564,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	228.455,00	-	-	228.455,00	-	-	-	-	-	-	228.455,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	89.622,00	-	-	89.622,00	-	-	-	-	-	-	89.622,00
	Outras Despesas Correntes	984.211,00	-	612.000,00	372.211,00	-	-	-	47.295,84	47.295,84	47.295,84	324.915,16
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.350.370,00	663.500,00	51.500,00	2.962.370,00	1.803,60	5.688,58	252.612,70	2.038.739,24	2.038.739,24	2.038.739,24	923.630,76
	TOTAL	3.733.222,00	663.500,00	663.500,00	3.733.222,00	1.803,60	5.688,58	252.612,70	2.086.035,08	2.086.035,08	2.086.035,08	1.647.186,92

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	3.733.222,00
	AUTORIZADO/SEF	4.037.572,81
	EMPENHADO	2.086.035,08
	SALDO A EMPENHAR	1.951.537,73
	DISPONÍVEL	- 304.350,81
	% LIBERADO	108,15%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.9

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - SÃO LOURENÇO DO OESTE - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	56.606,00	-	-	56.606,00	-	-	-	-	-	-	56.606,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	102.176,00	-	-	102.176,00	-	-	-	-	-	-	102.176,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	29.732,00	-	-	29.732,00	-	-	-	-	-	-	29.732,00
	Outras Despesas Correntes	427.728,00	-	-	427.728,00	-	-	-	60.783,78	60.783,78	60.783,78	366.944,22
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.269.053,00	-	-	1.269.053,00	-	105.302,93	105.302,93	924.201,85	924.201,85	924.201,85	344.851,15
TOTAL		1.885.295,00	-	-	1.885.295,00	-	105.302,93	105.302,93	984.985,63	984.985,63	984.985,63	900.309,37

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	1.885.295,00
	AUTORIZADO/SEF	2.786.850,00
	EMPENHADO	984.985,63
	SALDO A EMPENHAR	1.801.864,37
	DISPONÍVEL	901.555,00
% LIBERADO	147,82%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.10

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - CHAPECÓ - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	139.469,00	0,00	0,00	139.469,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139.469,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	411.761,00	0,00	0,00	411.761,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	411.761,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	252.365,00	0	0,00	252.365,00	1.600,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00	0,00	250.765,00
	Outras Despesas Correntes	1.946.511,00	30.000,00	30.000,00	1.946.511,00	- 6.093,97	17.216,48	17.216,48	433.658,55	433.658,55	433.658,55	1.512.852,45
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.381.984,00	-	-	2.381.984,00	-	250.851,74	250.851,74	1.993.611,07	1.993.611,07	1.993.611,07	388.372,93
	TOTAL	4.328.495,00	30.000,00	30.000,00	4.328.495,00	(6.093,97)	268.068,22	268.068,22	2.427.269,62	2.427.269,62	2.427.269,62	1.901.225,38

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	4.328.495,00
	AUTORIZADO/SEF	5.791.747,19
	EMPENHADO	2.427.269,62
	SALDO A EMPENHAR	3.364.477,57
	DISPONÍVEL	- 1.463.252,19
	% LIBERADO	133,81%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Plailha 4.11

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - XANXERÊ - DEZEMBRO/2016

FUNTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	106.502,00	-	-	106.502,00	-	-	-	-	-	-	106.502,00
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	93.757,00	-	-	93.757,00	-	-	-	-	-	-	93.757,00
	Outras Despesas Correntes	375.029,00	-	100.000,00	275.029,00	-	-	-	-	-	-	275.029,00
Operacionalização da educação	Investimentos	58.179,00	-	-	58.179,00	-	-	-	-	-	-	58.179,00
	Outras Despesas Correntes	1.601.683,00	189.037,40	189.037,40	1.601.683,00	-	6,00	-	256.810,95	256.810,95	256.810,95	1.344.872,05
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.700.682,00	100.000,00	-	3.800.682,00	-	-	-	367.543,36	3.373.306,11	3.373.306,11	427.375,89
TOTAL		5.560.803,00	289.037,40	189.037,40	5.660.803,00	-	6,00	-	367.543,36	3.630.117,06	3.630.117,06	2.030.685,94

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	5.560.803,00
	AUTORIZADO/SEF	6.535.798,00
	EMPENHADO	3.630.117,06
	SALDO A EMPENHAR	2.905.680,94
	DISPONÍVEL	- 974.995,00
% LIBERADO	117,53%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.12

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - CONCÓRDIA - DEZEMBRO/2016

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)		
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	68.981,00	-	-	68.981,00	-	-	-	-	-	-
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	168.017,00	-	-	168.017,00	-	-	-	-	-	-
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	58.671,00	-	-	58.671,00	-	-	-	-	-	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	729.406,00	34.606,25	34.606,25	729.406,00	-	-	-	106.879,88	106.879,88	106.879,88
	Outras Despesas Correntes	1.937.934,00	-	-	1.937.934,00	-	-	205.650,22	1.658.539,92	1.658.539,92	1.658.539,92
	TOTAL	2.904.338,00	34.606,25	34.606,25	2.904.338,00	-	-	205.650,22	1.765.419,80	1.765.419,80	1.765.419,80

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	2.904.338,00
	AUTORIZADO/SEF	3.511.261,00
	EMPENHADO	1.765.419,80
	SALDO A EMPENHAR	1.745.841,20
	DISPONÍVEL	- 606.923,00
% LIBERADO	120,90%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.13

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - JOAÇABA - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	76.604,00	-	-	76.604,00	-	-	-	-	-	-	76.604,00
Manutenção e reforma de escolas	Investimentos	57.202,00	-	-	57.202,00	-	-	-	-	-	-	57.202,00
	Outras Despesas Correntes	228.804,00	-	-	228.804,00	-	-	-	-	-	-	228.804,00
Operacionalização da educação	Investimentos	20.416,00	-	-	20.416,00	-	-	-	-	-	-	20.416,00
	Outras Despesas Correntes	965.918,00	63.574,48	63.574,48	965.918,00	-	-	-	184.201,70	184.201,70	184.201,70	781.716,30
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.618.662,00	-	-	2.618.662,00	-	-	252.169,22	2.280.966,10	2.280.966,10	2.280.966,10	337.695,90
	TOTAL	2.618.662,00	-	-	2.618.662,00	252.169,22	252.169,22	252.169,22	1.020.120,00	1.020.120,00	1.020.120,00	1.598.542,00

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	2.618.662,00
	AUTORIZADO/SEF	4.616.525,00
	EMPENHADO	1.020.120,00
	SALDO A EMPENHAR	3.596.405,00
	DISPONÍVEL	- 1.997.863,00
% LIBERADO	176,29%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.14

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - CAMPOS NOVOS - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	58.764,00	-	13.850,00	44.914,00	-	-	-	-	-	-	44.914,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	133.628,00	-	-	133.628,00	-	-	-	-	-	-	133.628,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	41.575,00	-	-	41.575,00	-	-	-	-	-	-	41.575,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	565.177,00	13.850,00	85.000,00	494.027,00	171,36	143,74	143,74	70.905,52	69.113,12	69.113,12	423.121,48
	Outras Despesas Correntes	1.622.752,00	88.000,00	3.000,00	1.707.752,00	-	-	171.611,99	1.521.517,85	1.521.517,85	1.521.517,85	186.234,15
TOTAL		2.421.896,00	104.850,00	104.850,00	2.421.896,00	171,36	143,74	171.755,73	1.592.423,37	1.590.630,97	1.590.630,97	829.472,63

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	2.421.896,00
	AUTORIZADO/SEF	3.279.707,00
	EMPENHADO	1.592.423,37
	SALDO A EMPENHAR	1.687.283,63
	DISPONÍVEL	- 857.811,00
	% LIBERADO	135,42%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.15

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - VIDEIRA - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	74.228,00	-	-	74.228,00	-	-	-	-	-	-	74.228,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	185.523,00	21.417,34	21.417,34	185.523,00	-	-	-	101.337,10	101.337,10	101.337,10	84.185,90
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	77.753,00	-	-	77.753,00	-	-	-	-	-	-	77.753,00
	Outras Despesas Correntes	789.421,00	-	-	789.421,00	-	7.184,57	7.184,57	57.403,31	56.470,25	56.470,25	732.017,69
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.727.276,00	-	-	1.727.276,00	-	-	147.948,55	1.354.753,24	1.354.753,24	1.354.753,24	372.522,76
	TOTAL	2.854.201,00	21.417,34	21.417,34	2.854.201,00	-	7.184,57	155.133,12	1.513.493,65	1.512.560,59	1.512.560,59	1.340.707,35

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	2.854.201,00
	AUTORIZADO/SEF	3.212.869,00
	EMPENHADO	1.513.493,65
	SALDO A EMPENHAR	1.699.375,35
	DISPONÍVEL	- 358.668,00
% LIBERADO	112,57%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.16

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - CAÇADOR - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	77.495,00	-	-	77.495,00	-	-	-	-	-	-	77.495,00
	Outras Despesas Correntes	183.160,00	-	-	183.160,00	-	-	-	-	-	-	183.160,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	79.531,00	-	-	79.531,00	-	-	-	-	-	-	79.531,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	828.305,00	-	-	828.305,00	1.253,00	1.253,00	1.253,00	103.248,13	103.248,13	103.248,13	725.056,87
	Outras Despesas Correntes	1.804.575,00	-	-	1.804.575,00	72.165,67	72.165,67	72.165,67	871.473,47	871.473,47	871.473,47	933.101,53
	TOTAL	2.789.906,00	-	-	2.789.906,00	73.418,67	73.418,67	73.418,67	974.721,60	974.721,60	974.721,60	1.815.184,40

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	2.789.906,00
	AUTORIZADO/SEF	3.353.910,00
	EMPENHADO	974.721,60
	SALDO A EMPENHAR	2.379.188,40
	DISPONÍVEL	- 564.004,00
% LIBERADO	120,22%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.17

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - CURITIBANOS - DEZEMBRO/2016

FUNTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	66.506,00	-	-	66.506,00	-	-	-	-	-	-	66.506,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	152.844,00	-	-	152.844,00	-	-	-	37.813,53	37.813,53	37.813,53	115.030,47
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	90.751,00	-	-	90.751,00	-	-	-	-	-	-	90.751,00
	Outras Despesas Correntes	697.361,00	-	-	697.361,00	423,00	423,00	-	2.857,13	2.857,13	2.434,13	694.503,87
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	857.379,00	-	-	857.379,00	-	-	92.861,00	638.160,61	638.160,61	638.160,61	219.218,39
TOTAL		1.864.841,00	-	-	1.864.841,00	423,00	423,00	92.861,00	678.831,27	678.831,27	678.408,27	1.186.009,73

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FUNTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	1.864.841,00
	AUTORIZADO/SEF	2.705.972,00
	EMPENHADO	678.831,27
	SALDO A EMPENHAR	2.027.140,73
	DISPONÍVEL	- 841.131,00
	% LIBERADO	145,10%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.18

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - RIO DO SUL - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	74.426,00	-	-	74.426,00	-	-	-	-	-	-	74.426,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	180.604,00	-	-	180.604,00	-	-	-	-	-	-	180.604,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	69.014,00	-	-	69.014,00	-	-	-	-	-	-	69.014,00
	Outras Despesas Correntes	802.210,00	4.701,89	4.701,89	802.210,00	- 3.677,95	- 3.677,95	1.023,94	85.134,07	85.134,07	85.134,07	717.075,93
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.986.275,00	-	-	1.986.275,00	365.113,45	365.113,45	365.113,45	1.955.018,27	1.955.018,27	1.955.018,27	31.256,73
TOTAL		1.656.610,00	-	-	1.656.610,00	-	195.353,00	195.353,00	1.573.981,97	976.797,97	82.628,03	1.072.376,66

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	1.656.610,00
	AUTORIZADO/SEF	3.668.811,00
	EMPENHADO	1.573.981,97
	SALDO A EMPENHAR	2.094.829,03
	DISPONÍVEL	- 2.012.201,00
	% LIBERADO	221,46%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.19

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - ITUPORANGA - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	66.803,00	-	-	66.803,00	-	-	-	-	-	-	66.803,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	175.954,00	-	-	175.954,00	-	-	-	-	-	-	175.954,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	17.272,00	-	-	17.272,00	-	-	-	-	-	-	17.272,00
	Outras Despesas Correntes	716.794,00	-	-	716.794,00	11.090,64	11.090,64	20.452,71	66.391,10	66.390,17	66.390,17	650.402,90
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.074.596,00	-	-	3.074.596,00	648.103,78	648.103,78	324.051,89	2.647.592,91	2.647.592,91	2.323.541,02	427.003,09
TOTAL		4.051.419,00	-	-	4.051.419,00	659.194,42	659.194,42	344.504,60	2.713.984,01	2.713.983,08	2.389.931,19	1.337.434,99

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	4.051.419,00
	AUTORIZADO/SEF	4.064.920,00
	EMPENHADO	2.713.984,01
	SALDO A EMPENHAR	1.350.935,99
	DISPONÍVEL	- 13.501,00
	% LIBERADO	100,33%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.20

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - IBIRAMA - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)				
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO	
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	74.129,00	-	-	74.129,00	-	-	-	-	-	-	74.129,00	
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	205.939,00	-	-	205.939,00	-	-	-	-	-	-	205.939,00	
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	14.311,00	-	-	14.311,00	-	-	-	-	-	-	14.311,00	
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	828.784,00	25.332,00	119.332,00	734.784,00	-	0,71	-	-	123.266,04	123.266,04	123.266,04	611.517,96
	Outras Despesas Correntes	3.727.408,00	314.000,00	220.000,00	3.821.408,00	72.472,00	97.528,10	473.440,98	3.604.908,32	3.604.908,32	3.604.908,32	216.499,68	
TOTAL		4.850.571,00	339.332,00	339.332,00	4.850.571,00	72.471,29	97.528,10	473.440,98	3.728.174,36	3.728.174,36	3.728.174,36	1.122.396,64	

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	4.850.571,00
	AUTORIZADO/SEF	4.621.600,00
	EMPENHADO	3.728.174,36
	SALDO A EMPENHAR	893.425,64
	DISPONÍVEL	228.971,00
	% LIBERADO	95,28%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.21

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - BLUMENAU - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	164.021,00	-	-	164.021,00	-	-	-	-	-	-	164.021,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	516.087,00	-	-	516.087,00	-	-	-	-	-	-	516.087,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	351.783,00	-	-	351.783,00	-	-	-	-	-	-	351.783,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.625.398,00	-	121.700,00	2.503.698,00	-	-	-	447.571,63	447.571,63	447.571,63	2.056.126,37
	Outras Despesas Correntes	2.703.540,00	411.757,34	290.057,34	2.825.240,00	-	-	281.678,97	2.544.693,25	2.544.693,25	2.544.693,25	280.546,75
TOTAL		6.360.829,00	411.757,34	411.757,34	6.360.829,00	-	-	281.678,97	2.992.264,88	2.992.264,88	2.992.264,88	3.368.564,12

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	6.360.829,00
	AUTORIZADO/SEF	7.573.634,00
	EMPENHADO	2.992.264,88
	SALDO A EMPENHAR	4.581.369,12
	DISPONÍVEL	- 1.212.805,00
% LIBERADO	119,07%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.22

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - BRUSQUE - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	107.393,00	-	-	107.393,00	-	-	-	-	-	-	107.393,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	297.811,00	-	-	297.811,00	-	-	-	-	-	-	297.811,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	126.551,00	-	-	126.551,00	-	-	-	-	-	-	126.551,00
	Outras Despesas Correntes	1.420.611,00	-	-	1.420.611,00	-	-	-	61.689,46	61.689,46	61.689,46	1.358.921,54
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.299.244,00	-	-	3.299.244,00	390.731,07	390.731,07	390.731,07	3.524.047,71	3.524.047,71	3.524.047,71	224.803,71
	TOTAL	5.251.610,00	-	-	5.251.610,00	390.731,07	390.731,07	390.731,07	3.585.737,17	3.585.737,17	3.585.737,17	1.665.872,83

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	5.251.610,00
	AUTORIZADO/SEF	4.778.289,00
	EMPENHADO	3.585.737,17
	SALDO A EMPENHAR	1.192.551,83
	DISPONÍVEL	473.321,00
	% LIBERADO	90,99%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.23

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - ITAJAÍ - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	151.646,00	-	-	151.646,00	-	-	-	-	-	-	151.646,00
Manutenção e reforma de escolas	Outras Despesas Correntes	499.454,00	-	-	499.454,00	-	-	-	-	-	-	499.454,00
Operacionalização da educação	Investimentos	315.650,00	-	-	315.650,00	-	-	-	-	-	-	315.650,00
	Outras Despesas Correntes	2.461.672,00	80.192,50	80.192,50	2.461.672,00	-	6.475,06	6.475,06	367.751,50	343.346,84	343.346,84	2.093.920,50
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.013.957,00	-	-	3.013.957,00	-	-	377.539,25	3.004.719,42	3.004.719,42	3.004.719,42	9.237,58
	TOTAL	6.442.379,00	80.192,50	80.192,50	6.442.379,00	-	6.475,06	384.014,31	3.372.470,92	3.348.066,26	3.348.066,26	3.069.908,08

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	6.442.379,00
	AUTORIZADO/SEF	5.357.095,00
	EMPENHADO	3.372.470,92
	SALDO A EMPENHAR	1.984.624,08
	DISPONÍVEL	1.085.284,00
% LIBERADO	83,15%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.24

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - LAGUNA - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	106.502,00	-	-	106.502,00	-	-	-	-	-	-	106.502,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	288.842,00	-	-	288.842,00	-	-	-	-	-	-	288.842,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	91.317,00	-	-	91.317,00	-	-	-	-	-	-	91.317,00
	Outras Despesas Correntes	1.275.625,00	13.000,00	13.000,00	1.275.625,00	-	-	-	129.178,16	127.561,91	127.561,91	1.146.446,84
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	3.685.209,00	-	-	3.685.209,00	356.162,90	359.462,90	593.836,90	3.642.611,63	3.642.611,63	3.642.611,63	42.597,37
TOTAL		5.447.495,00	13.000,00	13.000,00	5.447.495,00	356.162,90	359.462,90	593.836,90	3.771.789,79	3.770.173,54	3.770.173,54	1.675.705,21

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	5.447.495,00
	AUTORIZADO/SEF	4.135.613,34
	EMPENHADO	3.771.789,79
	SALDO A EMPENHAR	363.823,55
	DISPONÍVEL	1.311.881,66
% LIBERADO	75,92%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.25

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - TUBARÃO - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	125.312,00	-	-	125.312,00	-	-	-	-	-	-	125.312,00
	Investimentos	-	197.330,44	-	197.330,44	-	-	-	197.330,44	190.101,61	190.101,61	-
	Outras Despesas Correntes	372.499,00	-	197.330,44	175.168,56	1.644,00	1.644,00	1.644,00	4.744,00	4.744,00	4.744,00	170.424,56
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	146.730,00	-	117.461,05	29.268,95	-	-	-	-	-	-	29.268,95
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.596.429,00	117.461,05	554.000,00	1.159.890,05	- 22,63	612,31	612,31	287.110,18	286.320,94	286.320,94	872.779,87
	Outras Despesas Correntes	3.791.249,00	554.000,00	-	4.345.249,00	326.496,55	386.133,27	420.437,94	3.470.636,15	3.440.396,15	3.440.396,15	874.612,85
TOTAL		6.032.219,00	868.791,49	868.791,49	6.032.219,00	328.117,92	388.389,58	422.694,25	3.959.820,77	3.921.562,70	3.921.562,70	2.072.398,23

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	6.032.219,00
	AUTORIZADO/SEF	5.026.249,00
	EMPENHADO	3.959.820,77
	SALDO A EMPENHAR	1.066.428,23
	DISPONÍVEL	1.005.970,00
% LIBERADO	83,32%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.26

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - CRICIÚMA - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	179.366,00	-	-	179.366,00	0,00	0,00	0,00	,00	,00	,00	179.366,00
	Outras Despesas Correntes	605.530,00	-	-	605.530,00	0,00	0,00	0,00	,00	,00	,00	605.530,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	242.311,00	-	-	242.311,00	0,00	0,00	0,00	,00	,00	,00	242.311,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.685.401,00	-	160.000,00	2.525.401,00	0,00	0,00	0,00	362.241,87	362.241,87	362.241,87	2.163.159,13
	Outras Despesas Correntes	6.414.341,00	160.000,00	-	6.574.341,00	301.244,65	301.244,65	1.031.111,40	6.733.858,26	6.733.858,26	6.733.858,26	-159.517,26
TOTAL		7.441.548,00	160.000,00	-	7.601.548,00	301.244,65	301.244,65	1.031.111,40	6.733.858,26	6.733.858,26	6.733.858,26	867.689,74

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	7.441.548,00
	AUTORIZADO/SEF	9.983.053,00
	EMPENHADO	6.733.858,26
	SALDO A EMPENHAR	3.249.194,74
	DISPONÍVEL	- 2.541.505,00
% LIBERADO	134,15%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.27

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - ARARANGUÁ - DEZEMBRO/2016

FUNTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	126.401,00	-	-	126.401,00	-	-	-	-	-	-	126.401,00
Manutenção de escola Serviços administrativos - educação básica	Outras Despesas Correntes	392.144,00	-	-	392.144,00	-	-	-	-	-	-	392.144,00
	Investimentos	142.099,00	-	-	142.099,00	-	-	-	-	-	-	142.099,00
	Outras Despesas Correntes	1.685.809,00	-	-	1.685.809,00	-	-	-	109.724,77	109.724,77	109.724,77	1.576.084,23
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	4.355.209,00	-	-	4.355.209,00	-	345.718,76	345.718,76	2.865.180,65	2.865.180,65	2.865.180,65	1.490.028,35
TOTAL		3.632.368,00	-	-	3.632.368,00	3.632.367,81	414.482,26	414.482,26	3.632.367,81	414.482,26	0,19	#REF!

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FUNTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	3.632.368,00
	AUTORIZADO/SEF	8.240.084,00
	EMPENHADO	3.632.367,81
	SALDO A EMPENHAR	4.607.716,19
	DISPONÍVEL	- 4.607.716,00
	% LIBERADO	226,85%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Osvaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.28

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - JOINVILLE - DEZEMBRO/2016

FONTE - 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	207.581,00	-	-	207.581,00	-	-	-	-	-	-	207.581,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	747.815,00	-	-	747.815,00	-	-	-	-	-	-	747.815,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	246.811,00	-	-	246.811,00	-	-	-	-	-	-	246.811,00
	Outras Despesas Correntes	3.524.696,00	-	-	3.524.696,00	-	118,94	701,06	701,06	157.046,18	157.046,18	157.046,18
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	10.138.255,00	2.865.687,20	2.865.687,20	10.138.255,00	-	-	927.329,93	8.134.851,04	8.134.851,04	8.134.851,04	2.003.403,96
TOTAL		8.455.592,00	-	-	8.455.592,00	-	895.335,11	895.335,11	8.058.016,04	5.372.010,67	397.575,96	6.573.260,78

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	8.455.592,00
	AUTORIZADO/SEF	13.293.332,00
	EMPENHADO	8.058.016,04
	SALDO A EMPENHAR	5.235.315,96
	DISPONÍVEL	- 4.837.740,00
	% LIBERADO	157,21%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.29

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - JARAGUÁ DO SUL - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	103.037,00	-	-	103.037,00	-	-	-	-	-	-	103.037,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	342.662,00	-	-	342.662,00	-	-	-	-	-	-	342.662,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	149.538,00	-	-	149.538,00	-	-	-	-	-	-	149.538,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.508.058,00	-	200.000,00	1.308.058,00	- 664,07	3.664,33	3.664,33	119.342,86	119.342,86	119.342,86	1.188.715,14
	Outras Despesas Correntes	3.245.034,00	200.000,00	-	3.445.034,00	-	-	370.502,54	2.947.875,08	2.947.875,08	2.947.875,08	497.158,92
TOTAL		5.348.329,00	200.000,00	200.000,00	5.348.329,00	- 664,07	3.664,33	374.166,87	3.067.217,94	3.067.217,94	3.067.217,94	2.281.111,06

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	5.348.329,00
	AUTORIZADO/SEF	6.025.087,00
	EMPENHADO	3.067.217,94
	SALDO A EMPENHAR	2.957.869,06
	DISPONÍVEL	- 676.758,00
	% LIBERADO	112,65%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.30

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - MAFRA - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	127.193,00	-	-	127.193,00	-	-	-	-	-	-	127.193,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	422.999,00	-	-	422.999,00	-	-	-	-	-	-	422.999,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	169.315,00	-	-	169.315,00	-	-	-	-	-	-	169.315,00
	Outras Despesas Correntes	1.863.530,00	-	980.000,00	883.530,00	2.157,87	13.158,26	13.158,26	207.103,43	204.912,29	204.912,29	676.426,57
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	4.432.243,00	980.000,00	-	5.412.243,00	259.986,59	744.356,97	744.356,97	3.653.818,65	3.653.818,65	3.653.818,65	1.758.424,35
	TOTAL	5.151.750,00	980.000,00	-	6.131.750,00	259.986,59	744.356,97	744.356,97	3.653.818,65	3.653.818,65	3.653.818,65	2.477.931,35

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	5.151.750,00
	AUTORIZADO/SEF	7.254.895,00
	EMPENHADO	3.653.818,65
	SALDO A EMPENHAR	3.601.076,35
	DISPONÍVEL	- 2.103.145,00
% LIBERADO	140,82%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.31

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - CANOINHAS - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	100.463,00	-	-	100.463,00	-	-	-	-	-	-	100.463,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	245.467,00	-	28.000,00	217.467,00	-	-	-	81.178,74	81.109,86	81.109,86	136.288,26
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	131.067,00	-	-	131.067,00	-	-	-	-	-	-	131.067,00
	Outras Despesas Correntes	1.183.629,00	-	300.000,00	883.629,00	-	-	-	-	-	-	883.629,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.019.635,00	328.000,00	-	2.347.635,00	78.784,00	78.784,00	311.547,19	1.960.073,86	1.960.073,86	1.960.073,86	387.561,14
TOTAL		3.680.261,00	328.000,00	328.000,00	3.680.261,00	78.784,00	78.784,00	311.547,19	2.041.252,60	2.041.183,72	2.041.183,72	1.639.008,40

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	3.680.261,00
	AUTORIZADO/SEF	4.536.688,00
	EMPENHADO	2.041.252,60
	SALDO A EMPENHAR	2.495.435,40
	DISPONÍVEL	- 856.427,00
% LIBERADO	123,27%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.32

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - LAGES - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	137.291,00	-	-	137.291,00	-	-	-	-	-	-	137.291,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	430.714,00	-	235.000,00	195.714,00	-	-	-	-	-	-	195.714,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	288.767,00	-	-	288.767,00	-	-	-	-	-	-	288.767,00
	Outras Despesas Correntes	2.113.772,00	-	-	2.113.772,00	-	1,00	-	255.942,74	255.942,74	255.942,74	1.857.829,26
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	2.104.761,00	235.000,00	-	2.339.761,00	-	-	231.880,10	1.874.577,30	1.874.577,30	1.874.577,30	465.183,70
TOTAL		5.075.305,00	235.000,00	235.000,00	5.075.305,00	-	1,00	-	231.880,10	2.130.520,04	2.130.520,04	2.944.784,96

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	5.075.305,00
	AUTORIZADO/SEF	5.485.714,00
	EMPENHADO	2.130.520,04
	SALDO A EMPENHAR	3.355.193,96
	DISPONÍVEL	- 410.409,00
	% LIBERADO	108,09%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.33

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - SÃO JOAQUIM - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	55.022,00	-	-	55.022,00	-	-	-	-	-	-	55.022,00
	Manutenção de escola	112.156,00	-	84.805,14	27.350,86	-	-	-	-	-	-	27.350,86
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	27.131,00	-	27.131,00	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Despesas Correntes	478.933,00	-	440.543,98	38.389,02	-	-	-	38.389,02	38.389,02	38.389,02	-
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.585.685,00	851.292,26	298.812,14	2.138.165,12	102.989,35	239.183,30	239.183,30	2.104.960,50	2.104.960,50	2.104.960,50	33.204,62
	TOTAL	2.258.927,00	851.292,26	851.292,26	2.258.927,00	102.989,35	239.183,30	239.183,30	2.143.349,52	2.143.349,52	2.143.349,52	115.577,48

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	2.258.927,00
	AUTORIZADO/SEF	2.494.152,00
	EMPENHADO	2.143.349,52
	SALDO A EMPENHAR	350.802,48
	DISPONÍVEL	- 235.225,00
% LIBERADO	110,41%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.34

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - PALMITOS - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	64.625,00	-	-	64.625,00	-	-	-	-	-	-	64.625,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	165.773,00	-	-	165.773,00	-	-	-	-	-	-	165.773,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	57.619,00	-	-	57.619,00	-	-	-	-	-	-	57.619,00
	Outras Despesas Correntes	703.487,00	-	-	703.487,00	-	-	-	31.314,10	31.314,10	31.314,10	672.172,90
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.863.571,00	-	-	1.863.571,00	168.700,73	120.639,89	120.639,89	1.170.306,44	1.122.245,60	1.122.245,60	693.264,56
TOTAL		2.855.075,00	-	-	2.855.075,00	168.700,73	120.639,89	120.639,89	1.201.620,54	1.153.559,70	1.153.559,70	1.653.454,46

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	2.855.075,00
	AUTORIZADO/SEF	3.373.009,00
	EMPENHADO	1.201.620,54
	SALDO A EMPENHAR	2.171.388,46
	DISPONÍVEL	- 517.934,00
	% LIBERADO	118,14%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Planilha 4.35

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR - DIONISIO CERQUEIRA - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	59.574,00	-	-	59.574,00	-	-	-	-	-	-	59.574,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	146.848,00	-	-	146.848,00	-	-	-	-	-	-	146.848,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	43.684,00	-	-	43.684,00	-	-	-	-	-	-	43.684,00
	Outras Despesas Correntes	607.279,00	-	-	607.279,00	-	-	-	26.370,76	26.370,76	26.370,76	580.908,24
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	1.792.205,00	-	-	1.792.205,00	-	-	184.727,85	1.486.367,91	1.486.367,91	1.486.367,91	305.837,09
TOTAL		2.649.590,00	-	-	2.649.590,00	-	-	184.727,85	1.512.738,67	1.512.738,67	1.512.738,67	1.136.851,33

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	2.649.590,00
	AUTORIZADO/SEF	3.272.476,00
	EMPENHADO	1.512.738,67
	SALDO A EMPENHAR	1.759.737,33
	DISPONÍVEL	- 622.886,00
% LIBERADO	123,51%	

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CUSTEIO E INVESTIMENTO - ADR-FLORIANÓPOLIS - DEZEMBRO/2016

FONTE- 0131

AÇÃO	GRUPO	SITUAÇÃO NO MÊS							ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)			
		DOTAÇÃO	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	DOT. ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	SALDO
Capacitação de profissionais	Outras Despesas Correntes	340.637,00	-	-	340.637,00	-	-	-	-	-	-	340.637,00
Manutenção de escola	Outras Despesas Correntes	1.120.170,00	-	-	1.120.170,00	-	-	-	-	-	-	1.120.170,00
Serviços administrativos - educação básica	Investimentos	751.436,00	-	-	751.436,00	-	-	-	-	-	-	751.436,00
	Outras Despesas Correntes	5.782.615,00	-	-	5.782.615,00	-	-	-	-	-	-	5.782.615,00
Transporte escolar	Outras Despesas Correntes	6.524.452,00	-	-	6.524.452,00	-	-	-	-	-	-	6.524.452,00
TOTAL		8.736.695,00	-	-	8.736.695,00	-	-	-	-	-	-	8.736.695,00

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - 2017	FONTE	FR-0131
	FIXADO (LOA)	8.736.695,00
	AUTORIZADO/SEF	14.696.017,00
	EMPENHADO	-
	SALDO A EMPENHAR	14.696.017,00
	DISPONÍVEL	- 5.959.322,00
	% LIBERADO	168,21%

Fonte: Business Intelligence - SEF e Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO NOS GRUPOS DE DESPESA
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - INVESTIMENTOS - 2016
(ANEXO - VIII)

	AÇÕES	FONTE	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$1,00)	EXECUTADO (R\$1,00)	% DE APLICAÇÃO	
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SED) AGENCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (ADRs)	PESSOAL E ENCARGOS	131	1.657.348.877,00	1.580.335.308,77	95%	
		331	1.907.235,15	1.907.235,15	100%	
		186	3.125.000,00	1.123.000,00	36%	
		386	2.193.083,39	2.193.083,39	100%	
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	131	477.724.934,61	296.192.195,76	62,00%	
		186	31.375.000,00	18.986.304,96	60,51%	
	INVESTIMENTOS	131	22.258.822,39	629.065,86	2,83%	
		186	3.596.317,00	994.270,00	27,65%	
	TOTAL SED e ADRs			2.199.529.269,54	1.902.360.463,89	86,49%
	FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (FCEE)	PESSOAL E ENCARGOS	131	154.042.855,00	153.049.840,96	99%
131			55.771.611,00	8.602.031,87	15%	
INVESTIMENTO		131	0,00	0,00	%	
		TOTAL FCEE			209.814.466,00	161.651.872,83
TOTAL GERAL			2.409.343.735,54	2.064.012.336,72	85,67%	

Endereço: Rua Antônio Luz, 111 - Sala 704 - 7º andar - Centro - Florianópolis - SC - CEP 88010 - 410

Fone (48) 3664-0095 e-mail - fundeb@sed.sc.gov.br

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SED)
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS (DIAF)
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE (GECONT)

REPASSE E APLICAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEB -2016
FONTES - 0131 e 0186
(ANEXO IX)

MÊS	FONTE - 0131 2016	FONTE - 0186 APLICAÇÃO FINANCEIRA
JAN	181.506.440,03	962.603,64
FEV	165.557.101,60	1.464.490,92
MAR	158.245.942,40	2.329.207,34
ABR	164.907.870,09	2.307.081,36
MAI	170.440.823,74	2.525.388,59
JUN	163.255.474,49	2.660.447,05
JUL	157.226.426,30	2.270.424,85
AGO	161.851.380,16	2.024.627,23
SET	165.411.381,26	1.748.911,17
OUT	188.464.672,16	1.754.399,61
NOV	191.317.577,97	1.931.860,19
DEZ	214.800.136,55	1.169.484,95
TOTAL - FONTES	2.082.985.226,75	23.148.926,90
TOTAL GERAL	2.106.134.153,65	

Oswaldir Ramos
Presidente do CACS-Fundeb/SC



Aplicação dos Recursos dos artigos 170 e 171 da Constituição Estadual

A Constituição Estadual determina em seu artigo 170 que Santa Catarina deve prestar anualmente assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior, legalmente habilitadas a funcionar no Estado, em montante não inferior a 5% do mínimo constitucional que o ente deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Assim como o mínimo constitucional, que deve ser aplicado na manutenção e no desenvolvimento do ensino, o percentual instituído pelo artigo 170 deve ser sobre a RLI. Nesse sentido, em 2016 o Estado repassou às instituições de educação superior legalmente habilitadas a importância de R\$ 54 milhões, o equivalente a 1,28% do mínimo constitucional a ser aplicado na educação.

Aplicação conforme o artigo 170 da Constituição Estadual (R\$ milhões)

Especificação	2016
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (RLI)	17.042,28
Mínimo a ser aplicado na manutenção do ensino (25% da RLI)	4.260,57
Valor mínimo a ser aplicado - art. 170 da CE/89 e Lei Complementar nº 281/05 (5% dos 25% da RLI = 1,25% da RLI)	213,03
APLICAÇÃO ¹	
Subação 006302 - Bolsa de estudo para estudante de ensino superior –art. 170/CE	40,76
Subação 009785 – Cursos Estratégicos do Programa Estadual de Desenvolvimento Regional – SED - PROESDE	10,89
Subação 0012882 - Bolsa de pesquisa para estudantes do ensino superior - Art 170/CE	3,08
Total aplicado - art. 170 da CE/89	54,72
Percentual aplicado	1,28%
Insuficiência de aplicação	-158,31

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Portal Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina.

¹ Nota: Valores empenhados da Unidade Gestora 450001 – Secretaria de Estado da Educação.



Também a Constituição do Estado de Santa Catarina, no artigo 171, estabelece que a lei disciplinará as formas de apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior que as instituições privadas deverão prestar sempre que se beneficiarem de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais, e de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do Poder Público estadual.

Nesse sentido, a Lei Complementar Estadual nº 407/2008 criou o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (FUMDES). Tal fundo é constituído de contribuições realizadas por empresas privadas beneficiárias de incentivos financeiros ou fiscais concedidos no âmbito de programas estaduais.

A lei estabeleceu ainda que os recursos arrecadados pelo FUMDES deverão ser destinados ao pagamento de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária para alunos que cursaram todo o ensino médio em unidade escolar da rede pública ou em instituição privada, com bolsa integral, e que residam há dois anos no Estado de Santa Catarina. A lei ainda permite que os recursos não utilizados sejam aplicados em ações que promovam e ampliem o atendimento no ensino médio, conforme o parágrafo único do artigo 5º.

Aplicação conforme o artigo 171 da Constituição Estadual (R\$ milhões)

Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)	2016	2015
Receitas ²		
1.7.3.0.05.03.00 - Transferências De Instituições Privadas - Fundo Educação Superior	46,23	52,52
9.7.3.0.05.03.00 - *Dedução Transferências de Instituições Privadas-Fundo Educação Superior	(0,0001)	(0,0530)
Total de Receitas	46,23	52,47
Despesas ³		
10748 - Bolsa de estudo para estudante da educação superior - Art 171/CE	(42,46)	(40,26)
5311 - Aquisição de equipamento e material permanente – UDESC	(0,12)	
12100 - Expansão da UDESC para o município de Pinhalzinho	(1,91)	

² Nota: Considerado valores apenas das Transferências Correntes para a Unidade Gestora 450001, Fonte de Recursos 0.265, nas Sublínhas 1.7.3.0.05.03.00 e 9.7.3.0.05.03.00.

³ Nota: Foram utilizados os valores das respectivas Subações tendo como base a Fonte de Recursos 0.265.



Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)	2016	2015
5318 - Aquisição, construção e reforma de bens imóveis - UDESC/São Bento do Sul	(1,08)	
10249 - Implantação ou ampliação de campi da UDESC		(1,39)
1172 - Administração de pessoal e encargos - ensino fundamental – SED		(6,60)
8662 - Administração de pessoal e encargos sociais - ensino médio – SED		(1,60)
4975 - Aquisição de serviços e equipamentos na área de telecomunicação - UDESC	(0,19)	
Total de Despesas	(45,76)	(49,86)
Percentual de aplicação	98,99%	95,02%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Portal Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina.

Verifica-se que, visando ao cumprimento do disposto no artigo 171 da Constituição Estadual, Santa Catarina aplicou na educação superior em 2016 a importância de R\$ 45,76 milhões, o equivalente a 98,99% da receita arrecadada pelo FUMDES.

Atenciosamente,

Edir Seemund
Gerente de Políticas e Programas de Educação Superior
Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional – DIPE



PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

NOTAS EXPLICATIVAS - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS							
EMPRESA	MEP		Método de Custo		Adiantamento p/ Aumento de Capital	% DE PART. NO CAPITAL SOCIAL	DATA-BASE ÚLTIMO BALANÇO UTILIZADO
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			
EMPRESAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (NÃO INTEGRAM O BALANÇO CONSOLIDADO)							
SC Participações	150.991	96.859	-	-	370.586	99,99%	30/09/2016
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	804.000	791.272	-	-	36.931	64,21%	30/09/2016
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	280.941	276.084	-	-	-	51,82%	30/09/2016
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	1.620	2.209	-	-	-	99,71%	30/09/2016
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	759	11	-	-	29.596	100,00%	30/09/2016
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	450.200	455.110	-	-	26.598	98,75%	30/09/2016
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	5.649	6.083	-	-	-	93,91%	30/09/2016
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	436.485	451.865	-	-	-	20,20%	30/09/2016
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	782.622	698.753	-	-	-	33,33%	30/09/2016
Santa Catarrina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)*	-	-	-	-	0	99,50%	31/12/2015
Outras participações acionárias	-	-	9.261	9.261	-	-	-
Perdas Estimadas para Valor Realizável Líquido	-	-	-8.896	-8.896	-	-	-
EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES (INTEGRAM O BALANÇO CONSOLIDADO)							
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri)	1.273	23.446	-	-	-	96,28%	30/09/2016
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	-	1.212	-	-	-	96,75%	30/09/2016
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC (CIDASC)	4.571	-	-	-	-	100,00%	31/12/2015
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	-	-	-	-	-	96,10%	30/09/2016
TOTAL	2.919.111	2.802.904	365	365	463.711		

* O passivo a descoberto da Invesc S.A. em 31/12/2016 era de R\$ 6.144.349.000,00. Esse valor está registrado como riscos fiscais na unidade Encargos Gerais do Estado.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

Luiz Selhorst
Ordenador Primário - Encargos Gerais

Wanderlei Pereira das Neves
Ordenador Secundário - Encargos Gerais



PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R\$ mil

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DO ESTADO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA						
EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO			INVESTIMENTO R\$	% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES				VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
SC Participações	999.999.999	-	999.999.999	521.577	99,99%	99,99%
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	221.413.722	237.722.771	459.136.493	840.931	61,93%	64,21%
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	109.209.000	-	109.209.000	280.941	51,82%	51,82%
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	87.222.118.470	-	87.222.118.470	1.620	99,71%	99,71%
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	51.657.847	-	51.657.847	30.355	100,00%	100,00%
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	24.081.382	-	24.081.382	476.798	98,75%	98,75%
Catarina (CEASA)	11.959.656	-	11.959.656	5.649	93,91%	93,91%
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	7.791.010	191	7.791.201	436.485	50,18%	20,20%
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)*	-	-	-	782.622	33,33%	33,33%
Santa Catarrina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)	199.000	-	199.000	-	99,50%	99,50%
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri)	124.988.712	-	124.988.712	1.273	96,28%	96,28%
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	3.276.713	137.160	3.413.873	-	96,62%	96,74%
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	32.300.207	-	32.300.207	-	96,10%	96,10%
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC (CIDASC)	37.416.480	-	37.416.480	4.571	100,00%	100,00%
Outras participações acionárias	-	-	0	9.261	-	-
Perdas Estimadas para Valor Realizável Líquido	-	-	0	-8.896	-	-
TOTAL				3.382.822	-	-

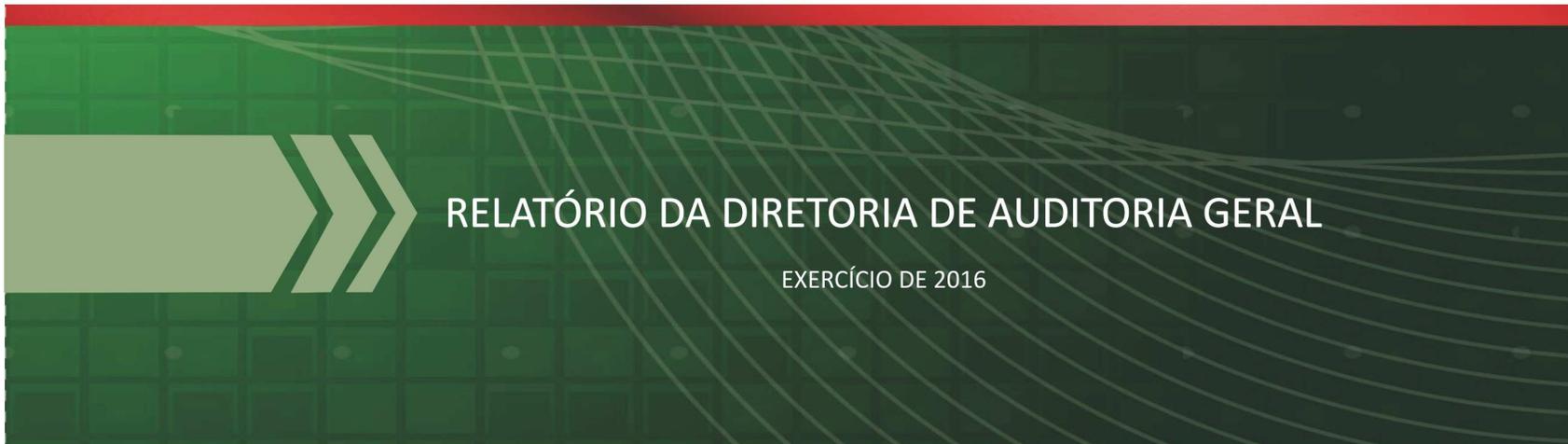
* O BRDE é uma autarquia especial interestadual criada pelos Estados da Região Sul portanto não tem seu capital dividido em ações.

Itamar Bezerra de Melo
Diretor Administrativo e Financeiro - DIAF - SEF SC

Paulo Sérgio de Souza
Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade - GEAF - SEF SC



DIRETORIA DE AUDITORIA GERAL



Secretaria de Estado da Fazenda







1. APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda apresenta à **Assembleia Legislativa de Santa Catarina** e ao **Tribunal de Contas de Santa Catarina** o Relatório da Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, núcleo técnico do Sistema de Controle Interno, consoante com o disposto no art. 62 da Constituição Estadual e no art. 5º do Decreto nº 2.056 de 20 de janeiro de 2009.

O trabalho está organizado e dividido nos seguintes capítulos:

1. Apresentação;
2. Sistema de Controle Interno do Poder Executivo;
3. Análise da execução dos programas de governo
4. Atividades desenvolvidas pela Diretoria de Auditoria Geral no exercício de 2016;
5. Consolidação dos resultados decorrentes das ações da DIAG

2. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

Neste tópico, a Diretoria de Auditoria Geral apresenta o **Sistema de Controle Interno do Poder Executivo**, evidenciando a evolução histórica do órgão central, sua estrutura organizacional,

finalidade, competências e corpo técnico, bem como da avaliação das unidades de controle interno setoriais e seccionais.

No Estado de Santa Catarina, o Sistema de Controle Interno - SCI foi instituído, no âmbito do Poder Executivo, sob a forma de sistema administrativo, por meio da Lei Complementar – LC nº 284, de 28 de fevereiro de 2005. Atualmente o SCI tem suas regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007 e decretos.

Referida LC estabeleceu o novo modelo de gestão para a Administração Pública Estadual, definindo a Secretaria de Estado da Fazenda - SEF como órgão central do sistema e as Diretorias de Auditoria Geral - DIAG e de Contabilidade Geral - DCOG, como núcleos técnicos.

Estabeleceu também que o controle das atividades deve ser exercido em todos os níveis, pelas chefias imediatas, compreendendo a execução dos programas, projetos e ações, e a observância das normas inerentes à atividade específica do órgão ou da entidade vinculada ou controlada e, pelos órgãos de cada sistema, no cumprimento e observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades administrativas.

Para regulamentar o SCI foi publicado o Decreto nº 2.056 de 20 de janeiro de 2009, que dispôs sobre as competências do órgão central, dos núcleos técnicos e das respectivas unidades administrativas responsáveis pelas atividades de controle interno.

Tal Decreto dispõe que o Sistema Administrativo de Controle Interno da administração pública estadual tem por finalidades normatizar, coordenar, supervisionar, regular, controlar e fiscalizar a operacionalização das atividades de controle interno no



âmbito do Poder Executivo, cabendo-lhe, conforme dispõe o art. 62 da Constituição Estadual:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial em órgãos e entidades da administração pública estadual e quanto à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, direitos e haveres do Estado; e

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Para atingir suas finalidades, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual tem sua estrutura assim definida:

I – Órgão Central: a Secretaria de Estado da Fazenda por meio das diretorias de Auditoria Geral e de Contabilidade Geral.

II – Órgãos Setoriais: as unidades administrativas responsáveis pelas atividades de controle interno nas Secretarias de Estado Setoriais.

III – Órgãos Setoriais Regionais: as unidades administrativas responsáveis pelas atividades de controle interno nas ADR's.

IV – Órgãos Seccionais: as unidades administrativas responsáveis pelas atividades de controle interno nas entidades da administração indireta.

As competências do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, a Secretaria do Estado da Fazenda, dispostas no art 4º do Decreto nº 2056/09 são:

I - estabelecer diretrizes, normas e procedimentos de controle interno para operacionalizar as atividades e promover a integração entre os órgãos integrantes do Sistema;

II - determinar a realização de auditorias a pedido do Governador, Secretários de Estado ou dirigentes de entidades da administração indireta;

III - incentivar o treinamento e a especialização em matéria orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de controle interno;

IV - articular-se com os Poderes Legislativo e Judiciário e com o Ministério Público estadual, no sentido de uniformizar a interpretação das normas e procedimentos relacionados ao Sistema;

V - aprovar o Plano Anual de Atividades da Diretoria de Auditoria Geral - PAA/DIAG, da Secretaria de Estado da Fazenda - SEF; e

VI - dar ciência ao controle externo sobre irregularidades constatadas, após adequadamente apuradas.

O Decreto nº 1.670, de 8 agosto de 2013, por sua vez, prevê que os titulares ou dirigentes máximos dos órgãos da administração direta e das entidades autárquicas e fundacionais do Poder Executivo estadual deverão designar, por meio de portaria, o servidor público responsável pelo controle interno, que deverá ser



detentor de cargo efetivo, lotado ou em exercício no órgão ou entidade.

A regra acima não se aplica ao órgão ou à entidade autárquica e fundacional que possua ou venha a criar Função Técnica Gerencial (FTG) ou Funções Gratificadas (FG) com atribuições de controle interno ou auditoria, vinculados ao titular ou dirigente máximo, que responderá como órgão setorial, setorial regional ou seccional do Sistema Administrativo de Controle Interno, observado o princípio da segregação de funções.

Referido decreto ainda dispõe que a unidade administrativa responsável pelo controle interno dos órgãos setoriais e seccionais é o gabinete do titular ou dirigente máximo do órgão ou da entidade, junto ao qual o servidor designado como responsável exercerá suas funções.

2.1 A Diretoria de Auditoria Geral – DIAG

2.1.1 – Evolução Histórica

Até 1996 a Divisão de Auditoria, vinculada à Coordenação de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria da Secretaria de Estado da Fazenda, era a estrutura administrativa responsável por planejar, programar, organizar, coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas com o Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria. Tal Coordenação era subordinada diretamente ao Gabinete do Secretário.

Naquele ano, com a publicação do Decreto nº 1.168/96, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria da Fazenda, foi instituída a Diretoria de Auditoria Geral, órgão normativo do Sistema de Administração Contábil e Auditoria, com a competência de programar, coordenar, orientar e incrementar atividades de auditoria ou a ela relacionadas nos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como nas empresas cujo capital social pertença majoritariamente ao Estado. A Diretoria possuía uma única Gerência, de Auditoria de Contas Públicas – GEAUP.

Em 2000, com a publicação da Lei nº 11.497, foi criado o cargo de Gerente de Controle de Prestação de Contas e a Diretoria ficou então estruturada em 2 Gerências distintas. Competia à Gerência de Auditoria de Contas Públicas a execução das atividades de avaliação do controle interno das contas públicas estaduais e à Gerência de Controle de Prestação de Contas o desenvolvimento de atividades relativas à análise, fiscalização, orientação, controle e acompanhamento das prestações de contas dos recursos financeiros repassados pelo Estado aos municípios e às organizações de direito privado sem fins lucrativo, a título de convênio, subvenção, auxílio e contribuição.

O Sistema Administrativo de Controle Interno foi criado com a edição da Lei Complementar nº 284, em 28 de fevereiro de 2005, sendo a Secretaria da Fazenda o órgão central deste Sistema e as suas Diretorias de Auditoria Geral e de Contabilidade Geral os 2 núcleos técnicos, segundo as suas competências. Tal Lei ainda instituiu as Gerências de Auditoria de Atos de Pessoal – GEAPE, a Gerência de Auditoria de Contratos – GEAUC, bem como modificou o nome da Gerência de Controle de Prestação de Contas para Gerência de Auditoria de Recursos Antecipados – GERAN e manteve a Gerência de Auditoria de Contas Públicas – GEAUP, ficando assim a Diretoria organizada em 4 Gerências. Estas alterações foram



introduzidas ao Regimento Interno da Secretaria da Fazenda em 2005 com a publicação do Decreto nº 3.874/05.

Em 2007 tais disposições ficaram mantidas quando da edição da Lei Complementar nº 381, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual vigente atualmente.

Em 2011 a Lei Complementar nº 534, que alterou a LC 381/07, alterou a nomenclatura das Gerências para Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio - GEAUD, Gerência de Auditoria de Pessoal - GAPES, Gerência de Auditoria de Licitações e Contratos - GEALC, mantendo a Gerência de Auditoria de Recursos Antecipados - GERAN.

Com a publicação da Lei Complementar nº 605, em 2013, foram criados mais 2 cargos na estrutura da Diretoria de Auditoria Geral, quais sejam, Gerente de Informações Estratégicas e Apoio à Gestão e Coordenadoria do Observatório da Despesa Pública.

Assim, desde 2013, a Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, um dos núcleos técnicos do Sistema Administrativo de Controle Interno, está estruturada em 5 Gerências e uma Coordenadoria.

2.1.2 – Finalidade e Competência Legal

A Diretoria de Auditoria Geral - DIAG tem por finalidade básica verificar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e

finalística dos órgãos e entidades da Administração Pública, bem como analisar a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

No cumprimento de suas competências, atuando preventivamente, a DIAG busca orientar, padronizar, racionalizar e normatizar as atividades de controle interno, visando à correta aplicação dos recursos públicos, à capacitação de servidores e à disseminação de boas práticas.

O Regimento Interno da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 2.762, de 19 de novembro de 2009, estabelece as competências da Diretoria de Auditoria Geral - DIAG e de suas gerências.

O Decreto nº 2.056/09, que regulamenta o Sistema de Controle Interno, estabelece em seu art. 5º as competências da Diretoria de Auditoria Geral, quais sejam:

I - planejar, coordenar, orientar e implementar atividades de auditoria e outras relacionadas ao controle interno nos órgãos e entidades da administração pública estadual, orientando tecnicamente e supervisionando as atividades dos órgãos setoriais, setoriais regionais e seccionais do Sistema;

II - propor normas para a padronização, racionalização e controle das ações de controle interno;

III - fiscalizar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - fiscalizar a execução de programas de governo, inclusive ações descentralizadas realizadas à conta de recursos oriundos dos orçamentos do Estado, quanto ao nível de execução das metas e objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento;



V - auditar a execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos;

VI - verificar a legalidade e legitimidade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos nos órgãos e entidades da administração direta e indireta, avaliando seus resultados quanto à eficácia, eficiência e economicidade, bem como a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas, com ênfase no controle prévio;

VII - avaliar resultados alcançados por dirigentes de órgãos e entidades da administração pública, conforme suas finalidades e objetivos, sem prejuízo de outros controles a que estejam submetidos;

VIII - fiscalizar o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;

IX - realizar auditorias em fundos especiais instituídos por lei estadual de que o Estado seja partícipe quanto aos seus recursos, bem como em qualquer empresa de que o Estado seja acionário direta ou indiretamente;

X - fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos de outros entes e dos recursos repassados pelo Estado aos municípios, desde que não derivados de obrigação constitucional, e a entidades ou organizações em geral, dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado, que recebam transferências à conta do orçamento do Estado, a qualquer título;

XI - coordenar a elaboração do Plano Anual de Atividades da Diretoria de Auditoria Geral - PAA/DIAG;

XII - planejar e programar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado - TCE, a realização de

auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, de recursos humanos e de gestão;

XIII - aprovar, conjuntamente com a gerência competente, pareceres, informações e orientações técnicas;

XIV - aprovar, conjuntamente com a gerência competente, relatório e certificado de auditoria nas tomadas de contas especiais instauradas por órgãos da administração direta e indireta, inclusive nas determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE;

XV - coordenar as atividades que exijam ações integradas dos auditores internos do Poder Executivo e dos órgãos setoriais, setoriais regionais e seccionais do Sistema, com vistas no aprimoramento e disciplinamento de suas atividades;

XVI - estabelecer mecanismos de acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária, financeira e patrimonial que facilitem o controle e o equilíbrio das finanças públicas;

XVII - promover o desenvolvimento de sistemas e métodos de auditoria preventiva e concomitante, acompanhando o desenvolvimento e a implementação de outros sistemas informatizados que auxiliem o controle interno no exercício de suas funções;

XVIII - examinar a observância a normas gerais da legislação federal aplicável, à legislação estadual específica e a normas correlatas;

XIX - fiscalizar a aplicação e o cumprimento das normas previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio 2000;

XX - avaliar o controle interno dos órgãos e entidades auditadas;



XXI - auditar processos e procedimentos que direta ou indiretamente digam respeito à arrecadação de receitas da administração direta e das entidades da administração indireta, ao gerenciamento ou à aplicação de recursos públicos;

XXII - fiscalizar a guarda e a aplicação dos recursos extra-orçamentários;

XXIII - examinar registros ou exigir prestação de contas de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que em seu nome assuma obrigações de natureza pecuniária;

XXIV - apurar denúncias relacionadas a atos ou fatos inquinados de ilegais ou irregulares praticados por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos estaduais e, quando for o caso, propor às autoridades competentes as providências cabíveis;

XXV - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure, de imediato, sob pena de responsabilidade solidária, tomada de contas especial para apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, quando verificado que não foram prestadas as contas ou que tenha ocorrido desfalque, desvio de dinheiro, de bens ou de valores públicos ou, ainda, se caracterizada prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário;

XXVI - recomendar à autoridade administrativa competente a suspensão de procedimentos ou atos administrativos até posterior análise, sempre que sua continuidade possa resultar em dano ou prejuízo ao erário;

XXVII - determinar o registro contábil da responsabilidade administrativa ou propor impugnação de despesas quando constatado que determinado ato não se coaduna com a legislação vigente ou comprovada qualquer outra irregularidade;

XXVIII - determinar o bloqueio de transferências voluntárias a órgão ou entidade quando verificado em auditoria que os recursos repassados anteriormente não atingiram a finalidade proposta;

XXIX - propor à autoridade administrativa competente, com fundamento em processo de auditoria, a instauração de sindicância ou abertura de processo administrativo disciplinar, em caso de gestão ilegal ou irregular de recursos públicos e da prática de ato de improbidade administrativa;

XXX - propor ao Secretário de Estado da Fazenda, com fundamento em processo de auditoria, a representação ao Ministério Público, em caso de gestão ilegal ou irregular de recursos públicos e da prática de ato de improbidade administrativa, quando estes atos causarem lesão ao patrimônio público ou ensejarem enriquecimento ilícito;

XXXI - fiscalizar a implementação de providências recomendadas por esta Diretoria, pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE, pelo Tribunal de Contas da União - TCU e pelos demais órgãos de fiscalização;

XXXII - realizar trabalhos de auditoria decorrentes de acordos com organismos nacionais e internacionais;

XXXIII - propor instruções normativas para disciplinar temas de sua competência, bem como propor a expedição de normas visando ao acompanhamento, sistematização, racionalização e padronização de procedimentos operacionais, controle interno, fiscalização e avaliação de gestão;



XXXIV - propor ao Secretário de Estado da Fazenda normas voltadas ao alcance e à manutenção do equilíbrio na gestão fiscal do Estado;

XXXV - promover intercâmbio com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, objetivando a atualização, implementação e uniformização de conhecimentos técnicos em assuntos de auditoria e de controle interno;

XXXVI - sugerir e promover ações de divulgação e conscientização da importância da prevenção na ocorrência de irregularidades e ilícitos administrativos nos órgãos e entidades da administração pública estadual;

XXXVII - identificar as necessidades e propor treinamentos e capacitação de servidores que executam atividades pertinentes ao controle interno;

XXXVIII - colaborar com o processo de integração dos sistemas de controle interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público estaduais;

XXXIX - propor ações voltadas à racionalização dos gastos públicos e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual;

XL - analisar, avaliar e acompanhar a análise da unidade de controle interno, prevista no inciso IV do art. 2º deste Decreto, emitida por órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, com vistas no reconhecimento de eventuais restrições para fins de estudo, normatização e implementação de práticas preventivas de controle interno; e

XLI - desenvolver outras atividades relativas ao âmbito de sua competência.

§ 1º O exercício das atribuições neste artigo, quando diretamente integrantes do rol de que trata o Anexo II - F da Lei Complementar nº 352, de 25 de abril de 2006, são privativas de servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo de auditor interno do Poder Executivo estadual.

2.1.3 – Estrutura Organizacional

Conforme citado, a Diretoria de Auditoria Geral está estruturada em 5 Gerências e uma Coordenadoria.



As competências das Gerências estão dispostas no Regimento Interno da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 2.762, de 19 de novembro de 2009. Uma nova alteração do Regimento Interno está em elaboração, havendo por parte da DIAG a sugestão de alteração das competências e nome da



Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio para Gerência de Auditoria e Coordenação das Ações de Controle.

De forma resumida, as atribuições das Gerências estão dispostas a seguir:

- Gerência de Auditoria de Pessoal – GAPES: Todos os atos de pessoal relativos aos servidores públicos, tanto em cargos efetivos quanto comissionados, aos empregados públicos estaduais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e aos profissionais admitidos em caráter temporário (ACT) são controlados pela GAPES. É responsabilidade da gerência a fiscalização e orientação de todos os órgãos e entidades do Governo do Estado, a gestão de pessoas e o monitoramento das despesas com a folha de pagamento dos 145 mil servidores estaduais ativos, aposentados e pensionistas;
- Gerência de Auditoria de Licitações e Contratos - GEALC: A gerência tem como atribuição fiscalizar e orientar os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta quanto aos processos licitatórios e sua dispensa ou inexigibilidade, além da execução dos respectivos contratos. O trabalho é pautado pelo zelo à lisura dos procedimentos e pela correta aplicação dos recursos públicos, bem como a obediência aos princípios básicos da administração pública, como a legalidade, moralidade, economicidade, impessoalidade, eficiência e publicidade;
- Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio – GEAUD: Responsável pela orientação, fiscalização, controle e acompanhamento do controle interno das despesas de custeio no âmbito da Administração Pública Estadual. Atua no fortalecimento do controle e fiscalização dos gastos que fazem a estrutura do Governo do Estado funcionar como, por

exemplo, água, energia elétrica, correio, telefone e veículos, tendo como meta garantir a legalidade, legitimidade e economia dos gastos com recursos públicos. A GEAUD também controla a gestão dos bens móveis e imóveis do Estado de Santa Catarina e atua no monitoramento da regularidade das unidades gestoras estaduais para mantê-las aptas ao recebimento de recursos federais;

- Gerência de Auditoria de Recursos Antecipados – GERAN: Gerencia os recursos repassados pelo Estado a municípios e entidades sem fins lucrativos, por meio de convênios e instrumentos congêneres, por meio de orientação, controle e acompanhamento. Também atua no monitoramento da regularidade das unidades gestoras estaduais para mantê-las aptas ao recebimento de recursos federais. A GERAN ainda acompanha e orienta os órgãos do Governo sobre os recursos repassados por meio de adiantamento, como diárias de viagem e despesas de pronto pagamento;
- Gerência de Informações Estratégicas e Apoio à Gestão – GEDIN: unidade técnica especializada em levantamento e análise de informações estratégicas, a partir do uso de tecnologia de informação, com a produção de dados que cominem em ações investigativas de controle e em ações de eficiência gerencial;
- ODP.Santa Catarina: utiliza um sistema avançado de análise de informação sobre os gastos públicos. Desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU) em parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o ODP é considerado a “malha fina” das despesas públicas, uma vez que produz informações para trilhas de auditoria, bem



como para produção de informações gerenciais e estratégicas.

2.1.4 – Corpo Técnico

O cargo de Auditor Interno do Poder Executivo integra o Quadro de Servidores da Secretaria do Estado da Fazenda, sendo de provimento efetivo, inerente ao desenvolvimento privativo das atribuições técnicas de auditoria para cujo exercício é exigida a graduação em nível superior com habilitação profissional em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Direito, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

As descrições e especificações do Cargo de Auditor Interno do Poder Executivo encontram-se dispostas no Anexo II – F da Lei Complementar nº 687, de 21/12/2016.

Até 2004 o Estado de Santa Catarina possuía um quantitativo de 10 Auditores Internos, todos lotados na Secretaria da Fazenda, conforme disposto no Anexo I do Decreto nº 2.025, de 25/07/04, que fixava os quantitativos de cargos integrantes dos Quadros do Poder Executivo Estadual.

Com a publicação da Lei Complementar nº 275, que instituiu o plano de carreira, cargos e vencimentos da Secretaria de Estado da Fazenda, em 23 de dezembro de 2004, o quantitativo de cargos de Auditor Interno do Poder Executivo foi ampliado para 50, possibilitando a realização de concurso público.

Em 2007, o Decreto nº 983, que regulamentou a Lei Complementar nº 352, de 25/04/2006, ampliou o quantitativo para 75 cargos de Auditor Interno. Tal quantitativo foi reduzido para 72,

em 2009, com a edição do Decreto nº 2.708. Por fim, as Leis Complementares nº 534/2011 e nº 687/2016 extinguíram 20 e 13 cargos, respectivamente, à medida que vagarem.

O último concurso para provimento das vagas foi finalizado no início de 2006 e as nomeações de 66 novos Auditores Interno aconteceram entre setembro de 2006 e abril de 2009.

Atualmente 63 Auditores Internos são lotados na Diretoria de Auditoria Geral, sendo que 49 Auditores exercem suas atividades na DIAG e 14 Auditores em outras áreas na Secretaria da Fazenda ou em outros órgãos e entidades.

Além dos Auditores Internos, a DIAG tem em seu quadro de servidores 2 Analistas da Receita Estadual, 2 Analistas Técnicos de Gestão Pública, 3 terceirizados e 2 estagiários, exercendo suas atividades conforme detalhado no quadro abaixo:

Cargos	GAB	GEAUD	GEALC	GERAN	GAPES	GEDIN	SOMA
Diretor	1	-	-	-	-	-	1
Chefe Gab / Gerente	1	1	1	1	1	1	6
AIPEs (Auditor Interno)	4	9	9	8	8	3	41
Analistas	3	-	-	-	-	1	4
Estagiários	2	-	-	-	-	-	2
Terceirizados	3	-	-	-	-	-	3
TOTAL	14	10	10	9	9	5	57



2.2 Avaliação das Unidades de Controle Interno

No exercício de 2016, com o objetivo de avaliar a estrutura das unidades de controle interno – UCIs - e o perfil dos responsáveis, uma equipe de Auditores visitou 38 órgãos/entidades da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, representando 62 unidades gestoras – UGs.

A avaliação foi realizada por meio de inspeções *in loco* e entrevistas com aplicação de questionário que possibilitou a tabulação dos dados.

A avaliação das Agências de Desenvolvimento Regional – ADRs foi feita mediante respostas aos questionários enviados por e-mail.

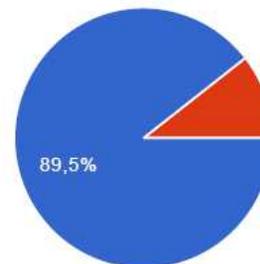
UCIs, exceto ADRs	50	ADRs com UCI**	34
Unidades visitadas	38*	Questionários respondidos	28
% de unidades visitadas	76%	% de questionários respondidos	83%
* Representam 62 UGs			
** Total de 35 ADRs			

2.2.1 - Avaliação dos órgãos, fundos e entidades

Existência de responsável pelo controle interno

Das 38 UCIs visitadas, todas possuem responsável pelo controle interno, considerando que na estrutura da Epagri e da Cidasc o controle interno é realizado pelo setor de auditoria interna.

Designação formal do responsável pelo controle interno



Sim	34	89,5%
Não	4	10,5%

Das quatro UCIs que não possuíam designação formal, uma se encontrava em transição dos titulares, fato já sanado, e duas possuem unidade de auditoria responsável pelo controle interno (Epagri e Cidasc).

Tipo de função recebida pelo responsável pelo Controle Interno

Função	Incidência	Porcentagem
FC1 - R\$ 335,98	17	45%
Outro	5	13%
FC2 - R\$ 252,61	4	10,5%
Sem cargo/função	4	10,5%
FTG1 - R\$ 1.512,00	3	8%
FTG3 - R\$ 1.080,00	3	8%
FC3 - R\$ 209,68	1	2,5%
FTG2 - R\$ 1.296,00	1	2,5%
Total Geral	38	100%

Conclui-se que mais da metade (58%) dos responsáveis pelo controle interno recebe valor igual ou inferior à FC1 de R\$ 335,98 e quatro responsáveis (11%) não recebem gratificação pelo exercício



da função, contrariando o Decreto nº 1.670/2013 (art. 1º, § 3) que dispõe que o responsável pelo controle interno deverá ser servidor público detentor de cargo efetivo, lotado ou em exercício no órgão ou na entidade autárquica e fundacional, ao qual caberá a percepção de Função de Chefia (FC), dentre aquelas fixadas no Decreto nº 679, de 1º de outubro de 2007, e alterações posteriores.

Em relação às FTGs e outros, 7 correspondem a normativos próprios do órgão/entidade, e 5 provêm de funções não relacionadas ao controle interno.

Quantidade de pessoas que atuam nas UCIs

Qtd. Servidores	UCI	%
1	28	74%
2	1	3%
3	3	8%
4	2	5%
5	3	8%
6	1	3%
Total UCIs	38	100%

Das 38 UCIs visitadas, 28 (74%), atuam apenas com um servidor, o próprio responsável pelo controle interno. As demais UCIs possuem entre dois e seis servidores.

Grau de escolaridade dos servidores que atuam nas UCIs

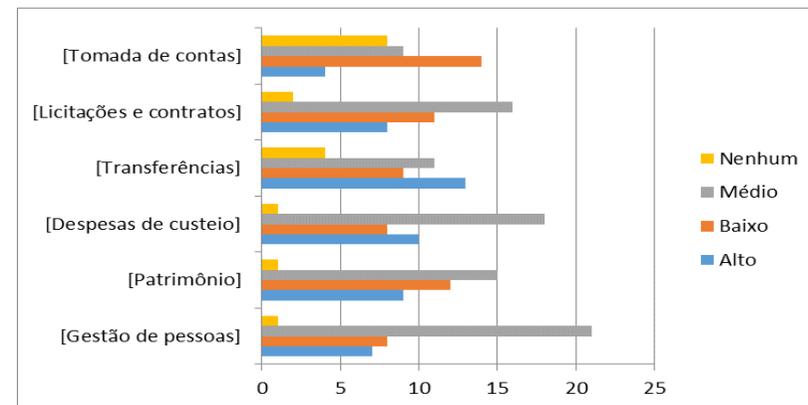
Escolaridade	Incidência
Nível médio	1 3%
Superior incompleto	4 10%
Superior completo, pós-graduação	33 87%
Total Geral	38 100%

Verifica-se que quase totalidade das UCIs é composta por servidores que possuem curso superior completo ou pós-graduação.

Formação predominante dos servidores que atuam nas UCIs

No momento das inspeções, a formação dos servidores das UCIs concentrava-se nos cursos de ensino superior de Administração, Ciências Contábeis, Direito e Economia.

Nível de conhecimento do responsável pelo controle interno



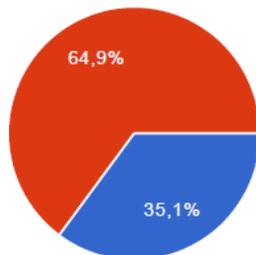
Os responsáveis pelo controle interno autoavaliaram seus conhecimentos nos temas afetos ao controle interno, objetivando aferir as áreas com carência de domínio e necessidade de capacitação.

Observa-se que nos temas gestão de pessoas, patrimônio, despesas de custeio e licitações os responsáveis pelo controle interno se autoavaliam com conhecimentos médios; no tema



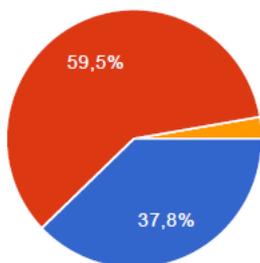
tomada de contas especial predomina autoavaliação de baixo conhecimento, no tema transferências, predomina o alto conhecimento.

Tempo de atuação do responsável na UCI



Menos de um ano	13	35.1%
Um ano ou mais	24	64.9%

Participação dos membros do controle interno em outras atividades

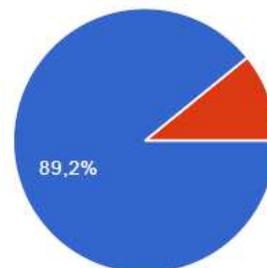


Sim	14	37.8%
Não	22	59.5%
Alguns	1	2.7%

Das UCIs visitadas, 38% possuem servidores do controle interno que exercem atividades paralelas às de controle, não

pertencentes ao rol de atribuições legais ou em inobservância ao princípio da segregação de funções.

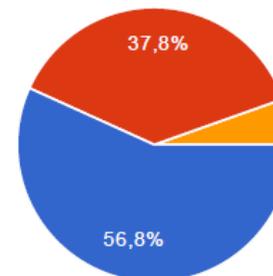
Utilização dos manuais disponíveis no site da SEF



Sim	33	89.2%
Não	4	10.8%

A grande maioria das unidades de controle interno utiliza os manuais e materiais disponibilizados pelo órgão central no site da SEF.

Relacionamento predominante com o titular do órgão ou entidade

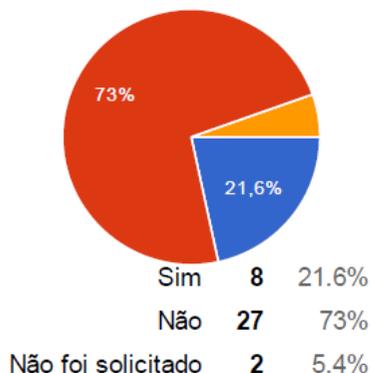


Pessoal	21	56.8%
Por meio de assistentes ou subordinados	14	37.8%
Apenas por comunicação formal	2	5.4%
Não existe interação com o titular	0	0%



Em apenas metade das UCIs o responsável pelo controle interno se reporta diretamente ao titular do órgão ou entidade. Nas demais, o relacionamento ocorre por meio de assistentes ou subordinados hierárquicos ao titular.

Solicitações a outros setores não atendidas



Contata-se que 73% das UCIs não tiveram suas solicitações de informações ou de documentos atendidas por outros setores do mesmo órgão/entidade, contrariando o disposto no art. 4º do Decreto nº 1.670/2013 que em seu §1º dispõe que os órgãos e as entidades deverão fornecer as informações solicitadas pelos responsáveis pelo controle interno, no prazo de 30 (trinta) dias, inclusive franqueando acesso a todas as áreas, assim como aos documentos, valores, registros, livros e sistemas informatizados necessários ao desenvolvimento das atribuições.

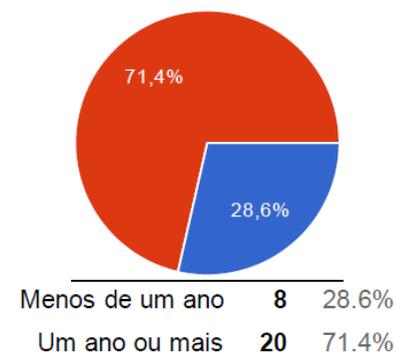
2.2.2 - Avaliação das Agências de Desenvolvimento Regional - ADRs

O Estado possui 35 ADRs, sendo que no momento da pesquisa uma delas não possuía responsável designado pelo controle interno. Foram respondidos 28 questionários.

Designação formal do responsável pelo controle interno

Todos os responsáveis pelo controle interno das 28 ADRs que responderam ao questionário possuem portaria de designação.

Tempo de atuação do responsável pelo controle interno





Tipo de função recebida pelo responsável pelo Controle Interno

FC	Incidência	
FC1 - R\$ 335,98	14	50%
FC2 - R\$ 252,61	4	14%
FC3 - R\$ 209,68	2	7%
Sem cargo/função	8	29%
Total Geral	28	100%

Verifica-se que 71% dos responsáveis pelo controle interno das ADRs recebe valor igual ou inferior à FC1 de R\$335,98 e que 29% não recebem a Função de Chefia, contrariando o Decreto nº 1.670/2013 (art. 1º, § 3) que dispõe que ao responsável pelo controle interno caberá a percepção de Função de Chefia (FC), dentre aquelas fixadas no Decreto nº 679, de 1º de outubro de 2007, e alterações posteriores.

Quantidade de servidores que atuam nas UCIs

Qtd. Servidores	UCIs	%
1	27	96%
2	1	4%
Total UCIs	28	100%

Com exceção de uma ADR, observa-se as UCIs são compostas apenas pelo responsável.

Grau de escolaridade dos servidores que atuam na UCI

Escolaridade	Incidência	
Pós-graduação	22	78,5%
Superior completo	3	11%
Superior incompleto	2	7%
Nível médio	1	3,5%
Total Geral	28	100%

Verifica-se que 90% dos responsáveis pelo controle interno possuem curso de graduação completo ou pós-graduação.

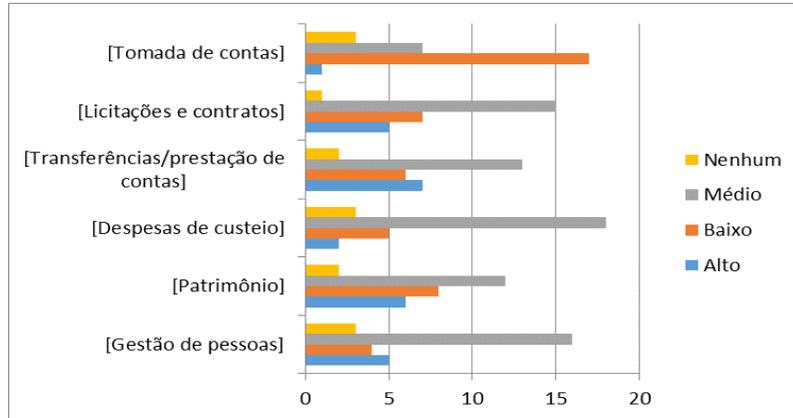
Formação dos servidores que atuam nas UCIs

Formação	Incidência	
Pedagogia	12	43%
Ensino Médio	1	3,5%
Administração	1	3,5%
Ciências contábeis	1	3,5%
Outros - área educação	10	36%
Diversos	3	10,5%
Total Geral	28	100%

Constata-se que Pedagogia é a formação de 43% dos responsáveis pelo controle interno que atuam nas ADRs; 36% possuem graduação em cursos da área da educação e 17,5% possuem graduação em cursos diversos.

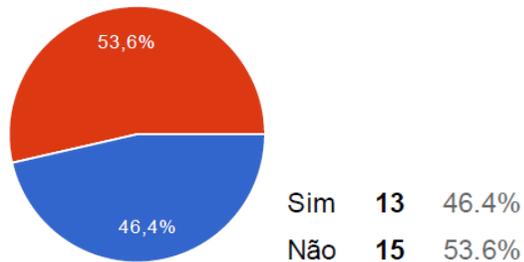


Nível de conhecimento do responsável pelo controle interno



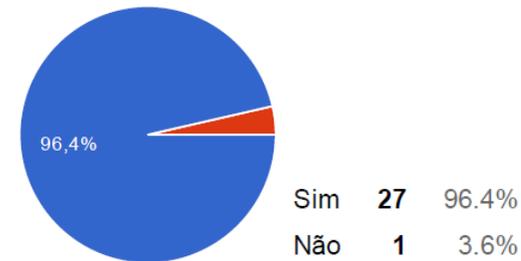
Conclui-se que a área mais carente de conhecimentos é em tomada de contas especial. Nos demais temas os responsáveis se autoavaliaram com conhecimentos médios.

Participação dos membros do controle interno em outras atividades

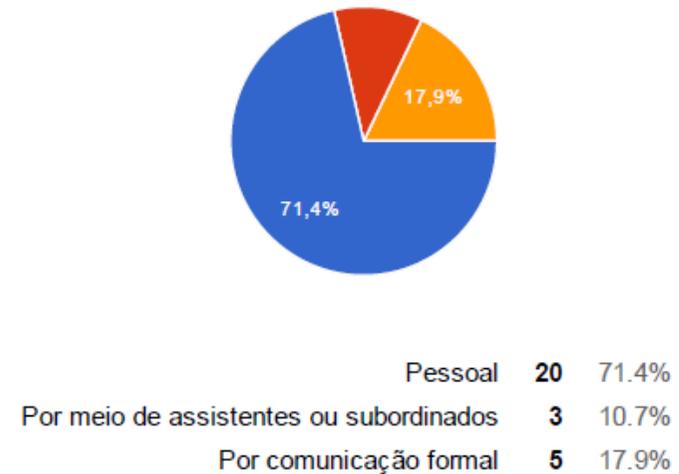


Verifica-se que quase metade dos responsáveis pelo controle interno das ADRs realiza outras atividades, como no setor financeiro, de análise de prestações de contas ou participação em comissões.

Utilização dos manuais disponíveis no site da SEF



Relacionamento predominante com o titular do órgão ou entidade





Solicitações a outros setores não atendidas

Não houve negativa de fornecimento de informações ou documentos por outros setores, sendo que 6 ADRs declararam que não ter realizado nenhuma solicitação.

FTG1 - R\$ 1.512,00	3	4,5%
FTG3 - R\$ 1.080,00	3	4,5%
FTG2 - R\$ 1.296,00	1	2%
Total Geral	66	100%

2.2.3 - Avaliação consolidada do Controle Interno no Estado

Com o objetivo de uniformizar a análise acerca das UCIs no Estado, apresenta-se abaixo os dados condensados de todos os órgãos visitados.

Designação do responsável pelo controle interno

Das 90 unidades gestoras analisadas, 4 não possuem portaria de designação do responsável pelo controle interno.

Tipo de função recebida pelo responsável pelo controle interno

A maioria dos responsáveis pelo controle interno, 64%, recebe valores iguais ou inferiores à FC1 de R\$ 335,98. Verifica-se que 18% não recebe nenhuma gratificação pelo exercício da função, em desacordo com o estabelecido no Decreto nº 1.670/2013.

FC	Incidência	
FC1 - R\$ 335,98	31	47%
Sem cargo/função	12	18%
FC2 - R\$ 252,61	8	12%
Outro	5	8%
FC3 - R\$ 209,68	3	4,5%

Quantidade de pessoas que atuam na unidade de controle interno

A grande maioria das UCIs atua com apenas um servidor. As unidades que atuam com três ou mais servidores são: PC, PM, Cidasc, SJC, IPREV, Udesc, Deinfra, SED e SES.

Qtd. Servidores	UCI	
1	55	83%
2	2	3%
3	3	5%
4	2	3%
5	3	5%
6	1	2%
Total UCIs	66	100%

Grau de escolaridade dos servidores que atuam nas UCIs

A maioria das UCIs é composta por servidores que possuem curso de pós-graduação universitária ou curso de nível superior.

Formação dos servidores das UCIs

Considerando as 38 UCIs visitadas e as 28 ADRs que responderam ao questionário, observa-se que a maioria dos responsáveis pelo controle interno possui formação em pedagogia,



devido às lotações de origem nas Gerências de Educação das ADRs. Seguem-se os cursos de Ciências Contábeis, Economia, Administração e Direito.

Nível de conhecimento nos temas de controle interno

Contata-se que a área mais carente de conhecimentos é Tomada de Contas Especial. Nos demais temas, os responsáveis se autoavaliaram com conhecimentos médios.

Participação dos membros da UCI em outras atividades

Verifica-se que cerca de 41% dos servidores que trabalham nas UCIs participam de outras atividades ou comissões, o que é vedado pelo Decreto nº 1.670/2013.

Utilização dos manuais disponibilizados no site da SEF

Apenas 10% dos órgãos/entidades afirmam não utilizar os manuais disponibilizados no site da SEF.

Relacionamento predominante com o titular do órgão/entidade

A maioria dos responsáveis (62%) afirma relacionar-se pessoalmente com o titular do órgão ou entidade. 27% relaciona-se por meio de assistentes ou subordinados.

Após as visitas, foram emitidos 35 Relatórios de Inspeção com o objetivo de apresentar um diagnóstico acerca de cada unidade de controle interno, para fins de aprimoramento e fortalecimento do respectivo sistema administrativo.

As informações constantes nos Relatórios de Inspeção acima citados bem como as coletadas nas entrevistas realizadas *in loco* e nos questionários enviados às ADRs serviram como base para a avaliação consolidada neste Relatório.

3. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Esta análise visa identificar a performance dos programas de governo estabelecidos pela Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016, comparando as ações planejadas e os valores das dotações iniciais estabelecidas para as mesmas com as ações efetivamente realizadas.

Programa é o instrumento que organiza as ações governamentais que visam ao alcance de resultados estabelecidos nas leis orçamentárias, em cada uma das áreas de atuação do governo, denominadas de Função de governo.

A Lei do Orçamento Anual - LOA contém o planejamento governamental para o ano definindo as ações a serem executadas, agrupadas em Programas, estabelecendo os resultados esperados e a dotação orçamentária dos mesmos, devendo explicitar os seguintes aspectos:

- a) Os objetivos a serem alcançados pelo Programa;
- b) As ações a serem realizadas para a consecução destes objetivos;



c) A fixação dos resultados esperados, estabelecendo as metas físicas e unidades de medidas que possibilitem a avaliação do alcance dos resultados;

d) As dotações orçamentárias (aspecto financeiro) relativas aos programas e às ações.

A Constituição Federal no Art.74, inciso I, replicado no Art. 62 da Constituição Estadual preveem:

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado (da União);

O disposto na Lei 16.672, de 31/7/2015, Capítulo III, art. 9º, estabelece que a estrutura da despesa nos orçamentos será feita por Função, Programa, ação e sub ação, além da classificação contábil.

Dessa forma, o critério de avaliação dos programas de governo adotado neste relatório considera as Funções e Programas de maior relevância, de acordo com sua representatividade em relação à dotação inicial estabelecida pela LOA e em relação ao valor total da despesa liquidada em 2016. Estes serão objeto de uma análise detalhada por ação e sub ação, salvo em caso de indisponibilidade de informação.

Em relação às Funções de governo foi realizado também, um comparativo considerando o período compreendido entre 2012

e 2016, visando obter uma série histórica de suas performances ao longo do tempo e identificar possíveis necessidades de ajustes.

Ressalta-se que os dados utilizados para a construção deste relatório foram extraídos do sistema SIGEF, até o dia 30/01/2017, e referem-se às despesas liquidadas no ano de 2016.

3.1 – REPRESENTATIVIDADE POR FUNÇÃO

3.1.1 REPRESENTATIVIDADE EM RELAÇÃO À LOA E EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA DESPESA LIQUIDADA POR FUNÇÃO DE GOVERNO – PERÍODO 2012 A 2016

Considerando o período compreendido entre 2012 a 2016, constata-se que das 26 funções de governo elencadas pela legislação, **9 responderam por mais de 93% do valor total** das dotações estabelecidas pelas Leis Orçamentárias Anuais – **LOA's**, a saber:

- Educação
- Previdência Social
- Saúde
- Segurança Pública
- Transporte (infraestrutura)
- Administração
- Agricultura e
- Direitos da Cidadania



As demais 17 Funções responderam por aproximadamente 7% do valor total das dotações estabelecidas na LOA.

Quando esta representatividade é analisada **em relação aos valores liquidados, as mesmas 9 funções permanecem sendo as mais representativas**, porém, a ordem de grandeza altera-se: a Previdência Social passa a ocupar o primeiro lugar, seguida da Educação, Saúde e Segurança Pública. As funções Administração e Encargos Especiais tomam o lugar da função Transporte (infraestrutura), enquanto Direitos da Cidadania ultrapassa o peso da Agricultura, e as 17 demais funções perdem representatividade, ao invés dos 6,2 a 6,8% orçados, passam a responder por entre 2,7 a 5,0% do valor total liquidado anualmente, conforme demonstrado a seguir:

Representatividade em relação a LOA e em relação ao valor total da despesa liquidada – FUNÇÃO DE GOVERNO – Período 2012/2016

FUNÇÃO GOVERNO	REPR LOA 12	REPR LIQ 12	REPR LOA 13	REPR LIQ 13	REPR LOA 14	REPR LIQ 14	REPR LOA 15	REPR LIQ 15	REPR LOA 16	REPR LIQ 16
Educação	23,4	17,7	21,8	17,3	22,2	17,4	20,2	17,0	19,0	16,4
Previdência Social	15,9	18,9	15,7	20,5	14,9	21,7	15,7	23,6	18,1	25,8
Saúde	16,7	13,8	16,4	15,3	13,6	14,0	14,5	14,2	14,2	14,6
Segurança Pública	10,2	10,2	9,6	10,9	10,5	12,5	10,1	12,1	11,6	12,7
Encargos Especiais	9,4	20,9	10,3	14,1	7,1	7,7	7,4	9,3	9,3	6,3
Administração	7,7	6,9	6,6	7,2	10,0	10,8	9,0	9,5	8,7	8,5
Transporte	4,4	3,2	6,7	3,7	9,4	5,4	9,9	4,8	6,4	5,5
Direitos da Cidadania	2,6	1,8	2,9	2,8	2,7	3,5	3,3	3,7	3,3	3,8
Agricultura	3,4	3,1	3,2	3,3	3,2	3,4	3,3	3,2	2,8	3,0
Gestão Ambiental	0,8	0,5	0,9	0,6	1,6	0,8	2,0	0,7	1,5	0,6
Reserva de Contingência	0,3	0,0	0,5	0,0	0,6	0,0	0,5	0,0	1,3	0,0
Ciência e Tecnologia	0,8	0,4	0,8	0,3	0,8	0,4	0,9	0,3	0,8	0,2
Assistência Social	0,5	0,3	0,8	0,6	0,8	0,5	0,7	0,4	0,7	0,5
Essencial à Justiça	0,0	0,3	0,1	0,5	0,1	0,3	0,1	0,3	0,7	1,0
Comércio e Serviços	0,6	0,5	0,4	0,5	0,5	0,3	0,6	0,3	0,6	0,3
Comunicações	1,2	0,4	0,5	0,5	0,4	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3
Desporto e Lazer	0,8	0,3	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,3	0,3	0,2
Trabalho	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1
Cultura	0,4	0,3	0,3	0,2	0,4	0,2	0,4	0,2	0,2	0,2
Habitación	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
Urbanismo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Relações Exteriores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saneamento	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria	0,0	0,0	1,2	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Judiciária	0,2	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100,0									

Considerando as 4 funções mais relevantes, temos as seguintes situações:

a) Educação: A representatividade dessa função tem diminuído nos últimos três anos e tem se situado entre 23% a 19% do valor do orçamento anual estabelecido pela LOA, enquanto sua efetiva realização tem representado entre 17,7% a 16,4% do valor total liquidado anual, ou seja, os valores das dotações têm sido, sistematicamente, superestimados.



EDUCAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016
Valor Liquidado	17,7	17,3	17,4	17,0	16,4
LOA	23,4	21,8	22,2	20,2	19,0

b) Previdência Social: em sentido contrário, a representatividade da função Previdência Social, em relação ao valor total orçado, tem se situado entre 14,9% a 15,9%, sendo melhor adequado em 2016, com 18,1%. No entanto, sua representatividade em relação ao valor total liquidado vem crescendo continuamente, de 18,9% em 2012 para 25,8% em 2016. Portanto, além de apresentar crescimento constante, a dotação inicial nessa função tem sido subestimada ao longo do período analisado.

PREVIDENCIA	2012	2013	2014	2015	2016
Valor Liquidado	18,9	20,5	21,7	23,6	25,8
LOA	15,9	15,7	14,9	15,7	18,1

c) Segurança Pública: de igual forma, verifica-se que a representatividade da função Segurança Pública nos orçamentos anuais, no período de 2012 a 2015, situou-se entre 9,6 a 10,5% sendo incrementada em 2016 para 11,6%, porém, ainda insuficiente em relação aos valores efetivamente realizados que situaram-se entre 10,2 a 12,7% do valor liquidado.

SEGURANÇA	2012	2013	2014	2015	2016
Valor Liquidado	10,2	10,9	12,5	12,1	12,7
LOA	10,2	9,6	10,5	10,1	11,6

d) Saúde: quanto à função Saúde constata-se que, a partir de 2014, a representatividade da mesma em relação ao valor total orçado e também em relação ao valor total liquidado tem sido bastante próximos.

SAÚDE	2012	2013	2014	2015	2016
Valor Liquidado	13,8	15,3	14,0	14,2	14,6
LOA	16,7	16,4	13,6	14,5	14,2

Cabe esclarecer que a representatividade foi calculada tendo como base apenas os valores liquidados na Função não havendo relação com a apuração dos valores aplicados para cumprimento dos percentuais mínimos previstos na Constituição (25% da receita resultante de impostos no caso da Educação e 12% no caso da Saúde).

3.1.2 ÍNDICE DE REALIZAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO – PERÍODO DE 2012 A 2016

O índice de realização das funções governamentais, consiste na verificação do percentual do valor da liquidação da despesa em relação aos valores das dotações iniciais estabelecidas pela LOA, ou seja: é o resultado do valor total liquidado por função dividido pelo valor da dotação inicial atribuída à mesma, no período compreendido entre 2012 e 2016, visando obter uma série histórica de sua performance ao longo do tempo e identificar possíveis necessidades de ajuste, conforme demonstra-se a seguir:



Índice de Realização por Função de Governo
Período compreendido entre 2012 e 2016

FUNCAO GOVERNO	2012	2013	2014	2015	2016	média
Indústria		100,0			0,0	
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Judiciária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Energia	2,6	2,6	2,9	0,0	0,4	1,7
Urbanismo	107,7	20,4	31,0	17,1	18,6	39,0
Ciência e Tecnologia	46,2	31,7	44,6	27,5	24,9	35,0
Gestão Ambiental	63,1	61,7	49,5	30,2	33,0	47,5
Saneamento	66,4	67,2	54,1	32,5	40,3	52,1
Comércio e Serviços	88,2	111,5	61,2	35,2	46,5	68,5
Trabalho	82,5	45,9	82,0	22,6	47,8	56,2
Assistência Social	66,6	63,0	63,3	45,3	59,3	59,5
Encargos Especiais	229,8	129,5	104,3	111,9	61,5	127,4
Habitação	91,5	72,5	67,0	61,9	73,8	73,3
Desporto e Lazer	43,6	75,5	94,0	49,8	77,1	68,0
Transporte	75,8	52,0	55,8	43,6	77,9	61,0
Educação	78,7	74,9	75,5	75,4	78,9	76,7
Comunicações	31,5	91,5	62,9	60,9	79,3	65,2
Administração	93,0	102,2	104,5	94,6	88,8	96,6
Saúde	86,1	88,1	99,4	87,7	93,5	91,0
Agricultura	95,1	99,1	102,2	86,9	99,1	96,5
Segurança Pública	104,0	106,6	115,2	107,7	99,2	106,5
Cultura	72,0	73,1	44,5	52,7	103,6	69,2
Direitos da Cidadania	73,6	93,9	123,0	100,8	106,7	99,6
Essencial à Justiça	3071,9	377,5	280,4	255,0	129,3	822,8
Previdência Social	122,9	123,0	139,9	135,1	129,6	130,1
Relações Exteriores	0,0	0,0	0,0	11,4	133,6	29,0
TOTAL	103,9	94,6	96,5	89,7	91,0	95,1

Constata-se que a liquidação de valores pertinentes às áreas de atuação (funções) “Direitos da Cidadania”, “Essencial à Justiça” e “Previdência Social” vem sendo realizada, sistematicamente, acima dos valores previstos. A mesma situação vinha ocorrendo com a função “Segurança Pública” e que, em 2016, apresentou um índice de realização ajustado com o valor planejado. A função “Encargos Especiais” apresentou um resultado atípico em 2016, em decorrência da suspensão dos pagamentos de financiamentos realizados com a União.

Em sentido contrário, cabe ressaltar o desempenho abaixo de 60%, considerando a série histórica, das seguintes funções: Energia, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Gestão Ambiental, Saneamento, Trabalho e Assistência Social, e ainda as funções Reserva de Contingência e Judiciária que vêm recebendo dotações sem que tenha havido a liquidação de valores correspondentes.

3.1.3 ÍNDICE DE REALIZAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO – EXERCÍCIO DE 2016

A seguir apresenta-se o índice de realização das funções governamentais em 2016, visando verificar a consonância entre o valor planejado e o liquidado e identificar possíveis necessidades de ajuste, conforme demonstra-se a seguir:



FUNCAO GOVERNO	% realização 2016
Indústria	0,0
Reserva de Contingência	0,0
Judiciária	0,0
Energia	0,4
Urbanismo	18,6
Ciência e Tecnologia	24,9
Gestão Ambiental	33,0
Saneamento	40,3
Comércio e Serviços	46,5
Trabalho	47,8
Assistência Social	59,3
Encargos Especiais	61,5
Habitação	73,8
Desporto e Lazer	77,1
Transporte	77,9
Educação	78,9
Comunicações	79,3
Administração	88,8
Saúde	93,5
Agricultura	99,1
Segurança Pública	99,2
Cultura	103,6
Direitos da Cidadania	106,7
Essencial à Justiça	129,3
Previdência Social	129,6
Relações Exteriores	133,6
TOTAL	91,0

Constata-se que algumas funções apresentaram índices de realização maiores e outras, significativamente, menores que 100%, o que significa, respectivamente, que houve valores subestimados e superestimados na elaboração do orçamento, a saber:

a) **Funções sub orçadas:**

As funções denominadas Previdência Social, Direitos da Cidadania, Essencial à Justiça, Cultura e Relações Exteriores, apresentaram índices de realização maiores que 100%, demonstrando que as despesas liquidadas foram maiores que as dotações inicialmente estipuladas para as mesmas, conforme demonstra-se na tabela a seguir:

FUNCAO GOVERNAMENTAL	DOTAÇÃO INICIAL	VALOR LIQUIDADO	DI-liquidado	% Realização
Previdência Social	4.032.370.280	5.224.458.787	-1.192.088.507	129,6
Direitos da Cidadania	727.819.185	776.870.107	-49.050.922	106,7
Essencial à Justiça	155.777.570	201.496.505	-45.718.935	129,3
Cultura	37.984.046	39.346.266	-1.362.220	103,6
Relações Exteriores	2.153.259	2.876.087	-722.828	133,6
SUB TOTAL	4.956.104.340	6.245.047.753	-1.288.943.413	126,0

Nestas funções, o **valor total subestimado** no ano de 2016 foi R\$ **1,29 bilhão**, representando uma média de execução 26% maior que o planejado. Ressalta-se que, nas três primeiras funções, este comportamento vem se repetindo, no mínimo, ao longo dos



últimos três anos, sinalizando a necessidade de ajustar os valores planejados ao histórico de realização.

b) Funções com % de realização entre 51 e 99%:

As funções relacionadas a seguir apresentaram um Índice de realização entre 51% a 99% daquele estabelecido pela LOA de 2016 apresentando uma sobra orçamentária de R\$ 2,56 bilhões em relação à dotação inicial e de R\$ 3,72 bilhões em relação à dotação atualizada. Os resultados mais expressivos em termos de valor foram os resultantes da função Educação (R\$ -892 milhões) e Encargos Especiais (R\$ -802 milhões), essa última, em decorrência da renegociação da dívida com a União.

FUNÇÃO GOVERNAMENTAL	DOTACAO INICIAL	LIQUIDADO	DI-liquidado	% REALIZAÇÃO
Segurança Pública	2.587.055.952,00	2.566.628.302,22	-20.427.649,78	99,21
Agricultura	623.477.726,00	618.094.901,93	-5.382.824,07	99,14
Saúde	3.154.296.203,00	2.950.426.909,72	-203.869.293,28	93,54
Administração	1.936.638.645,00	1.719.493.014,42	-217.145.630,58	88,79
Comunicações	72.013.977,00	57.089.494,94	-14.924.482,06	79,28
Educação	4.223.049.077,00	3.330.808.129,66	-892.240.947,34	78,87
Transporte	1.427.341.118,00	1.111.542.869,53	-315.798.248,47	77,88
Desporto e Lazer	56.534.515,00	43.581.521,35	-12.952.993,65	77,09
Habitacão	28.456.921,00	21.007.323,60	-7.449.597,40	73,82
Encargos Especiais	2.082.931.602,00	1.280.208.611,70	-802.722.990,30	61,46
Assistência Social	159.060.713,00	94.326.239,59	-64.734.473,41	59,30
sub total	16.350.856.449,00	13.793.207.318,66	-2.557.649.130,34	84,36

c) Índice de realização menor que 50%

Já as Funções denominadas Trabalho, Comércio e Serviços, Saneamento, Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia, Urbanismo e Energia apresentaram um índice de realização menor que 48% em relação ao planejamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016, apresentando uma sobra orçamentária equivalente a 454,8 milhões de reais.

FUNÇÃO GOVERNAMENTAL	DOTACAO INICIAL	LIQUIDADO	DI-liquidado	% REALIZAÇÃO
Trabalho	39.011.307,00	18.654.360,92	-20.356.946,08	47,82
Comércio e Serviços	131.309.186,00	61.109.716,94	-70.199.469,06	46,54
Saneamento	1.459.139,00	587.944,36	-871.194,64	40,29
Gestão Ambiental	341.227.337,00	112.615.833,64	-228.611.503,36	33,00
Ciência e Tecnologia	175.354.215,00	43.682.364,81	-131.671.850,19	24,91
Urbanismo	2.857.729,00	532.312,30	-2.325.416,70	18,63
Energia	754.763,00	2.861,26	-751.901,74	0,38
sub total	691.973.676,00	237.185.394,23	(454.788.281,77)	34,28

Em resumo, considerando as diferenças a maior e a menor ocorridas entre os valores orçados e realizados por função governamental, além das duas funções, “Indústria” e “Reserva de Contingência”, que tiveram valores orçados sem qualquer liquidação de valores e da função “Legislativa” que apresentou liquidação de valor sem a respectiva dotação inicial, a execução do orçamento do Poder Executivo foi de 91%, ou seja, 9 pontos percentuais menor que a dotação inicial estabelecida na LOA de



2016, correspondentes a uma sobra orçamentária anual de 2 bilhões de reais.

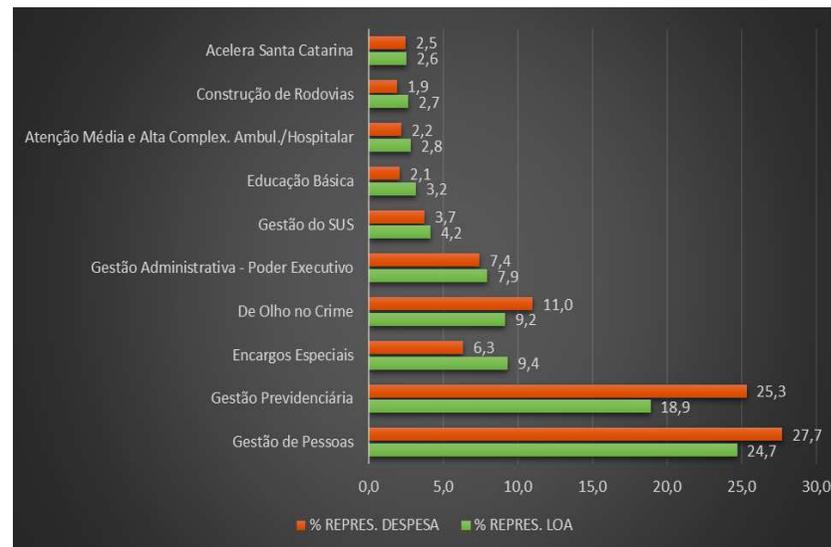
3.2 – REPRESENTATIVIDADE POR PROGRAMA

De 71 Programas para os quais constaram dotações, 10 detiveram 85% do valor total da LOA para o Poder Executivo e responderam por 90% do valor total liquidado no ano de 2016, consistindo portanto no foco da presente análise, são eles:

Programas mais representativos

PROGRAMA	% REPRES. LOA	% REPRES. DESPESA	% REALIZAÇÃO
Gestão de Pessoas	24,7	27,7	102,16
Gestão Previdenciária	18,9	25,3	121,97
Encargos Especiais	9,4	6,3	61,46
De Olho no Crime	9,2	11,0	109,28
Gestão Administrativa - Poder Executivo	7,9	7,4	85,24
Gestão do SUS	4,2	3,7	81,76
Educação Básica	3,2	2,1	59,32
Atenção Média e Alta Complex. Ambul./Hospitalar	2,8	2,2	71,69
Construção de Rodovias	2,7	1,9	66,29
Acelera Santa Catarina	2,6	2,5	87,90
subtotal	85,4	90,2	96%

Representatividade dos Programas em relação à LOA e à Despesa Liquidada

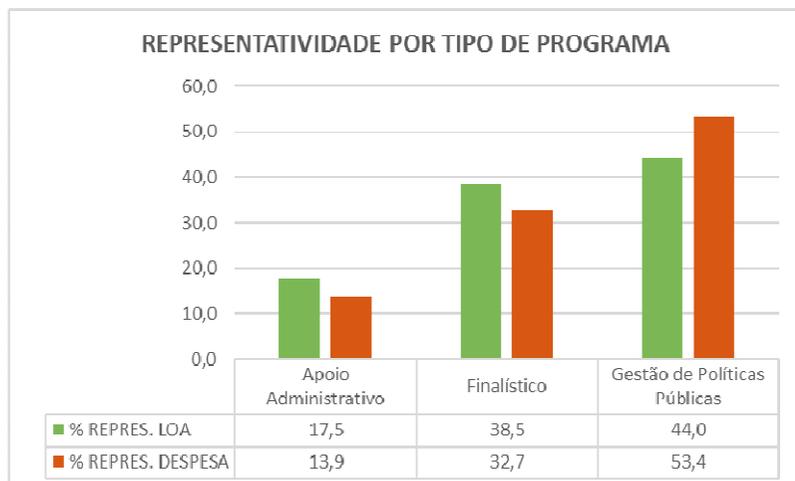


Quanto ao tipo, os programas foram classificados em Finalístico, Gestão de Políticas Públicas e Apoio Administrativo.

Quanto à representatividade exercida pelos três tipos de programas, em relação ao valor total da dotação inicial estabelecida pela LOA 2016 e pelo valor total da despesa liquidada, constata-se que a maior representatividade é daquele denominado Gestão de Políticas Públicas, seguido do tipo Finalístico e do chamado Apoio Administrativo, conforme demonstrado a seguir.



Representatividade por TIPO DE PROGRAMA em relação à LOA e à Despesa Liquidada



Observa-se que o peso atribuído pela LOA aos tipos de programa não corresponde àquele da realização da despesa.

Em relação à dotação estabelecida pela LOA 2016, a representatividade do tipo Gestão de Políticas Públicas era de 44% enquanto sua realização significou 53% do total da despesa liquidada, ou seja, um acréscimo de 9 pontos percentuais. Já o tipo Finalístico, responsável por uma representatividade de 38,5% da dotação total estabelecida pela LOA, representou 32,7% no valor total liquidado, apresentando uma redução de quase 6 pontos percentuais. Tal redução também ocorreu em

relação ao tipo Apoio Administrativo que representava 17,5% na LOA e representou 14% em relação valor total liquidado.

A seguir procede-se a análise de cada um dos desses três tipos, bem como dos seus programas mais relevantes.

3.2.1 TIPO DE PROGRAMA: GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O tipo de programa Gestão de Políticas Públicas agrega os programas Gestão de Pessoas, Gestão Previdenciária, Formação de Gestores Públicos, Comunicação do Poder Executivo e Modernização da Administração Fazendária, sendo que os dois primeiros são efetivamente os mais representativos, conforme demonstra-se na tabela a seguir:

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas Representatividade por Programa

PROGRAMA	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	LIQUIDADO	DIFERENÇA: EXEC - PLAN	% REALIZAÇÃO
Gestão de Pessoas	5.501.054.343,00	5.909.426.127,28	5.619.940.248,97	118.885.905,97	102,16
Gestão Previdenciária	4.208.601.035,00	5.621.295.206,30	5.133.290.215,26	924.689.180,26	121,97
Comunicação do Poder Executivo	65.835.923,00	69.336.046,47	50.018.134,05	-15.817.788,95	75,97
Modernização da Administração Fazendária	29.728.260,00	42.362.185,05	13.388.554,79	-16.339.705,21	45,04
Formação de Gestores Públicos	1.315.000,00	1.285.066,20	315.609,79	-999.390,21	24
Total Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas	9.806.534.561,00	11.643.704.631,30	10.816.952.762,86	1.010.418.201,86	110,3



a) Programa Gestão de Pessoas

O Programa de Gestão de Pessoas, que consiste nas despesas com salários e encargos e capacitação dos servidores ativos, respondeu por 27,7% da despesa liquidada contra os 24,7% atribuídos pela LOA de 2016, ou seja, uma diferença, a maior, entre o valor planejado e o liquidado de R\$ 118,9 milhões.

Constata-se que, mesmo não se caracterizando como um programa finalístico, **79%**, dos valores orçados e **79,5%** dos valores liquidados relativos ao mesmo referem-se a servidores de **órgãos e entidades finalísticos**, tais como: Secretarias da Educação, FCEE, UDESC, da Saúde, da Agricultura e da Pesca e da Justiça e Cidadania, conforme demonstração a seguir:

Representatividade do órgão em relação ao valor total do programa Gestão de Pessoas

Programa - Gestão de Pessoas	DOTACAO INICIAL	VALOR LIQUIDADO
Administração de pessoal e encargos sociais - ensino fundamental - SED	1.090.000.000,00	1.056.632.702,48
Administração de pessoal e encargos sociais - SES	976.322.368,00	1.203.133.759,84
Administração de pessoal e encargos sociais - ensino médio - SED	730.000.000,00	583.617.246,28
Administração de pessoal e encargos sociais - EPA/GRI	293.537.187,00	288.144.767,84
Administração de pessoal e encargos sociais - UDESC	280.600.000,00	282.987.155,82
Administração de pessoal e encargos sociais - SJC	252.242.807,00	354.275.732,88
Administração de pessoal e encargos sociais - SED	205.546.269,00	198.860.501,18
Administração de pessoal e encargos sociais - educação especial - FCEE	155.031.189,00	161.651.872,83
Administração de pessoal e encargos sociais - CIDASC	135.917.015,00	157.442.056,02
Administração de pessoal e encargos sociais - educação de jovens e adultos - SED	65.000.000,00	59.398.999,83
Administração de pessoal e encargos sociais - FATMA	42.222.702,00	45.488.972,19
Administração de pessoal e encargos sociais - FCEE	29.382.347,00	26.452.414,17
Administração de pessoal e encargos sociais - ensino profissional - SED	20.000.000,00	0,00
Administração de pessoal e encargos sociais - educação infantil - SED	18.336.486,00	14.934.158,19
subtotal	4.294.138.370,00	4.433.020.339,55
Representatividade no valor total do Programa Gestão de Pessoas	78,1%	78,9%

Quanto ao desempenho ocorrido entre os valores orçados e realizados em 2016, considerando as ações vinculadas aos órgãos/entidades a elas correspondentes, destacam-se as que apresentaram as distorções mais relevantes, considerando sua representatividade na LOA e na despesa:

- Administração de pessoal e encargos sociais:

SES: valor liquidado **23% maior** que o da dotação inicial, correspondente ao acréscimo de R\$ 226,8 milhões;

SJC: valor liquidado **40,5% maior** que o da dotação inicial, correspondente ao acréscimo de R\$ 102 milhões;

Ensino médio SED: valor liquidado **20% menor** que o da dotação inicial, correspondente a R\$ 146 milhões de sobra orçamentária.

Observa-se também ações com valores orçados sem execução:

- Administração de pessoal e encargos sociais:

ADR Grande Florianópolis – sobra orçamentária de R\$ 6,3 milhões;

GERED-ADR Grande Florianópolis – sobra orçamentária de R\$ 6,8 milhões;

SED – Ensino Profissional - sobra orçamentária de R\$ 20 milhões.



- Programa Gestão Previdenciária

O Programa de Gestão Previdenciária consiste nas despesas com inativos, pensionistas e demais auxílios previdenciários.

A dotação inicial da LOA 2016 para esse programa foi de R\$ 4,2 bilhões e sua representatividade em relação ao total do orçamento foi de 19%, face a uma despesa liquidada anual de R\$ 5,1 bilhões que representou 25% do valor total da despesa liquidada em 2016. Houve então uma diferença a maior de R\$ 924,7 milhões entre o valor planejado e o liquidado, consistindo no programa com o maior valor sub orçado.

Em razão da forma como estão disponíveis as informações referentes à LOA, não foi possível identificar o desempenho entre o planejado e o realizado considerando as ações vinculadas ao órgão/entidade nesse programa.

No entanto, constata-se que os órgãos/entidades finalísticos responderam, por no mínimo, 65% das maiores despesas liquidadas neste programa, a saber:

Representatividade do órgão em relação ao valor total liquidado no programa Gestão Previdenciária

Gestão PREVIDENCIÁRIA	2016	2015	2014	2013	2012
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	30,9%	33,1%	35,5%	37,5%	37,0%
POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA	19,1%	17,7%	16,3%	14,7%	14,4%
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	7,1%	6,8%	6,9%	6,5%	6,1%
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	4,7%	3,9%	3,1%	2,8%	2,8%
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA - DEINFRA	2,3%	2,1%	1,9%	1,9%	2,1%
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE STA CATARINA	2,2%	1,7%	1,5%	1,3%	1,2%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SC UDESC	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%
TOTAL	67,5%	66,6%	66,3%	65,8%	64,7%

Dessa forma, fica demonstrado que a maior representatividade no programa Gestão Previdenciária, refere-se aos servidores inativos de áreas finalísticas.

3.2.2 TIPO DE PROGRAMA: APOIO ADMINISTRATIVO

O tipo de programa Apoio Administrativo agrega os programas Encargos Especiais, Gestão Administrativa do Poder Executivo, Pensões Especiais, Saúde Ocupacional, Gestão Administrativa – Ministério Público e Gestão Administrativa - Poder Legislativo sendo que os dois primeiros são efetivamente os mais representativos, conforme demonstra-se na tabela a seguir:



Tipo de Programa: Apoio Administrativo
Representatividade por Programa

PROGRAMA	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	LIQUIDADADO	DIFERENÇA: EXEC - PLAN	% REALIZAÇÃO
Encargos Especiais	2.082.931.602,00	1.589.817.596,27	1.280.208.611,70	-802.722.990,30	61,46
Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.764.445.983,00	2.250.042.228,29	1.504.090.972,29	-260.355.010,71	85,24
Pensões Especiais	47.177.032,00	39.136.827,54	39.114.085,19	-8.062.946,81	82,91
Saúde Ocupacional	3.337.800,00	1.837.800,00	0,00	-3.337.800,00	0,00
Gestão Administrativa - Ministério Público	0,00	262.023,76	262.023,76	262.023,76	0,00
Gestão Administrativa - Poder Legislativo	0,00	1.231.415,26	1.087.468,31	1.087.468,31	0,00
Tipo de Programa - Apoio Administrativo	3.897.892.417,00	3.882.327.891,12	2.824.763.161,25	-1.073.129.255,75	72,47

a) Programa Encargos Especiais

O programa Encargos Especiais compreende as despesas com juros e encargos da dívida provenientes de contratos de financiamento tendo uma representatividade de 9,4% na LOA de 2016, porém realizando apenas 61,5% da dotação a ele atribuída, tendo como causa preponderante as negociações da dívida com a União ocorridas durante o ano. Este fato gerou uma diferença, a menor, entre o valor planejado e o liquidado na ordem de R\$ 802,7 milhões de reais.

b) Programa Gestão Administrativa – Poder Executivo

O programa Gestão Administrativa do Poder Executivo abrange diversas ações que visam prover os meios administrativos de suporte à gestão de programas finalísticos e administrativos e para as quais foram destinados 7,9% do valor total da dotação da LOA de 2016, no valor de R\$ 1,8 bilhão e o percentual de realização foi de 85%, ou seja, uma sobra orçamentária de R\$ 260 milhões.

Entretanto, em relação ao desempenho ocorrido entre os valores orçados e realizados em 2016, várias ações apresentaram distorções relevantes, a saber:

Oito ações que representavam 6,4% do valor da dotação inicial estabelecida pela LOA representaram 47,5% do valor liquidado para o programa Gestão Administrativa, em 2016, incluindo a ação Administração e manutenção dos serviços administrativos para qual não havia dotação, a saber:



**Programa Gestão Administrativa –
Ações com Dotação inicial insuficiente**

Ação	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	% VARIACAO DOTAÇÃO	LIQUIDADO	DIFERENÇA: EXEC-PLAN	% REALIZAÇÃO
Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	0,00	1.231.415,26		480.026.581,96	480.026.581,96	0,00
Pagamento de encargos	62.838.163,00	173.305.563,34	175,80	124.911.021,42	62.072.858,42	198,78
Participação no capital social	1.000,00	1.000,00	0,00	40.682.241,30	40.681.241,30	4.068.224,13
Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	21.679.764,00	54.614.822,84	151,92	36.442.029,71	14.762.265,71	168,09
Despesas diversas	24.250.000,00	57.709.249,32	137,98	26.611.692,88	2.361.692,88	109,74
Obrigações patronais	451.000,00	2.434.275,00	439,75	2.380.172,44	1.929.172,44	527,75
Coordenação e gestão de programas	2.430.150,00	4.146.776,68	70,64	3.418.140,89	987.990,89	140,66
Aquisição de veículos	400.000,00	428.500,00	7,13	428.500,00	28.500,00	107,13
sub total	112.050.077,00	293.871.602,64	262,3%	714.900.380,60	602.850.303,60	538%
	6,4%			47,5%		
Programa Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.764.445.983,00	2.250.042.228,29	27,52	1.504.090.972,29	-260.355.010,71	85,24

Em contrapartida as ações mais representativas desse programa apresentaram valores liquidados menores que os orçados para as respectivas ações, destacando-se entre as mesmas, a ação Gestão do SC Saúde com 39% de realização conforme detalhado a seguir:

Programa Gestão Administrativa – Ações relevantes

Ação	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	LIQUIDADO	DIF: EXEC- PLAN	% REALIZAÇÃO
Assistência médico-hospitalar e odontológica	411.503.869,00	717.202.144,04	407.134.143,19	-4.369.725,81	98,94
Benefícios a servidores	282.417.864,00	0,00	158.085.127,04	-124.332.736,96	55,98
Gestão do SC Saúde	191.687.849,00	117.187.849,00	74.388.019,23	-117.299.829,77	38,81
Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	107.502.313,00	105.680.602,15	60.706.888,13	-46.795.424,87	56,47
Gestão de contratos	92.680.907,00	83.948.907,00	62.434.868,76	-30.246.038,24	67,37
sub total	1.085.792.802,00	1.024.019.502,19	762.749.046,35	-323.043.755,65	70,2%
	61,5%		50,7%		
Programa Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.764.445.983,00	2.250.042.228,29	1.504.090.972,29	-260.355.010,71	85,24

Cabe ainda registrar outras duas ações para as quais foram realizadas dotações sem que houvesse qualquer valor liquidado:

- Modernização da produção gráfica oficial, com dotação inicial de R\$ 4,9 milhões,
- Administração do SICOP, com R\$ 65 mil.

3.2.3 TIPO DE PROGRAMA: FINALÍSTICO

Caracterizam-se como programas do tipo finalístico, aqueles que são voltados para a prestação de serviços ou entrega de produtos diretamente ao cidadão, tais como os referentes à Educação, Saúde, Segurança Pública, entre outros.

Dos dez programas que detiveram 85% da dotação inicial seis são do tipo finalístico e são analisados a seguir:

Programas Finalísticos relevantes

PROGRAMA	% REPRES. LOA	% REPRES. DESPESA
1. De Olho no Crime	9,15	10,99
2. Gestão do SUS	4,16	3,73
3. Educação Básica	3,18	2,07
4. At Média e Alta Complexidade Ambulatorial/Hospitalar	2,82	2,22
5. Construção de Rodovias	2,66	1,94
6. Acelera Santa Catarina	2,55	2,47
sub total	24,52	23,42



a) Programa de Olho no Crime

Objetivo do Programa: Reduzir os índices de criminalidade e violência, intensificando o combate aos crimes contra a vida, o patrimônio e o meio ambiente, buscando o aumento da resolubilidade dos crimes, por meio de ações preventivas e repressivas, aumentando a confiança e a satisfação do cidadão.

Das dezoito ações previstas para esse programa, 3 apresentaram liquidação de valores acima daqueles estabelecidos pela LOA, a saber:

Programa de Olho no Crime – Ações relevantes

AÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	LIQUIDADO	DIF. EXEC - PLAN	% REALIZAÇÃO
Administração de pessoal e encargos sociais	1.979.350.697,00	2.204.742.077,38	2.195.314.588,66	215.963.891,66	110,91
Realização de operações integradas	200.000,00	601.520,00	477.642,50	277.642,50	238,82
Segurança, fiscalização e educação no trânsito	50.000,00	1.634.520,35	170.379,80	120.379,80	340,76
sub total	1.979.600.697,00	2.206.978.117,73	2.195.962.610,96	216.361.913,96	
Programa : De Olho no Crime	2.039.276.324,00	2.282.250.181,84	2.228.562.187,40	189.285.863,40	109,28
representatividade em relação valor total Programa	97%		99%		

Estas três ações representaram 97% da dotação inicial estabelecida para esse programa no valor de R\$ 2 bilhões e as despesas liquidadas para estas representaram 99% do valor total liquidado por esse programa, na ordem de 2,2 bilhões de reais no ano de 2016.

Das demais 15 ações, 5 apresentaram um índice de realização igual a zero, são elas: Remoção e leilão de veículos, Cumprimento de mandados, Fiscalização de Bares, casas noturnas, comércios e estabelecimentos, Informatização inteligente e Operações de combate ao tráfico.

b) Programa Gestão do SUS

Objetivo do Programa: Fortalecer a gestão do SUS nas esferas de governo estadual e municipal e atuar de forma intersetorial para identificar e reduzir desigualdades e vulnerabilidades sociais.

Justificativa: Dar cumprimento ao estabelecido pela Portaria 204/GM de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.

O Programa Gestão do SUS apresentou um índice de realização 82% gerando uma sobra orçamentária de R\$169 milhões.

Das 25 ações referentes ao programa, cinco responderam por 97% da dotação inicial estabelecida pela LOA e por 96,5% do valor da despesa liquidada pelo mesmo, conforme demonstra-se na tabela abaixo que serão objeto de uma análise mais detalhada a seguir.



Gestão do SUS –Ações relevantes

Ação	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	LIQUIDADO	DIFERENÇA: EXEC-PLAN	% REALIZAÇÃO
Subvenção financeira	350.000.000,00	437.988.605,74	422.403.004,68	72.403.004,68	120,69
Custeio de hospital e maternidade	265.792.660,00	70.721.949,08	48.154.644,19	-217.638.015,81	18,12
Manutenção de serviços e unidades	206.934.932,00	286.467.424,10	201.281.185,12	-5.653.746,88	97,27
Administrar a rede de urgência e emergência	52.000.000,00	55.561.032,82	40.903.303,38	-11.096.696,62	78,66
Implantação de rede de saúde	25.500.000,00	32.149.822,29	18.031.661,17	-7.468.338,83	70,71
SUBTOTAL 5 AÇÕES	900.227.592,00	882.888.834,03	730.773.798,54	-169.453.793,46	
Gestão do SUS	926.264.712,00	918.433.254,21	757.278.207,18	-168.986.504,82	81,76
representatividade em relação total programa	97,2%		96,5%		

Constata-se que a despesa com a ação Subvenção financeira foi 21% maior que a sua dotação inicial. Em sentido contrário a ação Custeio de hospital e maternidade realizou apenas 18% da dotação a ela atribuída, a saber:

Gestão do SUS – Ação: Custeio de hospital e maternidade

Custeio de hospital e maternidade	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	LIQUIDADO	DIFERENÇA: EXEC-PLAN	% REALIZAÇÃO
Adquirir equipamentos e mobiliário para as Unidades Assistenciais da SES	2.000.000,00	16.733.068,85	6.963.421,36	4.963.421,36	348,17
Ampliar e reformar as Unidades Assistenciais da SES	2.000.000,00	2.745.300,00	1.028.604,97	-971.395,03	51,43
Custeio do Hospital Governador Celso Ramos	131.923.305,00	31.114.492,11	23.717.134,46	-108.206.170,54	17,98
Custeio do Hospital Infantil Joana de Gusmão	93.332.827,00	15.467.121,62	12.508.992,56	-80.823.834,44	13,40
Custeio do Hospital Nereu Ramos	36.536.528,00	4.661.966,50	3.936.490,84	-32.600.037,16	10,77
total	265.792.660,00	70.721.949,08	48.154.644,19	-217.638.015,81	18,12

Identificou-se que a liquidação de valores com o custeio dos hospitais Governador Celso Ramos, Joana de Gusmão e Nereu Ramos ficou aquém dos valores planejados, assim como a Ampliação e reformas de unidades assistenciais da SES. No entanto a aquisição de equipamentos e mobiliário para as unidades assistenciais da SES ultrapassaram o valor planejado em 4,96 milhões de reais.

Quanto à Implantação de rede de saúde, a LOA previa a implantação de Rede de Saúde Mental Psicossocial destinando R\$ 15 milhões para a ação, sendo que a liquidação dos valores a esse título foi 57% menor. Em contrapartida, para a Implantação e manutenção da Rede Cegonha o valor previsto foi ultrapassado em 1 milhão de reais, conforme demonstra-se a seguir:

Gestão do SUS – Ação: Implantação da rede de saúde

Implantação de rede de saúde	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	LIQUIDADO	DIFERENÇA: EXEC-PLAN	% REALIZAÇÃO
Implantação da Rede de Saúde Mental - Psicossocial	15.000.000,00	15.974.238,19	6.496.328,59	-8.503.671,41	43,31
Implantação e manutenção da Rede Cegonha	10.500.000,00	16.175.584,10	11.535.332,58	1.035.332,58	109,86
TOTAL	25.500.000,00	32.149.822,29	18.031.661,17	-7.468.338,83	70,71

Também a ação “Administrar a rede de urgência e emergência” da qual não consta nenhum detalhamento especificando quais as unidades abrangidas, registrou uma liquidação de valores menor que a dotação inicial a ela atribuída apresentando uma sobra orçamentária de R\$ 11 milhões.



Cabe ressaltar ainda que 8 das demais 20 ações tiveram dotações iniciais no valor total de R\$ 785.000,00, sem que houvesse liquidação de valores correspondentes, a saber:

Gestão do SUS – Ações com Índice de realização zero

AÇÃO	DOTACAO INICIAL	% Realização
Campanha de conscientização e prevenção	10.000,00	0,00
Coordenar curso de residência	10.000,00	0,00
Fortalecer ações da Política Nacional de Humanização	10.000,00	0,00
Implementação de política	10.000,00	0,00
Realização de eventos	35.000,00	0,00
Construção e ampliação de unidades de saúde	100.000,00	0,00
Formação de conselheiros municipais	110.000,00	0,00
Implantação e manutenção de rede	500.000,00	0,00
sub total	785.000,00	0,00

Em contrapartida outras 3 ações apresentaram insuficiência de dotação de R\$ 4,9 milhões em relação aos valores liquidados e aos percentuais de realização, significativamente, acima do previsto, a saber:

Gestão do SUS – Ações com insuficiência de dotação inicial

Ação	DOTACAO INICIAL	LIQUIDADO	DIFERENÇA: EXEC - PLAN	% REALIZAÇÃO
Realizar atividades de saúde	7.075.000,00	9.398.876,43	2.323.876,43	132,85
Educação profissional em saúde	510.000,00	2.205.790,16	1.695.790,16	432,51
Rede de atenção à saúde	58.074,00	942.319,73	884.245,73	1.622,62
sub total	7.643.074,00	12.546.986,32	4.903.912,32	164%

c) Programa Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Objetivo do Programa: Ampliar o acesso da população aos serviços de Média e Alta complexidade e promover a qualidade, integralidade, equidade e a humanização na atenção à saúde.

Justificativa: Dar cumprimento ao estabelecido pela Portaria 204/GM de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.

O referido Programa apresentou um índice de realização de 72% gerando uma sobra orçamentária de R\$ 177,7 milhões.

Das 23 ações referentes ao programa, 5 responderam por 96% da dotação inicial estabelecida pela LOA e por 83% do valor da despesa liquidada pelo mesmo, conforme demonstra-se na tabela a seguir e que serão objeto de uma análise mais detalhada a seguir.



**Programa Atenção de Média e Alta Complexidade
Ambulatorial e Hospitalar – Ações relevantes**

Ação	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADO	DIF. EXEC - PLAN	% REALIZAÇÃO
Assistência ambulatorial e hospitalar	470.276.816,00	360.465.002,06	282.618.585,30	-187.658.230,70	60,10
Manutenção de hospital	46.400.000,00	39.765.482,05	37.805.753,77	-8.594.246,23	81,48
Adequação e aquisição de equipamentos	40.000.000,00	40.231.596,69	30.861.807,89	-9.138.192,11	77,15
Implantação de política	28.000.000,00	15.085.987,03	10.017.325,19	-17.982.674,81	35,78
Realização de cirurgias eletivas	20.000.000,00	22.153.332,45	13.273.031,44	-6.726.968,56	66,37
sub total	604.676.816,00	477.701.400,28	374.576.503,59	-230.100.312,41	62%

Constata-se que todas as 5 ações elencadas apresentaram um percentual de realização abaixo dos 100% equivalentes à dotação inicial estabelecida para a ação.

Em contrapartida um grupo de outras 6 ações tiveram uma liquidação de valores, significativamente acima, das dotações a elas atribuídas, a saber:

**Programa Atenção de Média e Alta Complexidade
Ambulatorial e Hospitalar – Ações com dotações insuficientes**

Ação	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADO	DIF. EXEC - PLAN	% REALIZAÇÃO
Apoio aos hospitais filantrópicos	0,00	50.000.000,00	49.999.954,75	49.999.954,75	0,00
Realizar serviços assistenciais	4.000.000,00	22.096.897,81	10.343.095,40	6.343.095,40	258,58
Integração do SAMU com o Corpo de Bombeiros	2.200.000,00	3.351.000,40	2.943.754,77	743.754,77	133,81
Transplante de órgãos e tecidos	1.320.000,00	2.821.856,40	2.407.514,06	1.087.514,06	182,39
Manutenção, implementação e ampliação	200.000,00	747.310,44	632.949,87	432.949,87	316,47
Transporte aéreo e terrestre de órgãos	200.000,00	412.000,00	361.102,90	161.102,90	180,55
sub total	7.920.000,00	29.429.065,05	66.688.371,75	58.768.371,75	842%

Ressalta-se que apesar da inexistência de dotação orçamentária para a ação “Apoio aos hospitais filantrópicos”, esta teve uma liquidação de valores na ordem de R\$ 50 milhões durante o ano de 2016.

Outras 8 ações tiveram uma dotação inicial estabelecida em R\$ 2,8 milhões sem apresentar valores liquidados, ou seja, um índice de realização igual a zero, a saber:

**Programa Atenção de Média e Alta Complexidade
Ambulatorial e Hospitalar – Ações com índice de realização zero**

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADO	DIFERENÇA: PLAN X EXEC	% REALIZAÇÃO
Ações na área da saúde	1.300.000,00	0,00	0,00	-1.300.000,00	0,00
Construção e ampliação de unidades de saúde	800.000,00	0,00	0,00	-800.000,00	0,00
Contratar serviço para diagnóstico	225.000,00	0,00	0,00	-225.000,00	0,00
Aquisição de veículos	100.000,00	0,00	0,00	-100.000,00	0,00
Ações na área de saúde	100.000,00	0,00	0,00	-100.000,00	0,00
Construção de unidade de tratamento	100.000,00	0,00	0,00	-100.000,00	0,00
Implementar rede de atendimento	100.000,00	0,00	0,00	-100.000,00	0,00
Viabilizar a Política de Antídotos	100.000,00	50.000,00	0,00	-100.000,00	0,00
SUB AÇÃO	2.825.000,00	50.000,00		-2.825.000,00	

d) Programa Educação Básica

Objetivo do Programa: Ampliar as oportunidades de aprendizagem na educação básica e promover a melhoria da qualidade da educação básica nas diversas regiões do Estado. Fomentar a educação de jovens e adultos que estejam com defasagem em idade série e do ensino técnico profissional.



O Programa Educação básica liquidou 59% dos valores a ele atribuídos pela LOA de 2016, gerando uma sobra orçamentária de R\$ 288 milhões.

Das 12 ações referentes ao programa, cinco responderam por 87% da dotação inicial estabelecida pela LOA e por 96% do valor da despesa liquidada pelo mesmo, conforme demonstra-se na tabela a seguir que serão objeto de uma análise mais detalhada.

Programa Educação Básica – Ações relevantes

AÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	LIQUIDADO	DIFERENÇA: EXEC - PLAN	% REALIZAÇÃO
Operacionalização da educação	251.844.972,00	226.369.625,08	120.851.404,51	-130.993.567,49	47,99
Alimentação escolar	153.080.099,00	161.729.536,35	140.013.331,13	-13.066.767,87	91,46
Transporte escolar	122.008.212,00	144.910.392,12	98.941.300,58	-23.066.911,42	81,09
Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	62.727.450,00	86.599.869,67	44.878.874,66	-17.848.575,34	71,55
Implantação e manutenção de sistema	28.158.222,00	20.158.222,00	8.938,00	-28.149.284,00	0,03
SUB TOTAL DAS 5 AÇÕES	617.818.955,00	639.767.645,22	404.693.848,88	-213.125.106,12	66%
Educação Básica	707.748.361,00	718.040.348,19	419.830.441,12	-287.917.919,88	59,32
REPRESENTATIVIDADE RELAÇÃO AO TOTAL DO	87%		96%		

A ação denominada “Operacionalização da educação” consiste num conceito genérico que identifica as unidades abrangidas, porém não especifica as ações de forma que permita uma avaliação clara e consistente. Nesta ação foram liquidados valores menores do que o previsto inicialmente na LOA. Isso ocorreu para todas as unidades as quais foram atribuídas dotações iniciais, incluindo a ADR Grande Florianópolis, o que resultou em uma sobra orçamentária total de R\$ 131 milhões.

As ações Alimentação escolar, Transporte escolar, Construção, ampliação ou reforma de unidades escolares e Implantação e manutenção de sistema de tecnologia e inovação nas unidades escolares não foram descritas com um detalhamento que permita uma avaliação mais consistente da sua execução.

Como especificado na tabela a seguir, todas essas ações apresentaram liquidação de valores menores que as suas dotações.

Ainda em relação a esse programa cabe ressaltar que quatro ações apresentaram um índice de realização nulo ou próximo a zero, como segue:

Programa Educação Básica – Ações com índice de realização zero

Ação	DOTACAO INICIAL	LIQUIDADO	DIFERENÇA: EXEC - PLAN	% REALIZAÇÃO
Implantação e manutenção de sistema	28.158.222,00	8.938,00	-28.149.284,00	0,03
Inclusão social e melhoria de índices	7.000.000,00	0,00	-7.000.000,00	0,00
Capacitação de profissionais	3.602.784,00	17.231,35	-3.585.552,65	0,48
Ampliação e modernização do PROERD	600.000,00	0,00	-600.000,00	0,00
sub total	39.361.006,00	26.169,35	-39.334.836,65	

e) Programa Construção de Rodovias

Objetivo do Programa: Construir, implantar e pavimentar obras rodoviárias de forma a propiciar melhores condições de conforto e trafegabilidade aos seus usuários, sob quaisquer condições climáticas, reduzindo os custos do transporte e ao mesmo tempo integrando os municípios catarinenses à malha rodoviária pavimentada estadual, nacional e internacional.



Justificativa: O sistema modal rodoviário é de extrema importância, pois é por ele que mais de 70% da produção é escoada, fato que o torna um grande fator dinamizador da economia das regiões catarinenses. (IPEA 2010)

O referido Programa apresentou um índice de realização de 66% da sua dotação inicial de R\$ 592 milhões, gerando uma sobra orçamentária de R\$ 199,6 milhões, sendo um programa que se caracteriza, em sua maioria, por Investimentos que crescem o patrimônio do Estado.

Das 10 ações referentes ao programa, três responderam por 93% da dotação inicial estabelecida pela LOA e por 94% do valor da despesa liquidada pelo mesmo, conforme demonstra-se na tabela a seguir e que serão objeto de uma análise mais detalhada.

Programa Construção de Rodovias – Ações relevantes

Ação	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	LIQUIDADADO	DIFERENÇA: EXEC - PLAN	% REALIZAÇÃO
Apoio ao sistema viário	259.500.003,00	248.904.823,38	135.187.829,92	-124.312.173,08	52,10
Ações na área de infraestrutura	157.969.151,00	218.917.505,71	115.784.276,60	-42.184.874,40	73,30
Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	137.222.618,00	205.275.485,11	119.536.608,40	-17.686.009,60	87,11
sub total	554.691.772,00	673.097.814,20	370.508.714,92	-184.183.057,08	67%
representatividade em relação ao total do programa	93%		94%		
Total do Programa - Construção de Rodovias	592.285.736,00	708.773.996,46	392.641.004,19	-199.644.731,81	66,29

A ação “Apoio ao Sistema Viário” teve um índice de realização de 52% do valor previsto. Esta ação está subdividida em:

Fundo Social e Apoio ao sistema viário rural – SIE, sendo que a primeira concentrou mais de 90% dos recursos tanto planejados quanto liquidados. A dotação não estabelece quais ações e regiões serão beneficiadas por esses investimentos e, por consequência, não permitindo a confrontação entre as ações planejadas e realizadas.

A ação “Ações na área de infraestrutura” contava com uma dotação inicial de R\$ 158 milhões e previa a realização de quatro sub ações, a saber: Construção de pontes na região – Tubarão, Pavimentação asfáltica para mobilidade urbana – Jaraguá do Sul, Pavimentação da SC 109 – Blumenau e Apoio ao sistema viário estadual – SIE. Dessas quatro, apenas a última apresentou liquidação de valores. Ressalta-se que, por apresentar um caráter genérico não estabelecendo quais ações e regiões seriam beneficiadas por esses investimentos não foi possível confrontar as ações planejadas com aquelas realizadas.

Para a ação “Terraplenagem/pavimentação/OAE/meio ambiente/ supervisão de obras” houve uma dotação de R\$ 137 milhões da qual foi liquidado 87%. Duas ações concentraram 82% do total de R\$ 119,5 milhões liquidados nesse programa, são elas: Pavimentação de SC 477, trecho Papanduva e Pavimentação da SC 120, trecho Curitibanos.

Cabe ressaltar que em relação às duas últimas ações, as dotações tiveram um incremento de 39 e 50%, respectivamente, mesmo com a execução de valores terminando o ano abaixo dos valores estabelecidos pelas dotações iniciais.



Outro fato que merece destaque é o incremento de 1.959% ocorrido na ação “Gerenciamento de programas de financiamento”, que mesmo não sendo representativo em relação ao total do programa significou um aumento de R\$ 1 milhão na dotação, uma diferença a maior de R\$ 800 mil em relação ao valor liquidado, representando uma variação de 1.400% em relação ao valor planejado.

f) Programa Acelera Santa Catarina

Objetivo do Programa: Incrementar a estrutura de atendimento das necessidades da sociedade para melhorar a qualidade de vida e a competitividade das empresas catarinenses.

O Programa Acelera Santa Catarina apresentou um índice de realização de 88% da sua dotação inicial de R\$ 569 milhões, gerando uma sobra orçamentária de R\$ 68,8 milhões, sendo um programa que se caracteriza, em sua maioria, por Investimentos que crescem ao patrimônio do Estado.

Das 35 ações referentes ao referido programa, quinze responderam por 91% da dotação inicial estabelecida pela LOA e por 98% do valor da despesa liquidada pelo mesmo, conforme demonstra-se na tabela a seguir que serão objeto de uma análise mais detalhada.

Programa Acelera Santa Catarina - Ações relevantes

AÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	LIQUIDADO	DIFERENÇA: EXEC - PLAN	% REALIZAÇÃO
Revitalização de rede física	129.684.944,00	216.056.148,29	76.058.831,06	-53.626.112,94	58,65
Ampliação e readequação de hospital	88.276.057,00	92.920.675,23	32.738.014,59	-55.538.042,41	37,09
Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	59.660.236,00	113.159.175,52	69.880.500,21	10.220.264,21	117,13
Equipar unidades da Saúde	33.000.000,00	58.100.556,94	45.533.801,03	12.533.801,03	137,98
Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	32.583.181,00	43.054.122,78	23.699.676,30	-8.883.504,70	72,74
Ações na área da saúde	31.084.866,00	115.018.681,23	31.218.934,03	134.068,03	100,43
Conservação e reabilitação de travessias	27.746.079,00	97.106.980,80	68.040.773,95	40.294.694,95	245,23
Construção de instalações físicas	26.953.648,00	14.568.671,10	7.766.011,28	-19.187.636,72	28,81
Conclusão de via expressa	20.414.488,00	29.170.723,53	21.046.074,95	631.586,95	103,09
Construção do Complexo da Segurança Pública	19.730.545,00	37.000.131,87	34.905.995,89	15.175.450,89	176,91
Apoio a projetos	13.083.816,00	93.787.593,20	67.442.054,08	54.358.238,08	515,46
Construção, reforma e ampliação	10.099.235,00	37.231.853,80	4.669.936,41	-5.429.298,59	46,24
Construção de unidade prisional	9.741.929,00	9.741.929,00	0,00	-9.741.929,00	0,00
Apoio financeiro a construção de centros de inovação	9.251.448,00	42.926.224,23	5.004.771,83	-4.246.676,17	54,10
Equipar hospital	8.493.178,00	5.368.178,00	0,00	-8.493.178,00	0,00
sub total	519.803.650,00	1.005.211.625,52	488.005.375,61	-31.798.274,39	94%
representatividade em relação ao total programa	91,35%		97,56%		
Acelera Santa Catarina	569.039.758,00	1.082.943.737,11	500.211.124,69	-68.828.633,31	87,90

Constata-se que dessas 15 ações, 7 apresentaram um índice de realização médio de 165%, ou seja, todas essas 7 ações tiveram valores liquidados acima dos valores orçados, a saber:



Programa Acelera Santa Catarina - Ações com dotação insuficiente

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADADO	DIFERENÇA: EXEC - PLAN	% REALIZAÇÃO
Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiental/ supervisão de obras	59.660.236,00	113.159.175,52	69.880.500,21	10.220.264,21	117,13
Equipar unidades da Saúde	33.000.000,00	58.100.556,94	45.533.801,03	12.533.801,03	137,98
Ações na área da saúde	31.084.866,00	115.018.681,23	31.218.934,03	134.068,03	100,43
Conservação e reabilitação de travessias	27.746.079,00	97.106.960,80	68.040.773,95	40.294.694,95	245,23
Conclusão de via expressa	20.414.488,00	29.170.723,53	21.046.074,95	631.586,95	103,09
Construção do Complexo da Segurança Pública	19.730.545,00	37.000.131,87	34.905.995,89	15.175.450,89	176,91
Apoio a projetos	13.083.816,00	93.787.593,20	67.442.054,08	54.358.238,08	515,46
sub total	204.720.030,00	543.343.823,09	338.068.134,14	133.348.104,14	165%
representatividade em relação ao total programa	36%		68%		

As ações que apresentaram as maiores discrepâncias entre os valores orçados e realizados foram:

- Apoio a projetos, que consistiu no apoio a projetos municipais de investimentos, Pacto pelos municípios, com 515% de diferença, que dado o seu caráter genérico, não estabelece quais ações e regiões serão beneficiadas por esses investimentos, não permitindo a confrontação entre as ações planejadas e aquelas realizadas;
- Conservação e reabilitação de travessias, consiste na reabilitação da ponte Hercílio Luz, em Florianópolis que liquidou R\$ 40 milhões a mais que o valor estipulado pela LOA, equivalente 145% acima do mesmo;

- Construção do Complexo de Segurança Pública, referente às instalações físicas da sede central da SSP, SJC, PM, PC, BM, IGP e DETRAN para a qual a dotação inicial prevista na LOA era de R\$ 19 milhões e para a qual foram liquidados R\$ 35 milhões;

Além dessas, apresentaram liquidação de valores acima da dotação estabelecida, as seguintes ações:

- Equipar unidades de saúde: esta ação, como outras já enumeradas não estabelece no orçamento quais unidades de saúde serão beneficiadas, nem especifica com o que, portanto, não permite a confrontação entre as ações planejadas e aquelas realizadas; incluindo na liquidação desde a aquisição de helicóptero, veículos à aquisição de equipamentos menores, como por exemplo, nobreak;
- Reabilitação/ aumento de capacidade/OAE/meio ambiente/supervisão de obras: A LOA previu as seguintes obras: Reabilitação da SC 135/453, Ampliação da capacidade da Av. Santos Dumont – Joinville e ainda a Reabilitação da SC 135/303, e uma dotação total de R\$ 59,7 milhões para as mesmas. Foram liquidados R\$ 70 milhões, sendo R\$ 50 milhões relativos à reabilitação da SC 135/453 e os demais R\$ 20 milhões para a ampliação da Avenida Santos Dumont – Joinville, não constando qualquer liquidação de valor para a Reabilitação da SC 135/303;
- Ações na área da saúde: A LOA previu três sub ações, a saber:



Ampliação, reforma e readequação das unidades de saúde - R\$ 12 milhões, para as quais foram liquidados R\$ 12,6 milhões;

Aquisição de equipamentos, material permanente e mobiliário para Unidades de saúde - R\$ 6 milhões que a esse título teve uma liquidação de R\$ 18,6 milhões, ou seja, o triplo do valor planejado; e ainda Aquisição de veículos para unidades de saúde - R\$ 12 milhões para a qual não constam valores liquidados.

Constata-se que esta ação se confunde com a “Equipar unidades de saúde” onde consta a aquisição de veículos.

- Conclusão da via expressa Sul e acessos ao aeroporto Hercílio Luz em Florianópolis. A liquidação de valor para essa ação foi R\$ 1 milhão a mais que o valor orçado para a mesma, o que representa uma variação de 3%.

Em contrapartida, 8 ações apresentaram um índice de realização médio de 52% abaixo do planejado, sendo que 2 dessas ações, “Construção de unidade prisional” e “Equipar Hospital” o índice de realização foi nulo, a saber:

Programa Acelera Santa Catarina - Ações com Índice de realização médio de 48%

AÇÃO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	LIQUIDADADO	DIFERENÇA: EXEC - PLAN	% REALIZAÇÃO
Revitalização de rede física	129.684.944,00	216.056.148,29	76.058.831,06	-53.626.112,94	58,65
Ampliação e readequação de hospital	88.276.057,00	92.920.675,23	32.738.014,59	-55.538.042,41	37,09
Terraaplanagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	32.583.181,00	43.054.122,78	23.699.676,30	-8.883.504,70	72,74
Construção de instalações físicas	26.953.648,00	14.568.671,10	7.766.011,28	-19.187.636,72	28,81
Construção, reforma e ampliação	10.099.235,00	37.231.853,80	4.669.936,41	-5.429.298,59	46,24
Construção de unidade prisional	9.741.929,00	9.741.929,00	0,00	-9.741.929,00	0,00
Apoio financeiro a construção de centros de inovação	9.251.448,00	42.926.224,23	5.004.771,83	-4.246.676,17	54,10
Equipar hospital	8.493.178,00	5.368.178,00	0,00	-8.493.178,00	0,00
sub total	315.083.620,00	461.867.802,43	149.937.241,47	-165.146.378,53	48%
representatividade em relação ao total programa	55%		30%		
Acelera Santa Catarina	569.039.758,00	1.082.943.737,11	500.211.124,69	-68.828.633,31	87,90

3.3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa avaliação consistiu na identificação da materialidade, relevância e da performance dos programas de governo, visando fornecer subsídios para a priorização dos trabalhos da Diretoria de Auditoria Geral - DIAG, contribuir para eventuais melhorias na elaboração do planejamento do Poder Executivo e ainda, em atenção ao disposto no Art.74, inciso I da Constituição Federal.



O critério de avaliação adotado nessa Informação considerou as Funções e Programas de maior relevância, de acordo com sua representatividade em relação à dotação inicial estabelecida pela LOA e em relação ao valor total da despesa liquidada em 2016. Os programas relevantes foram objeto de uma análise financeira por ação e sub ação, salvo em caso de indisponibilidade de informação.

Em relação às Funções de governo foi realizado também, um comparativo considerando o período compreendido entre 2012 e 2016, visando obter uma série histórica de suas performances ao longo do tempo e identificar possíveis necessidades de ajustes.

Cabe ressaltar que essa análise considerou apenas os aspectos financeiros, uma vez que a LOA carece do estabelecimento de metas físicas e unidades de medida objetivas que possibilitem o acompanhamento e controle do alcance dos resultados estabelecidos pelas leis orçamentárias.

Enumeramos a seguir, de forma sintética, as principais conclusões.

Em 2016, a execução do orçamento (valor liquidado) do Poder Executivo foi de 91%, ou seja, 2 bilhões de reais a menos que a dotação inicial estabelecida na LOA. No entanto, algumas funções, programas e ações variaram, significativamente, acima ou abaixo desse resultado como foi demonstrado no decorrer dessa análise.

3.3.1 - QUANTO ÀS FUNÇÕES DE GOVERNO

Representatividade LOA e Despesa liquidada – Período 2012 a 2016:

No período compreendido entre 2012 a 2016, das 26 funções de governo elencadas pela legislação, **9 responderam por mais de 93% do valor total** das dotações estabelecidas pelas Leis Orçamentárias Anuais – **LOA's**, e no **mínimo por 95% do valor total liquidado**, a saber: Educação, Previdência Social, Saúde, Segurança Pública, Transporte (infraestrutura), Administração, Agricultura e Direitos da Cidadania.

Índice de Realização - Período 2012 a 2016:

Constatou-se que a performance das funções de governo, considerando a série histórica dos resultados ocorridos entre 2012 a 2016, foi o seguinte:

- Acima do valor orçado: As funções Direitos da Cidadania, Essencial à Justiça e Previdência Social vem apresentando, sistematicamente, liquidação de valores acima dos valores previstos. Essa situação vinha ocorrendo também com a função Segurança Pública, que em 2016, apresentou um índice de realização ajustado com o valor planejado e também com a função Encargos Especiais que apresentou um resultado atípico em 2016, em decorrência da suspensão do pagamento da dívida de financiamentos realizados com a União;



- Abaixo de 60%: Já as funções Energia, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Gestão Ambiental, Saneamento, Trabalho e Assistência Social, vem sistematicamente apresentando liquidação de valores que ficam abaixo de 60% dos valores orçados;

- Índice zero: As funções Reserva de Contingência e Judiciária vêm recebendo dotações sem que tenha havido a liquidação de valores correspondentes, ao longo do período.

Em 2016, constatou-se ainda que:

- A execução do orçamento do Poder Executivo foi de 91%, ou seja, 9 pontos percentuais menor que a dotação inicial estabelecida na LOA de 2016 e gerou uma sobra orçamentária anual de 2 bilhões de reais;

- As funções, Indústria e Reserva de Contingência tiveram valores orçados sem qualquer liquidação de valores;

- A função Legislativa apresentou liquidação de valor sem a respectiva dotação inicial;

- As funções denominadas Previdência Social, Direitos da Cidadania, Essencial à Justiça, Cultura e Relações Exteriores, apresentaram índices de realização maiores que 100%. As despesas liquidadas foram maiores que as dotações estipuladas para as mesmas, na ordem de R\$ **1,29 bilhão**, representando uma média de execução 26% maior que o planejado. Ressalta-se que, nas três primeiras funções, este comportamento vem se repetindo, no mínimo, ao longo dos últimos três anos, sinalizando a necessidade de ajustar os valores planejados ao histórico de realização.

- Onze funções apresentaram um Índice de realização entre 51% a 99% daquele estabelecido pela LOA de 2016 apresentando uma sobra orçamentária de R\$ 2,56 bilhões em relação à dotação inicial. Os resultados mais expressivos em termos de valor foram os resultantes da função Educação (R\$ -892 milhões) e Encargos Especiais (R\$ -802 milhões), essa última, em decorrência da renegociação da dívida com a União;

- As Funções denominadas Trabalho, Comércio e Serviços, Saneamento, Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia, Urbanismo e Energia apresentaram um índice de realização menor que 48% em relação ao planejamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2016, apresentando uma sobra orçamentária equivalente a 454,8 milhões de reais.

3.3.2 - QUANTO AOS PROGRAMAS DE GOVERNO

- Dos 74 Programas de governo, dez detiveram 85% do valor total da dotação da LOA para o Poder Executivo e responderam por 90% do valor total liquidado no ano de 2016, a saber: Gestão de Pessoas, Gestão Previdenciária, Encargos Especiais, De Olho no Crime, Gestão Administrativa – Poder Executivo, Gestão do SUS, Educação Básica, Atenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial/Hospitalar, Construção de Rodovias, Acelera Santa Catarina;

- Desses 10 programas, 6 são de cunho finalístico, 2 referem-se ao Pessoal ativo e inativo, 1 ao apoio administrativo e 1 à dívida contraída pelo Estado.



Programa de Gestão de Pessoas

- Consiste nas despesas com salários e encargos e capacitação dos servidores ativos e respondeu por 27,7% da despesa liquidada contra os 24,7% atribuídos pela LOA de 2016, ou seja, uma diferença, a maior, entre o valor planejado e o liquidado de R\$ 118,9 milhões. 79%, dos valores orçados e 79,5% dos maiores valores liquidados relativos ao mesmo referem-se a servidores de órgãos e entidades finalísticos;
- Quanto ao desempenho ocorrido entre os valores orçados e realizados em 2016, destacam-se as distorções mais relevantes: SES: valor liquidado 23% maior que o da dotação inicial, SJC: valor liquidado 40,5% maior que o da dotação inicial, Ensino médio SED: valor liquidado 20% menor que o da dotação inicial, Ações com valores orçados sem execução: ADR Grande Florianópolis, GERED-ADR Grande Florianópolis e SED – Ensino Profissional.

Programa de Gestão Previdenciária

- Consiste nas despesas com inativos, pensionistas e demais auxílios previdenciários. A dotação inicial: R\$ 4,2 bilhões, representatividade em relação LOA 19%, face a uma despesa liquidada anual de R\$ 5,6 bilhões que representou 25% do valor total da despesa liquidada em 2016, ou seja, uma diferença, a maior de R\$ 924,7 milhões entre o valor planejado e o liquidado consistindo no programa com o maior valor sub orçado.
- Em razão da forma como estão disponíveis as informações referentes à LOA, não foi possível identificar o

desempenho entre o planejado e o realizado considerando as ações vinculadas ao órgão/entidade nesse programa.

Programa Encargos Especiais:

- Compreende as despesas com juros e encargos da dívida provenientes de contratos de financiamento. Representatividade de 9,4% na LOA de 2016, e realização de 61,5% da dotação a ele atribuída, tendo como causa preponderante as negociações da dívida com a União ocorridas durante o ano. Este fato gerou uma diferença, a menor, entre o valor planejado e o liquidado na ordem de 802,7 milhões de reais.

Programa Gestão Administrativa do Poder Executivo:

- Abrange ações que visam prover os meios administrativos de suporte à gestão de programas finalísticos e administrativos e para as quais foram destinados 7,9% do valor total da dotação da LOA de 2016 com índice de realização foi de 85%.
- Ações apresentaram distorções relevantes: Oito ações que representavam 6,4% do valor da dotação inicial estabelecida pela LOA representaram 47,5% do valor liquidado para o programa incluindo a ação Administração e manutenção dos serviços administrativos para qual não havia dotação; As ações mais representativas desse programa apresentaram saldo orçamentário, destacando-se entre as mesmas, a ação Gestão do SC Saúde com 39% de realização, duas ações, Modernização da produção gráfica oficial com dotação inicial de R\$ 4,9 milhões e Administração do SICOP com R\$ 65 mil reais não apresentaram qualquer valor liquidado.



Programa de Olho no Crime

- Do total de 18 ações, três delas representaram 97% da dotação inicial no valor de R\$ 2 bilhões e as despesas liquidadas pelas mesmas representaram 99% do valor total liquidado por esse programa, 2,2 bilhões de reais no ano de 2016.
- A ação Administração de pessoal e encargos sociais representou 97% da dotação inicial do programa e 99% do valor liquidado pelo mesmo.
- Das demais 15 ações, 5 apresentaram um índice de realização igual a zero, são elas: Remoção e leilão de veículos, Cumprimento de mandados, Fiscalização de Bares, casas noturnas, comércios e estabelecimentos, Informatização inteligente, e Operações de combate ao tráfico.

Programa Gestão do SUS

- Apresentou um índice de realização 18% abaixo dos valores orçados. Das 25 ações referentes ao programa, cinco responderam por 97% da dotação inicial estabelecida pela LOA e por 96,5% do valor da despesa liquidada pelo mesmo.

Principais constatações:

- A despesa com a ação Subvenção financeira foi 21% maior que a sua dotação inicial, enquanto que a ação Custeio de hospital e maternidade realizou apenas 18% da dotação a ela atribuída.
- A liquidação de valores com o custeio dos hospitais Governador Celso Ramos, Joana de Gusmão e Nereu Ramos ficou

aquém dos valores planejados, assim como a Ampliação e reformas de unidades assistenciais da SES.

- A aquisição de equipamentos e mobiliário para as unidades assistenciais da SES ultrapassaram o valor planejado em 4,96 milhões de reais.
- Para a ação Implantação de rede de saúde, a LOA previa a implantação de Rede de Saúde Mental Psicossocial destinando R\$ 15 milhões para a mesma, sendo que a liquidação dos valores a esse título foi 57% menor. Em contrapartida, para a Implantação e manutenção da Rede Cegonha o valor previsto foi ultrapassado em 1 milhão de reais.
- Também a ação, administrar a rede de urgência e emergência, da qual não consta nenhum detalhamento especificando quais as unidades abrangidas, registrou uma liquidação de valores menor que a dotação inicial a ela atribuída na ordem de R\$ 11 milhões.
- Oito ações tiveram dotações iniciais no valor total de R\$ 785 mil, sem que houvesse liquidação de valores correspondentes, enquanto três outras ações apresentaram insuficiência de dotação de R\$ 4,9 milhões em relação aos valores liquidados.

Programa Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

- Apresentou um índice de realização 28% abaixo dos valores orçados. Das 23 ações referentes ao programa, cinco responderam por 96% da dotação e 83% do valor liquidado pelo



programa, e todas as cinco apresentaram um percentual de realização abaixo dos 100% equivalentes à dotação inicial estabelecida para a ação.

- Em contrapartida, um grupo de outras 6 ações tiveram uma liquidação de valores, significativamente acima, das dotações a elas atribuídas,
- Apesar da inexistência de dotação orçamentária para a ação apoio aos hospitais filantrópicos, a mesma teve uma liquidação de valores na ordem de R\$ 50 milhões durante o ano de 2016.
- Outras 8 ações tiveram uma dotação inicial estabelecida em R\$ 2,8 milhões sem apresentar valores liquidados, ou seja, um índice de realização igual a zero.

Programa Educação Básica

- O Programa Educação básica liquidou apenas 59% dos valores a ele atribuídos pela LOA de 2016.
- Das 12 ações referentes ao programa, cinco responderam por 87% da dotação inicial estabelecida pela LOA e por 96 % do valor da despesa liquidada pelo mesmo,
 - A ação, denominada operacionalização da educação teve uma liquidação de valores menor que a dotação inicial a ela atribuída num total de R\$ 131 milhões, este desempenho a menor ocorreu em todas as unidades para a qual foi atribuída dotação.
 - As ações Alimentação escolar e Transporte escolar não especificam quais são as ações abrangidas pelas mesmas, de forma clara e que permita uma avaliação mais consistente, como por

exemplo a quantidade de alunos atendidos por essas ações, por tipo de ensino. Também aquela relativa à construção, ampliação ou reforma de unidades escolares, não especifica quais são e se se refere a ampliação ou reforma, bem como, a Implantação e manutenção de sistema de tecnologia e inovação nas unidades escolares, mais uma vez, sem especificar o que, onde e para quem. Todas essas ações apresentaram liquidação de valores menores que as suas dotações.

- Quatro ações apresentaram um índice de realização nulo ou próximo a zero.

Programa Construção de Rodovias

- O referido Programa apresentou um índice de realização de 66% da sua dotação inicial.
- Das 10 ações referentes ao programa, três responderam por 93% da dotação inicial estabelecida pela LOA e por 94% do valor da despesa liquidada pelo mesmo.
- A ação, Apoio ao Sistema Viário teve um índice de realização de 52% do valor previsto. Esta ação está subdividida em: Fundo Social e Apoio ao sistema viário rural – SIE, sendo que a primeira concentrou mais de 90% dos recursos tanto planejados quanto liquidados. A dotação é centralizada no Gabinete do Governador do Estado não estabelecendo quais ações e regiões serão beneficiadas por esses investimentos e, por consequência, não permitindo a confrontação entre as ações planejadas e realizadas.
- A ação “Ações na área de infraestrutura” contava com uma dotação inicial de R\$ 158 milhões e previa a realização de



quatro sub ações, a saber: Construção de pontes na região – Tubarão, Pavimentação asfáltica para mobilidade urbana – Jaraguá do Sul, Pavimentação da SC 109 – Blumenau e Apoio ao sistema viário estadual – SIE. Dessas quatro, apenas a última apresentou liquidação de valores. Ressalta-se que, por apresentar um caráter genérico não estabelecendo quais ações e regiões seriam beneficiadas por esses investimentos não permitiram a confrontação entre as ações planejadas e realizadas.

Programa Acelera Santa Catarina

- Apresentou um índice de realização de 88% da sua dotação inicial. Das 35 ações referentes ao referido programa, quinze responderam por 91% da dotação inicial estabelecida pela LOA e por 98% do valor da despesa liquidada.

- Dessas 15 ações, 7 apresentaram um índice de realização médio de 165%, ou seja, todas essas ações tiveram valores liquidados acima dos valores orçados

As ações que apresentaram as maiores discrepâncias entre os valores orçados e realizados foram:

- Apoio a projetos, Pacto pelos municípios, com 515% de diferença, que dado o seu caráter genérico, não estabelece quais ações e regiões serão beneficiadas por esses investimentos, não permite a confrontação entre as ações planejadas e aquelas realizadas;

- Conservação e reabilitação de travessias, consiste na reabilitação da ponte Hercílio Luz, em Florianópolis liquidou R\$ 40

milhões a mais que o valor estipulado pela LOA, equivalentes 145% acima do mesmo;

- Construção do Complexo de Segurança Pública, referente às instalações físicas da sede central da SSP, SJC, PM, PC, BM, IGP e DETRAN para a qual a dotação inicial prevista na LOA era de R\$ 19 milhões e para a qual foram liquidados R\$ 35 milhões;

- Equipar unidades de saúde: esta ação, como outras já enumeradas não estabelece no orçamento quais unidades de saúde serão beneficiadas, nem especifica com o que, portanto, não permitindo a confrontação entre as ações planejadas e aquelas realizadas; incluindo na liquidação desde a aquisição de helicóptero, veículos à aquisição de equipamentos menores, como por exemplo, nobreak;

- Ações na área da saúde: Aquisição de equipamentos, material permanente e mobiliário para Unidades de saúde; R\$ 6 milhões que a esse título teve uma liquidação de R\$ 18,6 milhões, ou seja, o triplo do valor planejado e ainda Aquisição de veículos para unidades de saúde, com um valor orçado de R\$ 12 milhões para o qual não constam valores liquidados. Constatou-se que esta ação se confunde com a “Equipar unidades de saúde” onde consta a aquisição de veículos.

- Em contrapartida, 8 ações apresentaram um índice de realização médio 50% abaixo do planejado, sendo que dessas 2 ações, “Construção de unidade prisional” e “Equipar Hospital” o índice de realização foi nulo.



4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DIRETORIA DE AUDITORIA GERAL

A Diretoria de Auditoria Geral – DIAG, da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, no cumprimento do dever de prestar contas, apresenta o presente relatório com o intuito de divulgar as principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício financeiro de 2016.

No segundo semestre de 2015, a DIAG iniciou a elaboração da avaliação estratégica das suas atividades. Os resultados desta avaliação permitiram sugerir aspectos para a missão, a visão e os valores para a Auditoria e identificar as ações consideradas mais importantes e nas quais devem ser concentrados os esforços nos próximos anos pelos Auditores Internos do Poder Executivo de Santa Catarina.

Como resultado direto desta avaliação, a Diretoria fixou as diretrizes estratégicas que foram trabalhadas no ano de 2016, quais sejam:

1. Otimização e Correção dos Recursos Públicos
2. Transparência e Combate à Corrupção
3. Controle Interno
4. Auditoria Cidadã
5. Especialistas em áreas finalísticas
6. Melhoria do desempenho da Auditoria Interna

Apresenta-se a seguir as atividades desenvolvidas para cada uma das diretrizes estratégicas.

4.1 – OTIMIZAÇÃO E CORREÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

A comprovação da legalidade da aplicação dos recursos públicos e a avaliação dos resultados alcançados pelos órgãos e entidades são funções do sistema de controle interno definidas pela Constituição Federal. Exercendo suas funções, a DIAG objetiva, com esta diretriz, contribuir para que os recursos sejam aplicados de forma correta e otimizada, visando maximizar o resultado econômico e financeiro e a satisfação da sociedade.

4.1.1 AUDITORIAS E INSPEÇÕES

a) Auditoria de Conformidade

- FESPORTE (Relatório de Auditoria nº 001/16): auditoria para verificar adiantamentos para pagamentos de diárias e de arbitragem realizados pela Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, compreendendo os procedimentos realizados entre janeiro de 2013 a julho de 2015. Foram apontadas 31 recomendações e restrições. Entre outras restrições, o relatório aponta preliminarmente um total de **R\$ 153.862,76** pagos indevidamente com despesas de diárias e transporte, que devem ser devidamente comprovados ou ressarcidos ao Estado;

- MUSEU DO MAR (Relatório de Auditoria nº 002/16): Reanálise do Relatório nº 0005/2015, referente à verificação das contas da Associação dos Amigos do Museu Nacional do Mar (AAMNM) e de possíveis irregularidades. Foi realizada análise dos termos pactuados e verificação da execução dos termos de cooperação e dos termos de convênios firmados entre a Fundação Catarinense de Cultura - FCC e seus convenientes (AAMNM, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Município de São Francisco do Sul,



Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte - SOL, Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS e Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville - ADR de Joinville). Além das diversas recomendações, identificou-se a necessidade de ressarcimento aos cofres públicos de **R\$ 31.381,60**;

- Programa Juro Zero (Relatório de Auditoria nº 003/16 e Relatório de Auditoria nº 006/16 - materialidade de R\$ 110 milhões): análise dos processos e procedimentos necessários à execução do Programa Juro Zero junto ao BADESC, conforme o Programa de Auditoria nº 001/15. Finalizado relatório preliminar e de reanálise, encaminhados ao Badesc, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS e à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST. Registre-se, não ter havido contestações acerca do que se registrou, comprometendo-se o BADESC, em suas próximas operações, ajustar alguns procedimentos ao que fora inicialmente apontado;

- SJC (Relatório de Auditoria nº 004/16): auditoria para verificação da regularidade de pagamentos retroativos mediante análise dos procedimentos legais adotados para o reconhecimento e regular processamento destas despesas e do módulo de cálculo e pagamento de retroativos do SIGRH (fase de testes).



Benefícios financeiros: créditos a ressarcir de R\$ 31.381 e retorno econômico potencial de R\$ 153.862

Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos

b) Auditoria Operacional

- Serviços Terceirizados na ALESC (Relatório de Auditoria nº 005/2016 -Materialidade R\$ 27 milhões)

Realizado trabalho de Auditoria de natureza Operacional, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, no período de março de 2016, por 2 Auditores, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 001/2016, firmado entre a ALESC e a Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, publicado no Diário da Assembleia nº 6.957, de 24 de fevereiro de 2016 e no Diário Oficial do Estado nº 20.255, de 09 de março de 2016.

Referido trabalho foi elaborado, a partir dos questionamentos feitos pelo Ministério Público Estadual – MPSC, contidos nos incisos IV e VI da Cláusula 2 do Termo de Ajuste de Conduta - TAC, dos autos do Inquérito Civil nº 006/2012/PGJ/MPSC, e da edição da Lei Complementar nº 660, de 2015, que alterou o quadro de pessoal da Assembleia, extinguindo os cargos de provimento efetivo, de níveis fundamental e médio, publicada posteriormente ao TAC.

Foram avaliados o quantitativo e a necessidade de contratação dos 276 (duzentos e setenta e seis) postos terceirizados, do Contrato nº 096/2011, celebrado entre a ALESC e a empresa ONDREPSB – Limpeza e Serviços Especiais Ltda, cujo valor global é de R\$ 26.817.621,00 envolvendo 283 postos de serviço.

As recomendações feitas a partir da análise da qualidade dos serviços e da carga horária contratada, aliada à técnica de entrevista com todos os terceirizados e responsáveis da ALESC, objetivaram a readequação dos postos, otimização dos processos,



fluxos e dinâmicas de trabalho, permitindo produzir melhor com menos.

Este trabalho resultou numa economia potencial para a Assembleia em cerca de R\$ 4,5 milhões/ano.



Benefícios financeiros: retorno econômico potencial de R\$ 4,5 milhões
Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos

c) Auditoria de Acompanhamento

- Monitoramento da folha de pagamento

Visando identificar incorreções na folha de pagamento antes do seu processamento definitivo, o monitoramento mensal da prévia da folha de pagamento tem por foco a atuação preventiva e é efetuado sobre as bases de dados dos sistemas informatizados de recursos humanos, utilizando rotinas e técnicas de auditoria, com diversas trilhas automatizadas. Destacam-se neste trimestre as seguintes atividades:

- SISOB – Sistema de Controle de Óbitos: realizando o cruzamento dos dados do sistema SISOB (do Ministério da Previdência) com os dados da prévia das folhas de pagamento, evitou-se o pagamento, nas folhas de janeiro a dezembro de 2016, de **R\$ 1.607.885,78** a servidores e pensionistas já falecidos. Na projeção de 12 meses, o

desembolso evitado totaliza **R\$ 6.431.543,14**. Gize-se a necessidade de ressarcimento ao Erário de aproximadamente **R\$ 1.342.127,63** (créditos a ressarcir), referentes a pagamentos indevidos após os óbitos;

- Apontado pagamento em desacordo com a legislação - apurou-se o recebimento indevido a 7 servidores em exercício na SEA da rubrica 01-0467-01 - Grat. Produtividade 2 (**Trilha de Auditoria nº 031**). Tendo por base a folha de pagamento de janeiro de 2016, identificou-se créditos a ressarcir no montante de **R\$ 1.095.250,40**. Na projeção de 12 meses, o Estado deixará de desembolsar a quantia de **R\$ 257.705,98**. A SEA, órgão Central, foi diligenciada a prestar esclarecimentos e/ou providências (**Comunicação de Auditoria nº 0012/2016**);
- Apontado pagamento em desacordo com a legislação - foi averiguado o pagamento indevido a 04 (quatro) servidores de diferentes órgãos da rubrica 01-0577-01 - Gratificação Lei 16.300/2013 (**Trilha de Auditoria nº 031B**). Com base na folha de pagamento de janeiro de 2016, constatou-se a existência de créditos a ressarcir no montante de **R\$ 318.787,18**. Na projeção de 12 meses, o Estado deixará de desembolsar a quantia de **R\$ 154.466,54**. A SEA, órgão Central, foi diligenciada a prestar esclarecimentos e/ou providências (**Comunicação de Auditoria nº 0013/2016**). A matéria se encontra em análise;
- Inconsistências de parametrização no SIGRH para o valor do Código do Provento 01-0467-01 - Grat. Produtividade 2 - alertado à SEA, órgão Central do SAGRH, sobre as inconsistências de parametrização no SIGRH, no que diz respeito ao valor do Código do Provento 01-0467-01 - Grat.



Produtividade 2, pago em razão da substituição de FTG/FG, com demonstração de pagamento em valor superior ao devido a 3 servidores e, inclusive, para dois servidores, em valor superior ao limite máximo previsto na legislação específica, atualmente, de **R\$ 3.463,79**. (**Comunicações de Auditoria nºs 0019/2016 e 0020/2016**). A matéria já se encontra regularizada;

- Inconsistências de parametrização no SIGRH – variações de bases de cálculo das verbas salariais - alertado à SEA, órgão Central do SAGRH, sobre as inconsistências de parametrização no SIGRH, para que a base de cálculo das verbas salariais que são devidas por mês não sofra variações de valores, quanto aos meses que possuem menos ou mais do que 30 dias (**Comunicação de Auditoria nº 0026/2016**). A matéria foi regularizada na folha de pagamento de março, evitando, tempestivamente, um número importante de casos de pagamentos indevidos. A regularização se encontra em fase de “testes”, no sentido de se aferir a necessidade de eventuais ajustes complementares;
- Ajuda de Custos na SJC - na folha de pagamento do mês de março, por intervenção da GAPES, houve a exclusão antes do processamento da folha definitiva de 06 concessões de Ajuda de Custos no valor total de **R\$ 46.292,93**. A ilegalidade apontada decorreu do fato de se tratarem de remoções entre unidades localizadas em Municípios limítrofes ou de áreas contíguas, e a respectiva legislação estabelecer outro critério, qual seja, a mudança de Comarca (**Comunicação de Auditoria nº 0028/2016**);
- Incorreção na devolução de gratificação de férias anuladas - foi constatado durante o monitoramento da prévia 02/2016

que a devolução da gratificação de férias anulada de servidor da Procuradoria Geral do Estado, referente a 12/2015, estava sendo lançada indevidamente no módulo restituição ao erário, na base de 10% do vencimento, quando o correto, segundo o Manual de Férias da SEA, seria de forma integral. O caso foi levado a conhecimento da GERE/SEA, onde foram providenciados os ajustes diretamente no SIGRH;

- Pagamento de auxílio alimentação em quantidade superior aos dias úteis do mês - foi constatado durante o monitoramento da prévia de 02/2016 que a PM e o CBM estavam pagando 21 dias de Auxílio Alimentação, quando o correto seria 19 dias úteis. A mesma situação já havia se repetido na prévia de 01/2016, quando na oportunidade foi solicitado o ajuste à GERE/SEA. Com essa ação, evitou-se o desembolso de **R\$ 313.968,00**;
- Desconto da suspensão convertida em multa - foi constatado durante o monitoramento da prévia de 02/2016 que o desconto da suspensão convertida em multa de servidor da SSP estava incorreto, pois o setorial de pessoal havia lançado no módulo específico do SIGRH apenas 2 dias de suspensão, quando o correto seriam 5 dias. Foi encaminhado expediente à GEPES/SSP solicitando providências para ajuste da situação, mas como a folha já se encontrava fechada para o setorial, foi solicitado os ajustes à GERE/SEA e à GAPES/SEA ainda na folha de fevereiro de 2016;
- Pagamento de dias não trabalhados - foi constatado durante os trabalhos de monitoramento da folha de pagamento do mês de janeiro/2016 (Trilha de Auditoria nº 007A),



inconsistência no contracheque de servidora da SJC, uma vez que a mesma foi dispensada de ACT a pedido desde 09/01/2016, fazendo jus a apenas 8 (oito) dias proporcionais de remuneração em janeiro/2016, contudo foi pago indevidamente a remuneração integral. Foi encaminhada a CoA nº 0018/16 à GEPES/SJC solicitando providências para ressarcimento ao erário no valor de **R\$ 3.120,82**;

- Duplicidade no pagamento de rescisão de 13º salário – foram identificados três casos, 1 da FCC e 2 da FCEE. As inconsistências foram comunicadas à GERE/SEA para orientação quanto a possíveis falhas de procedimentos e providências para ajustar os erros encontrados. Para os dois primeiros casos, foram feitos os ajustes ainda na prévia. Quanto ao último, foi solicitada providências para ressarcimento ao erário no valor de **R\$ 1.453,09**;
- Apontamento da existência de saldo de licença prêmio por parte de servidores afastados à espera de aposentadoria: alertado em fevereiro de 2016 à SEA, órgão Central do SAGRH, que há 105 servidores nessa condição. O problema reside no fato de servidores, quando já aposentados, demandarem no Judiciário a indenização dos respectivos valores, com unanimidade das decisões a desfavor do Estado (Comunicação de Auditoria nº 0011/2016). Com base no valor da folha de dezembro de 2016, acrescida de encargos, e na quantidade de servidores ativos no mesmo mês, calculou-se em R\$ 217,05 o valor da remuneração diária desses servidores. Assim, a partir do montante de dias não usufruídos assinalado na comunicação de auditoria supracitada, estima-se em **R\$ 2.270.343,00** o impacto financeiro em caso de indenização dos períodos sem

usufruto. A matéria foi levada ao conhecimento também do Secretário de Estado da Fazenda, Casa Civil, Secretaria da Administração, Procuradoria Geral do Estado e IPREV;

- Apontamento da necessidade de ajuste em abonos de permanência para atos retroativos de aposentadoria: foram analisados casos envolvendo 3 servidores para os quais foi recomendada alteração na remuneração de modo que a folha de pagamento refletisse as informações constantes nas respectivas portarias com origem no IPREV. Para os casos assinalados, identificou-se créditos a ressarcir no montante de **R\$ 43.277,55**;
- Acumulação de remuneração no âmbito da SED: por meio da Comunicação de Auditoria nº 0031/2016 (Autos SEF 14023/2015) foi solicitado à SED posicionamento, em face da ausência de respostas para os fatos apurados. A resposta prestada foi no sentido de esclarecer que a matéria fora enviada à apreciação da Procuradoria Geral do Estado (SED 2227/2016);
- Acumulação de remuneração no âmbito da SEF: monitoramento das providências da GEPES/SEF quanto a servidor que percebeu indevidamente remuneração no âmbito da SEF, em face da opção pela remuneração de mandato parlamentar, com processo cadastrado no SIGRH em 13/08/15, com status de “em andamento” até a presente data, com débito ao Erário de **R\$ 80.410,00** (créditos a ressarcir);
- Pró-eficiência no âmbito da SEA: por meio da Comunicação de Auditoria nº 0062/2016 foi alertado à GERE/SEA que servidor de cargo de nível médio estava percebendo a Gratificação da Lei 16303/2013, código 01057501, no valor



devido ao cargo de nível superior, gerando um pagamento indevido de **R\$ 11.408,00** (créditos a ressarcir) nos exercícios de 2015 e 2016;

- Salário Maternidade de Períodos Retroativos: por meio da Comunicação de Auditoria nº 0064/2016 foi alertado à GREF/SEA que os valores pagos a título retroativo (grupo 2000) das servidoras afastadas a título de Licença-Maternidade não se encontram parametrizados no SIGRH, com vistas a ocorrer a respectiva compensação com o Regime Geral, gerando um prejuízo ao Erário, no exemplo analisado, de R\$ 1.278,25;
- Pagamento indevido de adicional de local de exercício: constatado durante o monitoramento da prévia 06/2016 que um Agente Penitenciário, da SJC estava percebendo indevidamente a rubrica 01-0274-01 – Grat. Art. 51 LC 472-09 (Adicional de Local de Exercício), mesmo após a LC nº 675/16 ter modificado a estrutura remuneratória dos agentes penitenciários e agentes socioeducativos da SJC e extinto aquela rubrica. O caso foi comunicado por a GREF/SEF e a GEPES/SJC que providenciaram a exclusão da vantagem do contracheque ainda na prévia. Foram **economizados** R\$ 2.005,11 mensal e **R\$ 24.061,32 anuais** (desembolso evitado);
- Pagamento de adicional de local de exercício sem amparo legal: constatado nos trabalhos de acompanhamento da folha de pagamento que o pagamento da rubrica 01-0274-01 – Grat. Art. 51 LC 472-09 (Adicional de Local de Exercício) para servidores da SJC estaria sem sustentação legal, uma vez que o inciso VII do art. 76 da LC nº 675/2016 revogou expressamente a LC nº 472/2009, que havia criado o

adicional de local de exercício. Assim, todos os pagamentos do adicional estariam irregulares a partir da folha de 05/2016, uma vez que a LC nº 675/2016 produziu efeitos a partir de 1º de maio de 2016. Na folha de maio/2016 foram pagos **R\$ 5.704.811,11** para 3058 servidores e na folha de junho/2016 **R\$ 6.049,21** para 11 servidores, que deverão ser ressarcidos (créditos a ressarcir);

- Pagamento irregular de hora-extra para servidores comissionados na SJC: constatado nos trabalhos de acompanhamento da folha que o pagamento da rubrica 01-0075-01 – Hora-Extra para servidores comissionados da SJC estaria irregular, pois o art 56 da LC nº 675/2016, vedou o pagamento de hora-extra para comissionados a partir de 1º de maio de 2016. Na folha de junho/2016 foram pagos **R\$ 58.397,72** para 24 servidores comissionados, que deverão ser ressarcidos (créditos a ressarcir);
- Pagamento acumulado de vencimentos: Foi constatado durante o monitoramento da prévia 06/2016 que uma servidora comissionada da SEF estava percebendo indevidamente a rubrica 01-0001-01 – Vencimento, concomitante com a rubrica 01-0005-01 – Vencimento Cargo Comissionado. O caso foi comunicado a GREF/SEF, que providenciou os ajustes nos parâmetros de pagamentos do SIGRH, e a automática exclusão da vantagem do contracheque da servidora ainda na prévia. Foram economizados R\$ 1.547,99 mensal e **R\$ 18.575,88 anuais** (desembolso evitado);
- Recebimento de adiantamento de 13º salário por servidores em situação de abandono de cargo: encaminhada à DGDP/SEA recomendações para providências no sentido de



não permitir a repetição desse fato e para cancelar a previsão de pagamento a servidores que se encontram em situação de abandono de cargo. Relativamente à amostra levantada pelo trabalho de auditoria, foi evitado o desembolso de **R\$ 5.342,12**;

- Intermediação da GAPES/SEF, via discussão e encaminhamento de soluções junto à GERE/SEA, para resolução dos seguintes problemas:

i. Auxílio à Gerência de Fiscalização (GEFIS) do IPREV, quanto aos ajustes necessários no SIGRH para o correto processamento de parcelamento de débitos previdenciários de servidores, relativos à períodos de Licenças sem Vencimentos (tributação, aspectos contábeis, parametrização do sistema e afins), em face da dificuldade enfrentada por aquela Gerência na solução dos problemas identificados;

ii. Auxílio à GEPES/SEF, com vistas a identificar a ocorrência de eventuais servidores falecidos antes do mês de dezembro de 2013, e que eram beneficiários do Código de Provento 1191, no sentido de promover os devidos ajustes na base de cálculo, que serviu de parâmetro da concessão da pensão;

- Pagamento integral de remuneração a servidores exonerados: trilha de auditoria encontrou inconsistência com relação ao afastamento definitivo de dois servidores da SED que perceberam remuneração integral da folha de agosto, mas haviam sido demitidos no meio do mês. Em resposta, o órgão informou ter alterado seus procedimentos, de modo que todos os processos de exoneração deverão ser encaminhados para publicação de

portarias individuais e análise de possível recolhimento de recebimentos indevidos;

- Ajuste em parâmetros para cálculo de rubricas no SIGRH: solicitado à GESIP/SEA a realização de ajuste no índice da rubrica 01-0547-01 - Retribuição Esforço, uma vez que, a partir do contracheque do mês de março/16, o índice passou de 30 dias para 100 dias, fato que prejudica a análise por meio de trilhas de auditoria. Solicitação foi reiterada no último trimestre de 2016;
- Afastamento para concorrer a cargo eletivo: solicitado ao Corpo de Bombeiros Militar o ajuste no SIGRH, ainda na prévia de setembro/16, relativo ao afastamento de 2 militares para concorrer a cargo eletivo, e assim evitar o pagamento indevido de verba indenizatória. **Desembolso evitado de R\$ 3.477,59**;
- Pagamento de Hora Extra na SJC a servidores que exercem suas atividades em áreas não finalísticas: a partir de agosto o Grupo Gestor do Governo retirou sua permissão para a realização de horas extras por parte do grupo de servidores atuante em áreas não finalísticas. Além disso, o início da vigência da Lei Complementar nº 675, de 3 de junho de 2016, inibiu o pagamento de horas extras para comissionados no âmbito da SJC. Em sua conclusão, o trabalho considera pertinente o pagamento das horas extras realizadas nos meses de junho e julho sob pena de coroar-se o enriquecimento sem causa da administração pública, além de evitar possíveis demandas judiciais contra o Estado, desde que observado o disposto no artigo 16 do Decreto nº 2.194, de 11 de março de 2009, e constatado formalmente pela Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES/SJC, mediante autuação de processo específico para esse fim, que os



servidores efetivamente prestaram as 40 horas extraordinárias naqueles meses, todas consignadas em folhas-ponto e/ou registro de frequência. Na projeção de 12 meses, o Estado deixará de desembolsar a quantia de **R\$ 759.391,68**;

- Conferência de saldo devido por servidor em processo de restituição: foram considerados corretos os valores apontados como devidos pelo setorial e ressaltou-se a necessidade de atualizar o saldo devedor antes de retomar o processo no SIGRH em razão da última atualização ter ocorrido em maio de 2015;
- Contracheque do mês do óbito do servidor: recomendada a criação de normativo detalhando as providências a serem adotadas, quanto aos débitos de servidores falecidos;
- Valores nos contracheques diferentes da tabela oficial: recomendou-se a revisão do valor da Gratificação de Produtividade (GAP) na PGE em casos onde o mesmo diverge daquele constante nas tabelas oficiais;
- Ajuda de Custos na Polícia Civil: análise de processo – foi verificada a regularidade nos procedimentos relativos ao caso analisado. Sugerida alteração na legislação para casos onde há concessão de ajuda de custos a cônjuges (por exemplo, pagar-se o benefício de maior valor). Também destacada a necessidade de dados cadastrais dos servidores, tais como os endereços residenciais;
- Abono de Permanência – Restituição de Valores: verificado que um servidor estava aposentado desde o dia em que completou 70 anos e foram atribuídos efeitos financeiros somente a partir da data da publicação da portaria em momento posterior. Entendeu-se pertinente a abertura de processo de ressarcimento ao erário, sem afastar-se a

possibilidade de busca de manifestação da Consultoria Jurídica do órgão;

- Ausência de ressarcimento: identifica a pertinência de regularização de ressarcimento por parte da Prefeitura Municipal de Palhoça, uma vez que quatro servidores estiveram à disposição daquele Município no período de 05/11/2007 a 31/12/2010, 01/05/2009 a 01/08/2009, 30/11/2005 a 17/10/2010 e 01/05/2009 a 31/12/2010, respectivamente, com ônus da remuneração e encargos previdenciários que deveriam ser ressarcidos à origem. Recomendada a abertura de processo visando a cobrança do ressarcimento no valor de **R\$ 1.052.747,95** (créditos a ressarcir), sem prejuízo da abertura de Tomada de Contas Especial, se necessário;
- Inconsistência no cálculo da contribuição previdenciária: Nos trabalhos de monitoramento da folha de outubro detectou-se inconsistência no cálculo da contribuição previdenciária de servidor da SEF no mês em que o mesmo passou para a inatividade. Foi calculada a contribuição apenas sobre os dias em que o servidor estava na situação de ativo, muito embora esteja sujeito à contribuição sobre a parcela que extrapola o teto do regime geral. Suspeita-se que seja uma falha nos parâmetros do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH e que, portanto, possa estar ocorrendo em todos os casos similares. Foi dada ciência à Gerência de Remuneração Funcional – GREF;
- Remuneração em duplicidade: nos trabalhos de monitoramento da folha de pagamento do mês de novembro, constatou-se que um servidor da FATMA à disposição da ALESC percebeu remuneração nos meses de setembro e outubro/16, apesar de estar exercendo cargo



comissionado naquela casa legislativa estadual, com disposição, SEM ÔNUS PARA A ORIGEM. Por meio da Comunicação de Auditoria 104/16, recomendou-se à FATMA a tomada de providências para ressarcimento ao erário no montante de **R\$ 6.384,74**;

- Pagamento integral de remuneração a servidora exonerada: nos trabalhos de monitoramento da folha de pagamento do mês de novembro (Trilha de Auditoria nº 007A), detectou-se inconsistência no contracheque de servidora ACT da SJC, uma vez que consta nos dados funcionais que a mesma foi dispensada a pedido pela Portaria nº 0881/DEAP/GABS/SJC, a contar de 17/10/2016, fazendo jus a apenas 16 (dezesesseis) dias proporcionais de remuneração em outubro/2016, contudo foi pago indevidamente a remuneração integral. Recomendou-se à SJC a tomada de providências para ressarcimento ao erário no montante de **R\$ 1.854,92**;
- Inconsistência nos parâmetros do cálculo de rubrica: nos trabalhos de monitoramento da folha de novembro detectou-se erro no cálculo da rubrica 01-0229-01 RETRIBUICAO-CTISP, para servidora da SSP. Na prévia o valor constante do contracheque era de R\$ 26.589,68, sendo corrigido após a comunicação da auditoria para o valor correto de R\$ 753,37, gerando um desembolso evitado de **R\$ 25.836,31 (mensal) e R\$ 310.035,72 (anual)**;
- Pagamento em duplicidade de retroativos: nos trabalhos de monitoramento da folha de pagamento do mês de dezembro, detectou inconsistência no pagamento da rubrica 04-0924 -DEVOL.DESC.CONTRIB.IPREV.FF, na folha de pagamento da Polícia Militar, no valor de R\$ 29.954,22, para um servidor, nos meses de 02/2016; 03/2016; 11/2016

e 12/2016 (este último, na prévia), sendo que o pagamento efetuado em 03/2016 está sendo ressarcido pelo servidor, ou seja, demonstrando que já não deveria ter ocorrido. Suspeita-se que o pagamento efetuado em 11/2016 possa ter ocorrido devido a alguma inconsistência ocorrida na recente migração da folha da Polícia Militar para o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH;

- Ausência de desconto de faltas retroativas: Nos trabalhos de monitoramento da folha de dezembro detectou-se a ausência de providências por parte da Secretaria de Estado da Saúde para ressarcimento ao erário do valor correspondente às faltas registradas no SIGRH sob a rubrica 09-5519-01 - FALTAS RETROATIVAS NAO DESCONTADAS – ERARIO, no contracheque de ex-servidor. Muito embora já houvesse processo administrativo instaurado (SES 31.703/2015), somente após a solicitação de informações a respeito por parte da Auditoria é que a SES deu início aos procedimentos administrativos visando o ressarcimento ao erário do montante de **R\$ 57.439,84**, dando ciência ao ex-servidor com a emissão do Ofício nº 2578 de 19/12/2016.



Benefícios financeiros: desembolso evitado de R\$ 8.324.860 (ano), crédito a ressarcir de R\$ 9.783.520 e economia potencial de R\$ 2.270.343
Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos, melhoria na organização administrativa e salvaguarda do patrimônio público



4.1.2 - ASSESSORAMENTO

a) Assessorias

- Avaliação dos controles utilizados pelas unidades de gestão de pessoas na confecção da folha de pagamento na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina – ALESC

Firmado entre a ALESC e a Secretaria de Estado da Fazenda - SEF por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 001/2016, o trabalho possui o seguinte escopo:

- Estudo das legislações que tratam das rubricas que concedem a estabilidade financeira, análise de contracheques, de pareceres e processos, além de entrevistas com servidores da área de recursos humanos, com o objetivo de elucidar a controvérsia existente em relação ao pagamento desses benefícios;

- Elaboração de manuais contendo o conceito, os procedimentos, as instruções e orientações que devem ser obedecidas e cumpridas para a implantação de benefícios na folha de pagamento dos servidores, com o intuito de padronizar essa execução;

- Estudo e elaboração para o fluxo de pagamento das decisões judiciais, além disso, verificação sobre a situação de ações no Judiciário quanto aos benefícios financeiros pagos na folha.

Em agosto foi emitida a Informação DIAG nº 0087/16, contendo a análise da legislação que assegura estabilização financeira aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, e a regularidade de sua aplicação aos casos concretos.

Na conclusão recomendou-se, entre outras, a revisão de todas as incorporações/estabilizações efetuadas com fundamento nas Resoluções 002/2004 e 002/2006, com vistas ao saneamento de

eventuais vícios ou, em sendo o caso, o cancelamento de eventuais vantagens concedidas indevidamente.

No transcorrer dos trabalhos de desenvolvimento dos manuais de Restituição ao Erário e de Concessão Retroativa de Créditos Devidos ao Servidor, verificou-se a inexistência de normatização a respeito no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, razão pela qual se decidiu pela elaboração de minuta contendo o detalhamento necessário que, uma vez acatada pela Presidência da Casa, redundou na edição do Ato da Mesa nº 436, de 24/08/2016.

O trabalho foi concluído em novembro, sendo emitida a Informação DIAG nº 0097/16, contendo o resultado do trabalho realizado na elaboração de manuais e procedimentos administrativos afetos à área de gestão de pessoas e que servirão de base para o desenvolvimento de fluxogramas de processos a serem elaborados pela Assessoria de Planejamento Institucional da ALESC, a exemplo do que já ocorreu com os manuais de Restituição ao Erário e de Concessão Retroativa de Créditos Devidos ao Servidor, resultando no Manual de Procedimentos Operacionais Padrão – POP.

O Manual de Procedimentos Operacionais Padrão – POP, desenvolvido na forma de fluxograma, tem por objetivo mostrar de forma descomplicada o fluxo das informações e elementos, além da sequência operacional que caracteriza o trabalho que está sendo executado.

- Projeto O Estado na Medida

O projeto “O Estado na Medida” foi aprovado pelo Decreto nº 188, de 26/05/2015, tendo como finalidades a adequação da força de trabalho às reais necessidades do Estado, a identificação de



atividades, processos ou rotinas que podem ser automatizados e o estabelecimento de parâmetros para futuras contratações.

Foi realizado o trabalho de mensuração dos médicos e pessoal de enfermagem nos hospitais gerais sob administração da SES (Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes, Waldomiro Colautti, Celso Ramos, Nereu Ramos e Tereza Ramos)

As atividades desenvolvidas se consubstanciaram em:

- visitas aos hospitais Hans Dieter Schmidt (Joinville) e Tereza Ramos (Lages) para conhecimento da estrutura, funcionamento e apresentação dos resultados parciais (médicos e área de enfermagem). O Hospital Hans Dieter foi visitado duas vezes;
- pesquisa dos serviços e unidades hospitalares habilitados pelo Ministério da Saúde para cada hospital;
- revisão e adequação de parâmetros e recálculo dos quantitativos de todos os hospitais gerais analisados para adequação às normas relativas aos serviços e unidades habilitados pelo Ministério da Saúde (CNES);
- finalização da mensuração de pessoal da área de enfermagem e apresentação do resultado final aos gerentes técnicos do Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes, Hospital e Maternidade Tereza Ramos, Hospital Regional Hans Dieter Schmidt e Hospital Celso Ramos;
- finalização da mensuração de pessoal da área médica com a respectiva apresentação do resultado final aos gerentes técnicos e diretores do Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes, Hospital Nereu Ramos, Hospital Governador Celso Ramos, Hospital e Maternidade Tereza Ramos, Hospital Regional Hans Dieter Schmidt e Hospital Waldomiro Colautti;

- pesquisa dos processos seletivos havidos após o início dos trabalhos na SES;
- revisão final dos cálculos e elaboração do relatório final com os respectivos anexos e tabelas.

Além do relatório final da mensuração, foi elaborada a apresentação do trabalho no programa Quickview.

Foi realizada ainda estimativa da quantidade de recursos humanos (servidores públicos – *lato sensu*) necessária para desenvolver as atividades-meio nas Diretorias de Administração, Finanças e Contabilidade (DIAF).

Foram selecionadas como objeto de estudo as Secretarias de Estado da Administração, da Fazenda e da Assistência Social, Trabalho e Habitação. O relatório final da comissão, composta por servidores da Diretoria de Contabilidade Geral, sob coordenação da DIAG, abrangeu as Gerências das Diretorias Financeiras (DIAFs), quais sejam: de Gestão de Pessoas (GEPES), de Administração, Finanças e Contabilidade (GEAFC), de Apoio Operacional (GEAPO) e de Tecnologia da Informação (GETIN).



Benefícios não-financeiros: impactos econômicos positivos e melhoria na organização administrativa

- Monitoramento da frota oficial

As ações foram focadas no monitoramento (acompanhamento e cobrança) da implementação, pelos órgãos/entidades estaduais, das regras constantes do Decreto nº 312/11, que trata da atualização cadastral de veículos e



equipamentos oficiais no Estado, bem como do Decreto nº 660/11, que dispõe sobre aquisição e locação de veículos oficiais no Estado, especialmente visando reduzir as inconsistências verificadas nos sistemas DETRANET e PAT.

Nos últimos trimestres as inconsistências nesses sistemas são apresentadas nesse quadro:

**QUADRO DE INCONSISTÊNCIAS
DETRANNET x PAT / DETRANET / PAT**

INCONSISTÊNCIA	dez/15	mar/16	jun/16	set/16	dez/16
DETRANNET X PAT	163	225	225	199	191
DETRANNET	172	116	176	161	141
PAT	80	82	93	84	148
TOTAL	415	423	494	444	480

Fonte: Sistema SC Multimídia

O apontamento DETRANNET X PAT retrata o **número de inconsistências** existentes entre os Sistemas DetranNet e Patrimônio, que podem, por exemplo, decorrer de divergências entre placas, chassis ou CNPJs. Verifica-se que houve um acréscimo em relação ao ano anterior (dez/2015), variando de 163 para 191 veículos com inconsistências.

O apontamento DETRANNET indica o **número quantitativo** de veículos dos órgãos e entidades que **não** estão registrados no Sistema de Patrimônio do Estado (PAT). Verifica-se que houve um decréscimo de 30 veículos em relação ao ano anterior (dez/2015).

O apontamento PAT mostra o **número quantitativo** de veículos dos órgãos e entidades que estão registrados no Sistema de Patrimônio, porém não figuram nos cadastros do DETRAN em nome do Estado.

Registra-se, ainda, que as atividades desenvolvidas têm contribuído decisivamente para reduzir o estoque de veículos oficiais inservíveis.

No exercício financeiro de 2016, a Secretaria de Estado da Administração realizou 02 (dois) leilões, nos quais foram alienados 780 lotes de bens móveis inservíveis que totalizaram uma arrecadação de R\$ 4.145.395,00. Enfatiza-se que a atuação da DIAG, com execução de diversas ações, foi decisiva para redução do estoque de veículos inservíveis e, conseqüentemente, incremento da receita com a venda.

A DIAG, além de apoio e esclarecimento às dúvidas oriundas dos órgãos/entidades, promove reuniões constantes e responde a inúmeras consultas relativas ao tema, além de monitorar permanentemente o saneamento das restrições e inconsistências da frota de veículos oficiais constantes do Portal do Gestor Público Estadual.

- Estudo sobre alteração da forma de repasse de recursos às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Catarina (APAEs)

Ação realizada com objetivo de implementar um novo modelo de relacionamento com APAEs e entidades congêneres, substituindo a disponibilização de professores por repasse financeiro proporcional ao quantitativo de usuários atendidos pela instituição.

Com essa alteração, espera-se ampliar a autonomia das instituições na gestão dos profissionais que nelas atuam, visto que



atualmente a seleção e contratação de professores são realizadas pelo Estado sem a participação das entidades. Além disso, também está estimada economia de recursos da ordem de R\$ 80 milhões caso a contratação de professores passe a ser efetuada diretamente pelas APAEs e o Estado fique responsável pelo custeio de vagas para o atendimento de usuário.

No início do ano efetivou-se a implementação do novo modelo nas Apaes de Florianópolis e Fraiburgo. Vale ressaltar que há expectativa de redução de 41% no montante de recursos destinados à contratação de professores, consideradas ambas as instituições.

Ao longo do ano prosseguiram os estudos relativos a aspectos operacionais e legais com foco em subsidiar a tomada de decisão pela adoção, ou não, da modalidade alternativa de relacionamento com Apaes e entidades congêneres.

Ocorreram ainda contatos com os principais atores com o objetivo de verificar a possibilidade de ampliação da utilização da opção por repasse financeiro em lugar da disponibilização de professores. Reunião com o Sr. Governador do Estado definiu que será ofertada às entidades essa possibilidade, devendo a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) liderar essa ação e quantificar o volume de recursos necessários para atendimento das instituições optantes da nova modalidade.



Benefícios não-financeiros: melhoria na organização administrativa e melhoria dos indicadores para fins da LRF

Benefício financeiro: economia potencial de R\$ 80 milhões

- Defensoria Dativa e Audiências de Custódia

Foram realizadas reuniões com a OAB para tratar do pagamento da defensoria dativa relativo ao saldo de certidões não pagas e emitidas até o fim da vigência da Lei nº 155/1997. Após a assinatura do protocolo de pagamento entre o Estado e a OAB Santa Catarina e concluída as inspeções na base de dados, o relatório das certidões aprovadas foi enviado à Secretaria de Justiça e Cidadania que operacionalizou o pagamento no valor total de R\$ 9,5 milhões no ano.

Também foi tratado junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina os procedimentos operacionais necessários ao pagamento a advogados que acompanham as audiências de custódia na ausência de um defensor público estadual.

Com a assinatura da resolução conjunta nº 2, de junho de 2016, a qual disciplina o pagamento da remuneração dos advogados nomeados pela autoridade judicial para acompanhamento das audiências, foram realizadas as primeiras inspeções e envio de relatórios para o pagamento das respectivas certidões.

- Levantamento das prestações de contas em situação irregular (materialidade: R\$ 97,1 milhões)

A Informação DIAG nº 067/2016 promoveu o levantamento em cada Unidade Gestora, das prestações de contas pendentes de baixa no SIGEF, cujo pagamento tenha ocorrido até 31/12/2012. Foram encontradas 1.834 prestação de contas de adiantamentos, convênios, contratos de apoio financeiro, subvenções sociais, etc. que não se encontravam em situação regular (baixadas) em 48 UGs.

Inicialmente foram enviados para cada órgão identificado ofício, Informação e relatório das prestações de contas pendentes com prazo de 60 dias para regularizar. As providências tomadas pelas



UGs estão sendo monitoradas pela Gerência de Auditoria de Recursos Antecipados.

- Estudo sobre a concessão de jetons no Executivo Estadual: reavaliação do estudo feito pela Diretoria de Auditoria Geral constante no processo SEF nº 45.840/2007, que trata de gratificação por participação em reuniões (jetons), da repercussão financeira decorrente da LC nº 322/2006 e/ou respectivos planos de cargos e salários, bem como das normas que regem a matéria. Trabalho em andamento;

- Palestra no II Encontro Estadual de Gestores Municipais de Convênio realizado nos dias 07 e 08 de junho, pelo Escritório de Projetos da Federação Catarinense de Municípios-FECAM, em parceria com as Associações de Municípios e Escola de Gestão Pública Municipal EGEM com o tema Prestação de Contas.

b) Consolidação e análise de dados

- Relatório gerencial consolidado dos gastos com pessoal: A DIAG realiza rotina mensal de acompanhamento apresentando uma visão geral e gerencial acerca dos gastos de pessoal e encargos sociais da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes. A Informação que sintetiza avaliação gerencial da DIAG busca relacionar os principais proventos e descontos em folha de pagamento, com visões por unidades gestoras e por código de proventos e descontos obrigatórios, por meio de comparações entre o período atual e o anterior, elucidando as maiores variações ocorridas. Utiliza-se de registros do SIGEF e Sistemas de Gestão de Pessoas (SIRH, SIGRH, etc) consolidando todos os gastos envolvidos com a área de pessoal, como folha de pagamento e encargos sociais (parcelas patronal e do servidor), pensões, plano de saúde, indenizações e sentenças judiciais etc;

- Análise da Execução da Despesa do Estado: A DIAG realiza o monitoramento e análise das despesas do Poder executivo, emitindo Informações bimestrais, contemplando também o acompanhamento automatizado de cálculos relativos aos limites da LRF;

- Avaliação gerencial mensal do custeio do Poder Executivo: A partir do 2º semestre de 2016 a DIAG começou a formalizar em Informação específica a análise do custeio, tomado por base os registros no SIGEF, buscando identificar as principais variações em relação ao mês anterior e comparativos entre o acumulado dos exercícios atual e anterior. O objetivo da Informação é subsidiar trabalhos das outras gerências na investigação juntos aos órgãos e unidades orçamentárias quanto as explicações de variações considerando-se elementos e subelementos de despesas, fontes de recursos, credores etc;

- Avaliação gerencial mensal das transferências Voluntárias do Poder Executivo: A partir do 2º semestre de 2016 a DIAG começou a formalizar em Informação específica a análise de Transferências Voluntárias, tomado por base os registros no SIGEF no módulo de Transferências e Execução Orçamentária, buscando identificar as principais variações em relação ao mês anterior e comparativos entre o acumulado dos exercícios atual e anterior. O objetivo da Informação é subsidiar trabalhos da GERAN na investigação quanto as explicações de variações relevantes e anormais considerando elementos e subelementos de despesas, fontes de recursos, credores etc;

- Avaliação semestral do déficit previdenciário do Poder Executivo: A partir do 1º semestre 2016 a DIAG começou a formalizar em Informação específica a análise do déficit previdenciário, tomando por base os registros no SIGEF e dos sistemas de Recursos Humanos



(SIRGH, SIRH, etc), buscando identificar as principais variáveis envolvidas no cálculo dos exercícios atual e anterior. O objetivo da Informação é identificar o crescimento quantitativo e financeiro segundo as categorias de servidores ativos e inativos identificados por órgãos da administração direta do poder executivo do Estado.



Benefícios não-financeiros: fornecimento de informações gerenciais e estratégicas

c) Proposta ou análise de ato normativo

- Estudos sobre o regime de adiantamento: em parceria com a DCOG, para elaboração de minuta de decreto consolidando num mesmo normativo as regras de adiantamento e de utilização do Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina – CPSC. Trabalho em andamento;

- Participação no Grupo de Trabalho instituído pela PORTARIA CONJUNTA SCC/SEF/PGE Nº 013/2015 – de 25/03/2015, que têm o propósito de regulamentar a Lei Federal nº 13.019/14, que estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

- Estudos e desenvolvimento de minuta de Decreto que regulamenta a Lei n.º 13.019/2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

- Proposta de cronograma a ser inserido na forma de Anexo no Decreto de Encerramento do Exercício, contendo disposições sobre responsabilidade pela execução, prazos e tramitação dos

documentos a serem elaborados pelos órgãos/entidades, em conformidade com a IN TCE 020/2016. Publicado no Decreto nº 1023, de 30/12/16;

- Portaria nº 490, de 19/12/2016 - coordenação dos trabalhos que resultaram na publicação da Portaria que aprova o Manual que orienta os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual sobre os procedimentos a serem observados, quanto aos servidores ou empregados cedidos para exercício em órgãos distintos daqueles onde possuem a lotação, com ônus ressarcido à origem ou qualquer outro título de afastamento que caracterize a obrigação de ressarcir e estabelece outras providências



Benefícios não-financeiros: atualização e aprimoramento de textos legais

d) Monitoramento das contas do Governador

A DIAG realizou o trabalho contínuo de monitoramento dos responsáveis e corresponsáveis pela implementação e pelo acompanhamento de ações com vistas ao saneamento ou mitigação de ressalvas, recomendações e outros fatos relevantes constantes de pareceres prévios emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE), sobre as Prestações de Contas do Governo (PCG), em cumprimento ao disposto na Resolução Grupo Gestor de Governo nº 001, de 26 de julho de 2013, que alterou o Anexo I da Resolução nº 006, de 27 de junho de 2012, e complementou as disposições da Resolução nº 004, de 04 de julho de 2011.



Contudo, neste ano, foi editada a Resolução Grupo Gestor de Governo nº 005/2016/GGG, de 15 de junho de 2016. Assim, compete ainda à DIAG providenciar a compilação das respostas, contendo as medidas tomadas ou justificativas apresentadas pelos responsáveis, com vistas à consolidação das contrarrazões ao projeto de Parecer Prévio do TCE sobre a PCG, objetivando o encaminhamento destas pelo Secretário de Estado da Fazenda ao Governador do Estado e ao TCE.



Benefícios não-financeiros: melhoria na organização administrativa

e) Pareceres

- Parecer nº 001/2016, sobre a regularidade da restituição de correção monetária e juros sobre valor equivocadamente transferido à COHAB por instituição bancária;
- Parecer nº 002/2016, a respeito dos procedimentos a serem adotados na prestação de contas de convênio firmado entre a ADR de Araranguá e o Município de Sombrio, no valor de R\$ 294.117,65;
- Parecer nº 003/2016, sobre a possibilidade de aumento quantitativo por meio de termo aditivo ao contrato;
- Parecer nº 0004/2016, em resposta à consulta formalizada pela ADR de Canoinhas, sobre a possibilidade de cadastramento no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Simões, especialmente no que diz respeito à cobrança de joia pela associação;

- Parecer nº 0005/2016, em resposta à consulta formalizada pela ADR de Rio do Sul, sobre a regularidade de prestação de contas da Fundação Osny J Gonçalves, tendo em vista movimentação irregular dos recursos por meio de saques da conta específica do convênio;

- Parecer nº 0006/16, em resposta ao Secretário da SOL, relativo à possibilidade de inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para a celebração de Termo de Fomento a ser celebrado com a Federação Catarinense de Tênis – FCT, em apoio ao evento Brasil Tênis Cup, etapa do circuito mundial de tênis feminino em Florianópolis;

- Parecer nº 0007/16, em resposta à consulta oriunda da Unidade de Controle Interno da SOL, acerca da possibilidade de se imputar penalidade à empresa contratada para prestação de serviços, uma vez que a mesma descumpriu cláusulas editalícias e contratuais em relação ao fornecimento de insumos e serviço de desratização e dedetização;

- Parecer nº 0008/16, em resposta à ADR de Xanxerê quanto às inconsistências nas prestações de contas do Convênio nº 2014TR002701;

- Parecer nº 009/2016, manifestação a respeito da restituição a Bombeiro Militar que desembolsou recursos próprios para complementar pagamento de passagem a serviço;

- Parecer nº 0010/16, em resposta ao Secretário da SOL, relativo à possibilidade de inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para a celebração de Termo de Fomento a ser celebrado com a Associação de Surf da Joaquina - ASJ, em apoio ao evento Hang Loose Pro



Contest 2016, etapa do circuito mundial de surf, divisão de acesso em Florianópolis.



Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos de trabalho

f) Resposta às consultas

Durante o ano de 2016, a DIAG respondeu a 4.806 consultas recebidas por e-mail ou por telefone, sendo 4.400 pela Gerência de Auditoria de Recursos Antecipados, 46 pela Gerência de Auditoria de Licitações e Contratos, 32 pela Gerência de Auditoria de Atos de Pessoal e 328 pela Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio.

4.1.3 - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Demonstra-se graficamente o quantitativo de Relatórios e Certificados de Auditoria em Tomada de Contas Especial emitidas.

Resumo dos Certificados de Auditoria em Processos de Tomada de Contas Especial:

Certificados de Auditoria em TCE's	Exercício de 2014			Exercício de 2015			Exercício de 2016		
	Qde	R\$	%	Qde	R\$	%	Qde	R\$	%
Regulares	1	376.647	8,6%	1	36.000	0,2%	1	5.500	-
Regulares com ressalvas	10	96.338	2,2%	3	223.023	1,0%	4	1.182.466	9,3%
Irregulares (Retorno Potencial)	46	3.906.971	89,2%	21	21.484.600	98,8%	31	11.563.724	90,7%
TOTAL	57	4.379.957	100%	25	21.743.624	100%	36	12.751.690	100%

Os processos de TCE considerados irregulares, com possibilidade de retorno ao erário, assim são compostos, por tipo:

Tipos de Irregularidades	Exercício de 2014			Exercício de 2015			Exercício de 2016		
	Qde	R\$	%	Qde	R\$	%	Qde	R\$	%
Prática de ato ilegal, ilegítimo e antieconômico	20	1.947.400	50%	17	24.143.958	94%	13	4.291.583	37%
Irregularidades na aplicação de recursos	12	1.151.643	29%	4	1.356.240	5%	4	1.196.582	10%
Omissão no dever de prestar contas	14	807.928	21%	3	0	0%	13	5.866.854	51%
Desfalque ou desvio	-	-	-	1	117.419	0%	1	140.371	-
TOTAL	46	3.906.971	100%	25	25.617.617	100%	31	11.495.390	100%

Além disso, foram emitidas 23 Informações em Tomada de Contas Especial diligenciadas à origem, pendente de Relatório ou Certificados de Auditoria.



Retorno Econômico: retorno potencial de R\$ 11.495.390

4.1.4 - ATIVIDADES INTERNAS

a) Gestão de Sistemas

- SC-REGULARIDADE – Monitoramento contínuo da Regularidade (CAUC)

A DIAG, por intermédio da Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio, realiza o **monitoramento** diário das regularidades jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa, e demais exigências legais dos órgãos, entidades, fundos e outros poderes do Estado de Santa Catarina por meio do Sistema SC Regularidade¹.

¹ O acompanhamento da regularidade tem por objetivo direto evitar que o Estado, por meio de qualquer de seus órgãos ou entidades, incida em inadimplência e, com isso, fique tolhido de receber recursos financeiros da União mediante transferências voluntárias. Também, de forma indireta, fomenta o controle interno dos órgãos ou entidades e, em consequência, resulta na redução das despesas públicas (p.ex., multas e notificações fiscais) e no incremento das receitas não tributárias (p.ex. obtenção de novos convênios da União). O Sistema SC Regularidade possibilita verificar e gerenciar se os órgãos e entidades estão cumprindo o Decreto nº 851, de 23 de novembro de 2007, objetivando a adoção de medidas pró-ativas para saneamento das irregularidades antes que as mesmas figurem no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), do Governo Federal.

Em decorrência deste trabalho, o Estado permaneceu liberado para recebimento dos seguintes valores, decorrentes de operações de crédito:

Período	Operações Internas	Operações Externas	Total R\$
Exercício de 2014	1.617.947.959,50	125.479.743,21	1.679.491.296,74
Exercício de 2015	927.934.456,28	218.960.631,72	1.146.895.088,00
1º Trim/2016	47.511.991,00	23.239.839,81	70.751.830,81
2º Trim/2016	847.899.400,00	85.737.401,40	933.636.801,40
3º Trim/2016	0,00	35.264.592,46	35.264.592,46
4º Trim/2016	142.053.755,04	72.173.631,07	214.227.386,11
Exercício de 2016	1.037.465.146,04	216.415.464,74	1.253.880.610,78

Fonte: Demonstrativo dos Recursos Ingressados no Tesouro Estadual decorrente de Operações de Crédito (Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública) e Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada Mês a Mês (SIGEF)

No tocante a transferências voluntárias (convênios) o Estado recebeu durante o ano de 2016, aproximadamente R\$ 160 milhões:

Período	Despesas Correntes R\$	Despesas de Capital R\$	Total R\$ (mil)
Exercício de 2014	84.681	23.124	107.634
Exercício de 2015	53.435	37.030	90.465
1º Trim/2016	35.747	2.952	38.699
2º Trim/2016	10.843	2.500	13.343
3º Trim/2016	7.981	6.838	14.819
4º Trim/2016	60.586	33.090	93.676
Acumulado 2016	115.157	45.380	160.537

Fonte: SIGEF em 11/01/2017 – Funcionalidade: Contabilidade – Relatórios Contábeis Gerenciais - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Consolidado Geral - Contas Contábeis 4.1.7.6.1, 4.9.7.6.1 e 4.2.4.7.1.



Benefícios não-financeiros: impactos financeiros e econômicos positivos e melhoria na organização



administrativa

4.2 – TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

A aplicação correta e de forma otimizada dos recursos públicos são objetivos dos trabalhos realizados pela DIAG. A corrupção retira dos cofres públicos recursos que poderiam ser aplicados para satisfazer as necessidades dos cidadãos. A transparência dos gastos públicos é um grande aliado no combate à corrupção, além de fomentar a participação da sociedade na validação da aplicação dos recursos, ao permitir que todos os cidadãos saibam onde os recursos estão sendo aplicados.

4.2.1 – AUDITORIAS E INSPEÇÕES

a) Auditoria de Conformidade

- Fornecedora com isenção de ICMS (Relatório de Auditoria nº 007/16): auditoria espacial realizada após comunicação da 20ª Promotoria de Justiça da Capital - MPSC da notícia de fato 01.2015.00022579-8, posteriormente convertida em Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2016.00001715-3, que apura eventual realização de fraude fiscal pela empresa Aquinpel, fornecedora de papel e material de expediente. O Relatório Preliminar apontou a existência de não conformidades administrativas e tributárias da ordem de aproximadamente **R\$ 746.372,18** decorrentes de procedimentos licitatórios e respectivos contratos firmados com a referida empresa, no período compreendido entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015. Entre os apontamentos destacam-se a suposta ausência de desoneração, a órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo Estadual, do montante relativo ao ICMS em operações isentas, conduta que configura, em tese, infração prevista no art. 96, V da Lei nº 8.666/93; e a suposta ausência de declaração

de ICMS Substituição em operações sujeitas à tributação, conduta que configura, em tese, infração prevista no art. 1º, I e II da Lei nº 8.137/90;



Benefícios financeiros: economia potencial de R\$ 746.372

- Quadro de Indicadores - QI Servidores em SC²

O Quadro de Indicadores (QI) sobre servidores públicos em Santa Catarina iniciado em maio em conjunto com a CGU, foi finalizado no final de 2015. O projeto envolveu a execução de 14 trilhas, 8 bases de dados estaduais e federais e mais de 150 mil servidores. Foram constatadas inconsistências de pagamentos indevidos, acumulações de cargos públicos irregulares, relação societária entre servidores e fornecedores contratados pelo Estado, entre outras. Essas irregularidades, se confirmadas, podem trazer uma economia de mais de 3 milhões de reais anuais ao Estado.

Em 2016 foram dados os encaminhamentos para as ações corretivas e as investigativas.

Durante o ano, foram elaborados e encaminhados relatórios para a SSP, SED, SJC SEA, DEINFRA, SST, IPREV e SES, com recomendações e ações a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos.

² Trabalho realizado no âmbito do ODP. O ODP é fruto de projeto piloto, criado a partir de outubro de 2012, que visa à incorporação da filosofia de gestão da informação da despesa pública em dois Estados da Federação (SC e BA), por meio da transferência de conhecimento técnico para a montagem e operacionalização do modelo proposto pelo Observatório da Despesa Pública da CGU.



Foram encaminhados ao Ministério Público Federal os resultados da trilha de servidores estaduais que receberam Bolsa Família para as providências cabíveis.

Foi ainda realizada videoconferência com a CGU para detalhamento das análises e encaminhamentos desses resultados em razão da necessidade de ações conjuntas em várias trilhas.

Ficou acertado junto à CGU a definição do fluxo do processo para monitorar todas as inconsistências geradas pelo QI Servidores e a possível utilização de sistema federal para o acompanhamento e controle das resoluções encaminhadas por ambos os entes.

Como resultado parcial deste trabalho, conforme retorno dos órgãos, tem-se a confirmação de:

- 6 acúmulos de cargos por horário incompatível;
- 1 acúmulo de cargo com incompatibilidade geográfica;
- 3 acúmulos de cargos que violam regra constitucional;
- 2 servidores que são sócios gerentes de empresa.

O Quadro de Indicadores (QI) sobre servidores públicos federais e estaduais em Santa Catarina está na fase de retorno das informações dos órgãos sobre as possíveis irregularidades encontradas e de consolidação das respostas já enviadas.

- Quadro de Indicadores - QI Compras

Em dezembro foi iniciando o trabalho de automatização do Quadro de Indicadores (QI) sobre Compras efetuadas pelo Estado, com escopo abrangendo os anos de 2015 e 2016. Serão elaboradas trilhas gerenciais e de auditoria no Qlikview sobre o tema compras

atualizadas diariamente. Os trabalhos envolvem o ODP/GEDIN, GEALC e o CIASC, com previsão de término para abril de 2017.

- Auditoria na Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF: execução do Programa de Auditoria nº 004/2016, que tem por objetivo verificar, na forma estabelecida pela legislação, se a Gerência de Gestão de Pessoas possui o devido controle e guarda das Declarações de Bens, Direitos, Valores e Rendas dos servidores da Secretaria da Fazenda, bem como fazer o confronto de suas informações com a base de dados do DENATRAN, JUCESC e Prefeitura Municipal de Florianópolis (IPTU), com vistas a realização do levantamento da evolução patrimonial de servidores e seus dependentes para fins de IRRF e ao exame de sua compatibilização com os recursos e as disponibilidades declarados. Trabalho em andamento, com previsão de término para fevereiro de 2017.



Benefícios não-financeiros: salvaguarda do patrimônio público

- ADR ITAJAÍ: Com base nos apontamentos constantes em Relatório de Controle Interno (RCI) do Setorial do órgão, foi dado início a Auditoria que visa analisar se as licitações em que participaram as empresas apontadas no RCI (Processo SDR17 03408/2015) e os respectivos contratos firmados com a ADR de Itajaí observaram o princípio da legalidade, da competitividade e da impessoalidade no período de janeiro/2013 a dezembro/2015;

4.2.2 - ASSESSORAMENTO



a) Assessoria

- Expansão do ODP para municípios

Dando continuidade às tratativas para as definições do piloto ODP *municipal*, foi revisada a versão final do Manual de Implantação, que visa fornecer informações para a implementação do modelo ODP nos municípios interessados, sendo um guia com as atividades de cada fase para a implantação dos ODP municipais. O Manual contempla a Carta Consulta, Acordo de Cooperação Técnica (ACT), Política de Certificação, Cronograma e os anexos necessários às implantações dos referidos pilotos ODP municipais nos estados.

Após finalização do material de apoio, foram feitas reuniões com a CGU e definição das ações para a implantação de projeto piloto do ODP em âmbito municipal.

Por fim, a extensão do modelo do ODP aos municípios interessados prevista em acordo com a CGU foi postergada para 2017 em razão das dificuldades decorrente das eleições municipais.

- Expansão do ODP para outros Estados

Após os seminários de expansão do ODP para os demais estados da federação realizados em 2015 pela CGU, com participação do ODP.SantaCatarina nas apresentações realizadas, em julho o Estado do Paraná efetuou visita programada para conhecer os trabalhos realizados e a estrutura do ODP.SantaCatarina nas dependências da DIAG.

Em outubro foi realizada pela CGU em Brasília uma nova etapa de capacitação dos estados que aderiram ao ODP.Estadual, com a participação do ODP.SC na apresentação de seus trabalhos

aos demais participantes, fortalecendo a rede de ODP.Estaduais, que já se encontra com 14 unidades da Federação.



Benefícios não-financeiros: fornecimento de subsídios para outros órgãos de controles

b) Atendimento a demandas externas

- Relacionamento com o Ministério Público

- Comunicação Interna nº 085/2016 e Ofício GABS/SEF nº 0168/2016, prestando informações à 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itajaí em relação a subvenção concedida à Associação Itajaiense de Incentivo ao Desenvolvimento Esportivo e Social;
- Ofício SEF/DIAG nº 0049/2016 prestou informações relativas à Associação de Árbitros do Vale do Rio Tijuca e Litoral Catarinense – AAVRTL;C;
- Ofício nº 0191/2016 prestou informações à 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itajaí, relativas à repasses realizados para a Associação Itajaiense de Incentivo ao Desenvolvimento Esportivo e Social;
- Ofício SEF/DIAG nº 0279/2016 prestou informações relativas à Associação Esportiva, Recreativa e Cultural Noroeste.



- Análise quanto ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação no tocante às informações referentes à remuneração e subsídio recebidos por agentes públicos na administração indireta

Por meio da Informação nº 085/2016 analisou-se o cumprimento da Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527/2011 quanto a divulgação da remuneração e do subsídio recebidos pelos agentes públicos, consideradas também as disposições da Lei Estadual 15.617/2011 e dos Decretos Estaduais 913/2012 e 1048/2012. Esse trabalho concluiu o seguinte:

- Pela sujeição de todas as Entidades da Administração Pública Direta e Indireta, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, definidas no art. 13 da Constituição do Estado, aos ditames da Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527/2011 e demais normas regulamentadoras, Lei Estadual 15.617/2011 e Decretos Estaduais 913/2012 e 1048/2012, inclusive no tocante às informações referentes à remuneração e subsídio recebidos pelos agentes públicos;

- Pela legitimidade da publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias, tendo em vista entendimento consolidado pelo Tribunal Pleno do STF no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) nº 652777, cujo Acórdão foi publicado em 01/07/2015, com fixação de tese de repercussão geral;

- Pela necessidade de regularização, por parte das Entidades da Administração Indireta Estadual, da publicação das informações referentes à remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões, de

maneira individualizada, conforme disposto no artigo 8º, § 2º, V do Decreto 1.048/2012.

- Bloqueio e desbloqueio de cadastro no sistema SIGEF

A DIAG realiza bloqueio no SIGEF das entidades e das pessoas físicas impedidas de receber novos recursos do Estado, assim declaradas por determinação do Tribunal de Contas, ou por determinação do Gestor do Órgão repassador, ou mesmo por decisão judicial. Trata-se de medida acautelatória que visa impedir que novos recursos sejam repassados para inadimplentes.

Os bloqueios e desbloqueios podem ser assim resumidos:

Bloqueios

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016
Decisões do TCE	152	132	84	52	65
Decisões Judiciais	3	31	13	8	1
Det. de órgão	13	8	-	-	-
Total	168	171	97	60	66

Desbloqueios

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016
Decisões do TCE	11	20	8	1	4
Decisões Judiciais	1	8	-	-	1
Det. de órgão	58	16	2	-	-
Total	70	44	10	1	5



Benefícios não-financeiros: redução do sentimento de impunidade e salvaguarda do patrimônio público



4.2.3 – ATIVIDADES INTERNAS

a) Gestão de sistemas

- Módulo de Transferências do SIGEF - Transferências Voluntárias Repassadas

A DIAG é idealizadora e gestora do Portal SC-Transferências (www.sctransferencias.sc.gov.br) e do Módulo de Transferências, Transferência Registro e Instrumentos não Financeiros.

O Portal consolida todas as informações relacionadas às transferências voluntárias realizadas pelo Estado e é direcionado a dois públicos: **cidadãos** e **proponentes**³.

Números do módulo de transferência – 2013 a 2016

	2013	2014	2015	2016
Cadastros aprovados	5.350	429	276	163
Cadastros em análise	2	1.323	1.481	4.623
Programas transferências cadastrados	1.760	2.154	760	1.751
Propostas recebidas	7.460	3.421	1.797	2.121
Transferências geradas	2.000	2.367	560	1.577

³ Para os cidadãos o Portal oportuniza consultas relativas às transferências de recursos à órgãos e entidades públicas, entidades privadas sem fins lucrativos, pessoas físicas e consórcios públicos. Para os proponentes o Portal é o meio de comunicação com o Concedente (Estado), por meio do qual ele realiza seu cadastro, envia propostas, realiza a prestação de contas, consulta as informações das propostas enviadas e dos instrumentos celebrados, entre outras ações.

Transferências alteradas	550	2.045	1.627	1.674
Prestação de Contas Parcial	670	3.534	2.716	3.810
Prestação de Contas Final	360	1.791	1.388	1.097
Transferência Registro Cadastrada	3.437	782	870	602

Além disso destaca-se as atividades de atualização de 7 manuais disponíveis no Portal SCtransferências (“Transferência Alteração”, “Cadastro Proponente”, “Análise Proposta”, “DC, Pré-empenhar, Gerar, Empenhar, Publicar, Liquidar e Pagar”, “Análise da Transferência Alteração e Alterações pelo Concedente”, “Validação Cadastro Proponentes” e “Cadastro Proponentes”), levantamento dos requisitos necessários para alteração do Módulo de Transferências para implantação das normas previstas na Lei n.º 13.019/2014 além de diversas evoluções nas funcionalidades do Módulo.

Foram ainda realizadas 553 demandas no Módulo do SIGEF (no ano de 2014 foram 770 demandas e 462 em 2015). Tais demandas são intervenções sistêmicas necessárias para correções dos módulos de Transferência, Transferência Registro e Situação Credor do SIGEF, decorrentes de inconsistências que inviabilizam o prosseguimento do fluxo legal a ser cumprido para a realização de transferências voluntárias de recursos do Estado. As demandas também são o meio pelo qual se solicitam relatórios e informações técnicas a serem prestadas pelo CIASC ou pela empresa contratada para manutenção e desenvolvimento do SIGEF.

A DIAG analisa os pedidos de prorrogação de prazo das prestações de contas de convênios regidos pelo Decreto 307/03, lançando e controlando as postergações no SIGEF, conforme o caso.



Os pedidos de prorrogação de prazo realizados pelo gestor são acompanhados dos respectivos pareceres jurídicos, fundamentando a necessidade de alteração dos prazos e de documentos de suporte. Em 2016 a DIAG realizou 7 prorrogações (foram 36 em 2014 e 8 em 2015).

A Diretoria realizou neste ano 75 exceções no SIGEF, que são intervenções sistêmicas necessárias para liberações de proponentes de transferências voluntárias de recursos do Estado, decorrentes de verificações de adimplências dispensadas ou suspensas por determinações judiciais, legislações específicas ou de correções do sistema SIGEF não possíveis de serem realizadas por meio de demandas.

No exercício de 2016 foram realizadas 75 exceções, conforme tabela abaixo:

Dispensa/Suspensão da Verificação em 2016	1º T	2º T	3º T	4º T	TOTAL
Recursos FUNDAN – dispensa de exigência de regularidade do item: “CND Empresas Estaduais” – para o ano de 2016 - aos municípios catarinenses, em atendimento do Decreto nº 127/11, art. 24, § 2º, II.	02	-	-	-	02
Suspensão de exigência de regularidade para atendimento de Decretos Emergenciais (Decreto 127/11, art. 36, § 2º, III)	11	02	02	-	15
Dispensa de verificação – Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (SAT) – Certidão emitida em decorrência de: Processo Administrativo em Tramitação; em cumprimento de liminar ou tutela	04	05	05	04	18

Dispensa de verificação da regularidade para o item “Prestação de Contas e Prestação de Contas Final”, em cumprimento de Liminar/ Mandado de Segurança ou Ação Anulatória	-	03	07	-	10
Dispensa de verificação da regularidade para o item “LRF”, em cumprimento de Liminar/ Mandado de Segurança ou Ação	-	-	-	01	01
Suspensão da exigência de regularidade do item “CND – Empresas Estaduais” – às entidades de saúde no Estado vinculadas a determinados programas, conforme	-	01	02	-	03
Exceção para atendimento do art. 36 do Decreto nº 127/11 – pagamento de instrumento já firmado e de parcela	-	-	-	01	01
Exceção para possibilitar o pagamento de diárias e auxílio-alimentação devidos a servidor por viagem realizada a trabalho.	05	04	02	03	14
Exceção para possibilitar o pagamento a servidor com 2 adiantamentos em aberto e o sistema não entender que não se trata de novo adiantamento	01	-	-	-	01
Exceção para possibilitar o ressarcimento de cedência de servidor (Termo de Cooperação) – Problemas no sistema	01	-	-	-	01
Recursos para Conselhos Comunitários – dispensa de exigência de regularidade do item: “CND Empresas Estaduais” em atendimento ao Decreto nº127/11,art. 24,	01	02	-	-	03
Exceção para cadastrar CRF-FGTS válido	-	-	-	01	01
Canceladas (Inativas)	03	01	01	-	05
TOTAL	28	18	19	10	75

Fonte: Relatório de “Exceção Credor” do SIGEF



Destaca-se também que o portal SCTransferências foi finalista do Prêmio UDESC ESAG de boas práticas em Gestão Pública, edição 2016.



Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos de trabalho e melhoria da transparência e controle social

- DART

O DART SCTransferências - *Demonstrativo de Atendimento dos Requisitos para Transferências Voluntárias*, consolida as verificações de regularidades exigidas pela legislação aplicável à transferência de recursos estaduais por meio de convênios e contrato de apoio financeiro. Por meio dele o interessado poderá, a qualquer momento verificar se está comprovando ao Estado o atendimento dos requisitos legais exigidos, além de serem informados das possibilidades de regularização em caso de inadimplências.

No exercício de 2016, o DART apresentou **13.993** visitantes únicos (usuários), os quais realizaram **98.144** visitas ao sistema (sessões) e navegaram por **362.669** de suas páginas. Segue abaixo números de acessos ao DART nos último anos:

Período	Sessões*	Usuários**	Visualizações de Página***
2014 (último semestre)	44.128	8.506	173.166
Acumulado 2015	94.002	18.942	361.458
Acumulado 2016	98.144	13.993	362.669



Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos de trabalho e melhoria da transparência e controle social

4.2.4 – OUTROS

a) Cadastro Nacionais de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e de Empresas Punidas (CNEP)

A responsabilização de empresas é mais uma arma no combate à corrupção, permitindo a punição, em outras esferas além da judicial, de pessoas jurídicas que corrompam agentes públicos, fraudem licitações e contratos ou dificultem atividade de investigação ou fiscalização de órgãos públicos, entre outras irregularidades. No âmbito do Poder Executivo Estadual, a DIAG é responsável pelo registro das informações acerca das sanções administrativas aplicadas a licitantes e contratantes no sistema integrado de registro do CEIS/CNEP, desenvolvido e gerenciado pela Controladoria Geral da União.

Em 2016, 121 pessoas físicas e jurídicas foram registradas no Sistema Integrado do CEIS/CNEP.



Benefícios não-financeiros: fornecimento de subsídios para outros órgãos de controles, redução do sentimento de impunidade e salvaguarda do patrimônio público

b) Ouvidoria

A DIAG é responsável pela Ouvidoria Setorial da Secretaria da Fazenda, encaminhando dentro da Pasta todos os atendimentos que são enviados pela Ouvidoria Geral do Estado com solicitações de diversas naturezas, tais como: denúncias, sugestões, elogios, reclamações e pedidos de informações variados.

No ano de 2016, foram respondidos 874 atendimentos pela Ouvidoria Setorial da Secretaria da Fazenda, sendo 176 denúncias, 398 pedidos de informação, 86 reclamações, 197 solicitações, 5 elogios e 12 sugestões.



Benefícios não-financeiros: melhoria da transparência e controle social

c) 1º Congresso Estadual de Combate à Corrupção: Palestra proferida pelo Gerente de Auditoria de Recursos Antecipados no congresso, sobre o controle das transferências voluntárias no Estado de Santa Catarina;

4.3 CONTROLE INTERNO

Até o final do ano de 2015 as atividades relativas especificamente ao Controle Interno eram desenvolvidas pelo GED Controle Interno, composto por 3 Auditores. Por se tratar de importante atividade dentro das competências da Diretoria de Auditoria Geral e em face da crescente demanda e desafios que a DIAG precisa responder, iniciou-se em 2016 a estruturação de uma Gerência de Auditoria e Controle cujo objetivo é, em síntese, fortalecer, dar efetividade e eficácia ao Sistema de Controle Interno do Estado de SC.

Há proposta de alteração da denominação e do conteúdo regimental da Gerência de Auditoria de Despesas de Custeio - GEAUD, para Gerência de Auditoria e Coordenação de Ações de Controle - GECAC, em razão das novas configurações dispostas às gerências da DIAG, a partir de julho de 2016, cabendo à GECAC, atuar, exclusivamente, nas atividades voltadas ao controle, visando ao fortalecimento do Sistema de Controle Interno estadual. Tal alteração depende de alteração no Regimento Interno da SEF, ainda em fase de finalização.

Foram promovidos 2 encontros entre os responsáveis pelos Sistemas de Controle Interno dos três Poderes e do Ministério Público estadual. O objetivo principal foi o de unificar e padronizar procedimentos e rotinas de modo a integrar os Sistemas, nos moldes preconizados pelas Constituições Federal e Estadual e de apresentar o modelo de Relatório de Controle Interno sobre a Prestação das Contas de Gestão, em atendimento ao Anexo VII da IN TC-20/2015.



4.3.1 – AUDITORIAS E INSPEÇÕES

a) Auditoria de Conformidade

- Auditoria nas Gerências de Gestão de Pessoas - GEPES da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP e da Fundação do Meio Ambiente - FATMA: continuidade da execução do Programa de Auditoria nº 005/2016, que tem por objetivo verificar, na forma estabelecida pela legislação, o cumprimento de rotinas e procedimentos praticados no que diz respeito a concessões e controle de licenças, afastamentos, disposições, restituição ao erário e outras situações afetas a servidores estaduais na SSP e na FATMA, com vistas a comprovar a regularidade nos atos praticados e a eficiência nos controles utilizados no âmbito da gestão de pessoas. Trabalho em andamento;

b) Inspeções

- Diagnóstico do controle interno: duas equipes compostas por quatro auditoras internas da GEAUD deram início, no final do mês de junho, as visitas aos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo Estadual com vistas a mapear o perfil do servidor designado para exercer a função de controle interno, avaliar a estrutura oferecida ao desempenho de suas atribuições e as respectivas atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2016.

Cerca de 39 unidades gestoras (UGs), pertencentes à Grande Florianópolis, foram visitadas em 2016, sendo que foram emitidos 35 Relatórios de Inspeção.

Salienta-se que a avaliação das unidades de controle interno das 35 ADRs foi alicerçada nas respostas efetuadas pelos respectivos responsáveis frente ao questionário enviado por meio eletrônico.

Dentre as situações relevantes encontradas, estão a carência de planejamento de atividades; a alta rotatividade dos responsáveis; a realização paralela de outras atividades, ferindo o princípio da segregação de funções; a falta de interação pessoal com o titular do órgão/entidade e a constante necessidade de capacitações, haja vista a baixa temporalidade do servidor na função.

4.3.2 – ASSESSORAMENTO

a) Proposta ou análise de ato normativo

- Publicação do Decreto nº 558, em 15 de janeiro de 2016 que alterou os Decretos nº 2.056/09, que regulamenta o Sistema de Controle Interno, e nº 1670/13 que dispõe sobre a estrutura e o responsável pelo controle interno nos órgãos da administração direta, nas entidades autárquicas e fundacionais e nas empresas estatais dependentes do Poder Executivo estadual e estabelece outras providências;

- Revisão IN SEF 003/2015 que trata do Relatório de Controle Interno;

- Proposta de alteração do regimento interno da Secretaria de Estado da Fazenda, face às alterações relacionadas à competência e à mudança de nomenclatura da Gerência de Auditoria de Despesa de Custeio, que passa a denominar-se Gerência de Auditoria e Coordenadoria de Ações de Controle, que tratará, especificamente, do Sistema de Controle Interno Estadual;

- Proposta de alteração do Anexo XIV da Lei Complementar nº 381/2007, para fins de alteração da denominação funcional do Gerente de Auditoria e Coordenadoria de Ações de Controle, FG,



nível 2, em razão da proposição mencionada na alínea “a” deste item, quanto às novas atribuições da gerência de auditoria;

- Revisão do Manual de Procedimentos da Diretoria de Auditoria Geral, relacionada à proposta de alteração da denominação da Gerência de Auditoria de Despesa de Custeio e de suas atribuições;

- Decreto de encerramento do exercício: publicação do Decreto nº 964, de 24 de novembro de 2016 que estabeleceu procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil anual. O ANEXO VI foi proposto pela DIAG para estipular o cronograma de atividades da prestação de contas anual de gestão do exercício de 2016;

- Instrução Normativa SEF nº 02/2016: publicação da IN SEF nº 02/2016 que uniformizou os atos e procedimentos adicionais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Administrativo de Controle Interno do Poder Executivo Estadual para entrega da prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Referida IN teve por objetivo divulgar norma procedimental para apresentação dos Relatórios de Controle Interno relativos ao exame da Prestação Anual de Contas de Gestão do exercício de 2016;

- Decreto nº 1.023: no mês de dezembro foi apresentada exposição de motivos para alteração do ANEXO VI do Decreto nº 964, de 24 de novembro de 2016 em função da dilação do prazo do recesso de fim de ano e da necessidade da DIOR e da GEINC produzirem informações aos gestores para a realização do relatório de gestão. Tal alteração foi publicada no Decreto nº 1.023, de 21 de dezembro de 2016;

- Orientação Técnica 001/2016: elaboração e publicação de OT que orienta os órgãos, autarquias e fundações públicas, bem como as

empresas estatais dependentes da Administração Pública Estadual, acerca do Parecer sobre a regularidade dos Atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, pensão, reforma ou transferência para a reserva, a ser emitido pelo Responsável pela Unidade de Controle Interno do respectivo órgão ou entidade, conforme previsão contida no artigo 12 da Instrução Normativa N. TC-11/2011, de 16/11/2011

b) Consolidação e/ou análise de dados

- Monitoramento e tratamento das irregularidades registradas nos RCIs (6º Bimestre 2015): recepção, conferência e envio dos Relatórios de Controle Interno referentes ao 6º bimestre de 2015 ao TCE; fechamento do sexto bimestre de 2015, 20/01/2016;

- Monitoramento e tratamento das irregularidades registradas nos RCIs (Bimestral);

- A partir do primeiro bimestre de 2016, os Relatórios de Controle Interno-RCIs, assinados eletronicamente, passaram a ser arquivados, em meio digital, no órgão ou entidade no Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico-SGP-e, tendo em vista a publicação da IN TC 20/2015, que revogou a obrigatoriedade do envio do RCI bimestral ao Tribunal de Contas do Estado.

c) Elaboração de Manuais

- Correção do Perguntas e Respostas sobre TCE;

- Revisão do Manual de TCE.

- Revisão do GUIA DE ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES SETORIAIS, SETORIAIS REGIONAIS E SECCIONAIS DE CONTROLE INTERNO em função da publicação dos Decretos nº 401/2015 e nº 558/2016;



- Elaboração e envio do passo a passo aos responsáveis pelo controle interno para arquivamento digital.

d) Assessoria

- Atendimento à Polícia Militar em 23/02/2016; atendimento ao responsável pelo controle interno da PM – Coronel Queiroz acerca de informações sobre TCE e SC Regularidade;

- Elaboração de ofícios à SECOM, COHAB, CIDASC, ADR Blumenau em resposta a consultas e comunicação de denúncia;

- Atendimento presencial e orientação aos responsáveis pelo controle interno da Polícia Militar, do IPREV, da SANTUR, da SECOM e Ao Secretário de Controle Interno e assessora do Reitor da UDESC. Além disso, foram atendidos outros responsáveis pelo controle interno, por meio de *e-mails* e ligações telefônicas e elaborada resposta de consulta à ENA sobre a possibilidade de servidor participante em comissão assumir cumulativamente a função de controle interno;

- Resposta ao Processo JUCESC nº 398/2016, que trata de minuta de Portaria para criação de subsistema de controle interno dessa Autarquia, acompanhado da Comunicação Interna DIAG/GAUD nº 0585/2016;

- Resposta à DIAL/SCC sobre minuta de regimento interno da SED acerca da unidade de controle interno;

- Ofício SEF/DIAG nº 0671/2016, em resposta ao Gab/ADR/Blumenau 257/2016, que trata da manifestação da DIAG acerca das limitações do quadro de servidores daquela Pasta para que algum desses possa ser designado para exercer as funções de controle interno;

- Atendimento a outros responsáveis pelo controle interno, por meio de *e-mails* e ligações telefônicas.

4.3.2 – ATIVIDADES INTERNAS

a) Estudos e pesquisas

- Estudo sobre os impactos nas rotinas de controle interno referentes a edição da IN TC 20/2015;

- Levantamento de modelos utilizados na união para o Relatório de Gestão do titular da unidade jurisdicionada conforme anexo V da IN TC 20/2015;

- Estudos das competências da Gerência de Auditoria, especialista em controle interno;

- Capacitação aos membros da Gerência de Auditoria de Ações de Controle acerca da legislação e módulo de Controle Interno;

- Estudo para realizar a avaliação das unidades de controle Interno;

- Elaboração de questionário para aplicação nas unidades setoriais e seccionais de controle interno;

- Análise dos resultados sobre as avaliações das unidades de controle Interno;

- Estudo sobre o conteúdo da IN-TC 20/2015, em conjunto com as demais gerências;

- Proposta ao TCE/SC para alteração dos Anexos V e VII da IN-TC 20/2015;

- Avaliação para incremento de informações no módulo de Controle Interno do SIGEF;



- Finalização das informações, que poderão ser integradas ao módulo de controle interno referente a transferências de recursos;
- Finalização das trilhas de informações, que poderão ser acrescidas ao módulo de controle interno referente a licitações, que ora se encontram submetidas ao gerente da GEALC;
- Compilação das respostas dos questionários e análise do resultado;
- Envios (*online*) de questionários para avaliação das unidades de controle interno das ADRs;
- Análise dos resultados sobre as avaliações das unidades de controle Interno;
- Levantamento e análise da incidência de FC's percebidas pelos responsáveis pelo controle interno;
- Confeção de Relatório contendo as análises das visitas às unidades de controle interno.

b) Gestão de Sistemas

- **Módulo de Controle Interno:** abertura de demandas para correção de funcionalidades do Módulo e elaboração do documento Identificação de Requisitos que contem alterações e criações de novas funcionalidade no módulo, considerando o disposto na IN TC 20/2015.

4.3.3 – OUTROS

- Elaboração de consulta por meio do processo PSEF 3963/2016 para Consultoria jurídica da SEF acerca da Defensoria Pública se submeter ou não ao regramento posto pelo Poder Executivo;

- Reuniões com o Tribunal de Contas do Estado e a Diretoria de Contabilidade Geral para discussão da IN TC 20/2015, que trata sobre a prestação de contas anual;
- Reunião com a empresa INDRA para verificação da viabilidade das modificações pretendidas no módulo de Controle Interno do SIGEF;



Benefícios não-financeiros: melhoria nos controles internos e melhoria dos procedimentos e processos

4.4 – AUDITORIA CIDADÃ

O projeto Auditoria Cidadã compreende trabalhos de auditoria, sob a forma de inspeção, cujo objetivo é aferir, sob a ótica do cidadão, se o serviço público satisfaz às suas necessidades, atendendo aos princípios que regem os serviços públicos em geral.

4.4.1 – AUDITORIAS E INSPEÇÕES

a) Inspeções

Durante o 1º trimestre de 2016, a DIAG trabalhou no planejamento do projeto Auditoria Cidadã, mapeando os assuntos a serem abordados nas futuras inspeções e a forma de atuação da Auditoria. Além do desenvolvimento do projeto e de seu material de divulgação, foi elaborado o material da primeira Operação. Para todas as operações foram selecionadas as amostras, elaborados os roteiros de visitação das equipes e os *checklists* que foram usados durante as inspeções.



- Operação Merenda Escolar: entre os dias 18 e 20 de abril, 13 (treze) equipes, compostas por 26 (vinte e seis) Auditores, realizaram visitas em 49 (quarenta e nove) escolas localizadas na mesorregião da Grande Florianópolis com o objetivo de avaliar a alimentação escolar na rede estadual de ensino. Verificou-se se a merenda escolar está sendo regularmente oferecida aos alunos, satisfazendo os requisitos quantidade e variedade, se a manipulação e o armazenamento dos alimentos estão adequados e se os alunos estão satisfeitos com a merenda escolar fornecida. O Relatório de inspeção de auditoria recomenda 12 itens que a SED deve solicitar à empresa adequação para cumprimento do contrato, além da sugestão de 11 ações para que a Secretaria providencie melhorias e correções nas escolas. Além disso, foram encaminhadas 18 Comunicações de Auditoria para as escolas onde foram observadas falhas nos controles relacionados à fiscalização do contrato, solicitando providências para correção dos procedimentos.

- Operação Emergência: entre os dias 30 e 31 de maio, 24 Auditores, distribuídos em 6 equipes, realizaram inspeções nos 10 maiores hospitais/maternidades de gestão própria do Estado, que possuem atendimento de emergência, objetivando avaliar o atendimento recebido pelo cidadão na emergência dos hospitais públicos. Verificou-se o cumprimento das escalas de atendimento por parte dos médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, a existência de atendimento seletivo de prioridade além da infraestrutura básica para o atendimento. O relatório de inspeção com 8 recomendações para a Secretaria da Saúde e 6 recomendações para os hospitais inspecionados foi encaminhado para a SES.

No mês de junho, além da consolidação das informações das 2 primeiras Operações, realizou-se estudos e planejamento dos temas que serão abordados no 2º semestre, além da elaboração de todo o material das Operações seguintes.

- Operação Transferências: entre os dias 11 e 15 de julho, 16 equipes, compostas por 32 Auditores, realizaram inspeções em 33 entidades privadas sem fins lucrativos que receberam transferências voluntárias do Estado entre 2013 e 2015 para realização de 38 objetos de Convênios/Subvenção Social. Os principais objetivos das inspeções realizadas foram aferir se os objetos (bens e obras) das transferências de recursos repassados, por meio de Convênio ou Subvenção Social, às entidades privadas sem fins lucrativos foram entregues ou executados, se o objeto está sendo utilizado pelo Conveniente e/ou atende os usuários, e ainda, verificar a existência e funcionamento da entidade que recebeu o recurso. O valor repassado para entidades sem fins lucrativos entre os anos de 2013 e 2015 foi de R\$ 1,5 bilhão e as inspeções desta Operação verificaram a realização de objetos decorrentes de transferências que somadas perfazem o valor de R\$ 5,5 milhões. O relatório de inspeção de auditoria apresentou 22 recomendações.

- Operação Meio Ambiente: no mês de agosto de 2016, 9 Auditores, divididos em 3 equipes, realizaram inspeções em 3 dos 7 Parques Estaduais gerenciados pela FATMA, obtendo-se uma amostra referente a aproximadamente 96% do total de área preservada por Parques Ambientais no Estado. Os principais objetivos das inspeções são avaliar a gestão das atividades desenvolvidas nas unidades de conservação ambiental sob custódia do Estado (FATMA), para garantir a eficiência das ações tendo em vista o cumprimento dos objetivos legais de sua criação bem como observar a estrutura operacional, a proteção da biodiversidade e a utilização do parque pela sociedade. Foram visitados o Parque Estadual do Rio Vermelho, Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e o Parque Estadual do Acaraí. Relatório de inspeção de auditoria recomenda 14 itens em que a FATMA deve adotar providências, destacando-se a realização



de estudos para instituir uma tarifa mínima para a visitação das unidades visitadas e para a cessão remunerada de espaço público.

- Operação APAEs: entre os dias 29 de setembro de 11 de outubro, 11 equipes compostas por 22 Auditores, realizaram inspeções em 41 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE's que receberam transferências voluntárias do Estado por meio do FUNDOSOCIAL e cessão de professores por meio da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE no ano de 2016. Buscou-se averiguar a qualidade dos serviços prestados pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, tendo em vista que utilizam recursos financeiros e humanos cedidos pelo Estado, com o intuito de inibir situações irregulares ou ilegais que possam prejudicar a sociedade e a imagem institucional do Estado. O principal objetivo das inspeções realizadas foi avaliar o atendimento recebido pelos usuários por meio da identificação dos serviços prestados, da observância aos critérios de enturmação definidos pela FCEE e da verificação da adequação do espaço físico e da infraestrutura básica das instituições visitadas. O relatório de inspeção apresentou 6 recomendações para a FCEE e 47 recomendações para as APAEs visitadas.

No mês de outubro, realizou-se também a consolidação das informações da Operação acima citada e nos meses de novembro e dezembro realizaram-se estudos e planejamento dos temas que serão abordados nas próximas operações e das alterações e melhorias propostas para a continuidade do projeto no próximo ano.

4.5 – ESPECIALISTAS EM ÁREAS FINALÍSTICAS

A execução desta diretriz consiste em especializar grupos de Auditores em áreas de atuação do Estado onde estejam

concentrados grandes volumes de recursos, de forma que a Auditoria possa ser mais efetiva no uso de suas ações preventivas, colaborando com mais ênfase na otimização do gasto público. É, portanto, o início de um trabalho de escopo amplo, mas alinhado com o objetivo da Diretoria de atuar de forma seletiva e sistêmica em áreas de maior risco e relevância.

4.5.1 – AUDITORIAS E INSPEÇÕES

a) Auditoria Operacional

- Plano de Gestão da Saúde

O Plano de Gestão da Saúde - PGS foi instituído pela Lei nº 16.160, de 07 de novembro de 2013, tem por objetivo a melhoria estrutural dos serviços de saúde pública e é composto por três programas, a saber: Programa de Estímulo à Produtividade e à Atividade Médica (PRÓ-ATIVIDADE), Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos Eletivos (PRÓ-MUTIRÃO), e Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar (PRÓ-GESTÃO).

A Auditoria Operacional teve como objetivo a verificação do desempenho da implantação do Plano de Gestão da Saúde – PGS, no que tange aos aspectos legais, operacionais e como ferramenta de melhoria do atendimento ao cidadão.

A auditoria teve início com a elaboração da matriz de planejamento, que visou orientar os trabalhos na fase de execução. Foram realizadas visitas nos seguintes hospitais:

- Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes - HRSJ



- Hospital Governador Celso Ramos – HGCR
- Hospital Infantil Joana de Gusmão – HIJG
- Maternidade Carmela Dutra – MCD
- Hospital Regional Hans Dieter Schmidt – HRHDS
- Instituto de Cardiologia – INCA
- Hospital Tereza Ramos – HTR
- Centro de Pesquisas Oncológicas – CEPON

A visita nestas oito unidades hospitalares teve como objetivo verificar *in loco* a implementação e gestão do PGS.

Conforme o cronograma, foi finalizado em dezembro o Relatório Preliminar, do qual se destacam os seguintes achados da auditoria:

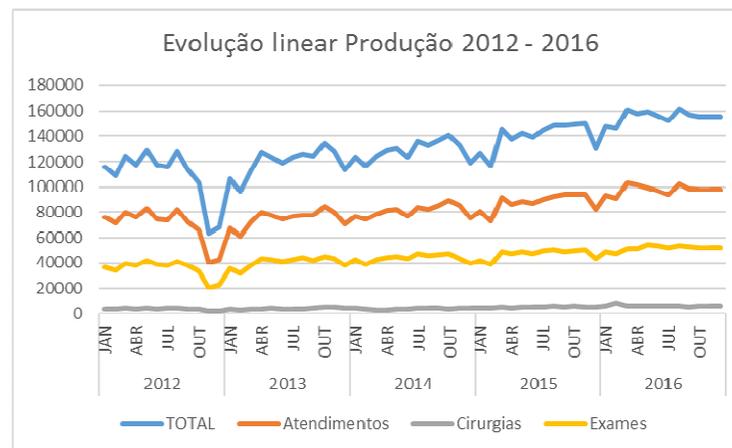
- O PGS trouxe um aumento da produtividade médica e ampliou o número de atendimentos, porém verificou-se que algumas metas estão mal dimensionadas e proporcionam ao profissional realizar uma pontuação bem acima daquela estipulada. A principal causa relaciona-se ao fato de não ter havido o devido e periódico acompanhamento e revisão das metas por parte do Comitê de Gerenciamento do Plano de Gestão da Saúde - CPGS, conforme disciplina do artigo 22, inciso I, da Lei nº 16.160/13;

- De uma forma geral o resultado da implantação do PGS no Estado de Santa Catarina a partir do ano 2014, em relação à RPM, trouxe significativo aumento da produtividade médica, bem como aumento do número de procedimentos. Necessita porém, de alguns ajustes pontuais no que se refere às metas estabelecidas na legislação bem como na alocação dos profissionais nas unidades

hospitalares. Já quanto ao RGH, não foi constatada a necessária profissionalização conforme estabelece o Plano.

O quadro e o gráfico abaixo demonstram a evolução da produção médica no período de 2012 a 2016:

Produção										
	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	2012-2016
Atendimentos	838.366	898.656	7%	972.218	8%	1.054.071	8%	1.175.092	11%	40%
Cirurgias	43.513	49.559	14%	46.708	-6%	61.748	32%	72.546	17%	67%
Exames	422.928	485.739	15%	526.070	8%	563.567	7%	618.673	10%	46%
TOTAL	1.304.807	1.433.954	10%	1.544.996	8%	1.679.386	9%	1.866.311	11%	43%





4.5.2 – ASSESSORAMENTO

a) Assessoria

- Obras:

- Foram realizadas visitas de monitoramento a obras em andamento, para verificação “*in loco*” das condições de execução, com a concomitante orientação aos respectivos fiscais, e ainda, para verificação de eventuais providências complementares para a entrada em funcionamento do bem público. Foram visitadas 17 obras, nas cidades de Chapecó, Xanxerê, Lages e Joinville;
- Das verificações *in loco* foi constatada a necessidade de monitorar o edital da concorrência nº 4.613/15, da Secretaria de Estado da Saúde, relativo à Obra do Hospital e Maternidade Tereza Ramos, de Lages. As constatações foram sintetizadas na Informação de Auditoria nº 54/16, que recomendou a republicação do edital para mitigar os riscos apontados;
- Iniciados os estudos e levantamentos para a proposição de Auditoria Operacional nos contratos de supervisão e gerenciamento de obras rodoviárias para o próximo ano.

- Educação:

- Merenda Escolar: foram realizadas ações, em conjunto com a SED/DIAM/GEALI, no tocante ao monitoramento da merenda escolar, troca de informações por meio de ofícios, e-mails e reuniões presenciais. As recomendações apontadas no Relatório de Auditoria nº 001/2011 vêm sendo cumpridas pela SED. Dentre as principais ações podemos destacar: início de projeto piloto

para controle diário das refeições utilizando-se a ferramenta de *tablets* e código de barras; normatização interna pela SED definindo o Gestor Escolar como responsável direto por incluir o número de refeições diárias no Sistema Série Alimentação; Nova licitação (pregão presencial) visando o fornecimento da merenda escolar, aumentando a quantidade de lotes para 9, de acordo com as mesorregiões do Estado; assinatura de contrato com 27 cooperativas de agricultores familiares, a fim de atingir o limite mínimo de 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE. Ademais, a conclusão do trabalho desenvolvido pela DIAG no Projeto “Auditoria Cidadã” das escolas atendidas pela fornecedora “Risotolândia” corroborou com o cumprimento das referidas recomendações.

b) Elaboração de Manuais

- Finalizada a 3ª edição, revisada e ampliada, do Manual de Licitações e Contratos de Obras Públicas;

c) Capacitação de órgãos e entidades

- Elaborado o material para o curso de capacitação (modalidades presencial e EAD) para os Fiscais de obras acerca do acompanhamento dos contratos de Obras e Serviços de Engenharia;
- No segundo trimestre foram ministrados, em parceria com a equipe do Pacto por Santa Catarina vinculada à Secretaria do Planejamento, cursos de capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização de obras do estado. O curso foi elaborado com base no Manual de Licitações e Contratos de Obras Públicas, desenvolvido no trimestre anterior. Foram capacitados 77



servidores na cidade de Florianópolis, 17 servidores em Chapecó e 21 servidores em Lages.



Benefícios não-financeiros: melhoria nos controles internos e melhoria dos procedimentos e processos de trabalho

4.6 – MELHORIA DO DESEMPENHO DA AUDITORIA INTERNA

Esta diretriz de melhoria do desempenho foi definida com o intuito de que fossem destinados esforços no sentido de aprimorar a gestão interna da diretoria e o apoio às gerências finalísticas.

4.6.1 - ASSESSORAMENTO

a) Proposta de ato normativo

- Denúncias no âmbito da DIAG: estudos, elaboração e publicação da Portaria SEF nº 440/16, em 28/11/16, que estabelece procedimento para o tratamento de denúncias recebidas no âmbito da DIAG;
- Benefícios resultantes das ações da DIAG: estudos, elaboração e publicação da Portaria SEF nº 441/16, em 28/11/16, que aprova o documento “Sistemática de quantificação e registro dos benefícios resultantes das ações da Diretoria.

b) Parametrização/ desenvolvimento de sistemas e/ou trilhas

- Uso do Qlikview – disponibilização de informações estratégicas

A ferramenta está sendo usada com a finalidade de gerar informações estratégicas e gerenciais para a DIAG e demais gestores, por meio da análise de dados provenientes de sistemas como o SIGEF, Transferências Voluntárias, Contratos, SIGRH, SICOP, LIC e SCCD.

Neste ano finalizou-se o Painel Gerencial TRANSF, que trata das informações do módulo de transferências voluntárias cruzadas com informações da execução financeira e orçamentária do SIGEF, para utilização da GERAN, neste primeiro momento.

Foi disponibilizado em outubro o painel “Dashboard_Diag” no ambiente de produção do Qlikview com acesso a todos os auditores da DIAG, que contém as principais informações dos sistemas SIGEF Execução, Módulo Contratos, SC Transferência e SICOP, todos integrados, mais o SCCD, que contém informações de contratos e compras da SES.

- Projeto de Business Intelligence – BI

O Projeto de *Business Intelligence* – BI foi restabelecido na SEF após o período de suspensão de aproximadamente seis meses. Em meados de janeiro a equipe do Consórcio CDS/Neoway retornou as atividades na DIAG. Neste período foram realizadas reuniões de realinhamento com a GEDIN para estabelecer o novo plano de atividades e cronograma.

Junto ao CIASC ficou estabelecido que a Gerência de BI passa a assumir as extrações do SIGEF para a DIAG e acompanhar as atividades do Consórcio, como forma de absorver o conhecimento



e, posteriormente, assumir o projeto, após a conclusão do contrato com o Consórcio.

Foram realizadas várias reuniões de trabalho da GEDIN com o Consórcio e a GAPES para ajustar o design dos painéis e os dados do datawarehouse – DW. As correções foram implementadas e os painéis foram considerados homologados pela GAPES. Restaram alguns itens que ainda não tinham sido corrigidos, mas que constam como ressalvas (em ata e nos documentos de entrega) para correção e homologação.

Com o CIASC, foram realizadas reuniões para definir os layouts de tabelas e campos dos sistemas LIC e e-LIC para atender as demandas da ODP-SC e da GEALC.

Reiniciou-se os trabalhos de construção dos painéis da GEDIN e respectivos ajustes de dados do SIGEF junto ao CIASC para correções e restabelecimento de cargas de tabelas e incremento de alguns dados.

Também foi reiniciado a construção do painel da GEALC, através de reuniões e contatos com os responsáveis pelo sistema SICOP, a fim de esclarecer dúvidas sobre os dados e incrementar as *views*, a fim de atender os requisitos de negócios estabelecidos. Com o CIASC estabeleceu-se contatos e reuniões para correções e esclarecimentos sobre o módulo de Contratos do SIGEF.

A GEDIN encerrou a homologação, junto ao CIASC, das extrações das bases relacionadas aos pagamentos de pessoal, envolvendo os sistemas SIGRH e SIGEF.



Benefícios não-financeiros: melhoria nos procedimentos e processos de trabalho e fornecimento de informações gerenciais e estratégicas

c) Assessoria

- Participação no CONACI (Concelho Nacional de Controle Interno)

O Conaci caracteriza-se pelo intercâmbio de conhecimentos, práticas e informações, possibilitando um trabalho conjunto para a formulação, implementação e avaliação de políticas nacionais de controle e gestão. Além de discutir, conhecer e trocar experiências, o Conaci consolida-se com o propósito principal de promover a necessária integração entre todos os órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos atuantes no Brasil, beneficiando a sociedade, o Estado e o país.

Entre os dias 27/02 e 13/03 um grupo do CONACI, do qual fez parte um Auditor da DIAG, realizou viagem técnica à Bulgária e à Croácia, consideradas dois cases de evolução da atuação do sistema de controle interno, com destacada participação da auditoria interna.

A viagem faz parte de um projeto de fortalecimento do sistema de controle interno brasileiro, realizado em parceria do Conaci com o Banco Mundial, principalmente para capacitação e padronização dos trabalhos de auditoria interna. O objetivo principal da missão foi conhecer como se realiza o trabalho no Modelo Europeu e identificar possíveis melhorias para o sistema de controle interno no Brasil. Além do Conaci e do Banco Mundial, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União



(CGU), a Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e os ministérios da Fazenda e do Planejamento também integraram a comitiva.

Ainda no primeiro trimestre do ano, a DIAG participou da 19ª Reunião Técnica do Conselho, realizada em Porto Alegre, na qual ficou definido que Santa Catarina liderará ação do Grupo de Trabalho CONACI e Banco Mundial com a finalidade de propor uma minuta de lei nacional para a atividade de auditoria interna. Além disso, seguiram os trabalhos visando a finalização da nova edição do Panorama do Controle Interno no Brasil.

Em agosto a DIAG participou da 20ª Reunião Técnica do Conselho e do XII Encontro Nacional do Conaci, realizados em Fortaleza. Durante a reunião foram apresentados comentários sobre os trabalhos realizados por representantes do Conaci junto à ENCLLA e sobre o andamento das atividades do grupo de trabalho mantido com o Banco Mundial.

Em complemento, definiu-se a participação de SC em um novo grupo de trabalho constituído com a finalidade de elaborar um modelo básico de regulamentação da Lei Federal nº 13.019/2016 – Marco Legal do 3º Setor. Por fim, apresentou-se a nova edição do Panorama do Controle Interno no Brasil, fruto de minuciosa pesquisa realizada junto aos filiados do Conaci e que contou com a participação de auditores internos na avaliação dos resultados e produção do texto final.

Nos dias 17 e 18 de novembro, o Estado de Santa Catarina sediou a 21ª Reunião Técnica do Conselho. Na oportunidade, apresentou-se aos membros do Conselho o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual de SC, com destaque para duas iniciativas patrocinadas por esta Diretoria: Projeto Auditoria Cidadã e Portal SC Transferências. Enquanto a primeira possui o objetivo de

verificar e estimular a excelência dos serviços prestados pelo Estado, a última consolida informações e orientações sobre as transferências de recursos realizadas de forma voluntária pelo Executivo Estadual.

Na reunião, foram debatidas as ações desenvolvidas pelos grupos de trabalho Banco Mundial e Marco Regulatório do Terceiro Setor, que visam, respectivamente, promover a qualificação da atuação dos sistemas de controle interno em nosso país e ofertar um modelo básico de regulamentação da Lei Federal nº 13.019/2016. Cabe ressaltar que em ambas as iniciativas nosso Estado está representado por auditores internos desta Diretoria, com participação em todas as atividades e deliberações a cargo de tais grupos.



Benefícios não-financeiros: aprimoramento do relacionamento e a troca de informações entre órgãos

4.6.2 – ATIVIDADES INTERNAS

a) Gestão de sistemas

Software de Gestão das Atividades de Auditoria

No ano de 2014 foi adquirido o sistema de gestão de atividades de auditoria “AAF” – Audit Automation Facilities. O Sistema de Gestão em Auditoria Interna foi homologado e encontra-se em fase de implantação.

No início do ano foram feitos testes no sistema em produção, por meio da inclusão de trabalhos realizados em 2015. O



planejamento anual das atividades de Diretoria foi inserido no sistema e alguns trabalhos foram realizados utilizando-se as funcionalidades deste. As dificuldades foram repassadas à empresa para correção.

Atualmente é possível a utilização do sistema para auditorias de conformidade, tomadas de contas especiais, assessorias e pareceres. Estão sendo realizados testes para a execução de inspeções pelo sistema, alguns trabalhos ao longo do ano foram realizados utilizando o software e a expectativa é que a Diretoria realize todas as suas atividades do próximo ano já no ambiente do sistema.

No final do ano, foi firmado o contrato de manutenção e suporte do sistema, o que possibilitará a melhoria contínua do software.



Benefícios não-financeiros: melhoria na organização administrativa

b) Capacitação dos auditores

No ano de 2016, os Auditores participaram de 44 cursos de capacitação, totalizando 1.748 horas de treinamento, sendo 1.228 horas em cursos presenciais e 540 em cursos à distância.

Destacam-se os cursos de Gestão de Risco no Setor Público e Gestão em Risco de Fraude e os eventos IX Congresso CONSAD de Gestão Pública, 37ª edição do Congresso Brasileiro do Auditoria Interna e o XII Encontro Nacional de Controle Interno.

4.6.3 – OUTROS

a) Participação das reuniões da Rede de Controle: A DIAG participa das reuniões mensais da Rede de Controle, que neste ano estão sendo realizadas na Procuradoria Geral da União. As reuniões buscam, primordialmente, ampliar e aprimorar as parcerias entre os diversos entes e órgãos públicos e o compartilhamento de informações, documentos e experiências entre seus membros, com o objetivo de combater a corrupção, incentivar e fortalecer o controle social, fiscalizar a gestão pública. Alguns participantes: TCU, CGU, MPF, DPF, CEF, DENASUS, TCE-SC, DIAG, ALESC, CREA-SC, CRC.



Benefícios não-financeiros: aprimoramento do relacionamento e a troca de informações entre órgãos

b) Digitalização do arquivo da DIAG: Visando atender a Instrução Normativa nº 2/SEA de 15/06/2011, que orienta quanto aos procedimentos relativos à utilização do Protocolo Eletrônico – SGPe, digitalização de documentos e documentação digital, no mês de agosto de 2015 a Diretoria iniciou as atividades de digitalização, prevista no âmbito do Contrato nº003/2015 SEF/Núcleo Básico Tecnologia da Informação Ltda., utilizando os recursos oriundos do Fundo de Esforço Fiscal – PROFISCO.

No primeiro trimestre de 2016 foram concluídas as atividades de digitalização dos processos em tramitação no gabinete e do arquivo permanente/intermediário da DIAG e iniciadas as atividades de digitalização dos documentos do arquivo



permanente/intermediário. As atividades foram realizadas por 1 servidor efetivo, 1 terceirizado e 1 estagiário do curso de arquivologia, que realizaram a conferência de 100% dos arquivos entregues pela empresa contratada.

Os processos digitalizados produziram 72.183 imagens, que foram classificadas e nomeadas pela equipe de apoio do Gabinete da DIAG. Após a classificação e nomeação dos arquivos em suporte eletrônico foi realizada a classificação e guarda dos documentos físicos no arquivo da DIAG.

A obrigatoriedade para todos os órgãos do governo no cumprimento da Instrução Normativa nº 2/SEA de 15/06/2011, que orienta quanto aos procedimentos relativos à utilização do Protocolo Eletrônico – SGPe, digitalização de documentos e documentação digital, também provocou o aumento no número de digitalizações realizadas pela equipe de apoio e gerou uma grande demanda quanto a conferência dos documentos e processos e orientação dos órgãos/entidades que utilizam o sistema.

No último bimestre, foi iniciado o processo de reestruturação do arquivo corrente/intermediário, uma vez que a estrutura anterior não atendia as atuais necessidades da diretoria.

No mês de novembro iniciaram-se os estudos e realização de testes para a utilização do Navegador de Documentos do Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico – SGPe, que além de armazenar e facilitar a busca de documentos e processos, poderá ser acessado de qualquer localidade com funcionalidades como a criação, edição e assinatura eletrônica de documentos;

c) Avaliação final da DIAG e avaliação do modelo do Pará, conforme Modelo de Avaliação de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM)

para o Setor Público de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Mundial;

d) Participação em reunião com o TCE, em conjunto com a DCOG e DIOR, visando definir os parâmetros para a avaliação da execução de programas, a ser encaminhado no relatório anual de prestação de contas do governador.

e) Participação no projeto “Oficina de gestão por processos”, nos aspectos relativos à DIAG que vem sendo desenvolvido no âmbito da SEF.

5. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DECORRENTES DAS AÇÕES DA DIAG

A seguir apresenta-se a consolidação dos resultados financeiros obtidos a partir dos trabalhos da Auditoria:

5.1 – BENEFÍCIOS FINANCEIROS EFETIVOS: RETORNO FINANCEIRO VIABILIZADO, DESEMBOLSO EVITADO E CRÉDITOS A RESSARCIR

- a) Museu do Mar: reanálise do Relatório nº 0005/2015, referente à verificação das contas da Associação dos Amigos do Museu Nacional do Mar (AAMNM) e de possíveis irregularidades. Além das diversas recomendações, identificou-se **créditos a ressarcir no valor de R\$ 31.381,60** (Relatório de Auditoria nº 002/16) - item 4.1.1, deste Relatório;



- b) SISOB: evitado o pagamento de **R\$ 1.607.885,78** a servidores e pensionistas já falecidos, mediante o cruzamento dos dados do sistema SISOBI (do Ministério da Previdência) com os dados da prévia das folhas de pagamento. Gize-se a necessidade de ressarcimento ao Erário de aproximadamente **R\$ 1.342.127,63** (créditos a ressarcir), referentes a pagamentos indevidos após os óbitos. Na projeção de doze meses, o Estado deixará de desembolsar a quantia de **R\$ 6.431.543,14** (desembolso evitado) – item 4.1.1, c, deste Relatório;
- c) Apontado pagamento em desacordo com a legislação - apurou-se o recebimento indevido a 7 servidores em exercício na SEA da rubrica Grat. Produtividade 2. Identificou-se créditos a ressarcir no montante de **R\$ 1.095.250,40**. Na projeção de 12 meses, o Estado deixará de desembolsar a quantia de **R\$ 257.705,98** – item 4.1.1, c, deste Relatório;
- d) Apontado pagamento em desacordo com a legislação - foi averiguado o pagamento indevido a 4 servidores de diferentes órgãos da rubrica Gratificação Lei 16.300/2013. Constatou-se a existência de créditos a ressarcir no montante de **R\$ 318.787,18**. Na projeção de 12 meses, o Estado deixará de desembolsar a quantia de **R\$ 154.466,54** – item 4.1.1, c, deste Relatório;
- e) Ajuda de Custos na SJC - exclusão antes do processamento da folha definitiva de 06 (seis) concessões irregularidades de Ajuda de Custos no valor total de **R\$ 46.292,93 (desembolso evitado)**. A ilegalidade apontada decorreu do fato de se tratarem de remoções entre unidades localizadas em Municípios limítrofes ou de áreas contíguas, e a respectiva legislação estabelecer outro critério, qual seja, a mudança de Comarca - item 4.1.1, c, deste Relatório;
- f) Pagamento de auxílio alimentação em quantidade superior aos dias úteis do mês - foi constatado durante o monitoramento da prévia de 02/2016 que a PM e o CBM estavam pagando 21 dias de Auxílio Alimentação, quando o correto seria 19 dias úteis. A mesma situação já havia se repetido na prévia de 01/2016, quando na oportunidade foi solicitado o ajuste à Geref/SEA. Com essa ação, evitou-se o desembolso de **R\$ 313.968,00** - item 4.1.1, c, deste Relatório;
- g) Pagamento de dias não trabalhados – constatada inconsistência no contracheque de servidora uma vez que a mesma foi dispensada de ACT a pedido desde 09/01/2016, fazendo jus a apenas 8 dias proporcionais de remuneração, contudo foi pago indevidamente a remuneração integral. Foi encaminhada a CoA nº 0018/16 à GEPES/SJC solicitando providências para ressarcimento ao erário no valor de **R\$ 3.120,82** - item 4.1.1, c, deste Relatório;
- h) Duplicidade no pagamento de rescisão de 13º salário – foram identificados três casos, 1 da FCC 2 2 da FCEE. Para os dois primeiros casos, foram feitos os ajustes ainda na prévia. Quanto ao último, foi solicitada providências para ressarcimento ao erário no valor de **R\$ 1.453,09** – item 4.1.1, c, deste Relatório;
- i) Apontamento da necessidade de ajuste em abonos de permanência para atos retroativos de aposentadoria: foram analisados casos envolvendo 3 servidores para os quais foi recomendada alteração na remuneração de modo que a folha de pagamento refletisse as informações constantes nas respectivas portarias com origem no IPREV. Para os casos



assinhalados, identificou-se créditos a ressarcir no montante de **R\$ 43.277,55** – item 4.1.1, c, deste Relatório;

- j) Acumulação de remuneração no âmbito da SEF: monitoramento das providências da GEPES/SEF quanto a servidor que percebeu indevidamente remuneração no âmbito da SEF, em face da opção pela remuneração de mandato parlamentar, com débito ao Erário de **R\$ 80.410,00** (crédito a ressarcir) – item 4.1.1, c, deste Relatório;
- k) Pró-eficiência no âmbito da SEA: foi alertado à GEREF/SEA que servidor de cargo de nível médio estava percebendo a Gratificação da Lei 16303/2013 no valor devido ao cargo de nível superior, gerando um pagamento indevido de **R\$ 11.408,00** (créditos a ressarcir) nos exercícios de 2015 e 2016) – item 4.1.1, c, deste Relatório;
- l) Pagamentos indevido de adicional de local de serviço: Foi constatado que Agente Penitenciário, da SJC, estava percebendo indevidamente Adicional de Local de Exercício (Grat. Art. 51 LC 472-09). Houve a exclusão da vantagem do contracheque ainda na prévia. Foram **economizados** R\$ 2.005,11 mensal e **R\$ 24.061,32 anuais** (desembolso evitado) – item 4.1.1, c, deste Relatório;
- m) Pagamento de adicional de local de exercício sem amparo legal: constatado pagamento do Adicional de Local de Exercício (Grat. Art. 51 LC 472-09) para servidores da SJC sem sustentação legal. Assim, todos os pagamentos do adicional estariam irregulares a partir da folha de 05/2016, uma vez que a LC nº 675/2016 produziu efeitos a partir de 1º de maio de 2016. Na folha de maio/2016 foram pagos **R\$ 5.704.811,11** para 3058 servidores e na folha de junho/2016

R\$ 6.049,21 para 11 servidores, que deverão ser ressarcidos (créditos a ressarcir) – item 4.1.1, c, deste Relatório;

- n) Pagamento irregular de hora extra para servidores comissionados na SJC: constatado pagamento irregular de Hora Extra para servidores comissionados da SJC, pois o art 56 da LC nº 675/2016, vedou o pagamento de hora-extra para comissionados a partir de 1º de maio de 2016. Na folha de junho/2016 foram pagos **R\$ 58.397,72** para 24 servidores comissionados, que deverão ser ressarcidos (créditos a ressarcir) – item 4.1.1, c, deste Relatório;
- o) Pagamento acumulado de vencimentos: constatado que servidora comissionada, da SEF, estava percebendo indevidamente Vencimento, concomitante com Vencimento Cargo Comissionado. O caso foi comunicado a GEREF/SEF, que providenciou os ajustes nos parâmetros de pagamentos do SIGRH, e a automática exclusão da vantagem do contracheque da servidora ainda na prévia. Foram economizados R\$ 1.547,99 mensal e **R\$ 18.575,88** anuais (desembolso evitado) – item 4.1.1, c, deste Relatório;
- p) Recebimento de adiantamento de 13º salário por servidores em situação de abandono de cargo: encaminhada à DGDP/SEA recomendações para providências no sentido de não permitir a repetição desse fato e para cancelar a previsão de pagamento a servidores que se encontram em situação de abandono de cargo. Relativamente à amostra levantada pelo trabalho de auditoria, foi evitado o desembolso de **R\$ 5.342,12** – item 4.1.1, c, deste Relatório;
- q) Afastamento para concorrer a cargo eletivo: solicitado ao Corpo de Bombeiros Militar o ajuste no SIGRH, ainda na prévia de setembro/16, relativo ao afastamento de dois



- militares para concorrer a cargo eletivo, e assim evitar o pagamento indevido de verba indenizatória. Desembolso evitado de **R\$ 3.477,59** – item 4.1.1, c, deste Relatório;
- r) Pagamento de Hora Extra na SJC a servidores que exercem suas atividades em áreas não finalísticas: a partir de agosto o Grupo Gestor do Governo retirou sua permissão para a realização de horas extras por parte do grupo de servidores atuante em áreas não finalísticas. Além disso, o início da vigência da Lei Complementar nº 675, de 3 de junho de 2016, inibiu o pagamento de horas extras para comissionados no âmbito da SJC. Na projeção de 12 meses, o Estado deixará de desembolsar a quantia de **R\$ 759.391,68** – item 4.1.1, c, deste Relatório;
- s) Ausência de ressarcimento: necessidade de regularização de ressarcimento por parte da Prefeitura Municipal de Palhoça, referente a 4 servidores que estiveram à disposição do Município entre 2007 e 2010, com ônus da remuneração e encargos previdenciários que deveriam ser ressarcidos à origem, no valor de **R\$ 1.052.747,95** (créditos a ressacir) - item 4.1.1, c, deste Relatório.
- t) Remuneração em duplicidade: constatou-se que o servidor da FATMA à disposição da ALESC percebeu remuneração nos meses de setembro e outubro/16, apesar de estar exercendo cargo comissionado naquela casa legislativa estadual, com disposição, SEM ÔNUS PARA A ORIGEM. Por meio da Comunicação de Auditoria 104/16, recomendou-se à FATMA a tomada de providências para ressarcimento ao erário no montante de **R\$ 6.384,74** - item 4.1.1, c, deste Relatório;
- u) Pagamento integral de remuneração a servidora exonerada: (Trilha de Auditoria nº 007A) - detectou-se inconsistência no contracheque de servidora ACT da SJC, uma vez que esta foi dispensada a pedido, a contar de 17/10/2016, fazendo jus a apenas 16 (dezesseis) dias proporcionais de remuneração em outubro/2016, contudo foi pago indevidamente a remuneração integral. Recomendou-se à SJC a tomada de providências para ressarcimento ao erário no montante de **R\$ 1.854,92** - item 4.1.1, c, deste Relatório;
- v) Inconsistência nos parâmetros do cálculo de rubrica: detectou-se erro no cálculo da rubrica 01-0229-01 RETRIBUCAO-CTISP para servidora da SSP. Na prévia o valor constante do contracheque era de R\$ 26.589,68, sendo corrigido após a comunicação da auditoria para o valor correto de R\$ 753,37, gerando um desembolso evitado de R\$ 25.836,31 (mensal) e **R\$ 310.035,72 (anual)** - item 4.1.1, c, deste Relatório;
- w) Ausência de desconto de faltas retroativas: detectou-se a ausência de providências por parte da SES para ressarcimento ao erário do valor correspondente às faltas registradas no SIGRH sob a rubrica 09-5519-01 - FALTAS RETROATIVAS NAO DESCONTADAS – ERARIO, no contracheque de ex-servidor. Embora já houvesse processo administrativo instaurado (SES 31.703/2015), somente após a solicitação de informações a respeito por parte da Auditoria é que a SES deu início aos procedimentos administrativos visando o ressarcimento ao erário do montante de **R\$ 57.439,84**, dando ciência ao ex-servidor com a emissão do Ofício nº 2578 de 19/12/2016 - item 4.1.1, c, deste Relatório.
- Apresenta-se a seguir tabela contendo os benefícios decorrentes dos trabalhos da DIAG desde 2011:



	Retorno financeiro viabilizado R\$	Desembolso evitado R\$ (12 meses)	Crédito a ressarcir R\$	Total R\$
Acum/2011	317.448,17	14.069.149,86	3.945.175,82	18.331.773,85
Acum/2012	1.737.588,31	29.664.001,02	8.264.556,40	39.666.145,73
Acum/2013	4.629.138,60	21.214.839,34	8.417.456,41	34.261.434,35
Acum/2014	1.361.342,21	26.893.373,41	717.555,06	28.972.270,68
Acum/2015	2.078.235,19	14.671.887,87	2.300.932,16	19.051.055,22
1º Trim/2016	-	3.443.853,21	2.166.583,84	5.610.437,05
2º Trim/2016	-	982.735,94	6.052.973,52	7.035.709,46
3º Trim/2016	-	2.578.244,35	1.354.924,10	3.933.168,45
4º Trim/2016	-	1.410.026,80	240.147,24	1.650.174,04
ACUMULADO 2016		8.414.860,30	9.814.628,70	18.229.489,00

5.2 – BENEFÍCIOS FINANCEIROS POTENCIAIS

a) **FESPORTE:** auditoria verificou adiantamentos para pagamentos de diárias e de arbitragem realizados pela Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, entre janeiro de 2013 a julho de 2015. Além das 31 recomendações e restrições o Relatório aponta um total de **R\$ 153.862,76 pagos indevidamente com despesas de diárias e transporte**, que devem ser devidamente comprovados ou ressarcidos ao Estado (Relatório de Auditoria nº 001/16) - item 4.1.1, deste Relatório;

- b) **Terceirizados da ALESC:** Auditoria Operacional sobre terceirizados, realizado por solicitação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC, em razão de TAC ocorrido entre esta e o Ministério Público Estadual – MPSC, concluiu pela possibilidade de economia potencial de cerca de R\$ 4,5 milhões/ano – item 4.1.1, b, deste Relatório;
- c) Apontamento da existência de saldo de licença prêmio por parte de servidores afastados à espera de aposentadoria: alertado em fevereiro de 2016 à SEA, órgão Central do SAGRH, que há 105 servidores nessa condição. O problema reside no fato de servidores, quando já aposentados, demandarem no Judiciário a indenização dos respectivos valores, com unanimidade das decisões a desfavor do Estado. Estima-se em **R\$ 2.270.343,00** o impacto financeiro em caso de indenização dos períodos sem usufruto - item 4.1.1, c, deste Relatório;
- d) Irregularidades em Tomada de Contas Especial (TCE): possibilidades de retorno relativo a julgamentos em TCE cujos Certificados de Auditoria apontaram irregularidades, no montante de **R\$ 11.495.390** – item 4.1.3;
- e) Aquapel – Auditoria nº 007/2016 em apoio ao Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2016.00001715-3: existência de não conformidades administrativas e tributárias da ordem de aproximadamente **R\$ 746.372,18** decorrentes de procedimentos licitatórios e respectivos contratos firmados com a referida empresa, no período compreendido entre 2011 e 2015. Entre os apontamentos destacam-se a suposta ausência de desoneração a órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo Estadual do montante relativo ao ICMS em operações isentas e a



suposta ausência de declaração de ICMS Substituição em operações sujeitas à tributação – item 4.2.1, a, deste Relatório.

Apresenta-se a seguir tabela contendo as economias potenciais apuradas em decorrência dos trabalhos da DIAG desde 2013:

Período	Ação	Retorno Potencial Milhões R\$
2013	Acumulado	73,95
2014	Acumulado	10,98
2015	Acumulado	146,57
1º Trim/16	FESPORTE - diárias e passagens	0,15
1º Trim/16	Monitoramento da folha	2,27
1º Trim/16	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL 1º Trim/16	0,37
2º Trim/16	Terceirizados da ALESC	4,50
2º Trim/16	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL 2º Trim/16	2,98
3º Trim/16	Aquimpel	0,75
3º Trim/16	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL 3º Trim/16	3,10
4º Trim/16	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL 4º Trim/16	5,41
Acumulado de 2016	-	19,53
Acumulado de 2013 a 2016	TOTAL ACUMULADO	251,03

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2017.

Augusto Puhl Piazza
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL

Rodrigo Stigger Dutra
GERENTE DE AUDITORIA DE PESSOAL

Cícero Alessandro Teixeira Barbosa
GERENTE DE AUDITORIA DE DESPESAS DE CUSTEIO

Clóvis Renato Squio
GERENTE DE AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Cesar Fernando Cavalli
GERENTE DE AUDITORIA DE RECURSOS ANTECIPADOS

Marco Antonio Barbosa Lopes
GERENTE DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS E APOIO À GESTÃO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

2016





**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Atividades da Diretoria de Contabilidade Geral (Relatório Anual da DCOG) visa apresentar a estrutura e as principais atividades da Diretoria no ano de 2016, estando dividido em três partes:

I) INSTITUCIONAL

- 1) Missão, Visão e Valores
- 2) Estrutura da DCOG

II) GESTÃO DE PESSOAS

- 1) Composição
- 2) Distribuição dos Contadores da Fazenda Estadual
- 3) Capacitações e Eventos

III) ATIVIDADES DA DCOG - 2016

- 1) Controle Interno
- 2) Transparência Pública
- 3) Relatórios Legais
- 4) Relatórios Gerenciais
- 5) Balanço Geral do Estado
- 6) Apoio à Gestão
- 7) Normas, Orientações Técnicas e Informações



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

2. INSTITUCIONAL

A Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG), núcleo técnico do Sistema Administrativo de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, é responsável pela coordenação e pela normatização do serviço de contabilidade do Estado, atuando também na supervisão e na orientação do controle interno contábil dos órgãos e das entidades do Poder Executivo e no apoio aos gestores públicos.

Entre as competências da DCOG, destacam-se aquelas ligadas à produção de informações, seja para a tomada de decisão dos gestores, seja para o controle social ou para a *accountability*¹.

Sob o enfoque das informações para a tomada de decisão, ressalta-se a conformidade contábil dos registros gerados no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), a produção de informações gerenciais, indicadores e análises do desempenho da gestão orçamentária, financeira e fiscal do Estado.

Sob o aspecto da geração de informações para o controle social e para a *accountability*, destacam-se as atividades de elaboração de relatórios legais, como os exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a elaboração do Balanço Geral do Estado e a gestão do Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.sc.gov.br), canal oficial de divulgação das informações sobre a arrecadação do Estado e os gastos executados pelo Poder Executivo.

No entanto, para que sejam disponibilizadas informações úteis e estratégicas, a DCOG possui também competências ligadas à gestão de sistemas integrados, gerenciando as demandas de evoluções e manutenções dos sistemas, e implementando mecanismos de controles e conformidade das informações. Assim, destacam-se: o desenvolvimento e a manutenção corretiva e evolutiva do Sistema Integrado de

¹ *Accountability* é um termo que remete à obrigação, à transparência de membros de órgão de prestar contas aos seus representados. Pode ser entendido também como responsabilização.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) – sistema que realiza todos os pagamentos do Governo do Estado de Santa Catarina; o desenvolvimento corretivo e evolutivo do Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP); e o desenvolvimento do Sistema de Custos de Santa Catarina (SICSC).

2.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO: subsidiar a tomada de decisão com informações úteis e estratégicas em prol de uma gestão pública responsável, transparente e efetiva, zelando pela qualidade do gasto público, pela sustentabilidade das finanças e pela promoção do controle social.

VISÃO: ser reconhecida, nacional e internacionalmente, pela excelência na gestão de informações úteis e estratégicas para a tomada de decisão e para a promoção do controle social.

VALORES: ética, inovação, excelência, transparência, conhecimento, comprometimento, motivação, respeito e compromisso social.

2.2. ESTRUTURA DA DCOG

A DCOG é composta por cinco gerências: Gerência de Contabilidade Centralizada (GECOC); Gerência de Contabilidade Financeira (GECOF); Gerência de Estudos e Normatização Contábil (GENOC); Gerência de Sistema de Gestão Fiscal (GESIF); e Gerência de Informações Contábeis e Transparência da Gestão Pública (GEINC).

No ano de 2016, as atividades das gerências foram redistribuídas para melhor desempenho das equipes e entrega eficiente dos serviços prestados pela Diretoria, criando-se três coordenadorias, quais sejam: Coordenadoria do Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

(CSIOP); Coordenadoria de Informações da Gestão Fiscal (COINF); e Coordenadoria do Sistema de Custos de Santa Catarina (COSIC).

Com a *expertise* de 12 anos na gestão do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), a DCOG recebeu o desafio de gerir o Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP). Assim, foi criada a CSIOP com o objetivo de aperfeiçoar os controles das obras públicas realizadas pelo Estado, refletindo em maior transparência das informações para os gestores e para a sociedade.

A COINF surgiu pela necessidade de desmembramento de atividades exercidas pela Gerência de Informações Contábeis, responsável, à época, por gerar informações legais e gerenciais, bem como gerir o Portal da Transparência do Poder Executivo e produzir a prestação de contas anual do Governador do Estado, o BGE. Dessa forma, a COINF ficou com a competência de gerar informações estratégicas e legais, principalmente para o Secretário da Fazenda e para o Governador, bem como de atender à legislação em vigor.

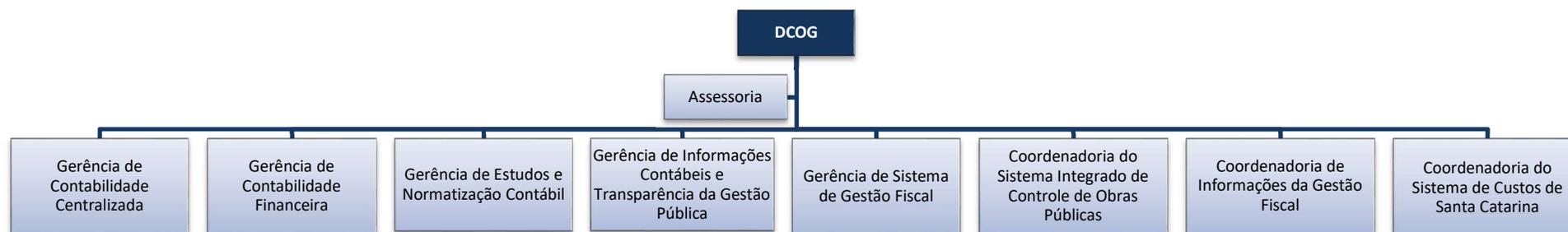
A COSIC, por sua vez, foi criada para implantar um sistema que apure os custos dos serviços prestados. O sistema tem como objetivo gerar informações que possibilitem o aperfeiçoamento da gestão estratégica e a tomada de decisão dos gestores, além de gerar informações ao cidadão por meio da transparência dos dados.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

Abaixo segue o organograma da Diretoria:

Figura 1 – Organograma da DCOG



3. GESTÃO DE PESSOAS

3.1. COMPOSIÇÃO

A DCOG encerrou o ano de 2016 com um quadro de pessoal composto por 82 servidores e colaboradores, sendo 70 Contadores da Fazenda Estadual (CFE), um servidor comissionado, um servidor cedido de outro órgão, seis colaboradores terceirizados e quatro estagiários.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

3.2. DISTRIBUIÇÃO DOS CONTADORES DA FAZENDA

A atuação da Diretoria de Contabilidade Geral ocorre de duas formas: no órgão central e nos órgãos setoriais, setoriais regionais e seccionais sistêmicos.

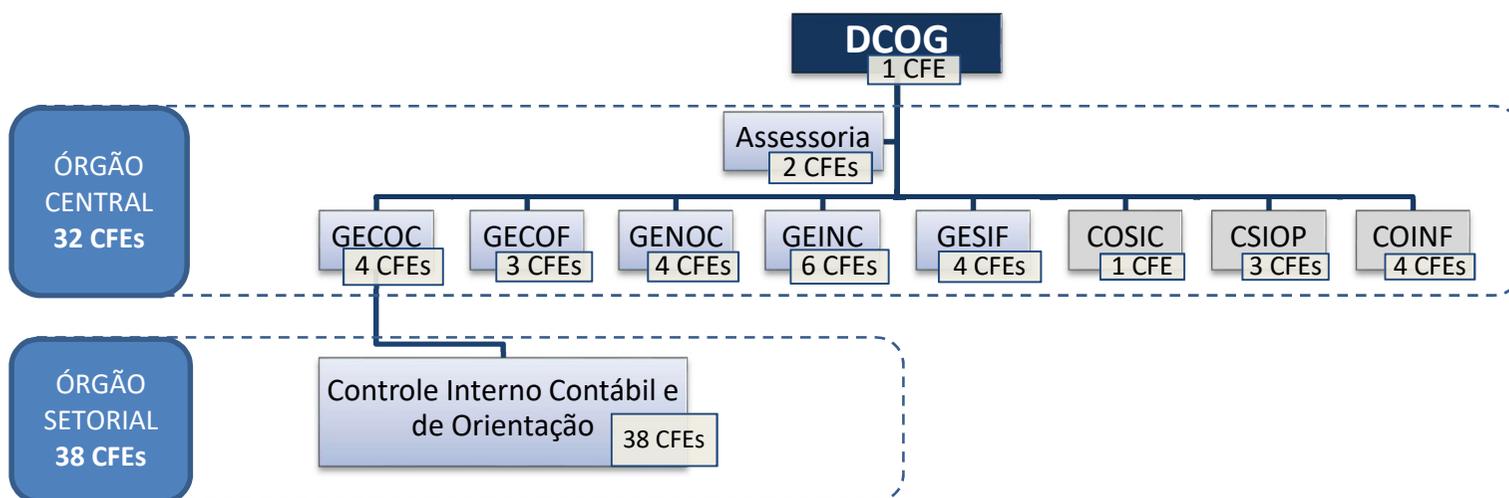
Dos 70 CFEs em atuação na DCOG, 38 atuam nos órgãos setoriais, setoriais regionais ou seccionais sistêmicos, estando diariamente em contato com os gestores e servidores dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual. Os contadores são responsáveis contábeis dessas instituições, atuando na orientação prévia aos gestores e na conformidade dos registros contábeis gerados pelos usuários do SIGEF, e gerando informações e relatórios para a tomada de decisão.

Na estrutura central, 32 CFEs estão distribuídos em cinco gerências, três coordenadorias, assessoria e diretoria, conforme a figura a seguir:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

Figura 2 – Distribuição dos Contadores da Fazenda Estadual em 2016



Fonte: DCOG/Assessoria

Os 38 CFEs em atividade nos órgãos setoriais, setoriais regionais e seccionais sistêmicos são responsáveis por 125 Unidades Gestoras (UGs) do orçamento do Poder Executivo do Estado. Além da responsabilidade contábil das UGs, os contadores atuam de forma complementar no apoio às demandas da DCOG, como, por exemplo, a atuação nos grupos técnicos “Convergência”, “Controle Interno”, “Custos”, “Patrimônio” e “Dados Abertos”, conforme estabelecido na Instrução Normativa SEF nº 01/2016.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

3.3. CAPACITAÇÕES E EVENTOS

Em busca de aperfeiçoamento e atualização profissional dos contadores da Fazenda Estadual, a Diretoria de Contabilidade, por intermédio da Gerência de Estudos e Normatização Contábil, estimula e promove a participação dos contadores em capacitações, seminários, congressos, cursos e palestras, além do Seminário Anual da DCOG, evento em que todos os contadores reúnem-se para apresentação dos resultados alcançados e planejamento das atividades a serem desenvolvidas.

De outra forma, os contadores da Fazenda também são requisitados para ministrar capacitações para servidores de outras estruturas do Governo ou dos municípios.

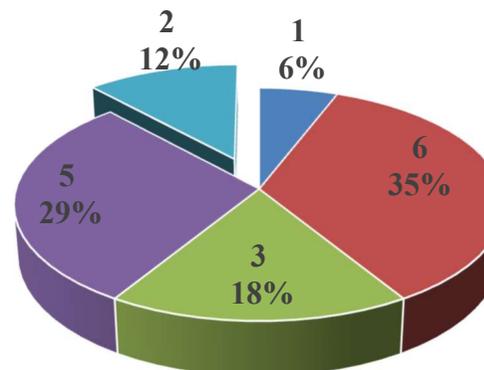
Em 2016, houve 17 eventos de capacitação dos quais a DCOG participou, sendo 15 para capacitação interna dos CFEs e dois realizados pelos contadores ao público externo, distribuídos em seminários e congressos, capacitações com enfoque em gestão, técnico e capacitações realizadas ao público externo, conforme apresentado no gráfico a seguir:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

Gráfico 1 – Eventos DCOG 2016

- Seminário Anual
- Seminários e Congressos
- Capacitações em Gestão
- Capacitações técnicas
- Capacitações para Público Externo



Fonte: GENOC/DCOG



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

No quadro abaixo, apresentam-se os eventos de capacitação por tipo:

Quadro 1 – Eventos de capacitação

TIPO	EVENTO
SEMINÁRIO ANUAL	Seminário Anual da DCOG
SEMINÁRIOS E CONGRESSOS	I Seminário de Custos na Administração Pública Municipal
	8º Seminário Catarinense de Controle Social e Transparência
	4º Seminário de Práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
	20º Congresso Brasileiro de Contabilidade
	III Seminário Brasileiro de Contabilidade de Custos Aplicados ao Setor Público
CAPACITAÇÕES EM GESTÃO	XII Congresso Nacional do Ministério Público de Contas
	Apresentações Estratégicas de Alto Impacto – Diplomacia e Tato
	Design Thinking
CAPACITAÇÕES TÉCNICAS	Gestão do Conhecimento e Inovação com Ênfase em Comunidades Práticas
	Procontab Contabilidade Pública
	Secofem – Curitiba
	Gestão de Riscos
	Retenções Tributárias
CAPACITAÇÕES PARA PÚBLICO EXTERNO	e-Social
	Capacitações APAEs
	Capacitações CPESC



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

4. ATIVIDADES DA DCOG EM 2016

4.1. CONTROLE INTERNO

Cada vez mais, o cidadão exige que os gestores apliquem de forma eficiente e transparente os recursos disponíveis. Nesse contexto é que a Diretoria de Contabilidade Geral tem o papel fundamental de fomentar a *accountability* por meio de sua atuação no controle interno.

Em Santa Catarina, a Secretaria da Fazenda é o órgão central do Sistema de Controle Interno, sendo a Diretoria de Contabilidade Geral um dos núcleos técnicos responsáveis por esse sistema.

A atuação da DCOG no controle interno se dá sob o enfoque contábil, de forma preventiva e concomitante. Ou seja, as orientações acerca de procedimentos orçamentários, financeiros e tributários realizadas pelos contadores da Fazenda Estadual em exercício nas unidades gestoras do Estado, as informações e as notas técnicas exaradas pela DCOG e a gestão do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) compõem a atividade de Conformidade Contábil exercida pelos contadores, sendo mais um mecanismo de controle.

4.1.1. Conformidade Contábil

A Conformidade Contábil está prevista no Decreto Estadual nº 964/2016 e na Instrução Normativa SEF nº 001/2014, consistindo na certificação dos registros contábeis gerados pelo SIGEF decorrentes da execução orçamentária, financeira e patrimonial. A conformidade tem como base os princípios e as normas contábeis aplicados ao setor público – NBC T SP, a tabela de eventos, o plano de contas do Estado de Santa Catarina e a conformidade dos registros de gestão. Tem periodicidade mensal, em data definida pelo Calendário de Obrigações Contábeis e



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

Tributárias da Diretoria de Contabilidade Geral do Estado e faz parte do Módulo de Controle Interno do SIGEF.

Por meio dos procedimentos de conformidade contábil realizados pelos contadores da Fazenda Estadual em exercício nas unidades gestoras do orçamento do Poder Executivo, é possível verificar a integridade da escrituração contábil e a fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis dessas unidades, o que permite ao gestor dispor de informações íntegras para a tomada de decisão.

A conformidade contábil se encontra estruturada em sete tipos de controles: i) equações contábeis; ii) contas com saldo invertido; iii) conformidade dos registros de gestão; iv) balancete mensal; v) conciliação bancária; vi) obrigações acessórias; e vii) outras restrições.

Cada um desses controles fornece ao responsável pelos serviços contábeis informações relevantes sobre a execução orçamentário-financeira e a situação patrimonial da unidade gestora, e possibilita a anotação de registros sobre intercorrências que porventura possam vir a afetar os demonstrativos contábeis, resultando em uma conformidade contábil do período sem restrição ou com restrição.

Dessa forma, os trabalhos de controle preventivos citados efetuados pelos Contadores da Fazenda Estadual visam garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a salvaguarda dos ativos do Estado e a disponibilização de informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais íntegras e fidedignas, escoimadas de erros para a melhor tomada de decisão pelos gestores do Estado, tendo a sociedade catarinense como a sua grande beneficiária.

4.1.2. Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

Em Santa Catarina, alguns instrumentos ajudam a difundir e a fortalecer a *accountability*, como visto anteriormente. Entre eles, destaca-se o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), sistema oficial de informações de planejamento, orçamento, finanças e controles do Estado. O SIGEF, gerido pela DCOG, responde pela gestão da dívida pública, de contratos e de transferências feitas às instituições privadas e



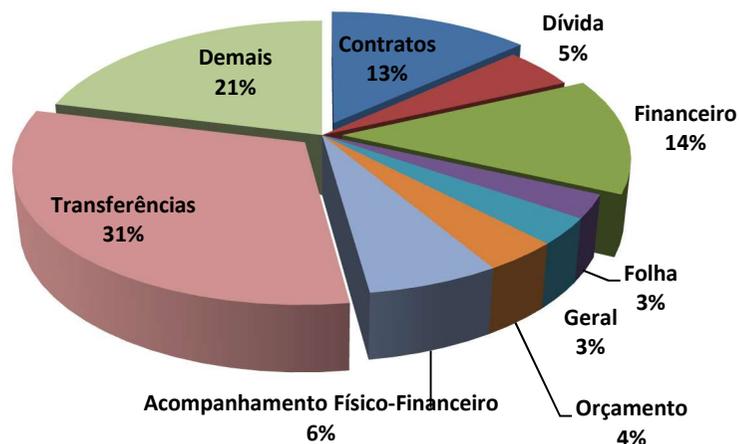
**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

públicas, tais como prefeituras. É do sistema que são extraídos os dados orçamentários, financeiros e patrimoniais para compor as prestações de contas dos gestores catarinenses, bem como para disponibilizar as informações do Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado. O sistema possui 24 módulos integrados, totalizando 1.179 funcionalidades. Cada um dos módulos possui um gestor da área, sendo a DCOG responsável por coordenar as demandas desses gestores.

Em 2016, foram solicitadas à DCOG 1.430 demandas para evolução e correção do SIGEF, das quais 1.304 (91%) foram corretivas e 126 (9%) evolutivas. Do total de demandas, foram atendidas 1.386 demandas, e as demais encontram-se em atendimento.

Na evolução e na correção do sistema, os módulos que geraram a maior quantidade de demandas são destacados a seguir:

Gráfico 2 - Demandas por módulos do SIGEF em 2016





**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

Ações no SIGEF para melhoria do controle interno e da gestão

No intuito de aprimorar os mecanismos de controle interno, algumas ações de melhorias do SIGEF foram realizadas no ano de 2016, com destaque para:

- **identificação do cancelamento de despesas liquidadas:** automatização no mecanismo de identificação dos motivos de cancelamento de despesas liquidadas (atendendo à ressalva do TCE/SC);
- **operações de crédito:** automatização do controle de operações de crédito no sistema, otimizando o processo de registro e controle das dívidas de longo prazo das unidades gestoras, como, por exemplo, ações indenizatórias, programas de demissão incentivada (PDIs), processos judiciais e parcelamento do INSS;
- **receitas do Fundo do Plano de Saúde:** automatização do registro das receitas do Fundo, permitindo a geração de guias de recebimento (GR) e conciliação bancária automáticas. O processo iniciou em outubro de 2016, e até o final do ano foram registradas 209 GRs e 206 conciliações bancárias automáticas;
- **acompanhamento físico-financeiro no novo PPA (2016-2019):** melhoria na usabilidade do preenchimento dos dados no sistema, facilitando o envio de respostas ao TCE/SC quanto às informações geradas para conhecimento da execução físico-financeira das ações de Governo;
- **ata de Registro de Preços:** controle sistêmico de Ata de Registro de Preços pelo módulo de Contratos;
- **controle pelo detalhamento da fonte de recurso:** elaboração de mecanismo de detalhamento de fonte de recurso para controle de receitas específicas que necessitam de prestação de contas detalhada, como, por exemplo, no caso dos recursos obtidos via



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

financiamento do Pacto por Santa Catarina, que vinculam o fluxo de pagamentos às dívidas contraídas, diminuindo erros e aumentando o controle desses recursos;

- **Upload de contratos:** organização dos documentos relacionados a contratos administrativos e seus aditivos, com *upload* desses documentos gerados separadamente nas ações que envolvam o cadastramento de contratos.

4.1.3. Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas – SICOP

O Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP) foi desenvolvido pelo Governo do Estado de Santa Catarina para o planejamento, a licitação, o cadastro, a gestão, o acompanhamento e o controle de obras da administração pública estadual. Em 2015, visando melhorar o controle sobre os processos de obras públicas, bem como propiciar informações transparentes aos gestores e à sociedade, a Secretaria de Estado da Fazenda, por meio da Diretoria de Contabilidade Geral, tornou-se responsável pela gestão do SICOP.

Em 2016, foram desenvolvidas ações com vistas a melhorar a segurança do sistema para garantir a confiabilidade dos dados inseridos e, conseqüentemente, das informações geradas. O login de acesso e o bloqueio de senha passaram a ser por CPF/CNPJ, o que eliminou os usuários “genéricos”, tais como Grupo Gestor, Auditoria, etc. Agora todos os usuários são identificados e auditáveis.

O módulo de Contratos do SICOP sofreu alterações nas regras de algumas funcionalidades para melhorar a eficiência dos controles, especificamente quanto à:

- inativação de contratos: antes os contratos podiam ser excluídos, e agora mantêm o histórico e podem ser inativados, caso seja necessário;
- inclusão das coordenadas geográficas das rodovias estaduais por trechos (transparência pública e controle social);



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

- obrigatoriedade de *upload* de contratos e aditivos em contratos novos e em andamento para atender à recomendação da auditoria do Ministério Público Federal; e
- integração do SICOP com o Sistema de Gestão do Patrimônio Público (SIGEP), gerando uma informação única sobre os bens patrimoniais relacionados a obras.

Para apresentar as informações e os detalhes sobre as obras em andamento no Estado de Santa Catarina, o Mapa Vivo de Obras foi reformulado e agora se chama Mapa da Transparência, uma ferramenta que utiliza os dados do SICOP e visa fomentar o controle social sobre as obras públicas realizadas pelo Estado:

Figura 3 – Mapa da Transparência - SICOP



**SOBRE O PORTAL
DA TRANSPARÊNCIA**

É um instrumento de controle social que possibilita ao cidadão acompanhar tudo o que o Estado arrecada em impostos, taxas e outras receitas e mostrar onde aplica esses recursos. Aqui você também encontra os principais programas e serviços da gestão estadual.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

Com a nova versão, foram disponibilizados:

- nova Interface de Programação de Aplicativo (API) Google;
- bens públicos (rodovias e edificações) com obras georreferenciadas no mapa;
- agrupamento de contratos por obra pública;
- documentação de contratos e fotos das medições;
- informações físicas e financeiras (empenho, liquidação e pagamento por medição); e
- filtro de consultas por situação do contrato, contratante, contratado e bem público.

As principais atividades desenvolvidas para garantir que os contratos concluídos e em andamento estivessem com todas as informações necessárias para serem inseridos no Mapa da Transparência foram:

- pesquisa e cadastro das coordenadas de todos os bens públicos com obras desde 2012 (cerca de 1.700 bens);
- pesquisa e cadastro das coordenadas de obras em rodovias municipais (cerca de 150 obras);
- identificação do trecho dos contratos de rodovias e inclusão dessas informações nos contratos (conforme o objeto);
- pesquisa e cadastro das coordenadas das obras em rodovias estaduais que não possuíam o registro de coordenadas no sistema do DEINFRA;
- pesquisa para complementação das informações financeiras não importadas do SIGEF (anteriores à integração ou com dotação orçamentária diferente da regra SIGEF).



4.2. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A transparência é um dos princípios adotados pela governança pública para propor práticas de controle e de acompanhamento da administração. Com as informações divulgadas de forma transparente, a sociedade aproxima-se do poder público, colaborando para um maior controle social e para a eficiência do Governo.

O Portal da Transparência Pública do Poder Executivo Estadual

Em Santa Catarina, o Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.sc.gov.br) é um instrumento de controle social que possibilita ao cidadão acompanhar informações acerca da origem e da aplicação dos recursos públicos estaduais. Consiste em um importante meio para a promoção da transparência, pois concentra uma série de informações que permitem ao cidadão acompanhar a gestão pública, desde a receita arrecadada até os gastos realizados para atender à sociedade. Conta também com diversos relatórios, consultas e links de acesso que visam divulgar informações de interesse geral. O Portal é um instrumento de transparência ativa que viabiliza com clareza os gastos públicos, empoderando o cidadão para o controle social.

A principal fonte de dados do Portal provém do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), que fornece a base informacional das consultas e também de diversos relatórios disponibilizados. Outros sistemas que também geram informações são o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Humanos (SIGRH), o Sistema de Administração Tributária (SAT) e o Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (SICOP). Todos os dados extraídos destes sistemas para o Portal ocorrem de forma direta, ou seja, não há seleção e alteração



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

de informações, o que confere credibilidade às pesquisas.

A Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG), realiza a manutenção e o aperfeiçoamento do Portal da Transparência do Poder Executivo, conforme previsto no art. 3º do Decreto Estadual nº 913/2012. Desde o seu lançamento, em 8 de maio de 2012, foram realizados diversos aperfeiçoamentos no sentido de inclusão de informações e dados, por meio de consultas e de relatórios, para melhorar a instrumentalização do controle social.

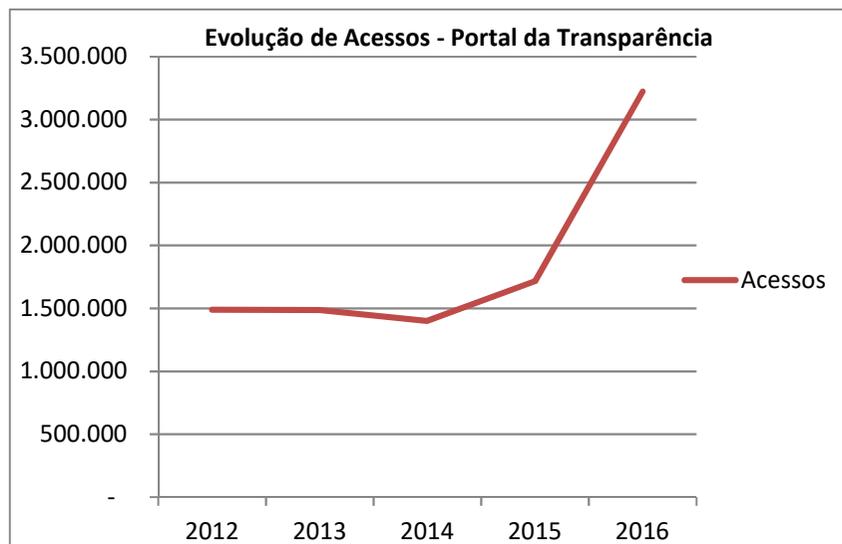
Estatística do Portal

A quantidade de acessos no Portal vem evoluindo nos últimos anos e alcançou 3,3 milhões de acessos em 2016. Esse resultado representa uma média de 8.832 acessos por dia e 368 por hora, o que demonstra que cada vez mais a sociedade se interessa em utilizar esse importante instrumento de controle social para acompanhar as ações do Governo do Estado.

Gráfico 3 – Evolução de acessos no Portal da Transparência



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**



Fonte: GEINC/DCOG

Atendimentos e orientações sobre o Portal

Com o objetivo de prestar orientações à sociedade, tirar dúvidas, receber sugestões, elogios e reclamações referentes ao Portal, a DCOG, como gestora do Portal, por intermédio da Gerência de Informações Contábeis (GEINC), mantém uma estrutura para atender a essas demandas que são realizadas por contato telefônico, através de e-mail e também de forma presencial. Outro canal de informação é a Ouvidoria Geral do Estado, que recebe pedidos de resposta da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Essa interação com a sociedade é muito importante, pois podem ser identificadas e implementadas melhorias nos sistemas, nos controles e nas informações disponibilizadas. Em 2016, o foco foi a finalização do desenvolvimento do novo Portal. Exemplos que foram mapeados nesse



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

processo foram: desenvolvimento de ferramenta de busca, liberação de arquivos em formato aberto (CSV), disponibilização de arquivos de contratos, reformulação do glossário e inclusão de glossário interativo.

Pesquisa sobre o Portal

Em 2016, foi realizada a primeira pesquisa de grande escala com a sociedade utilizando redes sociais do Governo para divulgação, além do próprio Portal. O objetivo principal foi buscar o entendimento do perfil dos usuários atuais, os pontos positivos e negativos do Portal, e coletar sugestões para subsidiar o projeto do novo Portal da Transparência.

Em 20 dias, 2.063 pessoas responderam ao questionário, sendo 61,9% profissionais do setor público. A maioria das pessoas (39,8 %) tem idade entre 36 e 50 anos. O perfil de usuários com nível superior predominou na pesquisa (47,7% com especialização e 31,6% com graduação).

A pesquisa procurou identificar as pessoas que já tinham acessado o Portal ou aquelas que nunca haviam acessado. Das 2.063 pessoas, 1.485 (72%) já haviam acessado e 578 (28%) ainda não. Com base nessa resposta, foram elencadas perguntas objetivas, incluindo respostas de múltiplas escolhas.

Entre as pessoas que já acessaram o Portal da Transparência, 47,3% assinalaram que encontram as informações que procuram, e o índice de satisfação registrado foi de 73,4% (satisfeito ou muito satisfeito). A confiabilidade e a organização do Portal foram os principais pontos positivos. Como melhorias, a inclusão de ferramenta de busca e a necessidade de utilização de uma linguagem mais acessível prevaleceram.

O outro perfil dos pesquisados, aqueles que nunca acessaram o Portal, teve como principal fator desse motivo o de não terem conhecimento da existência do Portal (46,4%).

O questionário abriu espaço também para os participantes escreverem o que entendem sobre transparência pública e o que esperam



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

encontrar no Portal da Transparência do Poder Executivo. Algumas respostas se destacaram, como relacionado a seguir.

a) O que você entende por transparência?

“Mais do que divulgar a informação, buscar meios e esforços para que a informação divulgada seja compreendida.”

b) O que você espera encontrar no Portal de Transparência do Poder Executivo?

“Gostaria de encontrar os valores gastos pelo Estado nas principais áreas e conseguir saber COMO foi gasto o dinheiro público sem precisar saber nada de contabilidade.”

“Informações não financeiras sobre os resultados práticos da atuação do Estado (dados específicos sobre as áreas de atuação do Governo: saúde, educação, saneamento, segurança, etc.), e não apenas os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Informações mais claras para que a população possa entender, utilizando-se de recursos gráficos e interativos. Ou seja, superar as meras obrigações legais e fornecer de fato informações que possam servir para o cidadão avaliar a gestão pública.”

Enfim, a coleta dessas sugestões foi bastante benéfica para constatar pontos de melhorias que já tinham sido identificados e que estavam em desenvolvimento para o novo Portal, tais como a ferramenta de busca, ferramentas para acessibilidade, uma linguagem mais clara e acessível à população, além de outros pontos citados e identificados como importantes e que estão sendo estudados, como a inclusão de informações sociais (não financeiras).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

Projeto do Novo Portal da Transparência

O projeto do novo Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina iniciou em meados de 2015 com a intenção de disponibilizar as informações de forma mais simples e objetiva para que o cidadão possa interagir melhor com o Governo. Desse modo, além da mudança tecnológica que era necessária para o desenvolvimento das melhorias previstas, a forma com que os dados e as informações seriam apresentados foi uma preocupação e uma premissa desde o início do projeto.

Foi com esse foco que o Portal ganhou uma navegação mais dinâmica, com informações tempestivas, linguagem cidadã e elementos visuais que estimulam a leitura. Uma nova plataforma tecnológica foi pensada de modo que as informações sejam disponibilizadas conforme as necessidades dos cidadãos e aprimoradas continuamente.

Para melhor organizar e facilitar a busca de informações, mantendo similaridade com o Portal atual, foi mantida a divisão em poucas áreas, sendo o formato final dividido em quatro grandes áreas:

- **Receita** – Apresenta as consultas sobre as receitas arrecadadas pelo Estado, inclusive as transferências recebidas, além de relatórios e indicadores da receita.
- **Despesa** – Nesta área, são disponibilizadas várias consultas sobre as despesas realizadas pelo Estado para custear os serviços públicos, como, por exemplo, execução da despesa, remuneração e dados funcionais de servidores, diárias, contratos, licitações, fornecedores, etc.
- **Responsabilidade Fiscal** – Aqui são apresentados os demonstrativos utilizados para o acompanhamento do cumprimento dos limites definidos em legislação e a prestação de contas do Governo. Além disso, outras informações estão disponibilizadas nesta área do Portal, tais como extrato da conta única do Estado, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

Orçamentária Anual (LOA), entre outros.

- **Gestão Estadual** – Como o próprio nome indica, nesta área foram disponibilizados links relacionados à gestão do Estado, como estrutura de Governo, Diário Oficial, SC e Você, etc. Esta área do Portal conta ainda com consultas dos bens móveis e imóveis, além de outros relatórios referentes ao patrimônio público, como é o caso de relatório de imóveis cedidos e de bens das empresas públicas dependentes.

Além disso, diversas novidades foram desenvolvidas no projeto do novo Portal, expostas a seguir:

- **Pergunta Cidadã**

Espaço interativo para o cidadão montar um questionamento específico e acessar os dados de maneira rápida e simples com direito a gráficos e tabelas para compreender melhor as informações. São 24 possibilidades diferentes para montar a pergunta – 18 para despesas e seis para receita.

Exemplos:

- Quanto foi gasto com publicidade e propaganda em 2017?
- Quanto foi arrecadado com transferências voluntárias da União em 2016?

- **Mapa da Transparência**

Ferramenta para o cidadão acompanhar todas as obras contratadas pelo Estado. Cada obra é indicada por um ícone representando a área a que está vinculada (educação, saúde, transportes, segurança pública, agricultura, etc.). Também é possível navegar pelas obras no mapa e obter uma série de informações, tais como valor contratado, edital de licitação, número do contrato, nome e CNPJ



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

do contratado, data da ordem de serviço, estágio em que se encontra a obra e fotos da obra.

- **Galeria das principais áreas de Governo**

Acesso direto aos valores aplicados nas principais áreas do Governo: educação, saúde, segurança, agricultura e transporte.

A informação de cada área é detalhada em gráficos por ano ou mês a mês, contendo também a informação das principais despesas realizadas na área escolhida: Pessoal e Encargos Sociais, Manutenção dos Serviços e Investimentos. Assim, o Portal permite ao cidadão receber de forma rápida e direta informações relevantes sobre as despesas governamentais.

- **Ferramenta de pesquisa**

Desenvolvimento de uma ferramenta “Pesquisar” para facilitar a busca por temas de interesse do usuário. O retorno da busca apresenta todos os termos relacionados às consultas disponíveis no Portal como também o glossário com as palavras relacionadas.

- **Consultas detalhadas**

Melhoria no formato e parâmetros para aprofundar a pesquisa da Receita e Despesa Detalhada. O usuário poderá fazer análises detalhadas utilizando diversos filtros e totalizando por periodicidade (mês, bimestre, trimestre, quadrimestre, semestre, ano) por unidade gestora, além de uma série de outras opções. É possível também fazer inúmeros cruzamentos entre os filtros e os totalizadores.

- **Dados Abertos**

O novo Portal dá início a um processo de disponibilização de bases de dados em formato aberto. Os dados são disponibilizados em



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

formato CSV, permitindo, dessa forma, sua livre utilização, consumo ou cruzamento, bem como a criação de aplicativos que demonstrem novas formas de utilização e visualização desses dados. Além disso, a exportação dos dados das pesquisas realizadas é gerada em formato CSV.

- **Glossário, Legislação e Perguntas Frequentes**

Ferramentas que ajudam o usuário a entender melhor o universo da gestão pública e sanar as suas dúvidas. Para facilitar o entendimento dos resultados das consultas no Portal, é possível pesquisar o glossário completo ou utilizar o glossário interativo, que esclarece termos técnicos de forma instantânea. O acesso às informações foi mapeado para estar disponível em várias partes do Portal (tabelas, colunas, caixas de seleção) junto aos termos principais que foram esclarecidos.

- **Conteúdo acessado com poucos cliques**

As quatro grandes áreas do Portal (Receita, Despesa, Responsabilidade Fiscal e Gestão Estadual) foram planejadas para serem disponibilizadas em forma de menu e assim facilitar o entendimento e a busca de informações dos cidadãos, além de serem definidas cores-padrão para cada área, de modo que fique mais intuitivo reconhecê-las. Quando se clica no menu, as informações disponibilizadas são apresentadas em uma única tela para facilitar a usabilidade. No momento em que o usuário estiver navegando em alguma consulta, o menu fica disponível na parte superior e liberado para acesso. Tudo isso foi pensado para que em poucos cliques o conteúdo do Portal possa ser acessado de acordo com os interesses do usuário. Outra mudança importante foi a retirada do captcha nas consultas para melhorar a usabilidade, motivada também pela forma de consulta, que passou a ser instantânea, sem a necessidade de execução de um “consultar” na grande maioria das consultas reformuladas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

- **Busca de Documentos**

Com o novo Portal da Transparência, também ficou mais fácil encontrar os documentos que baseiam as diversas etapas para execução das despesas públicas: empenhos, liquidações, preparações de pagamentos e ordens bancárias, além das retenções, se for o caso. Por intermédio da consulta no menu da despesa, denominada Busca de Documentos, o usuário poderá encontrar facilmente os documentos que permeiam os estágios da despesa pública, selecionando Empenho, Liquidação ou Pagamento, gerados com base no documento original do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), num formato bem amigável ao cidadão.

- **Patrimônio Público**

Outra novidade do novo Portal da Transparência são as informações do patrimônio público, projetadas para serem exibidas na forma de consultas que permitem relacionar os bens móveis e imóveis, além de relatórios das empresas dependentes.

- **Nova consulta de dados funcionais e remuneração dos servidores**

Outra novidade do novo Portal da Transparência é a reformulação da consulta Remuneração e Dados Funcionais dos Servidores. A intenção foi gerar informações sobre a quantidade dos servidores efetivos que fizeram parte da folha de pagamento do Poder Executivo Estadual, incluindo as empresas estatais dependentes (Epagri, Santur, COHAB e CIDASC), além de informações dos inativos, comissionados, admitidos em caráter temporário e pensionistas, incluindo os especiais suspensos. O Portal foi projetado para trazer o dado estatístico da faixa etária dos servidores ativos, tudo isso em uma forma gráfica. Os dados funcionais dos servidores também foram estruturados para trazer mais informações.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

- **Responsividade**

O novo Portal da Transparência é responsivo, ou seja, é um site flexível que se adapta automaticamente a qualquer dispositivo do usuário (desktop, laptop, tablet ou smartphone das mais variadas marcas e tamanhos). Alterando a sua aparência de acordo com o equipamento, o novo Portal possibilita ao usuário acessar qualquer dado ou informação de maneira versátil, readequando os elementos da tela para apresentar as opções mais importantes em primeiro lugar.

- **Acessibilidade**

O novo Portal da Transparência inclui agora as opções de acessibilidade. No canto superior direito da tela, é possível aumentar o tamanho da fonte, permitindo que pessoas com dificuldades de visão possam ler com mais conforto os conteúdos apresentados. Além disso, também há a opção de aumentar o contraste de cores entre o texto e o respectivo fundo para um destaque maior do texto e, conseqüentemente, ampliar o conforto de leitura para pessoas com baixa visão. O Portal também foi construído para ser compatível com diferentes leitores de tela, e foram programadas teclas de atalho para facilitar o manuseio.

- **Maior massa de dados**

Com a reformulação das consultas e a inclusão de novas, a massa de dados disponibilizada à população foi ampliada no novo Portal. Destacam-se as seguintes bases de dados, obtidas por arquivos ou mediante a geração de consultas e respectiva exportação no formato CSV:

- Conjuntos de Dados Abertos, gerados mensalmente, para Receita, Despesa e Restos a Pagar;
- Consulta Busca de Documentos: informações dos documentos que geraram o registro para as fases de empenho, liquidação e



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

pagamento;

- Consultas de Patrimônio Público: bens móveis e imóveis;
- Consultas de Contratos: inclusão de arquivos digitais de contratos;
- Consulta de Transferências Obrigatórias e Voluntárias: nova consulta que agregou diversos tipos de transferências que o Estado repassa, trazendo a visão de liquidação e pagamento;
- Consulta de Fornecedores: nova estrutura de dados com base da natureza jurídica; e
- Consulta Consolidada de Despesa e Restos a Pagar: base de dados que agrega a execução da despesa e de restos a pagar no exercício.

- **Aplicativo Móvel**

O Portal contará com a APP Transparência SC, iniciando com consultas de informações de Receita e Despesa para trazer de forma rápida os dados de arrecadação e dos gastos públicos.

- **Canal de Notícias**

Outra inovação é a criação de uma página de notícias para apresentar informações, novidades e curiosidades na área de transparência do Estado, incluindo a divulgação em redes sociais (Facebook e Twitter).

- **Fale Conosco**

Reformulação do “Fale Conosco”, agora com um formulário para facilitar o encaminhamento das reclamações, dúvidas, elogios



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

ou sugestões referentes ao Portal da Transparência, além de uma melhor organização e explicação, de modo que o cidadão saiba qual o canal mais adequado para encaminhar a sua demanda (Portal da Transparência ou Ouvidoria Geral do Estado).

4.3. RELATÓRIOS LEGAIS

Com o advento da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que regulamentou a Constituição Federal no que tange à parte da Tributação e do Orçamento (Título VI), foram definidos instrumentos de transparência da gestão fiscal.

O artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que são instrumentos de transparência da gestão fiscal: a prestação de contas do chefe do Poder Executivo; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO); e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) bem como as versões simplificadas desses documentos.

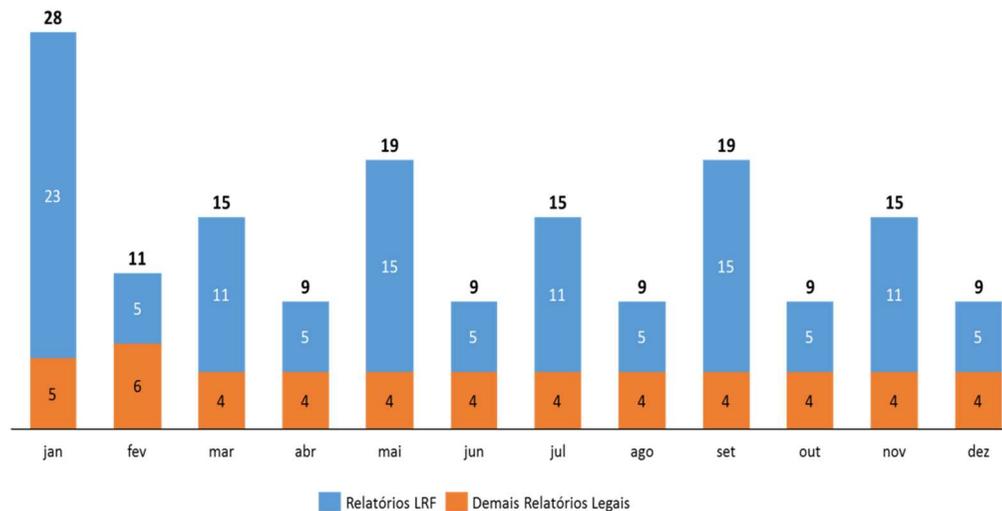
Na DCOG, a Coordenadoria de Informações da Gestão Fiscal (COINF) é responsável pela elaboração e pela divulgação dos demonstrativos legais. Entre eles, destacam-se os demonstrativos da LRF (RREO e RGF), os relatórios de audiências públicas, a aplicação mínima em educação e saúde, o PASEP e a Receita Líquida Disponível (RLD).

Em 2016, a COINF elaborou 167 relatórios legais, conforme demonstrado a seguir:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

Gráfico 4 – Elaboração de Relatórios Legais em 2016



Fonte: COINF/DCOG

Entre os diversos demonstrativos exigidos pela LRF, alguns possuem periodicidade bimestral, quadrimestral ou anual.

O quadro apresentado na sequência busca sintetizar a periodicidade de elaboração e de publicação de cada relatório da LRF:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

Quadro 2 – Relatórios da LRF elaborados pela DCOG

Relatório	Demonstrativo	PERIODICIDADE					
		1º quadri		2º quadri		3º quadri	
		1º bim	2º bim	3º bim	4º bim	5º bim	6º bim
RREO	Balanço Orçamentário	X	X	X	X	X	X
RREO	Execução das Despesas por Função/Subfunção	X	X	X	X	X	X
RREO	Receita Corrente Líquida	X	X	X	X	X	X
RREO	Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS	X	X	X	X	X	X
RREO	Resultado Nominal	X	X	X	X	X	X
RREO	Resultado Primário	X	X	X	X	X	X
RREO	Restos a pagar por Poder e Órgão	X	X	X	X	X	X
RREO	Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	X	X	X	X	X	X
RREO	Parcerias Público-Privadas	X	X	X	X	X	X
RREO	Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	X	X	X	X	X	X
RREO	Simplificado do RREO	X	X	X	X	X	X
RREO	Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital						X
RREO	Projeção atuarial do RPPS						X



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

Relatório	Demonstrativo	PERIODICIDADE					
		1º quadri		2º quadri		3º quadri	
		1º bim	2º bim	3º bim	4º bim	5º bim	6º bim
RREO	Receita de alienação de ativos e aplicação de recursos						X
RGF	Despesa com Pessoal		X		X		X
RGF	Dívida Consolidada		X		X		X
RGF	Garantias e Contragarantias de Valores		X		X		X
RGF	Operações de Crédito		X		X		X
RGF	Simplificado do RGF		X		X		X
RGF	Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar						X
RGF	RGF Consolidado						X

Fonte: COINF/DCOG

Além dos relatórios exigidos pela LRF, a COINF publica outros relatórios, em sua maioria com periodicidade mensal, quais sejam: a) cálculo do PASEP para pagamento; b) cálculo da Receita Líquida Disponível para repasse aos demais Poderes e UDESC; c) cálculo do valor a ser aplicado em Ciência e Tecnologia por força da Constituição Estadual; e d) metas de arrecadação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

4.4. RELATÓRIOS GERENCIAIS

Um dos papéis da contabilidade é gerenciar dados contábeis, transformando-os em informações estratégicas para a gestão das organizações.

Na DCOG/SEF, a COINF é a responsável pela análise dos dados produzidos diariamente pelos usuários do SIGEF, utilizando-os para gerar informação.

Em 2016, foram realizados aproximadamente 70 relatórios com a visão gerencial, sendo aproximadamente 24 para atender a demandas do Secretário de Estado da Fazenda.

Entre os relatórios gerenciais com periodicidade mensal, destacam-se:

- a) comparativo de indicadores de gestão dos estados brasileiros;
- b) relatório da evolução das despesas próprias com educação e saúde; e
- c) comparativo do Gasto com Pessoal X Receita Corrente Líquida.

Além dos relatórios apresentados acima, de forma complementar, trimestralmente a DCOG elabora e publica relatórios para subsidiar a gestão pública, como, por exemplo, o Painel de indicadores da Gestão, a Visão Geral das áreas de Governo e o Relatório de Acompanhamento da Gestão.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

4.5. BALANÇO GERAL DO ESTADO

A Prestação de Contas do Governador relativa ao ano de 2015 foi entregue em 4 de abril de 2016 ao Tribunal de Contas pelo Governador do Estado, João Raimundo Colombo, pelo Secretário de Estado da Fazenda, Antonio Marcos Gavazzoni, e pelos membros da equipe técnica da Diretoria de Contabilidade Geral.

O Balanço Geral do Estado foi composto por três volumes:

- ✓ **Volume I – Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas de 2015 (218 páginas):** destaca a temática da gestão sustentável, reunindo informações sobre aspectos administrativos, sociais, econômicos e financeiros, além das demonstrações contábeis, suas respectivas notas explicativas e análises;
- ✓ **Volume II – Anexos do Balanço Geral do Estado (463 páginas):** apresenta um conjunto de relatórios legais e outros informativos, como os Relatórios das Diretorias de Captação de Recursos e da Dívida Pública e de Auditoria Geral;
- ✓ **Volume III - Relatório de Atividades do Governo do Estado de Santa Catarina (568 páginas):** reúne informações sobre o acompanhamento físico e financeiro de bens e serviços finalísticos, executados por meio de programas de Governo, apresentando as atividades realizadas pelos órgãos e pelas empresas de forma quantitativa e qualitativa.

Destacam-se algumas novidades e mudanças realizadas na apresentação do Balanço Geral do Estado de 2015:

- a) **frase temática:** criação de uma frase temática para retratar o principal tema abordado no ano. Em 2015, a frase foi “Foco nas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

Futuras Gerações”;

- b) **reformulação visual:** inclusão de cores-padrão para destacar cada capítulo do Volume 1, ampliando também a quantidade de fotos e de ilustrações, de modo a retratar melhor as informações;
- c) **aspectos financeiros (Volume 1):** revisão de tópicos, conceitos e tabelas em relação a 2014, incluindo novas informações;
- d) **aspectos sociais (Volume 1):** ampliação da coleta de informações com as áreas e linguagem jornalística para transmitir melhor as ações nas principais áreas de Governo;
- e) **aspectos econômicos (Volume 1):** reformulação do conteúdo, apresentando informações mais detalhadas, na forma gráfica e em tabelas, da economia catarinense, de modo especial acerca do Produto Interno Bruto (PIB);
- f) **demonstrações contábeis:** adequações às orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) relativas aos demonstrativos contábeis apresentados: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Patrimonial (BP), Balanço Financeiro (BF), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). De modo especial, também ocorreu um novo detalhamento dos Créditos de Curto e Longo Prazo apresentados no Balanço Patrimonial (BP), além do Quadro de Superávit/Déficit Financeiro que compõe esse demonstrativo;
- g) **reestruturação das notas explicativas (Volume 1):** grande mudança na apresentação e na inclusão das notas explicativas, que seguiram o padrão internacional (IPSAS), trazendo novas notas, como a de Contexto Operacional, a de Relação das Entidades Consolidadas nas Demonstrações Contábeis do Exercício e a de Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações. Com isso, a quantidade de notas explicativas foi ampliada de 27 (2014) para 45 em 2015. Ocorreu também a organização das notas por demonstrativos para melhor apresentação;
- h) **análise das demonstrações contábeis (Volume 1):** ocorreu a atualização das memórias de cálculo para desconsiderar no Ativo e



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

no Passivo os valores da fonte 9.9.99 (fonte extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, além da revisão dos conceitos apresentados no tópico deste capítulo;

- i) **resumo:** reformulação visual na organização e figuras apresentadas, ampliando a quantidade de páginas, de 4 para 8.

No balanço de 2016, destaca-se o trabalho realizado para automatizar diversos relatórios que compõem o Volume II, de modo que possam ser gerados no SIGEF de acordo com padrões de impressão e padronização de layout, além de ficarem disponíveis para consulta no sistema.

Também foram realizadas reuniões com o grupo técnico do Tribunal de Contas (TCE) e demais áreas do Governo para buscar entendimento no que tange à Instrução Normativa N. TC-20/2015, que entrará em vigor em 2017, com informações relativas ao exercício de 2016, bem como para solicitar orientações para aplicação da norma. Desse modo, ações foram tomadas no sentido de buscar todas as informações solicitadas, prevendo a disponibilização de cada Poder e também de forma consolidada.

4.6. APOIO À GESTÃO PÚBLICA

A contabilidade e a administração estão diretamente ligadas, havendo um ponto de intersecção entre elas, em que um dos papéis da contabilidade, o de apoio à gestão, une-se aos objetivos de eficiência e eficácia da administração.

Em Santa Catarina, a Diretoria de Contabilidade Geral emana esforços no apoio à gestão pública do Governo em busca de processos mais eficientes e menos burocráticos, sem se desprender dos princípios de controle da coisa pública.

Nesse sentido, apresentam-se a seguir algumas ações realizadas em 2016 que merecem destaque.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

4.6.1. Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina – CPESC

O CPESC, regulamentado pelo Decreto nº 1.949/2013, começou a ser utilizado em 2014. Caracteriza-se como uma ferramenta inovadora para uma prática antiga: o adiantamento previsto nas Leis Federais nº 4.320/1964 e 8.666/1993, e há muito utilizado. O diferencial do Cartão é o controle efetivo dos gastos, que podem ser acompanhados, em tempo real, no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual. Na modalidade tradicional de adiantamento, a individualização dos gastos é conhecida apenas quando da prestação de contas.

O objetivo principal do CPESC é permitir que unidades administrativas vinculadas a órgãos e entidades do Estado possam realizar despesas de pequeno vulto, extraordinárias ou urgentes com maior eficiência e transparência.

Com essa premissa, o CPESC está implantado em escolas, hospitais, unidades prisionais e socioeducativas, unidades de fiscalização e administrativas do Estado, ou seja, que atendem diretamente o cidadão catarinense.

CPESC nas Escolas

No âmbito da rede estadual de ensino, a Secretaria de Estado da Educação (SED) disponibiliza adiantamento de recursos por meio do CPESC para, aproximadamente, 1.070 escolas estaduais, de modo que estas realizem aquisições de materiais de consumo de pequeno vulto e/ou emergenciais.

Em 2016, as aquisições das escolas utilizando o CPESC totalizaram R\$ 7.528.750,15, sendo esse valor 17,42% superior ao montante aplicado com o Cartão nas escolas em 2015 (R\$ 6.411.958,36).

Com a edição da Instrução Normativa Conjunta SEF/SED nº 001, de 1º de fevereiro de 2016, houve a revisão de valores e da aplicação do CPESC nas escolas, conforme o número de alunos, bem como a adoção do processo digitalizado para prestação de contas por parte das escolas



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

por meio do SGP-e.

CPESC na Saúde

Em 2016, houve a ampliação do CPESC para outras áreas da Secretaria de Estado da Saúde, além dos hospitais, como gestão do SUS, vigilância em saúde, laboratório central de saúde pública, serviços especializados e regulação, e área administrativa (Instrução Normativa Conjunta SEF/SES nº 2, de 12 de setembro de 2016).

CPESC nas Unidades Prisionais

Também merecem destaque os treinamentos realizados em todas as regiões do Estado de Santa Catarina em 2016, destinados aos servidores das unidades prisionais, socioeducativas e administrativas vinculadas à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, orientando-os sobre as corretas utilização e prestação de contas dos recursos de adiantamento destinados a essas unidades que funcionam de maneira ininterrupta. Foram atendidas seis mesorregiões do Estado.

Ainda em 2016, ocorreram ações para melhoria da legislação e do sistema de gestão do Cartão de Pagamentos, sendo possível a migração de adiantamentos tradicionais para o CPESC em vários órgãos e entidades estaduais, inclusive os relativos a viagens, proporcionando agilidade, controle e transparência na aplicação dos recursos públicos.

O CPESC concorreu ao Prêmio de Boas Práticas em Gestão Pública, promovido pelo Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc/Esag), na categoria “Qualidade na Gestão Pública”, e classificou-se entre os cinco finalistas, obtendo o selo “Boa Prática em Gestão Pública”.

Ao final do ano, foram realizadas pesquisas com os servidores que utilizam o Cartão nos hospitais estaduais e nas unidades escolares para



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

saber se estavam satisfeitos, tendo o CPESC obtido, novamente, excelente avaliação.

Logo, ao mesmo tempo que instrumentaliza o controle social, o CPESC fortalece a autonomia, o que faz dele uma ferramenta de gestão com transparência.

4.6.2. Automatização do Processo de Pagamento de Diárias e Alimentação PM

Em 2016, foram implementadas melhorias no SIGEF, na sistemática de pagamentos em grande escala (arquivo prestadores), visando à automatização dos processos de concessão de diárias e de etapas de alimentação das polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros, em especial quando da realização de operações que exigem o deslocamento e o plantão de um grande número de servidores, como a Operação Veraneio.

Essa automatização dos processos de pagamentos permite agilidade e eficiência na realização dos trabalhos administrativos, liberando profissionais antes alocados para essas funções manuais, além de possibilitar maior segurança e transparência na realização dos pagamentos dessa natureza.

A Polícia Militar aderiu à nova sistemática de pagamento de diárias e etapas de alimentação no início de 2016, a Polícia Civil iniciou os procedimentos em dezembro do mesmo ano e, no começo de 2017, o Corpo de Bombeiros Militar também aderiu a essa automatização para pagamento dos Guarda-Vidas.

Destaca-se ainda que, com essa nova sistemática, é possível que todos os credores relativos a diárias e etapas de alimentação estejam individualmente relacionados no Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, uma vez que se utiliza o mecanismo de empenho por inscrição genérica (empenho prévio de despesa conhecida sem conhecimento do credor específico no momento do comprometimento dos recursos) e se elimina a necessidade de concessão de adiantamentos para pagamentos de diárias e ajudas de custo para um único servidor responsável por adiantamento de grande monta.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL**

4.7. NORMAS, ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E INFORMAÇÕES

À Diretoria de Contabilidade Geral, na condição de coordenadora e normatizadora do serviço de contabilidade do Estado e núcleo técnico do Sistema Administrativo de Controle Interno, cabe normatizar (por meio da legislação estadual) e orientar (por meio de notas técnicas, informações e manuais) os procedimentos afetos às contas do Governo.

O Decreto nº 2.398/14 dispôs, entre outros, dois instrumentos que disciplinam os procedimentos contábeis aplicáveis aos órgãos e às entidades da administração pública estadual. São eles:

- **Notas Técnicas de Procedimentos Contábeis (NTPC):** emitidas com o intuito de orientar os órgãos e as entidades na aplicação dos procedimentos e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP);
- **Informações Técnicas Contábeis (ITC):** emitidas quando algum órgão demandar o entendimento da DCOG em casos concretos, desde que não haja manifestação anterior aplicável.

Em 2016, foram emanadas pela DCOG nove NTPCs e 18 ITCs. Além das NTPCs e das ITCs, foram emitidas pela DCOG 54 Informações para subsidiar respostas demandadas das diversas estruturas da Secretaria da Fazenda, bem como de outras Secretarias do Governo, demais Poderes e municípios, e mais três Informações Conjuntas.





Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - DICD 2016





RELATÓRIO DA DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

A Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – DICD, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, apresenta este relatório com o intuito de divulgar os dados relacionados à captação de recursos não tributários, ingressos decorrentes de operações de crédito, situação atual da dívida pública do Estado, monitoramento do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF, capacidade de endividamento do Estado, precatórios, riscos fiscais e passivos contingentes e controle de tributos e contribuições com a União.

A DICD está estruturada com 2 (duas) gerências: a Gerência de Captação de Recursos e a Gerência da Dívida Pública. Em 2011 foi criada a Gerência de Captação de Recursos, de grande importância ao incremento financeiro do Estado no que tange às operações de crédito, convênios e contratos de repasse.

Em anexo a este relatório, a DICD apresenta os demonstrativos com os ingressos no Tesouro decorrentes de operações de crédito, com as principais características de todos os contratos assinados que compõem a dívida pública, assim como com os montantes pagos pelo serviço da dívida em 2016.

2. CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Historicamente, a Secretaria da Fazenda vinha atuando somente na captação de recursos decorrentes de operações de crédito. Contudo, faz parte das atividades da Secretaria da Fazenda a captação de recursos de toda ordem, para possibilitar o suprimento de fundos aos órgãos e entidades do Estado.

2.1. CAPTAÇÃO DE RECURSOS VOLUNTÁRIOS

As transferências voluntárias são os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Entidades sem Fins Lucrativos em decorrência da celebração de convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos similares, cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum.

Para obter estas transferências voluntárias o Estado deve conhecer os programas federais que vão sendo abertos no decorrer do exercício pelos Ministérios e Secretarias Federais. Para a celebração dos instrumentos é necessário ter bons diagnósticos que subsidiem bons projetos que podem se diferenciar na seleção técnica e fazer a gestão destas propostas de trabalho encaminhadas.

A União operacionaliza estes convênios e contratos de repasse no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse da União (SICONV), que contempla desde a disponibilização dos programas federais até a prestação de contas.

A DICD, por meio da Gerência de Captação de Recursos (GECAR), disponibiliza para órgãos e entidades o “Catálogo de Programas Federais Abertos” com as informações quanto ao prazo para apresentação de



propostas e planos de trabalho, órgão executor, descrição do programa e objetivos, os requisitos e os critérios de seleção.

Em 2016 o Estado de Santa Catarina, por intermédio de seus órgãos e entidades, enviou 29 planos de trabalho para a União, sendo que desse total, 5 planos de trabalho foram transformados em convênio.

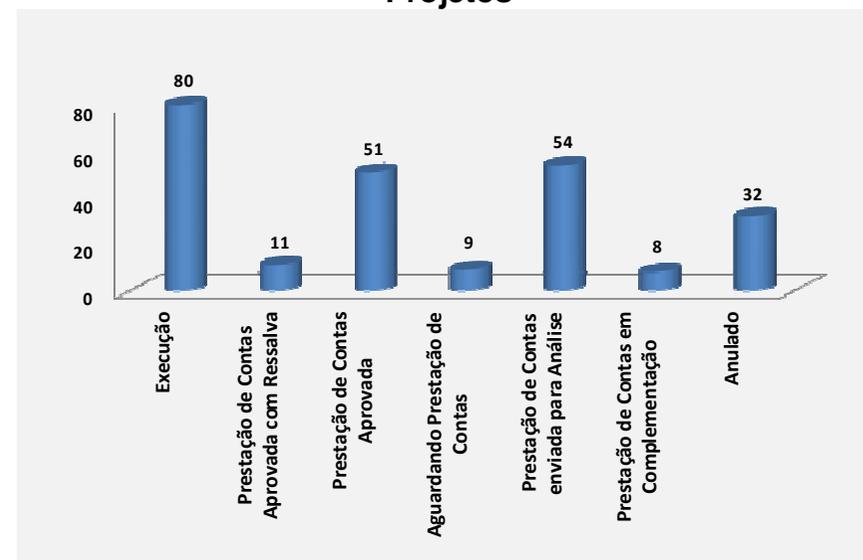
Para que o Estado melhore este número foi desenvolvida a nova versão do Sistema de Captação de Recursos – SICAP (módulo do SIGEF) que possibilita a criação de um banco de projetos. A ideia é gerar um portfólio de projetos para a definição das prioridades do governo. Outra funcionalidade do módulo de captação de recursos é a disponibilização de um banco de oportunidades que busca reunir as fontes de recursos não onerosas que podem ser obtidas junto a terceiros para prover os projetos de recursos para executá-los. Estas fontes são basicamente transferências voluntárias da União (SICONV), transferências do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou de outras oportunidades, como recursos de patrocínios, de fundo perdido de instituições financeiras e de organismos internacionais. Com projetos estruturados e fontes de recursos definidas busca-se atender de forma mais eficiente a aplicação dos recursos.

2.1.1 CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Desde a implantação do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse da União no ano de 2008 o Estado, considerando seus órgãos, entidades estaduais, empresas públicas e sociedades de economia, encaminhou ao SICONV 691 propostas. Deste total, ao final de 2016, 196

convênios e 49 contratos de repasse estavam em vigor, sendo que 21 convênios e 11 contratos de repasse foram anulados. O Gráfico 1 evidencia a quantidade de projetos por situação no SICONV no período de 2008 a 2016. Do total, 80 projetos (32,7%) estão em fase de execução e 165 projetos (67,3%) em outras fases de tramitação.

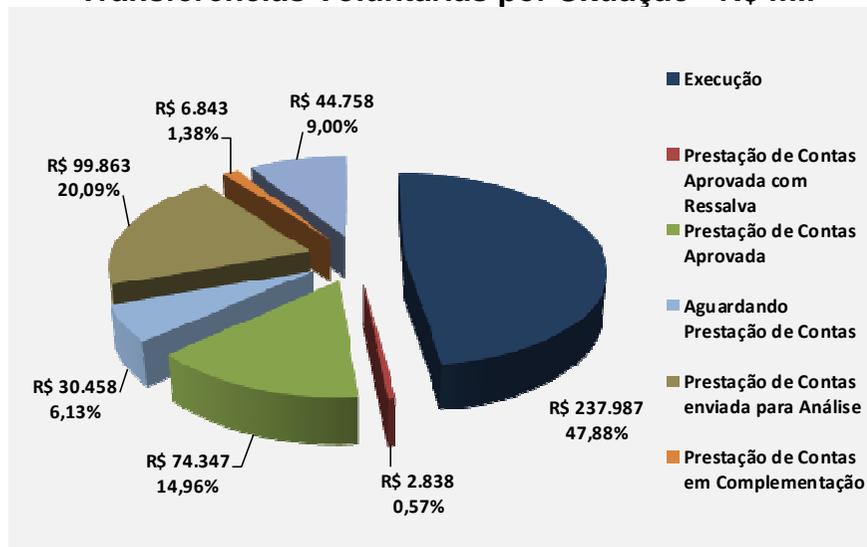
Gráfico 01 – Transferências Voluntárias - Situação dos Projetos



Esta quantidade de convênios e contratos de repasse representa em termos financeiros R\$ 497,093 milhões em volume de recursos contratados. O gráfico 2 ilustra a distribuição deste valor por situação do projeto.



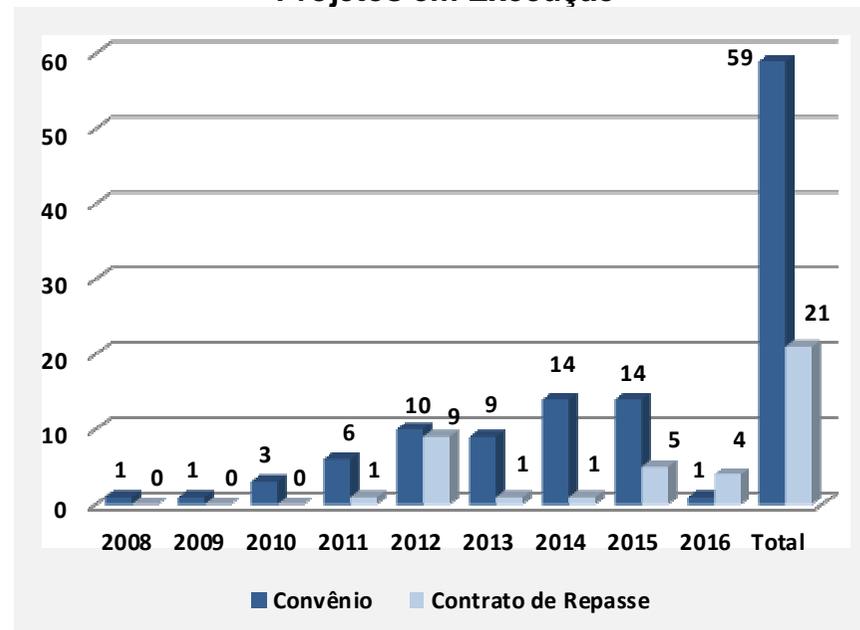
Gráfico 02 – Distribuição do Valor de Repasse de Transferências Voluntárias por Situação - R\$ mil



Observam-se nos dados apresentados que os projetos que estão em execução representam 47,88% (R\$ 237,987 milhões) do volume total contratado.

Do total de repasses voluntários, em execução, transferidos para órgãos, entidades estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, 73,8% (59 projetos) foram celebrados como convênios e 26,3% (21 projetos) como contratos de repasse. A seguir estão discriminadas as quantidades de projetos por modalidade e ano de celebração.

Gráfico 03 – Modalidade de Transferência Voluntária Projetos em Execução

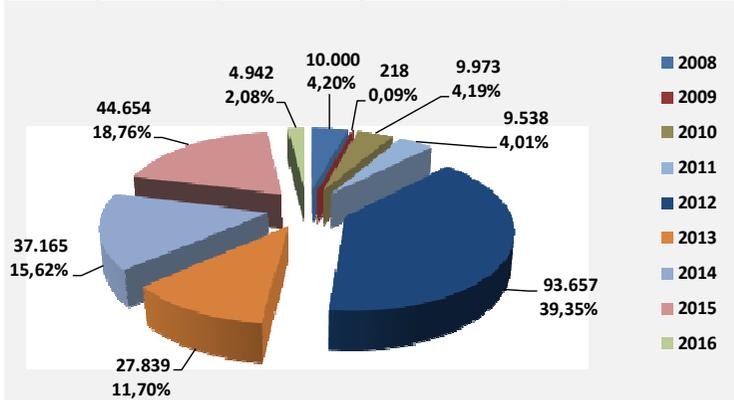


Os dados a seguir detalham por ano da celebração da transferência voluntária a quantidade de projetos em execução, o valor global, o valor de repasse e os valores de contrapartidas dos projetos.



**Gráfico 04 – Repasse de Transferências Voluntárias
Contratos em Execução - R\$ mil**

Ano	Quantidade	Valor Global (R\$ mil)	Valor Repasse (R\$ mil)	Valor Contrapartida (R\$ mil)
2008	1	15.000	10.000	5.000
2009	1	272	218	54
2010	3	13.583	9.973	3.610
2011	7	13.410	9.538	3.872
2012	19	118.526	93.657	24.869
2013	10	36.440	27.839	8.600
2014	15	43.121	37.165	5.957
2015	19	48.199	44.654	3.545
2016	5	5.853	4.942	911
Total	80	294.406	237.987	56.419



Pela leitura dos dados, pode-se destacar que a maior quantidade de contratos em execução e o maior volume de repasse estão concentrados nos 19 convênios/contratos de repasse celebrados no ano de 2012. Isto se justifica pelo fato de que os demais convênios/contratos de repasse que estão em outras fases de tramitação, na sua maioria na análise de

prestação de contas, foram celebrados entre os anos de 2008 a 2011.

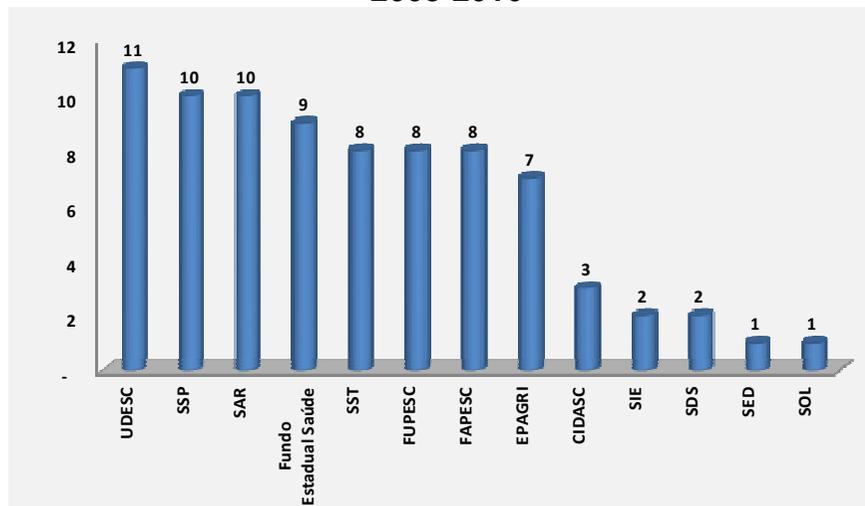
Por sua vez nos anos de 2013 e 2014 houve uma redução no número de convênios em execução e, também, do volume de transferência de recursos, quando comparado especialmente com o ano de 2012. Cabe destacar que em 2013 foram cadastradas 60 propostas no sistema SICONV, sendo que deste total apenas 31 propostas foram firmadas. Em 2014 o número de propostas cadastradas foi ainda menor, com um total de 31 propostas enviadas das quais apenas 18 foram firmadas.

Em 2015 houve um sensível aumento no número de propostas cadastradas, totalizando 50 propostas, sendo que 19 foram firmadas e estão em execução e um único convênio encontra-se em fase de prestação de contas. Em 2016 foram encaminhadas 28 propostas, sendo que 5 foram firmadas e estão em execução e as demais estão nas fases de cadastramento, análise e complementação de informações.

Ainda com relação aos contratos em execução, o gráfico 5 ilustra a distribuição dos projetos por proponente. Pode-se observar, em termos de quantidade, que 80% dos projetos estão concentrados em seis entidades: UDESC, Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), Secretaria de Estado da Agricultura (SAR), Fundo Estadual da Saúde, Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST).



Gráfico 05 – Contratos em Execução por Proponente 2008-2016



2.2. OPERAÇÕES DE CRÉDITO.

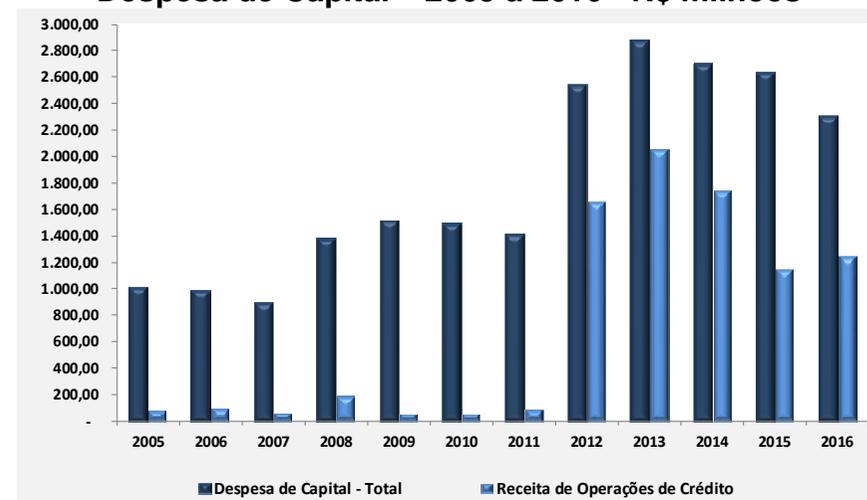
A vedação para a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital denomina-se “Regra de Ouro”. Essa regra está contida no art. 167, III, da Constituição Federal, que assim estabelece: “é vedada a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”.

Segundo essa regra, não se deve recorrer a endividamento público para custear despesas correntes. Assim, se o ente público recorrer a endividamento, obrigatoriamente deve ser para adquirir ou construir (aquisição de equipamentos e materiais permanentes em

geral ou para investimentos em escolas, postos de saúde, rodovias, etc.).

Nos últimos exercícios as despesas de capital e as contratações de operações de crédito apresentaram o seguinte desempenho:

Gráfico 06 – Regra de Ouro – Receita de Capital versus Despesa de Capital – 2005 a 2016 - R\$ milhões



As operações de crédito já contratadas, com valores a captar, estão elencadas a seguir. O valor total a captar das operações internas é de R\$ 1,106 bilhões. Desse total 72,3% representam recursos a liberar do financiamento contratados em novembro/2013 com o Banco do Brasil. A diferença (27,7%) refere-se aos valores contratados com o BNDES. Já o valor total a captar das operações externas é de US\$ 152,117 milhões, divididas em BID, BIRD e CAF.



Tabela 01 – Detalhamento das Operações de Crédito Internas Contratadas - R\$

Operação	Data do Contrato	Valor Contratado	Valor Captado			Valor a Captar
			Anos Anteriores	2016	TOTAL	
BNDES – Sistema de Transporte de Joinville ⁽¹⁾	15/12/2011	40.000.000	35.600.171	-	35.600.171	4.399.829
BNDES – Caminhos do Desenvolvimento ⁽²⁾	21/11/2012	611.000.000	438.160.543	15.000.000	453.160.543	157.839.457
BNDES – Acelera Santa Catarina ⁽³⁾	04/04/2013	3.000.000.000	2.643.575.907	212.565.746	2.856.141.653	143.858.347
BB - Pacto por Santa Catarina ⁽⁴⁾	27/11/2013	2.000.000.000	390.100.600	809.899.400	1.200.000.000	800.000.000
TOTAL		6.652.318.495	4.508.755.716	1.037.465.146	5.546.220.862	1.106.097.632

Notas:

1- Ampliação e Modernização do Sistema Integrado de Transporte de Joinville por meio da implantação e requalificação de eixos estruturais de transporte, de melhorias em terminais de integração e da implantação de ciclovias, de medidas moderadoras de tráfego e do Museu do Transporte no Município de Joinville;

2- Investimentos em infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, justiça e cidadania, educação, infraestrutura física, saúde e prevenção de desastres contra as secas;

3- Infraestrutura e Logística – Acelera SC – Investimentos em saúde, segurança pública, educação, justiça e cidadania, prevenção de desastres naturais, assistência social, trabalho e habitação, infraestrutura referente à logística e mobilidade regional, saneamento básico e quitação integral da operação de crédito BNDES - CELESC/CRC;

4 - Pacto por Santa Catarina– Investimentos nas áreas de infraestrutura rodoviária e portos marítimos, mobilidade urbana, defesa civil e prevenção das cheias, segurança pública, sistemas prisionais e socioeducativos, saúde e turismo.

Tabela 02 – Detalhamento das Operações de Crédito Externas Contratadas – US\$

Operação	Data do Contrato	Valor Contratado	Valor Captado			Valor a Captar
			Anos Anteriores	2016	TOTAL	
BIRD – Microbacias III ⁽¹⁾	21/10/2010	90.000.000	68.745.813	15.172.881	83.918.694	6.081.306
BID – Profisco ⁽²⁾	01/09/2010	30.000.000	24.184.971	3.615.500	27.800.471	2.199.529
BID VI – Rodovias ⁽³⁾	09/01/2013	250.000.000	112.263.657	27.000.000	139.263.657	110.736.343
CAF - Provias ⁽⁴⁾	26/08/2014	55.000.000	5.000.000	16.900.000	21.900.000	33.100.000
TOTAL		425.000.000	210.194.441	62.688.381	272.882.823	152.117.177

Notas:

1- Programa Santa Catarina Rural – Microbacias III – Aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares;

2- Programa de Modernização da Gestão Fiscal e Financeira da Administração Estadual;

3- Programa de pavimentação e reabilitação de rodovias;

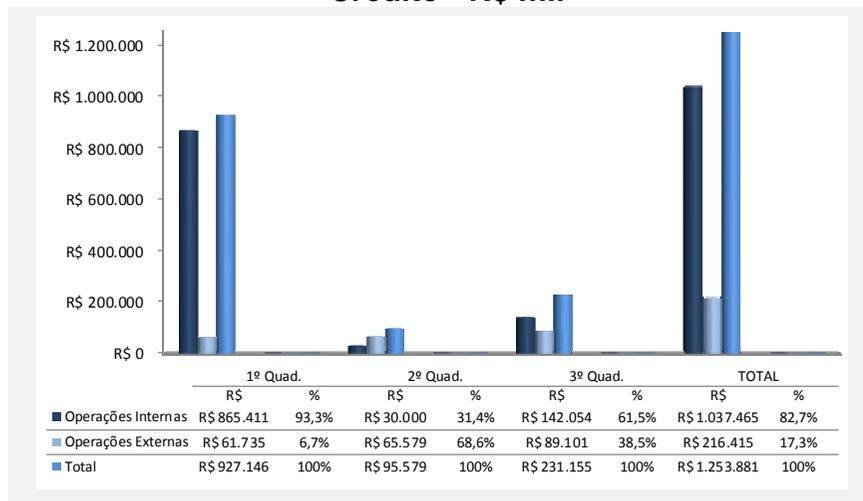
4- Programa de Integração Viária do Planalto Norte - pavimentação de 110,2 Km da rodovia SC-477.

2.2.1 Acompanhamento das Liberações de Recursos e Execução Orçamentária de Operações de Crédito Internas e Externas

O gráfico 07 mostra um comparativo do total de recursos liberados de Operações de Crédito Internas e Externas no ano de 2016. Observa-se que aproximadamente 83% do total de recursos liberados foram provenientes das Operações de Crédito Internas.



Gráfico 07 – Liberações de Recursos - Operações de Crédito - R\$ mil



A Tabela 03 evidencia os valores liberados em 2016 por Programa. Do total desembolsado 64,6%, ou seja, R\$ 809,899 milhões corresponde à liberação do contrato Pacto Por Santa Catarina com o Banco do Brasil.

Tabela 03 – Liberações de Recursos Operação de Crédito - por Programa - R\$

Programas	Valor Realizado no 1º quadrimestre	Valor Realizado no 2º quadrimestre	Valor Realizado no 3º quadrimestre	Total
BNDES – Caminhos do Desenvolvimento	-	15.000.000	-	15.000.000
BNDES – Acelera Santa Catarina	117.511.991	15.000.000	80.053.755	212.565.746
BB - Pacto Por Santa Catarina	747.899.400	-	62.000.000	809.899.400
BIRD – Microbacias III	3.818.039	24.676.115	24.365.629	52.859.783
BID – Profisco	-	5.951.336	6.520.345	12.471.681
BID VI – Rodovias	38.469.000	17.110.000	39.394.000	94.973.000
CAF - Provias	19.448.000	17.842.000	18.821.000	56.111.000
TOTAL	927.146.430	95.579.451	231.154.729	1.253.880.611

Com relação ao orçamento de 2016 foram liquidadas com recursos financeiros de 2016 e de anos anteriores as seguintes despesas com fontes de recursos de operações de crédito e demais fontes, por funções orçamentárias:



Tabela 04 – Execução Orçamentária Investimentos - por Função - R\$

Execução Orçamentária 2016 - Investimentos - Despesas Liquidadas			
Função	Fontes Operação Crédito	Demais Fontes (*)	TOTAL
01 - Legislativa	-	5.874.683	5.874.683
02 - Judiciária	-	74.315.630	74.315.630
03 - Essencial à Justiça	-	10.448.854	10.448.854
04 - Administração	87.892.333	60.608.283	148.500.616
06 - Segurança Pública	42.846.521	20.915.488	63.762.009
07 - Relações Exteriores	-	8.228	8.228
08 - Assistência Social	4.976.004	7.415.686	12.391.690
09 - Previdência Social	-	910.339	910.339
10 - Saúde	120.814.189	24.252.540	145.066.729
11 - Trabalho	-	1.775.764	1.775.764
12 - Educação	74.929.453	85.733.941	160.663.395
13 - Cultura	-	1.116.793	1.116.793
14 - Direitos da Cidadania	25.267.530	30.757.137	56.024.667
15 - Urbanismo	-	34.000	34.000
16 - Habitação	-	232.776	232.776
17 - Saneamento	-	240.449	240.449
18 - Gestão Ambiental	11.470.674	19.122.212	30.592.886
19 - Ciência e Tecnologia	5.004.772	5.840.820	10.845.592
20 - Agricultura	4.799.112	23.048.437	27.847.549
23 - Comércio e Serviços	7.446.625	21.444.920	28.891.545
24 - Comunicações	-	19.155	19.155
26 - Transporte	636.003.951	205.049.927	841.053.877
27 - Desporto e Lazer	2.639.296	5.423.243	8.062.538
Total	1.024.090.459	604.589.305	1.628.679.764

(*) **Demais Fontes:** Recursos do Tesouro (Recursos Ordinários, SEITEC, FUNDOSOCIAL, Superávit Financeiro, Remuneração de Disponibilidade Bancária, taxas), Recursos de Serviços, Alienação de Bens, Convênios.

Ao se analisar o valor total das despesas liquidadas com investimentos (R\$ 1,628 bilhões), constata-se que em 2016 aproximadamente 63% (R\$ 1,024 bilhões) das despesas com investimentos foi realizada com fontes de recursos de operação de crédito. Desse total, 62,10% corresponde aos investimentos realizados na função transporte, mais especificamente nas ampliações de

capacidade de rodovias, bem como pavimentações, revitalizações, restaurações e obras em pontos críticos. Destacam-se também os investimentos nas funções Saúde (ampliações e readequações em hospitais - 11,80%), Administração (apoio a projetos municipais de investimento – Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM – 8,58%) e Educação (ampliações e reformas em escolas - 7,32%).

Tabela 05 – Execução Orçamentária Investimentos - por Fonte - R\$

Execução Orçamentária 2016 - Investimentos		
Fonte	Valor Liquidado - R\$	% Total
Operações Crédito	1.024.090.459	62,88%
Rendimento de Operações Crédito	75.466.976	4,63%
Convênios	106.405.310	6,53%
Recursos Próprios	422.717.019	25,95%
Total	1.628.679.764	100,00%

2.2.2 Montante Global das Operações realizadas em um exercício financeiro

O percentual das operações realizadas em um exercício financeiro em relação à Receita Corrente Líquida é apurado tomando por base a Receita Corrente Líquida do mês de referência e dos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses) e o total de operações de crédito interna e externa realizadas até o quadrimestre.

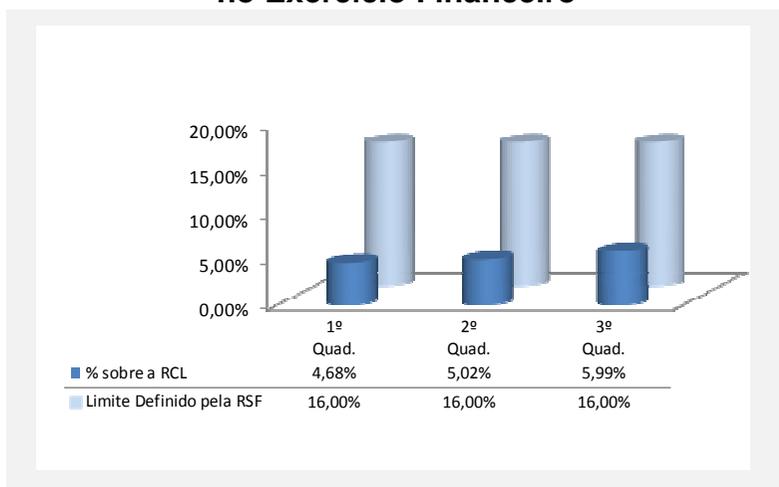
A Resolução do Senado Federal nº 43/2001, em seu inciso I do art. 7º, estabeleceu o limite de 16% da RCL. Conforme evidenciado no gráfico 08, ao término do 3º



quadrimestre o percentual apurado para fins de apuração do cumprimento do limite atingiu 5,99%.

Ressalta-se que as operações de crédito contratadas pelo Estado com a finalidade de financiar projetos de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial (BNDES - PMAE SPED, BNDES – PMAE GESTÃO II, BNDES PEF II – Res. 3794 – FPE, BNDES – Caminhos do Desenvolvimento (Proinveste) e BID – Profisco), foram excluídas do cálculo do limite, conforme disposto no Art. 7º § 3º e §7º da RSF nº 43/2001.

Gráfico 08 – Montante Global das Operações realizadas no Exercício Financeiro



2.3 Da Avaliação do Grau de Risco

É a avaliação, por meio de mecanismos específicos, que agências especializadas fazem da qualidade de crédito de uma empresa, um país, um título ou uma operação estruturada. O Estado contratou as agências Fitch Ratings Brasil Ltda. e Standard & Poor's Rating Services para avaliação, atribuição, publicação e acompanhamento do grau de risco deste Estado.

Em 25 de abril de 2016 a Standard & Poor's Ratings Services reafirmou seus ratings 'BB' na escala global e 'brAA' na Escala Nacional Brasil atribuídos ao Estado de Santa Catarina. A perspectiva dos ratings em ambas as escalas é negativa e reflete principalmente aquela atribuída aos ratings do Brasil, pois a agência não acredita que os Estados possam ser avaliados acima do soberano.

Em dezembro de 2015, a Fitch Ratings elevou o Rating Nacional de Longo Prazo do Estado de Santa Catarina de 'AA-(bra)' (AA menos(bra)) para de 'AA(bra)', com Perspectiva Estável. Além disso, a agência rebaixou os IDRs (Issuer Default Ratings – Ratings de Probabilidade de Inadimplência do Emissor) de Longo Prazo em Moedas Local e Estrangeira do Estado de 'BBB-' (BBB menos), com Perspectiva Negativa para 'BB+' (BB mais), com Perspectiva Negativa. Esse rebaixamento ocorreu em razão do rebaixamento do rating soberano para 'BB+' (BB mais), já que a agência não classifica nenhum subnacional acima do soberano.

Em 10 de maio de 2016, a Fitch Ratings rebaixou para 'BB', de 'BB+' (BB mais), os IDRs (Issuer Default Ratings - Ratings de Probabilidade de Inadimplência do Emissor) dos estados de São Paulo, Santa Catarina e



Paraná, assim como os ratings dos municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os IDRs do Estado do Rio de Janeiro também foram rebaixados, para 'B+' (B mais), de 'BB'. A Perspectiva dos Ratings é Negativa. As ações de rating seguem o recente rebaixamento do rating soberano do Brasil para 'BB', de 'BB+' (BB mais).

Ano	Fitch Ratings		Standard & Poor's	
	Escala Global	Escala Nacional	Escala Global	Escala Nacional
2012	BBB- / Estável	AA (bra) / Estável	BBB- / Estável	brAAA / Estável
2013	BBB- / Estável	AA (bra) / Estável	BBB- / Estável	brAAA / Estável
2014	BBB- / Estável	AA- (bra) / Estável	BBB- / Estável	brAAA / Estável
2015	BB+ / Negativa	AA (bra) / Estável	BB+ / Negativa	brAA+ / Negativa
2016	BB/ Negativa	AA (bra) / Estável	BB / Negativa	brAA- / Negativa

3 DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO

A dívida pública pode ser classificada como de curto ou de longo prazo. A dívida de curto prazo (ou circulante) decorre principalmente de obrigações com fornecedores de bens e serviços, do exercício (fornecedores a pagar) ou de saldos de exercícios anteriores (os denominados restos a pagar). Já a de longo prazo tem como principal origem os financiamentos contratados com organismos nacionais e internacionais e os parcelamentos tributários.

Conceitualmente, temos:

- **dívida flutuante:** compreende os restos a pagar, serviços da dívida a pagar, os depósitos de terceiros (cauções, fianças, consignações etc.) e os Empréstimos por

Antecipação da Receita – ARO (também denominados de Débitos de Tesouraria);

- **dívida pública consolidada ou fundada:** montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

- **operação de crédito:** compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

- **concessão de garantia:** compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;

3.1 SITUAÇÃO ATUAL DA DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ao final do exercício de 2016 o Passivo a Total do Estado (de curto e de longo prazo) alcançou R\$ 33.767.696.607,42. **Desse montante, a dívida referente a Empréstimos e Financiamentos representa 57,64%, com R\$ 19.463.108.603,50.**



Tabela 06 – Composição do Passivo do Estado

Descrição	Dez 2015 - R\$	Dez 2016 - R\$
Passivo Circulante	9.072.668.546,52	10.321.214.622,18
Passivo Não-Circulante	21.560.529.059,11	23.446.481.985,24
Total	30.633.197.605,63	33.767.696.607,42

3.2 PASSIVO DE CURTO PRAZO

O **passivo de curto prazo**, ou circulante, é composto por débitos com fornecedores decorrentes de contratações de bens e serviços (Despesas Liquidadas a Pagar e Restos a Pagar), bem como de **obrigações decorrentes de depósitos de terceiros em que o Estado é mero depositário desses valores**, como as consignações descontadas em folha dos servidores e que terão que ser repassadas a quem de direito (seguros, sindicatos, associações, empréstimos consignados em folha etc.), as cauções vinculadas à contratação de obras, os depósitos judiciais em poder do Tribunal de Justiça e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro.

Ao término do exercício de 2016, o passivo de curto prazo fechou com o saldo de R\$ 10.321.214.622,18. Os maiores valores do passivo circulante, conforme evidenciado na Tabela 06, estão concentrados nas denominadas **Demais Obrigações a Curto Prazo (20,77%)**, onde estão contabilizados os **Valores Restituíveis** (R\$ 5.795.635.967,95, equivalente a **69,17% das Demais Obrigações a Curto Prazo**), cujo principal desdobramento é a conta **Depósitos Judiciais** (R\$ 5.529.320.518,02, que corresponde a **95,40% do total dos Valores Restituíveis**).

Cabe enfatizar que os Depósitos de Diversas Origens (valores restituíveis, dentre eles os depósitos

judiciais e as consignações) possuem recursos em caixa em contrapartida com o registro no Passivo. Portanto, na essência não se trata de dívida, pois são passivos com lastro financeiro, onde o Estado é mero depositário dos recursos de terceiros, recursos esses que são vinculados ao respectivo passivo.

Ao término de 2016, a composição do passivo de curto prazo foi a seguinte:

Tabela 07 – Passivo de Curto Prazo 2015 - 2016

Passivo Circulante	Dez 2015 - R\$	Dez 2016 - R\$	Varição %
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	218.709.271,12	227.557.399,90	4,05%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	970.308.420,39	624.484.037,06	-35,64%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	457.280.318,70	443.761.982,59	-2,96%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.084.411,90	18.277.732,99	1,07%
Provisões a Curto Prazo	470.347.303,23	628.053.455,23	33,53%
Demais Obrigações a Curto Prazo	6.937.938.821,18	8.379.080.014,41	20,77%
Total	9.072.668.546,52	10.321.214.622,18	13,76%

3.3 PASSIVO DE LONGO PRAZO

Na composição do **passivo de longo prazo**, ou não circulante, a principal conta é a de Empréstimos e Financiamentos que registra as obrigações financeiras internas e externas do Estado a título de empréstimos contratuais ou mobiliários bem como as aquisições efetuadas diretamente com fornecedores. O saldo de Empréstimos e Financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 18.838.624.566,44, o que representa 55,79% do passivo. Desse total, R\$



18.833.419.205,24 corresponde ao valor referente a Empréstimos, que representa a dívida contratual (operações de crédito). O saldo da conta Financiamentos, R\$ 5.205.361,20, refere-se ao contrato com a empresa Torresani Empreendimentos Imobiliários Ltda (CNPJ 75.551.887/0001-05).

Ao término de 2016, a composição do passivo de longo prazo foi a seguinte:

Tabela 08 – Passivo de Longo Prazo 2015 - 2016

Passivo Não-Circulante	Dez 2015 - R\$	Dez 2016 - R\$	Varição %
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	17.277.420.621,24	18.838.624.566,44	9,04%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	763.716.359,60	797.981.376,20	4,49%
Fornecedores a Longo Prazo	1.324.171.369,37	1.446.314.905,78	9,22%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	258.458.555,84	265.590.332,72	2,76%
Provisões a Longo Prazo	653.418.584,38	755.819.768,59	15,67%
Demais Obrigações a Longo Prazo	639.113.464,65	684.411.243,91	7,09%
Resultado Diferido	644.230.104,03	657.739.791,60	2,10%
Total	21.560.529.059,11	23.446.481.985,24	8,75%

3.4 ESTOQUE DA DÍVIDA – EMPRÉSTIMOS

Em atendimento às normas contábeis ditadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado de Santa Catarina adotou o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Entre as mudanças mais significativas está a segregação dos empréstimos entre **curto prazo e longo prazo**, como segue:

Tabela 09 – Empréstimos – Curto e Longo Prazo

Descrição	Dez 2015 - R\$	% Total	Dez 2016 - R\$	% Total
Empréstimos Internos	14.306.212.662,34	78,40%	16.225.806.537,51	83,57%
Curto Prazo	594.464.879,75	3,26%	251.177.888,56	1,29%
Longo Prazo	13.711.747.782,59	75,14%	15.974.628.648,95	82,28%
Empréstimos Externos	3.941.460.262,81	21,60%	3.189.520.446,67	16,43%
Curto Prazo	375.843.540,64	2,06%	330.729.890,38	1,70%
Longo Prazo	3.565.616.722,17	19,54%	2.858.790.556,29	14,72%
Total: Internos (+) Externos	18.247.672.925,15	100%	19.415.326.984,18	100%

Entre os empréstimos internos, a principal dívida decorre do Contrato 012/98/STN/COAFI (Lei Federal nº 9.496/1997), que prevê **juros na ordem de 6%** ao ano, aplicando-se ainda o **IGP-DI como correção monetária** (com a assinatura do aditivo da renegociação da dívida cairá para 4% ao ano mais IPCA, limitado a SELIC, com retroação a janeiro de 2013). A variação acumulada de janeiro de 2016 a dezembro de 2016 (12 meses) do IGP-DI foi de **7,15%**. Com isso, somados os juros mais o IGP-DI houve uma **correção de 13,15% no mesmo período**. Assim, do total das operações de crédito internas, **62,96%**, ou seja, **R\$ 10.216 milhões** correspondem ao saldo devedor, em 31 de dezembro de 2016, do empréstimo decorrente da Lei Federal nº 9.496/97, que reestruturou as dívidas dos Estados.

O saldo de cada empréstimo interno, somados curto prazo e longo prazo, e sua respectiva participação percentual em relação ao estoque total para os anos de 2015 e 2016 estão na tabela a seguir:



Tabela 10 – Empréstimos Internos

Empréstimos Internos	Dez 2015 - R\$	% Total	Dez 2016 - R\$	% Total
BB CAM. EST. PROD. PREV. DESAST. NAT.	1.430.220.948,40	10,00%	1.199.563.960,57	7,39%
BB PACTO POR SANTA CATARINA	395.080.736,66	2,76%	1.218.464.960,66	7,51%
BB PEF I	18.802.983,11	0,13%	12.533.788,14	0,08%
BNDES ACELERA SC	2.689.072.213,30	18,80%	2.944.318.238,99	18,15%
BNDES CAMINHOS DO DESENVOLV.	417.003.094,10	2,91%	411.162.686,45	2,53%
BNDES CASAN PAC	93.591.471,97	0,65%	82.417.179,21	0,51%
BNDES PEF II	43.489.278,18	0,30%	34.489.248,78	0,21%
BNDES PMAE SPED	7.083.842,64	0,05%	3.079.554,47	0,02%
BNDES PMAE GESTÃO	8.621.334,08	0,06%	6.765.162,48	0,04%
BNDES SIT JOINVILLE	30.071.737,59	0,21%	25.489.497,12	0,16%
CEF PNAF	7.883.124,19	0,06%	2.178.011,30	0,01%
UNIÃO DMPLP	61.547.373,03	0,43%	51.371.901,86	0,32%
UNIÃO 9.496/97	9.080.753.840,59	63,47%	10.216.427.108,17	62,96%
UNIÃO 8.727/93	22.990.684,50	0,16%	17.545.239,31	0,11%
Total	14.306.212.662,34	100%	16.225.806.537,51	100%

Na composição das operações de crédito externas, **58,67%**, ou seja, **R\$ 1.868 milhões** correspondem ao saldo devedor da operação de crédito junto ao **Bank of America Merrill Lynch**, cujos recursos foram utilizados para a quitação do Resíduo da dívida decorrente da Lei Federal nº 9.496/1997 e para amortização extraordinária do principal, ao final do exercício de 2012. Assim, as operações de crédito externas passaram a representar **16,43%** do total das operações de crédito ao final do exercício de 2016.

O saldo de cada empréstimo externo, somados curto prazo e longo prazo, e sua respectiva participação percentual em relação ao estoque total para os anos de 2015 e 2016 estão na tabela a seguir:

Tabela 11 – Empréstimos Externos

Empréstimos Externos	Dez 2015 - R\$	% Total	Dez 2016 - R\$	% Total
BAML - REFINANC. RESÍDUO (US\$)	2.509.973.800,84	63,68%	1.868.209.208,80	58,57%
BID 1390 - BID IV - RODOVIAS (US\$)	286.608.658,50	7,27%	202.623.043,53	6,35%
BID 2171 - BID V (US\$)	173.506.265,13	4,40%	137.627.051,00	4,31%
BID 2172 - PROFISCO (US\$)	89.771.242,44	2,28%	81.564.382,98	2,56%
BID 2900 - BID VI - RODOVIAS (US\$)	439.386.700,72	11,15%	455.626.409,85	14,29%
BIRD 4660 - MICROBACIA II (US\$)	36.857.170,70	0,94%	10.265.767,12	0,32%
BIRD 7952 - SC RURAL (US\$)	269.050.960,51	6,83%	274.143.461,61	8,60%
CAF - PIR I (US\$)	116.643.614,88	2,96%	87.619.822,98	2,75%
CAF - PROVIAS (US\$)	19.661.849,09	0,50%	71.841.298,80	2,25%
Total	3.941.460.262,81	100%	3.189.520.446,67	100%

3.5 ESTOQUE DA DÍVIDA POR CREDOR

Conforme a seguir, o estoque da dívida referente a Empréstimos é proveniente de oito credores. O credor com a maior participação percentual é a **União** com 52,98% do total. Isso se deve, principalmente, ao volume da dívida referente à Lei Federal nº 9.496/97. A segunda maior participação é a do **BNDES** (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que é credor de 18,07% do total. De todos os seis contratos de empréstimo junto ao BNDES, o de maior volume é o BNDES - Acelera Santa Catarina. O **Banco do Brasil** é o terceiro principal credor com 12,52% do total. Em seguida, o **Bank of America Merrill Lynch** aparece como o quarto maior credor com 9,62% do total, em função do empréstimo para a quitação do resíduo da Lei Federal nº 9.496/97. Todos os demais credores da dívida externa – **BID**, **BIRD** e **CAF** – além do credor nacional **Caixa Econômica Federal** representam, juntos, 6,82% do estoque da dívida referente a Empréstimos.



Tabela 12 – Estoque da Dívida por Credor

Credor	Dez 2015 - R\$	% Total	Dez 2016 - R\$	% Total
UNIÃO	9.165.291.898,12	50,23%	10.285.344.249,34	52,98%
BNDES - Bco. Nac. de Desenv. Econ. e Social	3.288.932.971,86	18,02%	3.507.721.567,50	18,07%
BB - Banco do Brasil	1.844.104.668,17	10,11%	2.430.562.709,37	12,52%
BAML - Bank of America Merrill Lynch	2.509.973.800,84	13,76%	1.868.209.208,80	9,62%
BID - Banco Interamericano de Desenv.	989.272.866,79	5,42%	877.440.887,36	4,52%
BIRD - Banco Mundial	305.908.131,21	1,68%	284.409.228,73	1,46%
CAF - Cooperação Andina de Fomento	136.305.463,97	0,75%	159.461.121,78	0,82%
CEF - Caixa Econômica Federal	7.883.124,19	0,04%	2.178.011,30	0,01%
Total	18.247.672.925,15	100%	19.415.326.984,18	100%

3.6 ESTOQUE DA DÍVIDA POR INDEXADOR

A dívida contratual do Estado de Santa Catarina é composta por quatro indexadores. A maior parte dela, 52,62%, concentra-se na dívida com a União referente à Lei nº 9.496/97 e é indexada pelo **IGPDI**. Em seguida, o **dólar americano** aparece como indexador de 22,98% da dívida e engloba todas as operações externas de empréstimo mais três operações internas – DMPL; CEF PNAF; e BB Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais. A **TJLP** é o indexador de 18,13% da dívida contratual e refere-se a todos os contratos de empréstimo junto ao BNDES mais o contrato BB PEF I. Na sequência dos indexadores, o **CDI** representa 6,18% da composição e é o fator de correção da operação com o Banco do Brasil – Pacto por Santa Catarina. Uma pequena parte da dívida, 0,09%, é indexada pela **TR** e diz respeito ao contrato com a União referente à Lei nº 8.727/93. A tabela a seguir resume essa composição e apresenta a evolução desde 2015:

Tabela 13 – Estoque da Dívida por Indexador

Descrição	Dez 2015 - R\$	% Total	Dez 2016 - R\$	% Total
IGPDI	9.080.753.840,59	49,76%	10.216.427.108,17	52,62%
DÓLAR (EUA)	4.405.971.496,69	24,15%	4.461.535.320,49	22,98%
TJLP	3.307.735.954,97	18,13%	3.520.255.355,64	18,13%
CDI	1.430.220.948,40	7,84%	1.199.563.960,57	6,18%
TR	22.990.684,50	0,13%	17.545.239,31	0,09%
Total	18.247.672.925,15	100,00%	19.415.326.984,18	100,00%

3.7 SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida referente a empréstimos é o valor que o estado desembolsa para honrar os contratos de empréstimos e é composto de juros, encargos, e amortização do principal. As duas tabelas a seguir apresentam os valores pagos de serviço da dívida contratual interna e externa nos anos de 2015 e 2016, e a participação percentual do serviço de cada contrato em relação ao serviço total.



Tabela 14 – Serviço da Dívida Interna

Empréstimos Internos	Dez 2015 - R\$	% Total	Dez 2016 - R\$	% Total
BB CAM. EST. PROD. PREV. DESAST. NAT.	42.109.545,09	3,11%	64.604.901,58	7,73%
BB PACTO POR SANTA CATARINA	47.649.839,66	3,52%	148.270.567,20	17,74%
BB PEF I	8.307.274,75	0,61%	7.866.200,39	0,94%
BNDDES ACELERA SC	156.967.433,17	11,58%	184.625.011,28	22,09%
BNDDES CAMINHOS DO DESENVOLV.	50.311.354,15	3,71%	55.664.252,99	6,66%
BNDDES CASAN PAC	21.325.561,80	1,57%	20.582.220,14	2,46%
BNDDES PEF II	12.721.098,24	0,94%	12.275.870,92	1,47%
BNDDES PMAE GESTÃO	704.585,10	0,05%	2.560.783,70	0,31%
BNDDES PMAE SPED	4.416.128,29	0,33%	4.474.880,98	0,54%
BNDDES SIT JOINVILLE	6.347.999,99	0,47%	7.126.326,65	0,85%
CEF PNAF	4.586.944,09	0,34%	4.982.426,82	0,60%
UNIÃO DMLP	2.260.418,50	0,17%	2.262.978,85	0,27%
UNIÃO 9.496/97	990.654.934,94	73,10%	314.134.738,68	37,58%
UNIÃO 8.727/93	6.802.068,15	0,50%	6.479.836,54	0,78%
Total	1.355.165.185,92	100%	835.910.996,72	100%

Tabela 15 – Serviço da Dívida Externa

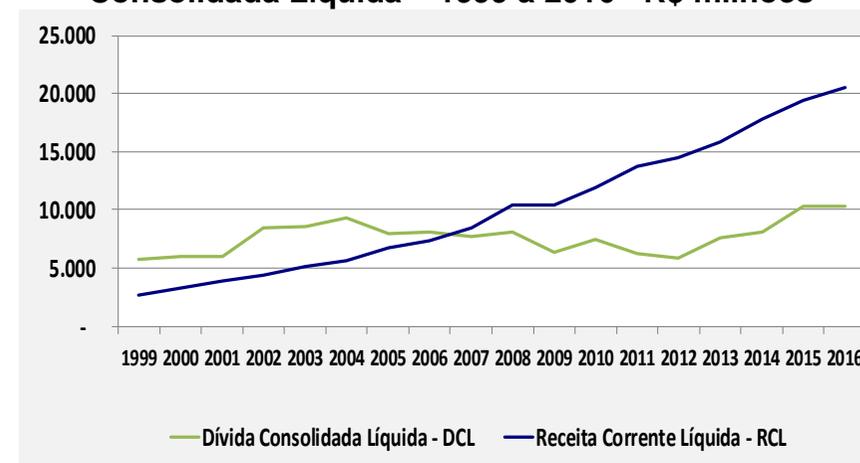
Empréstimos Externos	Dez 2015 - R\$	% Total	Dez 2016 - R\$	% Total
BAML - REFINANC. RESÍDUO (US\$)	338.535.043,59	77,01%	331.532.161,57	74,62%
BID 1390 - BID IV - RODOVIAS (US\$)	44.584.983,84	10,14%	44.735.039,79	10,07%
BID 2171 - BID V (US\$)	9.750.293,96	2,22%	10.713.901,24	2,41%
BID 2172 - PROFISCO (US\$)	4.958.303,58	1,13%	7.329.029,19	1,65%
BID 2900 - BID VI - RODOVIAS (US\$)	5.475.519,26	1,25%	10.305.272,56	2,32%
BIRD 4660 - MICROBACIA II (US\$)	22.173.418,59	5,04%	21.349.222,86	4,81%
BIRD 7952 - SC RURAL (US\$)	1.402.030,13	0,32%	3.149.553,42	0,71%
CAF - PIR I (US\$)	12.253.209,37	2,79%	13.980.761,06	3,15%
CAF - PROVIAS (US\$)	484.223,50	0,11%	1.202.673,29	0,27%
Total	439.617.025,82	100%	444.297.614,98	100%

3.8 LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

O Estado tem como limite de endividamento duas vezes a sua Receita Corrente Líquida (200% da RCL). Ao longo dos anos o Estado vem reduzindo a relação entre a

Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida. A tendência de redução ocorrida entre o exercício de 2006 até o exercício de 2012, além do baixo volume de novas contratações, esteve relacionada ao crescimento significativo da arrecadação do Estado nesses exercícios, acima dos índices de inflação e também a variação negativa do IGP-DI em 2009, fruto da crise econômica mundial. Esta relação, que em 1999 apontava 211,16% de comprometimento, foi reduzida para 50,21% ao final do exercício de 2016.

Gráfico 09 – Receita Corrente Líquida Versus Dívida Consolidada Líquida – 1999 a 2016 - R\$ milhões

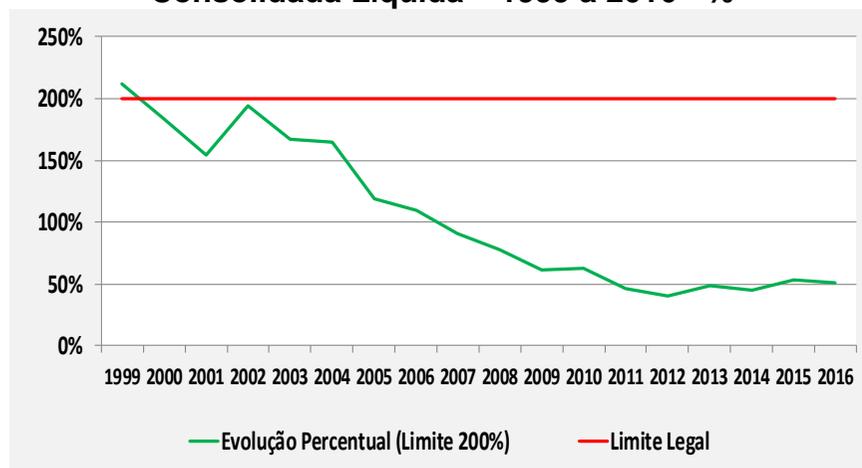


O limite de endividamento do Estado é acompanhado anualmente pelo Estado e pela Secretaria do Tesouro Nacional, levando-se em conta a curva decrescente dos níveis de endividamento.



No gráfico a seguir verifica-se a redução da relação da DCL – Dívida Consolidada Líquida/RCL – Receita Corrente Líquida, bem inferior ao limite de 200% limitado pela Resolução nº 40/2000, do Senado Federal.

Gráfico 10 – Receita Corrente Líquida Versus Dívida Consolidada Líquida – 1999 a 2016 - %



3.9 DÍVIDA “INTRALIMITE” E “EXTRALIMITE”

Para fins de pagamento, o montante é dividido em dívida **intra**limite e **extra**limite. Considera-se dívida intra limite aquela renegociada com a União, com pagamento mensal estipulado em **13% da Receita Líquida Real - RLR**, podendo gerar resíduos caso o montante decorrente do percentual de 13% não comporte o total da parcela mensal a ser quitada. Considera-se dívida extra limite aquela com pagamento não vinculado a Receita Líquida Real.

A RLR para o mês de pagamento é a média das RLRs mensais dos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior ao de apuração. Por exemplo, a RLR para pagamento em 01 de outubro de 2016 (apuração de setembro) levará em conta as RLRs mensais de outubro de 2015 a setembro de 2016.

Até dezembro de 2012, o serviço da dívida com a União que ultrapassasse o limite de 13% transformava-se em resíduo. A partir de dezembro de 2012, com o refinanciamento do resíduo da dívida referente à Lei nº 9.496/97, o percentual de comprometimento da RLR com o pagamento do serviço da dívida intra limite foi reduzido para cerca de 8%, com tendência declinante.

Assim, a partir dessa data, não houve mais acúmulo de resíduo, pois o Estado utiliza menos do que os 13% da RLR para o pagamento da dívida intra limite. **Por essa razão, este relatório não apresenta mais as tabelas de saldo e pagamento intra limite e extra limite** como vinha ocorrendo até o exercício de 2013.

3.10 DÍVIDA COM A UNIÃO – Lei Federal nº 9.496/97

A tabela a seguir apresenta a síntese do contrato 012/98/STN/COAFI (Lei Federal nº 9.496/97) até o final do exercício de 2015, ou seja, já com o impacto da quitação do resíduo em 2012. Percebe-se que **o Estado contraiu de empréstimo R\$ 4,16 bilhões, pagou até dezembro de 2016 R\$ 13,26 bilhões e ainda deve R\$ 10,22 bilhões.**



**Tabela 16 – Síntese do Contrato 012/98/STN/COAFI
(LF nº 9.496/97) Posição em Dezembro de 2016 - R\$**

Síntese do Contrato 012/98/STN/COAFI (Lei nº 9.496/97):	R\$
1) Contrato Inicial	1.552.400.375,83
2) Pagamento da Conta Gráfica	147.797.674,64
3) Incorporações ao contrato (BESC/IPESC/BESCRI/CVS/FUSESC)	4.013.582.734,18
4) Total Contratado = (1) – (2) + (3)	5.418.185.435,37
5) Correção (Atualização/IGP-DI + juros/6%)	11.674.055.604,90
6) Pagamentos Efetuados:	13.264.085.409,37
6.1) Amortização	5.610.423.133,89
6.1.1) Amortização Acumulada	4.151.873.969,93
6.1.2) Amortização Extraordinária em 27/12/2012	77.500.391,49
6.1.3) Amortização Total do Resíduo em 27/12/2012	1.381.048.772,47
6.2) Juros	7.637.270.162,49
6.2.1) Juros do resíduo	1.413.188.472,85
6.2.2) Juros do contrato	6.224.081.689,64
6.3) Encargos	16.392.112,99
7) Saldo a Pagar = (2) + (4) + (5) – (6.1) – (6.2.1)	10.216.427.108,17

Recentemente tratou-se da alteração do indexador da dívida junto à União referente à Lei nº 9.496/97. A aprovação da Lei Complementar nº 148, em 25 de novembro de 2014, alterou artigos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como alterou a Lei federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, fixando novos critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios.

As novas regras introduzidas pela Lei Complementar nº 148/2014, já com as alterações ditadas pela Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, autorizam

o Governo Federal a modificar o indexador e a taxa de juros dos contratos firmados com base na Lei federal nº 9.496/97. As alterações legais permitem que sejam firmados aditivos aos contratos decorrentes da Lei federal nº 9.496/97 para a alteração do indexador atual, IGP-DI, para o IPCA, bem como dos juros atuais, de 6% ao ano no caso Catarinense, para 4% ao ano, sendo o somatório de ambos limitado à Selic. Essa regra deve ser aplicada com retroatividade de cálculo desde janeiro de 2013 (art. 2º da LC 148/2014). Além dessa mudança de indexador, o art. 3º da LC 148/2014 também autorizou a União a conceder descontos sobre os saldos devedores existentes em 1º de janeiro de 2013 dos referidos contratos, utilizando-se a variação acumulada da taxa Selic.

A Lei Complementar nº 148/2014 foi regulamentada pelo Decreto federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015. No entanto, houve divergência entre os cálculos realizados pelo Estado de Santa Catarina e pelo agente financeiro da União, Banco do Brasil (BB), para a concessão do desconto sobre os saldos devedores em 1º de janeiro de 2013, com respeito à metodologia de acumulação da taxa Selic. Em razão disso, o Estado ingressou com medida judicial que se materializou por meio do Mandado de Segurança - MS 34023 junto ao STF em desfavor da União.

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu prazo para que as partes firmassem acordo, o que ocorreu em reunião realizada em 20/06/2016 entre os representantes do Ministério da Fazenda e os governadores dos Estados da Federação. Em síntese, no dia 01/07/2016 o Plenário do STF, por maioria, resolveu questão de ordem no sentido de



adaptar a liminar concedida na sessão do dia 27/04/2016 aos termos do acordo firmado entre os Estados e a União, até o julgamento final do MS 34023. Em 30/08/2016 foi aprovada pela Câmara dos Deputados Federais a Redação Final do PL nº 257/2016, e enviada em 31/08/2016 para apreciação do Senado Federal. No texto aprovado foram mantidas as condições celebradas no Acordo Federativo entre a União e os entes federados em 20/06/2016. O PL foi transformado na Lei Complementar 156/2016.

Entre os principais termos do acordo estão:

- a) alongamento por 240 meses da dívida dos Estados com a União, contratada no âmbito da Lei Federal nº 9.496/97, sendo os meses adicionais acrescidos ao tempo original dos contratos, reconhecendo-se a forma de capitalização composta, nos termos definidos na própria lei. Como consequência disso, desaparece a possibilidade de pagamento da dívida fundamentada em limite de comprometimento de pagamento da Receita Líquida Real e acúmulo de resíduo;
- b) carência para os meses de julho a dezembro de 2016 de 100% da prestação mensal devida; e,
- c) carência linear regressiva ao longo dos meses de janeiro de 2017 a junho de 2018.

Importante destacar que os valores não pagos durante o período dos 18 meses de carência serão incorporados ao saldo devedor, não constituindo desconto ou perdão da dívida contratada com a União.

Segundo o art. 2º do Decreto federal nº 8.616/2015, faz-se necessária a assinatura do termo aditivo para a concessão dos benefícios concedidos na LCF nº 148/2014. Todavia, mesmo sem a celebração desse termo aditivo, o Estado já vem efetuando o pagamento das parcelas nos termos do acordo firmado, ou seja, usufruindo de 100% da carência acordada até dezembro de 2016 e pagando apenas o valor parcelado dos montantes que deixaram de ser quitados por conta do MS 34023.

3.11 PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

3.11.1 Parcelamento Tributário – Lei Federal nº 11.941/2009 e Lei Federal nº 12.810/2013

O parcelamento tributário previsto na Lei nº 11.941/2009 possibilitou ao Estado efetuar o parcelamento de débitos junto à Receita Federal do Brasil - RFB e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN em até 180 vezes com reduções dos valores de juros, de multas e de encargos legais. À época da consolidação dos débitos (junho e julho de 2011), o Estado obteve, uma **redução total da dívida de R\$ 85,5 milhões** de uma dívida de 513,1 milhões e a regularidade fiscal dos órgãos e entidades do Estado. Aderiram ao parcelamento 20 órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Dos órgãos que aderiram ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009, a maioria já quitou seus débitos, tendo em vista que os valores eram menos representativos em relação ao todo.



Dentre os órgãos com parcelamento em andamento, a Secretaria de Estado da Educação (SED), a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e o Fundo Estadual de Saúde (FES), migraram seus parcelamentos da Lei Federal nº 11.941/2009 para o parcelamento da Lei Federal nº 12.810/2013, que concedia benefícios fiscais e prazos maiores. Oportunamente foram incluídos novos débitos da Secretaria de Estado da Saúde - SES, avaliados pela PGE com remotas chances de êxito. O benefício fiscal apurado com a migração foi de **R\$ 97.874.185,76**. Já o benefício fiscal total concedido por ambas a Leis foi de **R\$ 203 milhões**.

A seguir os benefícios fiscais e prazos de cada Lei:

- ✓ **Lei nº 11.941/2009:** multa de mora e de ofício era de 60% e, dos juros de mora, de 25%, encargo legal, exclusive honorários advocatícios (100%). Prazo 180 vezes.
- ✓ **Lei nº 12.810/2013:** multa de mora e de ofício (100%), juros de mora (50%); Encargo Legal, inclusive honorários advocatícios, (100%). Prazo 240 vezes.

O pagamento das parcelas é feito por meio da retenção do FPE e atualizado mensalmente pela Taxa SELIC. Atualmente o Estado vem sofrendo retenção do FPE mensais de R\$ 1.162.239,99.

3.11.2 Parcelamento Tributário (PASEP) – MP Federal nº 574/2012 e Lei nº 12.810/2013

Em meados de agosto de 2012 a Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - DICD iniciou trabalho para parcelamento de débitos referente ao

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, com redução de juros (25%), multa (60%) e encargos legais (100%), nos termos da Medida Provisória - MP Federal nº 574, de 28 de junho de 2012, regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 4/2012 e nº 5/2012.

Com o advento da Lei Federal nº 12.810/2013, cujos benefícios fiscais eram mais atrativos, conforme outrora mencionado, o Estado decidiu pela migração do parcelamento deferido da MP nº 574/2012 (PASEP) para o parcelamento da Lei Federal nº 12.810/2013 (PASEP), porém dos processos migrados, 2 (dois) foram indeferidos.

Assim, foi necessário que a Procuradoria Geral do Estado – PGE impetrasse Mandado de Segurança – MS (Nº 5016828-14.2013.404.7200/SC) para inclusão dos débitos no referido parcelamento, uma vez que a MP nº 574/2012 tratou a multa na sua forma genérica e não na sua espécie, na qual foi deferida liminar no MS 504.0601.09.2013.404.7000 (PR) em segunda instância, proferida no Agravo de Instrumento (AI) 5024359.23.2013.404.0000. A decisão foi confirmada em acórdão junto ao TRF4 Região. A União apresentou Embargos de Declaração em 03/12/2015, sendo o processo concluso para despacho em 16/12/2015.

Em valores estimados, apurou-se uma redução de R\$ 101 milhões de uma dívida de R\$ 304 milhões. O valor da parcela vem sendo atualizada pela Taxa Selic e paga mensalmente pelo Estado.



3.12 RESTOS A PAGAR

Já a dívida decorrente dos Restos a Pagar, que por longos anos foi o grande vilão na gestão orçamentária e financeira do Estado, a partir do exercício financeiro de 2003 teve o valor mantido sobre rigoroso controle, evitando a velha prática dos “orçamentos paralelos”.

A partir de 2003 foi implementada no Estado de Santa Catarina a prática de editar anualmente, por Decreto, *procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, e para o empenhamento, à conta de Despesa de Exercício Anterior*, com vistas ao cumprimento das normas de Direito Financeiro estabelecidas na legislação federal e estadual de regência da matéria. Também anualmente, a Secretaria de Estado da Fazenda edita Portaria constituindo Comissão destinada a promover a avaliação dos empenhos que poderão ser inscritos em Restos a Pagar no exercício, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

Em linhas gerais, somente se permite a inscrição em Restos a Pagar das despesas de competência do exercício financeiro, considerando-se como despesa liquidada aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante; e não liquidada, mas de competência do exercício, aquela em que o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor.

Essa prática rompeu com o velho costume de empenhar todos os compromissos, independentemente de

recursos disponíveis, gerando orçamentos concorrentes (ou paralelos) com o do exercício. Essas medidas surtiram efeito muito positivo no gerenciamento do estoque de **Restos a Pagar**, que até **dezembro de 2016 representou 2,88% da receita total, com o montante de R\$ 699 milhões.**

Conforme segue, o montante inscrito anualmente em Restos a Pagar, processados e não processados, em que pese o incremento em 2016, vem se mantendo sob controle, conforme série histórica de 2003 a 2016, a seguir demonstrada:

Tabela 17 – Restos a Pagar Inscritos - 2003-2016 - R\$

Ano	1- Processados	2-Não Processados	3-Restos a Pagar	4-Receita Orçamentária	% (3/4)
2003	85.914.908,33	390.187.732,15	476.102.640,48	5.519.916.619,16	8,63%
2004	152.479.777,10	190.760.941,66	343.240.718,76	6.029.278.584,96	5,69%
2005	154.547.883,29	138.333.452,83	292.881.336,12	7.172.714.041,46	4,08%
2006	105.683.144,60	152.582.047,23	258.265.191,83	7.845.362.807,80	3,29%
2007	59.095.851,70	199.463.395,87	258.559.247,57	9.300.955.511,89	2,78%
2008	24.984.120,50	215.902.271,21	240.886.391,71	11.538.547.205,84	2,09%
2009	91.234.456,54	217.503.659,95	308.738.116,49	11.506.271.961,72	2,68%
2010	45.761.398,68	262.523.024,93	308.284.423,61	13.168.918.579,60	2,34%
2011	46.368.983,82	382.413.888,68	428.782.872,50	15.259.959.632,65	2,81%
2012	47.037.694,20	346.177.758,93	393.215.453,13	17.747.821.302,96	2,22%
2013	99.421.067,95	575.717.907,84	675.138.975,79	19.650.192.808,70	3,44%
2014	57.232.899,00	437.748.493,65	494.981.392,65	21.612.110.504,27	2,29%
2015	191.767.637,91	455.426.041,67	647.193.679,58	22.741.779.433,00	2,85%
2016	157.083.968,03	542.078.139,03	699.162.107,06	24.284.266.243,91	2,88%

A comissão constituída para a avaliação das despesas que podem ser inscritas em Restos a Pagar pode questionar os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta a respeito da regularidade de despesas empenhadas e que não tenham previsão de



liquidação até 31 de janeiro do exercício seguinte, buscando evitar a inscrição de valores em restos a pagar não processados que venham a ser cancelados. É importante destacar que o cancelamento de Restos a Pagar referente ao exercício de 2016 ocorre, em grande parte, em 31/01/2017.

A seguir evolução dos cancelamentos:

**Tabela 18 – Inscrição e Cancelamento de Restos a Pagar
2008-2016 - R\$**

Restos do Ano	Inscrição	Cancelamento	%Cancelado
Processados	603.808.258,60	14.911.887,92	2,47%
2008	24.984.120,50	1.627.355,69	6,51%
2009	91.234.456,54	2.168.721,16	2,38%
2010	45.761.398,68	672.440,49	1,47%
2011	46.368.983,82	1.393.923,35	3,01%
2012	47.037.694,20	2.674.252,98	5,69%
2013	99.421.067,95	4.532.657,68	4,56%
2014	57.232.899,00	1.057.164,76	1,85%
2015	191.767.637,91	785.371,81	0,41%
2016	157.083.968,03	0,00	0,00%
Não Processados	2.893.413.046,86	1.341.567.221,47	46,37%
2008	215.902.271,21	80.923.896,44	37,48%
2009	217.503.659,95	90.226.415,12	41,48%
2010	262.523.024,93	124.522.276,87	47,43%
2011	382.413.888,68	155.755.223,90	40,73%
2012	346.177.758,93	179.578.189,62	51,87%
2013	575.717.907,84	266.835.049,50	46,35%
2014	437.748.493,65	222.694.758,25	50,87%
2015	455.426.041,67	221.031.411,77	48,53%
2016	542.078.139,03	0,00	0,00%
Total	3.497.221.305,46	1.356.479.109,39	38,79%

Fonte: SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal e Anexo VI do RGF.

3.13 PRECATÓRIOS

Precatórios consistem em requisições de pagamentos emitidos pelo Poder Judiciário, decorrentes de ações judiciais transitadas em julgado em que o Estado não obteve êxito, determinando que a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) efetue a quitação do valor devido. O pagamento será executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvadas as preferências definidas nos §§ 1º e 2º do art. 100 da CF (Emenda Constitucional - EC 62/2009).

A EC 62/2009 permitiu ao Estado aderir ao regime especial para pagamento parcelado do estoque de Precatórios (15 anos), que foi julgado parcialmente inconstitucional (ADIs 4.357 e 4.425). Na modulação, o prazo passou a ser de cinco anos a partir de 2016.

Com o advento da Lei complementar nº 151/2015, foi possível o Estado se utilizar de parcela dos depósitos judiciais em que era parte.

Em 2013, por meio da Procuradoria Geral do Estado - PGE, o Estado ingressou com ação judicial apontando a existência de anatocismo nos cálculos exequendos dos precatórios referentes as Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) e obteve liminar favorável.

Nos últimos sete anos, o Estado repassou ao Tribunal de Justiça os seguintes valores destinados ao pagamento de precatório:



Tabela 19 – Repasse de Recursos ao TJSC - R\$

Ano	Valor Considerado	Valor Contábil	Recursos do Tesouro Repassados	Depósitos Judiciais Utilizados
2010	37.501.411,10	37.501.411,10	33.751.269,99	3.750.141,11
2011	42.398.226,48	42.398.226,48	42.398.226,48	0,00
2012	44.097.199,20	44.097.199,20	44.097.199,20	0,00
2013	99.352.464,36	99.352.464,36	99.352.464,36	0,00
2014	131.293.443,70	131.293.443,70	33.000.000,00	98.293.443,70
2015	140.179.149,81	66.188.272,88	28.731.119,08	37.457.153,80
2016	0,00	102.148.792,60	78.134.865,26	24.013.927,34
TOTAL	494.821.894,65	522.979.810,32	359.465.144,37	163.514.665,95

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – SEF.

O Estado finalizou 2016 com uma dívida de precatórios a pagar de **R\$ 2.294.499.889,72**, ocorrendo um acréscimo de 5,69% em relação ao valor do ano anterior.

Do total da dívida, R\$ 250.130.201,91 (10,90%) estão contabilizados como de origem pessoal, R\$ 236.544.727,20 (10,31 %) são de benefícios previdenciários e R\$ 1.807.824.960,61 (78,79%) são de fornecedores.

Cabe mencionar que R\$ 1.481.830.862,48, ou seja 81,97% dos precatórios com fornecedores são oriundos de processos judiciais envolvendo as Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC (Lei estadual nº 10.168/1996).

4 PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Santa Catarina - PAF é parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 12/98/STN/COAFI, de 31 de março de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 070/98. O Programa dá cumprimento ao disposto nas cláusulas décima sétima, décima oitava e décima nona, do referido Contrato.

O Programa é elaborado para o período de três anos e tem caráter rotativo, utilizando-se todas as fontes de recursos, excluindo RPPS e somando os repasses do Tesouro para cobertura de déficit do RPPS.

São seis as Metas fixadas anualmente:

- 1 Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real;
- 2 Resultado Primário (diferença entre as Receitas e as Despesas Não Financeiras);
- 3 Despesa com Funcionalismo Público;
- 4 Receitas de Arrecadação Própria;
- 5 Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienações de Ativos;
- 6 Despesas de Investimentos.

As metas do PAF são monitoradas mensalmente, tanto pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, via Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, como pela Secretaria da



Fazenda, pelas Diretorias de Captação de Recursos e da Dívida Pública e do Tesouro.

O Estado encaminhou em maio/2016 o Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para avaliação do cumprimento de metas do exercício de 2015 e a revisão e perspectivas para o período de 2016-2018.

Em outubro/2016, a STN disponibilizou o resultado da avaliação definitiva do Programa referente ao exercício de 2015 permanecendo configurada para o Estado a condição de adimplente quanto às metas e compromissos do Programa.

Com relação à 13ª revisão do Programa, referente ao triênio de 2016/2018, o Estado enviou proposta e aguarda manifestação da STN. No entanto, na referente revisão, não foi autorizado pelo Governo Federal a inclusão de novos pleitos de operação de crédito.

A seguir os resultados obtidos nos exercícios de 2014 e 2015 e as metas fixadas para 2016 a 2018.

4.1 Meta 1 - Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real

A meta 1 do Programa, que resulta dos termos acertados com a União, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, é a manutenção da dívida financeira total do Estado (D) em valor não superior ao de sua receita líquida real (RLR) anual, enquanto o Estado não liquidar o referido refinanciamento, uma vez que o Estado se enquadrava nesta situação no exercício de 2012.

No entanto, encontra-se em andamento o processo de celebração do termo aditivo ao Contrato referente à Lei nº 9.496/97 no âmbito da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com vistas a tornar possível a implementação da regra de que trata o art. 8º da LC nº 148/14.

Se assinado o referido termo aditivo ao contrato até o prazo final para a conclusão da avaliação definitiva, a meta 1 do Programa consistirá em não ultrapassar, em cada ano, o limite superior da relação D/RLR projetado de 1,13, 1,17 e 1,09 em 2016, 2017 e 2018, respectivamente.

Nas regras do PAF, a relação D/RLR importou em 0,97 em 2014, atingindo a meta fixada, conforme a tabela a seguir. Em 2015, a STN apontou em sua avaliação que o Estado apresentou uma relação D/RLR de 1,01. Porém, comparando com a meta ajustada de 1,03, **o Estado cumpriu a referida meta:**

Tabela 20 – Meta 01 - Relação Dívida / Receita Líquida Real

ANO	2014	2015	2016	2017	2018
Meta Ajustada	1,00	1,03	1,13	1,17	1,09
Resultado Obtido	0,97	1,01			

Notas:

- 1- A meta 1 do Programa é a manutenção da dívida financeira total do Estado em valor não superior ao de sua receita líquida real anual;
- 2- Para 2014 e 2015 são os valores efetivamente realizados. Para 2016 a 2018 as metas são projeções feitas pelo Estado, utilizando todas as fontes de recursos, excluindo RPPS e somando os repasses do Tesouro para cobertura de déficit do RPPS, constantes no "Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – Período de 2016 a 2018 (13ª Revisão)".



4.2 Meta 2 – Resultado Primário

A meta 2 do Programa é a obtenção de resultados primários, conforme especificados na tabela a seguir. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. E, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado não poderá superar, para cada exercício, os montantes de atrasos / deficiência referidos no Programa.

Em que pese o resultado primário negativo registrado em 2015, no montante de R\$ 233 milhões, **o Estado cumpriu a meta 2 do Programa** (- R\$ 347 milhões). As metas para 2016, 2017 e 2018, bem como os resultados obtidos em 2014 e 2015 foram os seguintes:

Tabela 21 – Meta 02 - Resultado Primário – PAF - R\$ milhões

ANO	2014	2015	2016	2017	2018
Meta Ajustada	639	-347	-989	-97	972
Resultado Obtido	-737	-233			

Notas:

- 1- Resultados obtidos em 2014 e 2015 são os efetivamente realizados.
- 2- Para 2016 a 2018 as metas são projeções feitas pelo Estado, utilizando todas as fontes de recursos, excluindo RPPS e somando os repasses do Tesouro para cobertura de déficit do RPPS, constantes no “Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – Período de 2016 a 2018 (13ª Revisão) ”.

4.3 Meta 3 – Despesas com Pessoal

A meta 3 do Programa consiste em **limitar as despesas com pessoal a 60% da receita corrente líquida**

(RCL), segundo os conceitos expressos no Termo de Entendimento Técnico do PAF (TET).

No Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – Período de 2016 a 2018 (13ª Revisão), as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal serão de 57,83%, 57,09% e 57,38% em 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Casos esses percentuais sejam ultrapassados, mesmo que inferiores a 60,00% da RCL, o Estado buscará os ajustes pertinentes nas demais despesas e nas receitas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

Em 2014 e 2015 o Estado ficou com 56,29% e 57,47% de comprometimento respectivamente, conforme segue:

Tabela 22 – Meta 03 - Despesas com pessoal – PAF - %RCL

ANO	2014	2015	2016	2017	2018
Meta Ajustada	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Resultado Obtido	56,29	57,47			

Notas:

- 1- Resultados obtidos em 2014 e 2015 são os efetivamente realizados.
- 2- Para 2016 a 2018 as metas são projeções feitas pelo Estado, utilizando todas as fontes de recursos, excluindo RPPS e somando os repasses do Tesouro para cobertura de déficit do RPPS, constantes no “Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – Período de 2016 a 2018 (13ª Revisão) ”.

4.4 Meta 4 – Receitas de Arrecadação Própria

Melhorar a geração de receita própria é meta permanente do Estado, para viabilizar suas funções fundamentais. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os



próximos três anos, o Estado deverá manter o programa de modernização da administração tributária, melhorando seus processos de trabalho interno, sua relação com os “clientes” e o alinhamento à política governamental.

A meta estabelecida para 2015, na décima segunda revisão, foi da ordem de R\$ 20.743 milhões, sendo que foram arrecadados R\$ 20.840 milhões. **Com isto, o Estado cumpriu a meta** como mostra a tabela a seguir:

Tabela 23 – Meta 04 – Receita de Arrecadação Própria - R\$ milhões

ANO	2014	2015	2016	2017	2018
Meta Ajustada	19.833	20.743	21.680	22.977	24.634
Resultado Obtido	19.562	20.840			

Notas:

- 1- Resultados obtidos em 2014 e 2015 são os efetivamente realizados.
- 2- Para 2016 a 2018 as metas são projeções feitas pelo Estado, utilizando todas as fontes de recursos, excluindo RPPS e somando os repasses do Tesouro para cobertura de déficit do RPPS, constantes no “Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – Período de 2016 a 2018 (13ª Revisão)”

4.5 Meta 5 – Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienações de Ativos.

A Meta 5 do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal estabelece compromissos anuais em termos de medidas ou reformas de natureza administrativa e patrimonial, que resultem em modernização, aumento de transparência e da capacidade de monitoramento de riscos fiscais, melhoria da qualidade do gasto e racionalização ou limitação de despesas.

O Estado não alcançou o compromisso que limita as outras despesas correntes ao percentual de

34,24% da RLR em 2015. Por decorrência, o Estado descumpru a meta.

4.6 Meta 6 - Despesas de Investimentos

Consiste em limitar as despesas de investimentos aos percentuais da RLR indicados. Para o exercício de 2015 foi estabelecida uma meta de investimentos de até 9,80% da Receita Líquida Real anual.

O Estado cumpriu esse compromisso, pois apresentou relação equivalente a 9,70% da Receita Líquida Real.

Tabela 24 – Meta 06 – Despesas com Investimentos / RLR – PAF - %

ANO	2014	2015	2016	2017	2018
Meta Ajustada	11,31	9,80	9,76	9,11	3,77
Resultado Obtido	13,00	9,70			

Notas:

- 1- Resultados obtidos em 2014 e 2015 são os efetivamente realizados.
- 2- Para 2016 a 2018 as metas são projeções feitas pelo Estado, utilizando todas as fontes de recursos, excluindo RPPS e somando os repasses do Tesouro para cobertura de déficit do RPPS, constantes no “Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – Período de 2016 a 2018 (13ª Revisão)”.

Contudo, considerando o disposto no art.26 da Medida Provisória nº 2.192-70/01, com redação dada pela Lei nº 10.661/03, e na cláusula segunda do Sétimo Termo Aditivo de Rerratificação do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 12/98, firmado entre a União e o Estado, no âmbito da Lei nº 9.496/97, o cumprimento das metas 1 e 2, a despeito do descumprimento da meta 5, é condição suficiente para a não aplicação de penalidades e para



que o Estado seja considerado adimplente em relação ao cumprimento do Programa de 2015.

5 RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em dezembro de 2016, o Estado de Santa Catarina implantou no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) as funcionalidades referentes aos Riscos Fiscais do Módulo de Precatórios e Riscos Fiscais, recadastrando os riscos existentes e cadastrando os riscos fiscais tributários. Encontra-se pendente ainda a integração deste módulo com o sistema de controle dos processos judiciais (PGENET) da Procuradoria Geral do Estado, que possibilitará o acompanhamento mais eficaz dos riscos, pois atualmente o processo de cadastramento e acompanhamento dos processos são realizados manualmente.

Até o término do exercício de 2016, a composição dos Riscos Fiscais contabilizados foi a seguinte:

Tabela 25 – Saldo Riscos Fiscais - R\$

Riscos Fiscais	Em 31/12/2016
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	450.641.235,79
PROCESSOS JUDICIAIS ORIGINÁRIO	63.265.185,20
PROCESSOS JUDICIAIS EM EXECUÇÃO	10.990.098.621,33
Total	11.504.005.042,32

5.1 PRINCIPAIS RISCOS FISCAIS DO ESTADO

Estes Riscos fiscais, agora contabilizados de maneira mais adequada, dividem-se em vários processos, sendo os mais significativos agrupados da seguinte forma:

Tabela 26 – Composição dos Riscos Fiscais - R\$

Riscos Fiscais	Em 31/12/2015	Em 31/12/2016	Variação %
ESC - INVESC	6.146.366.175,57	6.184.204.003,18	0,62%
ESC - LFTSC	2.166.919.705,07	2.433.044.501,43	12,28%
ESC - CELESC	32.903.100,73	20.016.005,73	-39,17%
ESC - DEBITOS DIVERSOS	-	471.302.498,83	100%
DEINFRA	2.278.902.350,56	2.329.078.500,84	2,20%
EPAGRI	53.653.665,52	53.502.428,65	-0,28%
UDESC	9.442.850,31	12.704.275,55	34,54%
SANTUR	198.960,74	152.828,31	-23,19%
Total	10.688.386.808,50	11.504.005.042,52	7,63%

Destaca-se o item Estado de Santa Catarina – Débitos Diversos, cujos valores não eram considerados como Riscos Fiscais até 2015 e estavam contabilizados em outras contas do passivo. Com a implantação das funcionalidades referentes aos Riscos Fiscais do Módulo de Precatórios e Riscos Fiscais no SIGEF estes valores passaram a ser classificados adequadamente.

A seguir, a descrição dos principais riscos fiscais:

5.1.1 LFTSC

As LFTSC (Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina) foram emitidas em 1996, com



amparo na Lei nº 10.168, de 11/07/1996, e custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP), segregadas em quatro grupos (LTESCEA 001, LTESCEA 002, LTESCEA 003 e LTESCEA 004), nas quantidades de 52.152, 100.000, 150.000 e 250.000, vencíveis em 01/08/1998, 01/08/1999, 01/08/2000 e 01/05/2001, respectivamente. Foram retiradas de custódia (canceladas) 312.297 Letras.

As LFTSC eram movimentadas pelo Fundo de Liquidez da Dívida Pública do BESC e foram retiradas de custódia pela CETIP em 06/2000.

As LFTSC não foram pagas nos vencimentos, razão pela qual grande parte dos credores ingressaram com ações judiciais. Os títulos foram cancelados pelo TCESC e TJSC, todavia os credores mantiveram os litígios judiciais em esferas superiores.

O processo judicial referente às 35.578 Letras do Bando do Estado do Paraná S/A foi arquivado em 26/07/2007. Em síntese, das 552.152 letras, 312.297 foram canceladas; 118.661 viraram precatórios; 71.922 estão em processos em andamento; 35.578 o processo foi arquivado; e, 13.694 não localizamos ação judicial. Porém estão contabilizadas como Risco Fiscal 121.194 Letras no valor de R\$ 2.433.044.501,43 ou seja, desconsiderando apenas as que foram canceladas e as que viraram precatórios que estão devidamente contabilizadas como precatórios.

5.1.2 INVESC

Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. – INVESC é uma empresa que foi constituída em 30/10/95 por meio da Lei Estadual nº 9.940 de 19/10/95, com o objetivo de gerar recursos para alocação em investimentos públicos no território Catarinense. Os acionistas da INVESC são o Estado de SC, com 99,5% e a CODESC, com 0,5%.

Foram captados R\$ 104.220.700,00, pela emissão de 10.000 debêntures em 01/11/95, remuneradas pela TJLP, acrescidos de juros de 14% a serem pagos anualmente. Os recursos foram transferidos para o Tesouro do Estado e aplicados em investimentos públicos. As referidas debêntures, vencidas em 31/10/00 e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente. Por meio do Processo Judicial nº 023.00.005707-2 (PLANNER Corretora de Valores S.A. X INVESC), cuja ação encontra-se suspensa, haja vista os embargos à arrematação nº 023.10.019486-1, que está pendente do resultado final do Agravo de Instrumento nº 2012.081699-8, que questiona a assistência do Estado de Santa Catarina nos Embargos à Adjudicação. Em decisão do dia 17/12/2013 foi admitida a assistência do Estado de Santa Catarina, deslocando-se a competência da Vara Cível para a Vara da Fazenda Pública.

A PLANNER Corretora de Valores S.A. é a representante legal dos debenturistas e a PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do BB) é detentora de mais de 70% das debêntures.

Desde o vencimento das debêntures e a consequente ação na justiça pelo não pagamento, várias tentativas de negociação com os debenturistas foram realizadas, por enquanto sem sucesso.



Em 07/01/2013 o Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC impetrou com Ação Civil Pública – ACP (nº 023.13.000661-3), por entender que os valores já repassados pela INVESC à corretora de valores na operação possuem origem irregular e que os dividendos pagos pela CELESC provem de alteração ilegal da titularidade das ações. Em 01/03/2013 foi deferida liminar bloqueando a quantia de R\$ 51,9 milhões de três ex-diretores da INVESC e da corretora de valores PLANNER Corretora de Valores S.A.

Em 04/2013 os diretores conseguiram reverter parcialmente os valores bloqueados a título de natureza salarial/alimentar e a PLANNER Corretora de Valores S.A a liberação dos bens e valores indisponibilizados de sua propriedade.

5.1.3 CELESC

Trata-se de levantamento de dívida que a CELESC cobra do Estado, relativa ao período de novembro de 1985 a dezembro de 2007, conforme PSEF 97521/043. Em 12/2010 foi reclassificado parte do valor registrado para o passivo pelo reconhecimento de dívida conforme protocolo de intenções ECP03/88, cláusula terceira, PSEF 97521/043, PSEF 93345/097, SEF 198457/098, SEF 64127/958, SEPF 64696/952, SEF 40207/2010 e PSEF 88046/095.

5.1.4 DEINFRA

Os riscos fiscais do DEINFRA são compostos por Ações Cíveis Públicas, dívida ativa, ações trabalhistas e ações comuns, neste, enquadram-se a demanda judicial referente à

duplicação das rodovias SC 401, SC 402 e SC 403, de grande repercussão na mídia.

5.1.4.1 Duplicação da SC 401

O Saldo contabilizado como Risco Fiscal referente a duplicação da Rodovia SC 401, em 32.12.2016 é de R\$ 89.868.986,44, que é a pendência judicial relacionada à execução das obras e serviços de duplicação, conservação, restauração, manutenção, melhoramentos, operação, monitoramento e exploração das rodovias SC 401, SC 402 e SC 403.

Em síntese:

1. A ENGEFASA consagrou-se vencedora da licitação relacionada ao Edital n.º 61/93 e celebrou com o DER/SC, atual DEINFRA/SC, o Contrato de Concessão n.º 314/94, para a execução das obras e serviços de duplicação, conservação, restauração, manutenção, melhoramentos, operação, monitoramento e exploração das rodovias SC-401, SC-402 e SC-403;
2. O DER/SC figurou como cedente, a ENGEFASA como adjudicatária e a Linha Azul Auto Estrada S/A como Concessionária;
3. No contrato administrativo foram estabelecidos requisitos mínimos para o início da arrecadação do pedágio, os quais deveriam ser cumpridos no prazo de 24 meses, primeira fase



do projeto, cujo termo inicial era a data de expedição da ordem de serviço 10/07/1995;

4. Em 07/08/1995, o BNDES concedeu crédito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) à Linha Azul Auto Estrada S/A para a execução das mencionadas obras e serviços e, posteriormente, outros R\$ 7.075.000,00 (sete milhões e setenta e cinco mil reais), por intermédio do BRDE e do BESC;
5. Como garantia dos referidos empréstimos foi oferecida parte da arrecadação com a cobrança futura de pedágio, conforme contratos celebrados entre as partes que, dentre outras obrigações estabeleceram não ser possível ao DER/SC modificar o projeto da obra sem a anuência do BNDES;
6. O prazo inicialmente estipulado no contrato de concessão não foi cumprido, tendo o DER/SC, por seu Conselho de Administração, editado as Resoluções nº 001/98 e 202/98, aprovando o Termo Aditivo de Prorrogação do Prazo, bem como a alteração dos requisitos mínimos para início da cobrança do pedágio;
7. Conforme versão da concessionária, em agosto de 1998, a SC-401 estava concluída, segundo as condições básicas previstas nas Resoluções do DER/SC e deveria ter sido iniciada a cobrança do pedágio;
8. No entanto, em 03/08/1998, a então deputada federal Ideli Salvati ajuizou a Ação Popular n.º

023.98.029853-1, distribuída à 1ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis, obtendo decisão liminar para impedir a cobrança do pedágio e, no mérito, a declaração de invalidade das Resoluções nº 001/98 e 202/98, por entender o magistrado que contrariaram a Lei 8.666/93, conforme sentença proferida em 30/08/1999;

9. Por força dessa ação popular, a cobrança do pedágio somente poderia ocorrer depois de executados os projetos originais, consoante previsto no edital e no contrato de concessão;
10. Em 04/11/1998, foi editada a Lei Estadual n.º 10.934, concedendo isenção da cobrança de pedágio para inúmeras categorias de veículos;
11. Com base nesses fatos, em 29/07/1999, as empresas adjudicatária e concessionária e as pessoas físicas garantidoras dos empréstimos obtidos junto ao BNDES, BRDE e BESC para a execução das obras na rodovia ajuizaram ação perante a Justiça Federal de Florianópolis (Processo n.º 99.00006341-4), pretendendo ver reconhecida (f. 20):
 - a. a existência de vínculo jurídico de natureza associativa (com comunhão de interesses) entre as partes;
 - b. a caracterização da existência de força maior ou outra causa a eles não imputável, a obstar a execução do contrato de concessão e os efeitos daí



decorrentes, inclusive a impossibilidade superveniente da prestação dos autores nos contratos bancários de financiamento;

- c. a existência de dever jurídico de o BNDES arcar com as consequências de suas ações e omissões, relativamente à aprovação das modificações introduzidas nos projetos originais da SC/401;
- d. a inexigibilidade dos créditos do BNDES, do BRDE e do BESC, derivados dos contratos de abertura de crédito nº 95.2.115.3.1 e SC-7984, até que autorizada a arrecadação do pedágio;
- e. a presença dos pressupostos da responsabilização civil do DER/SC e do BNDES, por terem propiciado a ocorrência do evento que impossibilitou a cobrança do pedágio;
- f. a obrigação do DER/SC e BNDES (e seus agentes repassadores) a promoverem diretamente entre si a liquidação dos empréstimos retratados nos Contratos de Abertura de Crédito nº 95.2.115.3.1 e SC-7984, com a liberação dos autores das responsabilidades ali previstas;
- g. a obrigação dos réus deixarem de adotar qualquer conduta incompatível com as declarações antes pleiteadas.

A ENGEPASA requer o ressarcimento dos custos desembolsados na obra e os lucros cessantes pelo impedimento da cobrança do pedágio.

Em maio/2011 o TRF da 4ª Região emitiu acórdão favorável ao Estado quanto aos lucros cessantes pela cobrança de pedágio pelo período de 15 (quinze) anos, que entendeu descabido o pedido da ENGEPASA, uma vez que o contrato não foi cumprido integralmente. Desde 17/04/2015 o processo está concluso para julgamento do Ministro Herman Benjamin (Relator).

5.1.5 UDESC

Trata-se de ações que tramitam na Vara da Fazenda Pública. Em geral são ações de repetição de indébito do ensino à distância, sendo na sua maioria pagos por meio de RPV. Os valores apresentados são estimativas informadas pelos Autores das ações, podendo vir a sofrer alterações para mais ou para menos de acordo com os termos da sentença judicial.

5.1.6 EPAGRI

Trata-se de ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela Epagri no mês de dezembro de 2015.



Florianópolis, 27 de janeiro de 2016.

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES

Diretor de Captação de Recursos e da Dívida Pública

ROSILENE ELLER

Assessora do Diretor da DICD

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH

Gerente da Dívida Pública

SIMONE DE SOUZA BECKER

Gerente de Captação de Recursos

EQUIPE TÉCNICA:

Alexandre Studart Nogueira

Arleny Jaqueline Mangrich Pacheco

Claudia Nunes

Gabriela Broering da Silva

Gisele de Jesus Varela

Glaucia Nunes

Iule Santos de Jesus

Luís Eduardo de Souza

Marcia Bradacz Lopes

Maria Janice de Oliveira

Paulo Juliano Zanin Valentini

Renato Miranda



DEMONSTRATIVO DOS PRECATÓRIOS - 2016

PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS 2016

Conta		Valores Pagos - TJ
	DESPESA	
3.1.9.0.9.1.01.00	Precatório Pessoal Civil	69.962.913,18
3.3.9.0.9.1.07.00	Precatórios de Terceiros	45.271.366,37
TOTAL DE PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS:		115.234.279,55

ESTOQUE DE PRECATÓRIOS CONTABILIZADO - 2016

		Saldo inicial	Inscrição	Baixa	Saldo final
2.1.0.0.0.00.00.00	PASSIVO CIRCULANTE				
2.1.1.1.1.03.00.00	Precatórios de Pessoal	36.072.192,11	263.967.484,67	250.007.899,61	50.031.777,17
2.1.1.2.1.03.00.00	Precatórios de Benefícios Previdenciários	44.700.957,85	2.620.612,92	12.625,34	47.308.945,43
2.1.3.1.1.02.00.00	Precatórios de Fornecedores	331.030.079,58	156.292.434,47	125.757.869,03	361.564.645,02
	Subtotal	411.803.229,54	422.880.532,06	375.778.393,98	458.905.367,62

2.2.0.0.0.00.00.00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
2.2.1.1.1.02.00.00	Precatórios de Pessoal	144.288.768,44	244.744.794,06	188.935.137,76	200.098.424,74
2.2.1.2.1.01.00.00	Precatórios de Benefícios Previdenciários	178.803.831,36	53.180.766,88	42.748.816,47	189.235.781,77
2.2.3.1.1.02.00.00	Precatórios de Fornecedores	1.324.120.318,17	646.591.995,89	524.451.998,47	1.446.260.315,59
	Subtotal	1.647.212.917,97	944.517.556,83	756.135.952,70	1.835.594.522,10

TOTAL DO PASSIVO DE PRECATÓRIOS:	2.059.016.147,51	1.367.398.088,89	1.131.914.346,68	2.294.499.889,72
---	-------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de SC. SIGEF - Módulo de Contabilidade.

Florianópolis, 24 de fevereiro de 2017.

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
Diretor de Captação de Recursos e da Dívida Pública
Auditor Interno do Poder Executivo

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
Gerente da Dívida Pública
Analista da Receita Estadual



DIOESC

Diretoria da Imprensa Oficial e
Editora de Santa Catarina

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Administração
Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina

Rua Duque de Caxias, 261 | Saco dos Limões
CEP 88045-250 | Florianópolis | SC
Fone: (48) 3665-6200

O.P. 7260 - ADP-97964

